



5
2015



gabineteestudos olisiponenses

Diretor

Jorge Ramos de Carvalho

Conselho Editorial

Anabela Valente

Ana Cristina Leite

Hélia Silva

Rita Mégre

Projeto Gráfico

João Rodrigues

Secretariado Executivo

Vanda Souto

Fotografias da capa, índice e separadores

João Rodrigues

Tradução

Manuel Fialho

Colaboradores neste número

João Seixas, Hélder Carita, Walter Rossa, Rui Tavares,

Raquel Henriques da Silva, Manuel Graça Dias, Sandra Vaz Costa,

Deolinda Folgado, Luís Jorge Bruno Soares, António Fonseca Ferreira,

Nuno Artur Silva, António Jorge Gonçalves, Isabel

André, Mário Vale, Cláudia Narciso Pinto,

Margarida Tavares da Conceição, Maria Teresa Bispo,

Pedro Teotónio Pereira, Sandra Costa Saldanha, Tiago Borges Lourenço,

Nuno Proença Simões, Paola Coghi, Marta Raposo

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Fernando Medina

Vereadora da Cultura

Catarina Vaz Pinto

Diretor Municipal de Cultura

Manuel Veiga

Diretor do Departamento de Património Cultural

Jorge Ramos de Carvalho

[Sinalética](#)



Informação adicional (passar *mouse* sobre a imagem ou clicar)



Voltar ao índice (clicar)



Activar visualização das Notas (clicar)



Desactivar visualização das Notas (clicar)



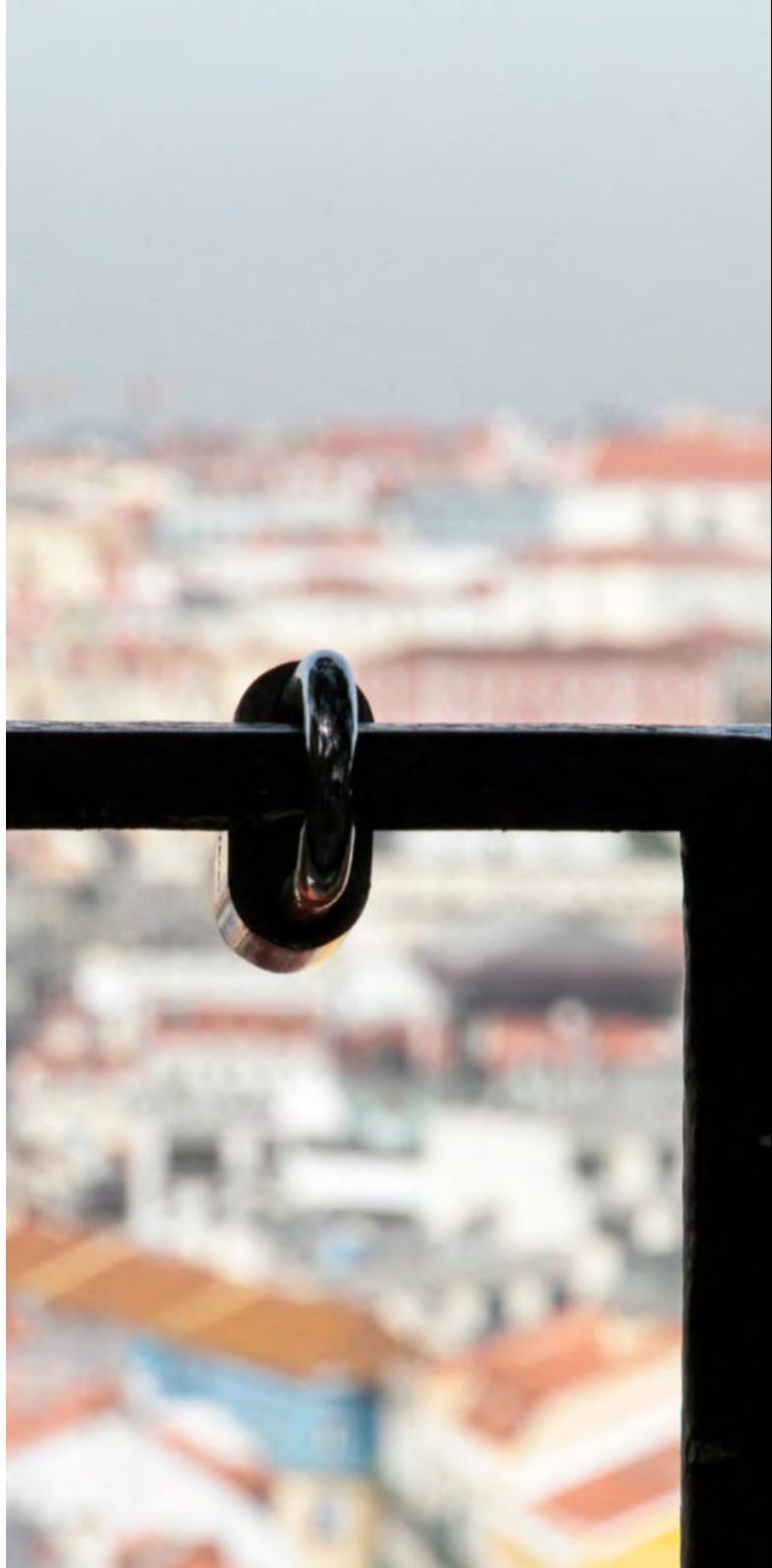
Conteúdo produzido pela rossio

[www](#) Acesso a conteúdo *online*

Imagens dos separadores: miradouros de Lisboa

rossio@cm-lisboa.pt

[gabineteestudos](#) olisiponenses



Jorge Ramos de Carvalho

O sucessivo desaparecimento de revistas de investigação tem provocado um acentuado vazio de espaços de divulgação de estudos sobre Lisboa e o seu património construído e imaterial. Com a criação, em 2012, da **rossio. estudos de Lisboa**, a Câmara Municipal de Lisboa procurou contrariar esta tendência e simultaneamente perpetuar a sua tradição neste campo, vincada principalmente pela Revista Municipal onde, ao longo de mais de centena e meia de números, alguns dos mais eminentes olisipógrafos assinaram textos que ainda hoje são incontornáveis fontes para o estudo da cidade. O número 5 da **rossio** fala de uma Lisboa pensada, planeada, nem sempre concretizada. Assente em *utopias, visões e estratégias*, composta por camadas visuais e temporais que se sobrepõem e entrecruzam. Que intervalo existe entre a *Lisboa Projetada* e a que foi efetivamente cumprida e que oportunidades (perdidas ou aproveitadas) esse intervalo possibilitou? No Caderno, orientado pelo Prof. João Seixas, estas diversas camadas da cidade vão sendo sucessivamente reveladas, desde a Lisboa manuelina até a uma (utópica?) proposta para uma futura cidade. Mantendo a vocação de ser uma compilação de estudos dispersos sobre a cidade, o *Varia* oferece um leque de artigos sobre os geomonumentos de Lisboa (relevando um projeto da CML vencedor do Prémio Geoconservação 2015, promovido pela Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico), as linhas de defesa da cidade, aspetos da obra de Luís Dourdil, Santo António e sua iconografia, a Igreja de Nossa Senhora de Jesus e vistas de Lisboa na azulejaria contemporânea. As “Intervenções na Cidade” desvendam o processo de restauro da estátua de D. José, tema que muita curiosidade despertou desde o arranque da intervenção. Ao Professor João Seixas, aos autores dos textos, e a todos os que, com o seu contributo e entusiasmo, tornaram possível a realização deste número, o nosso muito obrigado.

Índice *caderno* english version

10

APRESENTAÇÃO A Projecção de Lisboa. Utopias, visões e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo

João Seixas (editor convidado)



16

Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais

Hélder Carita



54

Lisboa da Regeneração

Raquel Henriques da Silva



98

Lisboa industrial. Um caminho da e para a modernidade

Deolinda Folgado



128

Lisboa: desafios para a cidade e a metrópole

Isabel André
Mário Vale



28

Lisboa: da busca de imagem de capital

Walter Rossa



68

Lisboa futurista: prévia, célere, pouca e tardia

Manuel Graça Dias



110

Lisboa 1970/1980. Tempos de roturas e de continuidades

Luís Jorge Bruno Soares



138

É na cidade que existe, que existe a cidade que não existe

Nuno Artur Silva
Antonio Jorge Gonçalves



44

A cidade-livro da estátua do Rei: Lisboa de 1775

Rui Tavares



84

Pensar Lisboa. A obra capital de Duarte Pacheco

Sandra Vaz Costa



120

Lisboa no Plano Estratégico de 1992

António Fonseca Ferreira



154

Bibliografia selecionada

João Seixas



166

Geomonumentos de Lisboa

Cláudia Narciso Pinto



200

Nexo da pintura mural na obra do pintor Luís Dourdil

Maria Teresa Bispo



228

À margem da problemática pombalina: a igreja de Nossa Senhora de Jesus e o arquitecto Joaquim de Oliveira (1733-1803)

Sandra Costa Saldanha



178

A fortificação moderna e a linha da circunvalação (notas sobre os limites urbanos de Lisboa)

Margarida Tavares da Conceição



218

Santo António, protector da cidade de Lisboa

Pedro Teotónio Pereira



238

(Pequenas e) Grandes Vistas de Lisboa. A cidade na azulejaria contemporânea

Tiago Borges Lourenço



256

Acerca da intervenção de conservação e restauro no monumento a D. José I

Nuno Proença, Paola Coghi e Marta Raposo



table of contents **DOSSIER**

10

PRESENTATION **The projection of Lisbon. Utopias, visions and strategies for a city in perpetual motion**

João Seixas (editor)



16

Manueline Lisbon and the formation of the Royal Works Office

Hélder Carita



54

Lisbon of the "Regeneration"

Raquel Henriques da Silva



98

Industrial Lisbon. A path to and from modernity

Deolinda Folgado



128

Lisbon: challenges for the city and the metropolis

Isabel André
Mário Vale



28

Lisbon: about the search for the image of a capital

Walter Rossa



68

Futuristic Lisbon: Prior, quick, scant and late

Manuel Graça Dias



110

1970/1980 Times of ruptures and continuities

Luís Jorge Bruno Soares



138

It is in the city that is that there is a city that does not exist

Nuno Artur Silva
Antonio Jorge Gonçalves



44

The city-book of the king's Statue: Lisbon in 1755

Rui Tavares



84

Think about Lisbon. The major work of Duarte Pacheco.

Sandra Vaz Costa



120

Lisbon in the Strategic Plan of 1992

António Fonseca Ferreira



154

Selected Bibliography

João Seixas



table of contents **VARIA**

166

Lisbon Geomonuments

Cláudia Narciso Pinto



200

**Mural painting nexus on
Luís Dourdil work**

Maria Teresa Bispo



228

**On the sidelines of
Pombal's plans: the church
of Nossa Senhora de Jesus
and architect Joaquim de
Oliveira (1733-1803)**

Sandra Costa Saldanha



178

**The early modern fortification and the ring
road (notes on urban limits in Lisbon)**

Margarida Tavares da Conceição



218

**St. Anthony, patron
of the city of Lisbon**

Pedro Teotónio Pereira



238

**(Small and) Large Lisbon Panoramas. The
city in the contemporary *azulejo***

Tiago Borges Lourenço



256

**About the intervention of conservation and
restoration at the monument to Joseph I**

Nuno Proença, Paola Coghi e Marta Raposo



PROJECTS IN THE CITY





Apresentação
A PROJEÇÃO DE LISBOA
Utopias, visões
e estratégias para uma cidade
em movimento perpétuo

João Seixas

CV



CIDADE E POLÍTICA, DESEJO E PODER

Haverá poucas coisas que veiculem mais poder; que agreguem, dividam, hierarquizem ou imponham mais; do que a força das utopias e das visões. E, conseqüentemente, do seu planeamento e aplicação prática. Um axioma consideravelmente evidente ao longo da história e desde a formação das primeiras sociedades – e das primeiras cidades –; e que, apesar do desdobramento dos espaços e dos tempos do mundo contemporâneo, parece manter-se firme. Mesmo que os diferentes lados dos espelhos, as melhores luzes e as piores sombras emergentes das mais distintas visões; também por sua vez pareçam desdobrar-se de forma crescente. Italo Calvino disse um dia que terá sido no seu livro *“As cidades invisíveis”* onde conseguiu concentrar a maioria das suas reflexões, experiências e conjecturas. Nas suas cidades imaginadas, a geografia e a urbanidade nelas desenhadas e construídas davam lugar a algo muito mais poderoso: a complexidade inesgotável da existência humana. Uma complexidade de forte pendor urbano. As cidades são, por excelência, espaços de confronto, de diálogo e de conflito, perante lógicas múltiplas e papéis diversificados. Como notáveis acumuladores de energia humana, como esteios da cultura e da política, tem sido sobretudo através das cidades que se têm desenvolvido muitas das mais fortes e sempre incertas utopias, visões e projecções da humanidade. Esquematisações imaginárias e desejadas para a vida, a sociedade e a política – não apenas urbana – de cada tempo, de cada elite, de cada sociedade. Procurando fundir local e global, independentemente de se estar no século XVI ou no século XXI.

Esquematisações imaginárias e desejadas. O desejo sempre foi um grande impulsionador da cidade – e do poder na cidade. Tal como ‘cidade’ e ‘política’ são elementos que jogam entre si um intercruzar permanente, e desde logo etimológico – e se Paul Virilio escreveu que ‘não há política sem cidade’, há um reconhecimento igualmente evidente de que ‘não há cidade sem política’ –; ‘desejo’ e ‘poder’ jogam uma dança similar: entre o poder do desejo e o desejo do poder. Desde o desejo breve, quotidiano e naturalmente estruturante; ao desejo longo, planeado, e potencialmente estruturante. E, no que aqui nos concerne, ao desejo de se construir uma cidade para o futuro. Recordo-me aqui de uma frase de Jorge Luís Borges: “um homem que se propõe a tarefa de desenhar o mundo”, e depois passa a vida a representá-lo, no final da vida descobre que “esse paciente labirinto de linhas traça a imagem do seu próprio rosto”. Um genoma humano e urbano, portanto. O projecto de cidade é, obviamente, um projecto de carácter político. Como tal, é emergente, em cada época, das visões de um determinado sistema político e de governação. E se a construção de uma visão ou de uma estratégia de cidade – conceitos distintos – foi quase sempre produto de um punhado de poderosos e de visionários; hoje em dia resulta em processos mais complexos e crescentemente participativos, conjugando diversas ciências e objectivos múltiplos – alguns deles ainda com conjugação indecisa, como na dicotomia entre economia e ecologia. Hoje, os novos paradigmas de governação na cidade exigem-na estratégica, democrática, colaborante e eficiente. A mudança para tais paradigmas, tanto mais perante estados-da-arte instalados de difícil maleabilidade, implica elevadas doses de conhecimento técnico e científico, de responsabilidade social e de comprometimento político. E ainda, de reflexão colectiva. Daí a proposta temática para este novo número da revista *Rossio*: ‘A Projecção de Lisboa’. O que envolve as razões, os desejos, as condições, os processos; de como e porque, ao longo dos tempos, se pensou e projectou a cidade de Lisboa.

AS PROJECCÕES DE LISBOA

Como cidade relevante e com enorme lastro, as visões e projecções urbanas de Lisboa foram-se sucedendo. Marcando-a de forma decisiva, visível e invisivelmente, em cada época e para cada futuro. Visões e projecções que se formaram face a anseios e pressões de vária ordem: por dinâmicas demográficas; por pressões sociais; por crescimentos económicos; por desenvolvimentos do saber, da ciência e da tecnologia; por utopias filosóficas ou mesmo literárias; e evidentemente por afirmações políticas, públicas e privadas. E, algumas vezes, pela confluência de todas estas razões. Os momentos de expansão da cidade de Lisboa, aliados à abertura a novos horizontes na geografia, na ciência e na filosofia; foram por sua vez originando novos príncipes e novos sistemas socioeconómicos e políticos. Num filme concêntrico mas também centrífugo: a Lisboa como porto, a Lisboa como afirmação de capital de império, a Lisboa como centro da Nação, a Lisboa como afirmação racionalista, a Lisboa como pulsar industrial, a Lisboa como cidade de bairros, a Lisboa como cidade sustentável. Lisboa pensada – ou projectada – como cidade mais completa, para cada tempo que se avizinhava; dentro de si mas também para fora de si. Posicionando-se perante as suas necessidades internas, das mais basilares às mais extravagantes; mas posicionando-se também perante as redes, as rotas e as relações que a cidade e o país (e o império) estabeleciam. Projecções e planos, por sua vez, de diversíssima ordem; incluindo no atingir dos seus objectivos - umas conseguindo o que se procurava alcançar, pelo menos em determinados planos, e não meramente urbanísticos; outras falhando rotundamente e inclusive morrendo longe da praia; outras ainda – talvez a maioria – parcialmente feitas ou semi-conseguidas, e sobretudo originando dinâmicas próprias, reinventadas e regurgitadas pela cidade, sob novas formas de vida e de expressão urbana.

Estão incluídos neste caderno onze textos escritos por ilustres autores, alinhados em razão de fio-de-prumo histórico. Cada texto procura colocar a sua lente num determinado espaço-tempo histórico; estendendo-se no seu conjunto uma observação por sobre as projecções e utopias políticas e estratégicas para a cidade do Tejo, num período que vai desde a Lisboa ainda medieval mas já proto-imperial do tempo de D. Manuel; até à Lisboa metropolitana e Europeia, mas afinal sempre semi-periférica, reflectida pelo novo PDM de 2012. A Lisboa Manuelina é assim repensada por Helder Carita; a Lisboa em formação de cidade-capital no período que vai da Restauração ao tempo Joanino é descrita por Walter Rossa; a possível configuração da Lisboa Iluminista e pós-terramoto é analisada por Rui Tavares; a modernização da Lisboa em tempos da Regeneração oitocentista é descrita por Raquel Henriques da Silva; a prévia, célere, curta e afinal tardia Lisboa Futurista é pensada por Manuel Graça Dias; a Lisboa da segunda modernidade e capital ultramarina em tempos de Duarte Pacheco é descrita por Sandra Vaz Costa; o desenvolvimento da Lisboa industrial é pensado por Deolinda Folgado; a análise das evoluções da Lisboa da revolução de Abril, por entre roturas e continuidades, é feita por Luís Jorge Bruno Soares; a Lisboa do plano estratégico de 1992 é explicada por António Fonseca Ferreira; as estratégias para a Lisboa contemporânea e já ampla cidade-região são descritas por Mário Vale e Isabel André. O caderno completa-se ainda com uma projecção de uma (possível) Lisboa futura, desenvolvida por Nuno Artur Silva e António Jorge Gonçalves.

O DESDOBRAMENTO DAS UTOPIAS

Mostra assim, este caderno, uma ampla gama de momentos, de personagens e de processos de desenvolvimento de pensar e de projectar Lisboa, num período que abarca mais de 500 anos – e que se projecta para o futuro. Um período que começa muito em paralelo com a primeira edição da famosa obra de Thomas More ‘Utopia’ (em 1516); que passa pelas árduas lutas pelos direitos do homem e pelas isotopias, no fomento de um mundo novo e moderno com utopias tendencialmente iguais para todos; chegando enfim – e para já – a um novo tempo, pleno de heterotopias, ou de utopias tendencialmente diferentes para cada indivíduo. Um tempo, o de hoje, consideravelmente fractal, bastante pessoano e pleno de vidas heteronómicas, onde a cidade se reinventa mas que se mantém ou mesmo reforça, por mais paradoxal que pareça, no seu lugar de epicentro das aspirações, dos receios e das possibilidades da condição humana. No epicentro das projecções. Um tempo de transição onde, como disse Bruno Latour, as dinâmicas da realidade são muito mais rápidas do que a capacidade das instituições e das normas em desenvolverem suficiente racionalidade para o seu adequado planeamento e governação. Mas onde, justamente, a conjugação entre visão, estratégia, direitos e princípios, será – mais uma vez, mas de forma renovada – fundamental. Como escreveu o grande geógrafo brasileiro Milton Santos, “Nas fases de grande mudança, o primeiro trabalho é rever o que pensamos. Isso não significa jogar fora tudo o que fizemos, mas retomar, partindo de como o mundo é em cada lugar. Sem isso, planejar será um voo cego, com todas as suas consequências”. É este assim um tempo onde buscamos novos sentidos e capacidades de compreender e melhor conjugar humano e urbano, homem e natureza, razão e emoção. Pensando as cidades já não somente em termos de artefactos que se moldam por desenho e planeamento tendencialmente universal ou generalista; mas cada vez mais em termos de

13 organismos vivos que devem interagir de forma muito

activa com a sua própria reinvenção. Num enriquecimento de uma ‘inteligência urbana’, onde a respectiva arte e racionalidade ainda tem muito por compreender. Pois face às novas realidades, a nova ciência das cidades, por muito lastro que tenha, ainda é afinal uma criança. Como escreveu José Saramago, ‘o caos é uma ordem por decifrar’. Gostaria de agradecer a cada um dos diferentes autores deste caderno, o seu estimável trabalho e contributo para este processo colaborativo e muito estimulante. E gostaria ainda de muito agradecer a toda a equipa editorial da revista ROSSIO. Não se trata apenas de agradecer por toda a gestão e apoio sempre mantido ao longo do desenvolvimento deste número em concreto; mas da própria existência, desde o seu início, desta revista de grande qualidade, bem digna de Lisboa.



Vieira da Silva, *Bibliothèque*, 1949







***Lisboa Manuelina
e a formação da
Provedoria de
Obras Reais***

Hélder Carita

CV



INTRODUÇÃO

Ao longo do reinado de D. Manuel (1496-1521), por iniciativa da Casa Real, Lisboa sofre um processo de transformações, que estendendo-se da lógica de organização ao traçado urbano e à arquitectura, imprimem uma nova a imagem à cidade. Com a implantação de um complexo conjunto de equipamentos urbanos centrados na zona da Ribeira, Lisboa faz uma aproximação às margens do Tejo e às suas águas, numa dupla lógica de ver e ser vista, que se manterá até meados do século XIX¹. Debruçada sobre as águas, a cidade toma o lençol aquático em que se espelha como via de circulação privilegiada, estabelecendo uma rede de ligações ao longo das suas margens que imprimem ao quotidiano de Lisboa um ambiente marítimo peculiar. No plano político, estas transformações integram-se num amplo programa de reformas implementadas pelo poder real, como é o caso dos Forais, dos Pesos e Medidas e da Justificação da Moeda, que visavam racionalizar a administração régia e implementar uma política de centralização do poder real.

Através de um vastíssimo conjunto de alvarás, cartas régias, regimentos e posturas, intervindo a vários níveis na estrutura e destinos de Lisboa, vemos emergir um discurso fortemente autoritário e pragmático, pontuado por categorias de “ordem, *ygualdade*, *compasso e grandura*”, e onde a cidade é visualizada como um todo, não só funcional e operativo, como simbólico. Na implantação deste discurso, destaca-se a figura do secretário real António Carneiro que Alexandre Herculano definiu de forma significativa, como; “*um marquez de Pombal de ha trezentos anos (...)* *ministro de peso e volume*”². Polarizada em torno deste poderoso secretário³, que viria a assinar a maioria das iniciativas urbanas para a cidade de Lisboa, vemos surgir uma gestão coerente e racionalizada das obras reais, cuja organização e estrutura de funcionamento, apoiada por funcionários régios especializados, tomará mais tarde a designação de Provedoria de Obras Reais⁴.



Fig. 1 Pormenor de vista de Lisboa. António de Holanda.
C. 1520-30. in *Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. Iluminura em pergaminho. Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais.



O “PROGRAMA DE REORDENAMENTO URBANO DE 1498-1502”

Entre os anos de 1498 a 1502 são assinados um conjunto de alvarás, cartas régias, regimentos e posturas que, nos seus pressupostos e interligações, manifestam uma estratégia coerente e centralizada da Casa Real. Na sua generalidade, as cartas sobre o reordenamento do centro da cidade, tanto as de Agosto de 1498⁵ e Abril de 1499⁶ como a de 1502⁷, incidem essencialmente sobre obras que decorriam sob a responsabilidade do Senado da Câmara: arruamentos, cais portuários, portas da cidade, chafarizes e edifícios camarários, como “*açougues, a padaria, o selheiro público*”. Não possuímos documentação equivalente para as obras de iniciativa régia a cargo da Fazenda Real, como é o caso do Paço Real, das *teracenas*⁸, tanto as de Cata-Que-Farás como das Portas da Cruz, a Casa de Ceuta e Casa da Índia ou os Armazéns Reais. A generalidade das cartas conhecidas tem origem na necessidade de a Casa Real estabelecer parâmetros, tanto para o financeiro de certas obras, como para a definição das responsabilidades imputadas ao Senado da Câmara. Estas cartas contêm, assim, apenas fragmentos dum programa, mais amplo, concebido num círculo de funcionários da Casa Real. No seu conjunto, o programa de 1498-1502, em consonância com a construção do novo Paço Real e de uma vasta frente arquitectónica sobre a Ribeira, assegurou a constituição dum novo centro urbano aberto sobre as margens do Tejo. Para a construção desta frente urbana da Ribeira existe o seu regimento de obras, assinado em 29 de Outubro de 1498⁹, que nos possibilita uma visualização dos fundamentos estéticos que presidiam a este programa urbano. Em termos morfológicos, o regimento instituiu uma larga frente urbana de cerca de 172 metros, virada ao Tejo, composta por quatro grandes conjuntos arquitectónicos. Para estes quatro blocos de edifícios eram definidas as larguras das boticas¹⁰ “... **de quinze palmos cada uma** contando a parede damtre humas e outras nos ditos 15 palmos...”, prevendo-se uma frente continua e uniforme “...*huma nom saya mais da outra*...” para toda a fachada da futura praça, chegando o autor ao pormenor de estabelecer as espessuras das paredes de divisão dos lotes para assegurar a unidade e o compasso rítmico das fachadas no seu conjunto. Além das larguras das boticas eram fornecidas com notável rigor as medidas e os materiais dos vãos e até a largura dos nembos¹¹ “... e os portaes feitos de pedrarya quadrados por cyma e de seis

palmos damcho e doze de altura cada hum degrau de pedra para a Ribeira e por esta maneyra fica de portalle a portalle nove palmos...” Para além do detalhe das medidas, a insistência com que em vários momentos do texto é salientado: “... **tudo dum mesmo compasso e medida**...” ou “... *tudo duma mesma grandura e medida*...” revelam uma exigência académica e erudita que nos remetem para lógicas estéticas e arquitectónicas próprias da Idade Moderna. Em paralelo com esta nova e ampla frente urbana da Ribeira, promove-se um conjunto de grandes obras nas ruas mais importantes do centro de Lisboa, procedendo-se a reparações tanto nas principais portas da cidade como nos mais relevantes chafarizes, numa acção programática que visualiza a cidade como um todo homogéneo e funcional. Numa primeira prioridade, os arruamentos de ligação da nova praça da Ribeira à Alcáçova (Castelo de São Jorge) e ao monte de São Francisco (Chiado) sofrem obras de alargamento, efectuando-se para o efeito diversas demolições de casas, alpendres e patamares para desobstrução da circulação viária. As fachadas da Rua Nova e Sapataria são reformuladas, passando a assentar em galeria sobre “...*esteios de pedraria yguais e muy bem obrados*...” numa arquitectura de programa de grande rigor. A partir destas opções, em articulação com a Rua Nova, são reformuladas as ruas dos Ferreiros, dos Tanoeiros e dos Bacalhoeiros, o que, para além de promover uma nova arquitectura de programa, introduz uma estrutura radial no tecido urbano de Lisboa, instituindo grandes linhas de desenvolvimento a partir do centro da cidade. Deste centro passam a irradiar cinco novos eixos: da Ribeira à Alcáçova; da Ribeira ao Alto de São Francisco; da Ribeira para ocidente, a caminho de Cata-que-Farás (Cais do Sodré), da Ribeira para S. João da Praça e Alfama, para oriente, e, por fim, da Rua Nova dos Mercadores, para norte, pela Rua Nova d’El-Rei, a caminho do Rossio. Sobressaindo deste grupo, a Rua Nova d’El-Rei nasce como nova entidade urbana, que, ao estabelecer uma grande linha de penetração para o interior, vai possibilitar a consolidação dum novo núcleo de centralidade no Rossio, que virá igualmente a sofrer um processo de reordenamento urbano. Cabe salientar, que embora tenha sido D. João II a fundar o Hospital Real de Todos-os-Santos, na realidade, a frente urbana sobre o Rossio é realizada no reinado de D. Manuel, como salienta Damião de Góis ao referir que este monarca “... *acabou o grande e sumptuoso Hospital da cidade de Lisboa ... e fez nele todas as casas que estão na face do Rossio desde a rua da Betesga até o mosteiro de são Domingos*...”¹².

Fig. 2 Pormenor de vista de Lisboa António de Holanda. 1530-1534, Iluminura in *Genealogia dos Reis de Portugal*. Simão de Bening . British Library. Londres.

Fig. 3 Pormenor de panorâmica de Lisboa. Anónimo. Desenho da 1ª metade do século XVI. Biblioteca da Universidade de Leyden. Holanda

Fig. 4 Zona da Ribeira. Pormenor de panorâmica de Lisboa "Olissipo quae nunc...", in Georgious Braunius *Civitates Urbis Terrarum...* Gravura. 1598



Fig. 5 Programa de reformas urbanas efectuadas em Lisboa entre 1498-1502.

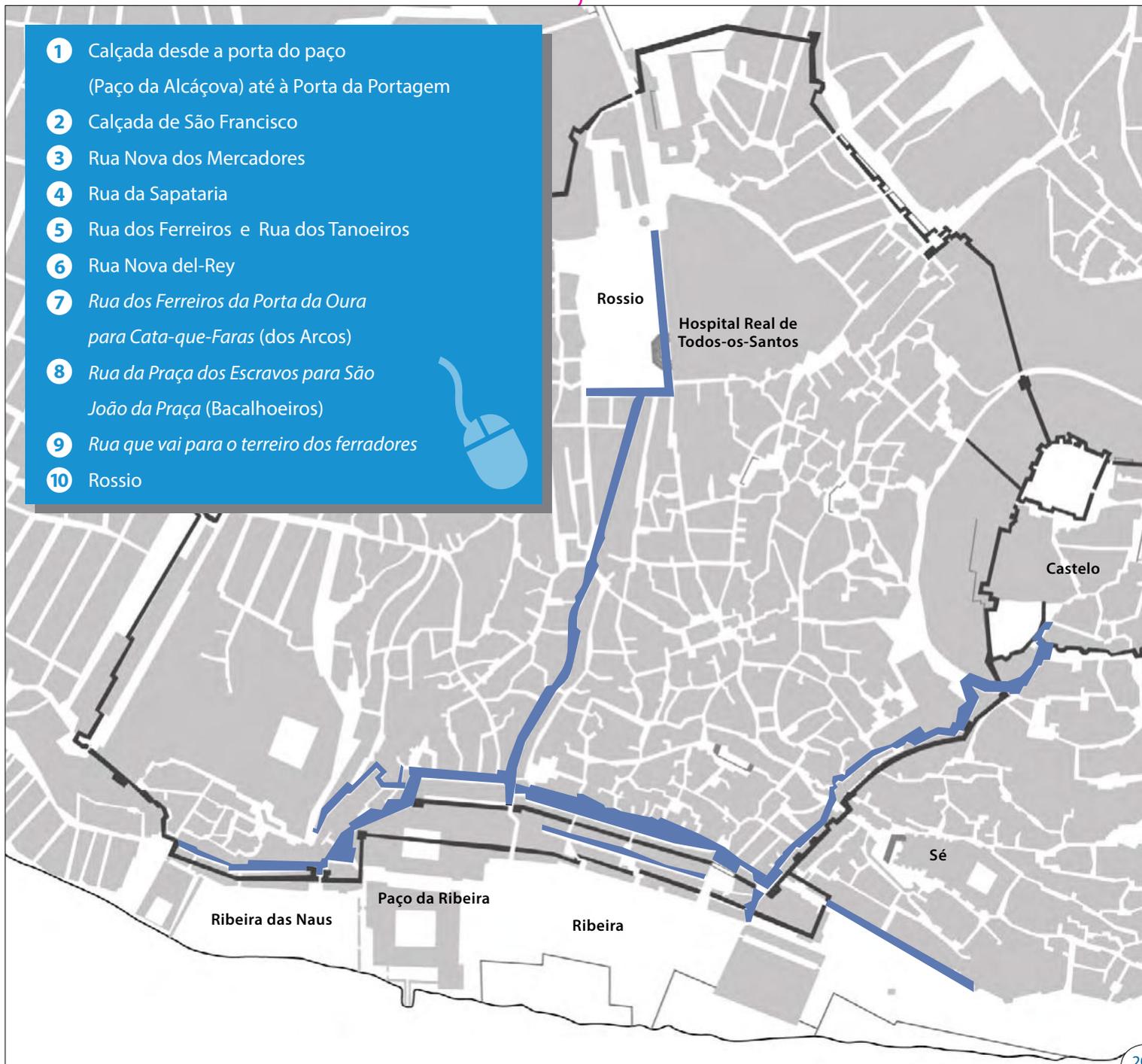




Fig. 6 Mosteiro de Santa Maria de Belém. Pormenor de vista de Lisboa António de Holanda. 1530-1534, Iluminura in *Geneologia dos Reis de Portugal*. Simão de Bening. British Library. Londres.

Ainda do período de 1498 são as primeiras cartas de doações régias para a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém. Na sua relação com o Tejo, a edificação deste mosteiro-palácio real revela claramente preocupações paisagísticas, desenhando-se como imponente elemento urbano a marcar emblematicamente a entrada da nova capital do Reino imaginada e lançada no programa de 1498.

“OS OLIVAIS DE MUROS ADENTRO” E NOVAS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA

A par das acções que visavam o reordenamento do centro de Lisboa, em 26 de Dezembro de 1500, é assinado um alvará real que promovia a disponibilização de terrenos para urbanização no interior da cidade, aí se ordenando “... que se cortem e que se deribem todollos os ollivvaez de muros adentro...”¹³. No texto do documento, a vontade do Rei e os interesses da cidade eram colocados acima de qualquer instituição, assinalando explicitamente o alvará; fossem os terrenos de “... Ygreja, moesteiro morgado ou quaaes quer outras senhorias e callidades que fore...”. A cidade apresenta-se aqui como um espaço uniforme e politicamente submetido a regras gerais, sem excepção para qualquer dos poderes que ao longo da Idade Média se tinham afirmado com um

21 estatuto autónomo na estruturação do espaço da urbe.

Nos terrenos das cercas dos conventos da Trindade e do Carmo, inicia-se o processo de urbanização de Vila Nova da Oliveira, decorrendo, a nível mais pontual, outras pequenas urbanizações, como a abertura da Rua do Saco, na cerca dos frades de São Francisco. Os espaços livres no interior das muralhas eram, porém, escassos e verificamos que, nos anos de 1501 e 1502, D. Manuel assina um conjunto de doações de terrenos urbanos situados ao longo da *rua direita de Cata-que-Faras*¹⁴, junto das margens do Tejo, a grandes armadores e altos funcionários de Estado. Acção mais importante, pela amplitude das proporções que irá tomar, em 1503, Lopo de Atouguia e Bartolomeu de Andrade¹⁵, assinam um acordo para dar início à urbanização de Vila Nova de Andrade (futuro Bairro Alto). Este contrato dava autorização para os Andrade urbanizarem duas grandes propriedades situadas fora da antiga cerca fernandina, junto das Portas de Santa Catarina (actual largo do Chiado). Analisando este documento, apercebermo-nos da referência a um plano de urbanização com lotes de métricas precisas e de rigorosa geometria.¹⁶ A título de pagamento pela autorização, os Andrade doavam a Lopo de Atouguia um lote de terreno na nova urbanização; “em o qual chão o dito Lopo d’Atouguia e seus sucessores poderão fazer casas e qualquer outra benfeitoria...”. Referindo-se à localização e implantação do dito lote, o texto determina que se devia respeitar “...hua rua que tem ordenado de se por ali fazer...”, confirmando a existência de um plano de urbanização concebido previamente. O documento transcreve, ainda, as medidas deste *chão*, num duplo quadrado, com “... doze braças de comprido e seis de largo...” (120x60 palmos). As dimensões do chão corresponderiam, assim, a 4 lotes de 30x60 palmos, que são as medidas que encontramos como base dos loteamentos tanto no Regimento de 1498 para a frente da Ribeira, como do Bairro Alto, testemunhando a aplicação de sistemas métricos proporcionais que se estendem da arquitectura ao urbanismo. Em termos geográficos, esta primeira fase de lançamento da urbanização de Vila Nova de Andrade, que se desenrola a partir de 1503, situava-se na zona mais chegada ao Tejo e às Portas de Santa Catarina, subindo do Rio até à zona do actual Largo de Camões. O envolvimento da Casa Real neste importante processo é atestado através de um alvará régio de confirmação, assinado em 1509 por André Pires¹⁷, alto funcionário da câmara real que a par do secretário António Carneiro, vemos assinar a generalidade de medidas, não só arquitectónicas como urbanas instituídas em Lisboa.

O terramoto e a subsequente reconstrução da cidade alteraram significativamente o cadastro e desenho urbano desta primeira fase de urbanização, mas as plantas de José Valentim de Freitas¹⁸, anteriores às reformas pombalinas, permitem-nos a visualização dum traçado que não terá sofrido grandes transformações ao longo dos séculos XVI e XVII. Correspondendo a um período experimental e de transição, este traçado ainda apresenta longos quarteirões com afinidades ao urbanismo medieval, sem a proporção e racionalidade que veremos manifestar-se na segunda fase de expansão de Vila Nova de Andrade.

PROVISÕES E ALVARÁS DE 1502 SOBRE “SACADAS, PAREDE DIREITA, E ALINHAMENTOS”

Em estreita interdependência com as estratégias de reordenamento urbano de Lisboa, verificamos que, entre 1499 e 1502, são tomadas medidas de carácter arquitectónico e construtivo decisivas e com profundas consequências, não só na imagem da cidade como nos destinos da arquitectura portuguesa em geral.

Se em Junho de 1499 é assinada uma provisão proibindo a construção de novos balcões e sacadas, em 3 de Abril de 1502¹⁹ é assinado um alvará com uma medida muito mais geral e impositiva: determinava-se o *derybamento* (demolição) de todos os balcões existentes na cidade, sendo para isso imposto um prazo de seis meses, com multas para quem o não fizesse. Ora estas balcoadas estavam ligadas à própria estrutura da fachada e eram afectas à tipologia de edifício medieval, de estrutura de madeira, com andares em consola, equivalendo a sua proibição à negação dum modelo de edifício e à necessidade de definição duma nova tipologia. Neste sentido, um segundo alvará, de 10 de Agosto de 1502, assinado por António Carneiro, adquire um particular significado urbanístico. Emitido em consequência de dúvidas e queixas, este alvará volta não só a confirmar o anterior, mas ainda indica como modelo arquitectónico o adoptado nas grandes obras que se vinham a realizar em Lisboa, assinalando e “...*Item todolos outros Balcões do Corpo da Cidade se metão como geralmente o temos mandado...*” A regra instituída para quem construísse novas fachadas, que estipulava “...*se desfação de todo e se faça parede direita (...)* sob pena de vinte cruzados douro para as obras da cidade...” era reafirmada, mas agora para todas as fachadas antigas da cidade e com igual peso de multas. Por fim, o alvará de 10 de Agosto ressaltava a construção ou manutenção de sacadas desde que não ultrapassassem um balanço de palmo e meio, norma que veremos tornar-

se característica de toda a arquitectura dos séculos XVII e XVIII, não só em Lisboa como em todo o País.

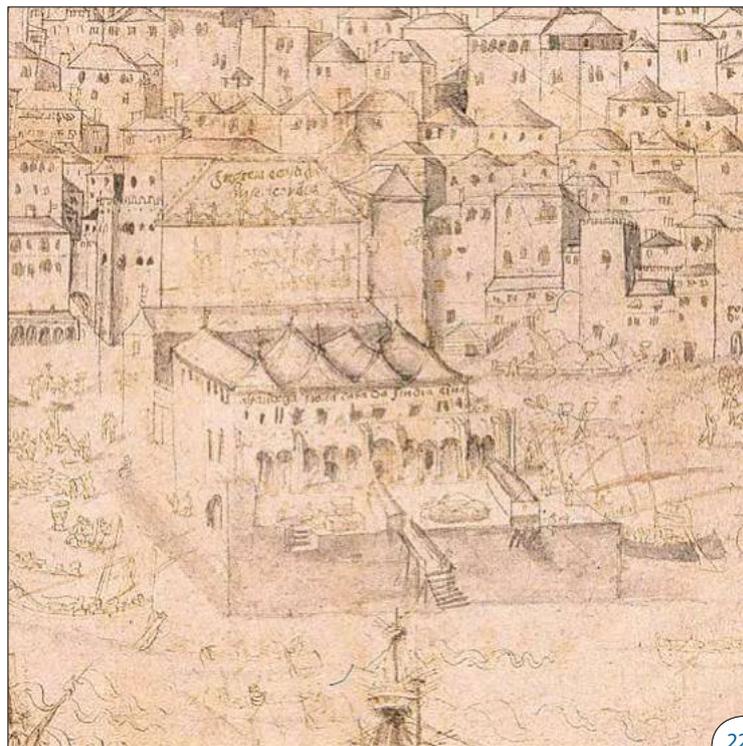
Esta legislação, para além do seu efeito na época, tomará uma importância decisiva no percurso arquitectónico e urbanístico da cidade, quando algumas das suas principais normas são transcritas para *O Livro das Posturas Antigas da Câmara e para o Regimento dos Officiais Pedreiros e Carpinteiros*.

O PROGRAMA DE 1513 - DE “CABEÇA DO REYNO” A CAPITAL DO IMPÉRIO

Durante um largo período a documentação manuelina é omissa quanto a obras de iniciativa régia em Lisboa. Na realidade, em 1505 a cidade é assolada por um violento surto de peste e a corte afasta-se da capital durante vários anos. Em 21 de Dezembro de 1513 os *Livros de Reis da Câmara de Lisboa* registam uma nova campanha de grandes obras concentradas no terreiro do Paço e estendendo-se pela zona da Ribeira. Se estas importantes obras se relacionam com o regresso da corte



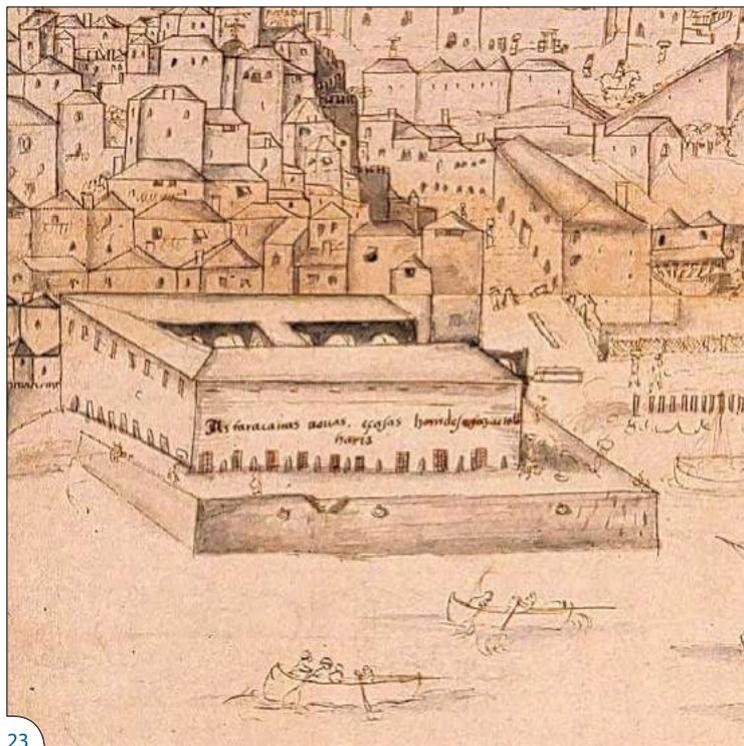
Fig. 7 Edifício da Alfandega Nova no Terreiro do Paço. Pormenor da Panorâmica de Lisboa. Desenho da 1ª metade do século XVI. Biblioteca da Universidade de Leyden. Holanda



a Lisboa, num outro registo, elas coincidem com a afirmação da hegemonia portuguesa no Oriente. De facto a carta enviada por D. Manuel ao Papa Leão X, anunciando as suas grandes vitórias na Índia, é datada de 6 de Junho de 1513. O texto, com intenções claramente propagandistas, é impresso²⁰ e distribuído pelas principais cortes europeias. Neste ciclo de obras, verificamos que o extenso alçado do Terreiro da Paço virado ao Tejo, é acrescentado com mais dois andares, dotando o conjunto duma outra ordem de monumentalidade. No regimento elaborado para a obra, estes dois andares recebiam uma série de janelas geminadas, iguais às do Hospital Real *“da grandura e feiçam das janellas do hospitall (...) e a cidade hade dar as colunas”*²¹, o que denota uma preocupação de estabelecer afinidades entre dois emblemáticos espaços urbanos, numa percepção da cidade como um todo interdependente. Em sintonia, o Paço Real da Ribeira sofria igualmente obras de engrandecimento, com o aumento de um



Fig. 8 Tercenas das Portas da Cruz. Pormenor da Panorâmica de Lisboa. Desenho da 1ª metade do século XVI. Universidade de Leyden. Holanda



piso no extenso corpo da varanda onde, a meio, nascia um torreão rematado por elegante mirante²².

Em contraponto com a varanda do Paço Real, iniciam-se, neste período, as obras da Alfândega Nova, que vão conformar o Terreiro do Paço numa nova estrutura de praça, constituída por três corpos arquitectónicos em U, morfologia que marcará definitivamente a imagem de Lisboa. No edifício da Alfândega Nova, vão instalar-se, não só as funções de alfândega, como a Casa dos Contos e ainda o Paço da Madeira, reflectindo uma atitude de racionalização na gestão administrativa, face ao progressivo crescimento do comércio marítimo e consequente complexificação do aparelho de Estado. Integradas na própria estrutura arquitectónica do Paço Real, são ainda realizadas as grandes obras de instalação do *Almazem das Armas*, a que Damião de Góis chamava Arsenal da Guerra, e que colocava entre as sete grandezas de Lisboa. Igualmente ligada ao Paço Real, mas formando uma frente autónoma na fachada da Ribeira, desenhava-se a Casa da Índia e de Ceuta, que também recebeu transformações e uma nova reestruturação neste período. Como complemento destes novos equipamentos portuários e administrativos, para ocidente e na sequência da Ribeira das Naus, forma-se outro cais de porto para armadores particulares: a Praia da Boavista. Por provisão real de 1515, nesta área passa a ser expressamente proibido que a Câmara permita a construção de habitação; *“se nom afore nem dee de aforamento nenhum chão na praia, de cata que faraz (...) ate santos e esteja sempre desocupada a dita praia”*²³. Em paralelo com o programa de renovação da zona da Ribeira, em 1513, desenvolve-se, junto das Portas de Santa Catarina, uma segunda fase de expansão da zona ocidental da cidade, (futuro Bairro Alto), conjunto urbano que, não só pela dimensão como pela ortogonalidade de traçado, se afirmará como fenómeno axial na história do urbanismo português. Neste ano os Atouguia e os Andrade realizam um novo contrato confirmando oficialmente as cláusulas já estabelecidas em 1503 e em 1509. A partir do núcleo inicial, desenvolvido junto da zona do actual Camões, dá-se a expansão para norte e ocidente. Sendo o rápido crescimento da Vila Nova de Andrade para norte atestado pelos aforamentos compilados por Mário de Saa²⁴, a amplitude e orientação geográfica do desenvolvimento desta fase é-nos confirmada pelo contrato de aforamento de um terreno situado junto da actual Travessa da Queimada que Bartolomeu de Andrade celebra no mesmo ano de 1513 com os frades Trinos²⁵. Esta segunda fase, preservada pelo terramoto no seu traçado

Fig. 9 Pormenor de panorâmica de Lisboa “Olissipo quae nunc...”, in Georgius Braunius *Civitates Urbis Terrarum...* Gravura. 1598

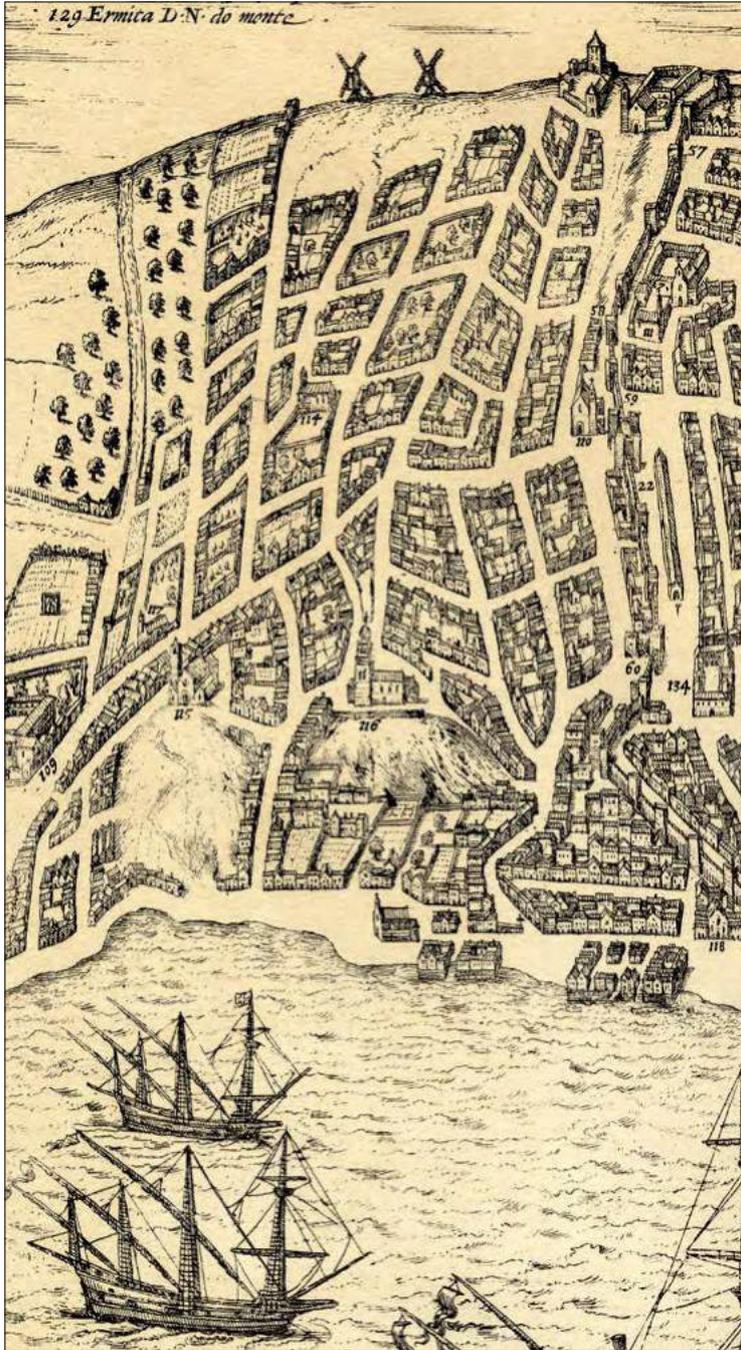
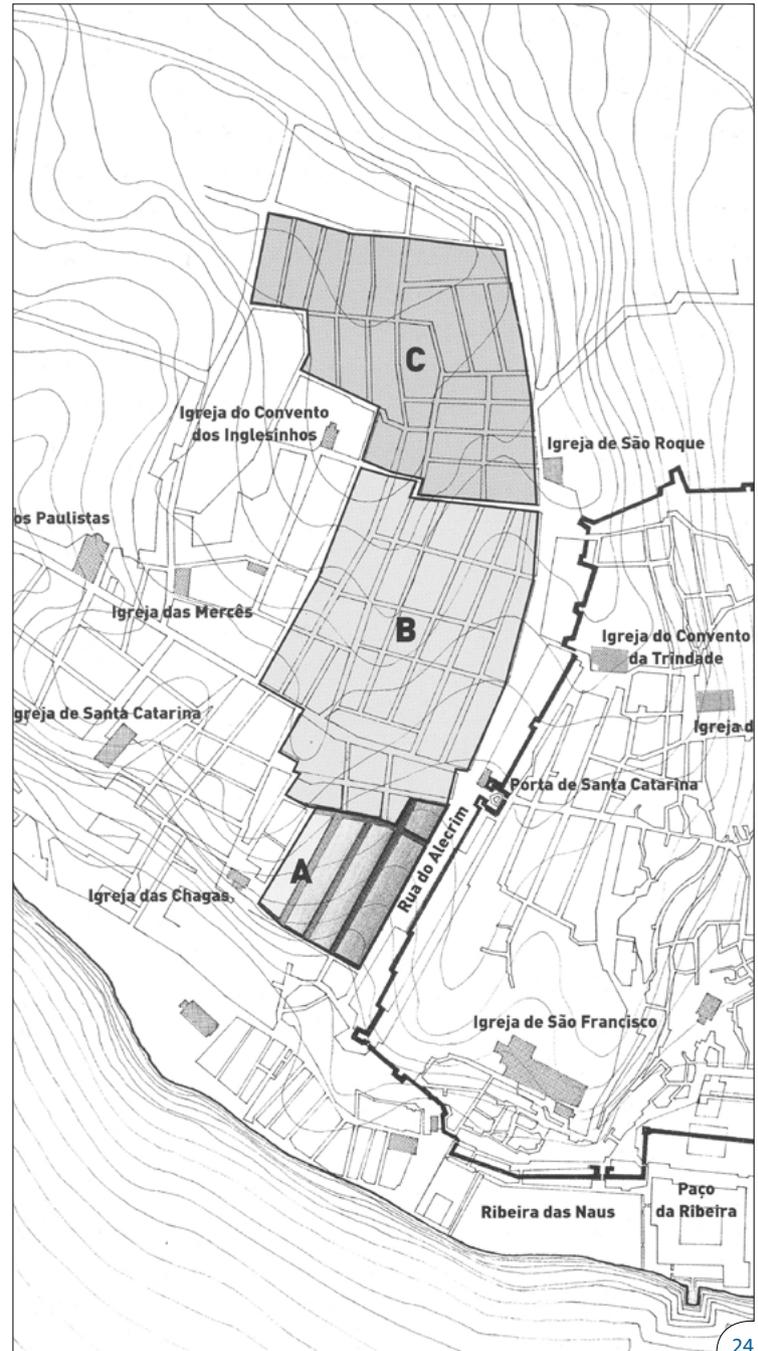


Fig. 10 Evolução de Vila Nova de Andrade e Bairro Alto.

A – Traçado urbano iniciado em 1503

B – Fase urbana de 1513

C – Desenvolvimento urbano a partir de 1552



original, destaca-se, nos seus pressupostos urbanísticos, por uma malha regular e ortogonal de ruas e travessas, onde o quarteirão de base rectangular surge como modelo gerador. Este quarteirão aparece, por sua vez, como resultante do módulo de loteamento baseado no duplo quadrado de 30 por 60 palmos, adoptando um conjunto de métricas proporcionais afirmadas já no primeiro loteamento de Vila Nova de Andrade iniciado em 1503.

Reflexo de uma sintonia com as grandes reformas urbanas implementadas pela Casa Real, é o facto de nos aforamentos da Vila Nova de Andrade, realizados a partir de 1513, surgir a cláusula da obrigação de construir as casas: "... feitas de paredes de pedra e cal e madeira e pregadura e telhas sobradadas..."²⁶. Afastando-se duma prática urbanística medieval, baseada num modelo linear de rua (direita) com travessas, confrontamos aqui com uma conceptualização abstracta do traçado, radicada num módulo geométrico que, desenhando-se de forma ténue nos quarteirões de Vila Nova de Oliveira ou de Cata-que-Faráz, adquire aqui a sua plena expressão.



Fig. 11 Frontispício e última página do obra de André Pyres, *Regimento de como os contadores das comarcas hã de prover sobre as capelas ospitais albergarias cõfrarias gafarias Obras terças e residos novamente ordenado...* Lisboa, Oficina de Ioham Pedro de Bonhomini de Cremona, 1514.



LISBOA MANUELINA E A GÉNESE DA PROVIDORIA DE OBRAS REAIS

Como assinalámos anteriormente, a documentação referente a questões de ordem arquitectónica e urbanística produzida para Lisboa durante o reinado de D. Manuel é assinada de forma quase sistemática pelo secretário régio António Carneiro. Nas suas altas funções, António Carneiro, parece aperceber-se da importância fundamental da arquitectura e do urbanismo como instrumentos de centralização do poder real, vindo a agregar à sua volta um conjunto de funcionários régios que o apoiam nas suas estratégias. Percorrendo a documentação disponível, podemos acompanhar António Carneiro a reunir com os mais eminentes arquitectos e mestres, definindo estratégias²⁷, pedindo orçamentos, exigindo prazos e rapidez, numa linguagem inconfundível, sempre atravessada por um forte pragmatismo e um desejo de que tudo fosse realizado com a máxima ordem, rapidez e racionalidade. Através das suas cartas, assistimos aos encontros de António Carneiro com os mestres, ora na corte ora deslocando-se directamente aos locais de obra. Na conhecida carta de 1510, enviada a Diego de Braga, sobre o início das obras do convento de Tomar, a cargo de Diogo de Arruda, António Carneiro, assinala "**...segundo o fallamos com o dito Diogo darruda**"²⁸. O mesmo encontramos noutra carta enviada ao Senado da Câmara de Coimbra sobre o arquitecto Boytaca, em que Carneiro refere: "**... e nos fallamos ca com mestre Boutaca acerca da ordenança da obra com elle fallares e elle tenha carregado de mestre della porque nos ho encarregamos diso...**"²⁹. Nas obras de reformulação urbana de Lisboa, a presença do secretário é constante, não só assinando, todas as cartas dirigidas à Câmara de Lisboa, mas também reunindo pessoalmente com os membros do Senado e intervindo ao mínimo detalhe, de que é exemplo uma carta em que este refere: "**...E nos lugares em que bem parecer sejam feitos degraus para melhor serventia assim como volo fallamos...**"³⁰

Com a confiança absoluta do rei, o discreto e *prattichissimo* secretário³¹, chama a si, não apenas as grandes obras de reformulação da cidade de Lisboa, como a gestão das obras reais, organizando as estruturas e um método de gestão centralizado para o que virá a ser a Provedoria de Obras Reais. Entre os seus mais próximos colaboradores, destaca-se André Pires, que ao lado do secretário vai elaborando contratos de empreitadas e cartas régias sobre assuntos relacionados com metodologia, regulamentação e questões de obras, cujos textos revelam uma linguagem técnica com profundos conhecimentos

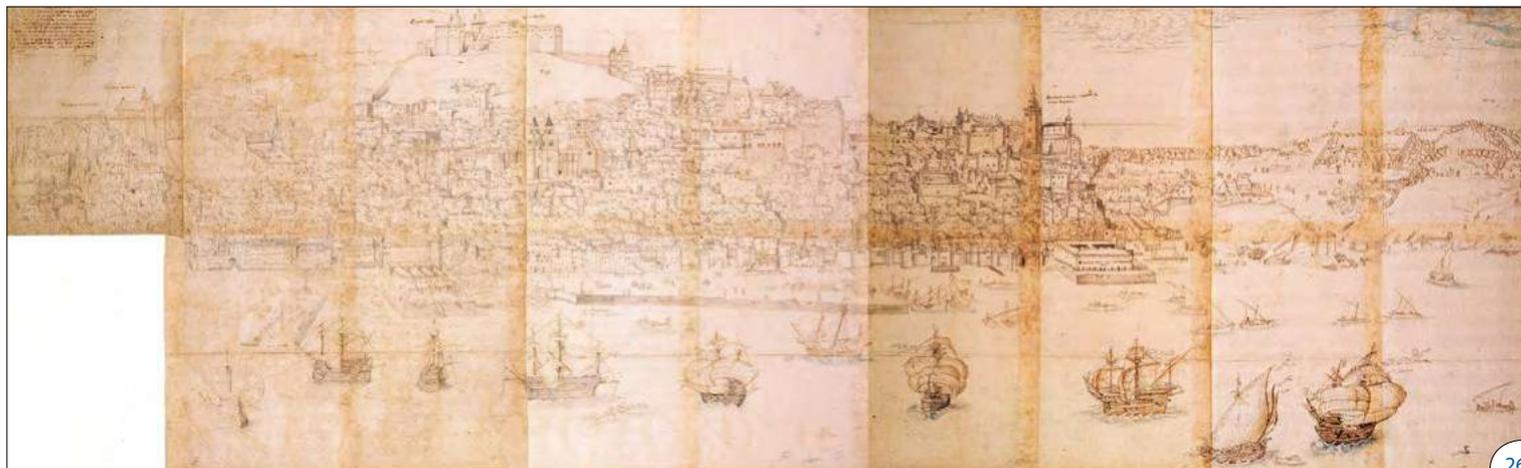
de arquitectura e construção. Digno de nota é ter sido André Pyres a assinar, em 1509, a carta régia de confirmação do acordo realizado entre Lopo de Atouguia e Bartolomeu de Andrade que dava início à urbanização das Chagas e do Bairro Alto. É porém, o seu *Regimento dos Contadores*, publicado em 1514, que se afirma da maior importância, constituindo um marco fundamental para os destinos da Provedoria de Obras Reais. Nas suas directivas quanto a “obras terças”³², é instituída a obrigatoriedade de todas as obras régias passarem a ser dadas por empreitada³³, facto que obrigava à elaboração prévia de um projecto que permitisse a estimativa do seu orçamento, para poder ser colocado a concurso e entregue a quem realizasse a obra pelo um melhor preço. O texto do regimento instituída, por outro lado, um sistema de controle centralizado e à distância, ao determinar que as obras deveriam ser aprovadas na Provedoria de Obras Reais, assinalando “*façam assentar hos lanços que nelles fezerem per ho escrivam de seu officio e nollos enviaram e escreveram a obra quamanha he e ho em que foy avaliada e o preço que dam por ella*”.

N N

Se ao longo da sua vida André Pyres se mantém como escrivão da câmara régia e escrivão *das Obras Terças*, será já o seu filho Álvaro Pyres que, herdando os cargos do pai, assumirá o lugar de Provedor de Obras Reais, assegurando a continuidade e coerência das estratégias estabelecidas por António Carneiro até que, no reinado de D. João III, venha a ser formalmente instituída a Provedoria de Obras Reais, em que oficialmente se concentrarão os saberes, o poder regulamentar, as práticas e os métodos já largamente ensaiados no domínio da arquitectura e do urbanismo desde o reinado de D. Manuel I.

play

Fig. 12 Panorâmica de Lisboa. Anónimo.
Desenho da 1ª metade do século XVI.
Biblioteca da Universidade de Leyden. Holanda



r

Notas

- 1 Será esta a sua representação iconográfica, que vemos repetir-se sistematicamente desde as iluminuras do século XVI, às gravuras, pintura ou azulejaria, até ao século XIX.
- 2 Herculano, Alexandre - *Opúsculos*. Lisboa, Ed. Antiga Casa Bertrand, 3º ed. Tomo VI, p.20
- 3 Sobre a acção e personalidade de António Carneiro conf: Sá-Nogueira, Isabel Bettencourt; Sá-Nogueira, Bernardo de. « A Ilha do Príncipe no 1.º Quartel do séc. XVI : administração e comércio», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Porto, 1989, vol. III. Hélder Carita, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, Cap. VI, pp. 109-119
- 4 Instituída no reinado de D. João III pela criação do cargo de Provedor de Obras Reais, este organismo era responsável pela gestão das obras pagas pela Fazenda Real, sendo ainda responsável pela nomeação de um conjunto de cargos de arquitectos, mestres, escrivães e medidores de obras, encarregados destas obras.
- 5 AH da CML - *Livros de Reis. Livro 1º de D. Manuel*, cop. XVIII, fl. 21v-22. (Carta régia de 20 de Agosto de 1498).
- 6 IDEM – *Ibidem*, fl. 29 (Carta régia de 4 de Abril 1499).
- 7 IDEM – *Ibidem*, fl. 55v-56 (Carta régia de 10 de Fevereiro de 1502).
- 8 Referidas como *teracenas* ou *tercenas* eram grandes edificios estreitos e muito compridos que serviam para guardar barcos e equipamentos navais.
- 9 AN/TT - Corpo Cronológico, parte 3.ª, maço 1º, doc. 30, nº10, fl.1 (Regimento de 29 de Outubro de 1498).
- 10 O termo botica indica uma pequena loja ou oficina situada ao nível do piso térreo.
- 11 O nembro corresponde ao espaço de parede entre janelas ou portas revelando-se particularmente importante no estabelecimento do ritmo dos vãos, nos conjuntos urbanos.
- 12 GÓIS, Damião - *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p.74.
- 13 AN/TT - *Chancelaria de D. Manuel. Livro I da Estremadura*, fl. 160. (Alvará de 26 de Dezembro de 1500).
- 14 Esta rua, situada entre a Ribeira das Naus e o actual Cais do Sodré também era chamada de *rua das Porta da Oira para Cata-que-faraz*.
- 15 Na nossa investigação recente concentrada na documentação da Casa Atouguia guardada no Arquivo da Misericórdia de Lisboa, *Testamentaria*. Maço nº6 de Testamentos, Proc. Nº 112, somos levados a considerar a data de 1503 como início da urbanização de Vila Nova de Andrade e não a de 1498 como anteriormente afirmamos; conf. Heder Carita, *Lisboa Manuelina a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp.102-103.
- 16 MACEDO, Luiz Pastor de - *Lisboa de Lés-a-Lés*, Lisboa, CML., 2ª ed. 1955, vol. I, p.235
- 17 Arquivo da Misericórdia de Lisboa, *Testamentaria*. Maço nº6 de Testamentos, Proc. Nº 112. Transcrito na Carta de partilhas dos bens de Dom Pedro da Cunha pelo seus filhos Dom Luiz da Cunha, Dom Lourenço e Dona Maria, em 158,
- 18 Estas plantas encontram-se na Biblioteca Nacional, FREITAS, José Valentim de, *Planta Anterior ao Terramoto*, D, 108-R
- 19 AH da CML - *Livros dos Reis. Livro 1.º de D. Manuel I*, Doc. 75, fl. 58v-59 (Carta régia de 3 de Abril de 1502).
- 20 *Arquivo Histórico Português*, cit. vol. IV, pp. 111-114.
- 21 AH da CML *Livros dos Reis. Livro 11.º de D. Manuel I*, Doc. 82, fl. 14v-16v (Carta da Câmara a El Rey do custo da obra da Ribeira e do lançamento do dinheiro para a agoa Deandaluz)
- 22 Para esta fase de obras do Paço da Ribeira conf. Nuno Senos, o *Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Ed. Noticias, 2002.
- 23 *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de*

- Lisboa, Livro de Reis, Livro 2 de D. Manuel II*, Lisboa. CML, Vol.V, p.227
- 24 SAA, Mário, *Origens do Bairro-Alto de Lisboa*, Lisboa, Edição da Solução Editora, 1929.
- 25 In São José, Fr. Jerónimo de - *Historia Chronologica da SS. Trindade Redenção... da Provincia de Portuguesa*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789, p.179.
- 26 SAA, Mário - *Origens do Bairro Alto de Lisboa*, cit. supra, p.14.
- 27 "... e folgariamos que esta obra se partisse em quatro ou seis lances e que assi fosse metida em pregão para atomarem mais officiais e a faazer mais azinha... AH da CML - *Livros de Reis*.
- Livro II de D. Manuel*, fl.31v e fl.46 (Carta régia de 26 de Outubro de 1509)
- 28 SOUSA VITERBO - *Diccionario Histórico de architectos...* IN/CM.Lisboa, 2º ed.1988, vol.I. p.47.
- 29 IDEM, *ibidem.*, vol.I , p. 125.
- 30 AH da CML - *Livros de Reis. Livro 1º de D. Manuel*, Doc. 36, cop. XVIII, fl. 29 (Carta Régia de 4 de Abril 1499).
- 31 São estas as palavras como o venesiano Cà Masser descreve o secretário António Carneiro "...prattichissimo dell'offizio suo". Conf. Vitorino Magalhães GODINHO, "Portugal no começo do século XVI: O relatório do venesiano Lunardo da Cà Masser" in *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, Sá da costa, nº4, 1979, pp. 75-84.
- 32 Obras pagas pela Casa Real através do imposto da terça e que se destinavam a sistemas de defesa, caminhos, pontes, correspondendo genericamente ao que hoje entendemos como obras públicas.
- 33 In PYRES, André - *Regimento de como os contadores das comarcas hao de prover sobre as capelas ospitais albergarias cõfrarias gafarias Obras terças e residõs novamente ordenado...* Oficina de loham pedro de bonhomini de Cremona, Lisboa, 1514, p.50v-51

Investigação realizada no âmbito de bolsa de pós-doutoramento; (FCT/DFRH/SFRH/BDP/86848/2012).



***Lisboa:
da busca de
imagem de capital***

Walter Rossa

CV



“O erro que tem causado muitos em Espanha, como ponderam os melhores políticos, é estar a corte em Madrid. [...ela] havia de ter a corte onde as ondas lhe batessem nos muros”.

Padre António Vieira (1695), *Sermões*¹

SUPORTE

Apesar de contarmos com um interessante conjunto de representações iconográficas e um bom punhado de descrições, é impossível construir com razoável verosimilhança uma imagem contínua e abrangente da paisagem urbana da Lisboa desenvolvida e consolidada ao longo do período áureo dos descobrimentos e expansão, ou seja, até à União Ibérica [Fig.1]. Contudo foi esse o seu primeiro momento enquanto capital de um Império cujo esboço estava a ganhar nitidez. Capital era um conceito em formulação que só mais de um século depois adquiriria contornos próximos de como hoje o entendemos². Aliás, e sem com isso querer advogar qualquer primazia, a verdade é que o *cosmopolitismo periférico* da Lisboa de então em relação à Europa, com a tensão própria de uma testa de ponte para uma nova rota para o Oriente e o Novo Mundo a ocidente, decerto contribuíram para o desabrochar do sintagma *cidade capital*, cabeça de reino e império, aplicado a Lisboa, então o porto europeu com mais movimento e volume de negócios. A centralidade de Lisboa em relação ao território português é tão antiga quanto se pode considerar natural. Mesmo quando a corte errava por diversas vilas e cidades do país, era em Lisboa que se iam acumulando os sedimentos do Estado, se aglomerava o maior núcleo populacional, surgiam moradas urbanas das principais casas nobres, se fixavam as principais famílias burguesas e as bases operacionais da sua atividades financeira e mercantil, se constituíam os mais expressivos conjuntos monásticos urbanos, etc. O governo dos primeiros monarcas de Avis foi dispensando atenção à sua sede de poder, embora não possa ser considerada excecional no contexto global do que também promoveram em outras cidades e vilas do reino.



Este artigo é uma versão abreviada de um texto em preparação para uma publicação coletiva sobre o tema das capitais no Império Português, que está a ser organizada por Fernanda Bicalho da Universidade Federal Fluminense.

play

Fig. 1 Simão de Miranda, *Ulibone Pars*, 1575. Archivio di Stato di Torino.

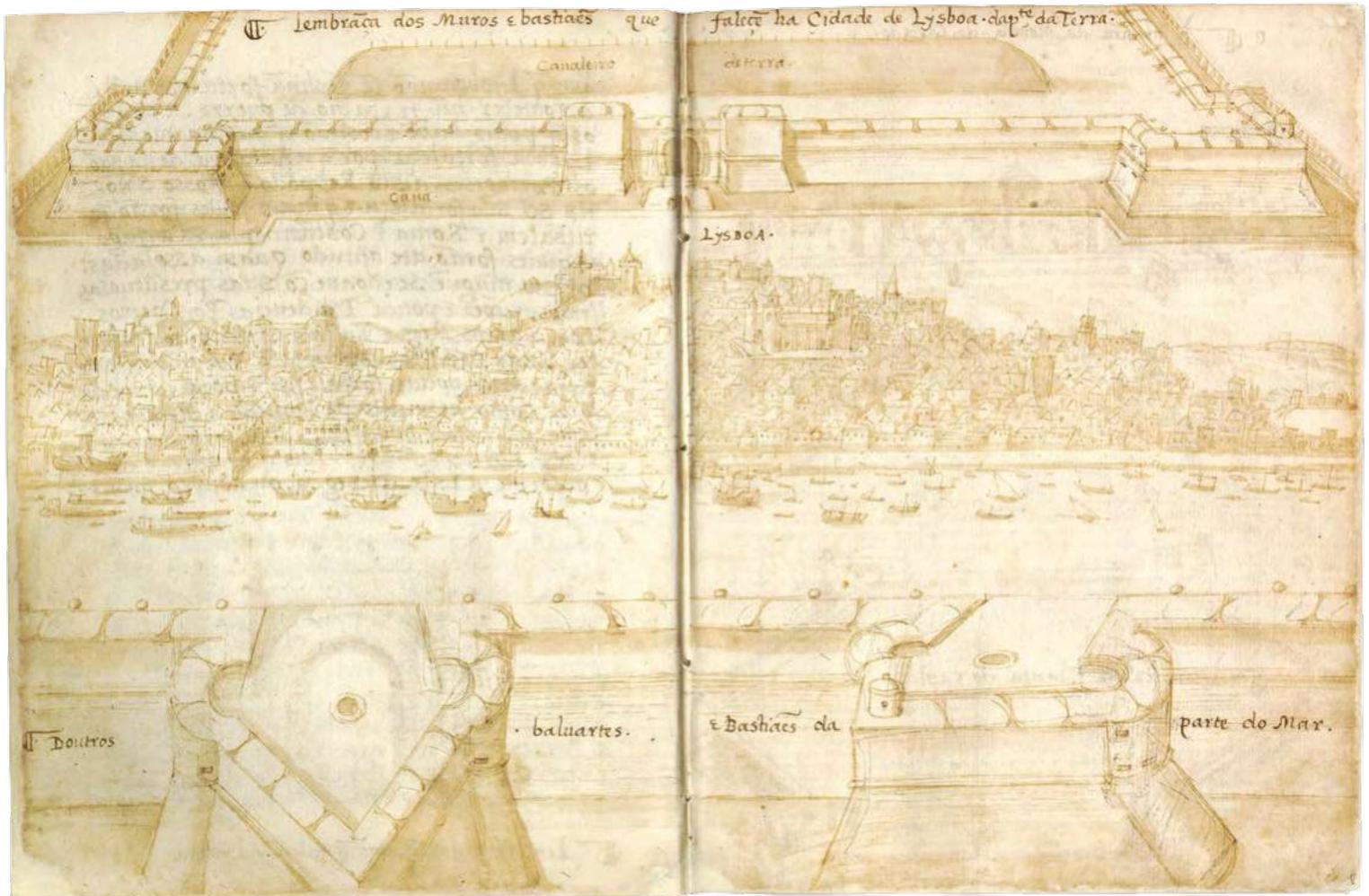


Já com Manuel I foi evidente um desígnio programado de modernização de Lisboa, do que dá conta o texto antecedente. Todavia é no mínimo intrigante, ou revelador³, que os seus sucessores tenham demonstrado desinteresse pela continuação desses esforços. Sabemo-lo por diversas formas, mas a invocação de *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, que em 1571 Francisco d' Holanda dirigiu ao rei, será expressiva o suficiente [Fig.2]. É um lamento em jeito de lista-programa de equipamentos e infraestruturas a empreender, argumentando a falta de monumentalidade moderna ou, por outras palavras, de uma imagem condizente com o seu estatuto de *caput mundi*⁴. Como



para quase todos os autores, e para Holanda com conhecimento de causa, Roma era o paradigma, o principal termo de comparação. Além do ensanche do Bairro Alto e das reformas manuelinas na Rua Nova d'El Rey, no Rossio e na Ribeira, no geral a cidade era profundamente desestruturada e suja, frequentemente sujeita a epidemias mortíferas, pois densificara-se e expandira-se, quase explosivamente, sem plano e infraestruturas. Como sempre não era fácil atuar sobre tecido urbano consolidado. Mesmo em oportunidades como a proporcionada pela destruição provocada pelos terríveis terramoto e maremoto de 1531⁵, a reconstrução foi feita por *motu proprio*, sem alterações estruturais ou sequer melhorias significativas. Já então o rei andava ausente, o que

Fig. 2 Francisco d' Holanda (1571), "Lembrança dos Muros e bastiões que falece...*Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, fls. 8v e 9



Holanda não só denunciaria 40 anos depois, como justificaria por ver “que Vossa Alteza não tem casas em Lisboa dignas da sua pessoa, por onde ora mora na Ribeira, ora nos Estãos, ora em Santos Velhos, que não são lugares de Reis, sem ter onde reclinar a cabeça nesta grande cidade que avia de ser como domicilio seu”⁶.

ESBOÇO

Contudo, de uma forma ou de outra, as descrições modernas de Lisboa feitas até à Restauração da Independência em 1640 não lhe poupam encómios. Refira-se como exemplo a *Urbis Olisiponis descriptio*, com que Damião de Góis elogiosamente descreveu a cidade em 1554. A sua opinião é de facto muito diversa da de Holanda, o que se justifica mais pela sua formação e vivência, que por a ter escrito década e meia antes. É a expressão da cultura de um letrado e não de um artista, reforçada por um conhecimento direto das cidades flamengas e não das italianas. Em termos gerais as demais descrições da cidade desse período, que aqui não cabe listar⁷, alinham por esse diapasão encomiástico, destacando o volume de negócios, as variadas gentes, o pulular de atividades⁸, a forte presença dos homens do mar, o timbre exótico que perpassava em quase tudo isso. É com essa lente que Góis vê e descreve a arquitetura, construindo uma imagem global da cidade. No âmbito do edificado elege literalmente sete itens, sendo significativo que as referências ao paço surjam no âmbito da Casa de Ceuta e da Casa da Índia, o que faz sentido pois fora a partir, pelo meio e sobre elas, que aquele havia sido fundado. A primeira referência conhecida ao Paço da Ribeira (1504) havia sido premonitória, ainda que preconceituosa e exagerada: “ancora quello non è compiuto [... parece...] una fabrica molto bassa, e con poco dessegno, e povera”⁹.

Com um olhar de hoje talvez tendamos a valorizar os aspetos negativos que Holanda listou, bem como informações de outras fontes que nos permitem verificar, a escalas mais comezinhas e em diversos sectores, a sujidade, a degradação, a desordem, a decadência e a ausência de conforto. Contudo, a mística da cidade dos descobrimentos sobrepõem-se-lhe, catalisando outros atributos, também míticos, como o da fundação por Ulisses que, entre outros, surge nos próprios *Lusíadas* (publicados um ano depois do desabafo de Holanda)¹⁰. Nessa linha, era também inevitável para os padrões da época o surgimento de descrições dando conta das “antiguidades” da cidade, que convergiam na justificação da sua centralidade universal, correspondente esplendor e potencial de modernidade¹¹. O que nos conduz a um outro aspeto destacado por quase todos e com o qual, sem sombra de dúvida, ainda hoje estamos plenamente de acordo: a excelência do sítio¹², o qual é o motivo para todos se lhe renderem e, também, o ponto de partida para a construção física da sua imagem concreta, interagindo com todas as construções míticas e ideais já invocadas e com elas inevitavelmente manipulada. Com duas ou três exceções detalhando a Rua Nova e o Chafariz d’El Rei [Fig.3] e, mais tarde, o Rossio a propósito de autos da Inquisição, as representações desenhadas de Lisboa até ao Terramoto de 1755 têm essencialmente dois motivos, que acabam por constituir um só: o terreiro e a ala sul do Paço da Ribeira¹³ [Fig.4].



Fig. 4 António d’Holanda, frontespício da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, c.1540 (detalhe).



É considerável o conjunto de vistas da cidade a partir do rio dando conta do extraordinário conjunto de anfiteatros constituídos pelas encostas edificadas das colinas, todos convergindo no generoso estuário do Tejo. Despontando entre o casario vêem-se torres e edifícios principais que coroam as colinas e, na frente, surge estampado um emaranhado de vestígios da intensa atividade marítima, barcos varados ou em doca seca tendo à ré os fundeados ou navegando no rio.

Ao centro o Terreiro do Paço, vazio que em todas essas vistas funciona como magnete do olhar e centro de composição, sendo também onde se vai assistindo a uma sensível evolução morfológica e arquitetónica. Foi um espaço em formação ao longo de décadas por sedimentos e aterro sobre o rio, a partir da praia constituída pelo cone de dejeção do ribeiro encanado sob a Rua Nova d'El Rei, que do Rossio conduzia ao Tejo as águas dos dois vales ali convergentes.

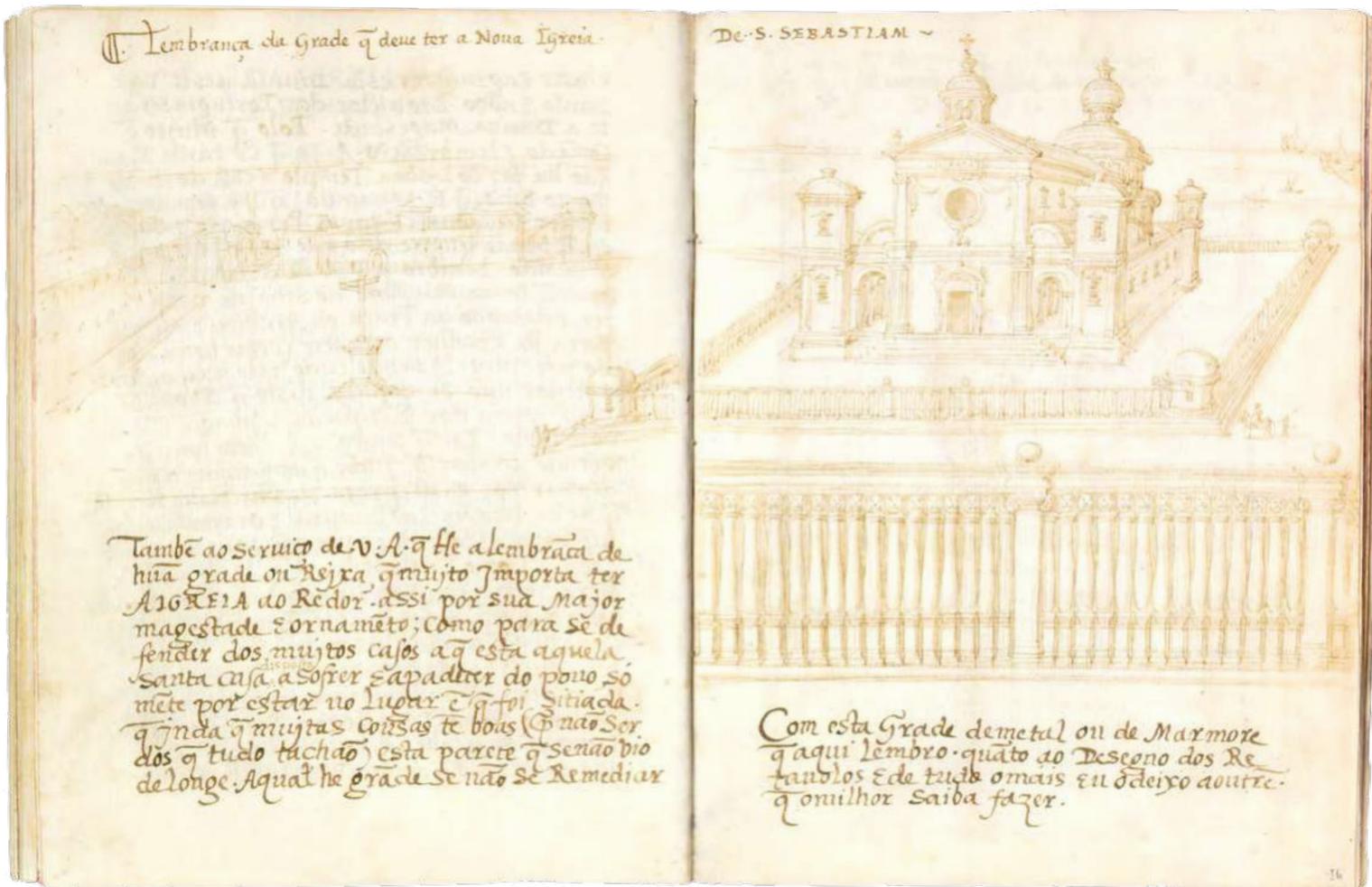
Fig. 3 Rua Nova dos Mercadores c.1570-1590, Kelmscott Manor Collection - Society of Antiquaries of London



A instalação do Paço da Ribeira sobre as Casa de Ceuta e da Índia, no extremo oeste da Rua Nova dos Mercadores, logo no início de Quinhentos, implicou também a construção de uma guarda avançada sobre o rio, um baluarte. Mas também, ligando ambos e constituindo por delimitação os logradouros público (o terreiro) e privado (o jardim) do palácio que iria sendo ocupado por ampliações da Casa da Índia¹⁴, uma galeria ao ar livre de conexão paço-baluarte, primeiro num, depois em dois pisos, axializada num corpo coroadado em coruchéu. Era então a “varanda” ou “ponte”, embrião do que veio a ser a ala mais representada do palácio e, de facto, a mais qualificada¹⁵.

A construção dessa ala do Paço da Ribeira levou à consolidação do terreiro, e a gradual consubstanciação deste como palco de representação do poder, a desenvolvê-la. Reciprocidade evidente nas imagens do palácio e do terreiro, pois um não surge sem o outro. É significativo que não seja conhecida qualquer imagem específica do terreiro focando, por exemplo, a alfândega também erguida por Manuel I limitando-o por nascente, conjunto muito celebrado em diversas descrições da cidade. O terreiro era do paço e nada mais. A construção junto ao baluarte do paço, com cabeceira contra o rio, iniciada por 1550 e próxima da finalização três décadas depois, da igreja destinada a acolher uma relíquia de São Sebastião, foi a única ameaça séria a essa exclusividade e à clareza do espaço e relação com o rio¹⁶ [Fig.5].

Fig. 5 Francisco d’Holanda (1571), “Lembrança da Grade q deve ter a Nova Igreja de S. Sebastiam. Da fábrica que falece à cidade de Lisboa, fls. 26v e 27



DESENHO

Após a construção mítica e os sucessivos apontamentos fundadores, a estabilização da imagem da capitalidade de Lisboa centrada na relação entre o terreiro e a ala sul do Paço da Ribeira, bem como no uso áulico daquele, ficou a dever-se à ação de Filipe II¹⁷. A cuidadosa preparação da sua entrada em Lisboa em 1581 levou à substituição do baluarte manuelino, entretanto derreado, pelo ícone da Lisboa moderna em que se constituiu o Torreão da Ribeira [Fig.6], bem como à transformação de toda a ala, que entretanto já passara a ser um volume encerrado, num edifício de austera feição clássica. Se à escala da arquitetura vamos sabendo o quanto essas alterações tiveram tradução na estrutura, funcionalidade e aparato interior do paço¹⁸, no âmbito urbano têm também sido grandes os progressos no conhecimento do que o primeiro monarca da Casa da Áustria aprontou. O dismantelamento das obras de São Sebastião e a junção do culto da sua relíquia às de São Vicente na imponente reforma



Fig. 6 Torreão da Ribeira. Pormenor do painel de azulejos representando o Terreiro do Paço. Mestre PMP. 1º quartel do séc. XVIII. Museu de Lisboa, MC. AZU.PF 0031.



de São Vicente de Fora, será o exemplo mais versado, o qual obviamente não teve exclusivas motivações estético-urbanísticas. Tão relevante quanto ainda por explorar, é o facto de logo na década de 1580 ter sido ordenado o primeiro levantamento topográfico da cidade¹⁹, do qual se conhece a parte ocidental e será cópia parcial a bem conhecida *Planta de Lisboa* de João Nunes Tinoco de 1650²⁰ [Fig.7]. Por certo Filipe II quis esse instrumento pelas razões habituais para a sua elaboração: conhecer e atuar. Tem sido discutido o tema da capitalidade nos reinados filipinos e, entre as mais consideradas, a hipótese Lisboa, imediatamente a seguir a Valladolid e Madrid²¹. Filipe II mudara a corte de Valladolid para Madrid em 1561. Seria o seu filho a retroceder, em 1600, para, em 1606, fixar definitivamente a capital em Madrid²², no “sertão” com então diziam mordazmente os portugueses. Antes e depois Lisboa insinuou-se como pôde, designadamente argumentando com as suas excelentes localização e características portuárias, ou seja e uma vez mais, as qualidades do sítio.

Fig. 7 Montagem da *Planta da cidade de Lisboa, na margem do Rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro*, c. 1581-1590. Fundação da Biblioteca Nacional (RJ), Cartografia, Arm. 014,01,018; com a (cópia da) *Planta de Lisboa* de João Nunes Tinoco de 1650.



Entre outros são disso expressões eloquentes os *Diálogos* de Luís Mendes de Vasconcelos (1608) ou a *Alegación en Favor de la Compañía de la India Oriental y Comercios ultramarinos que de Nuevo se Instituyó en el Reyno de Portugal* que Duarte Gomes Solís dirigiu ao conde-duque de Olivares em 1628²³. Recorrendo a um texto de Bouza Álvarez²⁴, Lisboa sentia-se “sozinha, quase viúva”, sem o seu rei.

Como ser uma *caput regni* sem ele?

Para este texto pouco relevam as reais intenções de Filipe II em algum momento ter pretendido fixar a sede das suas duas coroas em Lisboa e/ou os bloqueios com que nisso se deparou, mas tão só o quanto quis e fez para que, pelo menos, da de Portugal pudesse ser digna, como acabaria por ser.

Aliás, pode sempre argumentar-se que a ausência do rei estimulou a reflexão, teorização e ação sobre a capitalidade hispânica numa dimensão mundial (e correspondente construção de imagem) de Lisboa por oposição a Madrid e, complementarmente, a Sevilha.

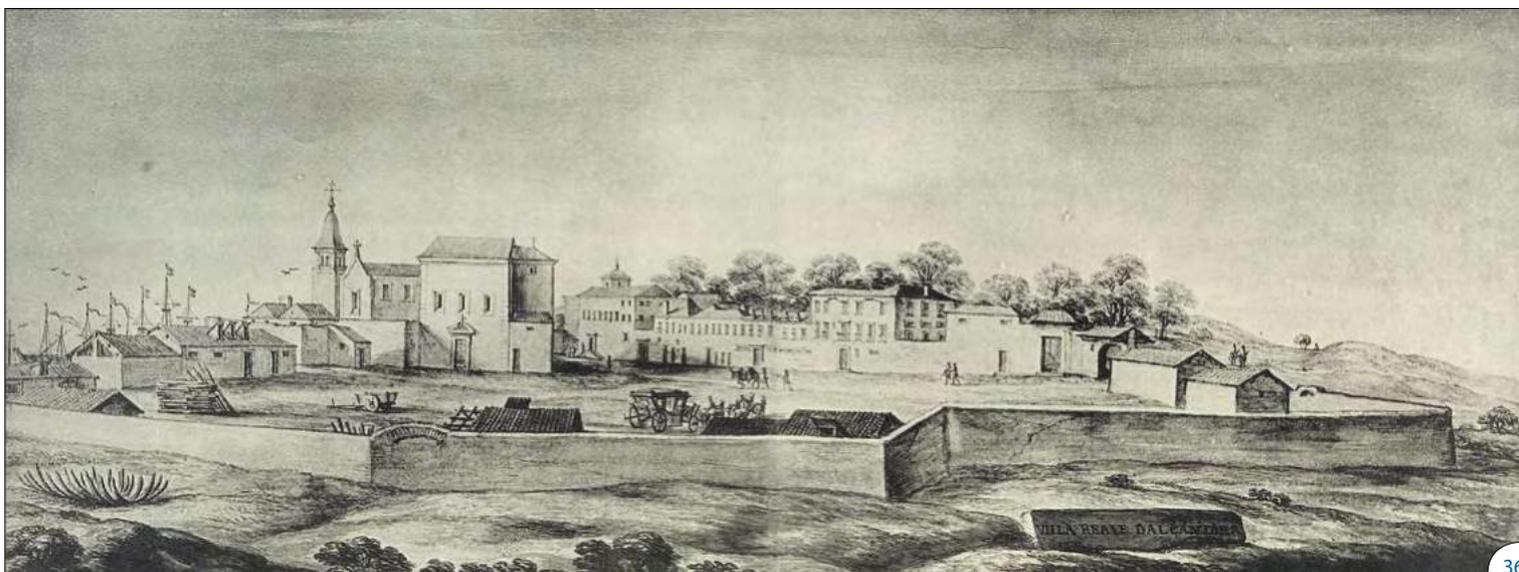
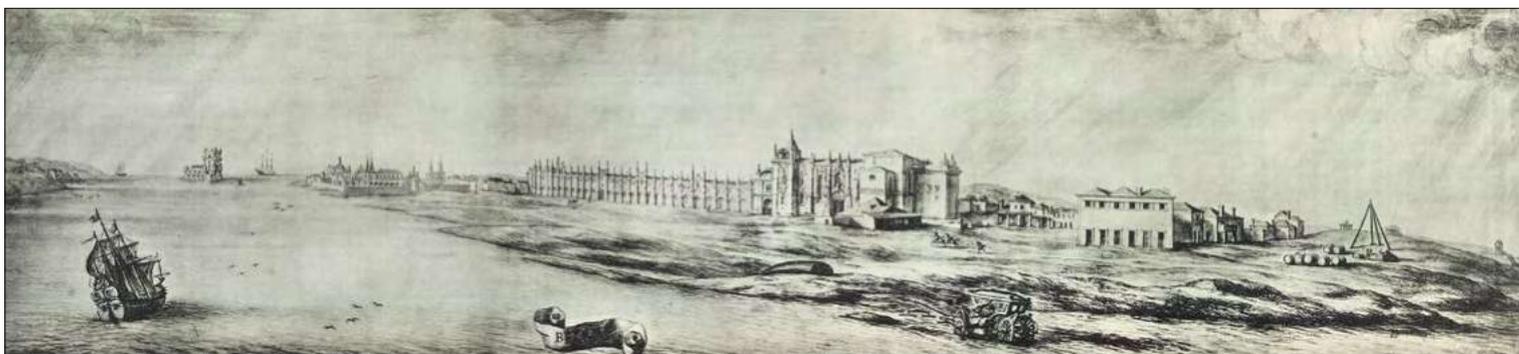


Desde o início do reinado (1598) Filipe III foi prometendo e adiando a sua visita até que em 1619 a concretizou. Pese embora o extraordinário esforço financeiro implícito para a cidade, esta desejava-a, pois era tão recente quanto evidente a volatilidade da escolha de Madrid como sede da corte, e apostava-se nisso em diversas frentes. Além de algumas melhorias de circunstância, a célebre entrada de Filipe III em Lisboa, a 29 de junho, consolidou o novo paradigma simbólico e funcional do Terreiro do Paço: festa e representação do e para o poder. A descrição desse dia de Lisboa correu a Europa, contando-se pelo menos 33 versões publicadas ou ainda em manuscrito, de entre as quais a de João Baptista Lavanha, com gravuras detalhadas das armações efémeras, arcos triunfais de grémios e corporações e das comunidades estrangeiras radicadas em Lisboa, os quais não se ergueram apenas no terreiro, mas também a partir dele²⁵. O tema-convite da assunção de Lisboa como capital dos reinos e impérios ibéricos era explícito e recorrente em muitas dessas armações.

Fig. 8 Domingos Vieira Serrão, Desembarcacion de Su M en Lisboa João Baptista Lavanha (1622), *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*. Madrid: Thomas Iunti.



Fig. 9 Lorenzo Magalotti (1668/9) Pier Maria Baldi, Vistas de Lisboa, Belém e Alcântara a partir do Tejo in *Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal*. Madrid: Centro de Estudos Historicos da Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas, 1933



Não era esse o propósito da visita de três meses de Filipe III a Lisboa (breve, face aos três anos da do seu pai), o qual no fundo consistia em assegurar em Cortes a sucessão do seu filho na coroa portuguesa. Todavia, a entrada fixara um novo paradigma na imagem global e mítica de Lisboa, um novo padrão que podemos considerar materializado com base num debuxo de Domingos Vieira Serrão, passado a gravura por Hans Schorken, para funcionar como imagem geral e introdutória da cidade no já referido livro de Lavanha [Fig.8]. Uma projeção que finalmente era de modernidade e, cumulativamente em função do próprio tempo, de capitalidade, a qual acabaria sendo atualizada, potenciada e instrumentalizada em episódios subsequentes. O Terreiro do Paço foi ganhando regras de utilização para ficar “maior e despejado e livre de trafego de gente [...] para maior nobreza dos aposentos reais”²⁶, procura de decoro que chegou ao ponto de se regular o trajar dos vendedores instalados nas arcarias da alfândega. Ao invés, ganhara elementos defensivos que em 1625 acabaram consolidando um muro com baluarte artilhado sobre a margem, os quais tolhiam o olhar sobre o rio. Também ganhou um chafariz [Fig.9]. Depois da Restauração da Independência, em 1640, e assim voltando Lisboa a ter Corte, as festas de recepção, partida, casamento, nascimento, touradas, autos de fé, etc. sucederam-se. O esforço diplomático era intenso e o papel do terreiro e do paço para a imagem dessa soberania com autonomia renovada foi crucial, pois as ilustrações que essas comemorações motivavam corriam o mundo. Se Lisboa era de novo a *caput* do Império na idade do amadurecimento das capitais europeias²⁷, o Terreiro do Paço representava Lisboa. A par com as evoluções do paço e terreiro, algumas alterações foram ocorrendo no perfil da cidade. Com a consolidação do processo da Contra-Reforma e o desenvolvimento do Império e do Padroado Régio, a esmagadora maioria das ordens religiosas renovou, com ampliações significativas, as suas instalações na capital. A par disso novas ordens ou secessões das existentes implantaram novos conjuntos, o mesmo sucedendo com ordens que antes não tinham casas urbanas como, por exemplo, os beneditinos. Também as igrejas paroquiais sofreram consideráveis processos de renovação, bem como surgiram outras de comunidades de estrangeiros radicados em Lisboa. Todas essas ações, particularmente intensas ao longo do século XVII, produziram uma sensível expansão da mancha urbana sobre eixos orgânicos preexistentes, bem como uma alteração do seu perfil, da sua paisagem urbana, até porque essa

37 expansão ocorreu necessariamente sobre encostas e pontos

elevados. Por conseguinte, alterações de forma e imagem, mas não estruturais. Se Alcântara, a poente, e Xabregas, a nascente, começaram a fazer parte dos limites sensoriais da cidade, Belém e os seus três monumentos emergiram nas reportagens escritas e desenhadas de quem visitava Lisboa, ou seja, passaram a fazer parte da composição engrandecida da sua imagem²⁸. Nessa recomposição gradual da imagem e paisagem urbanas de Lisboa tinha especial destaque o palácio erguido logo a partir de 1585 por Cristóvão de Moura, o principal valido português de Filipe II, a poente do Paço da Ribeira: o Palácio Corte-Real. Com essa obra, aquele que em breve seria feito Conde e depois Marquês de Castelo Rodrigo, e desempenharia três mandatos como vice-rei da coroa dual em Portugal, logrou, além de uma óbvia afirmação sócio-política, a criação de um marco de enquadramento palatino para o próprio Paço Real, aliás, no enfiamento privilegiado das vistas terreiro-paço. Mas também nas vistas gerais da cidade a partir do rio, como a já referida cabeça de série produzida para o livro de Lavanha de 1622, nas quais o Paço Corte-Real surge numa quase paridade com o Paço Real. Entre os dois estava, além da Casa da Índia (que entretanto avançara sobre a margem ocupando o primitivo jardim) a Ribeira das Naus, ou seja, os estaleiros reais, sobrevivências densificadas, já então seculares e imagens de marca da natureza da capital, da monarquia e do império [Fig.10].



Fig. 10 Paços da Ribeira e Corte Real. *Petri lusitanorum regis...* Museu de Lisboa, MC.GRA 870.



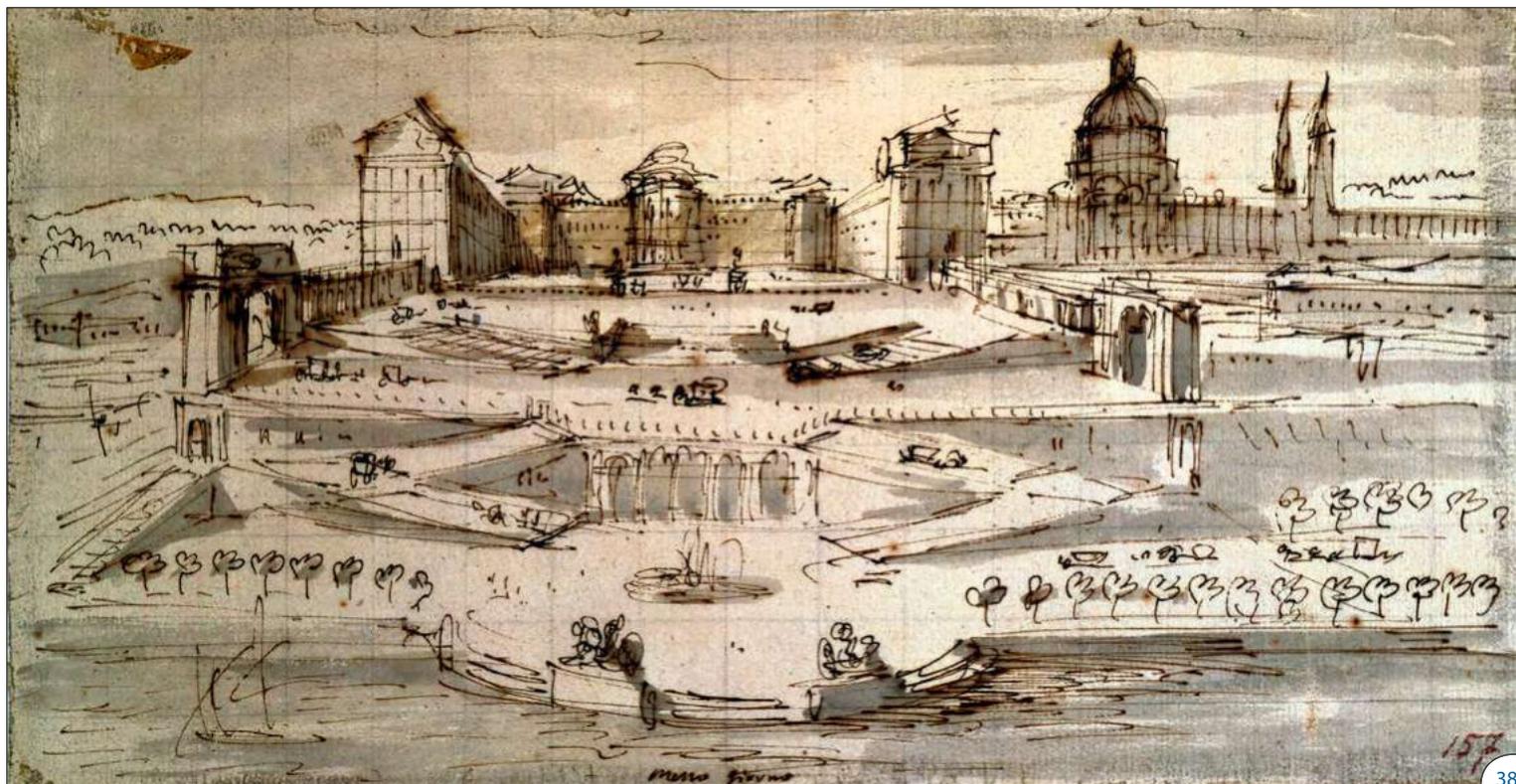
O epílogo do sonho de Lisboa como capital da Hispânia foi redigido pelo Padre António Vieira como testemunho da última tentativa que para tal protagonizou. Segundo o *Sermão de Acção de Graças pelo felicíssimo nascimento do novo infante, de que a Majestade Divina fez mercê às de Portugal em 15 de Março de 1695*²⁹, em 1650, ou seja em pleno conflito da Restauração, Vieira foi encarregue de propor a Filipe III a paz através do casamento da sua filha Maria Teresa com o infante Teodósio, herdeiro da coroa portuguesa. Tratava-se de, mais uma vez, tentar a União Ibérica. Tinha, contudo, uma outra cláusula: os príncipes, futuros reis, com todas as inevitáveis consequências, passariam a residir em Lisboa. A negociação entre os enviados, que teve lugar em Roma, acabou com uma violentíssima reprimenda a Vieira, ordenada pelo furioso monarca espanhol. É desse sermão a epígrafe que serve de mote a este texto.

PROJETO

A crise gerada pela incapacidade de Afonso VI aumentou a relevância do Palácio Corte-Real, que entretanto entrara para os domínios reais, ali residindo desde a infância o regente, depois rei, Pedro II. As dependências do Paço da Ribeira estavam em mau estado e quando em 1679 se discutiram os preparativos para a recepção e acolhimento do Duque de Saboia, Vittorio Amadeo II, como consorte da herdeira do trono português Isabel Luísa de Bragança, colocaram-se duas hipóteses, ambas de ensanche do paço e não da sua reabilitação ou renovação³⁰: uma consistindo na duplicação em espelho para nascente da ala sul, incluindo o torreão; ou seja, o antecedente do que acabou por ser realizado, provavelmente com maior aparato, após o Terramoto de 1755 e que ainda hoje conforma a Praça do Comércio. Outra fazendo uma ala de ligação ribeirinha entre os paços da Ribeira e Corte-Real, ou seja, o que foi ensaiado por Filippo Juvarra sob encomenda de João V no episódio da sua estadia em Lisboa em 1719³¹.



Fig. 11 Filippo Juvarra, Esquiço para o Palácio Real e Patriarcal no sítio de Buenos Aires (Lisboa), 1719. Museo Civico di Torino, Inv. 1859/DS, vol. I, fl. 97, D157.



A falta de dinheiro, implicações como a mudança da Ribeira das Naus, mas essencialmente o malogro do projeto de aliança matrimonial dois anos depois, motivaram o seu abandono, ou melhor, suspensão. A estratégia de casamentos dos infantes de Bragança foi uma das várias intensamente produzidas pela diplomacia portuguesa pós-Restauração, com vista ao reconhecimento e sustentabilização da soberania recuperada e à retoma de direitos e prerrogativas perdidos durante a união dual. De pelo menos igual calibre foram as ações para a recuperação do Padroado Régio nas suas várias facetas, tarefa dificultada pela criação pela cúria papal em 1622 de uma agência para lhas disputar, a Congregação para a Propagação da Fé. É uma matéria densa e uma extensa bibliografia³², que apenas nos interessa pelo facto de ter criado uma enorme pressão sobre as relações entre Portugal e Roma e ter levado a uma certa busca de emulação de Roma e da cúria papal pela cúpula do Padroado (a Coroa Portuguesa, o arcebispo de Lisboa e a sua sede urbana), num tempo em que doutrinas como o galicanismo e o regalismo se revelavam e desenvolviam pela Europa.

Esse processo, iniciado durante o reinado de Pedro II, acabou por só adquirir expressão no seguinte, uma vez ultrapassadas as dificuldades financeiras do período pós-Restauração, em grande medida graças à descoberta e exploração, logo em inícios de Setecentos, das generosas reservas de metais e pedras preciosas no Brasil. João V e um punhado de colaboradores procuraram formas de afirmação, gizando uma estratégia de atuação.

Peças fundamentais desse plano eram a monumentalização da sede do poder e o estabelecimento do entendimento desta como de conjugação entre os máximos poderes civil e religioso à escala do império, ou seja, Lisboa tinha de se afirmar como capital civil e religiosa, uma “nova Roma”³³.

Lisboa foi dividida em duas cidades, a antiga como “Oriental” sediada na Catedral de Santa Maria, a nova como “Occidental” sediada na Capela Real onde assistia o bispo de Lisboa, o primaz do Padroado que então recebera o título de Patriarca (um dos seis da igreja Católica, incluindo o Papa), com uma série de atributos até então reservados ao bispo de Roma. Era necessário consubstanciar um paço simultaneamente Real e Patriarcal, em que a capela do rei desempenhasse as funções de Patriarcal, sede do padroado, no fundo um complexo palatino de profundo simbolismo áulico.

Demandando o concurso de arquitetos romanos, no primeiro semestre de 1719, João V acabou por desenvolver com Filippo 39 Juvarra dois planos, o primeiro retomando a ideia esboçada

40 anos antes de unir os paços da Ribeira e Corte-Real com uma ala bordejando o rio. Teria produzido uma fachada de aparato sobre o centro da cidade, na sequência, para poente, do Torreão da Ribeira. O outro plano, bem mais ambicioso, consistiu na criação de um ensanche palatino da cidade com centro na zona de Buenos Aires (que hoje melhor reconhecemos como Lapa), sobranceira a Santos-o-Velho [Fig.11]. Foi esta a opção escolhida e iniciada, mas cedo abandonada por razões de ordem diversa, incluindo intriga diplomática. Iniciara-se Mafra e o rei concentrou-se numa reforma profunda no Paço da Ribeira, com grande impacto na capela real e praça fronteira (arquétipo da Praça do Município). Porém, o maior impacto de novidade no terreiro era gerado pela nova Torre dos Sinos.³⁴ [Fig.12] O programa de intervenções de João V na cidade foi vasto, produzindo-lhe uma profunda alteração de formas e imagem. A par das dinâmicas privada e religiosa de construção, renovação e ampliação de palácios, igrejas e conventos, através do município a coroa impôs uma profunda dinâmica de saneamento, normalização de alçados nas principais ruas e alargamento de portas e espaços públicos, alguns dotados de esculturas, por vezes do próprio monarca e das quais nenhuma perdurou.

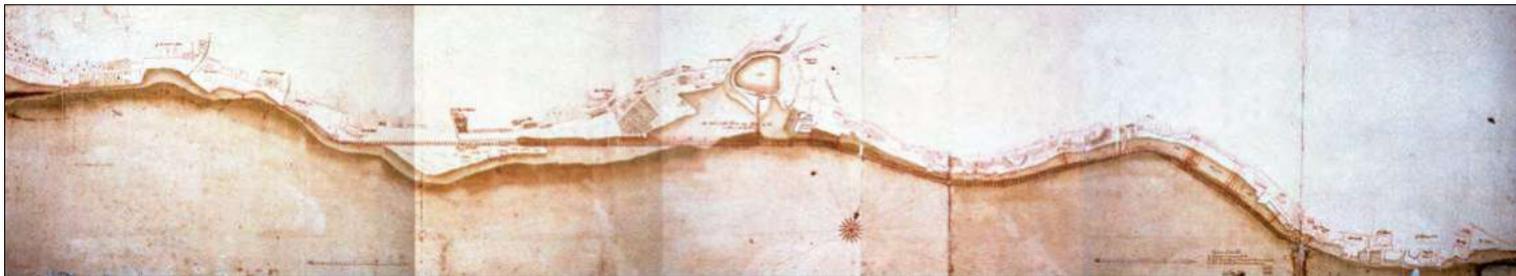


Fig. 12 Lourenço da Cunha e Cristovão Leandro de Melo, *Parte mais nobre do Palácio do Rey de Portugal arruinado pelo Terramoto no dia primeiro de Novembro de 1755 e depois abraçado com o incêndio que reduziu ao estado em que se vê, c.1756*. Museu de Lisboa, MC.DES. 1365.



Mas a grande obra foi a de abastecimento de água. Iniciado em 1728, o Aqueduto das Águas Livres, em especial na travessia do então paradisíaco vale de Alcântara e pela inserção de chafarizes de grande efeito cenográfico e de reforma urbanística dos seus espaços públicos de inserção, será por ventura a grande marca visível da governação de João V na estrutura, forma e imagem de Lisboa, até porque, ao invés de tudo quanto promoveu, resistiu ao Terramoto de 1755. Também o conjunto das Necessidades — empresa já da fase final do reinado (1742) — é relevante, não tanto pelo programa, mas pelo aparato cenográfico, ou melhor, por ter estabelecido um novo marco na paisagem da cidade. Na mesma década João V teve ainda o ensejo de concretizar uma nova igreja patriarcal noutra local, com vista e impacto sobre a entrada em Lisboa pelo rio, o sítio do atual Jardim do Príncipe Real.

Fig. 13 Carlos MARDEL (1733), *Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém*. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas: D27



Outra ação determinante foi o lançamento, também na década de 1720, do núcleo palatino de Belém, pois a atração que produziu levou diversos cortesãos a erguer casas de Alcântara a Pedrouços, o que no fundo catalisou a integração de Belém em Lisboa, qualificando e ampliando consideravelmente a sua imagem global. A intencionalidade estratégica dessa ligação é demonstrada por aquele que terá sido, a par com o projeto palatino para Buenos Aires, o mais ambicioso projeto joanino, o do Cais de Pedra entre o Cais Novo de Belém e o Cais de Santarém. Foi traçado por Carlos Mardel em 1733, sobre levantamento de 1727³⁵, o ano de compra das quintas reais de Belém [Fig.13]. No fundo tratava-se de construir um misto de cais-marginal em perfil de alameda com cerca de sete quilómetros de extensão, ligando os dois núcleos palatinos.



Fig. 14 Filippo Juvarra, esquiço para um farol monumental frente a Santos-o-Velho (Lisboa), 1719. Biblioteca Nazionale Universitaria di Torino, Inv. Ris. 59/I, fl.s 22-23 (C. 17 no desenho)



Além do prazenteiro passeio proporcionado, sanearia, normalizando, toda a frente fluvial, contemplando ainda a já referida reinstalação da Ribeira das Naus na enseada (“caldeira”) de Alcântara. Alguns troços foram executados, como os dos Cais Novo de Belém e da Alfândega do Tabaco frente à Alfândega, ou seja, no Terreiro do Paço. Note-se como algumas entradas régias haviam sido feitas precisamente com um percurso Belém-Ribeira pelo rio ou por terra, como a que finalizou o célebre episódio da “troca das princesas” precisamente em 1727³⁶.

A coroação de todo esse vasto programa de *monumentalização capitalizante* estabelecido por João V para Lisboa, teria sido a concretização da ideia, que não deve ter ido muito além do esquiço de Juvarra que conhecemos, de construção de um farol baseado num baluarte dividido entre o largo de Santos e o rio, encimado por uma estátua sua, citação-emulação simultânea de Alexandre o Grande (através do Farol de Alexandria) e Roma (pela Coluna de Trajano). Teria sido a metafórica alegação em favor da Lisboa “nova Roma” com argumentos da original. [Fig. 14]

CONSOLIDAÇÃO

A catástrofe de 1 de novembro de 1755 abateu-se sobre a cidade que, pese embora a persistência de muitos e graves problemas, nas últimas décadas começara a ganhar a luta pela construção da sua imagem de capital imperial portuguesa. O admirável processo de planeamento e implementação que se seguiu é bem conhecido³⁷. As transformações logradas alteraram consideravelmente a estrutura, forma e imagem da cidade, até pela introdução de um novo paradigma de composição dos edifícios correntes, que designamos *arquitectura pombalina*. Todavia são quase impossíveis de listar os elementos da mais variada natureza e escala que, com invariantes urbanísticas, transitaram da fórmula anterior, influenciando e condicionando subliminarmente os partidos e expressões, até das zonas mais intensamente renovadas, como a Baixa. Paradoxalmente os mais fáceis de referir, e também talvez os melhores exemplos, são os que foram plano ou projeto que não se concretizou na sua primeira e segunda reformulação. Refiro-me concretamente ao retomar da ideia, de 1679, de conformar o Terreiro do Paço segundo o espelhamento da ala sul e torreão do paço. Claro que o terreiro quase duplicou em área e os torreões perderam a cúpula forrada a chumbo, mas o modelo é tão claro e a força do local tão grande, que não há forma de a Praça de Comércio se libertar do Terreiro do Paço [Fig.15]. A propósito refira-se também a

41 deslocação do palácio real para as colinas sobre o rio situadas

entre São Bento e as Necessidades, o qual acabaria por resultar na reserva da plataforma de Campo de Ourique século XIX dentro, e na efetivação desse novo paço descentralizado na Ajuda, a que corresponde a saída do rei do centro urbanístico do poder. Igual sucedeu com a função patriarcal, que foi ponderada numa das seis versões do ante-plano cartesianamente desenvolvidas pela equipa chefiada por Manuel da Maia no inverno de 1755-1756. Refiro-me, por último, à composição da cidade segundo duas escalas hierarquizadas a partir do rio, ou seja: uma superior-monumental delimitada pelas ruas do Comércio (herdeira da Rua Nova dos Mercadores) e da Alfândega, o Corpo Santo (antes Paço Corte-Real) e a Praça da Ribeira; outra mais comum por trás desta, a verdadeira Baixa, até ao Rossio e Praça da Figueira [Fig.1]. O resultado do longo processo de materialização urbanística da capitalidade de Lisboa aqui elencado, é hoje o radical da imagem que a cidade tem. As novas centralidades, algumas muito qualificadas, contribuem, mas não determinam como a velha Ribeira e as formas de coroamento e ocupação das mais velhas colinas urbanas, a projeção de Lisboa no imaginário de quem a viu e revê.



Fig. 15 Carlos Mardel (atrib.), Prefiguração da Praça do Comércio (Lisboa). Museu de Lisboa, MC.GRA.0978.



Notas

- 1 António Vieira. *Sermões*. Porto: ed. Gonçalo Alves, Lello & Irmão, 1993: V, 938.
- 2 Maître, 1682; Argan, 1964.
- 3 Rossa, 2000 e 2002.
- 4 Holanda, 1571: 24. Ver ainda Rossa, 2000, 2002, 2007, 2008b, 2008d.
- 5 José da Silva Terra (1978). De João de Barros a Jerónimo Cardoso. O terramoto de Lisboa de 1531. *Arquivo do Centro Cultural Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. vol. XXIII e M. C. Henriques, M. T. Mouzinho, N. M. Ferrão (1988), *Sismicidade em Portugal: O Sismo de 26 de Janeiro de 1531*. Lisboa: Comissão para o Catálogo Sísmico Nacional.
- 6 Holanda, 1571: 22.
- 7 Pe. ver para os casos de espanhóis de Francisco de Monzón (1544), Pedro de Medina (1548), Isidro Velázquez (1582) e Francisco Herrera y Maldonado (1633) o artigo de Castillo Oreja e González Garcia (1998).
- 8 Destaquem-se as duas principais descrições com um pendor estatístico: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551, Sumário em que se conta algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*; João Brandão, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*.
- 9 Lunardo da Cà Masser, enviado de Veneza a Lisboa em 1504, *apud* Senos, 2000: 51.
- 10 “E tu, nobre Lisboa, que no Mundo/ Facilmente das outras és princesa,/ Que edificada foste do facundo,/ Por cujo engano foi Dardânia acesa;/ Tu, a quem obedece o mar profundo,/ Obedeceste à força Portuguesa,/ Ajudada também da forte armada,/ Que das Boreais partes foi mandada.” Luís Vaz de Camões. *Lusíadas*, c. 1572: III-57.
- 11 Entre vários ver Luís Marinho de Azevedo, *Primeira Parte da Fundação, Antiguidade e Grandeza da Muy Insigne Cidade de Lisboa* (1652); António Coelho Gasco, *Primeira parte das Antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa, Imperio do Mundo, Princesa do Mar e Oceano* (1645?).
- 12 Destaco os textos de L. M. Vasconcelos (1608), Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa* (1620) e António Brandão, *Monarchia Lusitana* (1636), mas antes de todos ele o último capítulo da 2ª edição/versão de Francisco Monzón(1544), *Libro primero del Espejo del principe christiano compuesto y nueuamente reuisto y muy e[m]mendado con nueua composicion y mucha addicion*. Lisboa: Antonio Gonçalvez. 1571.
- 13 O trabalho de José Manuel Garcia de 2008 referenciado na bibliografia será o mais recente e completo sobre a iconografia de Lisboa até aos finais do século XVII. A importância que teve para a elaboração deste texto fica assim declarada, dispensando referências posteriores em tudo quanto diga respeito a questões sobre iconografia.
- 14 Caetano, 2000.
- 15 Senos, 2000.
- 16 Rossa, 2002.
- 17 Para o mais próximo conhecimento das emoções do rei em relação a Lisboa e a Portugal durante a sua estada entre 1581 e 1583 ver Filipe II (1581-1583).
- 18 Soromenho, 2012.
- 19 Rossa, 2012.
- 20 Por sua vez apenas conhecida pela cópia realizada em 1850: Museu da Cidade, DES 1084.
- 21 Bouza Álvarez, 1994; Garcia, 2008.
- 22 Alvar Ezquerro, 1989.
- 23 São muitos os textos onde esta pretensão é defendida, merecendo ainda claro destaque Manuel Severim de Faria (1624). *Discursos varios políticos*, Évora e, como claro antecedente, o texto de Francisco Monzón referenciado na nota 12.
- 24 Bouza Álvarez, 1994.
- 25 Lavanha, 1622. Ver ainda o capítulo dedicado de George Kubler (1972), *Portuguese Plain Architecture, between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press: 105-127 e plates 57-70.

- 26 Eduardo Freire de Oliveira (1882-1943), *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1ª Parte, tomo IV: 444-445 (Consulta da câmara ao rei em 28 de janeiro de 1641).
- 27 Maître, 1682; Argan, 1964.
- 28 O exemplo mais destacado será Lorenzo Magalotti (1668/9), *Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal*. Madrid: Centro de Estudios Historicos da Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas, 1933, a qual inclui os respetivos desenhos de Pier Maria Baldi.
- 29 António Vieira. *Sermões*. Porto: ed. Gonçalo Alves, Lello & Irmão, 1993: V, 935-938.
- 30 Soromenho, 2011: 71; Rossa, 2011: 185-186.
- 31 Giuseppina Raggi (2012). La circolazione delle opere della stamperia De Rossi in Portogallo. *Studio d'Architettura Civile: gli atlanti di architettura moderna e la diffusione dei modelli romani nell'Europa del Settecento*. Roma: ed. Aloisio Antinori: 144-145; Rossa, 2011.
- 32 Sendo um assunto complexo e que para o âmbito deste texto está sumariado em alguns textos meus, limito-me a indicar três dos que se me afiguram como mais úteis para tal e também como eventuais portais de acesso à temática, bem como a esta parte do texto: Rossa, 2000, 2008d e 2011.
- 33 Fernando António da Costa de Barboza, *Elogio funebre do Padre João Baptista Carbone da Companhia de Jesus*. Lisboa: 1751: 15.
- 34 Uma visão virtual, bem como um verdadeiro banco de dados sobre o complexo do Paço da Ribeira antes do Terramoto de 1755 foi disponibilizado pelo projeto *Lisbon pre1755 earthquake* no site <http://lisbon-pre-1755-earthquake.org>.
- 35 Carlos Mardel (1733), *Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas: D27C.
- 36 Rossa, 2000.
- 37 José Augusto França (1962). *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand., 1987; Tostões, Ana e Rossa, Walter (coord.) (2008). *Lisboa 1758: o Plano da Baixa hoje*. Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia

Alvar Ezquerro, A. (1989). *El nacimiento de una capital europea: Madrid entre 1561 y 1601*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid

ARGAN, G. C. (1964). *The Europe of the capitals: 1600-1700*. Genève: Albert Skira

Bouza Álvarez, F. (1994). Lisboa sozinha, quase viúva: a cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. *Penélope*, 13, 71-93

Caetano, C. (2000). *A Ribeira de Lisboa: na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

Castillo Oreja, M.A.& González Garcia, J. L. (1998). La mirada del testigo: otra visión española de la Lisboa quincentista y del Hospital Real. *Madrid, revista de arte, geografía e história*, 1: 91-125

Filipe II (1998). *Cartas para Duas Infantas Meninas. Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as Suas Filhas (1581-1583)*. Lisboa: org. Fernando Bouza Álvarez, Publicações Dom Quixote. (Original de 1581-1583)

Garcia, J.M. (2008). *Lisboa do século XVII: "a mais deliciosa terrado mundo"*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

<http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais/por-tematica?pub=770>

Góis, Damião de (1988). *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.(Original de 1554).

Holanda, Francisco d' (1984). *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. (Original de 1571).

Lavanha, João Baptista (1622). *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*. Madrid: Thomas Iunti.

Maître, Alexandre Le (1682). *La métropolitée, ou de l'établissement des villes capitales, de leur utilité passive et active...* Amesterdão: B. Boekholt, pour J. Van Gorp.

Rossa, Walter (1990). *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

Rossa, W. (2000). Lisbon's waterfront image as allegory of baroque urban aesthetics. *Circa 1700: Architecture in Europe and the Americas*. Washington: ed. Henry A. Millon, (Studies in the History of Art, 66) National Gallery of Art. 2005: 160-185 (também em português em *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina. 2002: 86-121)

Rossa, W. (2002). Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade. *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III*. Lisboa: CHAM (Universidade Nova de Lisboa) e CEPCEP 43 (Universidade Católica Portuguesa). 2004: 947-967

Rossa, W. (2007). Capitalidades à portuguesa: território de origem. *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015: 147-165

Rossa, W. (2008a). Il piano per Lisbona dopo il terremoto del 1755. *Terremoti e ricostruzioni tra XVII e XVIII secolo, atti dei seminari internazionali* (Lisbona 10 ottobre 2008, Noto 24 ottobre 2008). Palermo: Maria Giuffrè e Stefano Piazza (ed.), Edibook Giada. 2012: 87-94

Rossa, W. (2008b). Lisboa Moderna, séc. XVI e XVII. Descobrimientos e Restauração. *Lisboa e o Rio, paradigmas de cidades atlânticas, catálogo da exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2008: 55-61

Rossa, W. (2008c). Lisboa Iluminada, século XVIII. *Lisboa e o Rio, paradigmas de cidades atlânticas, catálogo da exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2008: 62-77

Rossa, W. (2008d). No 1º Plano. *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje, catálogo da exposição*. Lisboa: coord. Ana Tostões e Walter Rossa, Câmara Municipal de Lisboa. 2008: 24-81 (também em *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015: 389-486)

Rossa, W. (2011). L'anello mancante: Juvarra, sogno e realtà di un'urbanistica delle capitali nella Lisbona settecentesca. *Filippo Juvarra, 1678-1736, architetto dei Savoia, architetto in Europa*. Roma: ed. Paulo Cornaglia, Andrea Merlotti, Contanza Roggero, Elisabeth Kieven e Cristina Ruggero, Campisano Editore. 2013: vol. 2, 183-196 (também em português em *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015: 313-336)

Rossa, W. (2012). História(s) do património urbanístico. *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2015: 59-79

Senos, N. (2000). *O Paço da Ribeira 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias. 2002

Soromenho, M. (2012). O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II. *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda: 37-71

Vasconcelos, L. M. de (1990). *Do sítio de Lisboa. Diálogos*. Lisboa: Livros Horizonte. (Original de 1608).



***A cidade-livro da
estátua do Rei:
Lisboa em 1775***

Rui Tavares

CV



No dia 20 de Março de 1775 um homem chamado Manuel José Pereira, que era secretário em fim de mandato da repartição de censura da Real Mesa Censória, recebeu dois documentos com o título «aviso, ou instrução». Ambos vinham da parte do Ministro do Rei, o Marquês de Pombal, e eram dirigidos ao presidente da Real Mesa, o erudito bispo de Beja frei Manuel do Cenáculo. O assunto de que tratavam era a “solenidade” da inauguração da estátua equestre do rei Dom José I, e a razão por que a Real Mesa Censória deveria tomar conhecimento das informações neles contidas era que os próprios edifícios onde estava sediada a instituição «se faziam necessários» para as cerimónias que teriam lugar a 6 de Junho, no dia do 61º aniversário do soberano¹. O local onde foram recebidas estas duas mensagens era na Praça do Comércio, a praça principal, e a mais bela, da cidade. Lá se encontravam os escritórios dos censores da Real Mesa, as suas salas de reuniões, e o secretariado da Junta do Subsídio Literário, instituição gémea e na prática subordinada à Real Mesa Censória, ocupando casas ou salas de que os documentos tratam pormenorizadamente.

O primeiro documento trata com zelo outros preparativos para o dia da inauguração cuja responsabilidade caberia aos censores do reino. Para dar um exemplo, a Real Mesa Censória teria de assegurar a ornamentação e a iluminação das janelas dos seus edifícios, segundo um plano geral determinado pelo Conde de Oeiras. Esta decoração seria paga pela própria instituição através da sua conta corrente, anotando a soma correspondente segundo a forma habitual, nos cadernos de “despezas miúdas”.

O segundo documento também era intitulado «Aviso, ou Instrução» e estava datado do mesmo dia. Nele, o Ministro expunha o cerimonial que se seguiria à inauguração da estátua, e a forma como se deveria prestar homenagem à estátua do rei. Explicava que os censores teriam a honra de pertencer logo ao segundo grupo que cruzaria a Praça para se aproximar da estátua. Nessa caminhada seriam acompanhados pelos outros membros dos altos tribunais do reino, e precedidos por ninguém exceto pela alta nobreza. O presidente da Real Mesa Censória, a quem estes dois documentos foram entregues, não podia ignorar que uma estátua equestre de Dom José I fosse ser erguida na praça que via das janelas dos seus gabinetes. Ninguém o ignorava. Há quase vinte anos, desde que a reconstrução da cidade fora decidida, que a estátua estava prevista. Ela seria o fecho da abóbada, o coroamento das grandes obras a fazer na capital do reino.

45 Nas décadas após o terramoto de 1755, a ideia de uma

estátua equestre foi aparecendo nos planos de reconstrução de Manuel da Maia, e depois em gravuras e pinturas avulsas. Um quadro com esses elementos fora pintado em 1767 no célebre retrato de Van Loo e Vernet, dois dos mais requisitados pintores europeus da época, que à mesma época estavam trabalhando num célebre retrato de Diderot. Na grande tela que fizeram para Portugal vê-se o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que à época tinha apenas o título de Conde de Oeiras, um pouco deslocado para a esquerda numa ampla varanda lançada sobre o Tejo de forma impossível, uma vez que nunca nenhum edifício possuiu em Lisboa esta perspectiva sobre o rio. O chão e os móveis em torno de Sebastião José estão juncados de planos de reconstrução da cidade.

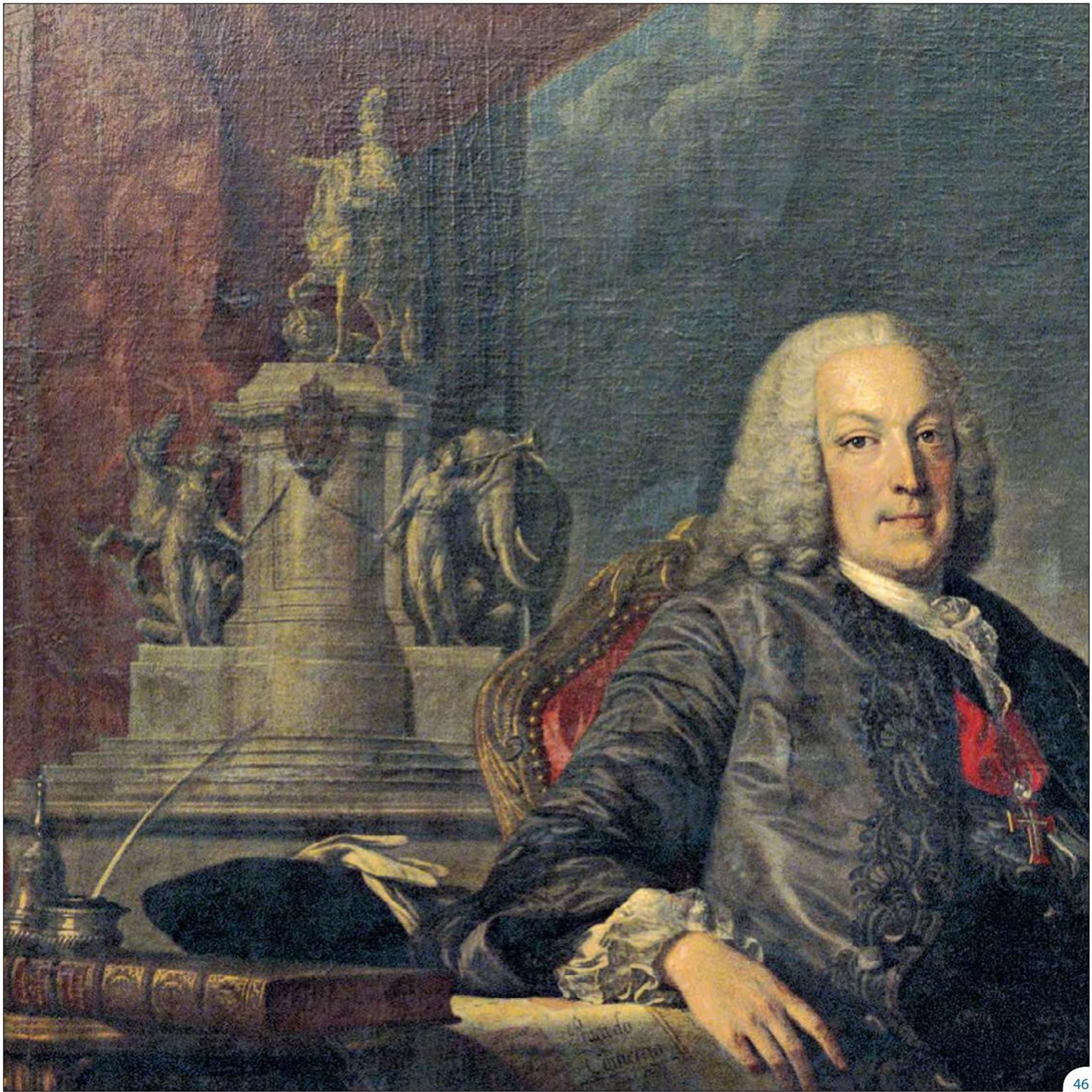


Timelapse da Estátua Equestre.
Junho 2015. Fot. José Vicente. Edição GEO.



Fig. 1 O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas. Óleo s/ tela. Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet, 1771. Câmara Municipal de Oeiras. (Pormenor na página seguinte)





É à esquerda do Ministro, num plano sobrelevado, que se vê o modelo para uma estátua equestre. Os elementos iconográficos do monumento são bem perceptíveis. Em baixo, dois grupos de mármores de cada lado do pedestal, um representando um elefante que esmaga um prisioneiro, outro um cavalo na mesma acção. Sobre o pedestal, o modelo da estátua de bronze, na qual Dom José passeia a cavalo, atropelando impávido um leão, parecendo nem sequer se aperceber do perigo, numa demonstração de coragem e serenidade. Após o Grande Terramoto de 1755 o engenheiro militar Manuel da Maia tinha realizado diversos planos para a cidade arrasada; numa das cinco opções diferentes que os seus projectos permitiam aparecia já o espaço destinado à grande estátua. A inauguração da estátua equestre era mais do que um facto bem conhecido; era o fecho da abóbada, o coroar de todo o trabalho de reconstrução da cidade. No centro do antigo Terreiro do Paço, onde vinte anos antes estava o Palácio Real destruído pelo sismo, a estátua equestre era agora o fulcro de uma nova realidade. Essa foi a opção tomada: criar um monumento que fosse o eixo soberano de uma visão geométrica do mundo. A estátua estava no centro da praça que era o centro da cidade que era o centro do reino que era o centro de um império espalhado pelo mundo. A cada momento das solenidades da inauguração houve a escolha deliberada de enfatizar essa leitura, pois uma cerimónia pública não é apenas algo que se vê. É também algo que é dado a ver, um veículo para a apresentação de uma imagem desejada. A inauguração da estátua equestre é o apogeu do pombalismo tal como ele gostaria de ser visto e recordado. Por isso devemos prestar-lhe uma atenção especial, por que foi com uma atenção especial que a inauguração foi preparada. Como vemos, a ideia da estátua vinha de longe; foi aparecendo em lugar de destaque nos planos de reconstrução da cidade e na iconografia pombalina; a cerimónia da sua inauguração foi meticulosamente preparada e comunicada a todas as instituições relevantes. Com este cuidado o pombalismo pretendia significar algo sobre si mesmo. O diálogo que o pombalismo deseja estabelecer é connosco, com os seus vindouros. Lega-se o monumento ao futuro para que no futuro nos leiam de alguma forma. Em troca, nós estamos interessados em saber o que o pombalismo pretendia mostrar de si mesmo e, em certo sentido, a si mesmo. A forma como foram dispostos os espectadores da inauguração, o lugar onde estava Pombal e onde estava o rei, a distribuição dos membros da nobreza e dos membros dos

são outros tantos indícios acerca da forma como cada um destes atores viu a cerimónia e, acima de tudo, como cada um destes atores viu os outros durante a cerimónia.

* * *



Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa um manuscrito que leva por título *Relação das festas com que o povo portuguez celebrou a inauguração da estatua equestre de D. Joze I^o*. A apresentação dele é bastante cuidada. A sua encadernação é em pele; a lombada, conforme descreve o próprio verbete, foi decorada com «filetes e motivos florais dourados». No interior, a caligrafia é muito perfeita, os títulos e subtítulos estão bem desenhados, tudo indicando tratar-se de uma cópia acabada feita por um profissional amanuense. O conteúdo foi escrito por um capitão de infantaria, Manuel de Sousa, um autor ativo nas décadas de 1760 e 1770, com obras publicadas sobre arquitectura militar e especialmente conhecido pelas suas traduções de célebres autores franceses — em 1770 publicara a sua tradução do *Telémaco*, de Fenelon. O próprio livro é dedicado ao rei. A sua primeira frase é uma reveladora analogia entre a escrita de um livro e a construção de uma cidade:

“Parecia ajustado que o nome de Jozé primeiro Rey de Portugal se lesse no frontispicio da sua grande obra; e que ouvindo o Estrangeiro com assombro o grande nome deste Monarca, que com tamanho brado soava nas mais distantes terras, encontrasse logo na entrada da grande Cidade de Lisbôa, que elle erigira de hum montão de ruínas, hum abonado testemunho da gratidaõ dos seus vassallos, e hum seguro penhor do quanto estes conheceraõ, e prezaraõ os beneficios com que os enriquecêra. Devído éra que ao pé do nome deste grande Rey se visse gravado tambem o daquelle zelozo Ministro, a cujo disvelado cuidado, e incansavel diligencia não só deve Lisbôa a grandeza de que justamente blazona, mas toda a Nação o melhoramento de que se vanglorêa. Beneficios que só avaliarão dividamente os que como Nós, forem occulâres testemunhas, para poderem confrontar o estado prezente, com o esmorecimento em que antes se viaõ as Artes, o Commercio, as Manufacturas, a Milicia.”

A «sua grande obra» remete para o rei e para a reconstrução da cidade. O rei recebe o recém-chegado a Lisboa como o nome do autor recebe o leitor no seu livro. Nesta metáfora, a estátua é o frontispício, a página de entrada do livro. A estátua encontra-se virada para o rio Tejo por onde se chega de barco à cidade. O auditório desse monumento é assim mais vasto do que o dos súbditos de Dom José I. O leitor implícito do

livro das obras do grande monarca é, em grande medida, um forasteiro. Isso confirma Manuel de Sousa logo de seguida: «ouvindo o Estrangeiro com assombro o grande nome deste Monarca...», etc. Não se esquece também o ministro do rei, cujo «disvelado cuidado» e «incansavel diligencia» é enfatizado. É nítida ainda aqui a importância que é dada ao estrangeiro na apreciação do país e a correspondente expressão de uma imagem própria: a nação «blazona-se» e «vangloria-se». Esta cidade-livro não é igual a qualquer outra cidade. Nela não se introduz o visitante da mesma forma. Noutra capital o forasteiro começaria provavelmente o seu percurso por uma das portas da cidade: seria assim em Madrid ou

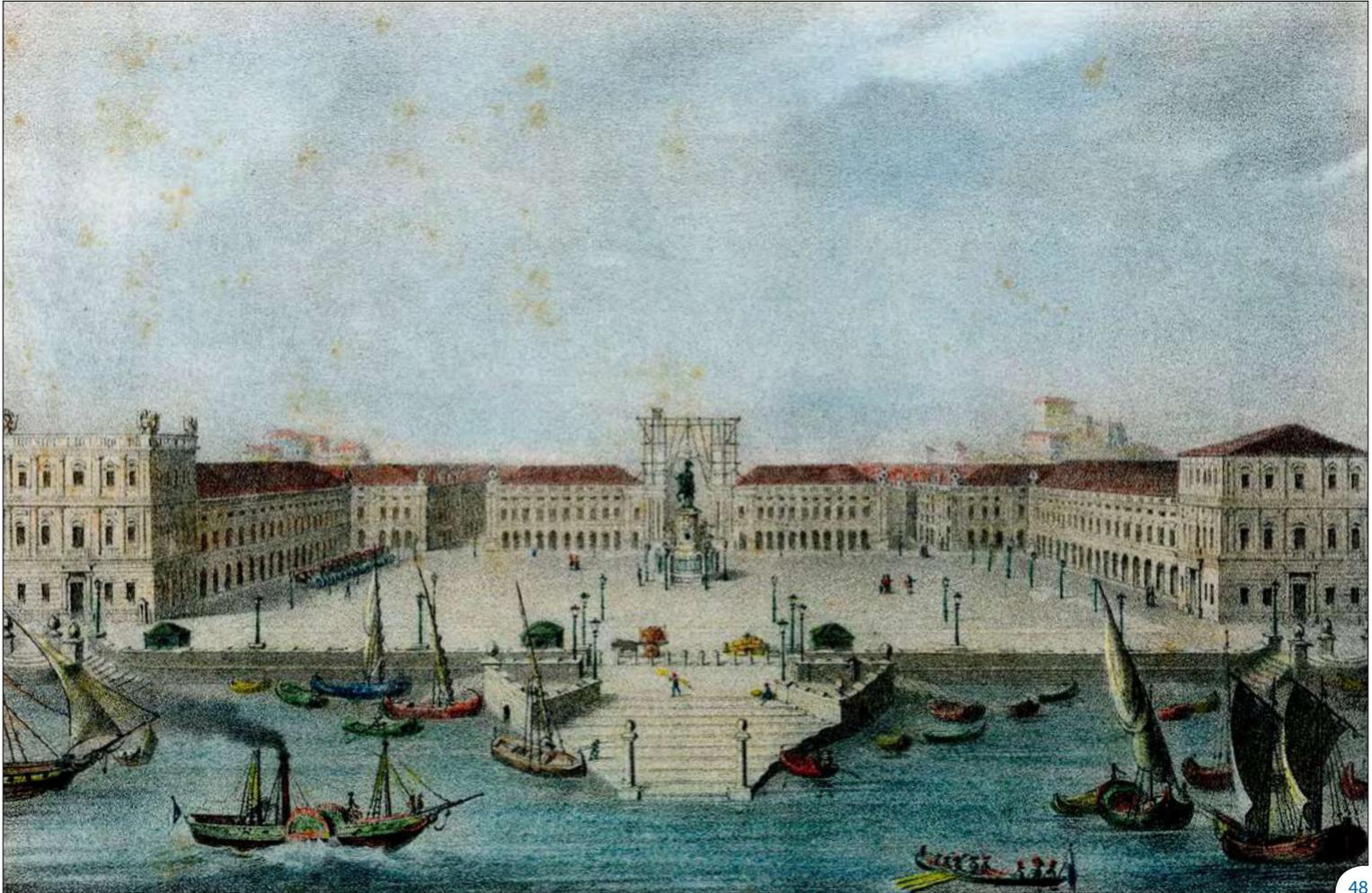
Paris. Após atravessar a muralha prosseguiria por uma série de ruas, adentrando-se pelo miolo urbano.

A praça seria o destino final dessa viagem, uma semente ou umbigo no interior mais fundo, a que conduziriam as nervuras das ruas e mais tarde avenidas.

Em Lisboa o forasteiro — e especialmente o forasteiro que chega de barco vindo de fora do reino — faz o trajecto ao contrário, pela Praça; as ruas vêm só depois. É por aí que começa também Manuel de Sousa, pela multidão dos súbditos reunida em torno da estátua do seu soberano: *«...tamanho pompa... não só abôlou os naturaes de todas as Provincias do Reyno, mas chegou a desinquietar bôa porção*

Fig. 3 Praça do Commercio em Lisboa.

Litografia colorida. C. Legrand. Finais do séc. XIX. Museu de Lisboa. MC.GRA.710



de Estrangeiros, que de remotos Reynos passarão a Lisbôa.

O povo concorría em bandos, e tomava por divertimento o ver com que fervor // se trabalhava nas grandes obras, que se ordenavaõ para este dia: o contentamento que rompía pelos semblantes, se comunicava de huns a outros, como incendio que vai lavrando, e se atéa cada vez mais; desafiavaõ-se reciprocamente para que cada hum, sem perdoar a despeza, desse mostras do prazer que lhe tomava o interior. Aos velhos acurvados com o peso dos annos, desconsolava-os o susto de que a morte viesse embargar-lhes o verem rematãdos os seus dezejos. Aos doentes convalencia-os o alvoroço de não faltarem a tão suspirada acção: os maiores engenhos se apuravaõ em sinceros elogios; estudavaõ-se gálas; armavaõ-se vistozas illuminaçoens; não se mesquinha gasto, nem forrava diligencia; este foi o assumpto das palestras; e a todos trazia alvoroçados o dezejo de que chegasse tão formozo dia, o maior de que fazem menção os fastos da Luzitania. Além de novas menções aos estrangeiros como destinatários das cerimónias, note-se a introdução de uma dimensão comparativa — o tempo — que permite remeter para os fastos da Lusitânia antiga mas também para o futuro: os portugueses desejavam provar ao futuro o seu reconhecimento, e por isso «... instigado o povo portuguez destes sentimentos de gratidão, e amor, ardía em dezejos de erigir hum perenne monumento, que o desafrontasse para com a posteridade da nota de ingrato.»

Mas o que chama a atenção é esta verdadeira apoteose da alegria dos súbditos na Praça, que vai contaminando todos, incluindo velhos e doentes. O autor compara-a a um incêndio; compara-a a um desejo alvoroçado, descreve como ela se cristalizava nos rostos felizes dos vassalos. Os moribundos desejavam viver pelo menos até chegar o dia. E em preparação ocupavam-se com as illuminações, as galas e as palestras. É um empolado quadro humano que aqui temos, «...pois athé entre o povo rude, e illiterato, de Pays a Filhos se hirá perpetuando o amavel nome de hum Principe, a quem com justiça quadra o epíteto de Pay da Patria, e Delicia dos humanos.»

O autor regressa à Praça do Comércio, desta vez para a descrever desapassionadamente: «Tem esta praça Real do Comercio 875 palmos de Nascente a Poente, e 804 de Norte a Sul». Em frente está o rio: «Pela parte Meridional fica a vista da Praça deza fogada com a largura do Tejo, que desce lavando o Caes, e tem ali mais de huma legoa de largo, onde esta dada fundo innumeravel multidaõ de Navios de todo o pòrte.» Entre a Praça do Comércio e a rua principal da cidade, que «he chamada a rua Augusta», está o arco triunfal à esquerda do qual se collocaram

49 os censores durante a cerimonia e que termina por

«huma esbelta Torre toda de cantaria, e de boa architectura, e dentro nella hum Relogio, que daquella altura mostra a quazi todos os moradores de Lxa., que de muito longe a avistaõ as horas que saõ, pelos quatro mostradores que olhaõ para os quatro pontos cardeaes.»

Em torno da Praça estão os Tribunais do reino, suas secretarias, alfândegas, bolsa, e outros serviços centrais. E ao centro:

«No centro desta grande Praça se destinou a erigir o lugar em que se havia de assentar o pedestal para a Estatua d'ElRey Fidelissimo. Contra os quatro pontos cardeaes se assentaraõ seis degraus de 3 quartos de alto...»

E prossegue com uma descrição detalhadíssima de todo o conjunto escultórico, com as suas medidas, os seus grupos iconográficos junto ao pedestal, baixos-relevos, medalhões, inscrições latinas e armas de Portugal, e finalmente a estátua propriamente dita. Toda esta descrição é puramente neutral, explicativa, desafectada. Prossegue-se com a concepção e concretização do monumento. O escultor é Joaquim Machado de Castro, possuidor de «grande modestia»; o fundidor o tenente do exército Bartolomeu da Costa, que não teve ninguém que o impedisse de fazer despesas mas que «foi nellas tão parco, que se aproveitou... de tudo quanto achou já feito na casa fundição». O bronze derretido foi injectado no molde e a estátua ficou formada em apenas oito minutos, o que fez do tenente um autêntico herói nacional nesses tempos. Foi imediatamente promovido a Brigadeiro e ficou mais célebre ainda do que o próprio escultor da estátua. Os parágrafos seguintes relatam os preparativos das festas. Junto ao rio foi instalada uma enorme máquina octogonal para o fogo de artifício, com os seus quatro lados principais virados para os quatro pontos cardeais e os restantes preenchidos por estátuas «que representavaõ a Fecundidade, o Contentamento publico, a Fé dos Vassalos e a Monarquia Portugueza». Outras estátuas representavam «as emprezas, e triunfo dos Portuguezes». No topo, um «Templo da immortalidade» era contornado por figuras «que representavaõ a Rectidão, a Sciencia, a Prudencia, e a Temeperança», e viradas para os quatro ângulos da Praça do Comércio outras quatro estátuas «figuravaõ a Fortaleza, a Liberalidade, a Abundancia, e a Pureza». A estátua fora trazida duas semanas antes da inauguração, carregada desde o Campo de Santa Clara por «700 trabalhadores, todos enfeitados de flores», acompanhados pela população, as autoridades municipais da Casa dos 24, do Senado e o próprio Juiz do Povo que eram os primeiros a puxar pelas cordas que prendiam a escultura de mais de 50 mil arrobas,

num dia de celebração geral, música e gritos de «Viva ELRey». Na manhã de 6 de Junho de 1775 estava a estátua coberta por um pano de veludo vermelho, que por sua estava ligado a uma corda dourada. Quem segurava a outra ponta dessa corda era o Marquês de Pombal, sozinho no meio da praça. Um puxão bastou para revelar finalmente o tão esperado monumento. Escreve o capitão Manuel de Sousa, sobre o momento em que se descobre a estátua:

«He incomprehensível o alvoroço que occupou os animos do grande numero de Espectadores que concorreo esta função neste ponto, o qual avivavaõ o acorde som dos instrumentos que estavaõ no pé do mesmo pedestal, o marcial estrondo das caixas, e instrumentos militares dos regimentos, que habitadas as

Fig. 4 Placa comemorativa da inauguração da Estátua Equestre de D. José I Biscuit / porcelana. João de Figueiredo. 1777. Museu de Lisboa. MC.CER.273 (anverso)



bandeiras e estendartes, tocavaõ alegres marchas, acompanhadas de Pifanos [sic: pífaros] clarinetes e clarins, o que tudo estava dispertando nos animos huma inesplicavel alegria.»

O Marquês de Pombal foi o primeiro a homenagear a estátua, acompanhado pelo Conde de Oeiras seu filho em três continências a que responderam três Reis d'Armas — representando o Reino de Portugal, Reino dos Algarves e Vice-Reino de Goa — com o grito «Viva ELRey D. Joze de Portugal». Enquanto o Marquês abandonava a praça passando sob o arco efêmero da Rua Augusta, a nobreza descia à estátua para lhe prestar as suas homenagens. Ao encarar a estátua pela primeira vez tiveram duas surpresas: na base do pedestal, um medalhão de bronze com o Marquês de Pombal retratado em baixo-relevo e, no topo do pedestal, o cavalo do Rei pisando serpentes e não um leão como no primeiro projeto da estátua. Voltaremos a estas serpentes. Logo depois, exactamente como previra o aviso enviado à Real Mesa Censória, desceram os membros dos tribunais. Aqui se encontravam, caminhando até junto da estátua equestre, dois dos maiores autores e eruditos do reino, os censores Manuel do Cenáculo e António Pereira de Figueiredo; o reitor da Universidade de Coimbra, censor Francisco de Lemos, bem como os outros letrados que compunham o tribunal de censura: Inácio de São Caetano, bispo de Penafiel; o matemático José da Rocha; o gramático e teólogo Luís do Monte Carmelo, Joaquim de Santana e Silva. Fizeram as suas homenagem à estátua, recolheram-se às janelas junto ao Arco Triunfal, e cruzaram-se pelo caminho com o exército que descia agora. A tarde terminou com a abertura da Praça ao povo da cidade, com uma trincheira reservando a proximidade da estátua «às pessoas bem tratadas» e excluindo dela o «povo miúdo». Das janelas da praça, os censores já iam vendo acender-se a iluminação da praça, para a qual a Real Mesa havia contribuído. Para Manuel de Sousa, era esta

«iluminação huma das couzas mais vistozas que possa ser, pois alem das tochas que tinhaõ todas as janellas, e candieiros que pendiaõ em todos os arcos, estavaõ os membros entre as janellas, pilares das colunas, volta dos arcos, batibanda, e caes tudo cheio de Luzes, que fazia a mais fermoza vista».

Milhares de luzes oscilando no crepúsculo de uma tarde amena de Junho, junto ao Tejo. Toda a cidade se iluminava. As arcadas da praça, dos edifícios que a contornavam, as janelas das casas lisboetas com «estudadas illuminaçoens, apurandose os particulares em mostrarem nellas o jubilo

com que concorriaõ para esta demonstraçãõ publica». No interior dos salões onde se encontravam os convidados da maior dignidade, como os censores, as paredes «todas estavaõ forradas, de seda, e as janellas todas goarnecidas de cortinas de Damasco Cramezim [sic]». Na sala onde se encontrava a família real, a decoração era de «de ricas sedas, telas, e brocados, e a tribuna de S. Magde. armada de panos de veludo, e tela recamados de ouro». Das salas respectivas foram os convidados assistir à representação da Ópera, «que neste dia se fez com todo o aparato». E assim se fechou o primeiro dia de festas.

* * *

Fig. 5 Estátua Equestre de D. José I. Gravura a água-forte. Joaquim Machado de Castro (desenhador). Gaspar Fróis Machado (gravador) 1774. Museu de Lisboa. MC.GRA.749



Existem algumas ausências intrigantes na inauguração da estátua equestre que merecem alguma atenção.

A primeira ausência é a do próprio rei. Encontrámo-lo nas óperas e nos banquetes que festejaram o seu aniversário. Mas não há qualquer referência à presença do rei Dom José I no momento da inauguração da sua estátua, bem como não há qualquer referência à família real. E a razão é muito simples: o rei e a família real não assistiram em público à inauguração da estátua equestre. Logo na época especulou-se à cerca desta ausência. Entre os círculos antipombalistas, quis ver-se nela um sinal de distância entre o rei e o marquês. Segundo esta interpretação, a ausência do rei explicar-se-ia pela forma como o marquês de Pombal tomara conta das comemorações. O rei teria então encontrado uma solução de compromisso não aparecendo em público no momento da inauguração, mas antes assistindo a ela escondido por detrás de uma cortina. Parece não haver dúvidas de que, no seio da família real, a preponderância do marquês era vista com muito desagrado; ter deixado que se colocasse um medalhão com a sua própria efígie junto ao pedestal do rei foi considerado um sinal da sua imodéstia e soberba. A retórica que justificava esta homenagem dupla envolvia comparações passadas: por exemplo, se Dom José era como o imperador Augusto, Pombal era o seu Sila. E a própria estátua era uma inovação na história de Portugal: nunca se fizera a estátua pública de um monarca em vida, nunca se fizera um estátua equestre no país, e menos ainda se colocara uma estátua do rei no centro da praça mais importante do país. Talvez se encontre nessas inovações outras tantas pistas para explicar a ausência do rei no momento da inauguração da estátua. O historiador Ernst Kantorowicz foi o primeiro a descrever, na sua obra clássica sobre a monarquia na Idade Média, a noção dos «dois corpos do rei». O primeiro corpo do rei é o seu corpo físico, individual. O segundo corpo do rei é um corpo simbólico e até místico. O primeiro corpo é o que faz dele um ser vivo; mas o segundo corpo é aquele que representa a monarquia. Como vimos, a simbólica da cerimónia de inauguração da estátua remete para este carácter representativo da figura do rei. Dom José a cavalo representa o triunfo de Portugal; as serpentes que o cavalo pisa serenamente sem se incomodar representam os inimigos do reino que foram implacavelmente derrotados. A estátua equestre é o corpo simbólico da monarquia portuguesa. O rei Dom José enquanto indivíduo, o seu corpo físico, não estão presentes em público porque o seu corpo simbólico já está no

centro da praça. A inauguração da estátua é um momento em que o corpo místico e o corpo físico do rei não coincidem no mesmo momento; em consequência, ambos não devem coincidir no mesmo espaço. Logo depois, nas óperas e nos banquetes, afastado da sua representação em estátua, o rei volta a reunir em si os dois corpos; ele é o indivíduo Dom José e o símbolo da monarquia lusitana. E assim já pode e deve aparecer em público. Uma segunda ausência muito curiosa é a do Grande Terramoto. Afinal, sem destruição de Lisboa não teria havido novo plano para a cidade, nem sequer estátua equestre. A estátua, a praça e as ruas em torno correspondem a uma nova forma de dar e interpretar a cidade. A estátua de Dom José é o ponto de partida dessa leitura e foram necessários anos de trabalho de reconstrução para lhe dar sentido. No entanto, o Grande Terramoto praticamente não aparece na estátua: está resumido a um baixo-relevo na traseira do pedestal em que se agradece aos comerciantes o pagamento dos impostos extraordinários que possibilitaram a construção do monumento. E nas cerimónias de inauguração, cuja descrição seguimos com pormenor, a referência ao Grande Terramoto simplesmente não aparece, o que parece tanto mais estranho se pensarmos que passaria o vigésimo aniversário da sua ocorrência pouco depois a 1 de Novembro (1755-1775) ao passo que o aniversário do rei que se comemorou a 6 de junho não celebrava uma data redonda (o rei cumpriu nesse dia 61 anos). Ao contrário do terramoto, as referências às vitórias sobre «o fanatismo» ou «o furor» são enfáticas em extremo, quer no próprio monumento, quer nas solenidades da inauguração. O discurso político do pombalismo começa a desviar-se do terramoto pouco depois da catástrofe. No final da década de 1750 as referências ao Grande Terramoto tinham sido substituídas pela traição dos jesuítas e pela tentativa de assassinato do rei Dom José I, em 1759, pela qual seriam inculcados e executados os Távoras e o Duque de Aveiro. São estas as justificações fundamentais na memória que o pombalismo vai construindo de si mesmo. E continuarão a sê-lo até ao fim. Na inauguração da estátua elas estão presentes de forma enfática. As serpentes que o cavalo de Dom José pisa são uma referência aos inimigos do rei, e aplicam-se especialmente ao estereótipo do jesuíta enganador e perigoso, como a serpente. Também os escravos em grilhões que aparecem no pedestal representam a força bruta, a ignorância, etc. A vitória contra o fanatismo, o furor, a ignorância e a hipocrisia remetem mais uma vez para esta memória fundadora do pombalismo. No dia da inauguração as únicas referências ao Grande

Terramoto vêm em discursos de personagens de segunda linha. Mas foram evitadas na própria cerimónia e nos discursos das principais personagens, ou mereceram no máximo referências breves e neutras.

Uma das explicações tem de novo a ver com o corpo do rei. A tentativa de assassinato foi, do ponto de vista político, pior do que um terramoto, mais inconcebível e destruidora de uma visão do mundo na qual matar o rei é matar a própria concórdia que dá sentido aos súbditos. A traição jesuítica anda lá perto: os jesuítas, nas fronteiras entre os impérios português e espanhol na América do Sul, não reconheciam qualquer das coroas. Colocavam-se assim fora da premissa essencial que dava sentido à visão do mundo regalista. Ao escolher os jesuítas e os Távoras como alvo, a mensagem funciona de duas formas: não só dá uma clara oposição que sustenta a razão de ser do regime, como reforça a ideia de que o rei é a chave de leitura do reino. A terceira das ausências é mais prosaica e fácil de explicar. Trata-se da própria praça. Na verdade, a Praça do Comércio não estava ainda terminada. Faltava-lhe toda a ala ocidental, ou seja, aquela a que se chamava «do Arsenal» e faz esquina com a rua do mesmo nome (a ala oriental era e é, correspondentemente, a «da Alfândega»). Em consequência, só dois dos três lados da praça estavam completos. A solução consistiu em criar um cenário de madeira imitando o modelo dos edifícios já terminados para dar a ilusão da praça como seria se estivesse completa. Segundo os relatos da época, a estrutura era tão perfeita que enganava qualquer observador e tornava difícil distinguir entre os verdadeiros edifícios e o cenário.

* * *

Oito dias depois da inauguração da estátua, o Marquês de Pombal dirigiu-se ao palácio da Ajuda, então ainda um complexo de luxuosas tendas onde o rei vivia desde 1755 (Dom José, como muitos lisboetas que assistiram ao Grande Terramoto, ganhara uma fobia a habitar em edifício de pedra ou paredes sólidas). Com ele levava um curto texto que mais tarde seria conhecido pelo título «Observações secretíssimas do marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, na ocasião da inauguração da Estátua Equestre no 6 de Junho de 1775»³. Começou por dizer ao rei que só entenderiam plenamente a inauguração da estátua equestre aqueles que «não parando na superfície dos objectos que lhes apresentam



à vista, passam a investigar e compreender a substância das coisas». Esses reconheceriam naturalmente que Dom José tinha «inteiramente dissipado as trevas» que antes cobriam os seus reinos e, mais do que isso, restaurado em Portugal «o século feliz dos senhores reis D. Manuel e D. João III» e, mais ainda do que isso, «para os exceder com os progressos das suas paternais, magnânimas e infatigáveis providências». Qual era então a substância das coisas? As ciências e saberes da política determinavam uma série de princípios que permitiria atingir uma ideia do estado da «civilidade da política, da opulência e das forças de qualquer nação culta». Note-se que há uma posição de partida sobre o que está em discussão: não só o avanço de uma nação se define pelo grau de civilidade, opulência e forças dela, como esta não é uma nação qualquer que nos interessa aqui, mas uma «nação culta». Um dos expedientes recorrentes na argumentação de Pombal é a comparação com o estrangeiro. E pela forma como esse recurso evolui ao longo do texto indicia que não está ali apenas porque o rei gostaria de o ouvir, mas porque Pombal sente necessidade de regressar a ele uma e outra vez. A sua repetição é assim quase obsessiva, primeiro num sentido mais positivo, mais para o fim já buscando comparações acintosas para reforçar a demonstração de que França e Inglaterra não passam de gigantes com pés de barro. Há nitidamente em Pombal uma certa tendência competitiva, mesmo rancorosa, que ocorre por vezes no antigo estrangeirado ressentido pelas desconsiderações que sofreu lá fora — no caso de Pombal, em Inglaterra. Essa marca inicial pode ser amplificada pela admiração que os seus compatriota votam ao país que não conhecem tão bem quanto ele: daí a urgência em explicá-los que, não, os ingleses não são mais civilizados do que os portugueses, e que na verdade eles seriam incapazes de se manter pacíficos e inofensivos durante um ajuntamento como o de 6 de Junho de 1775. A agressividade com que o assunto é tratado denota uma certa impaciência em fazer aceitar essa premissa de base. Esse aspecto competitivo com a Inglaterra é sobretudo notório na correspondência económica e comercial de Pombal. A relação com a França é de uma natureza um tanto diferente, e reaparecerá por diversas vezes na produção cultural pombalina que estudaremos neste livro, pelo que não precisaremos ocupar-nos demasiado dela. Assinalemos agora que a memória de Luís XIV e a emulação que ela despertava ainda por toda a Europa é também um aspecto central na visão de Pombal e dos intelectuais que o acompanharam. Efectivamente, a

53 própria estátua equestre e a sua inauguração nascem, de

certa forma, por causa de Luís XIV. A comparação que se torna agressiva é com a França actual, ou seja, a de 1775. Os problemas do tesouro e da sociedade de Luís XVI — que subira ao trono um ano antes — marcavam a diferença e serviam a Pombal de pretexto para imitar a França não se subjugando à França. Tomemos como exemplo a insistência — que aparece tanto em Pombal como no capitão Manuel de Sousa — na origem exclusivamente portuguesa de todos os produtos e objectos utilizados na inauguração, da escultura aos tecidos e às baixelas utilizadas nos banquetes. Tudo isto pode ser português mas algo não é: o cânone pelo qual estas conquistas são julgadas. São necessários olhos estrangeiros para reconhecer os sucessos nacionais. Seja a comparação com os estrangeiros positiva ou negativa, mais ou menos competitiva, ela estabelece um precedente fundamental: o estrangeiro é a escala. Pombal pode anunciar com vigor que as nações que antes viam Portugal com desdém agora são forçadas a invejá-lo. Reversamente, pode identificar-se nessa agressividade uma admissão: a de que o

Notas

1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, cx. 188, «avisos recebidos pela Mesa». Cf. também «Avizos» in Biblioteca Nacional de Lisboa, *Papéis vários relativos à Universidade de Coimbra, estátua equestre de D. José I, política externa, etc.* [Manuscrito], f. 150; «Para o Bispo Presidente da Menza Censoria» in BNL. *Papéis vários relativos à Universidade de Coimbra, estátua equestre de D. José I, política externa, etc.* [Manuscrito], f. 110. «Para o Bispo Presidente da Menza Censoria» in BNL. *Papéis vários relativos à Universidade de Coimbra, estátua equestre de D. José I, política externa, etc.* [Manuscrito], ff. 84-85.

2 Manuel de Sousa, *Rellação das festas com que o povo portuguez celebrou a inauguração da estatua equestre de D. Joze 1o Nosso Senhor a que precede hum sucinto elogio das principaes acçoens deste grande rey* [Manuscrito, 1775].

3 Sebastião José de Carvalho e Melo, *Memórias secretissimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Ortografia atualizada na edição utilizada (Lisboa: Europa-América, 1984).



LISBOA DA REGENERAÇÃO

Raquel Henriques da Silva

CV



“Os chamados melhoramentos materiais tiveram um largo desenvolvimento no decurso deste reinado. A rede de caminhos-de-ferro foi acrescentada com dez novas linhas ou ramais. Empreenderam-se duas grandes obras, a do porto de Leixões e a do Porto de Lisboa (...). A capital alargou-se e aformoseou-se consideravelmente por meio das novas e grandes vias de circulação do Aterro e da Avenida da Liberdade. Aumentou a população de Lisboa, aumentou o número de teatros, o número de prédios, o número de carruagens; mas diminuiu o número dos homens capitais, dos homens representativos, como se diz em Inglaterra”.

Ramalho Ortigão, “O defunto rei D. Luís”, Dezembro 1889 in *As Farpas*, vol. XI, pp. 301-302.

O balanço de Ramalho Ortigão na ocasião da morte do rei D. Luís manifesta o pessimismo que caracterizou a sociedade portuguesa do século XIX que, tendo levado a cabo profundas transformações decorrentes do nascimento da Europa moderna, nunca deixou de considerar que, em grande parte, esse processo falhara. Neste caso, o autor opõe o progresso tecnológico e da vida material à perda da qualidade humana de quem governava o País. Mais de um século depois, nos nossos exactos dias, nada de diferente se passa: as elites intelectuais portuguesas continuam, em geral, a lamentar-se e a colocar no passado a qualidade da Pátria que nunca existiria nos sucessivos presentes¹. Na minha opinião, a desilusão de Ramalho não tinha razão de ser. Estavam a terminar trinta anos de estabilidade política, designada por *Regeneração* que, desde 1851 disciplinara a luta partidária e permitira os “melhoramentos materiais”. No caso de Lisboa (mas também do Porto e, a maior distância, das principais cidades) essa fora uma época de radicais transformações. Para as compreendermos, é, no entanto, indispensável recuar à primeira metade do século, quando as mudanças não foram gradativas, dentro de um quadro político legal, mas obtidas por actos revolucionários. Sintetizando muito, direi que o Portugal do século XIX nasceu da Guerra Civil que opôs os liberais aos absolutistas, num contexto internacional que determinou o fim do *Antigo Regime* na maioria dos países europeus e no continente americano onde as antigas colónias reivindicaram o direito de serem pátrias. Assim se passou com o Brasil que, todavia, nunca deixou de ser ao longo de todo o século, fundamental para Portugal em termos demográficos (a emigração foi imensa), económicos (era aí que se faziam ou consolidavam as maiores fortunas portuguesas), simbólicos e culturais (as elites brasileiras do século XIX foram predominantemente formadas pela Universidade de Coimbra e professavam o culto da portugalidade). Além do novo estatuto do Brasil (de colónia a “nação irmã”) a extinção das ordens religiosas foi o outro pilar do Portugal moderno. Apesar de haver antecedentes relevantes (por exemplo, a expulsão dos Jesuítas ordenada pelo Marquês de Pombal) o decreto de 30 de Maio de 1834 determinando a extinção imediata das ordens religiosas² e a nacionalização dos seus bens foi de facto uma revolução: havia centenas de conventos em Portugal e, desde a Idade Média eles eram intervenientes activos na vida material, religiosa e cultural do país, sendo lugares de refúgio (às vezes de contra-poder familiar ou político), escolas, hospitais, bibliotecas, museus, num relacionamento permanente com as elites nacionais e regionais. Geriam avultados bens fundiários, e

N

N

dispunham de percentagens impressionantes dos solos rurais e urbanos. Moviam-se com eficácia para constantemente alargarem a sua riqueza, captando heranças e doações e investindo muitas vezes especulativamente. Sendo verdade que a crise geral das ideologias e das vivências implicadas na mudança da Corte para o Rio de Janeiro, nas guerras peninsulares e na guerra civil haviam acelerado a decadência dos conventos e diminuído expressivamente os ingressos, a extinção criou uma situação nova, caracterizada pela crescente laicização da sociedade no seu conjunto e pela disponibilização, em proveito do Estado, de bens fundiários e edificados da maior relevância. Neste contexto, interessa especialmente destacar que os edifícios dos principais conventos masculinos de Lisboa albergaram as novas funções do Estado, sendo, em poucos anos, ocupados por escolas, hospitais, quartéis, tribunais, habitação, raramente fábricas. De organismos voltados para dentro com contactos rígidos com o exterior e, predominantemente, ao serviço da igreja, eles tornaram-se corpos abertos às nascentes expectativas sociais e políticas. As demolições foram raras (o Convento da Trindade no centro da cidade é quase a única excepção – Fig. 1) mas as adaptações (especialmente das igrejas e capelas) causaram perdas patrimoniais avultadas que, hoje ainda, estão longe de estarem totalmente inventariadas. Em síntese evocadora, basta pensar que a riquíssima casa de S. Bento albergou as Cortes (Fig. 2), que S. Francisco recebeu a recém-fundada Academia de Belas-Artes e a Biblioteca Nacional, que os Caetanos se tornaram Conservatório Nacional; a Graça, o Livramento e o Carmo tornaram-se Quartéis; os Capuchos ou a Estrelinha, Hospitais; o Espírito Santo da Pedreira, no Chiado, palacete do Barão de Barcelinhos³... Nascia uma nova cidade, menos mourisca e silenciosa, menos fradesca e tradicional, em que as velhas arquitecturas conventuais, muitas vezes obras eruditas de grande ressonância histórica, se constituíam como palcos de novos desempenhos sociais. Até ao meio do século, há que destacar outros aspectos da modernização de Lisboa. O mais simbólico foi o rearranjo do Passeio Público no Valverde (primeiros troços da actual Avenida da Liberdade), obra pombalina que pouco impacto tivera até aos anos de 1840. Então, depois de obras de aformoseamento (plantação de novas árvores, colocação de esculturas, criação de um sistema de água incluindo uma cascata e pequenos lagos, rebaixamento dos muros de cantaria, parcialmente substituídos por gradeamentos) o Passeio Público passou a ser frequentado pelas

Fig. 1 Planta Topografica Compreendida entre as Ruas Larga de S. RoqueMuseu de Lisboa, MC.DES.1429

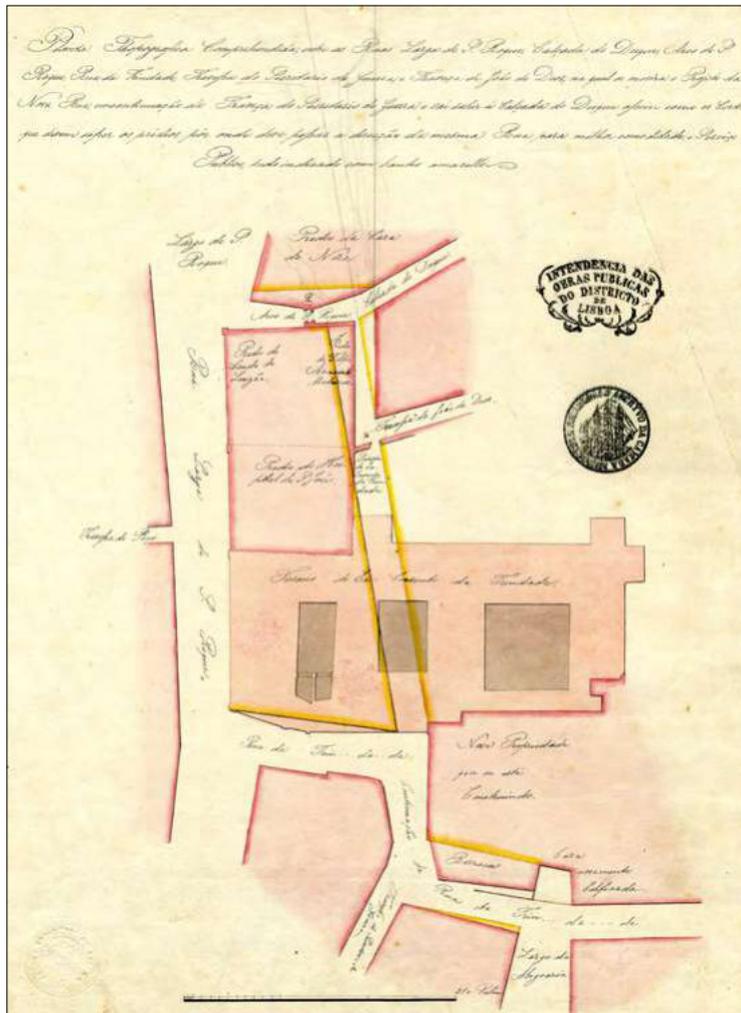




Fig. 2.1 Palácio de São Bento. c.1900.

AML, PT/AMLSB/PEL/005/S02894

Fig. 2.2 Assembleia da República. Fot. José Vicente, 2013.



Fig. 2.3 Palácio de São Bento. Fot. Alberto Carlos

Lima, c.1903. AML, PT/AMLSB/LIM/002629

Fig. 2.4 Assembleia da República. Fot. José Vicente, 2013



Fig. 2.5 Arco de São Bento. A escadaria e paredão de ligação ao Palácio de São Bento. Ant.1938. AML, PT/AMLSB/FAN/001743

Fig. 2.6 Rua de São Bento. Fot. José Vicente, 2013



Fig. 2.7 Mercado de São Bento. Fot.Eduardo Portugal, ant.1938. AML, PT/AMLSB/EDP/001362

Fig. 2.8 Rua de São Bento. Fot. José Vicente, 2014

Fig. 4 Jardim Botânico da Escola Politécnica.
Fot. Paulo Guedes. AML, PT/AMLSB/PAG/000326



Fig. 3 Passeio Público: alameda principal. Fot. José Artur Leitão Bácia, ant.1883. AML, PT/AMLSB/BAR/000886

Fig. 5 Praça de D. Pedro IV ou Rocío : nas festas da inauguração da estátua de D. Pedro IV, em 29-4-1870. Fot. Francesco Rocchini, João Francisco Camacho. In Photographias de Lisboa: vias públicas, monumentos. - p. 14. - Col. Vieira da Silva, VS 1938/H6/GEO



N

N

recentes aristocracias, abrindo-se ao povo, convenientemente trajado, em dias de fogo-de-artifício e quermesses...

Assim se cumpriam os rituais da nova vivência urbana em que a cidade se tornava lugar de passear, de ver e ser visto⁴(Fig. 3). Mas o Passeio Público não era a única alameda de passeio lisboeta⁵. Ainda na década de 1830, abriu-se o primeiro patamar do Jardim de S. Pedro de Alcântara, inscrevendo no corpo da cidade uma nova orientação, na verdade um espelhamento: a sua colina fundadora, que escapara em grande parte ao Terramoto, era agora objecto de contemplação nostálgica, alimentando a alma romântica e literária da época, desejando o progresso e, simultaneamente, condenando-o como ameaça. Depois, por volta do meio do século, nascerá o Jardim da Estrela - delineado "à inglesa", como então se dizia, querendo significar um inédito culto do pitoresco em que a rigidez das áleas cedia lugar às sinuosidades de canteiros, lagos e veredas - e, nos anos de 1860, o Jardim do Príncipe Real, pouco antes da abertura do Jardim Botânico da Escola Politécnica (Fig. 4), com funções escolares e de investigação científica de grande qualidade mas aberto também à população. Fora das principais centralidades, duas outras grandes manchas vegetais cresciam nos limites de Lisboa: os cemitérios dos Prazeres e do Alto de S. João que passarão a receber a maioria dos mortos da cidade, outro gesto de secularização, higienização e aformoseamento, tríade de conceitos definidora de um mundo a nascer.

Mas há outro emblema dos progressos da capital, igualmente eloquente: a Praça do Rossio onde, em 1846, se inaugurava o novo Teatro Nacional, desígnio maior de Almeida Garrett que com ele desejava proporcionar à cidade uma escola capaz de transformar um povo de súbditos em cidadãos. O neoclassicismo erudito do desenho era uma elaboração de espírito romântico que se casava bem com a austeridade da envolvência pombalina que só naqueles anos seria completada na sua parte ocidental. A grande praça recebeu o primeiro calcetamento decorativo de Lisboa, desenho sinuoso em basalto preto e branco de acentuada expressividade, uma das marcas do que já designei como Lisboa romântica, que se expressa também no uso do azulejo industrial para forrar integralmente fachadas prediais. Quanto ao Rossio oitocentista, ele só ficou completo em 1870, quando foi inaugurado o monumento a D. Pedro IV, no local onde, logo em 1821, Domingos António Sequeira propusera um Monumento à Constituição (Fig. 5). Apesar dos melhoramentos em curso e do desejo de aformoseamento, Lisboa continuava a ter gravíssimos problemas de saneamento e abastecimento de água que se traduziam em terríveis ciclos de morte, decorrentes de epidemias.

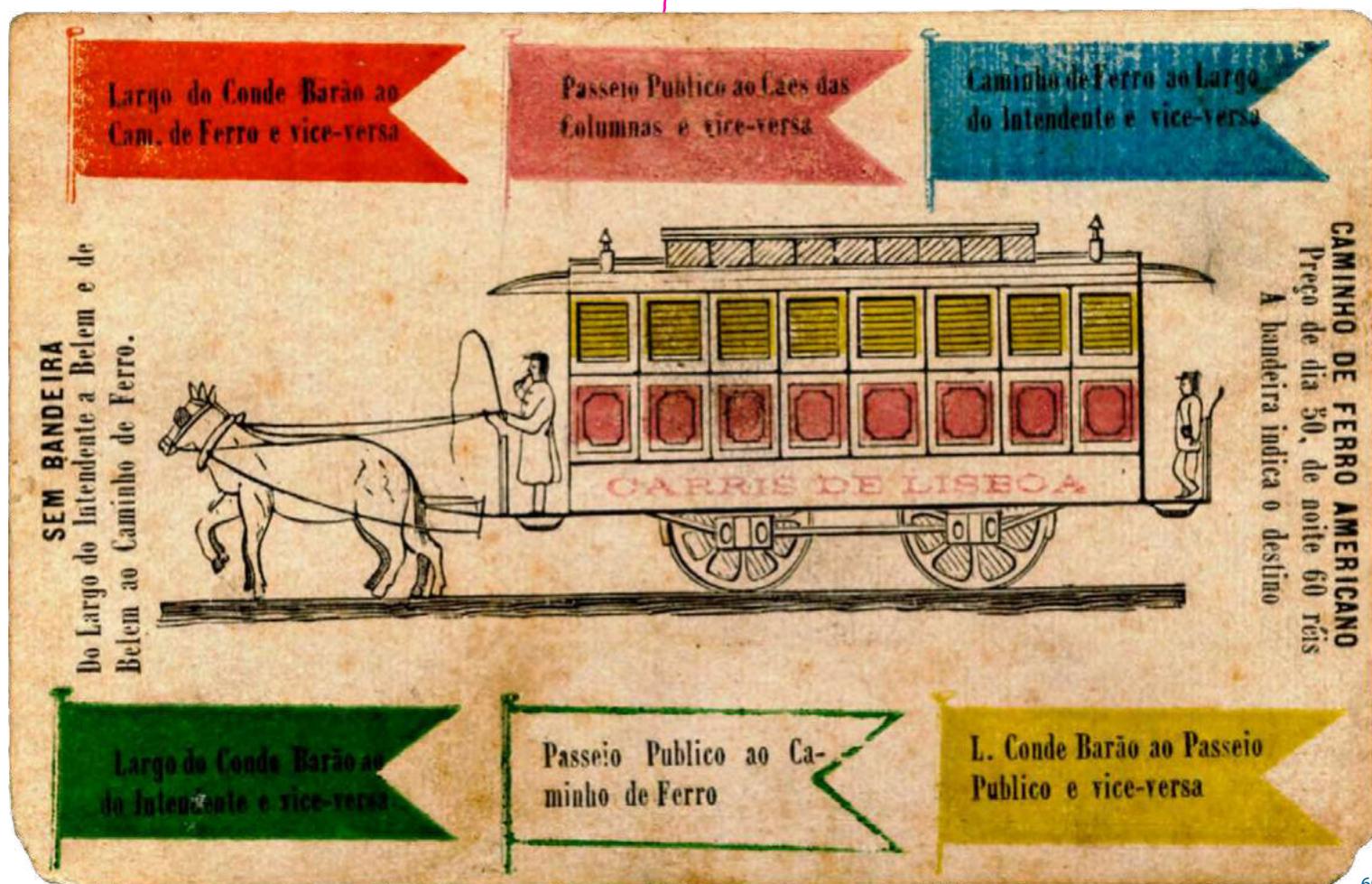
Foi na sequência dos surtos de cólera (1856) e febre-amarela (1857) que o Governo determinou iniciar o Aterro da Boavista, junto ao Cais do Sodré, que devido ao assoreamento progressivo do Tejo, constituía um ameaçador foco infeccioso. Nasceria assim a Avenida 24 de Julho, primeiro até Santos - onde se delineou um novo bairro articulado depois pela Avenida das Cortes - e, na década de 1870, até Alcântara, quando estava em construção o novo Porto de Lisboa.

Estas obras estruturantes, beneficiando dos novos recursos da engenharia, abrem um dos caminhos de alteração da imagem da cidade: o Tejo deixava de ser a principal via de articulação, substituído por uma alameda onde, em 1873, se instalou a mais antiga carreira de «americanos» entre Santa Apolónia e Algés⁶, carruagens sobre carris movidas por muares. Imemorialmente a cidade crescera na margem do seu Rio, de oriente para ocidente, mas pressentia-se que ela estava a redireccionar-se para o interior (Fig. 6).

N N

Fig. 6 Bilhete de transporte da Carris de Lisboa. Carris de Lisboa. GEO MNL125G.

r



DA AVENIDA DA LIBERDADE ÀS AVENIDAS NOVAS

Desde o final da década de 1850 que a substituição do Passeio Público por um amplo *boulevard*, para criar uma linha direccional de ampliação da cidade, passou a estar no pensamento de sucessivas vereações. Apesar da lentidão da sua concretização, ele é o facto maior da Lisboa da Regeneração e marca, simbolicamente, o nascimento da cidade moderna. E se houve intenções projectuais anteriores com autorias diversas, não há nenhuma dúvida de que foi Frederico Ressano Garcia o principal orquestrador das imensas transformações da cidade, desde que, em 1874, se tornou engenheiro-chefe da Câmara Municipal de Lisboa até 1907 quando foi demitido do cargo de director geral do Serviço Geral de Obras. Formado na *École Impériale des Ponts et Chaussées*, em Paris, no final da década de 1860, ele pôde assistir à revolução urbanística que o Barão de Haussmann estava a impor à cidade, através de uma rede operativa, higienista e simbólica de grandes *boulevards* e praças de articulação. Em Lisboa, Ressano Garcia empenhou-se especialmente no projecto das chamadas «Avenidas Novas», implantadas a partir da Rotunda do Marquês de Pombal em território até então predominantemente rural⁷ (Fig. 7). Embora o projecto aprovado em 1888 previsse a abertura das vias de um lado e outro do então delineado Parque da Liberdade (depois Parque Eduardo VII), durante a sua direcção foi o lado oriental que avançou a partir das linhas direccionais da Av. Fontes Pereira de Melo, Praça do Saldanha e Av. Ressano Garcia (depois Av. da República), numa dinâmica inédita, permitindo que, em 1900, se estivessem a edificar os primeiros lotes e, desde 1905, essa Lisboa nova fosse servida por um serviço regular de carros eléctricos (Fig. 8). Seguindo os modelos internacionais implementados em muitas cidades da Europa, as Avenidas Novas são, essencialmente, um projecto urbanístico, desenvolvido sob responsabilidade da Câmara Municipal que adquiriu os terrenos, em condições excepcionais sob a figura do interesse público, abriu as avenidas, as infraestruturou sistematicamente, em termos de saneamento e fornecimento de água e electricidade, e vendeu os terrenos para edificação, adequando as dimensões dos lotes aos interesses dos compradores⁸. Em termos conceptuais, o Projecto maneja e concretiza os princípios da ortogonalidade das artérias, compondo uma série de figuras em xadrez, e impõe o higienismo como opção estruturante, manifesto não só no rigor das infraestruturas funcionais, mas também nos vazios de arejamento no interior dos quarteirões e na notável orquestração da arborização de passeios e placas centrais, delineada

sob a competência moderna do Eng. António Maria Avelar. No entanto, o desenho adaptou-se, com grande plasticidade, a pré-existências diversas, desde logo a Estrada de Circunvalação que, no troço entre S. Sebastião e a Estefânia, se tornaria a Av. Duque d'Ávila, mas também a condicionamentos da topografia ou de interesses de proprietários particulares. Por isso, as Avenidas Novas são menos monótonas e monumentais do que a maioria das congéneres internacionais, activando velhos caminhos e estradas de ligação suburbana e algumas das suas memórias, ancoradas, por exemplo, na rede dos palácios edificadas no século XVIII: Galveias, Pimenta, Palhavã (Fig. 10). Na minha opinião, estas características do Projecto permitem-lhe manter uma espécie de carácter lisboeta que se expressa na pequena escala, na submissão à topografia e na convivência palimpséstica de tempos e memórias. Mas a sua razão de ser não foi nem estratégica nem teórica, antes a pragmática resposta à falta de meios que, ao longo da sua concretização, sempre ensombraram o Projecto que só seria completado na década de 1930, no contexto político do Estado Novo, depois do «desamor» que lhe foi votado pelas vereações republicanas⁹. Neste contexto, a arquitectura foi a componente mais frágil do Projecto. Ao contrário do que aconteceu com o Plano pombalino, do século XVIII, e, mais tarde, com as extensões urbanas de Duarte Pacheco no final dos anos de 1930, visando ampliar o Projecto de Ressano Garcia, este não formulou nenhuma norma arquitectónica. Ao sabor dos interesses privados, venderam-se excepcionalmente grandes lotes, destinados a palacetes envolvidos em jardins, lotes de largura diversa para a edificação predial e outros ainda, também de dimensões variáveis, destinados a vivendas unifamiliares, de desenho igualmente diversificado. Esta excessiva liberdade (expressão radical do *laissez faire, laisser passer* do capitalismo do tempo) conduziu, por exemplo, à ausência de imagem arquitectónica das três rotundas que balizam a nova área urbana (Marquês de Pombal, Saldanha e Campo Grande), que só seriam densificadas século XX adiante e ainda assim com dificuldades e fragilidades hoje ainda claramente legíveis. Sendo verdade que as Avenidas Novas acolherem alguns dos espécimes mais interessantes da arquitectura do tempo, tanto no que respeita à moradia unifamiliar (Fig. 11) e a prédios de aluguer (sobretudo com projectos de Miguel Ventura Terra e Norte Júnior), como a novos equipamentos - de que avulta o Liceu Camões, de Ventura Terra, ou, no final do ciclo, a Maternidade Alfredo da Costa, do mesmo autor - a

Fig. 7 Carta topográfica de Lisboa, publicada em 1871 tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911. Planta nº10

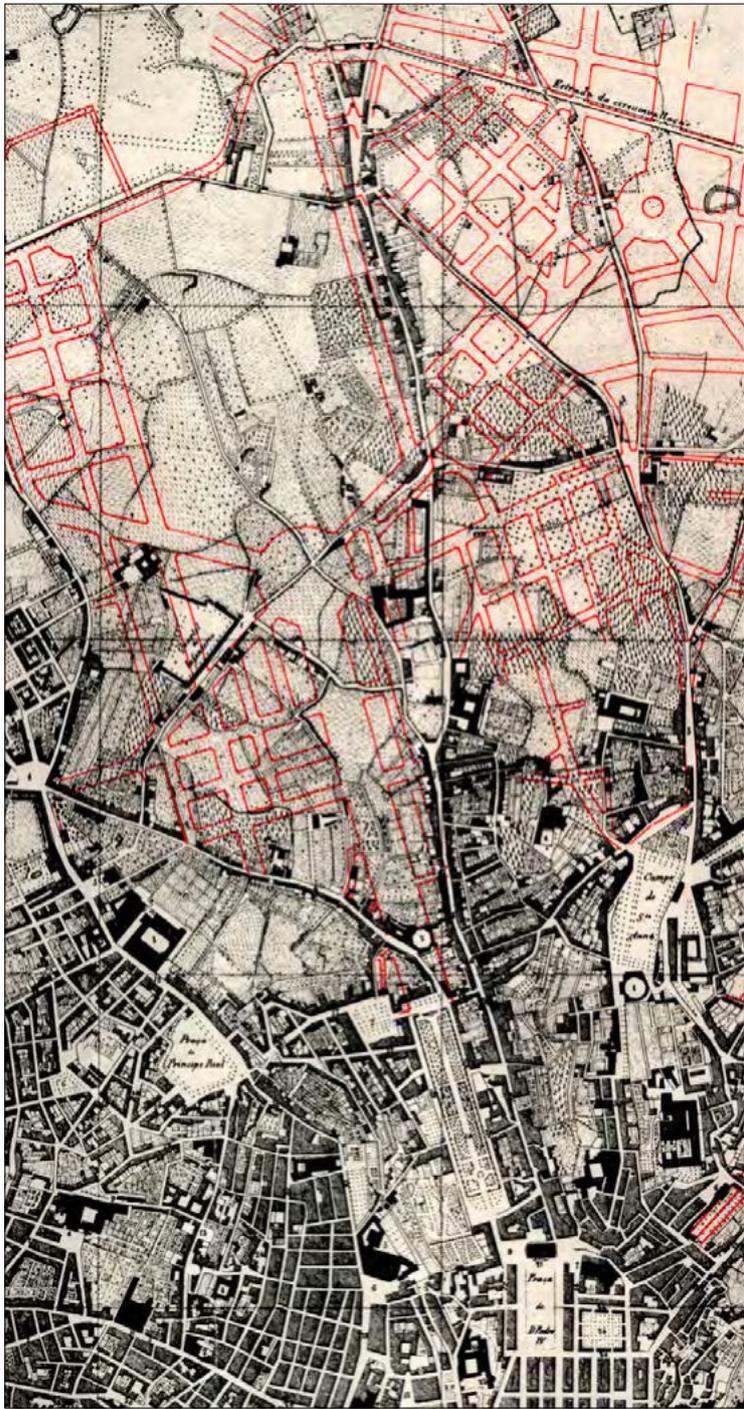


Fig. 8 Planta do Rossio ao Campo Grande. AML, PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/09/00067

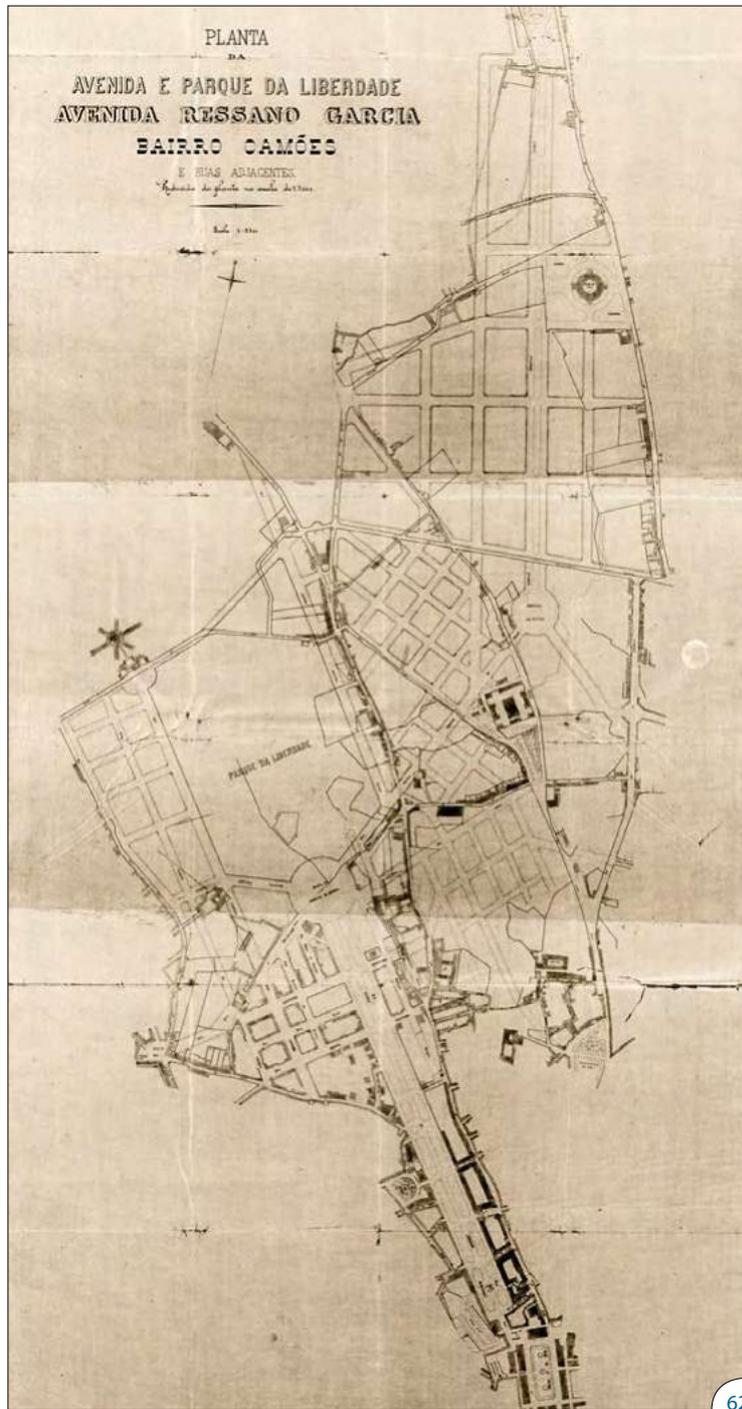


Fig. 9 Lavadeira. Fot. Augusto Bobone, c.1906. AML, PT/AMLSB/BOB/000087

Fig. 10 Palácio Pimenta. Fot. José Vicente, 2013

Fig. 11 Moradia (Avenida da República, nº 87). Fot. Paulo Guedes, 1909. AML, PT/AMLSB/PAG/000692



ausência de normas edificatórias, a presença de amplos jardins e logradouros disponíveis, tornou este território um espaço imenso de investimento urbano quando, depois do meio do século XX, os interesses terciários ali se instalaram. Considere-se, como indicador exemplar, que, na década de 1930, ainda havia lotes para vender em todas as avenidas, nomeadamente na Avenida da República, e já se estava a proceder às primeiras demolições do edificado de 1900!

OUTRAS DIRECÇÕES DE CRESCIMENTO

A dinâmica edificatória da Lisboa da *Regeneração* não se reduz ao Projecto das Avenidas Novas que foi, como explicitiei, a sua coluna dorsal, quer em termos funcionais, quer, sobretudo simbólicos. Aliás, como a grande obra do Aterro da Boavista manifesta, essa dinâmica desenvolvimentista vinha dos anos de 1850 e conheceu então dois focos de experimentação muito interessantes mas que carecem ainda de investigação sistemática. Refiro-me ao Bairro da Estefânia, estimulado pela implantação do Hospital com o mesmo nome (1858-1877), o primeiro em Portugal vocacionado para crianças, e do lado ocidental, ao Bairro de Campo de Ourique que, antes das Avenidas Novas, mobiliza a equipa recém instalada de Ressano Garcia, nos anos de 1870. Nestes casos, a força das pré-existências (sobretudo em Campo de Ourique) manteve-se viva e questionante da ortogonalidade do desenho urbano, sugerida pelo cruzamento das principais artérias mas sem a modulação de quarteirões de dimensões idênticas (Fig. 12). Também o Bairro do Calvário, implementado desde 1870 na antiga Quinta do Calvário, em cujo palácio Filipe I chegou a estanciar, é um caso interessante das dinâmicas de ampliação da cidade que se vão manifestando em todos os seus anteriores limites (Fig. 13).

Finalmente, é indispensável referir a abertura de dois importantes eixos direccionais: a Avenida das Cortes (depois Dom Carlos I), partindo do Aterro na zona ribeirinha de Santos e abrindo uma ligação directa com as Cortes (sempre assim se designou o Parlamento da nossa monarquia constitucional), exigindo para isso a demolição quase integral do velho Convento da Esperança (Fig. 14) ; e a Avenida dos Anjos (depois Dona Amélia e, finalmente, Almirante Reis) que, pegando na Rua Nova da Palma vinda do Plano Pombalino, abria um eixo ortogonal para substituir as velhas articulações entre o Socorro, Desterro e Arroios, penetradas ainda das memórias e utências dos regueiros antes ali existentes. A dificuldade de confrontar os interesses de poderosas pré-existências, nomeadamente a cerca do convento de Arroios, arrastou a intenção projectual para o início do Estado Novo, aliás como aconteceu com as Avenidas Novas.

Fig. 12 Ampliação do Bairro de Campo de Ourique. Frederico Ressano Garcia, 1906. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202

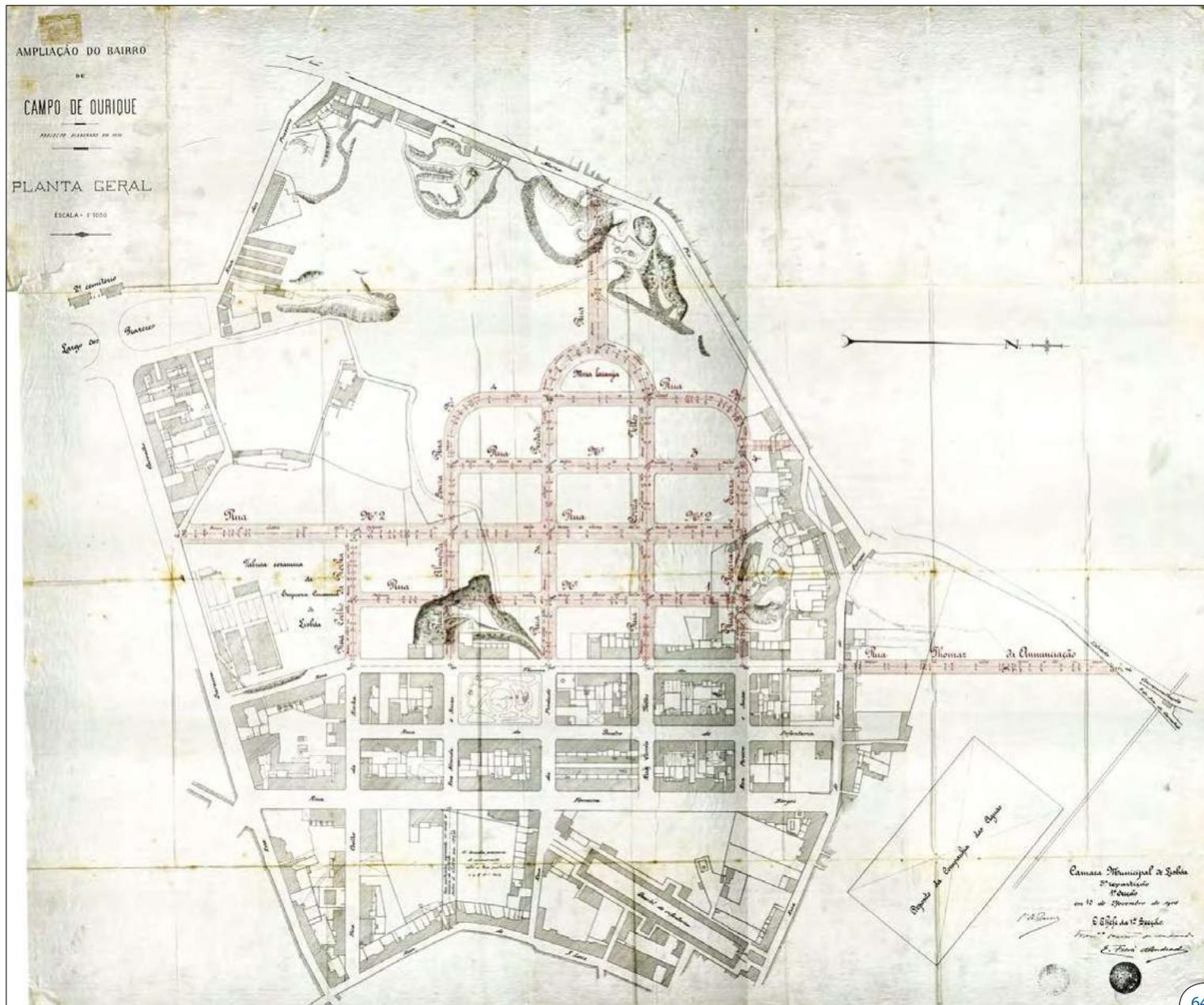
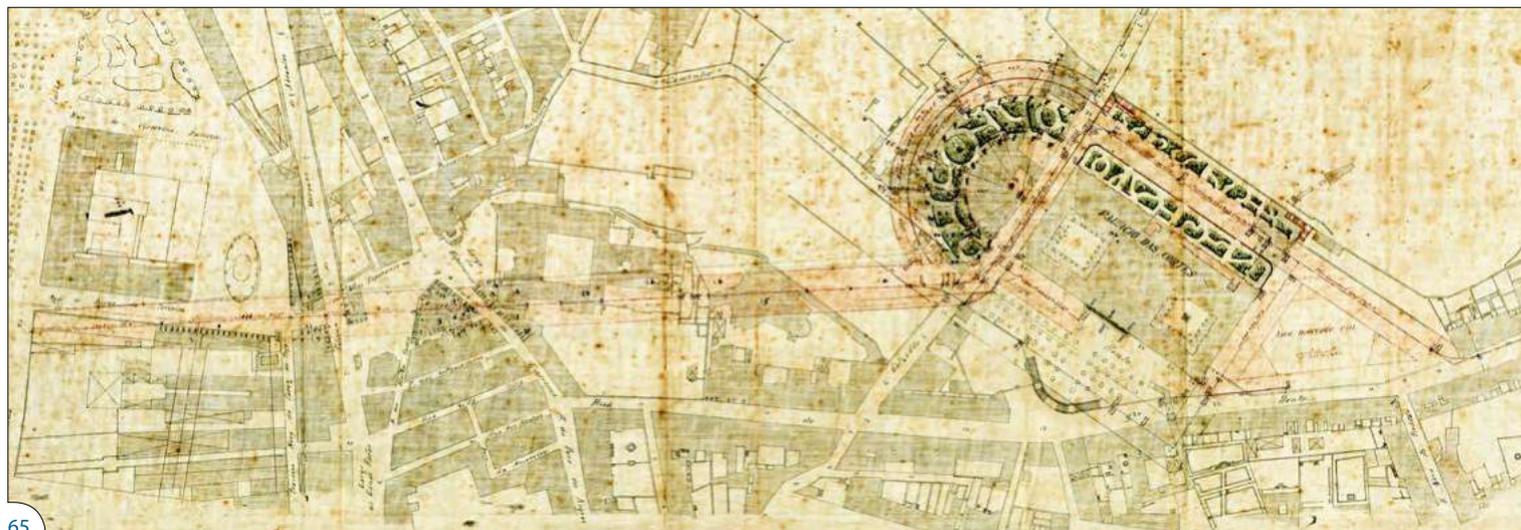
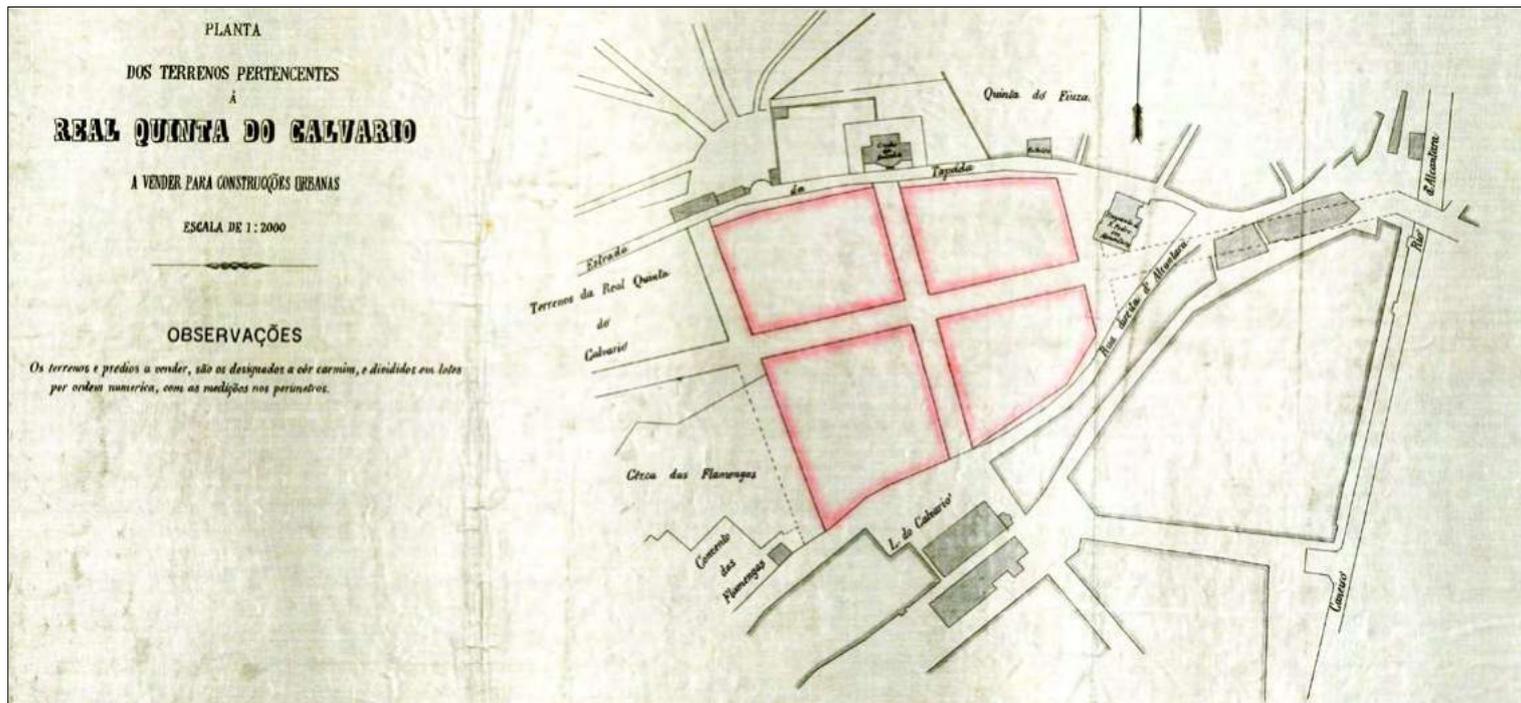


Fig. 13 Planta dos terrenos pertencentes à Real Quinta do Calvário a vender para construções urbanas. 1904. AML, PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/11/557

Fig. 14 Projeto de abertura da Avenida das Cortes. AML, AMLSB-CMSLB-UROB-PU-06-01-0179 - Folha 9



Mas à ilharga da Avenida interrompida, surgiram bairros residenciais, promovidos pela iniciativa edificatória de empreiteiros particulares, mas próximos e apoiados pela autarquia, o primeiro dos quais foi o Bairro Andrade, logo na primeira década do século XX. Em termos sociais, esta será a cidade de uma pequena burguesia de funcionários públicos, logistas, artífices em processo de moderada industrialização e profissões liberais modestas, de convicções republicanas, bem distinta da Lisboa burguesa, assente, em parcela considerável, nos réditos do capitalismo colonial que se estava a implantar nas Avenidas Novas. Quanto ao crescente operariado lisboeta, ele não cabia nestas extensões urbanas higienizadas e mais ou menos regulares. A maioria acumular-se-á nos bairros mais antigos da cidade, Alfama e Mouraria, mas espalha-se afinal por todas as freguesias, muitas vezes em ocupações semi-clandestinas, nos interiores de quarteirão, formando “pátios” ou “vilas” de unidades unifamiliares ou em correnteza. Em casos raros, mas muito interessantes, foram construídas “vilas” com arruamentos próprios, quer por iniciativa de promotores privados e destinadas ao lucro, quer, excepcionalmente, de empresários filantrópicos, como acontece no Bairro Grandela, na Estrada de Benfica (Fig. 15), mandada edificar por Francisco Almeida Grandela, o fundador dos Armazéns Grandela na Rua do Carmo¹⁰. Por parte do Governo e da Câmara Municipal houve intenções de confrontar o problema. Em termos radicais, em 1858 Jean Pierre Pezérat afirmava: “Os bairros denominados particularmente Mouraria e Alfama pela estreiteza e mau alinhamento das ruas, pelas diferenças de nível e pelo mau estado higienico e architectonico (...) precisam ser demolidos e reconstruidos de novo em ruas largas, e bem alinhadas, praças arborizadas e edificios em boas condições higienicas; (...) Para albergar a população que está acumulada nos bairros citados e para poder começar a demolição neles é preciso construir *cités ouvrières* aonde além de pequenas habitações para acomodar a população trabalhadora se estabeleçam casas de banho e lavadouros (...)”¹¹ Felizmente, a falta de meios envolvia imediatamente em impossibilidade ideias como esta que visavam a modernização de Lisboa. Mas outras linhas de actuação conheceram destino idêntico: o Bairro Operário dos Barbadinhos, entregue a uma empresa, nunca passou de uma primeira e tímida fase; operações mais ambiciosas, como a do Casal Rolão a Alcântara, pensada

para o operariado, acabou por acolher extractos da pequena burguesia, situação que se repetirá noutras áreas da cidade, até ao Bairro do Arco do Cego, já iniciativa republicana. Lugar fortemente hierarquizado, com os seus interiores escondidos mas com a extrema pobreza escancarando-se em cada esquina, a Lisboa de 1900 era, no entanto, um lugar de redenção em que a religiosidade fradesca do Antigo Regime dera lugar aos brilhos efémeros da civilização, já iluminada a electricidade e movendo-se veloz, conduzida pelos eléctricos e pelos ascensores mecânicos que foram, nesse virar de século, uma das mais populares novidades. Implantados pela empresa do engenheiro Raoul Mesnier du Ponsard, na Bica, na Calçada da Glória ou na Calçada do Lavra, eles adaptavam-se e engrandeciam as colinas de Lisboa que adquirem uma espécie de existência cenográfica: lugares de contemplação, identificação e simbolização colectivas, permitindo ver a cidade de alto e de longe. Mas o mais belo de todos eles, o Elevador de Santa Justa, inaugurado em 1902, erguia-se na vertical, ligando a Baixa com as ruínas, elas também cenografadas, do velho Convento do Carmo. O seu corpo de ferro foi decorado com eficaz decoração neo-gótica, numa aliança expressiva entre tecnicidade e memória. Adquire assim uma rara pregnância estética e simbólica que evoca as potencialidades da engenharia como obra de arte, questão axial do tempo internacional, aberta com a edificação da Torre Eiffel em Paris (Fig. 16).



Fig. 15 Bairro Grandella. Fot. Joshua Benoliel. AML, PT/AMLSB/JBN/000685





Notas

1 Este tema é exaustivamente reflectido na obra já clássica de Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do povo português*. Lisboa: D. Quixote, 1ª ed., 1978.

2 O tema da extinção dos conventos em Lisboa foi, em 2012-15, objecto de um Projecto de Investigação, financiado pela FCT, por mim coordenado, com parcerias com a Torre do Tombo e a CML, designado “Lx- Conventos, Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX” (PTDC/CPC-HAT/4703/2012).

3 No site do Projecto referido na nota anterior, é possível documentar as transformações de uso de todos ex-conventos de Lisboa.

4 Esta nova convivencialidade é representada, com ingenuísmo e escassa qualidade pictórica, no óleo de Leonel Marques Pereira, *Uma vista do Passeio Público*, 1856, pertencente à colecção do Palácio Nacional da Pena, onde o rei D. Fernando II, então já viúvo de D. Maria II, percorre a álea principal do *Passeio*, ladeado de uma corte vestida com aparato.

5 As transformações de Lisboa, entre o final do século XVIII e meados do século XIX foram por mim estudadas em Raquel Henriques da Silva, *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa, 1998. Tese de Doutoramento em História, Especialidade História da Arte apresentada à FCSH da UNL, dactilografada.

6 Ver, sobre os melhoramentos tecnológicos de Lisboa oitocentista (transportes, saneamento, abastecimento de água) *Lisboa em movimento 1850-1920*. Catálogo de exposição comissariada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro. Lisboa: CML e Lisboa 94, 1994.

7 Tratei pela primeira vez este tema em Raquel Henriques da Silva, *As Avenidas novas de Lisboa (1900-1930)*. Lisboa, 1984. Dissertação de Mestrado em História da Arte, FCSH-UNL, dactilografada.

8 Para contextualizar internacionalmente este tema, mantendo algumas referências a Lisboa, cite-se Nuno Portas “Cerdà e os Traçados” in *Os tempos das formas. Vol. I: A cidade feita e refeita*. Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005, p. 67-83.

9 Foi o caso de Miguel Ventura Terra que integrou a primeira vereação republicana de Lisboa, 1908-09.. Defendia que, “entre o Cais do Sodré e Santos” onde não havia “construção alguma de carácter definitivo”, havia a possibilidade de ali fazer um “formoso passeio público”, obtendo-se “ali o mesmo que seria a Avenida da Liberdade, se de um dos seus lados se defrontasse com o majestoso Tejo no ponto em que precisamente ele é mais belo!” in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, Sessão de 5 de Agosto e de 16 de Dezembro de 1909.

10 Ver, como obra de referência deste tema, Maria João Madeira Rodrigues, “Tradição, Transição e Mudança – a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista. Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1979.

11 In *Annaes do Município de Lisboa*, 28 de Maio de 1858, p. 197. Ver maior desenvolvimento em Silva, Raquel Henriques da, 1998, 1º vol., p. 426.

Bibliografia

SILVA, R.H. da (coord.). (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1864-1909*. Catálogo de exposição. Lisboa, CML/F. Calouste Gulbenkian.

SILVA, R.H. da (2000). ‘Portugal 1900: Urbanismo e Arquitectura’ in Pereira, João Castel-Branco (coord.) *Portugal 1900*. Catálogo de exposição. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, p. 101-114

SILVA, R.H. (2006). “Das Avenidas Novas à Avenida de Berna” in *Revista de História da Arte*, nº2 – 2006. Instituto de História da Arte, FCSH-UNL, p. 126-141.

SILVA, R.H. da (2006). “Ventura Terra em contexto” in *Miguel Ventura Terra. A arquitectura como projecto de vida*. Catálogo de exposição coordenado por Ana Isabel Ribeiro. Esposende: CM de Esposende, 2006 (catálogo de exposição coordenado por Ana Isabel Ribeiro) p. 11-29.

**LISBOA FUTURISTA:
PRÉVIA, CÉLERE,
POUCA E TARDIA**

Manuel Graça Dias

CV



FUTURISMO

Qual Futurismo? O de Dezembro de 1917, dos *Bailados Russos*, trazidos por Diaghilev ao Coliseu dos Recreios, onde Almada se inspira, desenhando os fatos (como também Picasso desenhara, para a *Parade* de Jean Cocteau e Satie), para no ano seguinte apresentar *A princesa dos sapatos de ferro* no Teatro de São Carlos? (figs. 01 e 02) “*Parade c’est l’esprit nouveau*”, dizia Apollinaire e falava também já em *surrealismo*; mas para Cocteau, todo aquele conjunto, que era *Parade* no palco, representava precisamente, o *cubismo*, ainda que Picasso procurasse sobretudo, destruir o ponto de vista da arte do passado (Cecília, 2010). O *Manifesto Futurista* vinha de 1909 (Marinetti, *Le Figaro*, 20 Fev.) e, se a dança era a arte do movimento por excelência, o movimento que Marinetti exaltava era outro: o mecânico, o dos automóveis de corrida (cujos motores e tubos cromados seriam mais belos que a Vitória de Samotrácia¹), o das fábricas, o de uma nova era, paranóica, militar (e em 1914 reberitaria a I Grande Guerra) que alteraria os dados da arte tardo-romântica persistente e acomodada dos salões da burguesia. Em Portugal, será preciso esperar até 1916 para que um “sensacionista” Álvaro de Campos surja a exaltar o mundo mecânico, das máquinas, dos comboios, dos vapores, da velocidade (“À moi, todos os objectos invisíveis de velozes!”)

Fig 1. Picasso, figurino para o bailado *Parade* (1917)

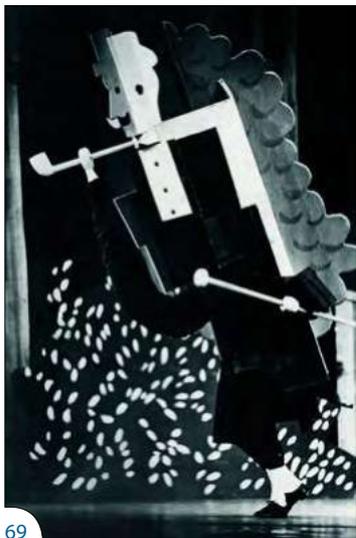


Fig 2. Almada Negreiros, figurino para o bailado *A Princesa dos Sapatos de Ferro* (1918). Coleção do CAM/FCG.



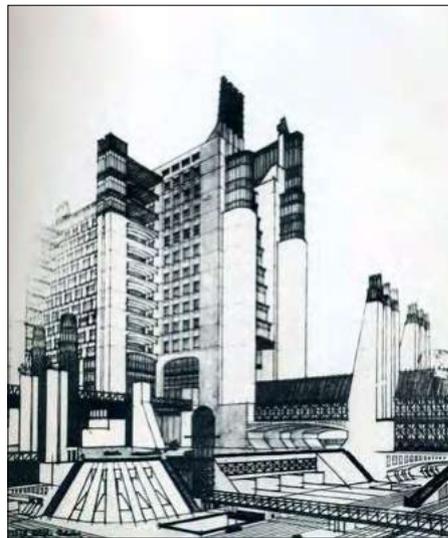
“[...] Nos meus nervos locomotiva, carro eléctrico, automóvel, debulhadora a vapor.

Nos meus nervos máquina marítima, Diesel, semi Diesel, Campbell
Nos meus nervos instalação absoluta a vapor,
a gás, a óleo e a electricidade,
Máquina universal movida por correias de todos os momentos!”
(Pessoa, 1916 [1993]: 234-235)

É diferente eleger-se um motor de explosão como mais belo que a Vitória de Samotrácia, que sugerir que a Vénus de Milo e o binómio de Newton são equivalentes. O primeiro “aforismo” é só panfletário [prediz, no entanto, um sentir popular (mesmo não o expressando) – ainda hoje uma grande maioria visita ávida os salões de novidades automóveis, sem perder muito tempo a olhar uma mulher alada sem cabeça]. O segundo, de Pessoa, é de um “futurismo” talvez mais ponderado. Pessoa faz equivaler os grandes registos humanos entre si, ligando o que pudesse não ser considerado Arte, por não ter a participação dos sentidos, esse grande mito romântico, com a construção social ainda hoje aceite e percebida como tal: aquela que nos foi legada pelo mundo clássico e que poucos, ainda que o pensem, se sentirão encorajados a questionar. Tivemos nós algum *futurismo*, em arquitectura equivalente ao de Pessoa? Provavelmente, não.



Fig. 3 Antonio Sant’Elia, desenho para a *Città Nuova* (1913-1914)



Marinetti, no seu fascismo “visionário”, apontava o olhar para as coisas novas, obrigava a ver, abriu com voluntarismo outras possibilidades que apenas no campo da arquitectura, Antonio Sant’Elia (1888-1916) terá abraçado com o mesmo fervor militante. Nos seus quase simultâneos desenhos sucedem-se as torres, perspectivadas como turbinas, os elevadores exteriores, velozes, fazendo deslizar, na vertical, rápidos passageiros. (fig. 03) Quando Marinetti veio, finalmente, conferenciar a Portugal (SNBA, 24-11-1932), o *futurismo* já entrara na “categoria de passadismo”, como sublinha o *Diário de Lisboa*, acusando Marinetti de não inventar, de se repetir: “Preside a uma Academia e, quer queira quer não, vai adquirindo ar presidencial.” (N.A. 1932: 1). Almada Negreiros, lúcido, escreverá no dia a seguir à conferência, no mesmo *Diário de Lisboa*, “Os três mais categorizados inimigos do futurismo em Portugal, Dr. Júlio Dantas, Adães Bermudes e o Jornalista António Ferro, foram os três senhores escolhidos entre a carbonária-maçónica-artística-literária portuguesa para trazerem às cavalitas o chefe futurista para diante dos portugueses. Bravo, aos inimigos do futurismo!” (Negreiros, 1932: 5).

Fig. 4 Capa da revista *Arquitectura* [ano III, nº 17]. Lisboa, Nov, 1929 [Colecção José Bártolo; Fot. MGD]

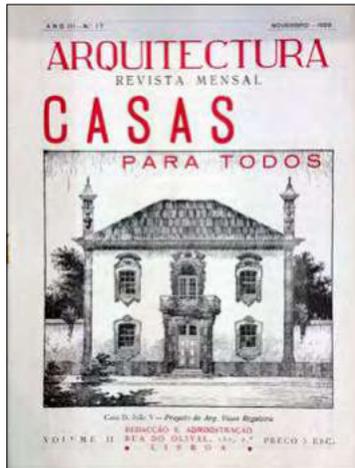


Fig. 5 Capa da revista *A Arquitectura Portuguesa* [ano XXIV-2ª série, nº 9]. Lisboa, Set, 1931 [Colecção José Bártolo; Fot. MGD]



VANGUARDAS

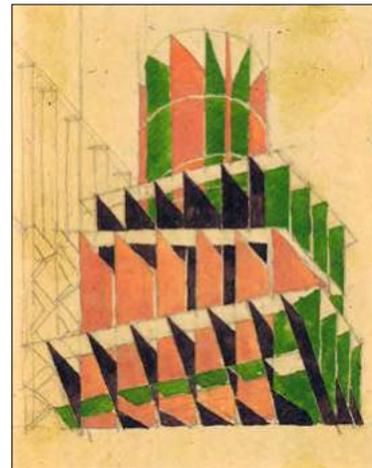
Na Rússia, ainda antes de 1917 (e depois, por um breve período), os artistas pensaram que estando a chegar o mundo novo poderiam acelerá-lo. “Uma chapada na cara do gosto público” (como escreviam Maiakovsky e os cubo-futuristas, em 1912). Mas foram sempre os grafismos a surgir, primeiro, porque eram rápidos a pôr de pé e a imprimir. Foi uma época *heróica* que nos legou mais “escultura” desenhada ou maquetada que arquitectura.

Na Alemanha nasceu, em 1919, a Bauhaus, com um programa desenhado por Walter Gropius; durou até 1933, quando foi fechada pelo governo Nazi.

“Durante a sua breve existência, a Bauhaus – para o bem ou para o mal – precipitou uma revolução na educação artística, cuja influência ainda é sentida hoje.” (Whitford, 1984:10)

Essa influência, porém, no que respeita ao ensino artístico português, só poderá ser considerada a partir da Reforma de 1957, sugestionada pela divulgação, através dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, das novas propostas pedagógicas de John Dewey e da Bauhaus, ou do trabalho posterior em Havard, de Walter Gropius (Moniz, 2011). (figs. 04 e 05)

Fig. 6 W. Krinski, *Estrutura no espaço* (1921). Ensaios para o tema „A cor e a composição espacial” [in Martin-Gropius-Bau (org.), 2014: 111]



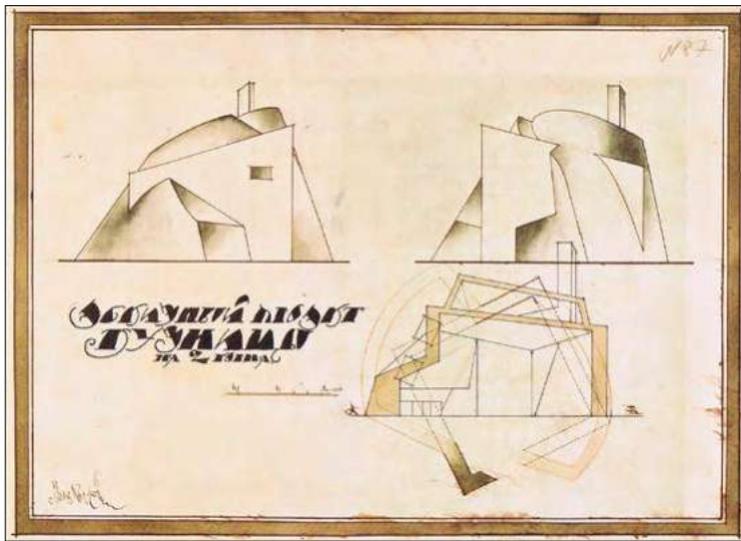


Fig. 7 M. Korshew, *Oficina de ferreiro com dois fornos* (1921). „Propriedades geométricas da forma” (planta e corte sobrepostos) [in Martin-Gropius-Bau (org.), 2014: 143]

Uma Escola de arte, à maneira da Bauhaus, *Wchutemas*, durou na nova União Soviética, apenas uma década (1920-1930), sendo substituída por instituições mais proletárias, menos especulativas e mais “realistas”; não produziu, contudo, também, mais do que maravilhosos papéis pintados. (figs. 06 e 07) A partir de 1917, contudo, uma nova teorização ganharia lugar na História da Arquitectura, o chamado “desurbanismo russo”. Uma nova vida, depois da Revolução de 1917, para um “homem novo”, só seria possível em novas e totalmente diferentes cidades. Em ruptura com o velho mundo, os problemas fundiários, que sempre entravaram o desenvolvimento urbano, seriam corrigidos a partir da abolição da propriedade privada (1918), bem como com a obrigatoriedade do planeamento de todas as cidades do território soviético (1922). Mas rapidamente, contudo, este “desurbanismo”, largou o inicial repensar do *habitat* plurifamiliar em *concentração* (os grandes blocos de apartamentos com cozinhas colectivas, os enormes “falanstérios” que horrorizavam Salazar), para se acomodar às ideias de cidade-jardim divulgadas por Ebenezer Howard em *Garden cites of To-morrow* (1898), as quais estão na origem de grande parte dos males das metrópoles contemporâneas, ao teimarem nas baixas densidades e na separação de funções (Jacobs, 1961).



Fig. 8 I. Golosov, *Clube operário Zuev*, Moscovo (1927-1929) [in Magistris & Korob’ina (eds), 2009: 49]



Fig. 9 K. Mel’nikov, *Clube dos trabalhadores Ruzakov*, Moscovo (1927-1929) [in Magistris & Korob’ina (eds), 2009: 57]

O empenho da maioria dos artistas russos modernos nos acontecimentos revolucionários de 1917, origina um movimento, o *Construtivismo* (a combinação de novas formas de arte que condicionassem/provocassem/amparassem novas formas de vida para o “homem novo”); surge uma nova geração de arquitectos muitíssimo talentosos (todos com cerca de 30 anos, em 1917): os Irmãos Vesnin (Leonid, Victor e Aleksandre), El Lissitski, Konstantin Melnikov, Ivan Leonidov. Contraditoriamente, porém, será nos programas da nova União Soviética, nos vários concursos que não chega a ganhar ou em alguns escassos objectos que vai construindo, que esta geração conseguirá, já nos anos de 1930, levar à prática ideias novas, modernistas e *futuristas*, que a pouco e pouco, o endurecimento do regime fará substituir por um neo-classicismo pesado e monumentalizante. (figs. 08 e 09)

PORTUGAL E AS PREVISÕES UTÓPICAS

Enquanto a Rússia sobressaltava o mundo com a sua Revolução, no Porto, começara a rasgar-se a Avenida dos Aliados (1916), segundo o desenho de Barry Parker, ainda muito ao gosto *City Beautiful?*, “movimento que acreditava que cidades bonitas e saudáveis produziram cidadãos igualmente saudáveis e perfeitos.” (Graça Dias, 2011: 17).

Filmes de apoio

Picasso and dance. *Parade*, 1917 [WWW](#)

Il Manifesto del Futurismo, 1909 [WWW](#)

Walter Gropius intervistato da Emilio Garroni, 1961 [WWW](#)

Vkhutemas (Higher Art and Technical Studios), 1920 [WWW](#)

Fig. 10 Adães Bermudes, *Edifício residencial no Largo do Intendente*, Lisboa [Prémio Valmôr, 1909]. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, 3 Maio, 1909: 552



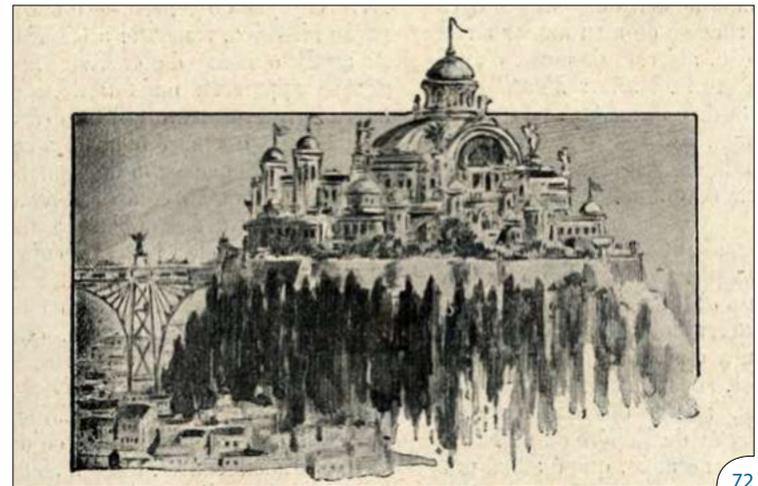
Em Lisboa, arrastava-se o prolongamento da Avenida Rainha D. Amélia, desde 1900, a que a nova Câmara de Braancamp Freire chamaria Almirante Reis, com os Prémios Valmôr dessas duas primeiras décadas do século XX a atestarem o gosto confuso e eclético da Escola de Belas Artes, ainda muito arreigado na maior parte dos architectos. (fig. 10) “As dificuldades do País durante a 1ª República não vão permitir uma expansão da construção, nem por parte do Estado para o qual o principal problema seria sempre o do equilíbrio orçamental [...] nem por parte da aristocracia ou da burguesia endinheirada que, por uns anos de insegurança, se retrairá em relação a investimentos em bens duradouros e, mais ou menos, sumptuários.” (Portas, 1969 [1991]: 98)

“Lisboa Monumental”

Em 1906, José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911)³ publicou na *Ilustração Portuguesa*, duas crónicas, posteriormente reunidas no volume póstumo, *Barbear, pentear* (1911), que intitulou “Lisboa Monumental”⁴. A sua “utopia” é tudo menos *futurista*, ainda que tente projectar-nos numa Lisboa *de depois*, que, à custa de arranjos “cenográficos” e monumentalizantes, nos pudesse fazer esquecer a capital provinciana que com ele entrara no século XX. (fig. 11)

N N

Fig. 11 Alonso, ilustração para “Lisboa Monumental (I)” de Fialho de Almeida in *Ilustração Portuguesa*, vol. 2, n.36, 29 de Outubro de 1906. GEO.



Mas Fialho, se na maior parte dos casos que evoca e critica, reserva para a cidade soluções muito superficiais de alindamento ou “tapamento”, tem já, por vezes, lampejos de *féerie* e luz, que quase tocam, *avant la lettre*, um discurso mais *marinetiano* ou *alvarocampesino*, ainda que a modos de telão de cenário de ópera caído a meio do Tejo para enquadramento de uma Lisboa que não era metrópole. “E tudo isto daria já para a nova cidade uma migração muito importante, que, somada com a vizinhança das vilas e lugares que enxameiam no aro de entre Trafaria e Cacilhas, pode determinar robustamente o início de *faubourg* novo, da outra grande Lisboa de forjas e martelos, a Lisboa fabril, erichada de chaminés e fumos londrinos, mirando ameaçadoramente, do outro lado da água, a cidade-corte em seus volvos de orgia, seus arquejos de gás e festança – do outro lado da água, em cujo espelho o labirinto dos *steamers*, ao mugir das sereias, encheria de grandeza o porto formidável.”

(Almeida, 1906 [2001]: 102-103)

Fialho sofre, contudo, na sua perspectiva higienocênográfica, com a falta de uma ponte que pudesse unir as duas margens, reservando para a margem sul, “[...] a Lisboa comercial e fabril, de grande labuta e grande tráfego [...] de modo a] desobstruir, por uma gradual e lenta transferência a beira-mar da Lisboa velha, dos hangares, dos barracões e feios depósitos de mercadorias que ali se ajuntam, vedando ao lisboeta de gema a margem do seu Tejo [...]”

(Almeida, 1906 [2001]: 103).

Poderia ser um discurso elitista-romântico contemporâneo; já que coincide com o dos grupos que ainda hoje suspiram por libertar o porto de Lisboa dos contentores, “devolvendo o rio à cidade”.

Tudo muito pouco “futurista”, portanto, no sentido da *ruptura*, ou da visão “maquinista”, que na década seguinte abraçará as vanguardas europeias.

Nada há, aliás, em Fialho, de *Futurismo*, no sentido da urgência do termo, da vertigem da velocidade, da ânsia do novo, da adivinhação da mecânica a chegar, dessa nova ordem que se suspeitava poder vir a impor-se sobre os homens e as sociedades alterando as relações, *com* e *nas* cidades. Seria ainda cedo? Talvez. Fernando Pessoa (Álvaro de Campos, “33 anos mais novo”), haveria de escrever, em 1916:

“[...] Rumor tráfego carroça comboio carros eu sinto sol rua,
aros caixotes trolley loja rua, vitrines saia olhos
Rapidamente calhas carroças caixotes rua atravessar rua

73 Passeio lojistas ‘perdão’ rua

Rua a passear por mim a passear pela rua por mim
Tudo espelhos as lojas de cá dentro das lojas de lá
A velocidade dos carros ao contrário nos
espelhos oblíquos das montras,
O chão no ar o sol por baixo dos pés rua regas flores no cesto rua
O meu passado rua estremece *camion* rua não me recordo rua [...]”
(Pessoa, 1916 [1993]: 238)

Fig. 12 Alonso, ilustração para “Lisboa no ano 2000 (I. O porto de Lisboa)” de Mello Matos (1906) [in Graça Dias (org), 2001: 42]



“Lisboa do Ano 2000”

Quando se fala em utopia e em “projeções futuristas”, para Lisboa, é também interessante olharmos as mais “racionalistas” cogitações e adivinhações do Engenheiro José Maria de Mello Matos (1856-1915)⁵ que, numa série de artigos, também para a *Ilustração Portuguesa*⁶, desenvolve, uns meses antes de Fialho, uma reportagem romanceada, relativamente eficaz no relato de alguma antecipação, que intitulou, “Lisboa no ano 2000”. Alguns dos textos são muito “burocráticos”, perdendo-se em minudências e não nos chegando a propor soluções verdadeiramente novas. Outros há, no entanto, e, sobretudo pelas visualizações que os acompanham, de Alonso⁷ -- essas sim, marcadamente complexas, dinâmicas e proto-futuristas --, que ganham um sabor vanguardista, ainda que sempre adornados pela “mitificação” de uma suposta “engenharia nacional”, que aparece em quase todas as “invenções” que Mello Matos anuncia. “O metropolitano de carril sobreelevado foi o que se adoptou em Lisboa. Este sistema, iniciado em Zossen, na Alemanha, não deu os resultados que dele se esperavam, mas um engenheiro português fizera-lhe modificações tão importantes que o tornou extremamente prático. Uma série de V’s invertidos, de cujo vértice pendia um carril a que suspendiam as carruagens que constituíam o comboio, dava um aspecto curioso às ruas atravessadas por aquele transportador. [...] Era a electricidade o motor desta linha, e os comboios sucediam-se de cinco em cinco minutos, andando com velocidade normal de 60 quilómetros à hora, mas podendo atingir 180 nos dias de maior movimento.” (Matos, 1906 [2001]: 49) (fig. 12)

Mello Matos também quer Lisboa a passar para a outra “banda” do Tejo; mas a solução ponte, “do tipo da do Forth, na Escócia⁸ [...] em viaduto sobre Lisboa, até às proximidades de Campolide.” (Matos, 1906 [2001]: 73), não lhe toma muito tempo. A sua antevisão, que “deveria inaugurar” em “5 de Junho de 1994”, respeita a um túnel (“O túnel para a outra banda”) a ser percorrido por comboios de “cinco em cinco minutos para ligações de Lisboa à outra banda [...] bem como pelos] comboios de luxo do Alentejo.” (Matos, 1906 [2001]: 75-76).



Fig. 13 Alonso, ilustração para “Lisboa no ano 2000 (IV. O túnel para a outra banda)” de Mello Matos (1906) [in Graça Dias (org), 2001: 70]

Fig. 14 N. Ladovskij, *Estação Dzeržinskja* (hoje Lubjanka), Moscovo (1935) [in Magistris & Korob'ina (eds), 2009: 85]



“As locomotivas para serviço do túnel tinham uma forma singular. Eram precedidas por um cone muito agudo, com o vértice voltado no sentido da marcha.”

(Matos, 1906 [2001]: 76) (figs. 13 e 14)

Ainda estávamos a uma década dos manifestos mecanicistas e eléctricos, mas Mello Matos já nos dá um “cheiro” do que pudesse ser o conforto aliado às sensações cinestésicas proporcionadas pelo deslocamento e pela procura de equilíbrio dentro do próprio movimento; deleita-se, ainda, com o fausto propiciado pela luz eléctrica⁹.

“As carruagens de luxo da linha alentejana eram todas iluminadas a luz eléctrica, de corredor lateral, mas com seis pares de rodas, todas em *boggies* de maneira que se amoldavam aos raios mais apertados das curvas. [...] Não se percebia trepidação alguma graças às combinações das molas de suspensão e aos amortecedores hidráulicos das vibrações. [...] Bastaram três minutos para que o comboio passasse na estação do Seixal [...]”

(Matos, 1906 [2001]: 76)

“Reportagens Proféticas”

Diferentes e mais dentro do tema que nos propomos serão as “Reportagens proféticas” do jornalista Reinaldo Ferreira¹⁰. Nos diferentes registos de que se serve, quando quer falar da capital e do seu futuro, “perpassa sempre [...] uma enorme vontade de cosmopolitismo e de ver Lisboa a erguer-se metrópole, enorme, movimentada, luminosa, cheia, diversa, como o seriam as cidades que visitara e refere constantemente (Madrid, Paris, Berlim, Londres).” (Graça Dias, 2001: 31-32)

É Reinaldo Ferreira, quem, na construção destas antevisões para Lisboa se aproxima mais do que pudesse ser um discurso *futurista*, aplicado ao contexto urbano e às potencialidades da arquitectura, “evidenciando alguma modernidade propositiva no modo como parece querer distribuir as funções da cidade, prevendo, ao mesmo tempo, os resultados daí advindos e, como tal, enquadrando-os numa ideia aparentemente mais global e estruturante.” (Graça Dias, 2001: 33)

“[...] Portugal como uma Califórnia europeia. Luz a jorros, facilitando, durante quase todo o ano, a filmagem de exteriores; paisagem cosmopolita – desde as visões marroquinas do Algarve, até às neves das serranias: praia e campo; bosques, frisos intermináveis de aquarelas; e, sobretudo, país neutro em cinematografia que, por todos e por igual, dividiria o seu tesouro... mais tarde ou mais cedo

75 Portugal será a Hollywood da Europa. Quando?”

(Ferreira, 1929 [2001]: 163)

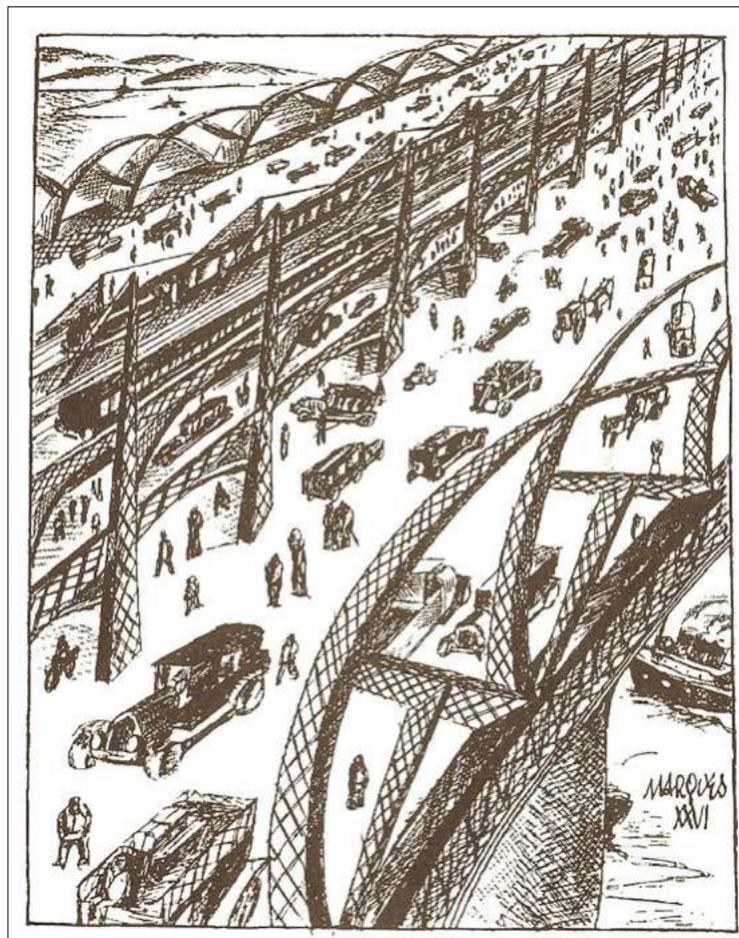
E Reinaldo Ferreira, que acredita que as grandes metrópoles europeias e americanas são, sobretudo, o resultado de grandes aumentos demográficos, suspira por encontrar, para Lisboa, pretextos, argumentos, para uma poderosa dinâmica de crescimento e concentração. (fig. 15)

“Na América, as grandes ruas, as quilométricas avenidas, os hotéis-mundos, os agigantados ‘arranha-céus’ nascem espontaneamente, logo que lancem à terra a semente-homem. Se, no meio do Texas, surgir uma caravana de 1000 indivíduos – na semana seguinte, sobre as areias desse deserto surgirá uma pequena Nova Iorque, com cabarés, teatros e carros eléctricos.”

(Ferreira, 1929 [2001]: 162)



Fig. 15 Bernardo Marques, ilustração para “O sonho das pontes transoceânicas” de Reinaldo Ferreira (1926) [in Graça Dias (org), 2001: 146]



Por vezes, o seu discurso é contraditório, confuso e as suas propostas aparecem-nos *gratuitas*. Mas é aí que, alguns anos depois, se voltam a encontrar com algumas das mais virulentas *boutades futuristas*. À falta de gente para fazer “brotar” no deserto as “grandes ruas” e as “quilométricas avenidas” com que sonha, Reinaldo Ferreira, um pouco à maneira de Fialho, propõe que se largue fogo “aos bairros que os lisboetas amam”, Alfama, Mouraria, Bairro Alto. Resolveria assim o problema sanitário da cidade de 1926, mas “condescende, no entanto, museológico e ‘provocador’ em deixar um pedaço de um deles, murado, para ‘contemplação.’” (Graça Dias, 2011: 32)

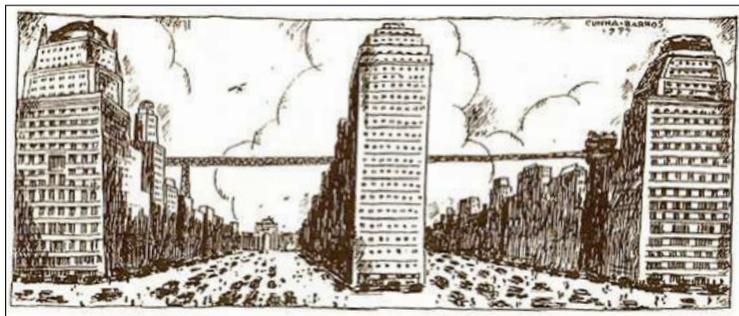
Na baixa, sugere triplicar em largura as ruas e os passeios norte sul, por demolição dos quarteirões, um sim um não; e com as ruas transformadas em *boulevards* “amplos e europeus [...] vestia de novo os prédios – como os dentistas chumbam a oiro os dentes ameaçados” (Ferreira, 1926 [2001]: 138-139). (fig. 16)

Numa “... Reportagem imaginária à Cinelândia Portuguesa no ano de 1947”, uma série escrita nos princípios de 1929, Reinaldo Ferreira coloca o seu amor pelo cinema, a que (ainda) chama “arte do silêncio”, ao serviço da sua paixão pelas cidades-metrópole, trazendo à argumentação, os valores económicos que a indústria do cinema, em pleno florescimento, poderia trazer ao Portugal amarfanhado e à Lisboa provinciana que investivava à modernização. (fig. 17)

A centralização da indústria em Alcabideche, no Concelho de Cascais, teria como maior vantagem a criação de um enorme pólo de atracção cosmopolita e de progresso bem perto de Lisboa.

“A Cinelândia nasce a 20 quilómetros da encosta de Sintra, numa zona que esticou a proporções de cidade, uma minúscula povoação desaparecida e que teve, em tempos, a pitoresca designação de Alcabideche.” (Ferreira, 1929 [2001]: 169).

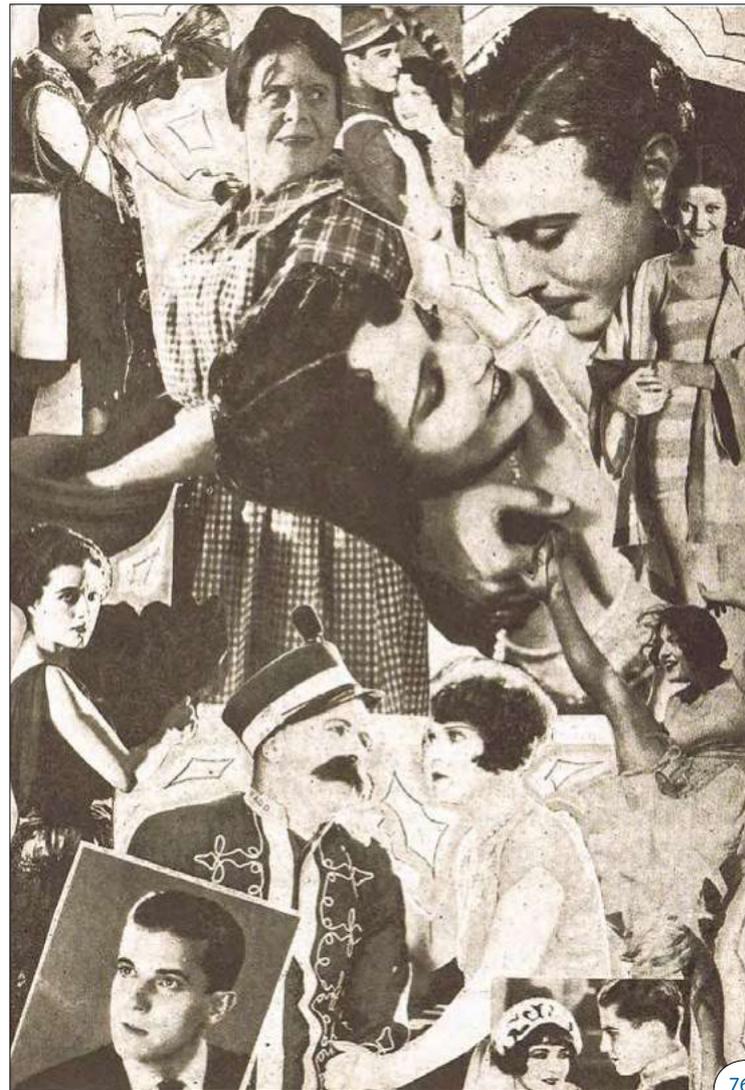
Fig. 16 Cunha Barros, ilustração para “O Frégoli das cidades” de Reinaldo Ferreira (1926) [in Graça Dias (org), 2001: 139]



O QUE PÔDE LISBOETAMENTE SER

A Junta de Turismo de Cascais terá ou não tido conhecimento desta “reportagem imaginária à Cinelândia”, escrita em 1929; o que é coincidente é que Cassiano Viriato Branco (1897-1970) que, em 1930, “passa as férias de Verão em Cascais, a pedido de amigos da Junta de Turismo local, projecta a ‘Cidade do Filme Português.’” (Maia & Fagundes, 1991: 26)

Fig. 17 Autor desconhecido, colagem para “II. Carta e impressões de um cinéfilo de Luanda que veio expressamente ao continente para conhecer os segredos da Cinelândia” de Reinaldo Ferreira (1929) [in Graça Dias (org), 2001: 178]



E esta “Cidade do Filme” ficará, a par com o plano para a Costa de Caparica, como um dos testemunhos mais *futuristas* a que a utopia portuguesa terá provavelmente chegado, nessa época materializada nos modernos desenhos tardios de Cassiano. A “Cidade do Filme Português” nunca passou de um primeiríssimo estudo, talvez porque nunca se tivesse vindo a concretizar a profecia de Reinaldo Ferreira, ao fantasiar que, no “despontar do ano de 1940”, teriam começado as *démarches*, “[...] junto do governo português – que prontamente acolhe a proposta dos cinematografistas, antevendo o futuro dourado que a centralização em Portugal dos estúdios europeus traria ao país.” (Ferreira, 1929 [2001]: 173)

Filmes de apoio

Estoril garden party (1915) [WWW](#)

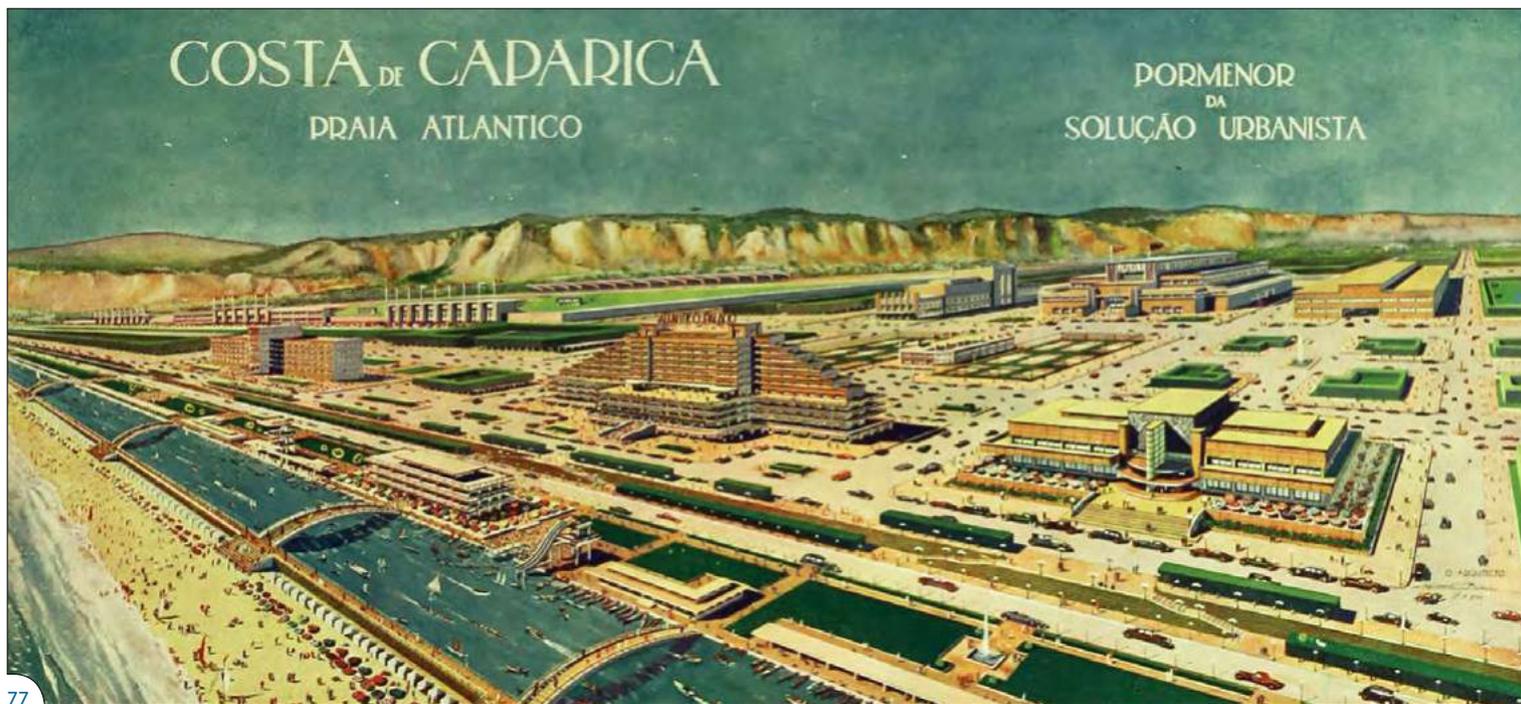
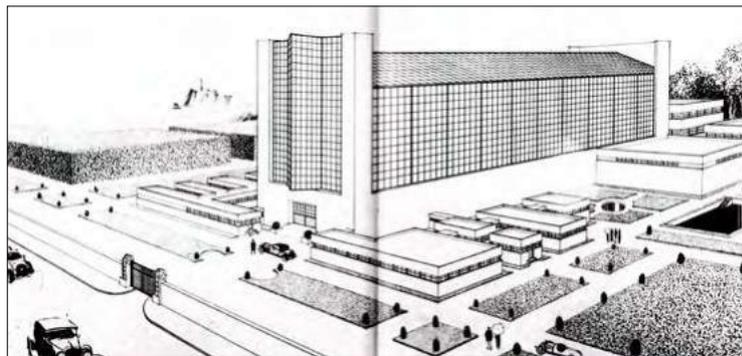
O Táxi 9297 (Reinaldo Ferreira, Produções Reporter X Films, 1927) [WWW](#)

A Cidade de Cassiano/The city of Cassiano (Edgar Pêra 1991) [WWW](#)

Fig. 19 Cassiano Branco, perspectiva para *Costa de caparica, Praia Atlântico: Pormenor da solução urbanista*, Costa de Caparica (1930).Arquivo CML.

A única perspectiva que se conhece desta “Cidade do Filme” é quase austera, apontando para uma modernidade vidrada e prismática de cariz praticamente só funcionalista, ainda que os inevitáveis carros fumegantes a pontuem, garantindo-lhe “movimento”. (fig. 18)

Fig. 18 Cassiano Branco, perspectiva para a *Cidade do Filme Português*, Cascais (1930) [in GUEDES, F. (coord), 1991: 172-173]



“Tratou-se de uma proposta ‘moderna’ como seria lógico, tendo em conta a actualidade temática do edifício, mas que não teve sequência na arquitectura de Cassiano uma vez que a tipologia residencial, que passou a ser uma constante na sua obra, não permitia a utilização extensiva de superfícies vidradas, de um modo geral também condenados pelo clima. Só nas suas intervenções mais urbanas, de rua, como a proposta para abrigo de autocarros do Rossio e Restauradores e a Esplanada do *Palladium*, se verificou a continuidade da arquitectura do vidro, retomada já como superfície definidora de volumes prismáticos simples.” (Hestnes Ferreira, 1991: 178)

O “Pormenor de solução urbanista” para a Costa de Caparica, Praia Atlântico, de 1939, “prefigura uma Cidade de Lazer, particularmente apetrechada com equipamentos desportivos, lúdicos e culturais, que também, seguramente, não são Portugal dos anos [de 19]30.” (Sá & Fernandes, 1991: 92) Mas também não é já o *futurismo* de Marinetti ou Sant’Elia que 20 anos depois Cassiano dispõe ao longo da costa, frente à arriba fóssil. Como referem Sá & Fernandes, a proposta aproxima-se mais das visões de Tony Garnier, que em 1904 apresentara a sua proposta de “Cidade Industrial”¹¹. (fig. 19) “Esta vontade de compensar a dureza e a rotina de vida da classe operária, com a criação de espaços para o exercício de actividades culturais, lúdicas e desportivas, anteriormente propostas por Garnier, é frequente nos arquitectos urbanistas contemporâneos de Cassiano Branco”. (Sá & Fernandes, 1991: 96)

Os edifícios (enormes) dispõem-se ao longo de um canal para práticas desportivas que precede a praia e nos grandes vazios entre os volumes, circulam e estacionam automóveis. Alguns dos edifícios perspectivados lembram-nos experiências de Cassiano, outros retomam o vocabulário ensaiado por Cristino da Silva (1896-1976) no *Capitólio* (1925-1931), outros, ainda, permitem-nos “especular sobre a utilização de outras fontes, nomeadamente holandesas, italianas ou alemãs.” (Sá & Fernandes, 1991: 96) (fig. 20) Será, aliás, o *Capitólio*, de Cristino da Silva que, com a *Garagem do Jornal O Comércio do Porto* (1932-1934), de Rogério de Azevedo (1898-1983), e com o *Éden-Teatro* (1929-1932) de Cassiano Branco, constituem, para Nuno Portas, o “núcleo duro” de um “grande e inesperado surto das obras marcantes da arquitectura moderna que vão surgir já em plena agonia do regime republicano e ao longo dos primeiros anos do Estado Novo.” (Portas, 1969 [1991]: 98) (figs. 21 e 22)

Fig. 21 Rogério de Azevedo, *Garagem do Jornal O Comércio do Porto*, Porto (1932-1933) [Foto: Manuel V. Botelho]



Fig. 20 Cristino da Silva, *Capitólio*, Lisboa (1925-1931) [Foto: Autor desc.]



O desfazamento temporal que estas peças, equivalentemente modernistas, apresentam, em relação às vanguardas europeias, aparentando uma impossível contemporaneidade com o pensamento *futurista*, ficará a dever-se, não só ao peso e morosidade que caracterizam a produção arquitectónica em geral (é muito mais rápido desenhar e fazer publicar imediatamente uma bela perspectiva, ainda que inconsequente e sem destino, que verdadeiramente projectar e construir na cidade “real”), mas também, segundo Nuno Portas, porque esta primeira geração modernista portuguesa, tinha recebido uma formação,

“[...] nas Belas-Artes [que] se encontrava totalmente desfasada da ‘revolução cultural’ da arquitectura europeia, [sendo] que a vanguarda artística em Portugal era marginal em relação ao mundo económico e da política apesar de as obras a que nos referimos serem contemporâneas da *Presença* que, por seu turno, tinha para trás, dez anos desde o *Orpheu*, as obras seminais de Pessoa, Almada, Amadeo, Eloy [...]”. (Portas, 1969 [1991]: 100)

Fig. 22 Cassiano Branco, *Éden-Teatro*, Lisboa (1929-1932). Fot. Autor desc. Arquivo CML.



Será em peças, aparentemente menores (Quiosque *Palladium* na Avenida da Liberdade, 1933, ou o Esboço dos *Alpendres/Reclames* para o Rossio e Restauradores, já de 1937¹²), que Cassiano melhor exprime o que pudesse ser um testemunho do *futurismo* português, já que génio e engenho não lhe faltariam, como o demonstra à evidência o magnífico desenho para a terceira proposta apresentada à Câmara para o *Éden Teatro* (1931). (figs. 23 e 24) “[...] autêntica ‘fábrica’ de Sant’ Elia com os seus envidraçados gigantes e verticais, sua luminosidade contrastante com a pedra rósea dos nossos arredores calcários, seus escadórios ascendendo a encosta e ascendendo também aos sonhos em celulóide.” (Fernandes, 1991: 182) (fig. 25)

N N



Fig. 23 Cassiano Branco, *Quiosque Palladium* (hoje demolido), Lisboa (1933) [Foto: Autor desc. in GUEDES, F. (coord), 1991: 61]

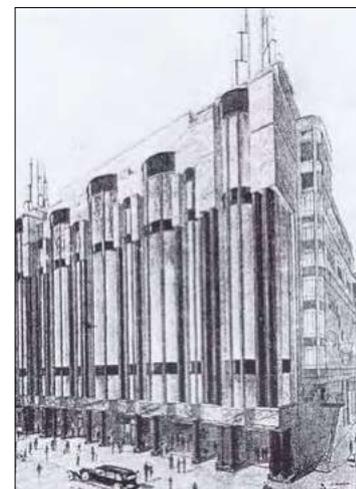
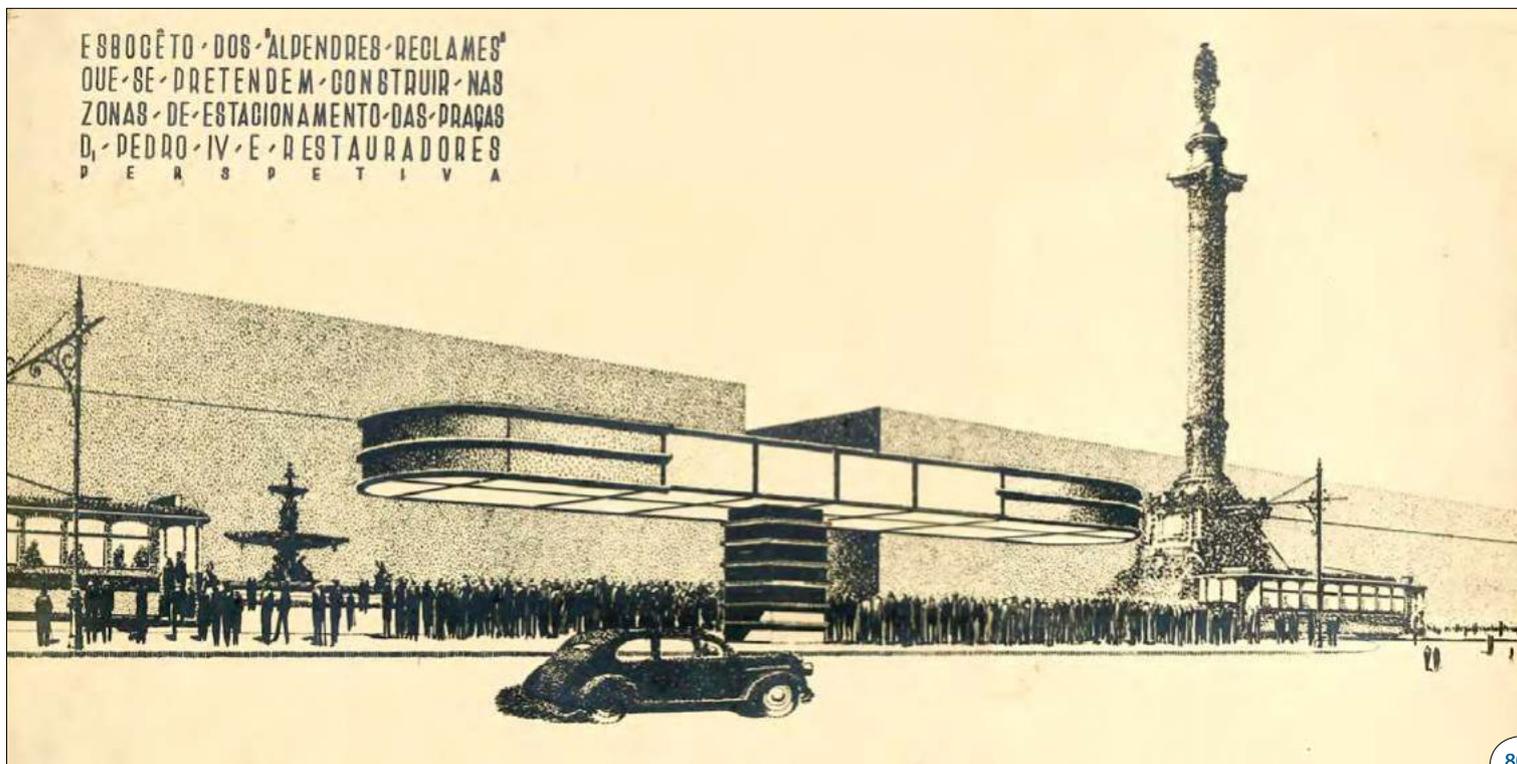


Fig. 25 Cassiano Branco, perspectiva da terceira proposta de remodelação para o *Éden-Teatro*, Lisboa (1931). Arquivo CML.

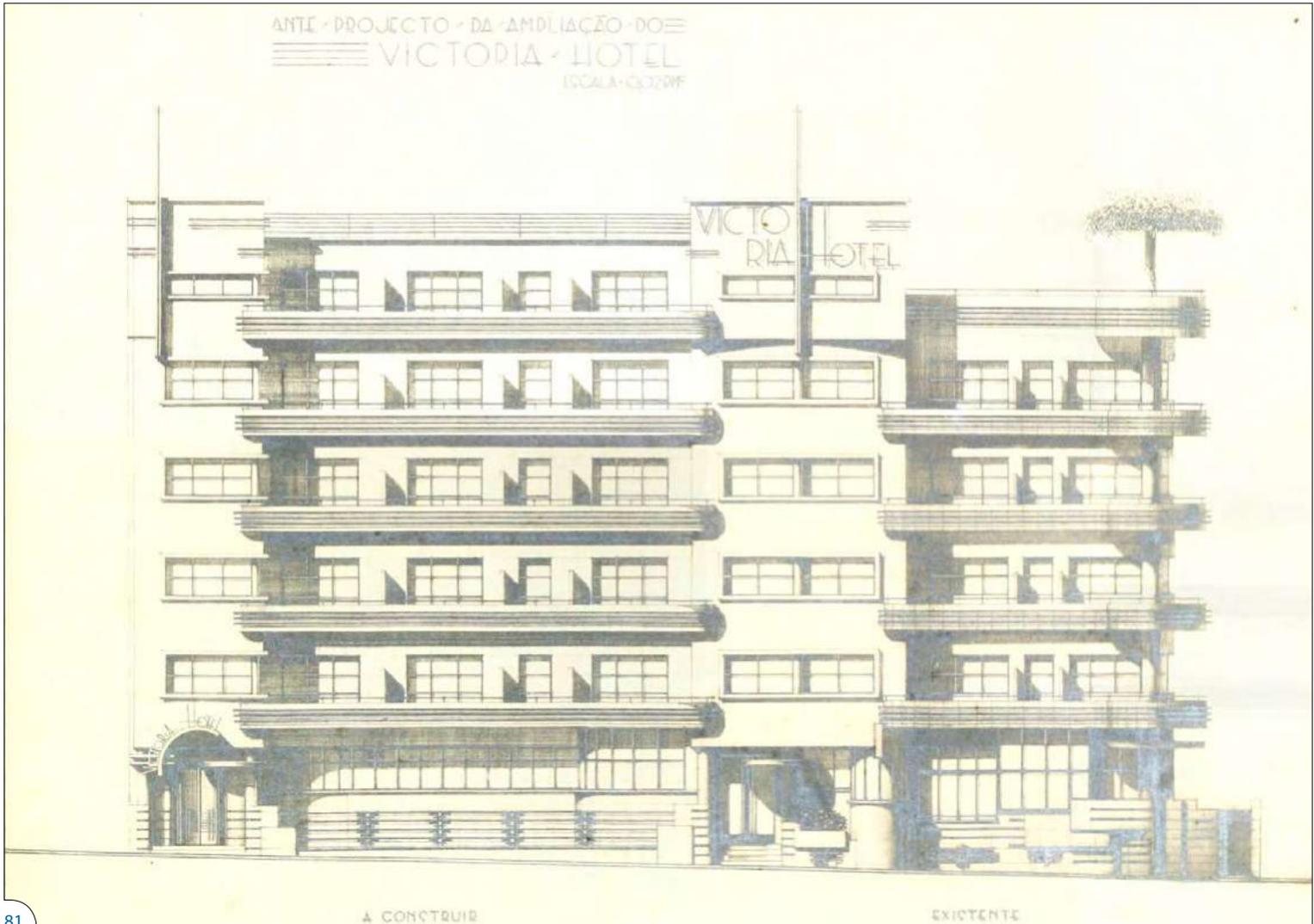
Fig. 24 Cassiano Branco, perspectiva dos *Alpendres/Reclames* para o Rossio e Restauradores, Lisboa (1937). Arquivo CML.



O *Éden*, ficará contudo, apesar dos sucessivos chumbos dos Serviços da Câmara de Lisboa, como, “[...] o verdadeiro cinema de uma grande metrópole, como Cassiano certamente desejava que Lisboa se tornasse. Os Restauradores, início do espaço urbano da Avenida da Liberdade, projecção da expansão da cidade a partir da Baixa Pombalina, ainda nessa altura verdadeiro e único centro urbano, não podia melhor servir para o arquitecto manifestar essa sua vontade.” (Toussaint, 1991: 136)

Não terá sido o *Éden* que imaginara, “em primeiro e grandioso projecto”, como refere José-Augusto França, como também não irá ser, “[... o Hotel] Vitória depois completado, com os seus dois grandes corpos dinamicamente simétricos: foi, ou foram, o que puderam lisboetamente ser, em economias de falência [...] e numa Avenida que nunca mais havia de se fazer, desde as *bow-windows* de Norte Jr., já 20 anos atrás.” (França, 1991: 12) (fig. 26)

Fig. 26 Cassiano Branco, alçado principal do ante-projecto de ampliação do *Hotel Vitória*, Lisboa (sem data). Arquivo CML.



Mas será o espectáculo espacial das suas escadas interiores, centrais e laterais, formando conjunto com o foyer que “só tem sentido pleno quando em funcionamento – isto é, à saída das sessões e nos intervalos [...] podendo assim dizer-se que o melhor do *Éden-Teatro* reside na *espacialidade* interna e no modo como o espaço interpreta o *movimento* de muita gente [...]” (Portas, 1969 [1991]: 106), que ficará como a memória maior desse *futurismo* breve que Cassiano trouxe, para deleite da modorrice Lisboaeta. (fig. 27)

“Muitos noctívagos modestos alfacinhas iam ver a saída do *Éden*. A multidão que descia as várias escadas dava uma dinâmica àquele vasto espaço numa visão momentânea de cariz futurista.” (Rio-Carvalho, 1991: 118)

Sem o experimentalismo inicial dos arquitectos europeus, a concretização de um possível *Futurismo* português foi, então, igualmente tardio, e, simultaneamente, célere: antes da II Guerra Mundial, o Estado Novo encarregar-se-ia de acabar com as diatribes dos arquitectos modernistas, envolvendo-os na grande exaltação nacionalista que seria a Exposição do Mundo Português.

Fig. 27 Cassiano Branco, foyer e escadarias do *Éden-Teatro*, Lisboa (1929-1932) [Foto: Autor desc. Arquivo CML]



Notas

- 1 Álvaro de Campos dirá, mais tarde, que “O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo. O que há é pouca gente para dar por isso. óóóó-óóóóóóóóóó-óóóóóóóóóóóóóóó... (o vento lá fora)” (Pessoa. Sd [1993]: 110)
- 2 O Movimento *City Beautiful* teve origem em 1893, a partir da Columbian Exposition of Chicago, organizada pelo arquiteto norte-americano Daniel Burnham (1846-1912).
- 3 “Brilhante cavaqueador, prosador exímio em fixar impressões, em engrená-las numa narrativa, faltava-lhe o fôlego analítico de Eça de Queiroz, o sentido de móveis sociais de conjunto, das grandes integrações interativas [...] de resto, a sua obra foi toda produzida, em primeira instância, para jornais ou folhetos soltos, e só depois agrupada em volumes, predominando nos iniciais o conto e só depois a crónica de impressões ou crítica” (Saraiva & Lopes, 1996: 900)
- 4 *Ilustração Portuguesa*, Vol. 2, nº 36 (29 Out 1906): 396-405 e nº 39 (19 Nov, 1906): 497-509
- 5 Engenheiro Civil, oficial e profissionalmente ligado às Obras Públicas, desempenhando altos cargos na Administração, envolvido no processo de construção da linha de caminho de ferro Lisboa-Alfarelos, foi também o primeiro Director da revista *A Construção Moderna*. “[...] considerado grande especialista em matérias tão diversas como as pontes e estradas, os explosivos, os desportos náuticos, o ensino, as pescas, os caminhos-de-ferro e a energia hidráulica [...]” (Lima, 1998: 65)
- 6 *Ilustração Portuguesa*, Vol. 2, nºs 5 a 8 (26 Mar a 16 de Abr, 1916)
- 7 Pseudónimo de Joaquim Guilherme Santos e Silva (1871-1948), ilustrador, gráfico, autor de banda desenhada e professor da Escola António Arroio.
- 8 A *Forth Bridge*, em Edimburgo, na Escócia, sobre o estuário do rio Forth, é uma ponte ferroviária, inaugurada em 1890, em estrutura metálica, com um comprimento total de cerca de 2,5 Km.
- 9 Com a inauguração da iluminação na Avenida da Liberdade em 1891, poder-se-á dizer que Mello Matos, 15 anos depois, lidava com um tema ainda relativamente recente.
- 10 Reinaldo d’Azevedo e Silva Ferreira (1897-1935). “Jornalista, divulgador cinéfilo (*A Capital*, 1914), cineasta, novelista, dramaturgo, boémio, a sua vida ficou marcada pela morfina que abertamente consumia (*Memórias de um ex-morfinómano*, 1933). O conhecido Repórter X, nome de ‘combate’ que começou a utilizar a partir de um engano tipográfico deixou inúmeras publicações (novelas, romances, teatro) e alguns filmes, para além de variadíssimos artigos nos jornais em que colaborou.” (Graça Dias, 2001: 30)
- 11 Publicada apenas em 1917
- 12 Michel Toussaint considera que este projecto aproxima Cassiano do expressionismo alemão de Erich Mendelsohn (1887-1953): “O desenho de uma longa e espessa pala luminosa apoiada num único pilar central marcado por linhas horizontais [...] incluída num Rossio enorme cheio de gente e automóveis, não deixa de lembrar essa horizontalidade dinâmica de Mendelsohn, muitas vezes rematada por curvas cilíndricas incluindo luz [...]” Toussaint, 1991: 144

Bibliografia

- Almeida, J.V.F. (1906). Lisboa Monumental. In Graça Dias, M. (org.), 2001, *Passado Lisboa Presente Lisboa futuro* [Lado A: *Passado Lisboa presente*] (pp.78-123). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Cecília, E. (2010). Picasso e i ballets russes di Diaghilev. *DanzaRaduno*. [aced. 15-03-2015, em www.guide.supereva.it/danza.../Picasso-e-i-ballets-russes-di-diaghilev]
- Fernandes, J.M. (Arq.). (1991). Cassiano Branco: Lisboaeta, utopista, português. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.180-183). Lisboa: Asa.

Ferreira, R.A.S. (1924-1929). Reportagens proféticas. In Graça Dias, M. (org.), 2001, *Passado Lisboa Presente Lisboa futuro* [Lado A: *Passado Lisboa presente*] (pp.124-199). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

França, J.-A. (1991). Cassiano por paradoxo. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.12-13). Lisboa: Asa.

Graça Dias, M. (2001). Introdução: O engenheiro o cenógrafo e o cosmopolita. In Graça Dias, M. (org.) , *Passado Lisboa Presente Lisboa futuro* [Lado A: *Passado Lisboa presente*] (pp.9-39). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Graça Dias, M. (org.) (2001), *Passado Lisboa Presente Lisboa futuro* [Lado A: *Passado Lisboa presente*]. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Graça Dias, M. (2011). *Arte arquitectura e cidade: a propósito de "Lisboa Monumental" de Fialho de Almeida* [Lado B]. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Guedes, F. (coord.). (1991). *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro*. Lisboa: Asa.

Hestnes Ferreira, R. (1991). Cassiano Branco. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.170-179). Lisboa: Asa .

Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities*. New York e Toronto: Random House.

Lima, J. (1998). "O repórter X, profeta de Lisboa". *Reinaldo Ferreira: 1897-1935*. Lisboa: CML

Magistris, A. & Korob'ina, I. (eds). (2009). *Ivan Leonidov: 1902-1959*. Milano: Electra architettura.

Maia, A.A. & Fagundes, J.G.L.. (1991). O esboço de uma biografia e o seu enquadramento. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.14-43). Lisboa: Asa.

Martin-Gropius-Bau (org.) (2014). *Wchutemas. Ein russisches Labor der Moderne: Architektentwürfe, 1920-1930*. Moskva, Berlin: Staatliches Museum, Berliner Festspiele.

Matos, J.M.M.. (1906). Lisboa no ano 2000. In Graça Dias (org.), 2001 *Passado Lisboa Presente Lisboa futuro* [Lado A: *Passado Lisboa presente*] (pp.40-76). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Moniz, G. C. (2011) *O ensino moderno da arquitectura: A reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: DA/FCT/UC [ed. policopiada.]

N.A.. (1932). Marinetti. *Diário de Lisboa*, 26 Nov, p.1.

Negreiros, A. (1932). À margem de uma conferência: Um ponto no i do futurismo. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 25 Nov, pp.5 e 8.

Pessoa, F. (1993). *Obras completas de Fernando Pessoa (II): Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática.

Portas, N. (1969). O efémero modernismo. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.98-109). Lisboa: Asa.

Rio-Carvalho, M. (1991). Cassiano Branco ou as intermitências do gosto. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.118-123). Lisboa: Asa.

Sá, M.F. & Fernandes, F.B. Sobre um postal: ‘Costa da Caparica, Praia Atlântica, pormenor da solução urbanística’. 1930, Cassiano Branco” . In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.92-97). Lisboa: Asa.

Saraiva, A. J. & Lopes, O. (1996). *História da literatura portuguesa (7ª edição)*. Porto: Porto Editora (Original publicado em 1955)

Toussaint, M. (1991). A vontade da metrópole: Da Baixa à Avenida. In Guedes, F. (coord.), *Cassiano Branco: Uma obra para o futuro* (pp.126-149). Lisboa: Asa.

Whitford, F. (1984). *Bauhaus*. London: Thames and Hudson



***Pensar Lisboa.
A obra capital de
Duarte Pacheco.***

Sandra Vaz Costa

CV



DO BARRACÃO DA BOAVISTA AO CAMPUS DA ALAMEDA

Aquando da sua criação, em 1911, ficou o Instituto Superior Técnico (IST) instalado na Boavista, ao Conde Barão. Herdara as instalações do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa¹. O *barracão da Boavista*, designação pela qual eram conhecidas as instalações do Técnico, poucas condições oferecia à prática do ensino. As salas de aulas teóricas eram exíguas, as salas de aulas práticas não apresentavam as características necessárias aos verdadeiros laboratórios, a iluminação era deficiente, o aquecimento inexistente e as infiltrações de água eram permanentes, ao ponto de colocarem em risco a segurança de alunos, professores e do próprio edifício². São estas as condições que Duarte Pacheco enfrentará quando, no ano letivo de 1917-18, ingressa no IST. Matriculado no curso Geral de Engenharia, com frequência de três anos letivos, opta em 1921 pela especialidade de Engenharia Eletrotécnica, concluindo a licenciatura em 1923, com a média final de 14 valores³.

N

N

Fig. 1 Fotografia aérea do antigo Instituto Superior Técnico. Fot. Pinheiro Correia, c.1934.



r

Nascido em Loulé em 1900⁴, no seio de uma família burguesa com atividade política na capital do reino e peso de decisão na província algarvia⁵, com 17 anos de idade Duarte Pacheco é recebido por uma Lisboa agastada, e move-se pelos bairros que melhor retratam a capital de fim de século: o Chiado, o Bairro Alto e a Boavista. Duarte Pacheco ficara hospedado em casa do irmão mais velho, Humberto Pacheco, na Rua do Século. Licenciado em Direito, Humberto Pacheco desenvolveu atividade profissional no âmbito dos Seguros. Esta atividade foi também experimentada por Duarte Pacheco⁶, facto que cedo lhe terá permitido o acesso a contactos de elite: o dos proprietários de bens móveis e imóveis. Humberto Pacheco tinha filiação partidária, no caso, o Partido Republicano Democrático⁷. Mas Duarte Pacheco também a tinha. Os autores são unânimes em situar politicamente Duarte Pacheco como republicano⁸. Os primeiros anos de Duarte Pacheco em Lisboa foram anos de formação intensiva: académica, política e social. Aluno inteligente e sociável, rapidamente angariou a simpatia de colegas e a atenção de professores. E foi deste modo, entre as aulas e os corredores do IST, entre as explicações remuneradas⁹ e a carteira de clientes segurados angariados com o irmão, que Duarte Pacheco foi traçando o seu percurso e construindo credibilidade na sociedade lisboeta. Concluindo o curso em 1923, Duarte Pacheco só voltará a ser referido na documentação do IST em 1925, data em que integra os quadros docentes como professor da cadeira de Matemáticas Gerais. Contudo, um depoimento de Caetano Maria Beirão da Veiga, proferido em 1951 na Casa do Algarve a propósito de uma homenagem póstuma ao político, permite-nos saber através deste seu professor, onde esteve nos dois anos que medeiam entre a data de conclusão do curso e a data de entrada no IST como professor: «Quando Duarte Pacheco terminou o curso de Engenheiro Electrotécnico eu ocupava o cargo de Administrador Delegado da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária e editora do Diário de Notícias. Nessa época, o Duarte passava horas a meu lado, no meu gabinete particular e servia-se dele como se seu fosse»¹⁰. A relação entre Duarte Pacheco e Caetano Maria Beirão da Veiga ultrapassaria o registo de aluno e professor, uma vez que o conhecimento e trato cordial dos corredores e das salas de aula se transformou numa relação de *amizade quase paternal*, como reconheceria o docente¹¹. Mas em 1923 Beirão da Veiga era vereador da Câmara Municipal de Lisboa, função que se revelaria determinante na concretização da primeira

obra que Duarte Pacheco realizaria na cidade capital. Entre os anos de 1923 e 1925 Duarte Pacheco estivera dedicado ao estudo de viabilidade de construção das novas instalações do IST. As verbas seriam conseguidas ao Governo por pressão política da facção a que pertencia. Para a consulta e estudo de terrenos de Lisboa aptos para construção, Duarte Pacheco tinha abertas as portas dos serviços camarários. O acesso fora-lhe fornecido pelo antigo professor, amigo, figura paternal e vereador da Câmara de Lisboa: Caetano Maria Beirão da Veiga. Na sessão de 31 de Julho de 1925, por indicação do professor Aureliano Mira Fernandes, conceituado matemático de quem Duarte Pacheco havia sido um brilhante aluno, os membros do Conselho Escolar do IST votam por unanimidade o seu ingresso como professor de Matemáticas Gerais do Instituto Superior Técnico¹². A entrada de Duarte Pacheco no corpo docente do IST não alteraria a evidência das necessidades prementes do Instituto: a construção de novas instalações. A sua entrada iria alterar o modo de agir para a concretização de uma vontade partilhada por alunos e professores. Duarte Pacheco acrescentou um outro fator de importância decisória a este projeto: o político. No dia 6 de Fevereiro de 1926, quando pela primeira vez tem direito ao uso da palavra na sessão do Conselho Escolar e afirma: «Enquanto o instituto estiver tão deficientemente instalado e tão pobre, não poderá progredir (...) urge pensar na criação de bolsas de estudo, a fim de os rapazes formados na nossa escola possam ir ao estrangeiro especializar-se e vir depois exercer o professorado. Para tal é necessário fazer pressão sobre os poderes públicos e tomar a iniciativa de ida de todos os professores a Sua Exa. o Ministro do Comércio»¹³. As palavras do novo professor cedo se transformariam em ações. A 1 de fevereiro de 1927 é publicado o Decreto-Lei nº 13113 que permite ao IST contrair um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos no valor de 3.500 contos para construção do novo edifício. A 2 de junho do mesmo ano o Decreto-Lei nº 13717 proclama a necessidade de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro para professores e alunos diplomados pelo IST; e o Decreto-Lei nº 13718, publicado no mesmo dia, eleva para 10.500 contos a verba destinada à construção do novo edifício. A confiança do Conselho Escolar estava conquistada. Com a presença de Duarte Pacheco o panorama do IST alterou-se por completo: recém-chegado ao IST, conseguiu o que o Conselho Escolar e dois diretores de um instituto público não haviam conseguido em 15 anos: verba para construção das novas instalações. Em 1927 o mesmo Conselho Escolar, contrariando

a tradição da casa que sempre elegera como Diretor do IST o professor com mais anos de docência, elege Duarte Pacheco, o mais recente a integrar o quadro de professores¹⁴.

A par da concessão de verba para o financiamento de obra, Duarte Pacheco tinha também outra questão imprescindível já resolvida, a do terreno. Em política, as coincidências raramente existem. Em 1927 arrancava em definitivo a obra do bairro do Arco do Cego, iniciando-se também a construção do IST. Em 1927, Duarte Pacheco é diretor do IST e na mesma data é presidente da CML o coronel Vicente de Freitas. Numa iniciativa concertada, estes dois homens, encabeçando as instituições que dirigiam, marcaram a urbanização e a extensão daquela zona da cidade. Alguns arruamentos estavam já lançados, contudo a determinação na conclusão do bairro do Arco do Cego e a escolha do local de implantação do *campus* universitário seriam duas obras que, decisivamente, iriam valorizar os terrenos circundantes. Com esta mesma percepção e com o empréstimo contraído com a CGD, o IST, na figura mandatada do seu diretor comprou os terrenos necessários à área de construção do novo edifício. Mas foi literalmente mais longe. Adquirindo uma área bem mais alargada do que a necessária à construção, o Instituto investiu capital na compra de mais prédios rurais, pois o que ali existiam eram quintas.

N

N

Fig. 2 Conselho Escolar do IST. 1927. Núcleo de Arquivo do IST



Apresentado o plano de obra à Câmara Municipal de Lisboa obter-se-ia o licenciamento de construção para toda a área de terreno adquirida e não apenas a área necessária à construção das novas instalações da escola. Com esta medida, o investimento feito pelo IST havia capitalizado num muito curto espaço de tempo. Tendo adquirido prédios rurais, o IST era agora proprietário de prédios urbanos. Licenciada a urbanização, seria possível pensar no saneamento e nos arruamentos, e com a valorização obtida na alteração de valor de mercado, o IST venderia parcelas do terreno a um preço em muito superior ao da aquisição. Esta situação permitiria acumular de valores que seriam canalizados para o fortalecimento de uma segunda verba necessária ao Instituto: a verba destinada ao financiamento continuado da construção. É já como proprietário que o IST faz permutas de terrenos com a CML, permutas essas necessárias a obras camarárias e não a obras de extensão do *campus* universitário¹⁵. De igual forma o INE compraria terrenos ao IST para a construção da nova sede¹⁶ e o mesmo aconteceria com particulares¹⁷. No ano de 1933 a receita obtida na venda de terrenos atingiria os 917.529\$30. Todas estas atividades estavam contudo consignadas em lei. O Decreto-Lei nº 13113 de 1 de fevereiro de 1927 previra que: «As importâncias provenientes da venda dos terrenos sobrantes dos que vão ser adquiridos, poderão ser alienados pelo Instituto Superior Técnico¹⁸».

N

N

Fig. 3 Conselho Escolar do IST. 1931. Núcleo de Arquivo dos IST.



Duarte Pacheco encabeçava um projeto: o Técnico. E o Técnico seria o que Duarte Pacheco dele conseguisse fazer ser. O professorado e o Governo já o haviam entendido. E tê-lo-iam entendido ao ponto de, académica e politicamente terem delegado neste homem de 27 anos o futuro material de uma escola e a projeção política que dali pudesse advir. As novas instalações do IST, construídas entre 1929 e 1942, constituem o primeiro *campus* universitário erguido em Portugal: um programa arquitetónico exigente.¹⁹ O arquiteto escolhido por Duarte Pacheco para levar a cabo esta empresa ambiciosa foi Porfírio Pardal Monteiro, colega no IST, assistente do regente da disciplina de Arquitetura, Professor Álvaro Machado. Fixado o programa definitivo com o professorado do Técnico, Duarte Pacheco não só acompanharia de perto a adaptação do programa das instalações ao projeto arquitetónico, como teria palavra decisiva na configuração final da obra:

«[...] durante a preparação do projeto Pacheco passava dias e noites no meu atelier numa impaciência enervante [...] quanto à composição e à sua expressão plástica o apoio de Pacheco foi decisivo porquanto forte corrente pretendia, segundo as conceções do século XIX, que os novos edifícios do Técnico tivessem uma expressão clássica monumental baseada nos moldes então chamados académicos²⁰».

Sujeito ao plano municipal que previa a abertura de uma ampla alameda, o arquiteto orientou nesse sentido *o lado principal da composição*, de modo que o IST influísse *seriamente na orientação da CML quanto à conclusão das obras de urbanização projetadas para o local²¹*, entendendo que o que quer que fosse que se construísse seria *uma pequena acrópole a dominar toda a região daquele prolongamento das «Avenidas Novas»²²*. Apresentando-se o volume de construção num programa vasto, a implantação do novo Técnico surgiu disposta por módulos e foi na transposição da orgânica planificada do conjunto arquitetónico para o risco dos alçados que Pardal Monteiro criou um conjunto arquitetónico paralelepípedo, de volumetria depurada e de geometria pura. A amplitude da nova construção pasmava alguns e a composição estética afligia outros tantos. Afinal o Técnico era um caixote²³! No entanto, na história da arquitetura portuguesa, o Técnico seria considerado a primeira grande obra pública moderna²⁴. Não era apenas a instalação condigna do Instituto que preocupava Duarte Pacheco, mas o próprio estaleiro de obras, local *onde ele vivia quase todo o tempo²⁵*, como afirmava o arquiteto da obra. A dedicação ao projeto era de tal forma que na sequência do convite político endereçado em 1932 para que dirigisse as



Obras Públicas, Duarte Pacheco confirmara a Pardal Monteiro que não confiaria a obra do Técnico a ninguém, talvez porque ninguém acreditasse na viabilidade da obra como ele acreditava: «Veja você como é que eu posso deixar uma obra destas, nesta altura, para ir para o Governo. Eu não entrego isto a ninguém e não posso deixar de levar por diante a construção do novo Instituto. Não posso aceitar, não devo aceitar, quando não isto morre²⁶». As novas instalações do IST, erguidas entre 1929 e 1942, materializam a primeira obra pública de Duarte Pacheco. Na sua construção, liderou o processo político, centralizou no seu gabinete a direção de obra, mas não agiu sozinho nem foi o único a colher benefícios da obra construída. Neste processo, Duarte Pacheco ganhou mérito e autoridade. Com a construção do Técnico, à Alameda, a cidade de Lisboa ganhou a oportunidade de expansão a norte e nordeste. No mesmo processo, Duarte Pacheco ensaiou o método que viria mais tarde a utilizar como Ministro da Instrução, Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. O Técnico fora um ensaio. Depois dele, a imagem de Lisboa e do país transformar-se-ia de forma irreversível.

Fig. 4 O Campus IST em fase de construção. Porfírio Pardal Monteiro, 1927-1942.
4.1 Fotografia aérea do instituto Superior Técnico em construção.
Fot. Pinheiro Correia, c.1934. AML, PT/AMLSB/PIC/000012.
4.2 Fotografia aérea do instituto Superior Técnico em construção.
Fot. Pinheiro Correia, c.1934. AML, PT/AMLSB/PIC/000013.

Fig. 5 O Campus IST, 1936. Porfírio Pardal Monteiro, 1927-1942.

OS MINISTÉRIOS DO SABER: INSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Liderando a obra de construção do campus do IST à Alameda de 1929 a 1938, e permanecendo na direção do Técnico como espaço fiel e seguro de recuo político sempre que tal foi necessário, em 1928 Duarte Pacheco exerceu por 5 meses o cargo de Ministro da Instrução Pública. No cumprimento destas funções Duarte Pacheco pensou a reformulação e preenchimento de necessidades do ensino de forma global: do primário ao superior. Defendendo o conceito de «zona pedagógica», o ministro acreditou na criação de uma nova orgânica nas escolas. Uma orgânica onde os recursos humanos, administrativos, pedagógicos, didáticos, de conteúdos programáticos e materiais, respeitassem uma mesma unidade e assim atuassem de forma coordenada e eficiente. Ao decretar a necessidade de existência de residências estudantis para alunos dos dois níveis de instrução, Duarte Pacheco abria caminho a uma nova linha de atuação política: a assistência social no ensino. E ao decretar a criação da *Junta dos 40 Mil*²⁷, o ministro reconhecia oficialmente a necessidade de renovação material do ensino secundário. Entre 1932 e 1935 desempenharia o primeiro mandato como Ministro das Obras Públicas. De janeiro a maio de 1938 seria Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para retomar a pasta das Obras Públicas em junho de 1938 até à data da sua morte, novembro de 1943.

A obra pública de Duarte Pacheco tem uma dimensão esmagadora em número, consistência, abrangência e transversalidade de formas, temas e programas. No Ministério das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco realizou uma obra verdadeiramente estrutural. Da reorganização do Ministério e organismos dele dependentes, à produção normativa e construtiva, o seu legado é absolutamente impressionante. No domínio dos programas arquitetónicos a atuação ministerial de Duarte Pacheco foi também transversal e abrangente. Na Educação todos os níveis de ensino foram contemplados com novas construções escolares, procurando pensar e construir cada escola com a organicidade que Duarte Pacheco defendera em 1928: a zona pedagógica. No domínio das Construções Hospitalares o Ministério deu início à construção dos equipamentos necessários ao serviço nacional de assistência médica e abarcou várias áreas de intervenção. O programa habitacional e também os programas de abastecimento de água e saneamento mereceram do político a maior preocupação.

89 Na vigência dos dois mandatos ministeriais, o volume de

documentação produzida reflete a profunda mudança na *questão sanitária do País*²⁸. No gabinete de trabalho do ministro a minúcia era o cerne de cada projeto, o mesmo projeto que encerrava em si, a parte indivisível do todo. E neste todo é importante não esquecermos a equipa. E a sua maior força, a sua maior autoridade advinha da equipa que formou. Uma equipa plural de técnicos especializados no domínio do urbanismo, da engenharia e da arquitetura. A esta equipa restrita, com acesso direto ao gabinete ministerial, tinham também acesso os técnicos especializados em cada uma das áreas de atuação do Ministério. E eram os engenheiros, os arquitetos e os técnicos especializados que compoem as «comissões administrativas de obra» dos projetos exarados pelo MOPC, compunham de facto o gabinete ministerial e atuavam pelo País numa frente construtiva incansável. Como professor do Técnico promovera a formação externa dos licenciados do Técnico, e pela mesma razão, já ministro, enviou engenheiros e arquitetos ao exterior em comissões de estudo. E porque era necessário construir escolas, hospitais, pontes, viadutos, gares, museus, prisões e teatros, com os engenheiros e os arquitetos seguiram a colher elementos, técnicos tão distintos como professores, médicos, historiadores ou conservadores de obras de arte. E neste gabinete ministerial, para além da pluralidade de ofícios, houve também lugar à pluralidade de gostos e de ideias. A obra construída pelo ministro é evidente e inegável, contudo, o modo, a cadência, o método, os avanços e os recuos, as hesitações ou as cedências, são elementos que consideramos tão decisórios na configuração final na obra construída quanto uma diretiva da Presidência do Conselho de Ministros ou a rigidez de uma dotação orçamental fixa. Sem a força do Estado e da Lei que teve ao seu dispor, Duarte Pacheco não teria construído o que construiu. Mas com as condições que lhe foram permitidas e com as condições que ele próprio instituiu a partir do seu gabinete de trabalho, construiu quase ininterruptamente durante vinte anos. E se em História um quarto de século é uma geração, Duarte Pacheco construiu uma geração de País. Com o braço forte e centralizador da lei, Duarte Pacheco teve ao seu dispor uma máquina legal que lhe permitiu a criação de uma blindagem orçamental inédita. Se a este braço forte da lei, característico de um regime autoritário, acrescentarmos um método de trabalho minucioso, como foi o trabalho de Duarte Pacheco, temos encontrada a memória processual dos trabalhos realizados num instituto público, numa câmara municipal e em dois ministérios. Sem o braço forte da lei pouco teria sido possível, mas o

Fig. 6 Instituto Nacional de Estatística, Porfírio Pardal Monteiro, 1931-1935. Fot. Ferreira da Cunha, post.1935. AML/PT/AMLSB/FEC/000549.

Fig. 7 Gare Marítima Rocha Conde de Óbidos, Porfírio Pardal Monteiro, 1934-1948. Fot. José Vicente, 2013.

Fig. 8 Gare Marítima de Alcântara, sala de embarque, Porfírio Pardal Monteiro, 1924-1947. Fot. Mário Novais. Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian



método de trabalho do ministro explica a capacidade de concretização que o seu gabinete teve e outros não tiveram, ainda que ao seu dispor tivessem a mesma malha legal.

LISBOA: DAS INFRAESTRUTURAS DO PAÍS À CRIAÇÃO DE UMA CIDADE MODERNA

Muitas das obras construídas em Lisboa pelo gabinete ministerial das Obras Públicas de Duarte Pacheco serviram todo o país, e, projetadas entre 1932 e 1935, os seus estudos e projetos surgiram muito antes da lista de obras que em 1938, numa Nota Oficiosa do Presidente do Conselho de Ministros, ditava o arranque do Programa dos Centenários a celebrar em 1940. Importa pois, salientar a forma como Duarte Pacheco geriu a cidade capital: Lisboa.

Se recuarmos até ao Decreto de 10 de Abril de 1933²⁹, o Plano de Urbanização da Costa do Sol, compreendemos que este documento político surgido como modo de valorização da região da Costa do Sol, a faixa costeira delimitada entre Lisboa e Cascais, promove a área de extensão da capital do país.

Dotada de capacidades terapêuticas invulgares, esta faixa costeira era conhecida e valorizada desde finais do século XVII. Mas no século XX, no espaço de tempo de uma geração, transformara-se num local cosmopolita: aos *estoris* chegava a elite portuguesa, mas também a europeia e, entre a finança e a política residia o verdadeiro poder de decisão. No sentido de apoiar o desenvolvimento da atividade turística, mas com plena consciência de intervenção pública, o governo português decide ser politicamente oportuno intervir neste espaço de elite e decreta o reforço e embelezamento das acessibilidades. Contudo, Duarte Pacheco considerou a região numa valência maior que não só a turística, pois apostou também a expansão da cidade capital. Estando a exploração ferroviária concessionada à Companhia do Monte Estoril, colocou-se numa linha de vanguarda e afirmou a sua fixação de presença na região através da criação do equipamento do futuro: a rodovia Engenheiro de formação, Duarte Pacheco parecia ter intuído a tripla dimensão da Arquitetura: uma obra, uma cidade, um território.

No domínio do urbanismo a legislação então em vigor não respondia às necessidades específicas do planeamento. Na ausência de suporte legal eficiente era assim decretado um diploma especial³⁰. E na ausência de técnicos capazes de levar a efeito um projeto de tal envergadura, o estudo preliminar de urbanização da zona Lisboa-Estoril-Cascais seria entregue, a

N

N



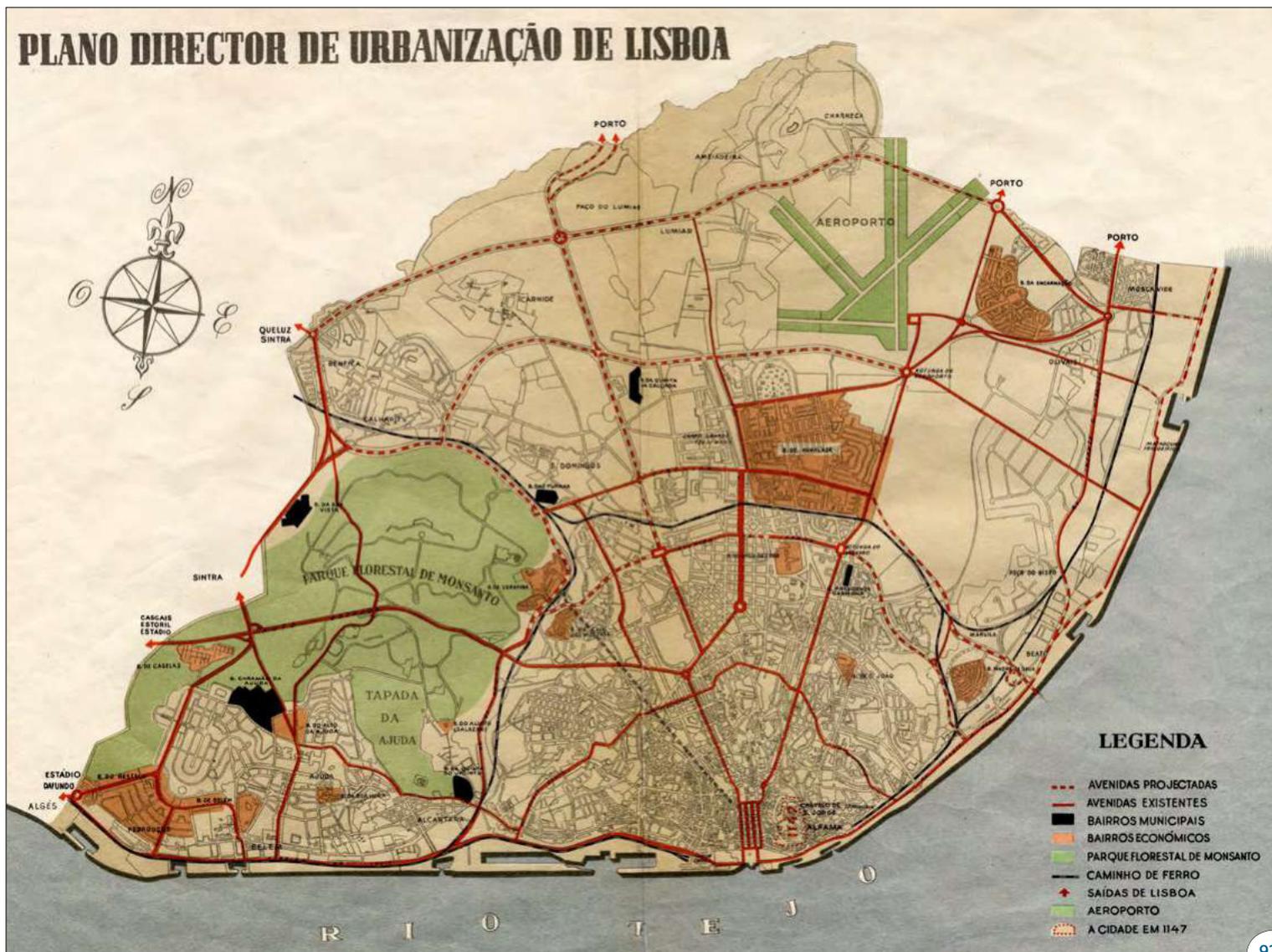
troco de 12.000 francos ao vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanistas, o reputado arquitecto Donat-Alfred Agache (1875-1959). E deste encontro entre o poder de conceção do urbanista e o poder de decisão do político resultou a primeira proposta de desenho urbano a uma escala regional ou, como afirmaria Agache: *le Ministre des Travaux Publics nous a fort bien suivis et même encouragés d'examinier le problème sous un angle plus vaste*. Aprovadas as propostas preliminares do urbanista francês, o governo aprovava a 1 de Setembro de 1934 o levantamento topográfico da região compreendida entre Algés e Cascais, numa área total de 10.000 hectares que receberiam equipamentos como um Parque Florestal para Cidade de Lisboa, na serra de Monsanto, ou a construção de um Estádio Nacional. Lisboa possuía três centros funcionais: Rossio, Praça do Comércio e Marquês de Pombal. Destes três pontos nevrálgicos. O estudo urbano tomaria em consideração os dois que permitissem a realização da extensão da cidade a oeste: do Marquês de Pombal à Cruz das Oliveiras estender-se-ia uma faixa rodoviária e da Praça do Comércio à Avenida 24 de Julho arrancaria uma segunda via. Paralelas entre si, estas duas vias, *abcissas*, continuariam em paralelo a estruturar um modelo de ocupação territorial de Algés a Cascais. A faixa viária interior Norte seria a autoestrada turística e a faixa viária sul seria a estrada marginal panorâmica. Definidos em 1935 por Agache os elementos estruturantes da Costa do Sol, o projeto só voltaria à cena política em 1938 com a retoma política de Duarte Pacheco à frente da Câmara de Lisboa e posteriormente, como Ministro das Obras Públicas. A partir de 1938, Etienne De Gröer, retomaria os estudos do Plano de Urbanização da Costa do Sol³¹ e, simultaneamente centrar-se-ia no estudo do Plano Diretor Municipal de Lisboa, em estreita colaboração com Duarte Pacheco. Em janeiro de 1938, a convite do Governo, Duarte Pacheco assumia a presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Ao abrigo do Novo Código Administrativo (1936-1940) os presidentes de câmara dependiam da confiança política do poder central³². E passando o presidente da Câmara de Lisboa a ser escolhido pelo Governo, o Governo escolhera Duarte Pacheco.

Fig. 9 Aeroporto da Portela, Francisco Keil do Amaral, 1938-1940. Secção de Propaganda e Turismo, c.1952. AML, PT/AMLSB/SPT/000020

Fig. 10 Exposição do Mundo Português, 1940.

Fig. 11 Clube de Tênis de Monsanto, Francisco Keil do Amaral, 1947-1950. AML, Arquivo Keil do Amaral

Fig. 12 Plano Director de Urbanização de Lisboa, Etienne De Gröer, 1938-1948.



A presença efetiva do político na presidência do município de Lisboa seria curta. Iria de janeiro a maio de 1938, contudo, a ascendência política de Duarte Pacheco no município de Lisboa perduraria para além desse tempo e os reflexos da sua passagem pela Câmara permanecem até aos nossos dias³³. A retoma política do Plano da Costa do Sol, constituindo a expansão territorial oeste de Lisboa estaria concluído em 1946 e após aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas, seria aprovado por decreto datado de 1948³⁴. Também o Plano Diretor de Lisboa ficaria concluído em 1948, cinco anos após a morte do ministro, contudo as diretrizes haviam sido formuladas por Duarte Pacheco em 1938. O Plano Diretor de Lisboa seguiu no domínio da orientação urbanística uma linha paralela à estrutura fundiária e urbana que Duarte Pacheco aplicou na cidade desde 1934³⁵. Ao abrigo deste decreto, a CML, entidade proponente da maior percentagem de obras elencadas no mesmo diploma, iria protagonizar a maior aquisição de terrenos, alguma vez realizada, na história do município. As expropriações levadas a cabo pela CML entre 1938 e 1943 ao abrigo do decreto 28.797 situaram-se nas áreas periféricas, rurais da cidade e não nas zonas densamente construídas³⁶. Na prática, entre 1938 e 1943 a CML viu-se detentora de 1300 hectares de terreno que, municipalizados por expropriação e livres de gostos particulares, Duarte Pacheco projetou os novos limites urbanos da cidade de Lisboa, explorando a construção de equipamentos referência, programando as zonas de habitação diferenciadas³⁷, a zona industrial principal, a zona dos espaços livres e uma considerável zona de reserva de terreno. Duarte Pacheco sustentou a execução do processo de urbanização planeada da cidade em quatro pilares: reforma administrativa dos serviços da CML, expropriação por utilidade pública, municipalização de solos e autoridade técnica do desenho arquitetónico. Retirado o poder de decisão ao gosto particular de proprietários e duvidosas «empresas de urbanização», Duarte Pacheco investiu o município do cargo de decisor da urbanidade de Lisboa. Sobre uma única malha diretora, a cidade viu-se dotada de novos equipamentos, como foi o caso do Parque do Campo Grande ou o Aeroporto e, no domínio da habitação o cumprimento de zonas tão diferenciadas de construção como o bairro do Restelo, da Ajuda, de Alvalade e de vários bairros de casas económicas. Em suma, apostando na extensão da cidade de Lisboa a ocidente, no seu alargamento a norte, nordeste e oriente, Duarte Pacheco foi o político que tornou possível

93 a Lisboa Nova como afirma Ana Tostões³⁸.

Fig. 13 Mercado de Arroios, Luís Benavente, 1938-1940. 1939. AML, PT/AMLSB/PEL/005/S03663

Fig. 14 Bairro do Alvito, Paulino Montez, 1938-1947. Fot. Salvador de Almeida Fernandes, 1958. AML, PT/AMLSB/SAL/I00074



Do mesmo modo, no domínio da história do urbanismo, e como considera Nuno Portas, o Marquês de Pombal e o ministro Duarte Pacheco poderiam ser considerados dois gigantes³⁹. Este «gigantismo» comum aos dois governantes, justifica-se pela existência de características comuns: ambos chamaram ao Estado a autoridade e a competência na ordenação do território; subordinaram essa ordenação territorial a um plano estruturado; pensaram na execução desse mesmo plano nas suas várias linhas estruturantes como os eixos viários, os quarteirões de edifícios e a malha urbana traçada por quarteirões multiplicados. Do mesmo modo, ambos planificaram e construíram a cidade num modelo maior que a vida de um governo ou que a vida de uma geração e aqui não num sentido monumental mas num sentido intemporal em que apenas as Obras Públicas se inscrevem. Construir ruas largas porque um dia elas serão estreitas, ou construir para cem anos, são expressões atribuídas aos dois governantes, mas mais do que um jogo de palavras, estas expressões espelham na atitude de Pombal e de Pacheco o verdadeiro sentido do exercício de poder: construir o futuro.



Filme de apoio

“Lisboa de hoje e de amanhã”, (1948) António Lopes Ribeiro. CML. [WWW](http://www.cml.pt)

Fig. 15 Bairro de Alvalade, Guilherme Faria da Costa, 1945.
Fot. Abreu Nunes, c.1953. AML, PT/AMLSB/ABR/000033





Fig. 16 Praça Pasteur/Avenida Paris, Alberto Pessoa, Raul Chorão Ramalho, José Bastos e Licínio Cruz. Fot. Mário Novais. Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian.



Notas

- 1 Aquando da criação do Instituto Industrial optara-se por aquela localização tendo em conta a grande concentração industrial na zona da Boavista. Sobre o tema Cfr. CUSTÓDIO, Jorge, 1998, pp. 461-462.
- 2 As precárias condições de funcionamento do IST na Boavista são recorrentemente lembradas nas sessões do Conselho Escolar do IST entre os anos de 1911 a 1935.
- 3 COSTA 2011, p.52.
- 4 COSTA 2011, p. 48.
- 5 Estamos perante um indivíduo que advém de uma família com tradições políticas: um tio, par do Reino filiado no Partido Regenerador; um outro tio, par do Reino filiado no Partido Progressista e governador civil da província do Algarve e, ainda, um pai politicamente ativo. A par da atividade política, estes três ascendentes familiares partilham ainda outra característica: todos eles desempenharam cargos locais de nomeação, ou seja, desempenharam a nível local um cargo de confiança dos órgãos decisórios centrais, estacionados em Lisboa. COSTA 2011, p.49.
- 6 MACEDO, Jorge Borges de, 1994, s/p.
- 7 MACEDO, Jorge Borges de, 1994, s/p.
- 8 FRANÇA, José-Augusto, 3ª edição 1991; BRITO, Margarida Acciaiuoli, 1991; POLICARPO, Verónica, 2005, pp.284-289.
- 9 CARVALHO, Herculano, 1951. Colega de Duarte Pacheco no IST, informa que este, aluno brilhante a Matemática, ainda como estudante ganhou autonomia financeira como explicador de Matemáticas Gerais.
- 10 VEIGA, Caetano Maria Beirão da. 1951, s/p.
- 11 VEIGA, Caetano Maria Beirão da. 1951, s/p. Caetano Maria Beirão da Veiga (1884-1962) foi professor catedrático da disciplina de Contabilidade no IST e no Instituto Superior de Comércio. Mas, a par da atividade docente, exerceu também atividade privada no setor dos seguros, previdência e aplicações financeiras. Vide *A Universidade de Lisboa e os seus Mestres. Notas Biográficas*, Lisboa, 1956, pp. 539-541. Em 1923 foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.
- 12 IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolas (1918-1927), Acta da sessão do conselho Escolar de 31 de julho de 1925.
- 13 IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolas (1918-1927), Acta da sessão do conselho Escolar de 6 de novembro de 1926.
- 14 IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência Recebida e Actas do Conselho Escolas (1927-1940), Acta da sessão do conselho Escolar de 10 de agosto de 1927
- 15 Entre os anos de 1929 e 1942, o IST permuta dezenas de parcelas de terrenos com a Câmara Municipal de Lisboa. CML, Arquivo Intermédio – Arquivo Municipal do Arco do Cego, Escrituras de Trocas de Terrenos. A 9 de fevereiro, em documento assinado pelos dois outorgantes, Câmara e o Instituto Superior Técnico, está descrito que a Câmara entrou na posse de 10.950,72 m2 de terreno destinado ao prolongamento da Avenida Miguel Bombarda, dando em troca dois talhões de terreno, um com a área de 1.485,49m2 e outro com 646,56m2, fls 48v (7). Com data de 2 de fevereiro de 1929 existe uma escritura de permuta de terrenos entre a CML e o IST, permuta essa que visa conclusão da Avenida nº 20. A 26 de março de 1942 a CML compra ao IST um terreno com 113 m2, sito próximo da Avenida Almirante Reis.
- 16 *Idem, ibidem.*
- 17 A 13 de novembro de 1932, o Instituto recebia de Augusto Pontes dos Santos Chaves como sinal de princípio de pagamento de um terreno na Av. Miguel Bombarda e com a área de 430,08 m2 ao preço de 100\$00 cada 1 m2 a quantia de 5000\$00. Em carta datada de 25 de novembro de 1932 e endereçada ao Diretor-Geral do Ensino Técnico, o IST informava que nos anos económicos de 1927 a 1932 obtivera 1.419.121\$18 em receitas próprias, verba que entregara ao Tesouro. *Idem, ibidem.*
- 18 Alínea a) do artigo 4º do Decreto-Lei nº 13113 de 24 de janeiro de 1927, publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 1 de fevereiro de 1927.

19 Escola técnica por excelência, implicava a existência de salas de aulas teóricas, práticas (laboratórios), anfiteatros, salas de professores, salas de assistentes, de conferências, biblioteca, museus sectoriais, serviços de tipografia, serviços administrativos, piscina, ginásio e demais dependências desportivas e recreativas. A tudo isto acresciam as competências e especificidades de cada um dos ramos da Engenharia.

20 MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Memórias*, Entrada de Diário de 10 de Novembro de 1956.

21 *Idem*, *op. cit.*, p. 116.

22 *Idem*, *op. cit.*, p. 115.

23 «Como poderemos aceitar que em Lisboa e em todo o país se ergam caixotes de Moscovo, de Munique, de toda a parte, menos de Portugal?», in *Arquitectura Portuguesa*, nº 38, maio de 1938, p. 9, Nesta perspetiva citada por CALDAS, João Vieira, *op. cit.*, p. 49.

24 CALDAS, João Vieira, 1997, p. 50.

25 MONTEIRO, Porfírio Pardal, *Memórias*, Entrada de Diário de 22 de novembro de 1956.

26 *Idem*, *op. cit.*.

27 Embora o decreto a denominasse de Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, *cfr. Diário do Governo*, Decreto-Lei nº 15942, I Série, de 11 de setembro de 1928. Leia-se MONIZ, Gonçalo Canto, 2007, pp. 135-138.

28 Expressão inúmeras vezes utilizada por Duarte Pacheco nos preâmbulos aos decretos-lei e aos despachos ministeriais.

29 *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22444 de 10 de Abril de 1933.

30 *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 22 444, de 10 de Abril de 1933.

31 *Vide* LÓBO, Margarida Souza, 1995.

32 CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 4ª edição, 1956, p. 386.

33 *Vide* Editorial do *Jornal Público* do dia 19 de setembro de 2006, pelo seu diretor, José Manuel Fernandes, sob o título «Lá se vão os Anéis...».

34 *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei nº 37 251 de 8 de Dezembro de 1948.

35 *Idem*, Artigos 2º, 3º e 4º.

36 FERREIRA, Vítor Matias. 1987, p.160.

37 Dando lugar aos bairros de casas económicas da Encarnação, da Madre de Deus, de Campolide, Vale Escuro e S. Jacinto, e num registo de habitação unifamiliar de maior poder económico o bairro do Alto da Ajuda.

38 TOSTÕES, Ana, 2004, p. 202.

39 PORTAS, Nuno, 2005.

Bibliografia

Brito, M. A. (1991). *Os Anos Quarenta em Portugal. O País, o Regime e as Artes, «Celebração» e «Restauração»*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL.

Caldas, J. V. (1997). *Porfírio Pardal Monteiro. Arquitecto*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses –Secção Regional do Sul, CML-CP.

Carvalho, A. (1951). Duarte Pacheco matemático e realizador. *Revista Internacional In Memorium*, Lisboa, s/editor.

Costa, S. V. (2011). *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitetura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press.

Custódio, Jorge. (1998). Reflexos da Industrialização na fisionomia e vida da cidade. In Moita. I. (coord), *O Livro de Lisboa* (pp. 461-462). Lisboa : Lisboa 94-Expo 98.

Ferreira, V. M. (1987). *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro de Metrópole*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

França, J.A. (1991). *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. 3ª edição, Venda Nova, pp. 240-260.

Grácio, S. (2004). Notas sobre a emergência e a consolidação do ensino da engenharia. In: Heitor, M., Brito, J. M. B. de & Rollo, M. F. (Coord.). *Momentos de Inovação e engenharia em Portugal no século XX* (vol.I, pp.231-239).Lisboa: Publicações D. Quixote.

Macedo, J. B. de. (1994). Cerimónia Comemorativa a Duarte Pacheco. *Revista Técnica*, nº 2, sem paginação, Lisboa.

Monteiro, P. P. (1938). *Arquitectos*, nº 4, maio de 1938, p. 115.

Policarpo, V. (2005). Duarte José Pacheco. In Cruz, M. B. da & Pinto, A. C. (dir) *Dicionário Parlamentar (1935-1974)* (pp. 284-289). Lisboa: Coleção Parlamento.

Portas, N. (2005). O Urbanismo e o Despotismo Esclarecido. In *O Tempo das Formas*. Guimarães.

Silva, R. H. da (1998). Bairro Social do Arco do Cego. In Tostões, A., BECKER, A. & Wang, W. (com.). *Portugal: Arquitetura do Século XX* (p.162). Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa: Prestel / DAM / PF 97.

Tostões, A (2002). Cultura e Tecnologia na arquitetura Portuguesa, dissertação de doutoramento em arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico, Lisboa, policopiado.

Veiga, C. M. B. (1951). Duarte Pacheco. Inteligência, Dinamismo e Infatigabilidade. *Revista Internacional*, s/p.





***Lisboa industrial.
Um caminho da e
para a modernidade.***

Deolinda Folgado

CV

AS AVENIDAS DA INDÚSTRIA, AINDA MAIS NOVAS

O semáforo vermelho abriu. Parei o carro no cruzamento que antigamente se apelidava de rotunda da CARRIS, no linguarejar popular. À frente rasgava-se uma avenida que se estendia até ao rio Tejo. Do lado direito assomava-se à antiga rotunda um edifício de escritórios, que também cumpria a sua função social para os trabalhadores, datado de 1955. Este edifício, da autoria do arquitecto João Simões (1908-1995), incorporava no seu programa inicial um posto médico, a bilheteira e a caixa, área substituída mais tarde pelos escritórios, duas habitações, uma do chefe da estação, o refeitório e a barbearia. O código formal depurado, explorando as potencialidades construtivas do betão armado, não fazia adivinhar que os três pisos deste edifício albergassem este programa fundamental para a nova estação da companhia CARRIS que aí se instalara nos anos 50, devido ao constante aumento do número de autocarros e respectivas carreiras necessárias para o transporte público da cidade, volume de veículos colectivos que as estações do Arco do Cego, de Santo Amaro e das Amoreiras não acolhia. Tratava-se de uma nova área urbanizada da cidade e um equipamento como a estação de serviço para autocarros impunha-se. Para trás, nesta grande avenida, largos metros depois da rotunda do Relógio, tinha já passado, à velocidade permitida, por outros antigos edifícios industriais, sempre localizados à direita, nomeadamente a Dialap, uma fábrica para lapidação de diamantes inaugurada na segunda metade dos anos 60, da autoria dos arquitectos Carlos Manuel Ramos (1922-2005) e António Teixeira Guerra (1922-?); a Tabaqueira, pertencente à Intar – Empresa Industrial de Tabacos, SARL, nova designação

para a anterior Companhia Portuguesa de Tabacos, a partir de 1965; e os antigos escritórios e sede administrativa da General Motors, da autoria do arquitecto José Fernando Teixeira (n. 1932) e com projecto final para o ano de 1963. A passagem do semáforo para verde permitiu, efetivamente, que me dirigisse em direcção ao Tejo, sabendo que mais à frente surgiria a avenida Infante D. Henrique, um outro eixo industrial por excelência de Lisboa, e para o qual eu iria virar à esquerda. Três faixas de cada lado, adaptadas há cerca de uma década para uma velocidade mais consentânea com os nossos tempos, revelaram a sua verdadeira dimensão após a subtração do generoso separador central. À avenida Marechal Gomes da Costa continuam hoje a assomar os edifícios industriais, numa sequência quase intacta como à data da sua construção. Neste lance de avenida, vislumbrei o que subsiste da FAPAE – Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos, inaugurada em 1953 pela Philips Portuguesa, antiga proprietária do edifício e encomendadora deste programa industrial, da autoria do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957); o antigo edifício da Metalúrgica Luso-Italiana, com risco do arquitecto Lucínio Cruz (1914-1997), cujas obras se encontravam em fase de acabamento no ano de 1957; um prémio Valmor atribuído em 1958 a um edifício industrial, os Laboratórios Pasteur, da lavra dos arquitectos Carlos Ramos (1897-1969) e Carlos Manuel Ramos; e ainda o que resiste da antiga firma Francisco Baptista Russo & Irmão que dera nome a mais uma rotunda, edifício onde se instalaram uma estação de serviço e oficinas de assistência a automóveis e camiões, com telas finais datadas de 1963 e com autoria do arquitecto Joaquim Ferreira, entre outros.

Fig. 1 Edifícios em construção junto dos Olivais Sul. Edifício da DIALAP. Av. Marechal Gomes da Costa. Fot. Artur Goulard, c. 1967. AML, PT/AMLSB/AJG/S00752



Fig. 2 Metalúrgica Luso-Italiana. Av. Marechal Gomes da Costa. Fot. Arnaldo Madureira, 1961. AML, PT/AMLSB/ARM/I00912



Fig. 3 Estação elevatória dos Olivais. Av. Infante D. Henrique. Fot. Artur Goulart, 1962. AML, PT/AMLSB/AJG/I02760



Junto ao semáforo do antigo edifício do Baptista Russo, observo o Tejo que se espalha até à sua foz. Este território de acentuado declive, cortado pelo caminho-de-ferro do norte (primeiro troço entre Lisboa e Carregado inaugurado em 1865), albergava, até há pouco tempo, o que se pode apelar do primeiro núcleo industrial moderno da capital, e que seria integrado na zona industrial do Plano Diretor de Lisboa de 1948. Tanto a antiga fábrica do Gás, fundada pelas Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (CRGE), em 1944, actividade deslocalizada de Belém após a polémica registada pela sua convivalidade quase directa com a Torre de Belém, Monumento Nacional desde 1910, e já depois da realização da exposição do Mundo Português (1940)¹, como a SACOR - Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos de Portugal – constituída em 1938 e com inauguração celebrada no dia 19 de Junho de 1940; instalaram-se por determinação do Governo a oriente da cidade, junto a Cabo Ruivo, esta última por decisão do ministro Duarte Pacheco. Quer a fábrica do gás, quer a SACOR enquadraram-se nos estabelecimentos fabris de 1ª classe, de acordo com o regulamento das indústrias incómodas, insalubres, perigosas ou tóxicas, cuja presença na cidade ficou enquadrada no Plano da autoria de Etienne de Gröer, ou seja as mais incómodas de acordo com a definição destas categorias². À avenida Infante D. Henrique, que ligava Lisboa aos concelhos vizinhos de Loures e de Vila Franca de Xira, aproximara-se ainda um edifício que albergava oficinas e armazéns da SACOR e que correspondia a um programa mais vasto de ampliação e renovação tecnológica empreendido pela empresa a partir de 1953. Mais 12 hectares juntaram-se à área inicial desta unidade industrial, os quais ligaram a anterior localização mais junto do rio, aproximando-a agora de um dos principais eixos da cidade industrial moderna. Aí instalaram-se a portaria da SACOR, os armazéns, os escritórios e as oficinas. Este programa, de 1952, da autoria do engenheiro civil Jacinto dos Reis Bettencourt, afastou-se da indústria de processo, possibilitando que os diferentes edifícios marcados pelo tijolo vermelho se interligassem num cuidadoso aproveitamento do desnível das cotas do terreno. À cidade impôs-se a marca – SACOR. Mas é já uma pálida imagem do que foi este conjunto edificado, é o que me é dado observar na minha viagem até à praça José Queirós. Esta avenida, ao contrário da anterior, caracterizar-se-ia pela localização dos lotes industriais de ambos os lados. Até Moscavide várias actividades aí se fixaram, apresentando algumas grandes novidades tecnológicas, como a Automática Eléctrica Portuguesa, da empresa inglesa Plessey, que

produzia fundamentalmente telefones. A Automática, hoje demolida, instalara-se num edifício da autoria do arquitecto Rebello de Andrade (1887-1971), datado de 1949.

Os edifícios industriais que se fixaram ao longo da avenida Infante D. Henrique tiveram, alguns deles, uma vida mais efémera do que os da avenida Marechal Gomes da Costa, tendo-se verificado a sua demolição já no decorrer do século XXI, para albergar outros programas, como supermercados, habitação, entre outros. Até chegar ao concelho vizinho de Loures visionei também a fábrica Barros, com projecto inicial que se ficou a dever a Cottinelli Telmo (1897-1947), mas cujo risco final foi de António Veloso Camelo (1899-1985), com data de 1952. Observo ainda a vasta área onde se implanta a estação elevatória de água dos Olivais, que recebera nos anos 40 um sistema de bombas de ponta para elevação da água proveniente do canal Tejo para que fosse distribuída à cidade. Esta estação, que passa despercebida à maioria dos automobilistas, prendeu-me a atenção pela grande área verde que acolhe um edifício da autoria de Carlos Rebello de Andrade, cuja entrada principal foi orientada para o recinto industrial e não para a grande avenida e cuja história caminha a par da Fonte Luminosa, construída num dos topos da Alameda Afonso Henriques. Todavia, foi esta estação, que a partir de 30 de Maio de 1948, a data da sua inauguração, permitiu suprir a falta de água que grassava em muitos pontos da cidade. Já próximo do final deste eixo pude ainda ver o conjunto fabril da antiga fábrica Consórcio Laneiro, hoje já muito esquecido e cujo programa base fora delineado em 1952, pelo arquitecto Nuno Teotónio Pereira (1922) e pelo engenheiro Vasco Costa. Ao chegar à actual praça José Queirós fiquei ainda com a certeza que acabara de passar por eixos que estruturam a actividade económica ligada ao sector industrial, manifestando-se nesses lugares a ebulição possível de um Portugal que se procurava modernizar através da indústria da segunda geração associada à energia eléctrica. Mesmo que o território a seguir a este limite da cidade a oriente tenha perpetuado a vocação industrial até Vila Franca de Xira, pelo menos, através do primeiro plano de carácter regional orientado para a regularização da actividade industrial, com aprovação em 1955, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, como antepiano da região de Moscavide a Vila Franca de Xira, o fim da grande avenida Infante D. Henrique interrompera, irremediavelmente, no território esse desenvolvimento industrial identificado claramente na natureza urbana destes dois eixos. Estas avenidas, ainda mais novas, não foram construídas para o programa habitacional da burguesia comercial ou industrial

Fig. 4 Obras na Avenida Infante D. Henrique. Fábrica Barros em primeiro plano. Fot. Judah Benoliel, c. 1958. AML, PT/AMLSB/JBN/004401

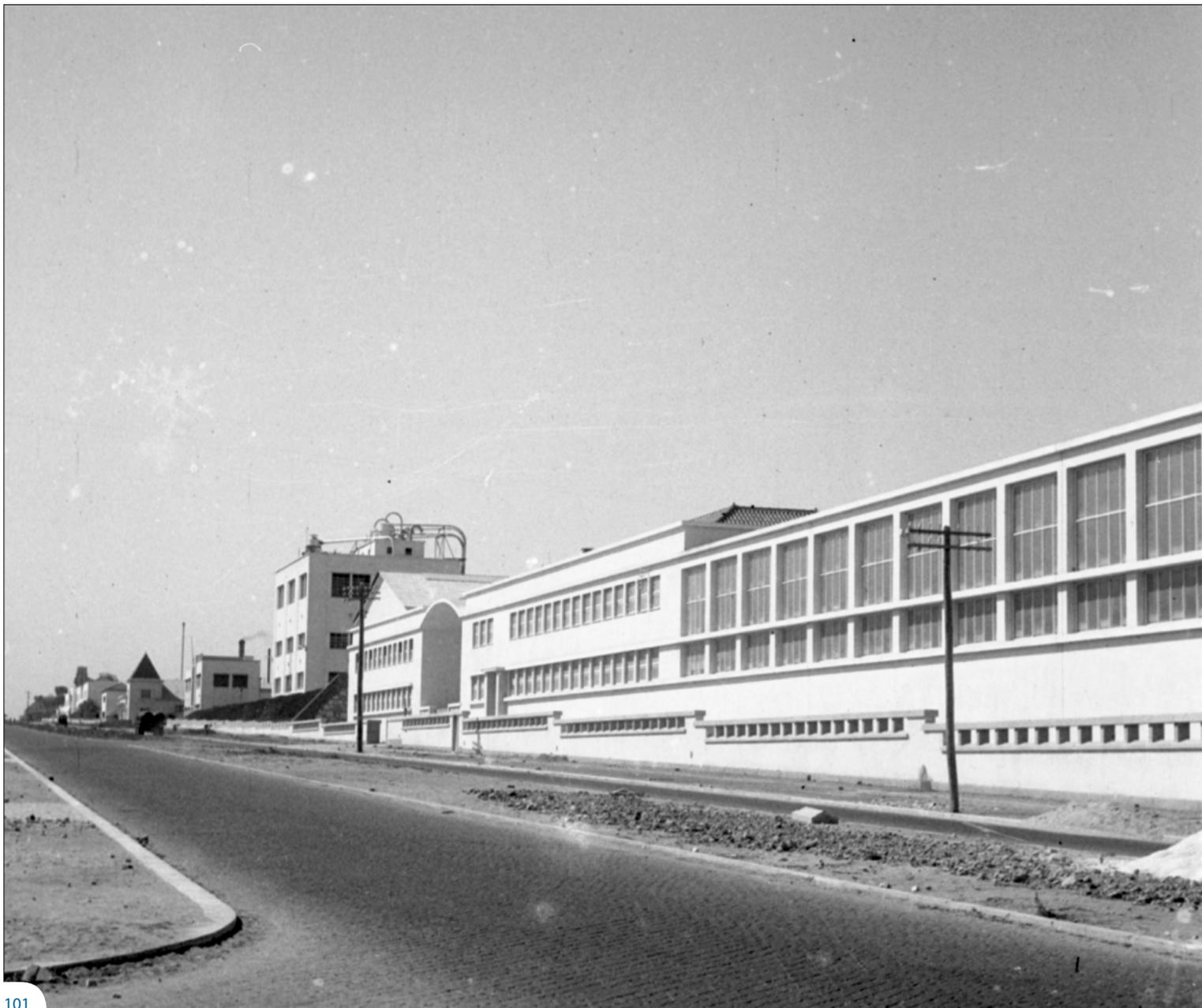


Fig. 5 Laboratórios do Instituto Pasteur de Lisboa, Prémio Valmor 1958. Av. Marechal Gomes da Costa. Fot. Armando Seródio, 1971. AML, PT/AMLSB/SER/S07546



da capital. A sua vocação foi industrial, produtiva e laboral. Esta grande área industrial encontrara na Lisboa oriental um conjunto de condições indispensáveis para a moderna indústria, nomeadamente a linha-férrea ou a área portuária e as linhas aéreas. Estas duas importantes avenidas, rasgadas a oriente e claramente marcadas no Plano Director de 1948, delimitaram novas áreas de expansão da cidade e estruturaram a nova indústria que se assumiu inequivocamente à via pública, estabelecendo a ligação com as duas principais vias de saída e entrada da capital – o aeroporto (1938-1942), autoria do arquitecto Francisco Keil do Amaral, e a futura autoestrada do norte, que via inaugurado o seu primeiro troço em 1961, e beneficiaram de algumas infra-estruturas indispensáveis ao funcionamento das fábricas da segunda geração industrial, como a estação elevatória dos Olivais, a subestação de Moscavide, inaugurada em 1951, o mesmo ano do da Barragem do Castelo do Bode, enquanto que a fábrica do gás laborava nas proximidades desde 1944. Nestas duas avenidas dedicadas ao trabalho industrial, cumprindo exigências ligadas a uma maior especialização onde a ciência se revelara fundamental e os engenheiros tiveram um lugar primordial, o repositório de edifícios ainda hoje observáveis constitui um breve reportório da obra de reconhecidos arquitectos, que se adivinha relevante para a história da própria arquitectura portuguesa.

Ainda hoje há nestas avenidas uma atmosfera, essencialmente na avenida Marechal Gomes da Costa, que nos convoca para o ensaio de novas soluções formais, soluções modernas com o recurso aos novos materiais, que nitidamente apostaram na qualificação da arquitectura industrial e dos modernos lugares de trabalho, pensando muitas vezes estes espaços através de programas totais. Certamente que para a construção desta atmosfera que se apreende nos volumes, na sua relação com a cidade, no equilíbrio do seu conjunto alinhado, contribuíram as regras de edificação fabril definidas no Plano Director de 1948. “Os motivos de natureza estética ou de qualidade do ambiente urbano foram, de facto, transversais ao regulamento para as zonas industriais, aparecendo diversas referências ao longo do texto, como: “por razões de estética, uma excepção pode ser aberta para os corpos de edifício sobre a rua, para que estes não apresentem, do lado da via pública, fachadas denteadas; ou também por razões de estética e de salubridade, os espaços não construídos dos terrenos fabris devem ser arrelvados ou ajardinados. O aspecto acolhedor das cercanias de

103 uma fábrica é necessário sob o ponto de vista social: num

ambiente agradável trabalha-se mais facilmente e melhor”³

No final dos anos 60, trabalhavam no núcleo industrial de Olivais-Chelas 13.303 operários, e aí se registavam cerca de 1.322 empresas.

O apogeu da arquitectura industrial na Lisboa industrial planeada Com telas finais para o ano de 1965, o edifício da DIALAP (Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes, S.A.R.L.) era apresentado pelos seus autores Carlos Manuel Ramos e António Teixeira Guerra na memória descritiva que acompanhava o projecto inicial (Outubro de 1960) como uma obra modelar: “a criação da indústria de diamantes entre nós representará certamente um facto notável da nossa vida económica, e a escala em que se pretende instalar essa indústria, escala tentada mundialmente pela primeira vez, chamará certamente sobre ela e sobre as suas instalações a atenção de todos aqueles que a ela se dedicam e daqueles que formam esse comércio mundial”⁴

Partido arquitectónico de excepção para uma indústria, igualmente de excepção, o recinto industrial da DIALAP simboliza para Portugal a fábrica da segunda geração industrial por excelência, ao ter integrado sabiamente os equipamentos tecnológicos mais recentes; a energia eléctrica; os novos materiais; uma área de laboratório e as funções sociais, modelo que se procurou desenvolver no âmbito dos parâmetros de uma cultura tecnológica dependente da energia eléctrica. A articulação destes factores concorreram para a materialização de um ideal observado na indústria da segunda geração, ou seja a fábrica como referente de modernidade, mesmo ao nível social, económico, cultural e estético.

A sábia orientação do edifício fabril e de escritórios no lote de cerca de 3,5 hectares, organizado em forma de Y, procurando acompanhar o movimento do terreno e a busca da melhor iluminação possível para as tarefas tão precisas da lapidação, estudo e experimentação das pedras preciosas, e apresentado perpendicularmente à grande avenida Marechal Gomes da Costa; o jogo aturado da relação dos volumes, das texturas, dos materiais empregues, da seleção dos materiais de revestimento, e da sua relação com o amplo espaço ajardinado que o envolvia concorrem para que a o edifício DIALAP simbolize, sem dúvida, o clímax de uma fase da localização da indústria na cidade planeada, apelidada por nós de “a indústria na cidade”, e que decorreu entre os anos de 1948 e 1967.⁵

Fig. 7 Planta da cidade de Lisboa. Indústria. Localização e estabilização das instalações. Plano Director Municipal, 1967, Indústria 1.4.12

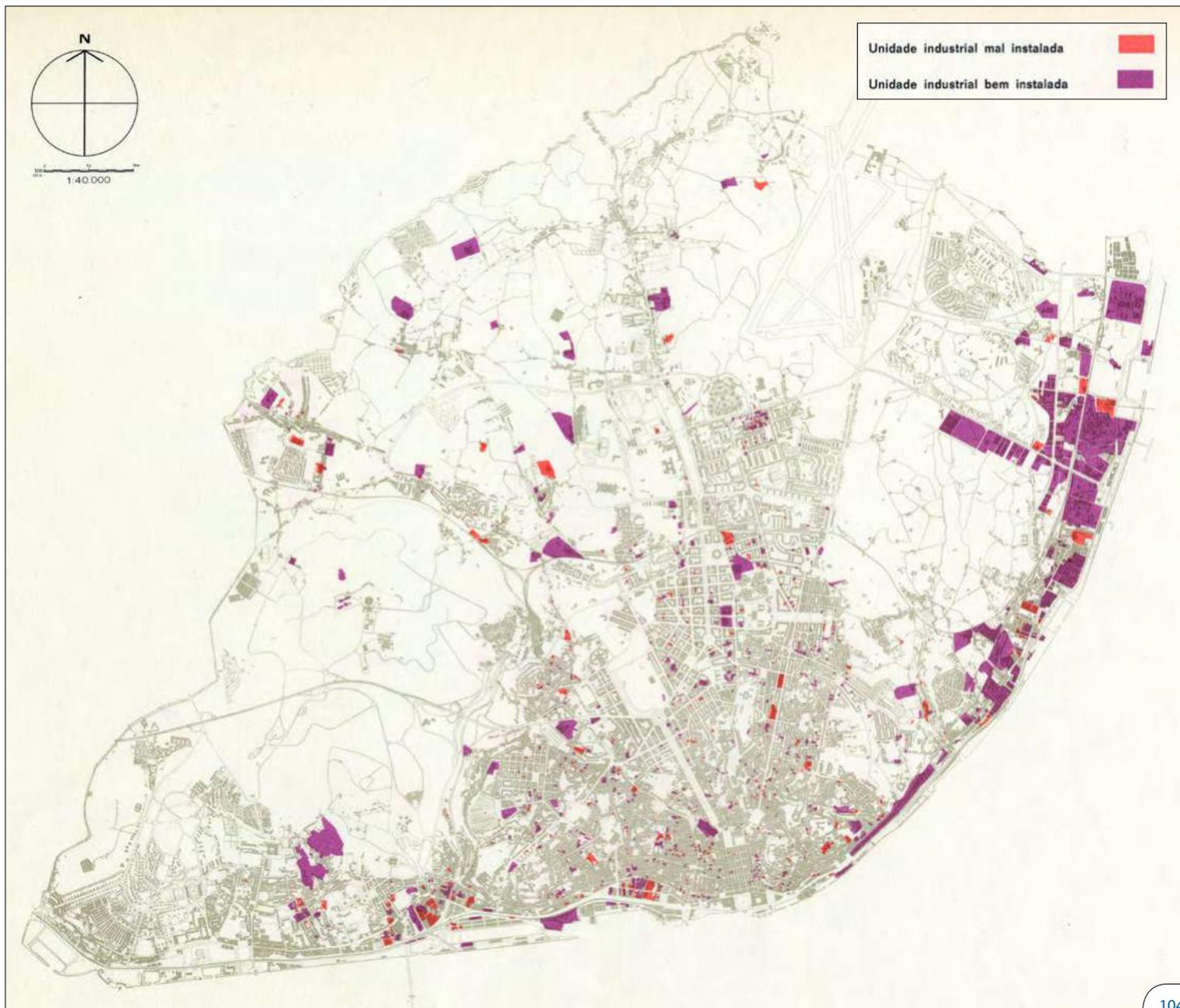
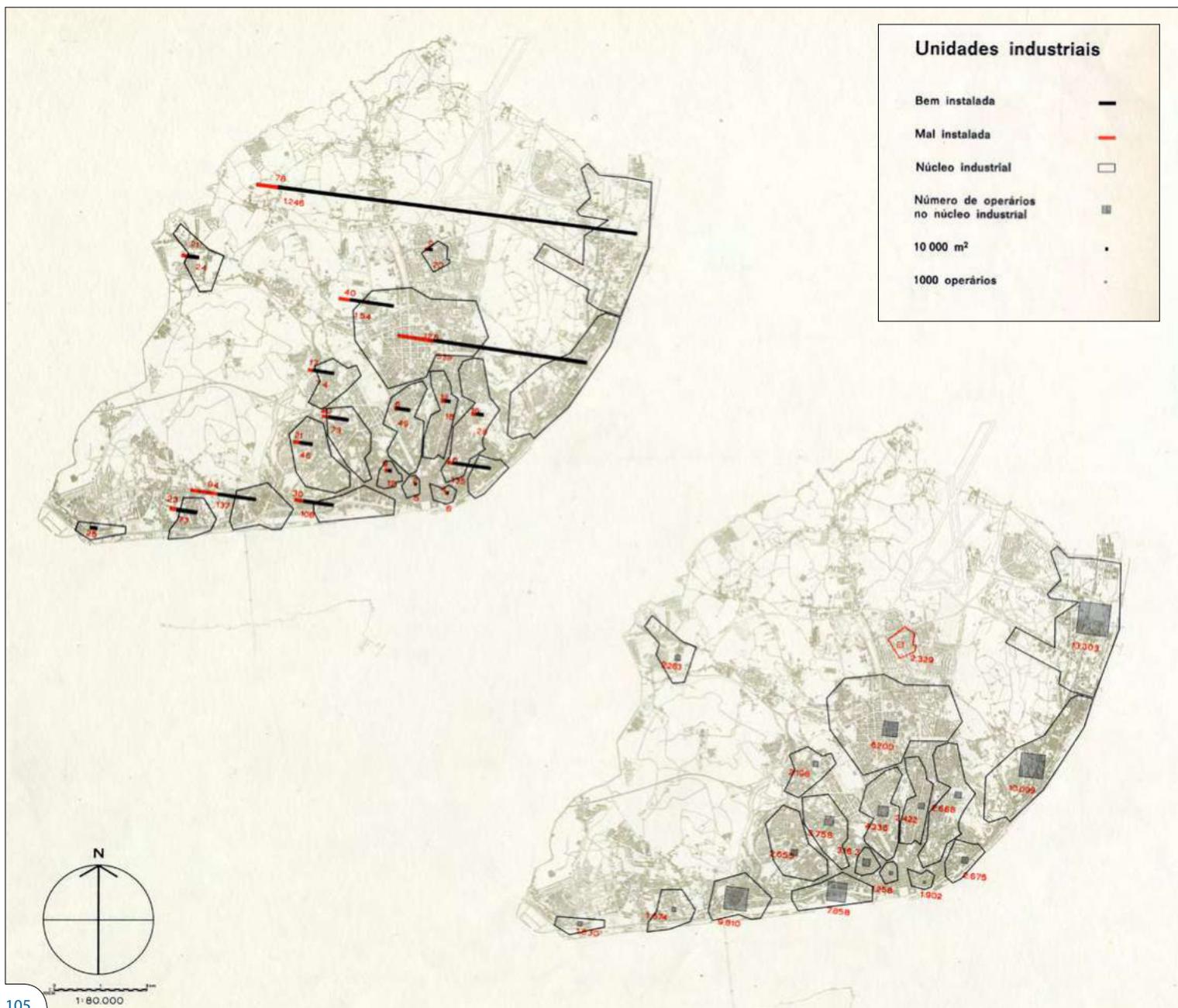
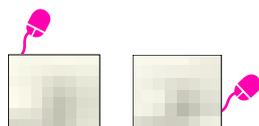


Fig. 8 Planta da cidade de Lisboa. Indústria. Dimensão das instalações. Plano Director Municipal, 1967, Indústria 1.4.13



A intensa actividade industrial existente em Lisboa aquando a realização do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, concluído em 1966, quer em áreas delimitadas pelo Plano de 1948 para a sua implementação, quer ainda dispersas pelo tecido urbano, devido à diversidade da produção e da respectiva dimensão fabril, alterou a tendência verificada no planeamento realizado para a capital, nomeadamente através do Plano desenvolvido na década de 50. No final da década de 60 assistira-se a uma preocupação de reorganizar a indústria existente na cidade, repensando a sua localização a nível regional. O Plano Director de Lisboa de 1967 remete, efetivamente, a actividade industrial para os concelhos vizinhos. Procurando diminuir o desenvolvimento da indústria na cidade, este Plano potenciou o crescimento de áreas industriais já existentes em torno da capital e a implementação de outras, hierarquizando a sua fixação de acordo com as características de cada território. Assim, para as linhas de Cascais e Sintra o Plano propunha fomentar um pequeno desenvolvimento industrial, contrariamente ao proposto pelo Etienne de Gröer no seu Plano de Urbanização de Sintra (1949) cuja vocação a estimular seria fundamentalmente a patrimonial e turística; um desenvolvimento moderado para a linha de Vila Franca de Xira, que tivera o primeiro Plano Regional para o ordenamento da actividade industrial na década de 50, como referido anteriormente; e um grande desenvolvimento a ser fomentado na margem sul do Tejo e em Setúbal. Em 1967, a indústria existente na cidade de Lisboa ficou identificada no Plano Geral de Urbanização de Lisboa por dois grandes grupos, um ligado ao porto de Lisboa, e que integrava verdadeiras zonas industriais, e o outro identificado nas pequenas indústrias distribuídas pelo tecido urbano. Este Plano sintetizava afinal, quer grande parte da actividade industrial desenvolvida no período paleotécnico, ligado à energia a vapor, quer a desenvolvida na fase neotécnica, indissociável da electricidade, e que tinha nas grandes avenidas o seu expoente.

A CIDADE PARA A INDÚSTRIA

Decorridos cerca de 20 anos sobre o Plano Director de 1948, muitas das correções que o seu autor pretendia fazer à localização da indústria na cidade não se verificaram, mantendo-se no final da década de 60 uma grande dispersão de unidades fabris por vários bairros da capital. Se há instrumento de planeamento urbano que equacionou as preocupações com esta actividade foi, sem dúvida, o Plano da autoria de Etienne de Gröer. Pela primeira vez, a actividade industrial foi considerada

Fig. 10 Planta dos principais centros industriais de Lisboa: núcleos de população operária e bairros económicos, Top. João M. Pinto Leal, [1934]. GEO. Foto José Paulo Ruas.

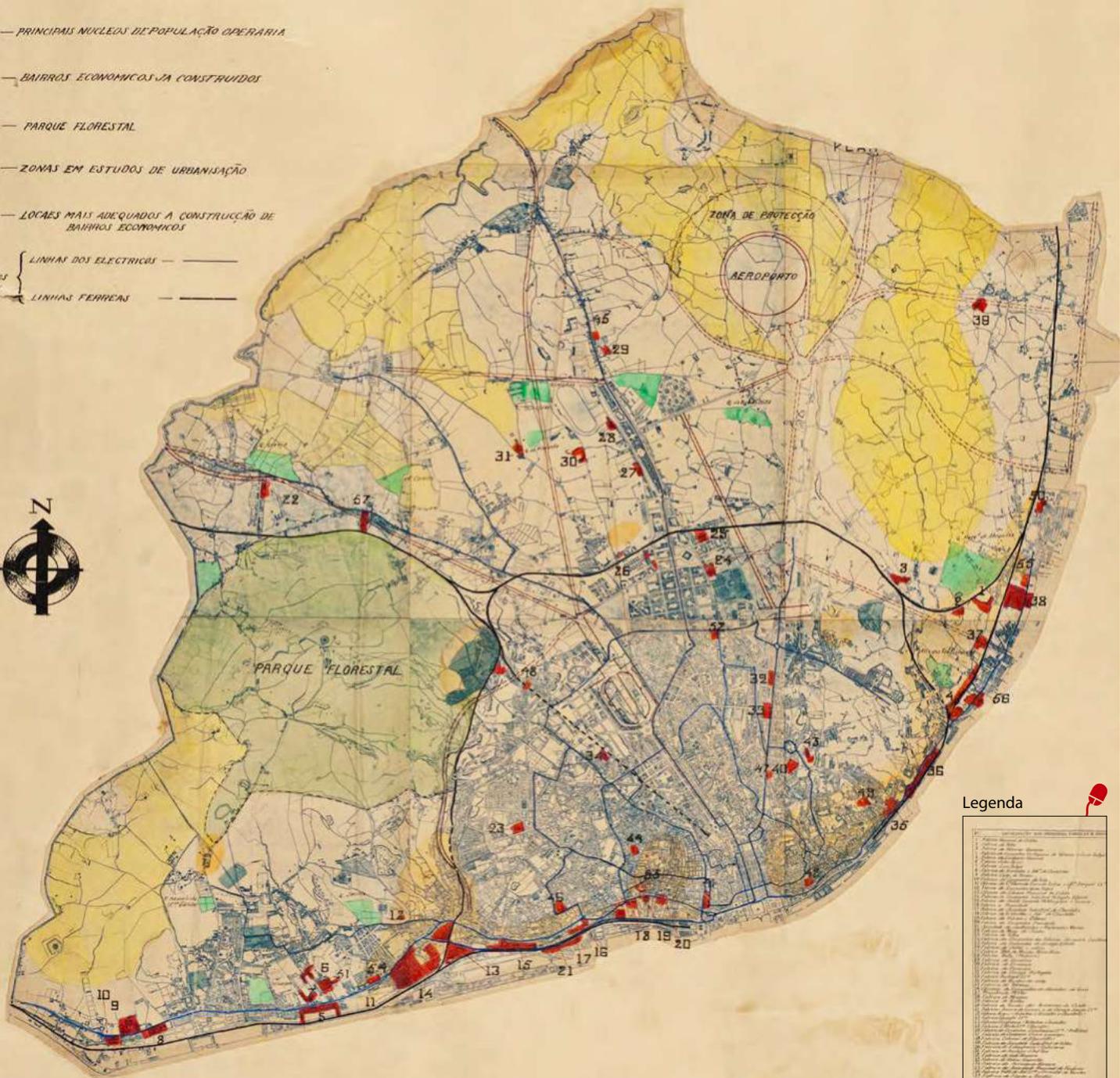
no âmbito de um documento de planeamento global para a cidade. O estudo desenvolvido pelo engenheiro António Emídio Abrantes designado de “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa”, datado de 1938, revelou-se fundamental, não só para o conhecimento e a caracterização do tipo de indústria que existia à época na capital, como possibilitou a apresentação de um conjunto de soluções para esta actividade no documento de planeamento que teve repercussões na cidade, pelo menos, por um período de cerca de 20 anos. Sem qualquer hesitação, podemos afirmar que à indústria foi atribuído um lugar na cidade que se pretendia moderna. Relembro uma das obras do engenheiro Ferreira do Amaral, “Industrialização e Urbanismo” (1958), na qual advogava que o planeamento das cidades devia enquadrar e, diríamos mesmo, facilitar a instalação das indústrias, através da construção de acessos, do desenvolvimento de um conjunto de infraestruturas essenciais ao funcionamento das fábricas modernas, defendendo mesmo que a sua instalação era sinónimo de urbanismo. O arquitecto Keil do Amaral na sua obra “A moderna arquitectura Holandesa” (1943), referira também que a indústria podia ser integrada na cidade, reforçando esta ideia com exemplos observados na Holanda, nomeadamente a fábrica Van Nelle (Roterdão). Efectivamente, para uma nova geração de arquitectos, a fábrica simbolizara um paradigma da arquitectura moderna. No Congresso dos Arquitectos (1948) a intervenção de Arménio Losa (1908-1988) sob o mote “A arquitectura e as novas fábricas” referia que “As fábricas, as oficinas serão as suas grandes criações, no futuro imediato – as catedrais dos tempos novos”.⁶ A actividade industrial, desenvolvida de acordo com um outro conceito de produção, assente no desenvolvimento tecnológico dependente de uma diferente fonte de energia – a eléctrica, e de uma renovada espacialidade, instalou-se na zona oriental de Lisboa, integrada no conceito de zonamento.

N

N

— LEGENDA —

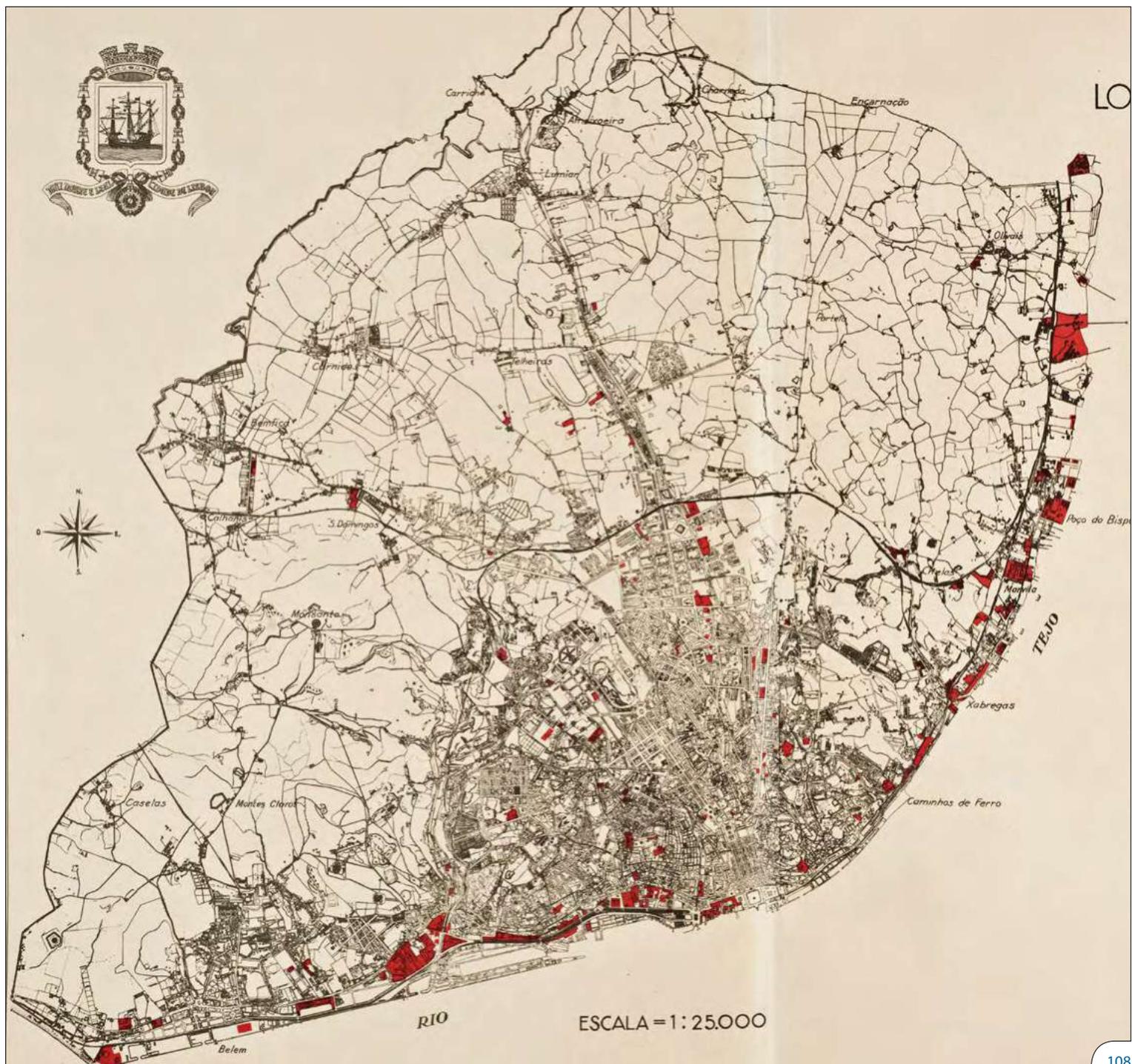
- PRINCIPAIS FABRICAS E OFICINAS
 - PRINCIPAIS NUCLEOS DE POPULAÇÃO OPERARIA
 - BAIROS ECONOMICOS JA CONSTRUIDOS
 - PARQUE FLORESTAL
 - ZONAS EM ESTUDOS DE URBANIZAÇÃO
 - LOCAES MAIS ADEQUADOS A CONSTRUÇÃO DE BAIROS ECONOMICOS
- LINHAS DE TRANSPORTES COLECTIVOS
- LINHAS DOS ELECTRICOS
 - LINHAS FERREAS



Legenda

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Fig. 11 Planta da cidade de Lisboa. Localização das principais fábricas e oficinas. Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa, Plantas, CML, 1938. GEO. Foto José Paulo Ruas.



De Gröer defendera que a zona industrial só devia servir apenas a indústria, não sendo permitida a construção de qualquer outro programa, como o habitacional ou o comercial, apenas se admitia a habitação do guarda da fábrica. Com este plano procurou-se corrigir os “males” que a primeira revolução industrial causara na cidade, retificar uma certa promiscuidade de funções e melhorar a inabitabilidade de muitos desses lugares. Parte dos novos 50 hectares que Etienne de Gröer projectara para a instalação de sector secundário na capital localizaram-se a oriente, especializando uma área da cidade que já registara uma forte vocação fabril desde o final do século XIX. O planeamento urbano de final dos anos 40 viabilizou que a fábrica moderna se construísse na cidade, afirmando-se através dos grandes eixos de circulação, como as avenidas Marechal Gomes da Costa e Infante D. Henrique. As fábricas que sobre a via pública se instalaram, comunicaram com os transeuntes através das suas marcas, de volumes mais depurados, de escritórios ou mesmo de áreas verdes cuidadas, lembrando a “fábrica verde” de Le Corbusier.

Filme de apoio

Ford Lusitana, Lisboa (1948) [WWW](http://www.fordlusitana.com)

Bibliografia

- AA.VV. (2005). *A arquitetura da indústria, 1925-1965. Registo DOCOMOMO Ibérico*, (Coord. Celestino Garcia Baña; Susana Landrove; Ana Tostões). Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- Atlas de Lisboa. A cidade no Espaço e no Tempo*, (Coord. Maria Calado). Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- Benevolvo, L. (1981). *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- Custódio, J. (1994). Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. *O Livro de Lisboa*, (Coord. Irisalva Moita). Lisboa: Livros Horizonte.
- Folgado, D. (2012). *A nova ordem industrial no Estado Novo. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Folgado, D. (2013). A indústria na organização da cidade moderna. O caso de Lisboa. *Lisboa, 1850 até ao Futuro. Actas*, (Coord. Maria João Pereira Coutinho e Sílvia Ferreira). Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, pp.23-31.
- Folgado, D. (no prelo). DIALAP – o contributo de uma fábrica de lapidação de diamantes na modernização da cidade. *Revista de História da Arte*, (Coord. Pedro Flor). Lisboa: FCSH.
- Folgado, D. & Custódio, J. (1999). *Caminho do Oriente. Guia do Património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lôbo, M. (1995). *Planos de Urbanização em Portugal. A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP.
- Lourenço, A.C.B. (1999). *Olivais e Telheiras. Marcos do Movimento Moderno na expansão planeada de Lisboa*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Machado, J.L.P. (1960). *Planos regionais e planeamento territorial*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Direção-Geral dos Serviços de Urbanização.
- Mumford, L. (1998). *A cidade na História: 4ª edição*. São Paulo: Martins Fontes.
- Powlowsky, C. K. (1993). *Tony Garnier, pionner de l'urbanisme du XXème siècle*. Lyon: Les Créations du Pélican.
- Távora, F. (2006). *Da organização do espaço: 6ª edição*. Porto: FAUP.
- Silva, C. N. (1994). *Política urbana em Lisboa, 1926-1974*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, R. H. (1994). Urbanismo: Caminhos e Planos. *Lisboa em Movimento. Lisbon in motion, 1850-1920*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 41-79.

Notas

- 1 Em 1937, um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas referente ao projecto de regularização da margem direita do Tejo, entre o Poço do Bispo e a Matinha, referira que o Governo através do Decreto-Lei nº 25.726, de 9 de Agosto de 1935, determinara a transferência das instalações de gás das CRGE por causa da necessidade estética de desobstruir a Torre de Belém, e daí a necessidade de se proceder à regularização desta margem do rio, uma vez que uma das principais vias de acesso a esta zona da cidade, para além do próprio rio ou do comboio, era a rua do Vale Formoso.
- 2 Cf. FOLGADO, 2012, p.130 e pp. 137-138.
- 3 Idem, Ibidem, p. 141.
- 4 Idem, Ibidem, p. 238.
- 5 Idem, Ibidem.
- 6 Idem, Ibidem, p. 158.



***Lisboa 1970/1980.
Tempos de roturas
e de continuidades.***

Luís Jorge Bruno Soares

CV



“PENSAR LISBOA” NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Quando me foi proposto escrever um texto sobre a “projeção de Lisboa nos anos de 1970 e 1980”, comecei por olhar para o imediatamente antes e o depois, e confirmei a ideia de que aqueles 20 anos foram, sobretudo, anos de transição entre as maneiras de pensar, de planejar e de governar Lisboa na década de 1960 e, mais tarde, na de 1990.

Foram anos de transição iniciados no governo de Marcelo Caetano (1969/1974), o qual entreabriu a porta a uma participação técnica e intelectual, não alinhada com o regime político, e que terminaram com 10 anos de governação da cidade pela coligação CDS/PSD durante os quais Lisboa sofreu transformações que marcaram irreversivelmente o seu desenvolvimento. Foi um período que atravessou as alterações provocadas pelo “25 de Abril”, processo que teve em Lisboa o seu teatro de ação principal, mas que não teve os impactes ao nível das políticas municipais que se verificaram na generalidade do país e muito particularmente nas regiões de Lisboa e do Porto.

Pode dizer-se que Lisboa funcionou politicamente em contraciclo em relação às dinâmicas autárquicas resultantes da “Revolução” uma vez que toda a década de 1980 foi marcada por uma governação que adotou uma matriz liberal e autocrática, sem contudo (é preciso dizê-lo) pôr em causa a sua legitimidade democrática eleitoral.

No entanto, as décadas de 1970 e 1980, antes e depois do “25 de Abril”, foram tempos de reflexão coletiva interessada sobre os temas urbanos, marcados pelo debate e por experimentação nas formas de intervir na cidade. Expressão desta atitude foi, nomeadamente, a criação da revista “Sociedade e Território”, em 1984, que sobreviveu até 2011.

Por um lado, houve roturas com princípios e, sobretudo, com objetivos e práticas de governo da década de 1960, mas houve, também, continuidades que decorreram de práticas políticas e de capacidades técnicas que vinham de trás e que estavam presentes tanto nas áreas do planeamento urbano (que começava a tomar uma dimensão metropolitana) como dos temas sociais do “habitar a cidade”. Estes, vistos não apenas no quadro da produção de alojamento mas como produção de cidade, tiveram grande influência nas políticas pós “25 de Abril” onde muito do conhecimento produzido anteriormente foi discutido, adaptado e aplicado.

Naquele período, segundo Vitor Matias Ferreira, Lisboa teve 3 modelos dominantes de governo baseados em posturas

111 políticas diferenciadas: “autoritário/tecnocrático” no final



dos anos 60 e início dos 70; “de liberalismo fundiário e imobiliário” durante os anos 80; e subjacente, a partir de 1974, um “modelo democrático, de difícil (ou impossível?) datação temporal, mas no interior do qual se confrontam duas «apetências» fundamentais e que, esquematicamente, se posicionam consoante uma visão «de cima para baixo» ou como uma emergência «de baixo para cima»”¹. Foi, exatamente, no âmbito das formas e processos de governação e de governança que se confrontaram projetos políticos e se deram as principais mudanças entre o Poder Político e a Cidade. Isto verificou-se desde a fase centralizada e autoritária das câmaras de nomeação governamental, anteriores a abril de 1974, à das Comissões Administrativas, durante o período agitado de instauração das novas estruturas do Estado, e às vereações eleitas democraticamente a partir de 1976.

DE 1970 A ABRIL DE 1974

Entre o início de 1970 e abril de 1974 Lisboa teve 3 presidentes de Câmara nomeados pelo governo num período que correspondeu à “abertura política” de Marcelo Caetano. Esta “abertura” traduziu-se, nomeadamente, na valorização de uma componente tecnocrática nas estruturas da administração pública, com uma forte expressão na Câmara Municipal de Lisboa. De facto, no início da década de 1970, e apesar do contexto político da época, era reconhecida competência técnica e profissional a estruturas municipais como foram a do Planeamento Urbanístico e do Gabinete Técnico de Habitação, responsáveis pelo Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUL - Plano Meyer-Heine) e pelos Planos de Urbanização dos Olivais e de Chelas, assim como pelos estudos e projetos relacionados com a construção de habitação social promovida pelo Município.

Naquela primeira metade da década, Lisboa atravessou o período decisivo de consolidação e de “consciencialização” do processo de metropolização, não só na sua dimensão territorial, já enunciada no Plano Diretor da Região de Lisboa (PDRL), de 1967, mas também demográfica, social e política. Processo que se tornou evidente após o enorme crescimento de 22% da população da região, na década de 1960, num contexto em que a cidade de Lisboa perdeu mais de 40.000 habitantes. Começou então a perceber-se que tudo estava, de facto, em acelerada mudança. Os problemas da habitação associados aos bairros de barracas e aos bairros clandestinos, censurados na Imprensa do período salazarista, começaram a ser notícia em 1970 e a ser objeto de intervenções da administração pública, ainda que limitadas inicialmente a Oeiras, com a primeira intervenção no bairro da

Brandoa (1970), e em Lisboa, na presidência do engenheiro Santos e Castro, no bairro das Galinheiras (1971). A intervenção pública na erradicação dos bairros de barracas e no apoio à integração dos bairros clandestinos viria a ter uma expressão muito forte após o 25 de Abril, constituindo uma das preocupações políticas das novas autarquias na Área Metropolitana.

Sob o ponto de vista socio-urbanístico, o processo de metropolização começou a ser discutido nas consequências da acelerada suburbanização da população, do crescimento descontrolado das periferias urbanas, do aumento exponencial das carências de infraestruturas e de serviços urbanos, nomeadamente de transportes, e dos movimentos pendulares diários entre as periferias e Lisboa.

Para além disso, com o 25 de Abril e com o processo de descolonização deu-se uma rotura da identidade histórica de “Lisboa Capital do Império”, resultante da perda das suas bases política e económica, em grande parte assentes na influência e domínio político-administrativo que detinha sobre os territórios ultramarinos².

As profundas mudanças resultantes, primeiro do acelerado processo de metropolização e depois do rápido processo de descolonização, contribuíram também para o desmoronar do discurso e da imagem da cidade planeada e de um urbanismo renovador que ganhou estatuto em Lisboa durante o Estado Novo.

A partir daí a ideia sobre a cidade planeada e sobre o processo de urbanizar sob a forte intervenção do Estado, não foi mais a mesma.

Os planos de ordenamento territorial “vigentes”, embora não formalmente aprovados, o PDRL e o PGUL, traduziam a visão desenvolvida na década de 1960 para Lisboa e para a Região Metropolitana, com a particularidade de terem sido elaborados de forma articulada nos principais elementos de estruturação territorial, as redes rodoviária e ferroviária que incluíam a travessia do Tejo executada em 1966, em detrimento da ponte Beato-Montijo prevista no plano de 1948.

O PGUL era um plano de estrutura, com a definição de uma rede viária radio-concêntrica, tendo previsto o prolongamento da Avenida da Liberdade, pelo Parque Eduardo VII, e que estabelecia o zonamento urbano com base em 40 unidades de ordenamento (UNOR), cada uma das quais deveria ser objeto de plano de urbanização para posterior desenvolvimento das operações urbanísticas. Destes planos poucos foram realizados, até à revogação do PGUL em 1994, dando campo ao casuísmo e à discricionariedade durante a sua vigência nos anos 70 e 80.

No modelo de ordenamento proposto é interessante assinalar o papel previsto para a UNOR 38, uma área destinada ao futuro Centro Governamental, que teve antepiano realizado pelo Arquiteto Frederico George. Embora esse novo centro administrativo nunca se tenha concretizado, o PGUL mostra que estava já prevista a transferência dos ministérios do Terreiro do Paço para a zona alta da cidade, o que se veio a concretizar nas décadas de 1970 e 1980 de forma casuística e dispersa, ao mesmo tempo que se acelerava o esvaziamento e o declínio daquele histórico “Espaço do Poder”.

DE 1974 A 1980

Entre 1974 e 1980 Lisboa teve à frente da Câmara Municipal 5 pessoas: Silva Sebastião, Presidente da Câmara nomeado pelo Governo, 1972/74; Lopes da Conceição, Delegado da Junta de Salvação Nacional, 1974/74; Caldeira Rodrigues, Presidente da Comissão Administrativa, 1974/75; Lino Ferreira, Presidente da Comissão Administrativa, 1975/77; e Aquilino Ribeiro Machado, primeiro Presidente da Câmara eleito, 1977/79.

Esta situação mostra a instabilidade da direção política municipal, durante aqueles 6 anos, e a falta de condições para estabilizar, nos termos em que podemos entender hoje, uma visão para Lisboa e a definição de uma estratégia urbana para o seu desenvolvimento pós-Revolução.

As preocupações do novo Poder Local centravam-se na resolução de prementes problemas sociais, problemas que estavam no primeiro plano dos diversos programas políticos, em relação aos quais, com exceção de Lisboa e Porto, as autarquias dispunham de muito poucas competências e de meios técnicos limitados para os resolver. Os tempos imediatamente a seguir ao “25 de Abril” foram marcados, também, por acontecimentos que pouco tiveram a ver com as opções das estruturas da administração municipal, como foi o caso das operações SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que tiveram curto tempo de vida (1974-1976) mas grande impacte político pelos aspetos inovadores da estratégia de fixação dos moradores das barracas nos locais (centrais) em que viviam, pelo modelo de apoio das equipas técnicas nos bairros e pelo processo de participação/envolvimento dos moradores que o programa pressupunha. A situação em Portugal, particularmente nos anos de 1974 e 1975, suscitou uma grande curiosidade e interesse fora do País, várias publicações estrangeiras deram relevo aos problemas e aos projetos de mudança nomeadamente sobre temas urbanos e sociais, onde o SAAL foi “estrela internacional” sobretudo nos meios da Arquitetura.

Mas há que reconhecer que, mais do que resultados que mudassem significativamente as condições habitacionais degradantes de uma parte significativa da população residente ou que alterassem a face da cidade, o SAAL teve um efeito dinamizador do processo de envolvimento de comunidades marginalizadas e estigmatizadas, pondo em questão a visão classista sobre a cidade e a sua “arrumação” social. Contudo, só cerca de 20 anos mais tarde, com o programa PER (Programa especial de realojamento) de financiamento estatal, destinado à produção massiva de habitação para realojamento a promover pelas autarquias, os bairros de barracas saíram da cena urbana de Lisboa.

Com vista à alteração do Plano Diretor de Lisboa de 1967, a Câmara Municipal constituiu, em 1976, o Gabinete de Ordenamento Urbano (GOU), coordenado pelo arquiteto José Rafael Botelho. A intenção da equipa do GOU “era o de recusar uma mera «revisão» daquele plano, defendendo, antes, o estabelecimento

de um conjunto de instrumentos de intervenção político-urbanística, devidamente ajustados à respectiva dinâmica socio-económica da cidade-metrópole de Lisboa. Razão por que o G. O. U. viu suspensas as actividades, antes do término do seu contrato estabelecido com a CML! A nova presidência camarária, entretanto empossada, regressava à «velha figura» do Plano Director de Lisboa, de 1967”³. Assim, em contracorrente com o que se passava em muitas autarquias do país e da região metropolitana que realizavam os seus primeiros planos diretores municipais e debatiam os seus projetos de desenvolvimento local como afirmação das novas competências democráticas, em Lisboa, após o encerramento do GOU, foi revisto e publicado, em 1977, o PGUL de 1967. Esta medida “pragmática” traduziu-se, no fundo, na adoção de um quadro regulamentar considerado satisfatório para uma gestão que não teve a ambição de assumir uma nova visão que dinamizasse um projeto para Lisboa no quadro democrático que se vivia.

N

N

Fig. 1 “Portugal año cero”, número 30 da revista CAU, Barcelona, 1975..



Fig. 2 Jornal Expressão do Povo do bairro do Alto dos Moinhos, na fase do SAAL.

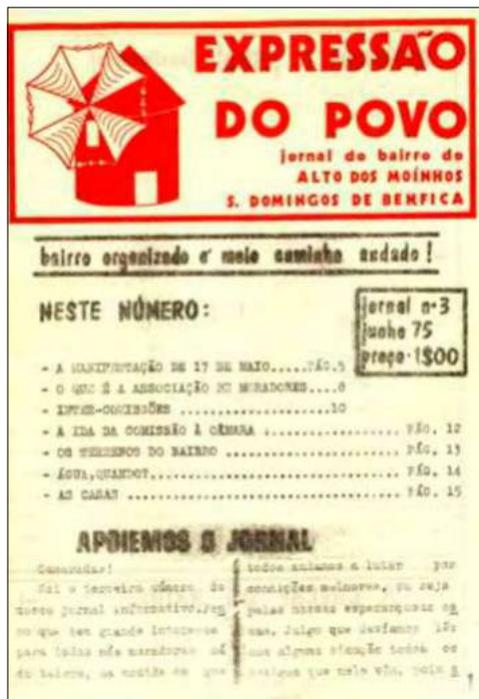


Fig. 3 “Lisboa, Cidade-Abril”, 1979, Ed Caminho.

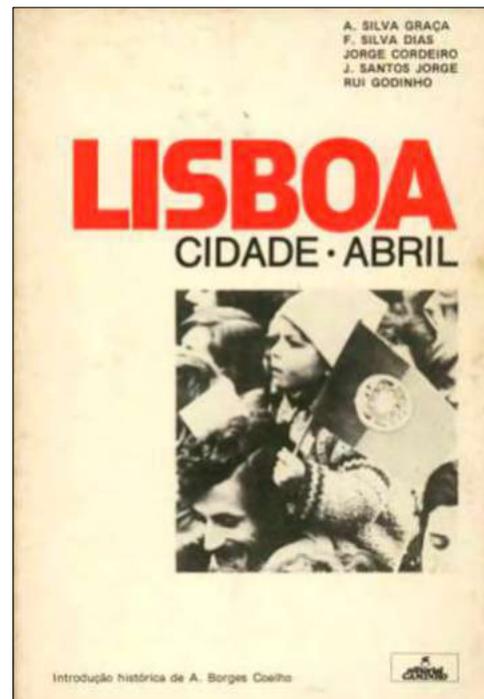
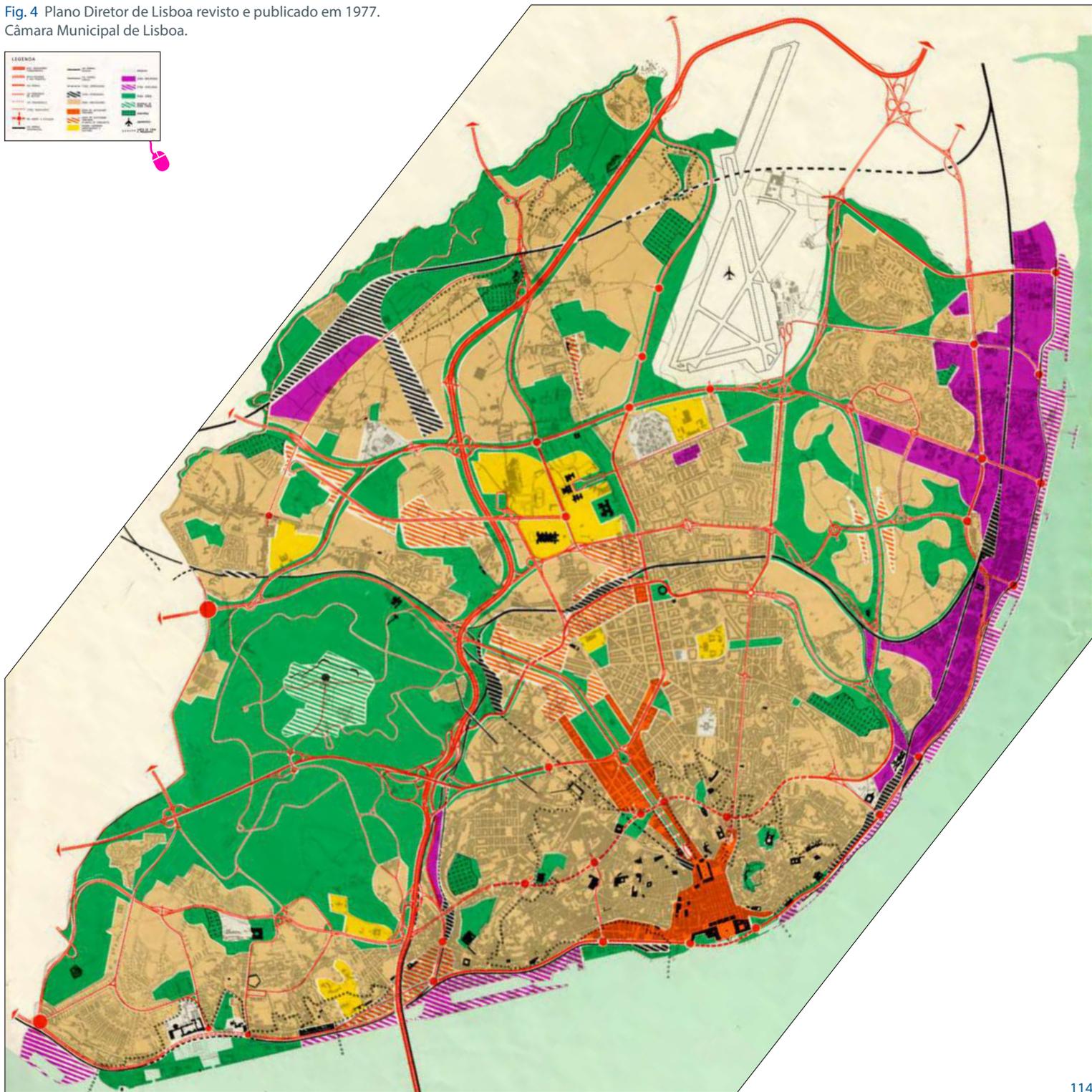


Fig. 4 Plano Diretor de Lisboa revisto e publicado em 1977.
Câmara Municipal de Lisboa.

LEGENDA		
Estrada Nacional	Zona Verde	Zona Especial
Zona Industrial	Zona de Reserva	Zona de Proteção
Zona Urbana	Zona de Reserva Especial	Rede de Transportes
Rede de Transportes	Zona Verde	Zona Especial
Zona Industrial	Zona de Reserva	Zona de Proteção
Zona Urbana	Zona de Reserva Especial	Rede de Transportes
Rede de Transportes	Zona Verde	Zona Especial
Zona Industrial	Zona de Reserva	Zona de Proteção
Zona Urbana	Zona de Reserva Especial	Rede de Transportes



No entanto, é significativo que, em 1977, a Câmara Municipal tenha promovido, com apoio da Direção Geral dos Transportes Terrestres e com a colaboração de técnicos do ITEP (Institut des Transports et de Planification) de Lausanne que aqui trabalhavam desde 1973, um relatório para “Proposta de medidas concernentes aos problemas de urbanismo e transportes na Área Metropolitana de Lisboa”. A realização deste estudo reflete o reconhecimento de que muitos dos problemas que afetavam a capital, nomeadamente no respeitante ao sistema de transportes e às deslocações das populações, dependiam sobretudo da nova dimensão metropolitana de um sistema urbano fortemente polarizado por Lisboa.

Em outubro de 1979, ano de eleições autárquicas, um grupo de cidadãos ligados ao Partido Comunista publicou “Lisboa, Cidade-Abril”⁴ que integrava um “Manifesto para o Governo da Cidade” no qual se começava por dar o enquadramento político:

“A imagem do que é hoje a cidade contrapõe-se a imagem da cidade desejada. Entre uma e outra a vontade política de transformação. Cidade desejada e vontade política que variam conforme as forças que as encaram. O desejo de transformação das forças de direita será diferente do desejo de transformação das forças democráticas e progressistas.”

Algumas das ideias expressas constituíram temas do debate político nos anos 80, e foram retomados mais tarde no programa da Coligação “Por Lisboa”, nomeadamente: restituir o rio à cidade; revitalizar a Baixa e preservar o caráter histórico da zona; recuperar imóveis degradados e adotar critérios firmes quanto à demolição de prédios em bom estado; controlar a transformação de habitações em escritórios ou de estacionamento em cinemas e supermercados; recuperar o parque imobiliário com garantia de permanência dos atuais estratos da população; realojamento da população das barracas junto dos seus locais de trabalho ou da residência atual; evitar a ocupação edificada das linhas de água ou das encostas de fraca insolação; estudar com os municípios circunvizinhos, sem hegemonia da capital, o ordenamento global do território; criação de uma comunidade de transportes na área metropolitana de Lisboa; desconcentrar serviços para as freguesias.

DE 1980 A 1989

Cinco anos depois do “25 de Abril”, nas eleições de 1979, uma coligação CDS/PSD liderada pelo engenheiro Nuno Krus Abecasis ganhou a maioria nos órgãos autárquicos e iniciou uma política liberal, a qual, ao longo de toda a década de 1980,

transformou profundamente a cidade com base na promoção de grandes projetos imobiliários. Para Lisboa, este terá sido o período mais marcante que se seguiu à fase de instalação da Democracia, não só pela obra realizada e pelas suas consequências na cidade, mas também pela contestação à política seguida que contribuiu para o importante momento de confronto de ideias e de programas que foram as eleições autárquicas de 1989.

Abecasis era reconhecido como “um homem que divide opiniões, que levanta tempestades em assembleias e que se tornou no mais polémico presidente da edilidade que a capital jamais teve”⁵. Tinha objetivos para a governação da capital e uma estratégia de ação “na cabeça”. Não teve um Plano próprio. Serviu-lhe o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, terminado em 1967 e revisto e publicado pelo governo PS em 1977.

“L’État c’est moi à escala de Lisboa”, escrevia-se na Revista do Expresso de 4 de abril de 1981⁶.

Abecasis assentou a sua política urbana nos grandes projetos imobiliários municipais e privados através dos quais realizou também importantes infraestruturas viárias. Neste sentido, entre muitos outros projetos polémicos de entre os quais se destacou o das “Torres do Tejo”, promoveu as operações do complexo das Amoreiras, da urbanização do Alto do Lumiar e do Centro Comercial Colombo. Utilizou a EPUL para desenvolver grandes empreendimentos municipais como foram a remodelação do Martim Moniz e as urbanizações de Telheiras. “Liberalizou” a renovação do tecido urbano consolidado, com relevância para as Avenidas Novas onde a habitação foi sistematicamente substituída por terciário. Tomou outras iniciativas importantes como foram o início da construção do Eixo Norte-Sul, que veio a ser concluído na década seguinte, a pedonalização da Rua Augusta e de parte das ruas transversais da Baixa, e considerou o prolongamento da Avenida da Liberdade pelo Parque Eduardo VII, previsto no PGUL, “um erro trágico”, impedindo a sua execução.

Fig. 5 Recorte do “Diário de Lisboa” de 22 de maio de 1981.



N

N

Pode dizer-se que o seu objetivo de “tornar Lisboa irreconhecível em 4 anos” foi em grande parte atingido nos 10 anos de governação na câmara municipal.

Mas também foi na década de 1980 que Lisboa perdeu grande parte da sua população residente, 148.000 habitantes, passando a representar 26% da população da Área Metropolitana contra 32,5% no início da década. Este decréscimo de população esvaziou o centro histórico e fez a área central da cidade perder cerca de 110.000 residentes, ao mesmo tempo que se reforçava a componente terciária no perfil funcional e do emprego da cidade. Estes dois fenómenos acentuaram a dependência em relação a Lisboa dos restantes concelhos metropolitanos, com consequências no agravamento das deslocações pendulares diárias casa-trabalho e na saturação dos eixos viários radiais, o que se tornou um problema estrutural e crónico da Área Metropolitana.

O coração terciário e administrativo da capital deslocou-se irreversivelmente da Baixa para norte ocupando a zona das Avenidas Novas. As sedes de bancos e parte dos ministérios e da administração pública lideraram esta migração e a Baixa viu acelerar-se o processo de declínio no qual o incêndio do Chiado, em 1988, veio dar um golpe final. A decadência do centro tradicional de Lisboa constituiu uma pesada herança que marcou a cidade nos 20 anos que se seguiram.

No final dos anos 80, cerca de 2/3 do parque edificado encontrava-se em estado de degradação o que foi utilizado também como justificação para a demolição de muitos edifícios do tecido consolidado.

Para Nuno Abecasis tratava-se de uma “opção orçamental: ou vamos construir as 120.000 casas que faltam em Lisboa ou vamos reparar as casas degradadas. De resto, elas continuariam sobreocupadas, com famílias numerosas e essa solução não seria aceitável. Não teremos outra opção senão continuar o esforço de construção.” “Em 1980 quase todas as construções se faziam com dinheiros públicos. Em 1981, atingiu-se um licenciamento aos níveis de 1974 para a iniciativa privada. Como exemplo deste desenvolvimento, temos as novas urbanizações em curso para os lados de Benfica, de Carnide, da Quinta do Lambert e para o lado do Areeiro. Estão em construção verdadeiras cidades que nessas zonas podemos cifrar neste momento entre 5 mil e 8 mil fogos”⁷.

Ao longo dos dois mandatos de Nuno Abecasis, foram permanentes as críticas à sua atuação, tanto por parte da oposição nos órgãos autárquicos como por movimentos da opinião pública.

117 Mas isso não impediu que tivesse tido duas maiorias eleitorais

nas eleições de 1979 e 1985

Como referia o jornal “A Capital”, “Os detractores de Nuno Abecasis falam da sua «mania das grandezas» e criticam-no pelo ritmo vertiginoso com que anuncia inovações. (...) Tem-se acusado igualmente de possuir «um espírito autocrático» e de querer impor a sua própria vontade a todo o custo e mesmo contra o que os outros desejam sem escutar opiniões”⁸.

Em outubro de 1989, pouco antes das eleições autárquicas, a revista EXAME publicou um vasto artigo com o título “Os projetos que vão mudar a face da Capital – Lisboa Ano 2000” sobre o qual aparecia uma pequena vinheta que anunciava “a revolução do cimento”⁹.

O artigo, sem o explicitar, fazia um balanço do legado dos grandes projetos da gestão Abecasis destacando no início: “Mais de 10 grandes hotéis, novos complexos comerciais e de escritórios, novas vias que ligarão Lisboa de ponta-a-ponta. Mais hipermercados, áreas verdes e pólos de cultura e lazer. O Chiado reconstruído e o Martim Moniz renovado. Amplos locais para a classe média habitar. Ligações directas de comboios de Sintra a Cascais e Santa Apolónia. Uma segunda ponte sobre o Tejo. A vida na capital vai mudar.”

Não tendo tido um plano que explicitasse a sua visão para Lisboa nem mesmo um modelo urbanístico que suportasse a estratégia de mudança anunciada para 4 anos, os seus principais resultados foram caracterizados e avaliados nos estudos do PDM, no início da década seguinte, mas alguns tinham sido já genericamente enunciados naquele artigo da revista EXAME:

“As áreas típicas de comércio e serviços vão ser, para além da zona ribeirinha da Baixa, as áreas das Avenidas Novas, Campo Grande, Parque Eduardo VII e Benfica.

Fig. 7 Suplemento do jornal A Capital, 5 de junho 1982.

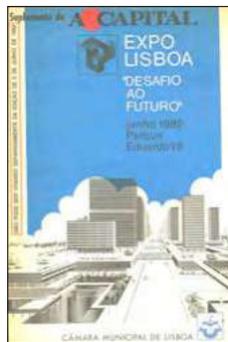


Fig. 8 Vinheta na Revista Exame de outubro de 1989.



Através da construção de novas vias rápidas e importantes ligações ferroviárias e de metro, os bairros económicos como Belém, Serafina, Santa Cruz de Benfica, Encarnação ou Madre de Deus vão ser revitalizados. O mesmo se passa com as zonas consideradas históricas a serem recuperadas para habitação de qualidade assim como pequeno comércio. Mas a grande tendência da classe média e média-alta vai ser a ocupação de áreas periféricas da capital. Estão neste caso zonas como o Lumiar, Carnide, Restelo e Telheiras. Trata-se de um fenómeno provocado em grande parte pela deslocação do sector do comércio e serviços para novas cinturas de Lisboa. A construção de grandes urbanizações e centros habitacionais está actualmente a alimentar esta tendência.”¹⁰

INDÍCIOS DE MUDANÇA

No final da década de 1980, dois acontecimentos tiveram especial significado para o debate sobre Lisboa e sobre o seu futuro.

O primeiro foi o “Concurso de Ideias para a Renovação da Zona Ribeirinha de Lisboa” promovido pela Associação dos Arquitetos Portugueses em 1987, que traduziu uma ideia, já generalizada na opinião pública, de que era necessário “virar a Cidade ao Rio”. Refere Pedro Brandão na apresentação dos resultados do concurso: *“A Zona Ribeirinha de Lisboa hoje, são quinze quilómetros de conflito urbano. A degradação, a obstrução viária e ferroviária, a falta de articulação entre os sistemas de transportes, a terciarização e a obstrução visual, o uso indevido ou o abandono de alguns dos melhores espaços da cidade. (...) Os espaços existem pois. Desobstruir e entrosar os usos urbanos, proporcionando acontecimentos que rentabilizam os investimentos, são a chave para o êxito da renovação da Zona Ribeirinha de Lisboa. Dela decorrerá a qualidade de vida urbana: é preciso que seja bom viver em Lisboa.”¹¹*

Apesar de se tratar de um concurso de ideias envolvendo diversas instituições sob o patrocínio do Presidente da República, Mário Soares, foi um acontecimento que terá marcado o início não só de uma nova vontade de pensar e projetar a relação de Lisboa com o Tejo mas também de uma nova relação institucional entre a Autarquia e a Administração do Porto de Lisboa.

O segundo acontecimento, marcadamente político, foram as eleições autárquicas de 1989 em que se confrontaram duas coligações; uma, PSD/CDS, liderada por Marcelo Rebelo de Sousa, a outra, agrupando à esquerda PS/PCP/UDP, liderada por Jorge Sampaio.

O lema da primeira coligação foi “Viver Melhor em Lisboa” e propunha uma “Grande Ideia para Lisboa” que se desdobrava em 300 medidas. No Programa afirmava-se:

“Lisboa vive, hoje, uma situação híbrida: defronta problemas próprios de uma metrópole de um país industrializado e, ao mesmo tempo, enfrenta questões características de um centro urbano de um país em vias de desenvolvimento. Em si mesma, esta confluência de problemas contraditórios representa o maior desafio que se coloca a Lisboa, nos próximos anos.” (...) “A estratégia global para governar Lisboa implica construir um clima democrático e amplamente participado, uma cidade Humana, uma cidade de Valores, uma cidade sem medo de modernidade e do futuro, uma cidade que progrida sem culturalmente se descaracterizar.”¹²

A candidatura “Por Lisboa” apresentou um programa com o lema “Lisboa, Capital Atlântica da Europa”, com 4 objetivos estratégicos: Renovar a identidade de Lisboa; Garantir a modernização e a coesão social num contexto europeu; Projetar a dimensão nacional de Lisboa; e Potenciar o exercício de uma cidadania alargada. No Programa apresentavam-se propostas para a abordagem dos problemas de cada uma das 53 freguesias as quais se integravam numa ideia e num modelo global de organização urbana:

“O futuro de Lisboa-Concelho concebe-se e desenha-se, para além dos bairros e áreas residenciais, em três grandes vertentes:

- *Uma grande faixa ribeirinha que privilegia a representação de Lisboa enquanto Capital do País, memória histórica e projecção cultural (envolvendo também a Baixa e o Chiado e, em certa medida, os bairros antigos).*
 - *Um grande eixo irreversivelmente marcado pelas actividades terciárias que urge ordenar, salvaguardando o património urbanístico e habitacional, e gerando, simultaneamente, alternativas de novas centralidades multi-funcionais à escala metropolitana.*
 - *Um grande arco privilegiado para a inovação tecnológica e o desenvolvimento das estruturas verdes ao longo da fronteira do concelho, com intervenções reequilibradoras destinadas a melhorar a qualidade ambiental dos bairros dormitórios que integrará definitivamente.*
- A projecção de Lisboa no futuro assume os ónus do presente, ora combatendo as tendências para a mono-funcionalidade onde elas se manifestam, ora potenciando vocações onde elas podem ser desenvolvidas e integradas.”¹³*

Curiosamente, ambos os programas apostavam na realização de um Plano Estratégico para o reposicionamento nacional e internacional de Lisboa e na abertura democrática do processo de governação da cidade. Para além das diferenças entre si, é significativo as duas candidaturas procurarem demarcar-

se do passado recente, tanto nos conceitos, como nos objetivos e nos métodos de governação.

De facto, após duas décadas de crescimento e consolidação da Área Metropolitana de Lisboa e 15 anos depois da mudança histórica da Descolonização - um curto espaço de tempo em que Lisboa passou de Capital do Império a centro de uma Metrópole periférica da Europa - as eleições de 1989 foram um marco para uma nova maneira de pensar e governar esta Cidade.

Filme de apoio

“As armas e o povo” (1975). Fernando Matos Silva
Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica [WWW](http://www.wwww.com)

Fig. 9 Documentos de campanha eleitoral da Coligação PS/PCP/UDP, 1989.

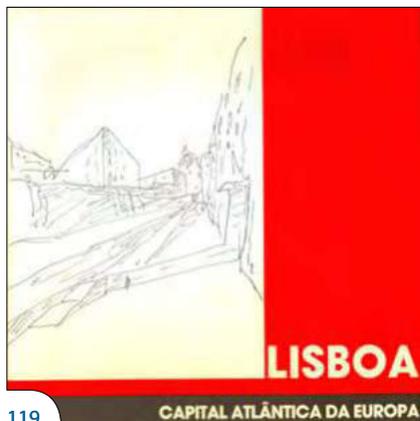


Fig. 10 Documento da campanha eleitoral da coligação PSD/CDS, de 1989.



Notas

- 1 Ferreira, V.M. (1989).
- 2 Ferreira, V. M. (1987).
- 3 Ferreira, V. M. (1987).
- 4 Graça, A. S. & Dias, F. S. & Cordeiro, J. & Jorge, J. S. & Godinho, R. (1979).
- 5 Neves, S.(1982).
- 6 Tavares, M.S. (1981).
- 7 Neves, S.(1982).
- 8 Neves, S.(1982).
- 9 Rebelo, R. & Camarinha, R. (1989).
- 10 Rebelo, R. & Camarinha, R. (1989).
- 11 Brandão, P. (1988).
- 12 Documentos de campanha eleitoral da Coligação PSD/CDS, 1989.
- 13 Documentos de campanha eleitoral da Coligação PS/PCP/UDP, 1989.

Bibliografia

Brandão, P. (1988). *Concurso de Ideias para a Renovação da Zona Ribeirinha de Lisboa*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

Ferreira, V. M. (1987). *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ferreira, V.M. (1989). “Pôr Lisboa no século XXI”, texto de candidatura à Assembleia Municipal de Lisboa pela Coligação “Por Lisboa”, policopiado.

Graça, A. S. & Dias, F. S. & Cordeiro, J. & Jorge, J. S. & Godinho, R. (1979). *Lisboa, Cidade-Abril*. Lisboa: Editorial Caminho.

Neves, S.(1982). Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Krus Abecassis Suplemento *A Capital* de 5 de junho.

Rebelo, R. & Camarinha, R. (1989). Os projetos que vão mudar a face da Capital – Lisboa Ano 2000. *EXAME*, outubro.

Tavares, M.S. (1981). Lisboa: o fenómeno Abecassis. *Expresso*, 4 de abril.

***Lisboa no Plano
Estratégico de 1992***

António Fonseca Ferreira

CV



“Lisboa, cidade que “cultivava” o círculo vicioso da sua melancolia e marginalidade impulsionou um importante processo de transformação urbana e dinamização económica através da capitalidade cultural (1994) e da preparação da Exposição Internacional (1998).”

Jordi Borja e Manuel Castells²

O CONTEXTO

Entre 1980 e 1989 Lisboa foi governada por uma coligação CDS/PSD/PPM, liderada por Nuno Abecassis, pessoa afável e comunicativa, de estilo vincadamente populista, pensamento liberal e atuação casuística. A gestão municipal *abecassiana*, dos anos 80, ficou mais referenciada pelas declarações grandiloquentes e os recorrentes anúncios de grandes projetos do que pela “obra feita”. Mas a sua controversa gestão provocou fraturas no tecido urbano da cidade, controvérsia e contestação na opinião pública e ansiedade democrática nos munícipes. De tal modo que, como recorda Luís Bruno Soares, a candidatura “Viver Melhor em Lisboa”, liderada por Marcelo Rebelo de Sousa, herdeira da coligação de centro-direita, expressava, significativamente, no seu programa eleitoral de 1989: “A estratégia global para governar Lisboa implica construir um clima democrático e amplamente participado, uma cidade humana, uma cidade de valores, uma cidade sem medo de modernidade e do futuro, uma

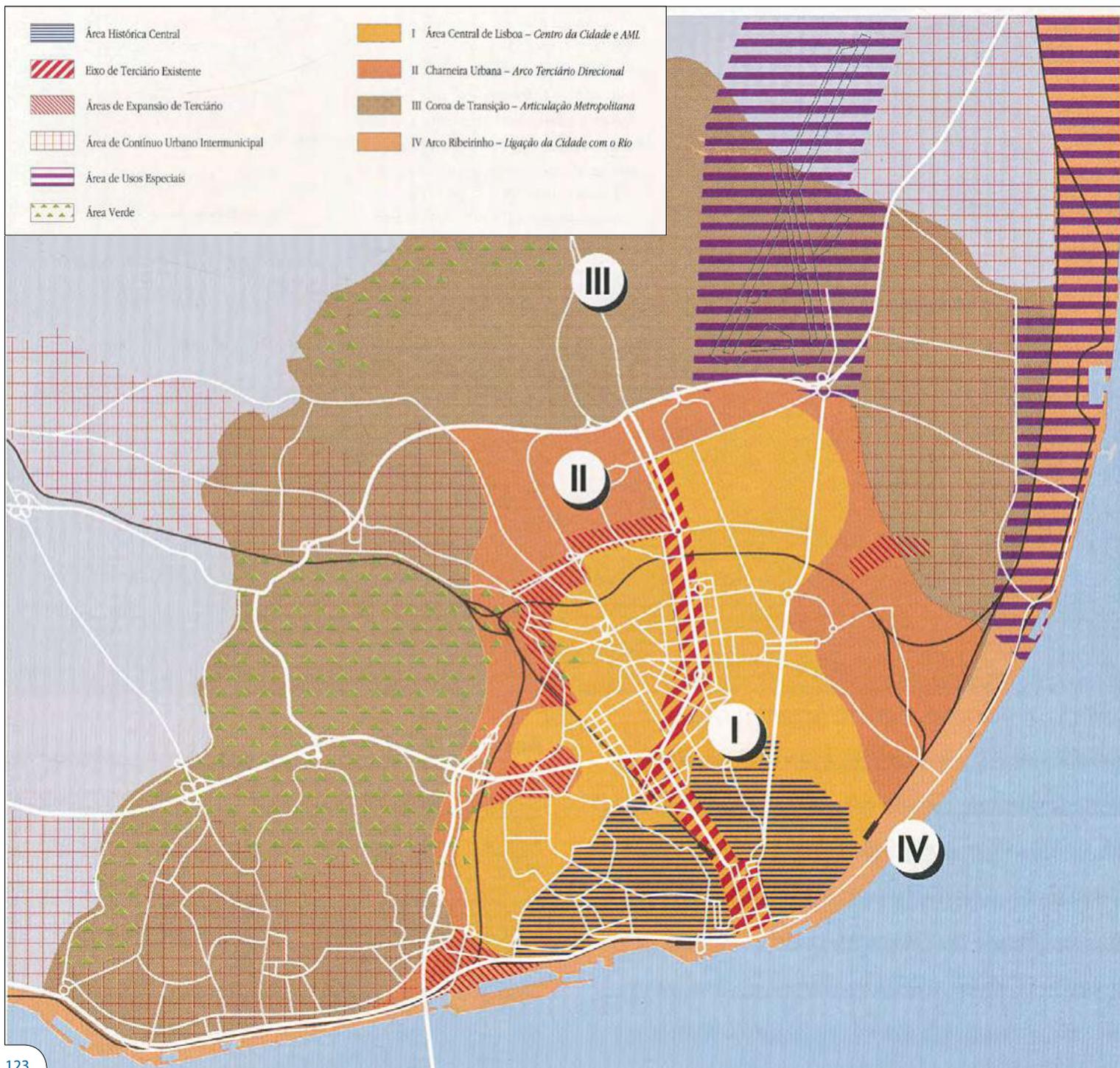
cidade que progride sem culturalmente se descaracterizar”³. Recorde-se, também, que Lisboa sofreu, na segunda metade da década de 80, os impactos da adesão à Comunidade Económica Europeia (1986) e da política de privatizações dos governos de Cavaco Silva, a partir de 1985. A crise e degradação das estruturas urbanas, a ausência de objetivos e instrumentos de planeamento e gestão urbanísticos, e as consequências da descolonização e integração europeia sobre a condição da cidade requeriam e propiciavam, então, um processo que repensasse as funções, estruturas, governo e posicionamento internacional de Lisboa.

A OPORTUNIDADE

A campanha para as eleições de Dezembro de 1989 e os seus resultados representaram uma profunda viragem na forma de pensar, planejar, gerir e desenvolver a cidade de Lisboa. A eleição de Jorge Sampaio, secretário-geral do Partido Socialista (PS), liderando uma coligação com o Partido Comunista Português (PCP), criou um facto de evidentes consequências políticas: a eleição para presidente da câmara de uma figura de primeiro plano, quando a tradição, em Portugal, reservava as funções autárquicas a políticos de segundo plano. Para além de se tratar da primeira (e, até hoje, a única) coligação entre os dois principais partidos de esquerda. Jorge Sampaio, pelo seu perfil de democrata, cultura e inteligência, reunia excelentes condições para protagonizar inovações modernizadoras no exercício autárquico.

Expo '98/Parque das Nações. Fot. Daniel Rodrigues, 2013.





NÍVEIS E ARTICULAÇÕES DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE LISBOA



do Presidente da Câmara, obedecendo a uma visão e ação holística do planeamento da cidade.

A elaboração do plano estratégico foi assegurada pelos seguintes órgãos:

Presidente da câmara, exercendo a função de liderança política do processo;

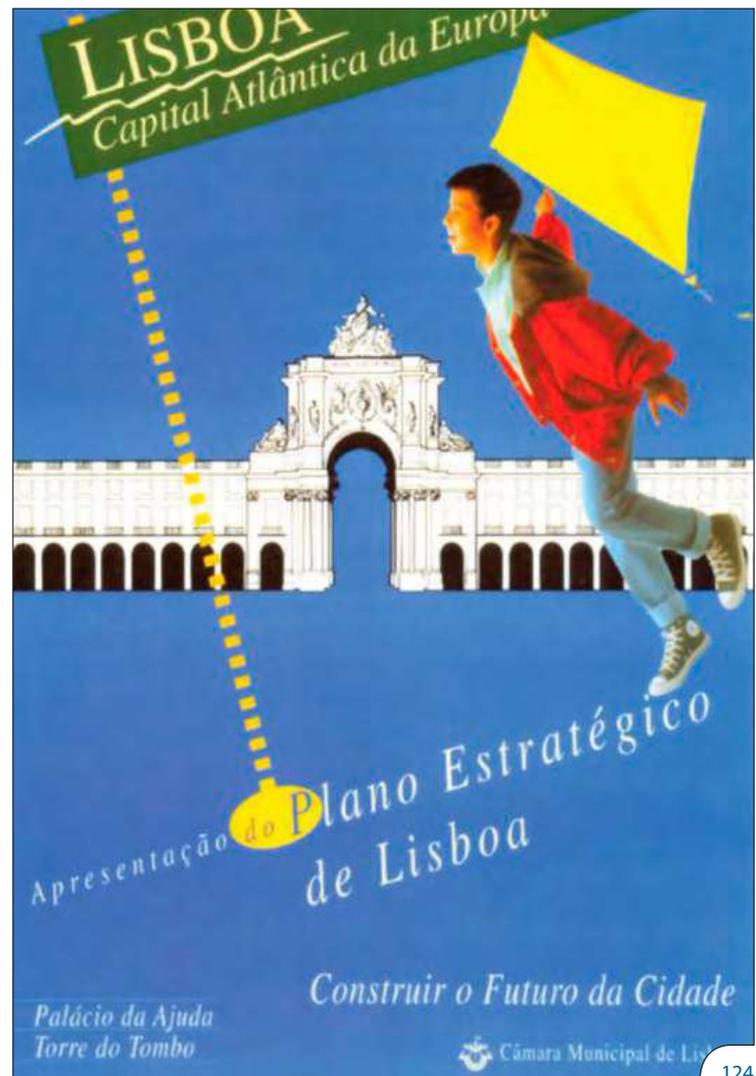
Direcção de planeamento estratégico, assegurando a coordenação técnica e administrativa da elaboração do plano;

Grupo de diagnóstico e prospectiva, integrado por 18 especialistas de diversas áreas técnico-científicas e individualidades pertencentes a sectores políticos e profissionais diversificados, no âmbito do qual foi produzida a "reflexão estratégica" sobre o "estado da cidade" e os objectivos, vias e meios para a respectiva implementação;

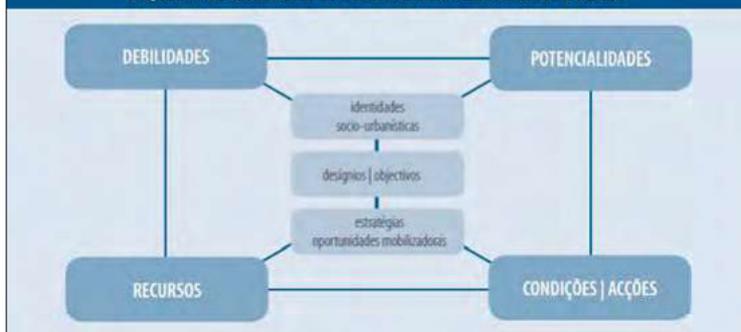
Conselhos sectoriais informais, representativos das diversas organizações sociais, económicas e culturais da cidade – organizações empresariais e financeiras, sindicais, instituições universitárias e científicas, associações ambientalistas, etc."

Nas *bases de elaboração* do plano estratégico, aprovadas pela Câmara em Agosto de 1990, adoptava-se o seguinte esquema metodológico, uma adaptação às particularidades de Lisboa, designadamente às suas "*identidades sócio-urbanísticas*", do SWOT (*Strengths, Weaknesses, opportunities and threats*) da Haward Business School. Dimensão e precaução que se justificavam face à necessidade de salvaguardar os elementos da singular identidade urbana, histórica e cultural de Lisboa – tecidos e conjuntos urbanos, orografia, ligação cidade-rio, estrutura e vivências de bairros, etc – no processo de modernização da cidade.

Adoptou-se um processo de trabalho vincadamente gradualista e interativo, com quatro níveis de coordenação: Pelouros e serviços municipais;



ESQUEMA METODOLÓGICO DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE LISBOA



Municípios da área metropolitana;

Atores económicos, sociais, culturais e empresariais;

Organismos da administração central e empresas públicas – Metropolitana, Carris, CP, EPAL, EDP, etc..

Os graus de participação foram muito diferenciados, com elevada adesão dos níveis b) e c), enquanto ao nível a) não se obtiveram resultados práticos.

Sinteticamente, ressaltam quatro aspectos característicos desta primeira experiência de planeamento estratégico de Lisboa:

1º) *Processo acentuadamente político* – com origem na campanha eleitoral e forte empenho e liderança do presidente da câmara;

2º) *Ampla dimensão urbanística* – com total articulação e interação com a elaboração do PDM, PGU, PP e projetos urbanos;

3º) *Elevada adesão e participação dos atores económicos, sociais e culturais*, num processo que evoluiu do diálogo informal para a institucionalização do Conselho de Planeamento Estratégico e respetivos grupos de trabalho setoriais e temáticos.

4º) *Resistências internas à mudança*, com fraca adesão ao processo de planeamento estratégico e à reforma organizacional, considerada fundamental na reflexão estratégica.

MODERNIZAÇÃO DE LISBOA - 1991-2001 - DUAS FASES

1ª fase	1990/1998 Modernização das infra-estruturas, dos equipamentos e dos agentes urbanos
2ª fase	1995/2001 Qualificação urbanística e territorial da cidade e da região, especialização produtiva e reforma das estruturas de governo da cidade e do município

O PROJETO DE CIDADE

A modernização de Lisboa foi estrategicamente projetada em duas fases e assente em 3 “oportunidades mobilizadoras”:

- I Aprofundamento da integração europeia no quadro do Mercado Único
- II Lisboa, Capital Europeia da Cultura 94
- III Expo'98

A *Visão* para o futuro de Lisboa como Capital Atlântica da Europa foi equacionada em quatro dimensões:

- ❑ Modernização da cidade no quadro da integração europeia
- ❑ Salvaguarda e valorização das identidades e especificidades de Lisboa
- ❑ Plataforma de intercâmbio entre a Europa e os outros continentes
- ❑ Cidade humana, atractiva e segura

E concretizada através de quatro Eixos, 11 Objetivos e 72 Ações.



As 72 Ações foram organizadas em 7 programas.

SETE PROGRAMAS PARA MODERNIZAR LISBOA

- Uma política de habitação par os anos 90
- Lisboa, Capital Europeia da Cultura 94
- Autoridade Metropolitana de Transportes
- Criação de uma Agência para a Modernização da Base Económica
- Qualificação da Zona Oriental de Lisboa/ EXPO 98
- Carta do Ambiente Urbano
- Desenvolvimento Organizacional do Município

REFLEXÃO FINAL

Da “ideia” e “projeto de cidade” desenvolvidos para Lisboa, na primeira metade dos anos 90, destacam-se os seguintes desígnios, dimensões e resultados:

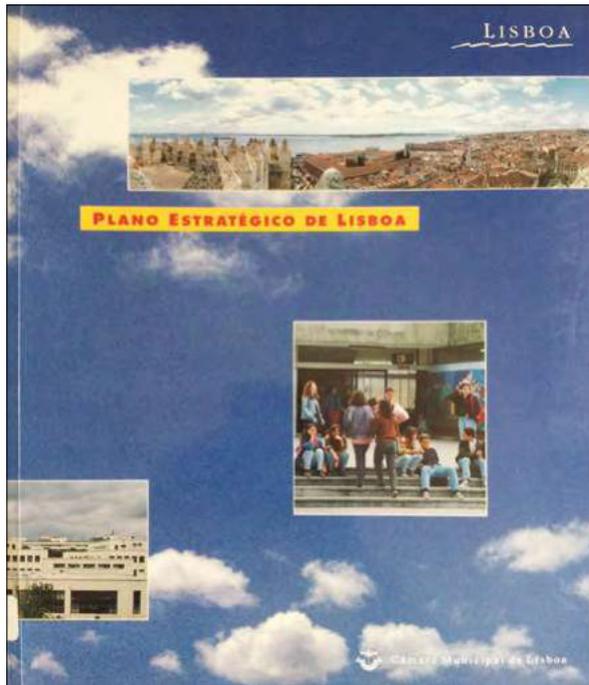
- “Quebra” da tradicional distância entre a câmara e os munícipes, com abertura democrática à cidade e aos seus atores;
- Aprofundamento da vertente europeia e do papel de Lisboa como plataforma de relacionamentos entre povos, culturas e continentes;
- Modernização de infraestruturas, equipamentos e da habitação social;
- Uma nova estrutura urbana e funcional, com a regeneração dos espaços periféricos e intersticiais, estrutura essa plasmada no PDM (*Ver Áreas de Ordenamento em anexo*);
- Decisivo impulso na aproximação da cidade do rio, ligação até então obstaculizada por barreiras físicas e pela gestão “imperial” do domínio portuário;
- Consolidação funcional, simbólica e institucional da dimensão metropolitana.

Mudança organizacional da estrutura municipal (não conseguida até hoje) e da estrutura administrativa da cidade (recentemente concretizada com a passagem de 53 para 24 freguesias e transferência de competências de gestão para estas). Foi enorme o aproveitamento metodológico e prático de duas das “oportunidades mobilizadoras”.

Com a realização da EXPO 98 – e a respectiva articulação com o planeamento estratégico da cidade – para além do impulso de internacionalização e notoriedade de Lisboa, requalificou-se a zona oriental, com a construção da nova centralidade urbana que é, hoje, o Parque das Nações. Recorde-se que a “requalificação da zona oriental” constituiu um dos principais objectivos políticos e urbanísticos do programa da candidatura de Jorge Sampaio, em 1989.

Com “Lisboa, Capital Europeia da Cultura”, em 1994, promoveu-se a construção e reabilitação de equipamentos e espaços urbanos (Coliseu dos Recreios, Museu do Chiado, Tivoli, Sétima Colina, etc.)⁶ e realizou-se uma programação distinta que revolucionou os hábitos de “consumos culturais” em amplos estratos da população lisboeta (e não só).

Lisboa está, hoje, carecida de um novo “choque de cidadania”, de uma reaproximação da gestão autárquica com a cidade e os seus atores e munícipes e de um movimento de reflexão partilhada, dando corpo a um projeto de cidade XXI, consagrando a sua vocação cosmopolita e interclassista, multicultural, criativa, solidária e de vibrante animação cultural.



Plano Estratégico de Lisboa. Fichas de Acções. (alguns exemplos).
Plano Estratégico de Lisboa, CML/DPPE, 1992.



Notas

¹ Este artigo é baseado no capítulo “10. Lisboa, Capital Atlântica da Europa” do livro *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição no prelo.

² Borja, J.& Castells, M. (1997). *Local y Global*. Madrid: Taurus.

³ Ver o artigo de Luís Bruno Soares “1970-1980 – Tempos de ruturas e de continuidades”, neste número de *Rossio*.

⁴ Ferreira, A. F. (2007), *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, pp 216-218.

⁵ Coube a mim próprio coordenar esta “Unidade de Missão” e a elaboração do Plano Estratégico, contando com a prestimosa colaboração de Luís Bruno Soares na coordenação da elaboração do Plano Director Municipal e de Teresa Craveiro na elaboração dos Planos e Projetos Prioritários.

⁶ Simultaneamente foi construído, por iniciativa governamental, o Centro Cultural de Belém, que hoje representa o principal equipamento cultural da cidade de Lisboa.



Lisboa: desafios para a cidade e a metrópole

Isabel André
Mário Vale

CV



DE CAPITAL DO IMPÉRIO A CIDADE MÉDIA NA EUROPA

O desenvolvimento de Lisboa tem estado invariavelmente ligado à sua posição geográfica, na confluência do Rio Tejo com o Oceano Atlântico. Um porto com condições naturais muito favoráveis, rótula entre os portos do Mediterrâneo e os do Norte da Europa, assim como, mais tarde, uma ligação fundamental entre a Europa, a América e a África. Lisboa começou por ser um ponto central de uma imensa rede de feitorias comerciais espalhadas pelo Mundo e só depois se tornou a capital de um império (Ferreira, 1987).

Posteriormente, um dos elementos mais importantes da formação da cidade-região de Lisboa vai ser a ferrovia. Embora o caminho-de-ferro urbano seja um investimento da segunda metade do séc. XIX, só com a eletrificação (Linha de Cascais em 1926, Linha de Sintra em 1956 e Linha do Norte em 1966) é que se vem a tornar um meio de transporte suburbano importante capaz de responder a movimentos pendulares crescentes, quase todos com destino na cidade de Lisboa. É o caminho-de-ferro que vem configurar uma nova geografia da Área Metropolitana de Lisboa (AML): embora tivesse reforçado a acessibilidade junto ao Rio Tejo, criou um novo eixo – Lisboa/Sintra – onde vão aparecer núcleos industriais importantes ligados a sectores tecnologicamente avançados.

Até aos anos 70 do séc. XX, a área metropolitana correspondia, em grande parte, a subúrbios-dormitório onde residia a população que trabalhava maioritariamente no comércio e serviços da cidade de Lisboa, mas também aquela que trabalhava nos vários núcleos industriais espalhados pela AML (Barreiro, Seixal, Montijo e Setúbal na Margem Sul; Vila Franca de Xira, Alverca, Alhandra, Amadora, Cacém) (Barata-Salgueiro, 2001). Com a descolonização, em meados dos anos 1970, regressam a Portugal cerca de 500 mil habitantes, a maioria dos quais acaba por se fixar na AML. Este movimento de retorno contribuiu para um aumento da população na cidade de Lisboa, que regista, em 1981, o valor máximo até hoje verificado (cerca de 808 mil habitantes). A dinâmica demográfica assente no “retorno” de população das ex-colónias africanas contribuiu para o aprofundamento do processo de metropolização, tendo-se propagado o crescimento de Lisboa para a Margem Sul do Tejo (Fonseca, 1990). Porém, a cidade não estava preparada para acolher tão repentinamente um tão elevado número de pessoas e a deficiente oferta de habitação e subdotação de equipamentos passaram a constituir um problema social e ambiental que viria a persistir por muitos anos (Gaspar e Jensen-Butler, 1992). De facto, só à entrada do séc. XXI seriam demolidas as últimas barracas e reabilitadas importantes áreas de habitação clandestina através de

programas específicos (Programa Especial de Realojamento). A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986 vem marcar um novo período no desenvolvimento da Lisboa, especialmente a partir de 1989, com o início de um ciclo de investimento público e privado em diversos sectores económicos, sociais e ambientais. Desde aí, a região registou um ciclo de crescimento económico muito baseado nos serviços avançados e na expansão das funções de internacionalização e de capital do País, ao mesmo tempo que se operava um processo de reestruturação industrial (Gaspar *et al.*, 1998). A realização em Lisboa da Expo’98 expressou bem o impacto dessas dinâmicas. À entrada de 2000, e como corolário do processo de desenvolvimento, a AML abandonava o estatuto de região “atrasada”.

O processo de integração europeia da economia portuguesa refletiu-se profundamente nas relações entre a cidade de Lisboa e as principais aglomerações espanholas, designadamente Madrid, em resultado do processo de racionalização e de centralização económica, funcionando o mercado ibérico de uma forma cada vez mais integrada. A região de Lisboa é a maior e a mais competitiva aglomeração do País, onde se localizam funções económicas de grande alcance estratégico para a internacionalização da economia nacional e para enfrentar os novos desafios da economia do conhecimento. A dotação em infraestruturas de apoio à internacionalização tem permitido o reforço da capacidade competitiva dos agentes económicos e o desenvolvimento de atividades mais intensivas em conhecimento. A internacionalização da região e a criação de empresas e de emprego nas atividades da economia do conhecimento encontra melhores condições em Lisboa devido à qualidade e elevada concentração de unidades do sistema de Ciência e Tecnologia na cidade. A figura 1 sintetiza os principais espaços e eixos que configuram a AML.

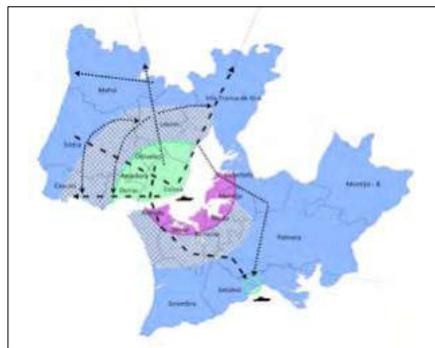


Fig. 1 Esquema dos principais espaços e eixos da AML (representados sobre a divisão municipal da Região de Lisboa - NUT2)

DIVERSIDADE E DISPARIDADE NA AML – UM SISTEMA POLINUCLEADO E FRAGMENTADO

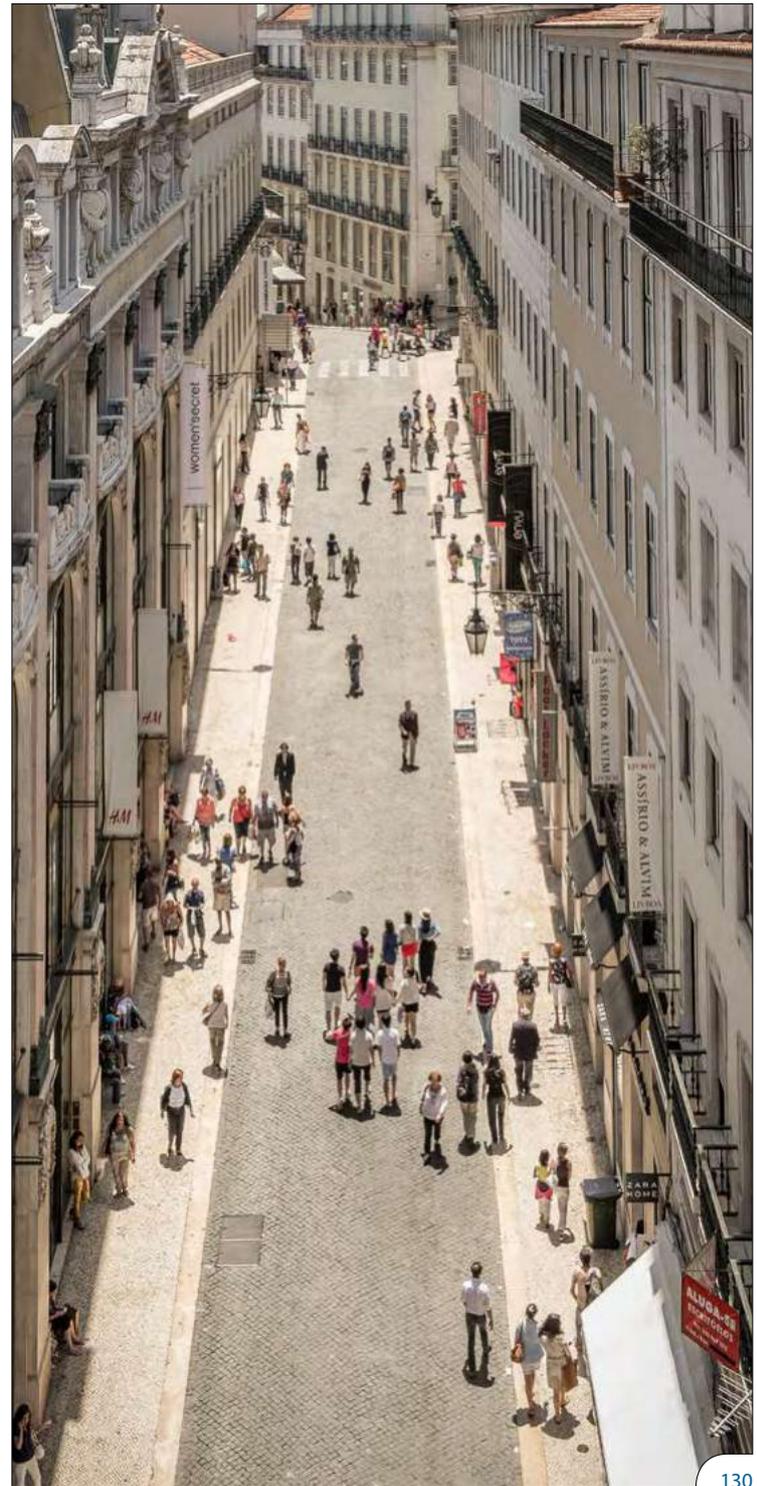
Dinâmicas sociais urbanas

A cidade de Lisboa é o centro inquestionável da Região, residindo nesta aglomeração metropolitana cerca de 2,8 milhões de habitantes, dos quais cerca de 548 mil se encontram no município de Lisboa. A AML é um território com várias centralidades com défices de coesão sócio-espacial.

A concentração da população na cidade de Lisboa começou a atenuar-se a partir dos anos 60 do séc. XX e decaiu muito rapidamente a partir de 1981. Atualmente, em 2011, Lisboa não representará mais de 20% da população metropolitana, enquanto em 1940 representava 65%. Também a assimetria demográfica entre a Margem Norte e a Sul – ainda vincada – tem vindo a esbater-se nas últimas décadas com a expansão do transporte rodoviário associada à construção das duas travessias: Ponte 25 de Abril (1966) e a Ponte Vasco da Gama (1998). A Ponte 25 de Abril reforçou a sua conectividade quando recebeu a ferrovia em 2003.

A cidade de Lisboa tem vindo a perder população, assim como alguns dos subúrbios mais consolidados (casos da Amadora e o Barreiro). Em contrapartida, os concelhos periurbanos, com espaços rurais importantes até aos anos 90, têm registado um crescimento muito forte. Ou seja, as últimas décadas, muito por via das novas acessibilidades rodoviárias, das pressões urbanísticas e da importância (económica e política) do sector imobiliário, corresponderam ao crescimento extensivo da AML com todos os custos que esse modelo comporta ao nível económico, social e ambiental. Trata-se, efetivamente, de um crescimento baseado na rede viária e na progressiva ocupação do espaço rural regulado por instrumentos de ordenamento e gestão do território com baixa eficácia.

A diversidade das dinâmicas urbanas não pode, no entanto, ser compreendida apenas nesta geografia dos 'grandes traços' que distingue a cidade, as coroas suburbanas e o espaço periurbano. É a um nível mais local – do concelho e sobretudo da freguesia ou do próprio bairro - que as desigualdades se revelam agora mais intensas. A dispersão do espaço residencial deve-se muito ao jogo de forças definidos, por um lado, pelos poderes municipais e, por outro, pelos mercados fundiário e imobiliário, umas vezes em sintonia, outras em tensão ou mesmo em divergência. Até 2008, o investimento em solo urbano e no sector imobiliário era, em Portugal e especialmente nas grandes áreas urbanas, uma das aplicações financeiras mais lucrativas. Apesar de Lisboa ter um percurso histórico marcado pela boa



convivência entre diferentes culturas, “o multiculturalismo da Área Metropolitana de Lisboa é hoje bem mais rico, constituindo um domínio privilegiado de inovação social (André *et al.*, 2009). A diversidade é um elemento que tem jogado a favor da coesão através de múltiplas estratégias socialmente criativas que permitem superar sérias adversidades (Malheiros, 2008). Em síntese, a Região de Lisboa continua a ser uma das mais dinâmicas do País, distinguindo-se favoravelmente nos níveis de escolaridade, saúde, sociedade da informação e poder de compra. Ou seja, nas últimas décadas, a Região de Lisboa aproximou-se mais do que o resto do País dos padrões sociais europeus. E, neste quadro, a cidade de Lisboa diferencia-se bastante dos restantes territórios urbanos, evidenciando, por um lado, um envelhecimento muito mais acentuado e, por outro, muito melhores condições de saúde, uma apreciável concentração do emprego e sobretudo um poder de compra muito mais elevado.

Num trabalho anterior (André e Vale, 2012), identificaram-se 4 grandes tipos de espaços na AML:

1) Centro alargado

Áreas que concentram a função residencial e, ao mesmo tempo, o emprego. Apresentam um elevado poder de compra, níveis de escolaridade elevada e boa cobertura dos serviços de saúde a par de uma população mais envelhecida. Encontram-se neste grupo os concelhos de Lisboa e Oeiras.

2) Áreas suburbanas

Áreas com grande presença de população estrangeira. Elevadas taxas de abstenção nas eleições locais e movimentos pendulares diários com uma duração prolongada. Neste grupo diferenciam-se dois tipos de subúrbios:

2.1) 1ª Coroa suburbana - Amadora, Cascais, Loures, Almada e Barreiro - com rendimentos médio-elevados, níveis de escolaridade avançados, boas condições dos serviços de saúde;

2.2) 2ª Coroa suburbana – Sintra, Seixal, Vila Franca de Xira e Moita – com condições sócio-urbanísticas mais desfavoráveis aliadas a um intenso crescimento demográfico e migratório.

3) Áreas periurbanas

Forte crescimento demográfico e migratório. Grande presença dos grupos mais jovens o que se traduz, entre outros aspetos, na utilização de TIC na vida quotidiana. É também nestas áreas que se registam as maiores
131 disparidades salariais entre homens e mulheres.

Dinâmicas económicas urbano-metropolitanas

Após um período de reestruturação económica e de reconversão das atividades industriais nos anos 1970/80, a região de Lisboa iniciou um período de bom desempenho económico, sendo responsável em 2008 pela geração de cerca de 36,6% do Valor Acrescentado Bruto do País, com um nível de produtividade aparente do trabalho muito superior à média do País. A dinâmica de crescimento do emprego entre 2000 e 2007 na região de Lisboa foi globalmente superior à registada em Portugal. A população empregada da região de Lisboa representa cerca de 28% do total do País, mas este valor atinge 38% no sector dos serviços, ilustrando o dinamismo do processo de terciarização da economia regional, com particular relevo para as atividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, cuja proporção representa mais de metade do emprego nacional em 2008. A industrialização da Grande Lisboa e da Península de Setúbal durante o *Estado Novo* encaminhou-se para o desenvolvimento de atividades intensivas em capital e em trabalho, visando a produção em “massa” (química, farmácia, siderurgia, construção e reparação naval, eletrónica e telecomunicações). O processo de industrialização aproximou-se, em diversas vertentes, do modelo *fordista*, tendo privilegiado as economias de escala – baseadas na intensidade dos fatores capital e trabalho –, a estabilidade do emprego, a remuneração média elevada do trabalho no contexto nacional e deu lugar à formação de espaços urbano-industriais. Paralelamente, observou-se uma predominância de investimentos produtivos com origem nos principais grupos económicos nacionais, numa primeira fase, e no investimento direto estrangeiro, especialmente a partir da adesão à União Europeia em 1986. Embora as evidências do processo de reestruturação recuem ao decénio de 1970, as últimas décadas do século ainda foram marcadas pela continuação de processos de reestruturação em sectores mais intensivos em capital e em trabalho, com forte impacto negativo no mercado de trabalho. No entanto, há evidências de crescimento do emprego industrial das periferias da AML, em resultado do crescimento da atividade e da deslocalização de estabelecimentos. O congestionamento urbano, a inadequação das infraestruturas, a concorrência de outras funções pelo uso do solo, entre outros, têm sido os fatores mais relevantes do movimento centrífugo da indústria. Na verdade, a saída das empresas das cinturas industriais urbanas para áreas mais remotas, mas bem servidas por

redes de transporte e de comunicação, é uma tendência “pesada” da dinâmica de organização do espaço industrial nas grandes áreas metropolitanas, sendo frequentemente incentivada pelas políticas públicas para o ordenamento do território, visíveis na oferta de solo infraestruturado em áreas envolventes e com bons níveis de acessibilidade. Têm-se mantido na região as indústrias mais exigentes em mão-de-obra qualificada e aquelas que beneficiam do desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia, bem como as empresas vocacionadas para os mercados nacional e internacional. As características mais marcantes da economia da AML refletem o aprofundamento da terciarização e a especialização em serviços intensivos em conhecimento, a dimensão do emprego público e a concentração das funções inerentes ao papel de cidade-capital, a concentração de atividades de I&D, a presença dos centros de decisão económica nacional e de subsidiárias com capitais estrangeiros. Recentemente, o sector do turismo tornou-se mais relevante na economia da cidade, beneficiando de um conjunto de eventos de grande projeção internacional, da maior acessibilidade aérea e do desenvolvimento de novas infraestruturas e equipamentos, essencialmente localizados na frente ribeirinha da cidade.

No plano nacional, a AML detém a maior percentagem de emprego em sectores criativos no País, cerca de 35% do total nacional em 2006, incluindo os sectores das artes, indústrias criativas e atividades culturais. Em grande medida, a concentração de emprego nestes sectores reflete a importância da procura, as amenidades urbanas e o maior nível de diversidade cultural e étnica da região e especialmente da cidade de Lisboa. Mais recentemente, tem-se verificado um crescimento assinalável do sector turístico na AML e em particular na cidade de Lisboa, sendo atualmente o principal destino turístico do País, especialmente reconhecido, pelos operadores turísticos, nos segmentos *city-breaks* e *meeting industry*. A evolução do número de dormidas cresceu em conformidade com o aumento da oferta hoteleira. A realização do evento exposição internacional Expo’98 possibilitou um salto de cerca de 1 milhão de dormidas só na cidade de Lisboa, estabilizando entre os 3 e os 3,5 milhões nos anos subsequentes até ao ano 2004, precisamente quando as dormidas ultrapassam o número de 3,5 milhões por ano em resultado da realização do Campeonato Europeu de Futebol EURO 2004. Os anos mais recentes expressam um crescimento assinalável das dormidas, afirmando-se Lisboa como uma cidade fortemente atrativa para o turismo com origem especialmente

Baía de Setúbal



no estrangeiro, em resultado dos traços distintivos da dimensão cénica, qualidade ambiental, morfologia urbana e identidade e cultura, beneficiando do serviço de transporte aéreo de baixo custo que serve a cidade desde há alguns anos.

CIDADE-CENTRO E CIDADE-REGIÃO: RELAÇÕES INTENSAS E SEPARAÇÕES MARCADAS

A formação da área metropolitana alterou as relações entre a cidade-centro (Lisboa ou mais precisamente a cidade consolidada) e as periferias extensas (primeira e segunda coroa de expansão suburbana e mais recentemente as áreas periurbanas). A crescente separação do local de residência do local de trabalho gerou grandes fluxos de tráfego na área metropolitana marcadamente organizados por um sistema de infraestruturas de transporte rodoferroviário construído para assegurar as ligações à cidade de Lisboa. Por outro lado, na cidade de Lisboa verifica-se um alargamento do centro de negócios para norte, ao mesmo tempo que a “Baixa” vai perdendo funções e emprego. Paralelamente, as áreas residenciais da cidade histórica foram perdendo habitantes e o edificado foi-se degradando. A população deslocou-se para as margens do município fixando-se em novos bairros (por exemplo, Benfica, Telheiras, Alto do Lumiar, Parque das Nações) ou foi saindo da cidade por não encontrar habitação adequada às suas necessidades e disponibilidades financeiras. Em algumas destas áreas, instalaram-se novas empresas e tende a formar-se assim um conjunto de polos de emprego secundários na cidade. Ao nível intraurbano, os principais polos de localização de emprego situam-se no centro e prolongamentos pelas avenidas novas e até Entrecampos, o que constitui uma expansão do seu centro económico para norte, tendo vindo a emergir o Parque das Nações, afirmando-se como a segunda principal concentração de emprego e empresas na cidade (Augusto Mateus & Associados, 2010).

A expansão desorganizada da cidade tem-se traduzido na formação de núcleos habitacionais cada vez mais distantes do centro e frequentemente mal servidos por sistema de transporte coletivo e com uma clara subdotação de equipamentos coletivos. Como em muitas outras cidades, a especulação imobiliária é um fator determinante para esta situação, envolvendo investidores e fundos imobiliários e famílias que, assim, adquiriram habitação. Em consequência, verifica-se que o número de fogos ocupados pelos proprietários regista valores superiores aos verificados em cidades como Berlim, Paris e Bruxelas (Programa Local de Habitação 2009).

Concomitantemente, o centro histórico e algumas das áreas de crescimento urbano do início do séc. XX na cidade de Lisboa foram perdendo população e são hoje áreas com edificado degradado e onde reside população envelhecida. O crescimento metropolitano definiu-se por um modelo “donut”, com um progressivo esvaziamento do centro urbano e crescimento populacional nas coroa suburbanas e periurbanas. O desenho da rede ferroviária e da rede viária suportou a expansão metropolitana, permitindo o afastamento cada vez maior ao centro das habitações e de atividades empresariais e, conseqüentemente, os fluxos de mobilidade aumentaram na região, registando-se atualmente uma forte dependência do transporte individual nas deslocações casa-trabalho em resultado dos investimentos significativos realizados na rede viária que favoreceram os processos de expansão territorial. A construção de grandes infraestruturas na Área Metropolitana de Lisboa beneficiou de apoios comunitários, designadamente do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), de que são exemplo as circulares externas e internas CREL e CRIL, Eixo Norte-Sul, Autoestrada Lisboa-Cascais, alargamento do IC19, Ponte Vasco da Gama. No domínio dos transportes públicos, os grandes investimentos efetuaram-se na expansão da rede de metropolitano para a primeira coroa suburbana, embora não se tenha refletido num claro aumento do número de passageiros, não se tendo passado o mesmo com a introdução do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril, possibilitando uma ligação eficaz entre Lisboa e a Margem Sul do Tejo. Paralelamente, apostou-se na construção de interfaces de transporte público, visando aumentar a eficiência do sistema de transporte. Apesar de todo este investimento, a descoordenação da intervenção, por um lado, resultante da ação limitada da Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa, e da expansão urbana em áreas cada vez mais distantes, por outro lado, indiciando a falha de planeamento ao nível metropolitano, não conduziram a um sistema de mobilidade eficaz e menos dependente do transporte individual, acarretando custos graves do ponto de vista ambiental.

DESAFIOS DE LISBOA PARA O FUTURO

As quatro prioridades para a cidade de Lisboa definidas no âmbito do PDM contemplam a internacionalização e a competitividade da cidade, a regeneração da área consolidada, a promoção da qualificação urbana e o modelo de governação. Assumindo uma natureza eminentemente política, a última das prioridades identificadas é transversal às restantes.





Com efeito, um dos grandes problemas da cidade-região de Lisboa reside na governação da AML. A debilidade dos órgãos políticos regionais e a sua quase total subordinação ao governo nacional e às autoridades municipais, por um lado, e a dificuldade de articulação de estratégias, políticas e ações entre os municípios e os órgãos diversos da administração central, por outro, colocam obstáculos a um governo e uma gestão territorial mais eficaz na região de Lisboa. Sublinhe-se ainda as dificuldades decorrentes da expansão da cidade de Lisboa não se refletirem na sua delimitação administrativa.

“O perímetro do município é manifestamente insuficiente para acomodar a actual cidade de Lisboa, o que origina disfunções graves do ponto de vista da sua gestão, nomeadamente nos critérios de ocupação territorial, da mobilidade, das políticas públicas de habitação e de distribuição e gestão de equipamentos colectivos.”
PDM de Lisboa (2011a, p. 14)

Uma das principais explicações para esta situação é o grande poder que os municípios têm em Portugal, por um lado, por herança histórica e, por outro, pelo reforço que lhes foi atribuído na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, enquanto pilares e garantes da construção da democracia. Tiveram, de facto, um papel muito importante ao nível da infraestruturização e do equipamento do território; atualmente, e ultrapassada em larga medida essa fase de resolução de necessidades básicas, os municípios mantêm amplas atribuições e competências. Mas, mais complexa que a amplitude de poderes é a concorrência entre municípios e a consequente dificuldade em estabelecer acordos de cooperação. O nível municipal tornou-se uma ‘arena’ para o confronto partidário, especialmente nos municípios mais populosos como Lisboa e outros concelhos da AML, o que dificulta muito a articulação das políticas e iniciativas municipais. Em consequência disto, afigura-se problemática a “ausência de um plano que faça opções à escala metropolitana e defina prioridades de investimento, em vez de se limitar a colar os interesses de cada município, mesmo que divergentes e antagónicos entre si.” (PDM de Lisboa 2011a, p. 14). No caso da AML, esta fragmentação municipal impede claramente a definição de objetivos, de estratégias, de políticas e iniciativas integradas à escala metropolitana. Um estudo recente sobre o modelo de governação de Lisboa (Schmidt *et al.*, 2014) apresenta algumas orientações interessantes sobre esta matéria,

nomeadamente nos campos da ‘capitalidade’ e da centralidade de Lisboa. Salienta-se a necessidade de uma profunda reestruturação da divisão administrativa, designadamente ao nível da freguesia, de forma a combater a fragmentação da governação metropolitana. O processo de divisão administrativa foi concluído recentemente e poderá beneficiar de um reforço da descentralização de competências em curso, requerendo, em todo o caso, uma monitorização de todo o processo. Um outro desafio decorre da aceleração da globalização da economia. É neste novo quadro de internacionalização da economia que Lisboa joga grande parte do seu sucesso económico.

“A inserção e a capacidade de liderar redes internacionais e nacionais constituem factores críticos para o desenvolvimento de Lisboa, implicando uma intervenção mais alargada e integrada, criando as condições para o desenvolvimento de novas actividades da economia do conhecimento e a criação de emprego, a qualificação das funções inerentes ao estatuto de capital e a projecção das actividades culturais consentâneas com as suas competências de cidade cosmopolita e a afirmação da identidade multi-cultural.”
PDM de Lisboa (2011a, p. 14)

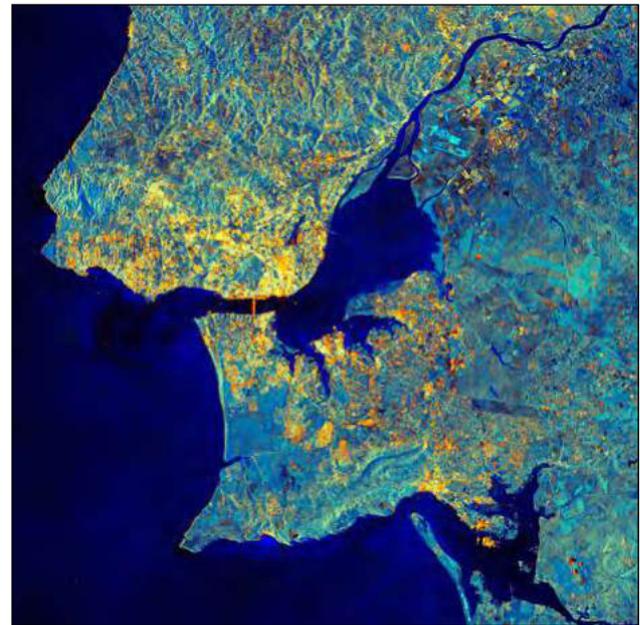
As grandes cidades europeias procuram reforçar a visibilidade e capacidade de atração de recursos humanos qualificados e de investimento internacional. A frente ribeirinha é um ativo singular da estratégia de internacionalização e de competitividade territorial da cidade. Em conformidade, a cidade de Lisboa privilegia a concentração de investimentos diversificados na frente ribeirinha, visando o desenvolvimento das atividades turísticas, a expansão de atividades culturais e criativas, a localização de atividades económicas de setores de elevada intensidade tecnológica, num quadro de requalificação do espaço e de reforço das amenidades. Há, todavia, alguns aspetos a acautelar nas operações urbanas de grande escala, como a de Alcântara ou da envolvente do Parque das Nações, designadamente de equilíbrio entre os objetivos económicos e os de cariz social e ambiental, tal como constitui um desafio relevante a definição do modelo de intervenção, necessariamente inovador e mais inclusivo do que o modelo de tipo neoliberal implementado em várias cidades europeias. Um desafio crítico decorre do modelo de expansão metropolitana insustentável, socialmente desajustado e com consequências nefastas em termos de alterações climáticas. Com efeito,

só com uma estratégia metropolitana se poderá resolver este problema complexo, impedindo o crescimento excessivo das áreas suburbanas mais distantes, algumas das quais já extravasam mesmo a própria AML, embora a crise económica, a maior dificuldade das famílias no acesso ao crédito imobiliário e as medidas de austeridade impostas pela “troika” e pelo governo tenham contribuído indiretamente para o congelamento da expansão destas áreas. É neste quadro que uma política assertiva de reabilitação urbana em Lisboa potenciou a dinamização do mercado de arrendamento da cidade, cujos efeitos podem observar-se na tendência para a requalificação de diversas áreas urbanas na cidade consolidada, que não se resume a alguns bairros históricos, conforme se pode observar, por exemplo no Bairro de Alvalade. A reabilitação urbana será, porventura, um dos mais importantes desafios para a cidade, até porque o equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais, ambientais e urbanísticos, por um lado, e a intervenção pública e privada, por outro, não se afigura muito fácil numa cidade onde se verificam ainda importantes desigualdades sociais. Há efetivamente a necessidade de continuar a combater o risco associado às operações de reabilitação urbana que visam simplesmente objetivos de mercado, por acentuarem os processos de gentrificação e substituição das famílias nos bairros mais expostos ao turismo, consumo e lazer. Consequentemente, importa reforçar a inclusão social e os processos participados na reabilitação urbana de Lisboa.

Bibliografia

- André, I., Brito Henriques, E. & Malheiros, J. (2009). Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux”. Em Moulaert F., MacCallum, D., Hillier, J. & Vicari, S. (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*. Aldershot: Ashgate Publishing.
- André, I. & Vale, M. (2012). Lisboa: tensiones entre la ciudad y la metrópoli. Em Balbo, M. (ed.) *Europa: La Ciudad Central en el Sistema Urbano*. (pp. 209-239). Quito: OLACCHI.
- Augusto Mateus & Associados (2010). *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento Económico e Competitividade Territorial de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Barata-Salgueiro, T. (2001). *Lisboa. Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta.
- Ferreira, V. M. (1987). *A Cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.
- Fonseca, M. L. (1990). *População e Território. Do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Gaspar, J. & Henriques, E. B. & Vale, M. (1998). Economic restructuring, social recomposition and recent urban changes in Portugal. *Geojournal*, 46, pp. 63-76.
- Gaspar, J. & Jensen-Butler, C. (1992). Social, Economic and Cultural Transformations in the Portuguese Urban System. *International Journal of Urban and Regional Research*, 16(3), pp. 442-461.
- Malheiros, J. (2008). *Guia da Lisboa Intercultural*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, Câmara Municipal de Lisboa e Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- PDM de Lisboa (2011a). *Relatório da Proposta (Revisão do Plano Director Municipal)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Programa Local de Habitação (2009). *(Re)Habitar Lisboa. Proposta Estratégica do Programa Local de Habitação de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Schmidt, L., Seixas, J. & Baixinho, A. (2014). *Governança de Proximidade. As Juntas de Freguesia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Imagens de satélite da área metropolitana de Lisboa de 1987, 2013 e 2015 [ao lado] (o amarelo corresponde a zonas de edificado)



***é na cidade que existe
que existe a cidade
que não existe***

Nuno Artur Silva
António Jorge Gonçalves

CV



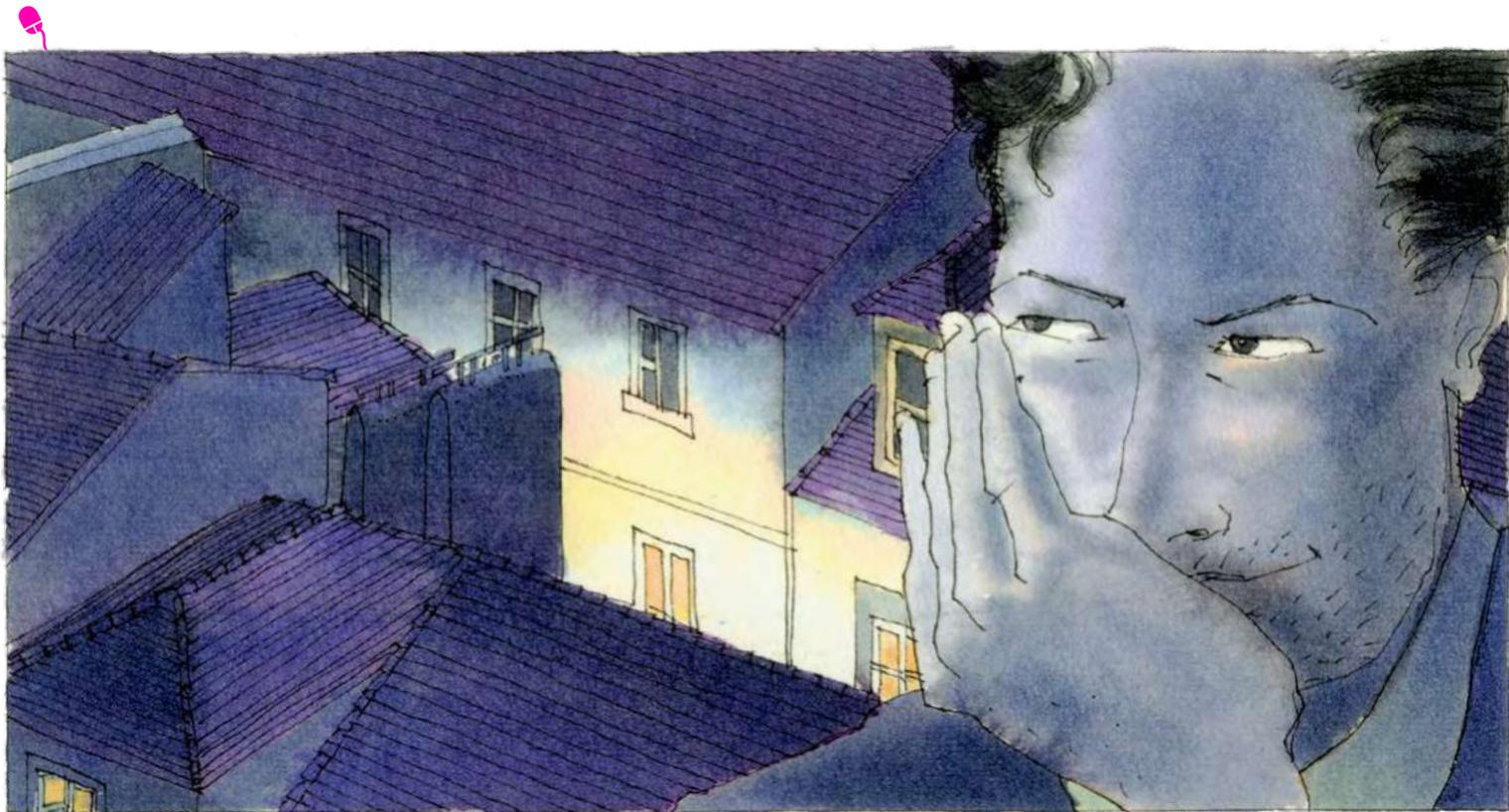
1

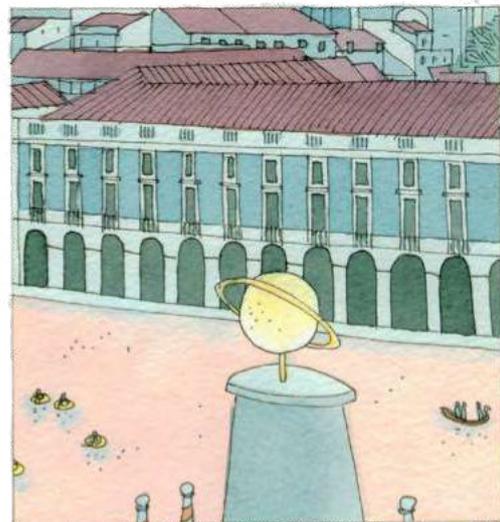
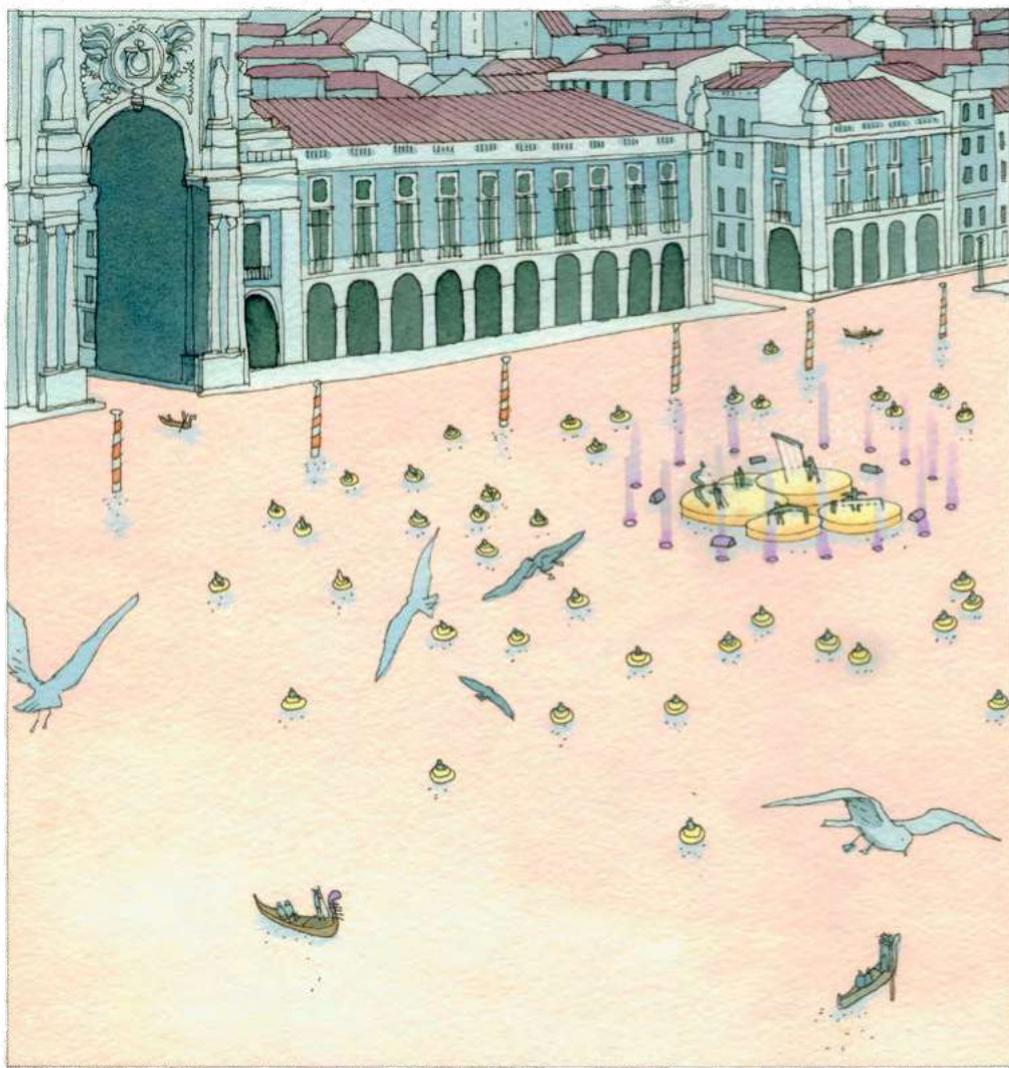
Uma cidade é um lugar de múltiplas histórias. Histórias banais, loucas, cómicas, trágicas, incompletas, definitivas, previsíveis, inimagináveis...

Uma cidade é feita das histórias dos seus habitantes, dos vestígios que eles deixam nos lugares e dos vestígios que os lugares deixam neles, fazendo-os mover de um lado para o outro. Mil e uma personagens errando pelas ruas enredando acasos e destinos. Histórias cruzando histórias, misturando-se umas com as outras, separando-se irremediavelmente. Histórias confluindo numa história interminável a que podemos dar o nome de Lisboa.

2

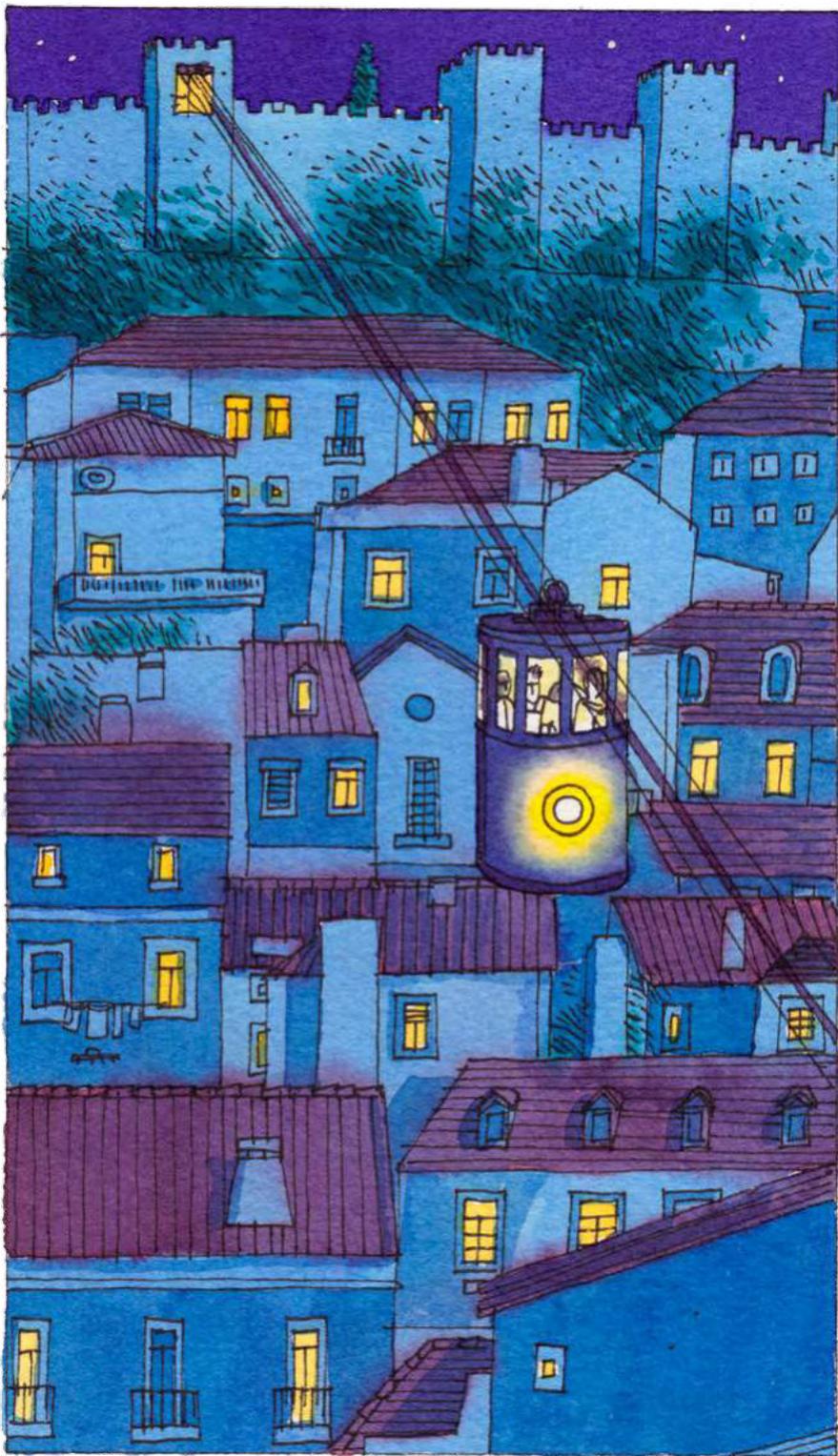
Tarefa inglória a de traçar a geografia de uma cidade como Lisboa. São mil e um lugares que não poderemos descrever nunca com rigor, em todos os seus pormenores, porque do momento em que iniciamos o nosso relato ao momento em que o terminamos qualquer coisa no lugar já mudou entretanto. E no entanto há lugares que permanecem iguais inalterados na sua singularidade e encanto, para lá de todas as mudanças. É desta incontornável mistura de mudança e permanência que nasce o estilo de uma cidade – a definição sempre incompleta de Lisboa. Não é uma cidade indiferenciada, normalizada, monótona; nem, por outro lado, uma cidade de contrastes chocantes, de ghettos impenetráveis, de bairros fechados sobre si próprios. São diferentes lugares, característicos e diferenciados, mas abertos e comunicantes – fervilhantes de vida. Sítios que percorremos traçando roteiros efémeros, que nunca repetiremos, porque o único roteiro fiel a uma cidade como Lisboa é o acaso.

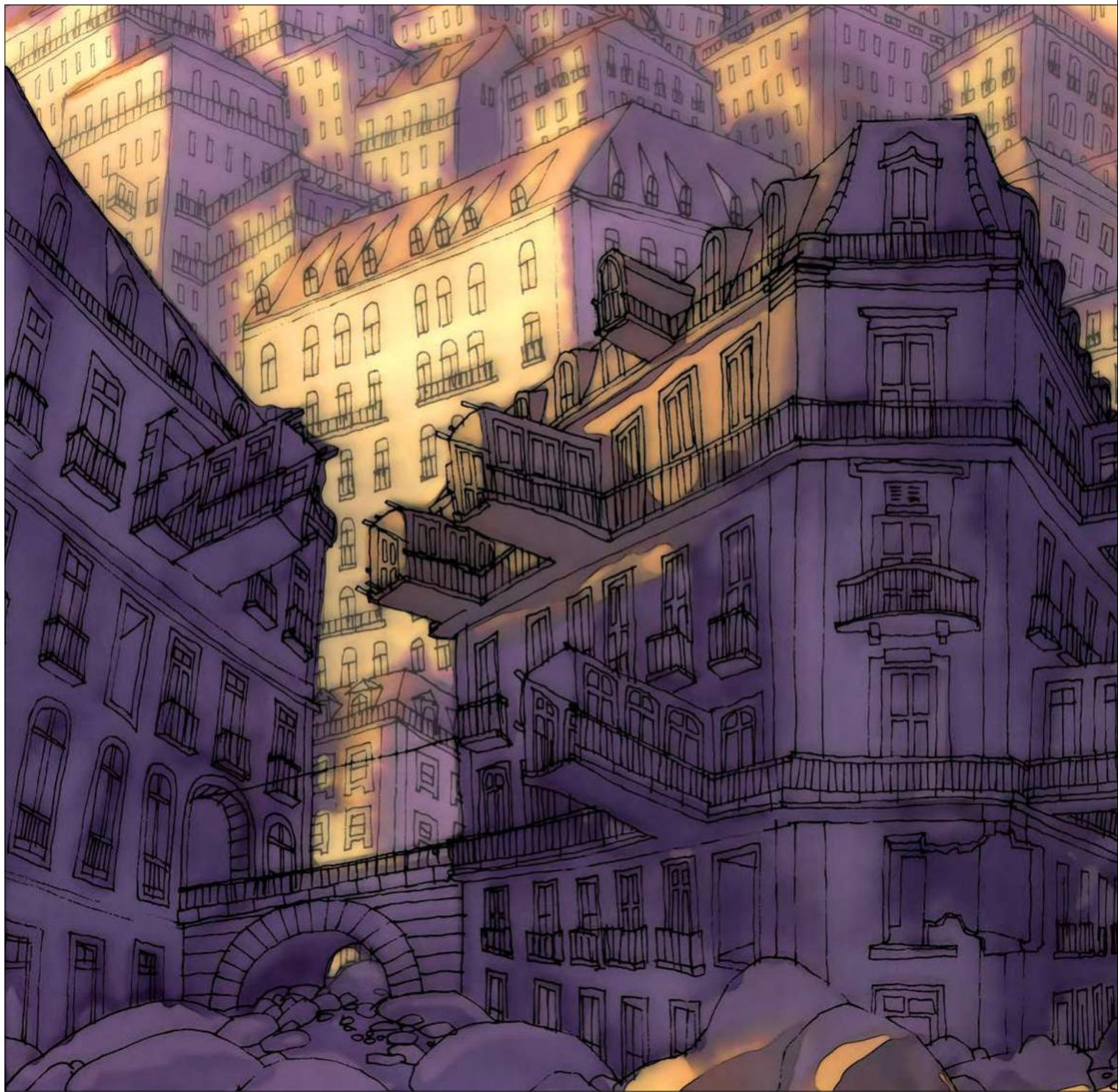




*aním me deixava vaguear, errante,
rembando com Ana, e a ma história...*









3

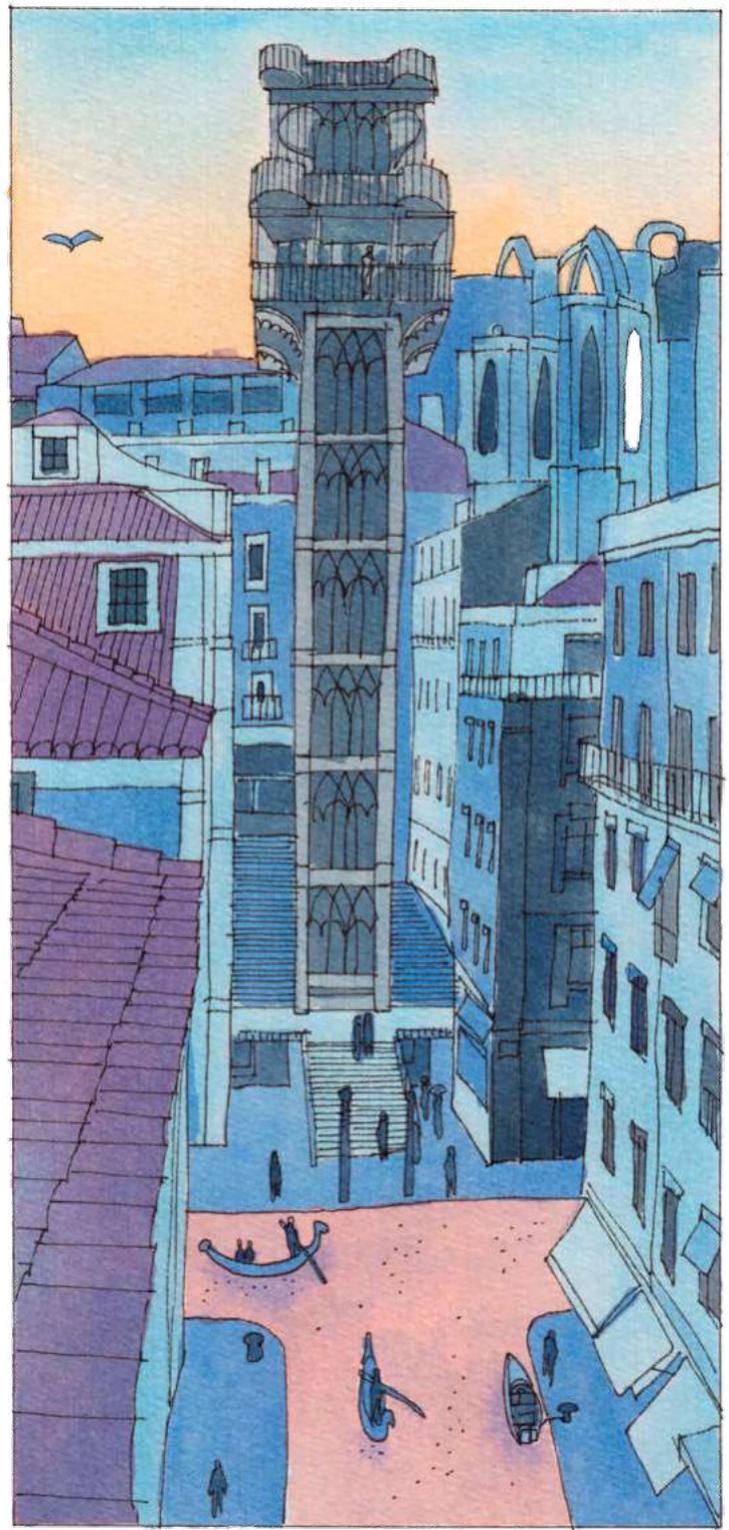
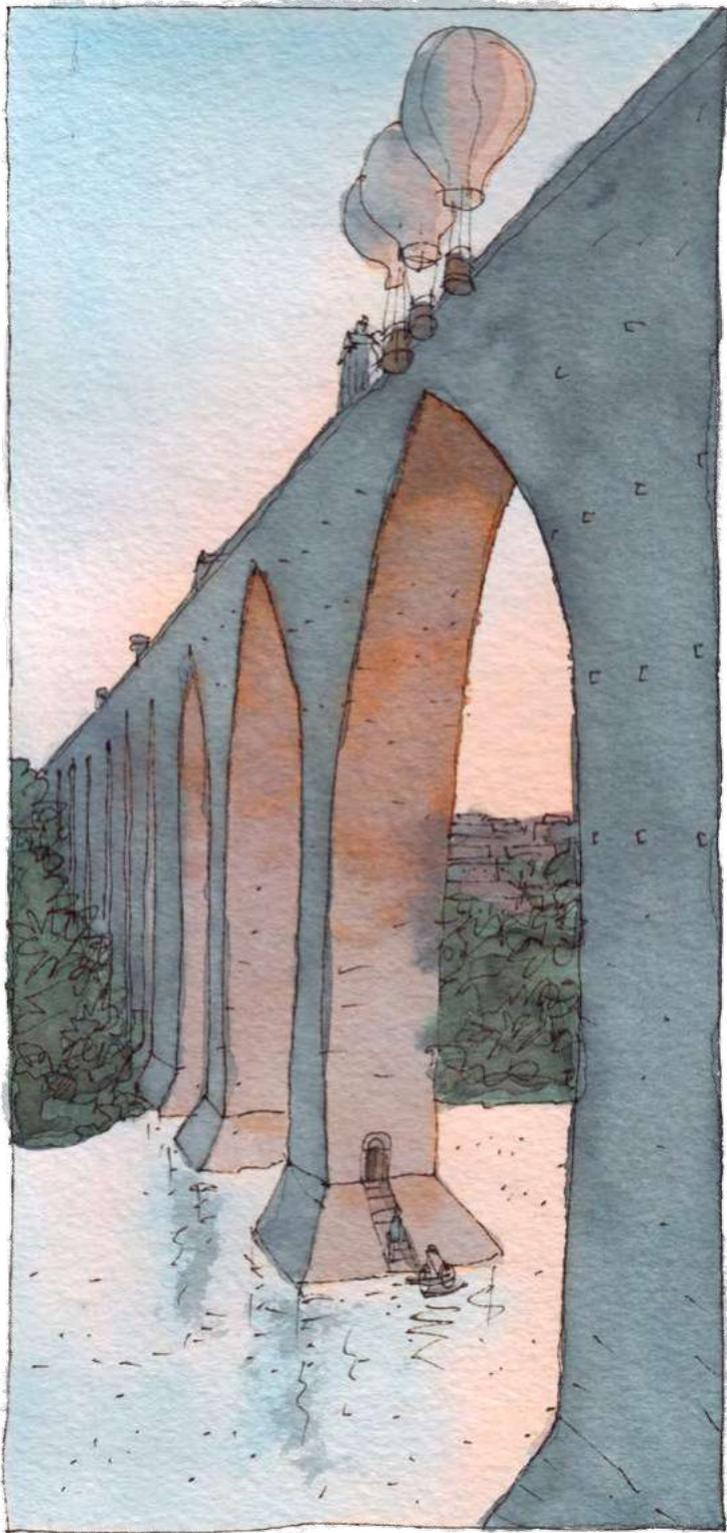
Gostamos de imaginar como seria Lisboa se não fosse como é...
Se a pudéssemos ver virgem e impoluta, sem vestígio humano na perfeita limpidez de não ter um nome sequer, de não ser sequer Lisboa.
Ou se a pudéssemos habitar no futuro, complexa e elaborada, um prodígio humano.
Ou há 100 anos atrás quando ainda nem se sonhava com uma Lisboa que hoje lembramos com saudade.
Ou no virar do século quando o que para ela sonhámos já se terá começado a misturar com o que ela há-de ser.
Ou vê-la no tempo das descobertas, porto de partida e chegada de sonhos e relatos, aberta aos mundos do mundo novo.
Ou sonhá-la como ela é agora se ela fosse diferente.
Ou sonhá-la diferente, utópica, irremediavelmente poética.
Ou imaginá-la dinâmica, transformando-se à medida dos sonhos encontrados dos seus cidadãos.

4

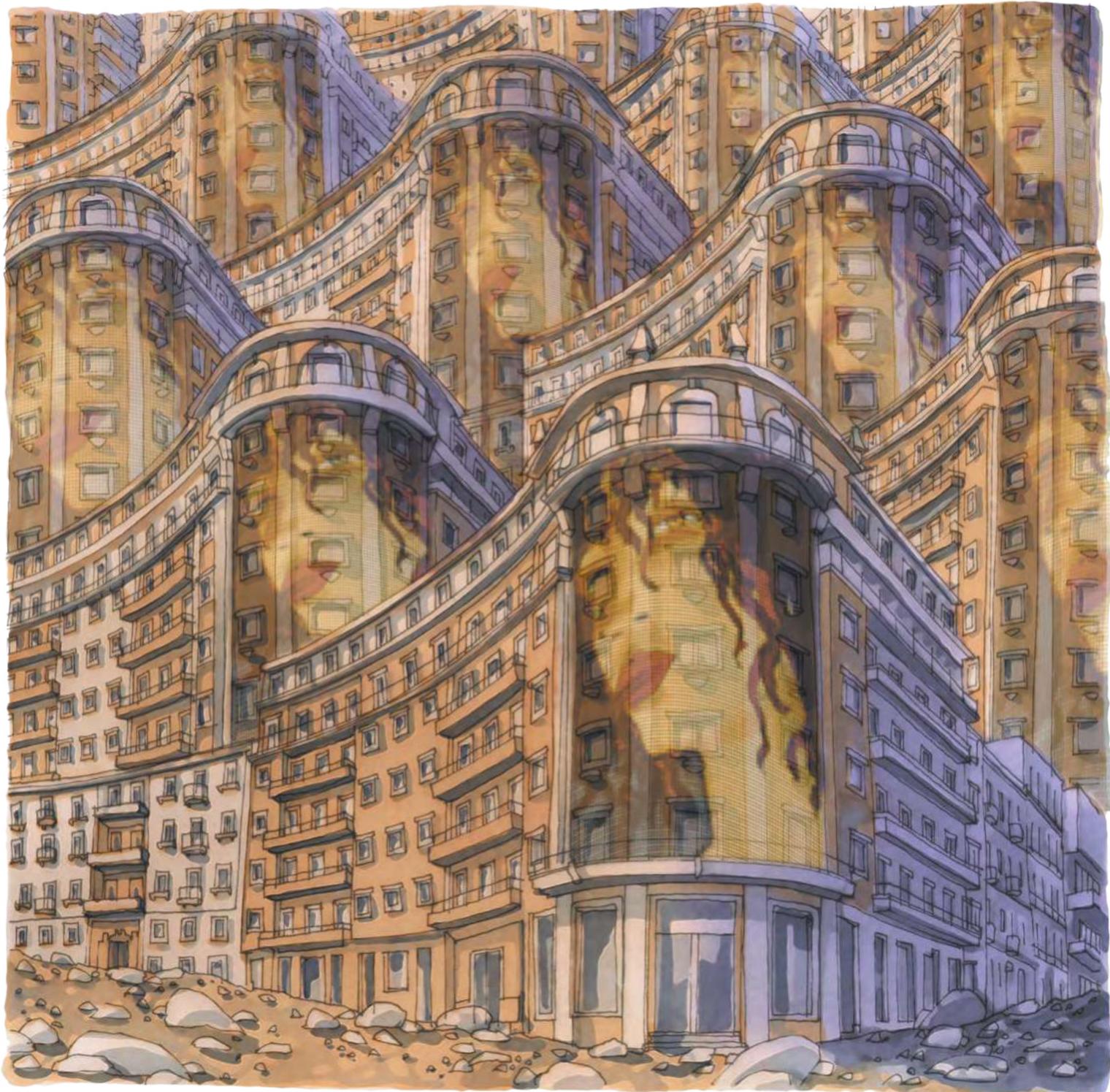
Sonhávamos com uma cidade que não existia, mas que gostaríamos que existisse.
Uma cidade onde imaginássemos os lugares e os habitantes com as suas histórias, o enredo do acaso e do destino dos seus encontros. Uma cidade e a sua mitologia.
Mobilidade, movimento, cinema. Como um filme feito de inúmeras histórias, mas histórias somente pressentidas, adivinhadas por entre imagens e frases de personagens em trânsito de lugar para lugar, cruzando encontros e desencontros.
Um filme, sem plano prévio, sem storyboard, um filme feito do acaso dos percursos das personagens que por ele passem fugazmente sem nos deixarem senão efémeros sinais das suas histórias pessoais.
Um filme que se confunda com o movimento real da cidade e da sua história – um filme em que a Cidade é o único protagonista.







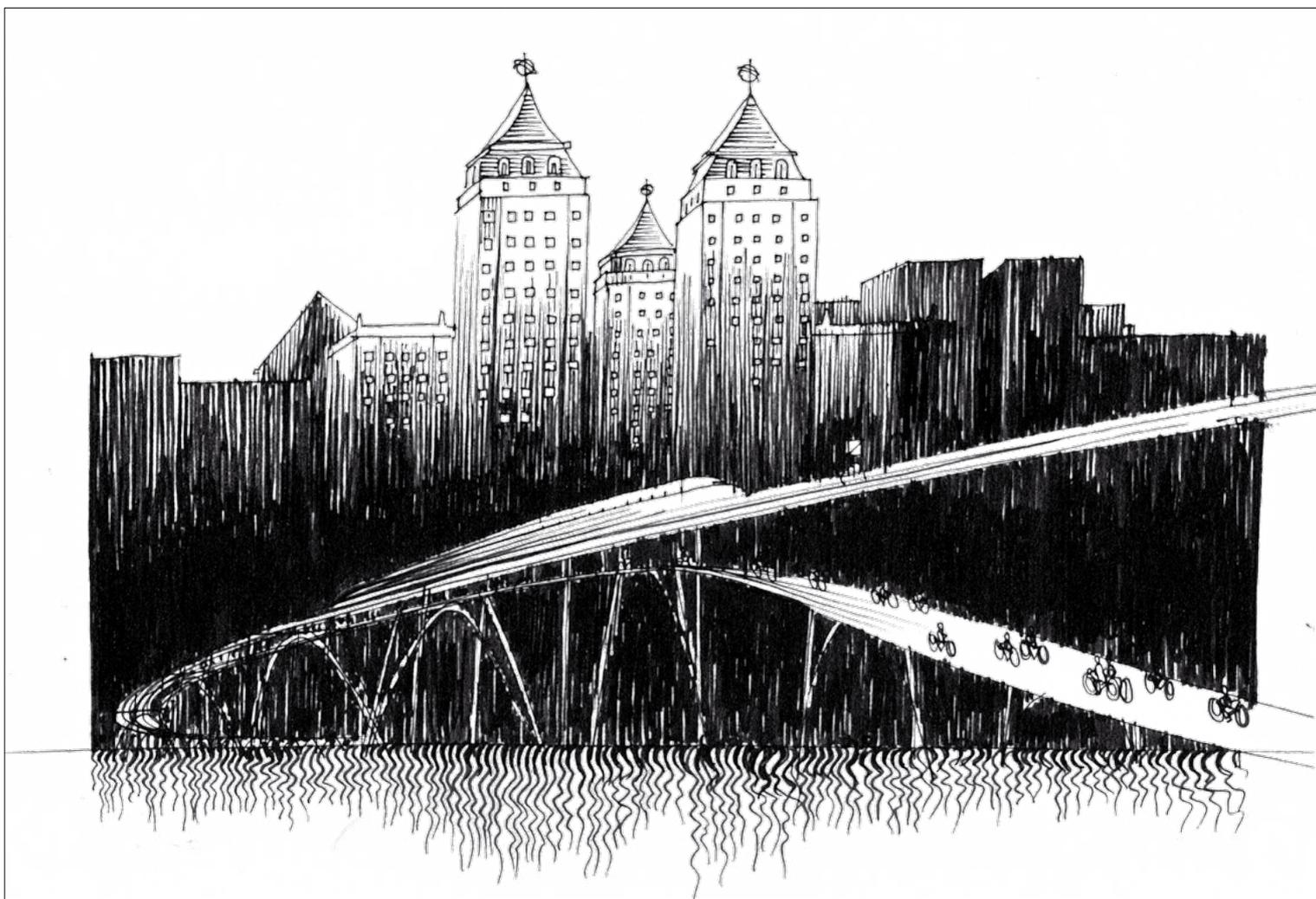




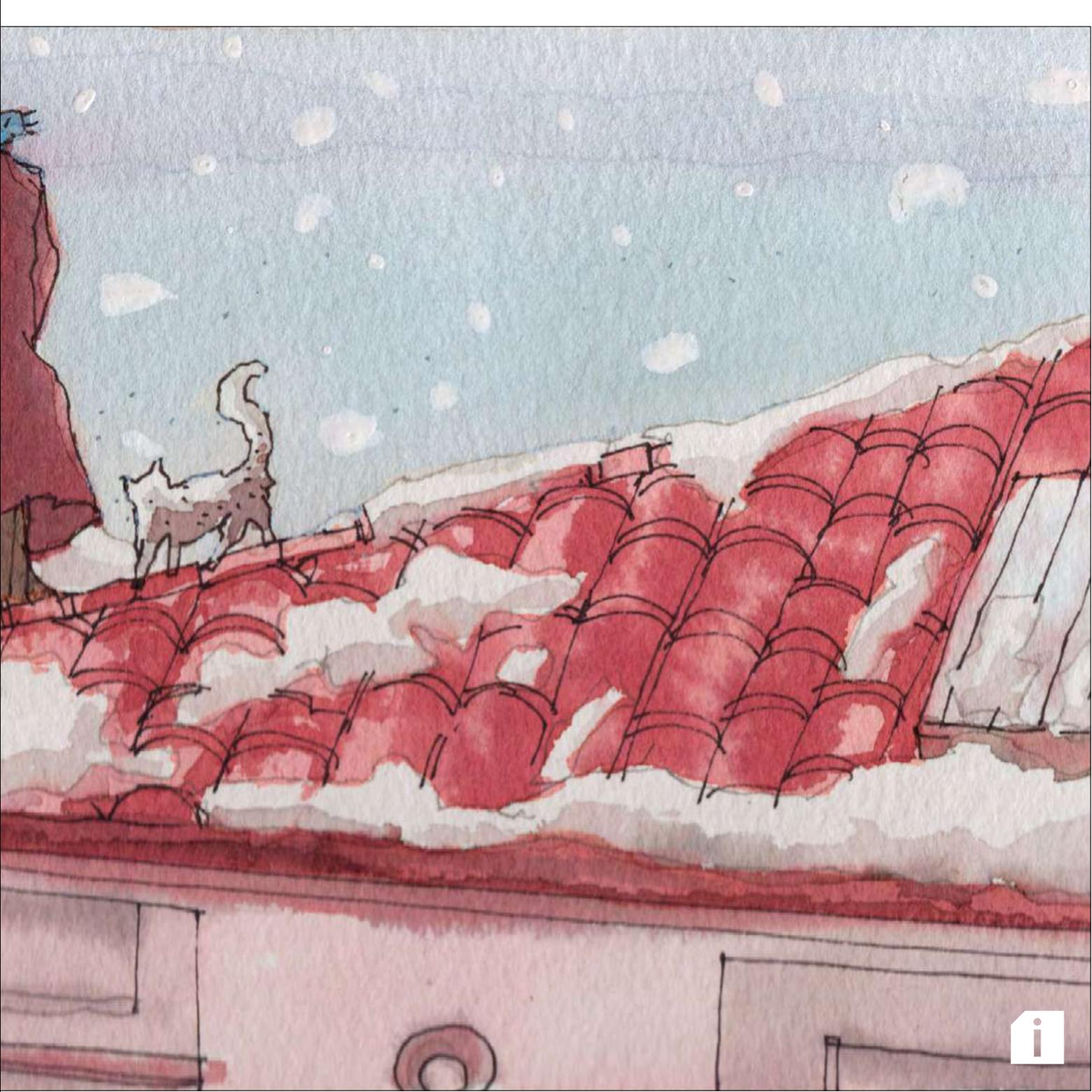
5

Instantâneo: o homem que está do outro lado da rua há-de ser meu amigo, o miúdo por quem passei há pouco é um génio e escreverá uma obra admirável quando for velho, o velho que está com ele morrerá antes de o pressentir sequer, aqueles dois que esperam o sinal de passagem do outro lado não se conhecem mas casarão daqui a precisamente três anos, os outros dois que se beijam ao lado estarão separados dentro de um ano, o homem que entrou no táxi não sabe mas vai ter um missão e salvará a vida de 12 pessoas, o outro que saiu do táxi é um assassino, vai a caminho da sua vítima e sabe-o, a mulher que comigo agora se cruza será o meu grande amor e ambos ainda não o sabemos...

É na cidade que existe que existe a cidade que não existe.
é na cidade que não existe que nós existimos e nos encontramos porque só nos encontramos não na realidade que temos mas sim na que acreditamos porque não somos senão ficção uma miragem na cidade habitada.
Uma cidade é feita da substância de que são feitas as histórias.
E é a cidade, no seu enredo de acasos e destino, que cria as suas ficções como se secretamente sussurrasse as histórias dos seus habitantes por entre as ruas onde eles se cruzam.









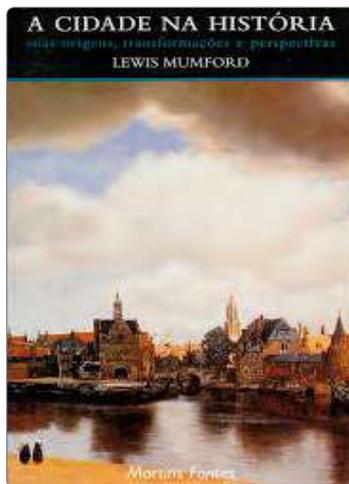


Bibliografia selecionada

João Seixas

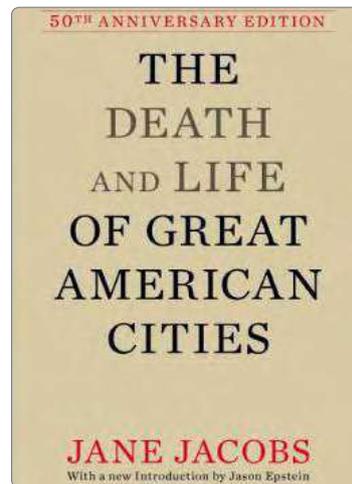


Projeção e
estratégia urbana.
Bibliografia
Internacional
de base.



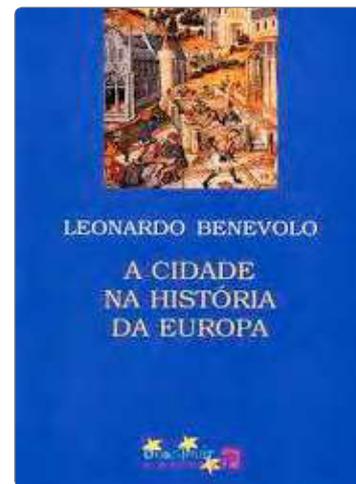
Lewis Mumford
(1998, 1ª edição 1961)
A cidade na História
São Paulo, Martins Fontes

Um dos livros mais seminais (a edição original é de 1961) sobre a evolução das cidades, e sobretudo na sua relação com os paradoxos do desenvolvimento humano. Mumford parte de algumas indagações de base: “O que é uma cidade”; “como e porque se criaram e desenvolveram”; “que processos promovem”; “que funções desempenham”; “que finalidades preenchem”. Colocando em seguida os conceitos de alternativa e de utopia. “Existe ainda uma alternativa real a meio caminho entre a Necrópolis e a Utopia – a possibilidade de se construir um novo tipo de cidade que, livre das contradições internas, enriquecerá e incentivará de maneira positiva o desenvolvimento humano?” (p.9).



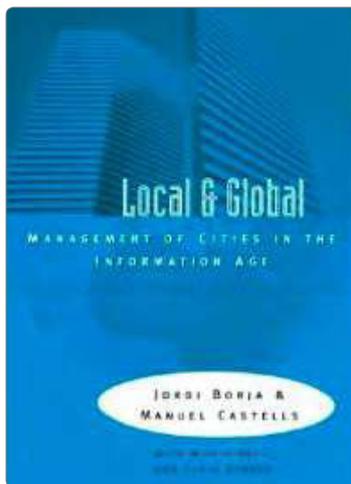
Jane Jacobs (1961)
**The death and life of
great American cities.**
New York e Toronto: Random House

Este livro de Jane Jacobs tornou-se famoso sobretudo por levantar a necessidade de se desenvolverem novas visões e mesmo novas estruturas de uma possível ciência urbana pós-modernista. Contém duras críticas às práticas de urbanismo e de renovação urbana modernista e ‘ortodoxas’ feitas até então – e ainda hoje muito prosseguidas – e desenvolve a valorização de elementos mais primordiais da vida urbana, em perspectivas mais socioeconómicas e mesmo culturais e etnográficas – ou seja, dos quotidianos humanos – para um melhor entendimento da qualidade de vida e dos direitos humanos na cidade. Sobretudo nas componentes da diversidade, da informalidade, das redes sociais. E, a partir desta valorização dos elementos primordiais de vitalidade urbana, para o desenvolvimento de novas formas de planear e actuar na e com a cidade.



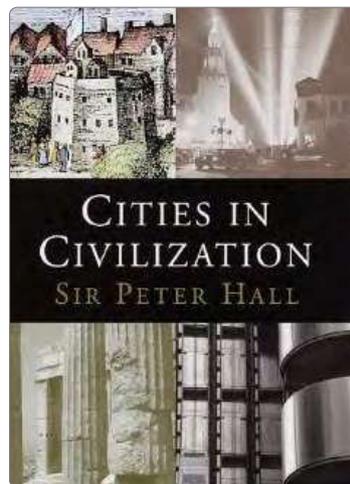
Leonardo Benevolo (1995)
A cidade na história da Europa
Lisboa: Editorial Presença

Um livro fundamental para o entendimento sincrético da evolução da cidade Europeia. Leonardo Benevolo examina a construção e o crescimento dos centros urbanos no Velho continente desde o século X até aos nossos dias; identificando os traços mais marcantes da construção urbana. O ensaio torna-se numa magnífica viagem através do desenvolvimento de cidades e de metrópoles, de centros e de periferias, mostrando as complexidades e as imperfeições de um crescimento orgânico assim como a emergência das escolas e funcionalidades urbanísticas, em função dos movimentos económicos e dos quotidianos dos habitantes; bem como em função das mutações das sociedades, até ao período contemporâneo.



Jordi Borja e Manuel Castells (1997)
Local and Global – Management of Cities in the Information Age
Earthscan Publications, Londres

Escrito por dois dos mais notáveis pensadores sobre a cidade contemporânea, este livro desafia a perspectiva de que as cidades irão fragmentar-se como formas territoriais de organização social, perante a revolução tecnológica e informacional desencadeada desde os anos 1990. Pelo contrário, argumenta-se que com as novas tecnologias de informação, o papel das cidades irá tornar-se ainda mais relevante, como nós fundamentais em processos de reestruturação mais dinâmicos e criativos, entre local e global. As cidades, por muito que se alterem, continuarão a ser os focos centrais de organização social, de gestão política e de expressão cultural, espaços vitais para lidar com as questões sociais e ambientais da humanidade e do planeta.

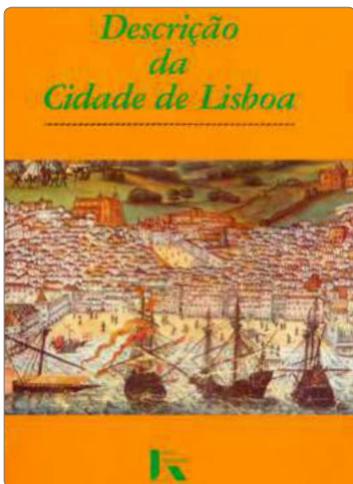


Peter Hall (1998)
Cities in Civilization
Londres, Weidenfeld & Nicolsan

Numa amplitude histórica com mais de 2500 anos, este livro coordenado pelo mais famoso geógrafo inglês é uma magnífica homenagem à cidade como berço da civilização ocidental. Com base em diversas contribuições de economistas, geógrafos, historiadores, sociólogos e urbanistas, Sir Peter Hall examina o desenvolvimento de vinte e uma cidades – da Atenas de Péricles à Florença da Renascença, da Manchester da Revolução Industrial à Detroit de Henry Ford – descrevendo de forma muito viva as suas dinâmicas, tendências, agentes principais, afirmações, decadências. Para tal, Hall identifica quatro expressões distintas de inovação urbana: o crescimento artístico, o progresso tecnológico, a junção da cultura com a tecnologia; a criação efectiva de visões e de caminhos para as questões da evolução, em cada momento.

Projeção e
estratégias
urbanas
em Lisboa





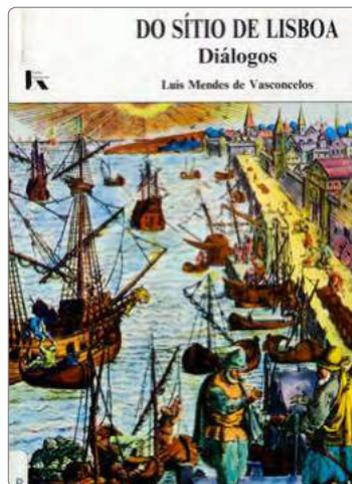
Damião de Góis
(2001, 1ª edição 1554)

Descrição da cidade de Lisboa.
Lisboa, Livros Horizonte



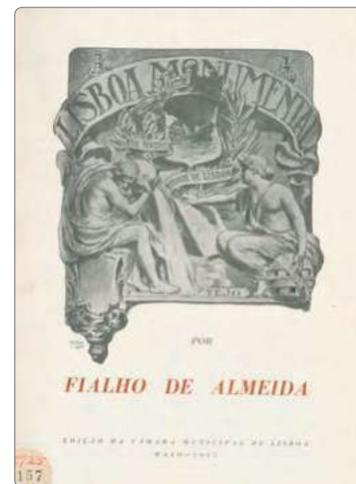
Francisco d' Holanda
(manuscrito 1571, 1984)

**Da Fábrica que Falece à
Cidade de Lisboa.**
Lisboa: Livros Horizonte



Luís Mendes de Vasconcelos
(1ª edição 1608, 1990)

Do sítio de Lisboa. Diálogos.
Lisboa: Livros Horizonte



Fialho de Almeida
(1ª edição 1906, 1957)

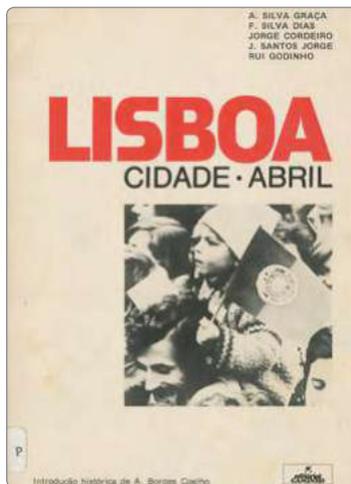
Lisboa Monumental
Lisboa: CML

Livro editado pela primeira vez no ano de 1554; envolve uma magnífica descrição da Lisboa de quinhentos, reproduzindo assim não somente as grandes mudanças – e respectivas visões – em curso na cidade pelos ventos e ritmos da história da época, que colocariam Lisboa no seu centro; mas também os ritmos de uma viagem particular de um visitante chegado a Lisboa por via marítima, que circunda a cidade e chega à Costa do Castelo. Efectuando em seguida uma visita a sete edifícios seleccionados da cidade, no que se incluem apontamentos pitorescos e satíricos. Segundo se pensa, esta obra foi escrita com o propósito de envio de conhecimento sobre a Lisboa da época, quer aos visitantes da cidade, quer aos ilustrados da Europa do Renascimento, alguns deles conhecidos directos ou correspondentes do autor.

Livro referido como um dos primeiros ensaios sobre urbanismo – e planeamento, diríamos – na Ibéria. É desenvolvida uma ampla e determinada visão da Lisboa da segunda metade de quinhentos, incluindo não somente um certo diagnóstico da cidade, com carências e limitações para a sua verdadeira projecção; bem como uma série de projectos e de propostas de soluções para alguns dos maiores problemas urbanos da época, como o da sua defesa e o do seu abastecimento de água. A obra inclui, para tal, diversas imagens e esboços muito expressivos, ilustrativos das propostas.

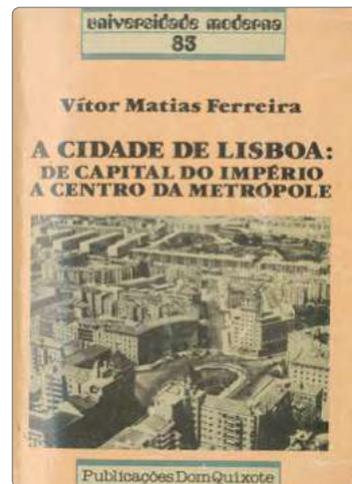
Obra em forma de ensaio que salienta as qualidades e virtudes da cidade de Lisboa de inícios de século XVII. Com diversos propósitos: para convencer Filipe II a mudar a sua capital de Madrid para Lisboa; mas também para alterar ideias políticas e económicas sobre o Império, salientando assim o papel da cidade de Lisboa como possível base central e organizada de comércio e de indústria a uma escala já tendencialmente global. São assim revistos e analisados diversos elementos-chave da cidade, tais como as suas fortificações, ou a organização de diversas logísticas como a água e a alimentação. Todos estes aspectos escritos de forma cuidada, erudita mas também acessível; tornando-se assim este livro uma óptima referência para os projectos e projecções feitas para a cidade nos séculos vindouros.

Um livro de viva expressão modernizadora e futurista de início do século XX, propondo opções muito arrojadas para a cidade. As ideias de Fialho para Lisboa foram primeiramente editadas em dois textos na *Ilustração Portuguesa* com o título de *Lisboa Monumental*, e mais tarde justamente editados em livro. É aqui proposto um conjunto de intervenções para tornar a cidade mais cosmopolita e moderna; na criação de vários monumentos, na própria alteração dos bairros históricos, e sobretudo através do aumento das escalas de enfoque e de intervenção na cidade, à imagem das grandes e desenvolvimentistas Madrid e Paris que Fialho admirava.



A. Silva Graça, F. Silva Dias,
Jorge Cordeiro, J. Santos
Jorge e Rui Godinho(1979)
Lisboa, Cidade-Abril
Lisboa: Editorial Caminho

Livro-manifesto e muito relevante quer para o contexto democrático na altura recente, quer para a defesa de novos princípios e direitos na cidade. Subdivide-se nos seguintes pontos: Para a história de Lisboa; Sítios e problemas; Temas e Problemas; Planos; Abril – Esperança; O Governo da cidade; Manifesto para o governo da cidade. Muitas das ideias aqui expressas constituíram tema de debate político nos anos 80 e foram retomados no programa da Coligação “Por Lisboa”, vencedora das eleições de 1989. Entre outras, poder-se-ão destacar a restituição do rio à cidade; a revitalização da Baixa e a reabilitação urbana; o controlo da transformação económico-urbanística da cidade; a permanência dos estratos sociais da população; o realojamento da população das barracas junto dos seus locais de trabalho ou de residência; uma pré-visualização metropolitana de ordenamento do território; a desconcentração de serviços para as juntas de freguesia.



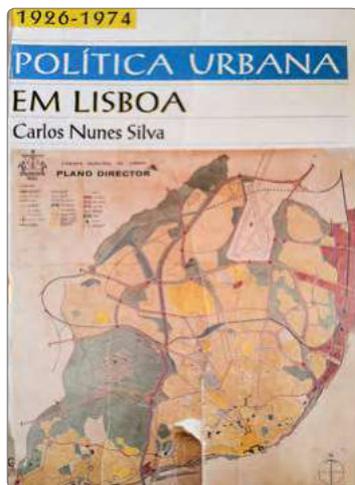
Vitor Matias Ferreira (1987)
**A Cidade de Lisboa: de
Capital do Império a
Centro de Metrópole**
Lisboa, Publicações D. Quixote

Obra que contempla uma ampla análise sociológica da evolução da urbanidade, do pensamento e da acção política sobre Lisboa, na primeira metade do século XX. O livro aborda por conseguinte diversas temáticas, da organização social e económica do território urbano da capital, à sua reestruturação como capital de um vasto império ultramarino; e dos seus processos de urbanização ao desenvolvimento das políticas de planeamento e de ordenamento urbano. A Lisboa do Império, e que bascula entre um procurado vigor político-mercantil com permanentes e profundas debilidades socioeconómicas; vai paulatinamente dar lugar a uma Lisboa centro urbano de uma área metropolitana fragmentada e com novos tipos de desequilíbrios, agora de ordens e de razões mais internas, mas também mais complexas.

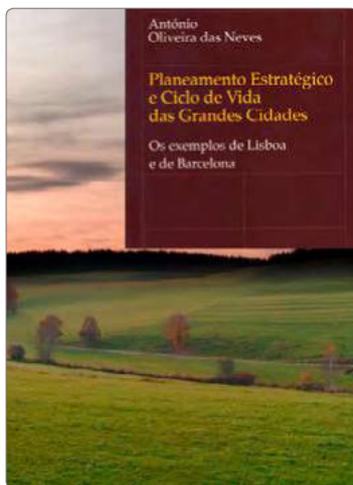


Raquel Henriques da Silva (coord.)
(1989)
**Lisboa de Frederico
Ressano Garcia, 1864-1909.
Catálogo de exposição**
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/
Fundação Calouste Gulbenkian

Catálogo de uma exposição efectuada na altura e que mostra uma vasta documentação – sobretudo em termos de belas peças cartográficas e ainda de desenhos e fotografias – sobre as utopias, planos e projectos deste rico período da história e da produção urbanística na cidade de Lisboa; com enfoque mais particular nos planos da Avenida e das Avenidas Novas, mas também enquadrando outras áreas tais como a Avenida dos Anjos. Os textos de José Augusto França, Raquel Henriques da Silva e José Manuel Fernandes enquadram uma análise deste período e dos seus principais protagonistas, sobretudo o engenheiro camarário Frederico Ressano Garcia.



Carlos Nunes Silva (1994)
Política urbana em Lisboa, 1926-1974
Lisboa: Livros Horizonte



António Oliveira Neves (1996)
Planeamento Estratégico e ciclo de vida das grandes cidades: Os exemplos de Lisboa e de Barcelona
Celta Editora, Oeiras



José Augusto França
(1997, 3ª edição actualizada)
Lisboa: Urbanismo e Arquitectura
Lisboa. Livros Horizonte



Raquel Henriques da Silva (1994)
Lisboa romantica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874
Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998. Tese de Doutoramento, 2 vols. (policopiado)

Excelente análise sobre as importantes etapas e alterações nos domínios de planeamento e intervenção das políticas urbanas em Lisboa, ao longo dos segundo e terceiro quartos do século XX. Do simples controlo de usos e de transformação do solo, as políticas urbanas passaram cada vez mais a envolver uma pró-actividade nas questões económicas e sociais. Para tal, expõe-se a evolução das formas, conceitos e tipos de planeamento e de intervenções geridas pela autarquia municipal durante o período do Estado Novo e da Ditadura Militar; sobretudo ao nível dos diversos planos entretanto produzidos e postos em prática.

Análise comparativa entre os processos de planeamento estratégico das cidades de Barcelona e de Lisboa. A capital catalã foi, durante as duas últimas décadas do século XX, objecto de um dos mais celebrados e estudados processos de valorização estratégica e de transformação urbana e urbanística. Os seus principais processos de racionalidade estratégica são aqui apresentados; e comparados com os processos paralelos decorridos em Lisboa e conducentes ao PEL de 1992. Entendem-se lógicas similares mas, sobretudo, estruturas e recursos distintos – e, como tal, resultados diferenciados – entre os processos de qualificação estratégica destas duas cidades ibéricas.

Da selecção bibliográfica do número 1:

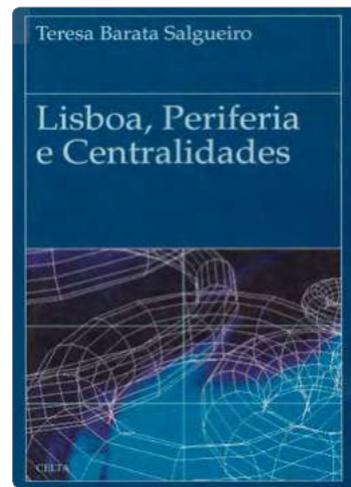
"História crítica de Lisboa desde o sítio pré-histórico, as ocupações fenícias, romana, visigótica e moura e a reconquista crista (1147). Segue-se "A Cidade Medieval" até as modificações estruturais da "Cidade Manuelina e Filipina" e da "Cidade Joanina" de Setecentos. O terramoto (1755) e a reconstrução da "Cidade Pombalina" ocupa o capítulo IV. Seguem-se a "Cidade Romântica" e a "Capitalista" marcada pela abertura da Avenida e continuada pela "Cidade Modernista" dos anos 20 e pela "Cidade do Estado Novo" (aeroporto, 1942; Plano Groer, 1948; metropolitano, 1959; ponte sobre o Tejo, 1966) e "da II República" (Centro Cultural de Belém, 1994; Exposição Universal, 1998 – que levou ao desenvolvimento da zona oriental). Nota biográfica e Tabua Cronológica." (José-Augusto França)

Da selecção bibliográfica do

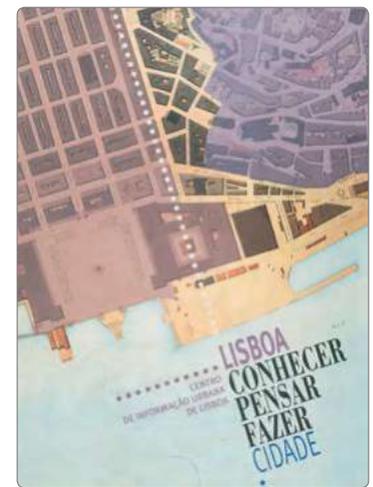
número 1: "A autora conduz-nos ao longo de um século de história urbana da cidade, desde o afastamento do marques de Pombal do poder até a nomeação de Frederico Ressano Garcia como engenheiro-chefe da Repartição Técnica da CML, "um tempo que pode ser considerado historicamente *fraco* porque não emergem nele nem personalidades nem ideias estruturadas", e por isso menos estudado. "A cidade no final do Antigo Regime", "A cidade liberal e burguesa" e "A cidade da Regeneração" são abordadas nas vertentes do urbanismo e da produção arquitectónica, através das suas vivências, das mutações e permanências, dos seus paradigmas estéticos e funcionais, da obra realizada e das utopias. Dados novos, recolhidos nos *Livros da Decima da Cidade* e nos *Cartórios Notariais*, informam-nos sobre a construção e os promotores de muitos dos edifícios de arquitectura civil analisados." (Rita Megre)



Helder Carita (1999)
Lisboa Manuelina
Lisboa: Livros Horizonte



Teresa Barata Salgueiro (2001)
Lisboa, Periferia e Centralidades
Oeiras, Celta Editora

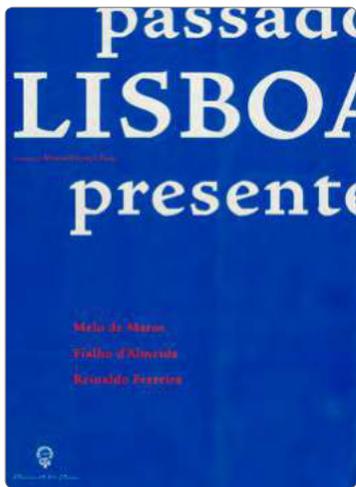


Maria Helena Barreiros
(coord.) (2001)
**Lisboa – Conhecer, pensar,
fazer cidade CML/Urbanismo**
Departamento de Informação
Urbana, Lisboa

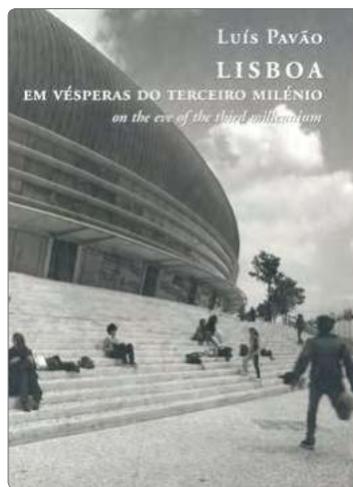
Da selecção bibliográfica do número 1: "Obra dedicada ao reordenamento urbano ocorrido em Lisboa durante o reinado de D. Manuel. Após uma reflexao sobre os antecedentes urbanísticos medievais de Lisboa, o autor centra-se no primeiro programa de reordenamento da capital de finais do século XV. A legislação merece também um capítulo próprio. Em seguida, o autor desenvolve o tema da evolução urbanística sobre partes específicas de Lisboa (Cata-que-Farás, Boavista, Vila Nova da Oliveira, Ribeira, Rossio, Bairro Alto). Nos capítulos seguintes estuda-se a conjuntura cultural e ideológica. Nos capítulos finais, o autor foca temas diversos: sistemas construtivos, teorias e metodologias, legislação e modelos urbanísticos. O trabalho é todo ele bem documentado e ilustrado com plantas da cidade. Contém ainda um apêndice documental e uma considerável bibliografia disposta tematicamente." (Manuel Fialho)

Da selecção bibliográfica do número 4: "Esta obra panorâmica dá-nos conta das transformações sentidas pela metrópole lisboeta no final do sec XX e os desafios sentidos no novo quadro da globalização, equacionando o seu posicionamento na dinâmicas competitivas e nas novas lógicas de organização espacial, tendo por fundo uma cidade cuja geografia social se altera significativamente e que se apresenta progressivamente fragmentada. Neste quadro, dando conta, por um lado, das dinâmicas mais gerais associadas à (re)produção do espaço urbano e, por outro, das dinâmicas de apropriação do território, mostrando como as estruturas sociais se traduzem na organização funcional do espaço, esta obra é um ponto de partida crucial para perceber as dinâmicas da metrópole lisboeta actual e os processos de revitalização que nela ocorrem." (Pedro Costa)

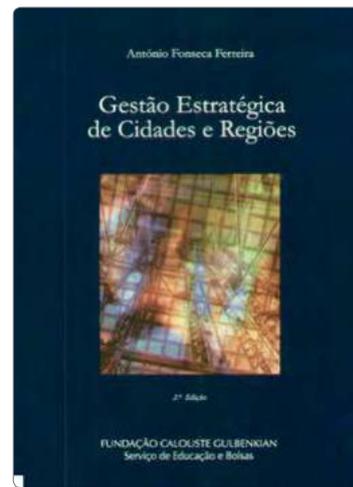
Catálogo de uma exposição apresentada no CIUL (Centro de informação Urbana de Lisboa) no início da primeira década do novo século; sobre as formas de pensar e de actuar sobre a cidade de Lisboa, desde o século XVI até ao final do século XX. Assinalando-se os conceitos, elementos e traços mais significativos do urbanismo de cada época analisada, para a capital portuguesa; bem como as visões e utopias subjacentes. O livro inicia-se com uma reflexão em torno do pensamento e do desenho da cidade por Francisco Silva Dias; e desenrola-se com textos analíticos de cada época por Helder Carita (Lisboa Manuelina), Walter Rossa (Lisboa Joanina), Maria Helena Ribeiro dos Santos (arquitectura Pombalina), Raquel Henriques da Silva (o planeamento da cidade Burguesa), Ana Tostões (o Plano de Alvalade), Teresa Valsassina Heitor (a expansão a Oriente), e Leonel Fadigas (a cidade no fim do Milénio).



Manuel Graça Dias (org). (2001).
Passado Lisboa Presente
Lisboa futuro [Lado A: Passado Lisboa presente]
Lisboa: Parceria A. M. Pereira



Luís Pavão (2002)
Lisboa, em vésperas do terceiro milénio
Lisboa: Assírio e Alvim



António Fonseca Ferreira (2005)
Gestão Estratégica de Cidades e Regiões
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian



Manuel Salgado (2006)
Atlas urbanístico de Lisboa
Lisboa: Argumentum

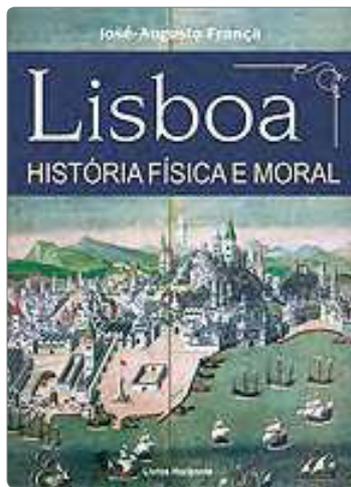
Da selecção bibliográfica do

número 4: “As transformações de Lisboa, sobretudo as verificadas na década que antecedeu a transição do milénio (década de grandes investimentos e de todas as utopias...) são o fulcro do olhar sobre Lisboa que nos é oferecido nesta obra a partir da fotografia de Luís Pavão. Uma Lisboa que é confrontada com a obsolescência da cidade tradicional, das suas formas e das suas representações e que é aqui, de forma original, assumida na sua multiplicidade e na sua pós-modernidade, com um olhar aberto às lógicas de renovação, urbanística, mas também socioeconómica e cultural, e à progressiva integração de Lisboa com os seus subúrbios. É um olhar que renova a iconografia lisboeta, na linha de outras obras marcantes na fotografia sobre Lisboa e as suas identidades na 2ª metade do século XX, mas que aqui, de forma holística e inovadora, Luís Pavão intencionalmente centra em torno da noção da (re)vitalidade urbana de uma cidade em profunda transformação que se prepara para acolher o novo milénio, dialogando em simultâneo com passado e futuro. (Pedro Costa)

Um belo livro, dividido em dois lados com o objectivo de diálogo entre utopias – e entre utopistas. De um lado, três conjuntos de textos de início do século XX – de Melo de Matos (Lisboa do ano 2000); de Fialho de Almeida (Lisboa Monumental, obra referida nesta bibliografia seleccionada); e de Reinaldo Ferreira, ou o famoso repórter X (Reportagens Proféticas) – todos propondo uma série de projecções para o futuro de Lisboa. Do outro lado, as reflexões e propostas contemporâneas de Manuel Graça Dias em início do século XXI; propostas fortes e pelo menos tão arrojadas como as dos seus colegas de há cem anos atrás; subdivididas em três grandes conceitos-princípios: mobilidade, densidade, modernidade (e incluindo diversas fotos, desenhos e mapas). Propostas para “um futuro urbano que todos desejaríamos mais amável, solidário e moderno”. A projecção das críticas e das propostas à cidade é aqui exposta de forma

Livro escrito por um dos coordenadores do primeiro movimento racionalista e estruturante de planeamento estratégico em Lisboa – o que deu origem ao Plano Estratégico de Lisboa de 1992. Defende-se que o planeamento estratégico é a metodologia processual mais eficaz e impactante para enfrentar os novos e complexos problemas e desafios económicos, sociais e culturais, de gestão e de governabilidade que se colocam às cidades e às regiões metropolitanas. Esta obra constitui, em simultâneo, um testemunho vivo do próprio autor e coordenador técnico do processo do PEL de 1992. Assumindo a expectativa de uma adequada divulgação dos conceitos e processos de planeamento estratégico, contribuindo assim para mudanças qualificadas na gestão e na governança dos territórios urbanos.

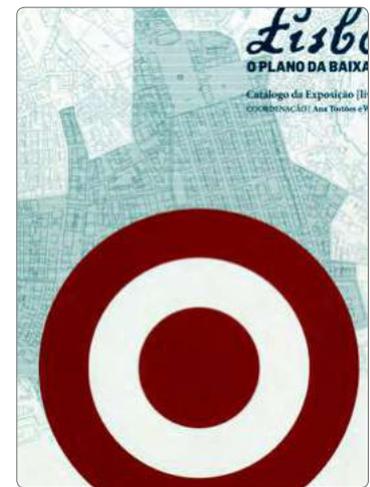
Livro que apresenta diagnósticos urbanísticos de múltiplos territórios de Lisboa, desenvolvidos (em colaboração com os seus alunos) por um dos principais mentores das estratégias urbanas para Lisboa nos tempos mais recentes, justamente vereador do urbanismo da Câmara Municipal desde 2007 até à presente data. Para cada uma das zonas da cidade analisadas, é apresentada uma breve descrição bem como propostas de valorização dos respectivos espaços públicos e da vida urbana.



José Augusto França (2008)
Lisboa, História Física e Moral
Lisboa: Livros Horizonte

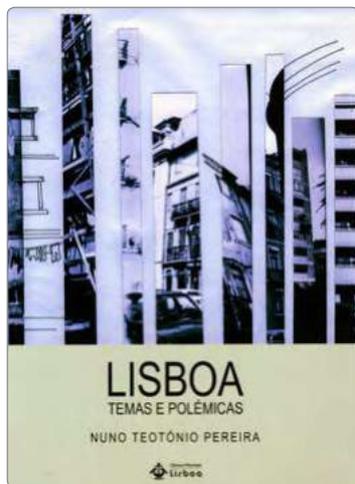
Livro de notável fôlego que abarca a evolução da estrutura, perfil e carácter da cidade de Lisboa, num período que se estende dos tempos do Paleolítico à Expo 98. Combinando política, sociedade, urbanismo, economia e cultura; histórias pessoais com história colectiva. Para devida apresentação, aqui fica o texto de abertura: «Intitula-se “História Física e Moral” esta História de Lisboa – e assim crê o autor que devem ser as histórias de todas as cidades, feitas de ruas e casas, tanto quanto de gentes que as percorrem e habitam. As pedras mortas, que se acumulam por protecção e as vivas (“ce sont hommes”, Pascal), que lhes dão sentido e necessidade, devem ser correlativas, para que a cidade exista em sua coerência. No tempo que a atravessa, os homens afeiçoam-se em engenhos e intrigas, procuram a felicidade possível, comportam-se, em suma, como seres humanos, bons e maus, ou nem isso, em seus costumes que os séculos mudam em morais e modas. E constroem por comodidade e lucro, por vaidade também, e devoção,

quando foi caso disso; por necessidade de criação, nos mais nobres casos». Nesta cidade, segundo o autor, «Em oito séculos e meio de história” os lisboetas foram e vão vivendo a sua mansa continuidade, com benefício do clima – e do Tejo da sua necessidade de transporte e de recuperada ecologia, se o for, numa sociedade de consumo, mais físico e financeiro que moral». E desengane-se quem supuser que «por ir tendo, desde o século XIX, mais factos e dados registados, na abundância de informação disponível, a Lisboa de 2000 é mais importante do que a de 1500 (...). A todo o momento da leitura isso deve estar presente no espírito – como o esteve à responsabilidade do historiador», afirma José-Augusto França no prefácio da obra.



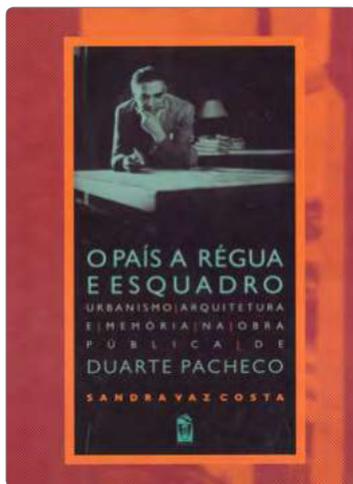
Ana Tostões e Walter
(coord.) (2008)
Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje, Catálogo da Exposição
Lisboa: CML

Da selecção bibliográfica do número 4: “Realizado no âmbito da exposição homónima, o catálogo reúne um conjunto de textos escritos, de diversos autores, e um disco no qual estão disponíveis os textos e elementos gráficos e audio-visuais da exposição, bem como o registo da sua montagem. Indo para além da discussão acerca do plano da Baixa de 1758 e da sua actualidade, esta obra permite problematizar as opções para a revitalização da zona na contemporaneidade através de diversos dos contributos nela patentes. Note-se que é uma obra que surge em paralelo à discussão política e à consubstanciação de novas opções nos projectos e programas de actuação da CML para revitalização da zona da Baixa-Chiado (em particular as propostas de 2006 e suas revisões de 2008, nas quais estiveram envolvidos alguns dos autores desta obra), estendendo portanto a intensa polémica então verificada a esse propósito”. (Pedro Costa)



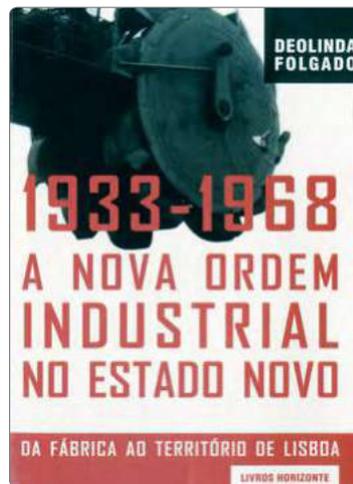
Nuno Teotónio Pereira (2011)
Lisboa, Temas e polémicas
Lisboa: Edição CML

Este livro inclui mais de 3 dezenas de textos e ensaios, escritos desde os anos 1960 até à actualidade, nos mais diversos formatos – textos para publicações, artigos de jornal, apresentações públicas, e ainda folhetos na clandestinidade – por uma das mais notáveis figuras da defesa da qualidade de vida e dos direitos na cidade. É assim, no seu todo, um testemunho muito vivo, crítico e inteligente, das diversas temáticas e polémicas que têm perpassado a história de Lisboa nas décadas mais recentes. São abordados temas desde as questões do direito à habitação à defesa do património; das apostas estratégicas e estruturantes (como a Expo 98) às mais recentes tendências de reabilitação urbana.



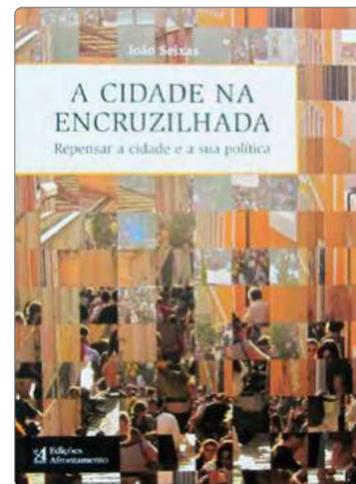
Sandra Vaz Costa (2012)
O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco
Lisboa: IST Press

Este livro aborda a Obra Pública empreendida por Duarte Pacheco e tem por principal objectivo contribuir para a clarificação do processo de concepção e concretização de todo um programa coordenado pelo político de 1925 a 1943. Referenciando o universo de estudo ao Urbanismo, Arquitectura e Memória Patrimonial no contexto português, com base na sua aplicação a seis estudos de caso, analisa-se no legado do político a relação entre o decreto, o projecto e o concreto. Considerando o modo de actuação e identificando o método de trabalho em áreas tão distintas quanto a direcção do Instituto Superior Técnico, a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério de Instrução Pública e o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a obra de Duarte Pacheco surge numa nova perspectiva, possível através da recolha de uma parcela importante de informação que clarifica o tempo, o modo, os serviços e os agentes que, no espaço de dezoito anos, modificaram a paisagem do país.



Deolinda Folgado (2012)
A nova ordem industrial no Estado Novo. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968.
Lisboa: Livros Horizonte

Compreender como ocorreu o desenvolvimento da indústria da segunda geração, associada à energia eléctrica, durante o Estado Novo, para um período de 35 anos (1933-1968), quer através da planificação urbana, quer da produção arquitectónica das fábricas e de alguns programas sociais implementados pelas empresas, constituiu um objectivo desta obra. A definição do conceito de fábrica moderna revelou-se essencial ao permitir apreender como a mudança de paradigma tecnológico se reflecte numa nova espacialidade dos edifícios industriais e na organização do território que os irá acolher. Com recurso a fontes variadas, como planos de urbanização, projectos de arquitectura, entre outros, foi possível reflectir sobre o modo como a indústria acompanhou e acelerou a transformação da cidade de Lisboa e de algum do seu território envolvente, caso do eixo Moscavide - Vila Franca de Xira. A especialização de áreas urbanas dedicadas à actividade industrial procurou uma qualificação indissociável de soluções arquitectónicas que transmitissem a ideia de fábrica moderna.



João Seixas (2013)
A Cidade na encruzilhada
Porto: Edições Afrontamento

Um livro que estrutura uma ampla reflexão em torno da cidade contemporânea e das suas formas e projecções de estratégia urbana, de governação e de cidadania. Para tal, o texto é estruturado a partir de quatro grandes dimensões: i) As mutações que se sucedem na cidade contemporânea, e que novos desafios (ou encruzilhadas) se colocam perante estas (capítulos 1, 2); ii) os actores que mais influenciam e fazem a cidade, e como interagem (capítulos 3 e 4); iii) os debates mais recentes em torno da possível modernização e da desejada democratização da política na cidade (capítulos 5 e 6); iv) uma análise crítica – e propositiva – dos sistemas e ambientes de governação de Lisboa, bem como uma série de propostas para uma mais visionária e estratégica regeneração urbana, suportada em princípios e em dinâmicas – também estas renovadas e reinventadas – democráticas (capítulos 7 e 8). O livro inclui uma vasta e actual bibliografia (nacional e internacional) sobre pensamento, planeamento e análise crítica urbana.







Geomonumentos de Lisboa

Cláudia Narciso Pinto

CV



INTRODUÇÃO

O Projeto *Geomonumentos de Lisboa* teve início com a inventariação dos afloramentos com interesse científico, pedagógico e cultural aflorantes na área afeta ao concelho. Além das mencionadas, as premissas para a seleção dos locais tinham por base a existência de condições de acessibilidade e visibilidade que permitissem a integração em percursos de divulgação e a constituição de *exomuseus* da natureza. Nesse âmbito foram inventariados e classificados 18 afloramentos, os quais se discriminam e localizam (Fig. 1).

Fig. 1 Enquadramento dos Geomonumentos na malha urbana do concelho

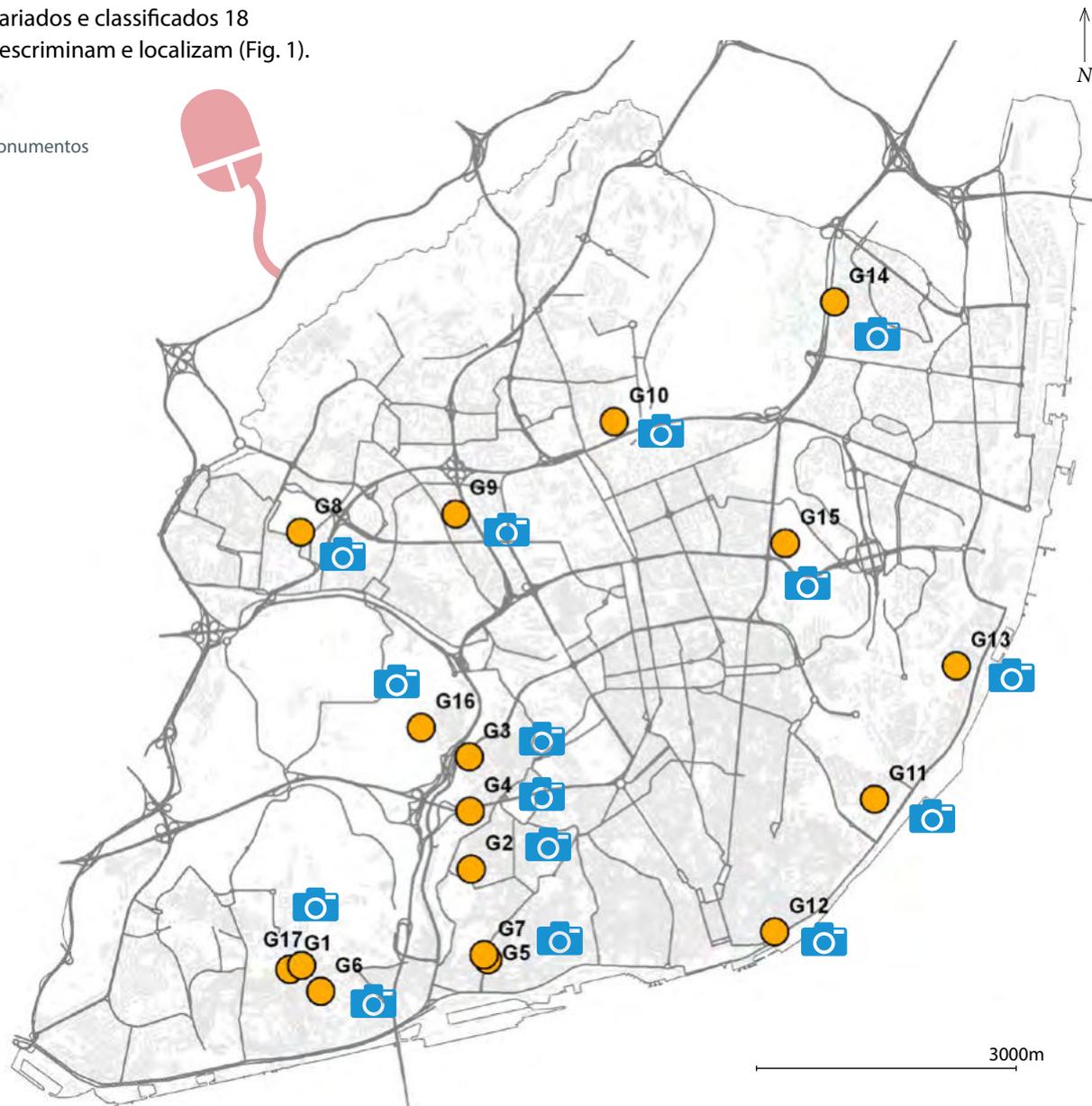
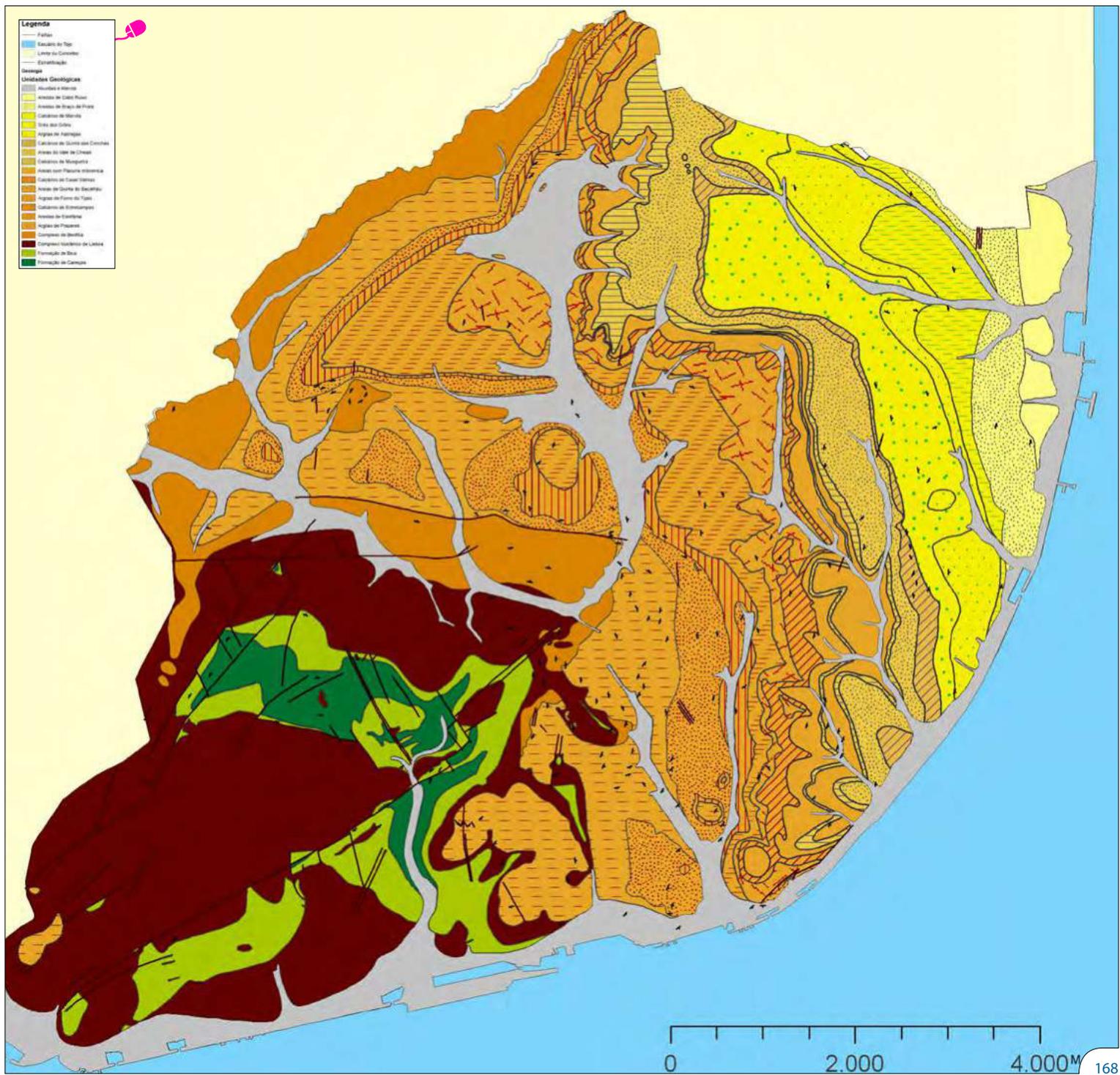


Fig. 2 Carta Geológica do Concelho de Lisboa.
Escala 1:10.000. Serviços Geológicos de Portugal



ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO

Lisboa situa-se na margem ocidental ibérica e nela afloram sedimentos datados do Período Cretácico até à idade holocénica.

Estes exibem uma litostratigrafia diversa que materializa os inúmeros acontecimentos geológicos ocorridos desde os eventos tectónicos congéneres da formação da Bacia Lusitânica, a que se terá seguido um período de subsidência que culminou na formação da Bacia do Baixo Tejo e Sado (Pais *et al.*, 2006).

A história geológica passível de ser observada na cidade retrata uma evolução paleoambiental que se inicia em ambientes marinhos recifais de pequena profundidade, seguidos de um episódio de vulcanismo basáltico subaéreo, ambientes continentais fluviais e lacustres até aos ambientes de transição que originaram a série miocénica de Lisboa. Nestes incluem-se ambientes marinhos costeiros de baixa profundidade, ambientes lagunares, fluviais e continentais (Terrinha *et al.*, 2010). Estes ambientes encontram-se materializados nas diversas formações geológicas que afloram no Concelho de Lisboa e que se encontram descritas na Carta Geológica, à escala 1:10.000, elaborada pelo Eng.º Moitinho de Almeida e publicada pelos Serviços Geológicos de Portugal (Fig. 2).

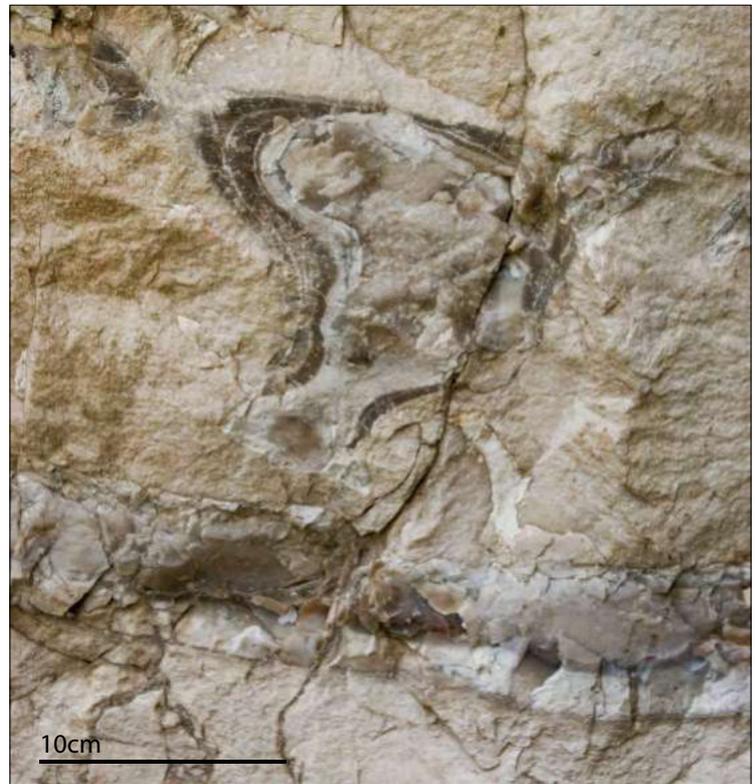
EVOLUÇÃO PALEOAMBIENTAL

No período Cretácico, há cerca de 100 a 97 milhões de anos, ter-se-ão criado condições para a sedimentação de “lamas”, num ambiente marinho, litoral, de águas quentes e pouco profundas, análogo aos dos atuais recifes de coral, conduzindo à formação de margas de cor amarelada, alternadas com bancadas de calcários margosos – *Formação de Caneças*. Nesta formação é possível observar inúmeros fósseis de gastrópodes (*Pterocera incerta*) e bivalves (*Exogyra pseudo-africana*), destacando-se ainda a presença de crustáceos, vegetais, equinodermes, foraminíferos e alguns vertebrados. Sobrejacente a esta unidade depositaram-se espessas séries de calcários compactos de cor branca, por vezes com aspeto apinhoados, que receberam a designação de *Formação de Bica*. À semelhança da unidade geológica anterior, são inúmeros os vestígios de fósseis associados a estes sedimentos; contudo, na parte superior desta unidade destaca-se a presença de rudistas, lamelibrânquios coloniais atualmente extintos, construtores de bancos recifais (Galopim de Carvalho, 1989; Pais *et al.*, 2006). Estas unidades podem ser observadas em conjunto nos Geomonumentos da Av. Calouste Gulbenkian (Fig.

169 3), Av. Duarte Pacheco e Parque da Pedra.

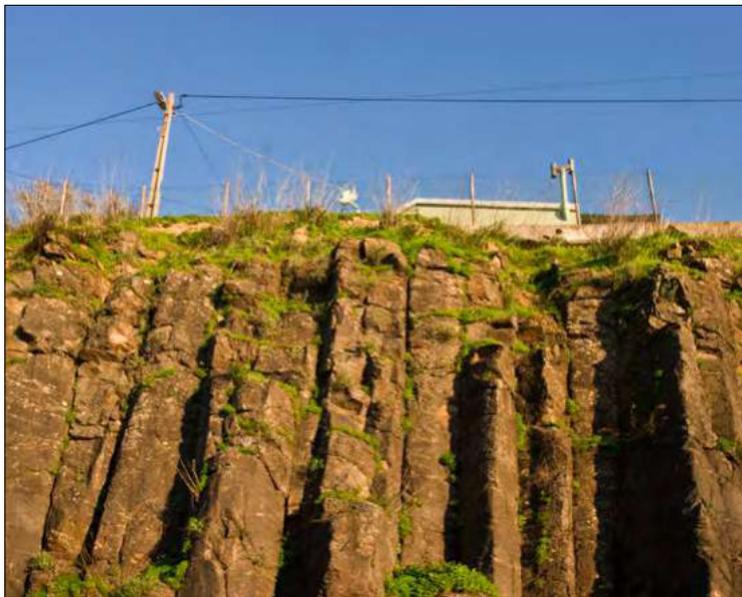
Fig. 3 Geomonumento da Avenida Calouste Gulbenkian – “Formação de Bica” sobrejacente à “Formação de Caneças”. Fot. José Vicente, 2009

Fig. 4 Pormenor dos nódulos de sílex visíveis no Geomonumento da Av. Infante Santo. Fot. José Vicente, 2009



No Geomonumento do Rio Seco aflora apenas a *Formação de Bica*. Ao longo do período de sedimentação e consolidação destes sedimentos ter-se-ão formado entre os recifes pequenas lagunas. A sua comunicação com o mar seria temporária, criando condições para a formação de bancadas de calcários folhetados, com restos de uma fauna empobrecida, onde se destacam abundantes leitões e nódulos de sílex (Moitinho de Almeida, 1994; Pinto *et al.*, 2010, 2011). Este aspeto é visível no Geomonumento da Av. Infante Santo (Fig. 4). Com a emergência das rochas formadas ocorreram processos erosivos que conduziram à carsificação e ao acentuamento do aspeto apinhado (originado por heterogeneidades texturais). Essas grutas foram aproveitadas pelos povos do Paleolítico como zonas de abrigo, tendo os mesmos usado o sílex presente como matéria-prima para o fabrico de armas, utensílios e pedreira. Foi este calcário, em algumas ocorrências conhecido por Lioz, que assegurou ao longo dos séculos o essencial da alvenaria, da cantaria e da estatuária de Lisboa sendo conhecidas antigas pedreiras na região do Monsanto, Ajuda e Vale de Alcântara (Pinto, 2005). Pode-se observar a sua presença nas fachadas de alguns edifícios e monumentos de Lisboa, entre eles o Convento do Carmo, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Palácio da Ajuda, assim como no empedramento dos passeios da cidade (Almeida, 1994; Galopim de Carvalho, 1999).

Fig. 5 Blocos exibindo disjunção prismática - Geomonumento da Rua Aliança Operária. Fot. José Vicente, 2009



Na pedreira do Rio Seco estes materiais foram também explorados para o fabrico de Cal.

Nos vestígios que nos contam a história geológica da cidade de Lisboa, seguiu-se um evento tectono-magmático, ocorrido há aproximadamente cerca de 75 a 70 M.a. na sequência de movimentos congéneres à tectónica alpina. A intensa fracturação gerada pela movimentação das placas permitiu a instalação de diversas condutas, chaminés e filões, que proporcionaram a subida de magma para a superfície. Essas lavas basálticas e piroclastos depositaram-se sobre as formações mais antigas e originaram o Complexo Vulcânico de Lisboa (CVL), que cobre grande parte do concelho. A atividade terá tido períodos inativos, materializados pela presença de materiais sedimentares intercalados (Almeida, 1994; CML, 2009; Pinto *et al.*, 2010, 2011). Segundo Galopim de Carvalho (1998), a maior parte destas rochas vulcânicas terão tido origem num único edifício vulcânico, com uma altura superior a 2000m, situado na região de Cheleiros - Malveira. Devido à distância do principal centro emissor, a espessura desta unidade na região de Lisboa ronda os 100m (Pais *et al.*, 2006). O Geomonumento da Rua Aliança Operária (Fig. 5) é composto por espessas escoadas basálticas onde é possível observar disjunção prismática, processo resultante da contração provocada pelo arrefecimento do manto basáltico, delimitando prismas aproximadamente hexagonais. Este afloramento materializa o CVL e situa-se na frente de exploração de uma antiga pedreira, na qual se localiza atualmente o Complexo Desportivo do Boa Hora Futebol Clube. As lavas basálticas pouco alteradas foram exploradas para britas e usadas no empedramento de vias e passeios, existindo algumas pedreiras em Lisboa (Almeida, 1994; Pinto, 2005). A alteração das lavas e cinzas originou solos agrícolas de excelente qualidade, conduzindo à ocupação dessas zonas desde a antiguidade como modo de subsistência das populações; no entanto, a indiscriminada ocupação urbana tem levado à extinção das melhores hortas da região de Lisboa (Almeida, 1994). Na sequência da instalação do CVL, assiste-se a um novo hiato sedimentar que terá durado cerca de 30 a 40 M.a., durante o qual terá ocorrido erosão das formações anteriormente depositadas (Galopim de Carvalho, 1999). Seguiu-se o Paleogénico e a atividade tectónica ocorrida durante este período (\approx 40 M.a.) originou dobras e falhas que afetaram as formações subjacentes.

Lisboa, ainda sem o Tejo a delimitá-la a sul, exibia uma paisagem continental, sub-árida, onde os fenómenos erosivos atuavam de forma intensa. Da destruição desses relevos resultaram grandes volumes de material muito heterogéneo, desde grandes blocos a materiais mais finos. O grande volume de materiais erodidos foi posteriormente transportado por uma rede hidrográfica que, embora pouco estruturada, exibia elevada capacidade, tendo sido depositado em leques aluviais (Pais *et al.*, 2006). Essas bacias, controladas por estruturas tectónicas e com reduzida ligação ao mar, condicionaram a deposição das espessas séries de carácter conglomerático que constituem o Complexo de Benfica. A oxidação dos minerais de ferro presentes nos sedimentos transportados, evidenciada pelos tons avermelhados, denuncia as características oxidantes do ambiente de deposição. Já durante o Período Miocénico (\approx 24 M.a.) assiste-se a um fenómeno de subsidência que origina a depressão tectónica de direção NE-SW designada por Bacia do Tejo (Pais *et al.*, 2006). O contexto transgressivo (avanço do nível do mar) instalado, culmina na deposição de sedimentos de origem marinha na área vestibular do Tejo (S e SW), passando a sedimentos fluviais para o interior (N e NE), que correspondem à série miocénica da região de Lisboa. Durante cerca de 15 a 20 milhões de anos, o mar avançou e recuou, deixando como testemunho 300m de alternância de rochas sedimentares (arenitos, argilitos, margas e calcários), indicadoras dos ambientes predominantemente continentais, costeiro de planície de inundação, marinho de plataforma continental e delta. Estes sedimentos exibiam elevado e diversificado conteúdo fóssilífero. Entre os fósseis encontrados incluem-se faunas marinhas (peixes, bivalves, gastrópodes, equinodermes, etc.) e faunas de assinatura continental (mastodontes, cavalos primitivos, hipopótamos, crocodilos, etc.) (Almeida, 1994; Galopim de Carvalho, 1999). Estes eventos encontram-se materializados nos Geomonumentos que se descrevem de seguida.

24 – 17 M.A.

No Miocénico Inferior, Lisboa localizava-se junto a um mar quente e pouco profundo, onde se desenvolviam corais e colónias de briozoários (Galopim de Carvalho, 1999). No Geomonumento da Rua Sampaio Bruno, é possível observar o fundo marinho de uma plataforma recifal.

Nos níveis de calcário argiloso destacam-se concreções carbonatadas que correspondem a colónias semiesféricas de briozoários com alguns centímetros de diâmetro (Fig. 6). O regime de agitação marinha da época levava a que estas colónias se movimentassem em vaivém, por rolamento nos fundos, à semelhança do que sucede com os sedimentos, conduzindo ao aspeto de estratificação entrecruzada visível no afloramento. Subjacente a este nível existe uma camada de natureza argilosa que terá sido explorada como barreiro pela antiga Cerâmica Lisbonense. Em terra, o terreno era plano e alagadiço. A ténue ligação ao mar promovia a existência de águas estagnadas, pobres em oxigénio, o que inibia os processos de decomposição biológica, favorecendo a conservação de matéria orgânica. Estas condições levaram à formação de níveis carbonosos, negros, e de níveis argilosos de cor acinzentada (CML, 2009; Pinto *et al.*, 2010, 2011), visíveis no Geomonumento da Quinta da Granja (Fig. 7).

Fig. 6 Pormenor das concreções carbonatadas (colónias de briozoários) no Geomonumento da Rua Sampaio Bruno. Fot. José Vicente, 2009

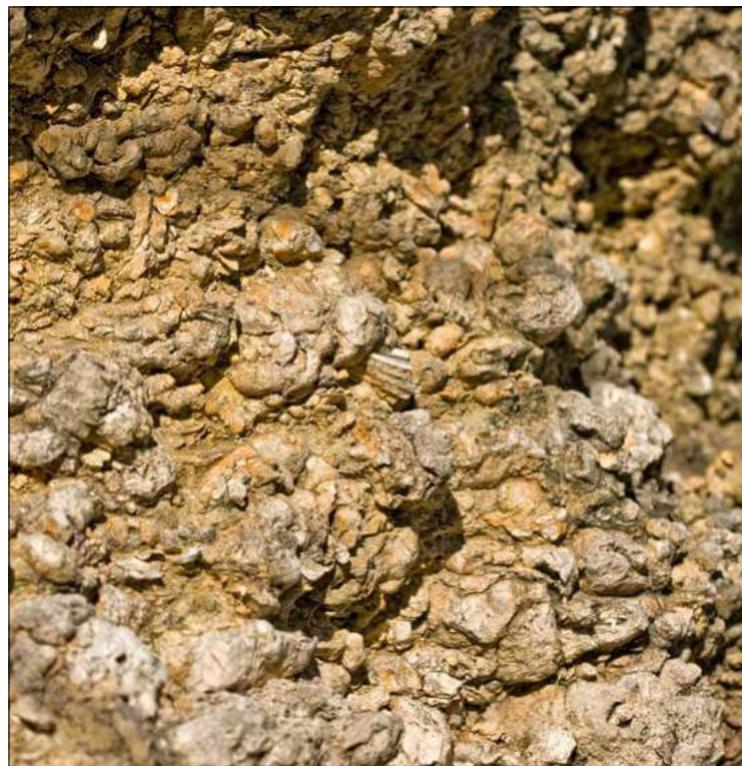




Fig. 7 Pormenor dos níveis carboníferos no Geomonumento da Quinta da Granja. Fot. José Vicente, 2009

Fig. 8 *Gryphaea gryphoides* visíveis no Geomonumento do Forte de Santa Apolónia. Fot. José Vicente, 2009

Fig. 9 Paleocanais - Galerias visíveis no Geomonumento da Rua Capitão Leitão. Fot. José Vicente, 2009



A transição entre a base do Miocénico de Lisboa, representada pelos níveis de argilas acinzentadas da formação Argilas de Prazeres e a formação sobrejacente, Areolas de Estefânia, é visível no Geomonumento da Rua Virgílio Correia. Do ponto de vista estratigráfico segue-se a formação dos *Calcários de Entrecampos*, de idade Burdigaliana (≈ 19 M.a.), visíveis no Geomonumento da Rua da Judiaria. Estes calcários receberam a designação de “Banco Real” e as suas bancadas foram exploradas como rocha ornamental e para a construção da zona histórica (Almeida, 1991). É ainda possível observar nos revestimentos de fachadas de alguns monumentos da cidade de Lisboa. No Geomonumento da Quinta do Lambert observa-se um ciclo transgressão – regressão, representado aqui pelas formações das *Areias de Quinta do Bacalhau* e *Calcários de Casal Vistoso*. Estas unidades exibem uma componente detrítica predominante resultante de erosão e transporte fluvial importante. Nesta época ter-se-ão formado lagunas, resultantes da descida do nível do mar, tendo-se instalado um clima mais continental, com influência fluvial - estuário (Zbyszewsky, 1964). No final do Miocénico Inferior estes terrenos ficaram emersos e percorridos por rios ladeados de praias fluviais e planícies aluviais onde pastavam rinocerontes (*Gaindatherium*), porcos selvagens (*Bunolistriodon*), cervídeos (*Dorcatherium*) e parentes próximos dos atuais elefantes (*Prodeinotherium*).

16 – 13 M.A.

No Miocénico Médio, a região de Lisboa ficava perto de um rio onde se instalaram praias fluviais e campos de dunas. A proximidade ao mar, com alguma influência da água salgada, permitiu a instalação de alguns bancos de ostras (*Gryphaea gryphoides*). Alguns exemplares destas ostras chegam a atingir os 40 cm de comprimento e caracterizam a unidade (Zbyszewsky, 1964; Almeida, 1991). (Fig. 8). Sobre a areia, vermes e crustáceos escavaram galerias (Fig. 9). Com a subida do nível do mar instalou-se aqui um ambiente marinho de pequena profundidade, onde se formaram calcários com fósseis de moluscos, algas e corais.

No Geomonumento da Rua Capitão Leitão pode observar-se uma alternância entre as unidades *Areias do Vale de Chelas* e *Calcários de Quinta das Conchas* – Miocénico médio. Esta transição materializa a máxima regressão (recoo do nível do mar) ocorrida. Estas formações exibem elevado conteúdo fossilífero onde se destacam jazidas de vertebrados, *Hispanotherium* (rinocerontes), *Megacricetodon primitivus* e, para o topo, *Megacricetodon collongensis* (roedores) (Pais *et al.*, 2006).

12 – 7 M.A.

No Miocénico Médio a Superior, a região de Lisboa ficava numa praia de águas quentes propícias à proliferação de organismos produtores de conchas de natureza calcária, com destaque para ostras e equinodermes que ficaram incluídos nas rochas calcárias.

No Geomonumento da Rua dos Eucaliptos é possível observar a formação de *Grés de Grilos*. Resultante de um evento regressivo, exhibe um nível base composto por arenitos grosseiros, a que se sobrepõe um estrato biocalcarenítico acastanhado, com abundantes fósseis de bivalves.

Já no Quaternário verifica-se o desenvolvimento e instalação da rede hidrográfica na sequência da descida do nível do mar (devido à subida regional do continente), episódio visível pela erosão fluvial que depositou as formações aluvionares nas margens das linhas de água, assim como pela presença de terraços fluviais evidentes na topografia (Pais *et al.*, 2006).

As formações geológicas do concelho de Lisboa foram exploradas para diversos fins:

- os calcários como alvenaria e para a construção de edifícios, como por exemplo o Castelo de S. Jorge e a Sé de Lisboa;
- as argilas usadas na indústria cerâmica;
- as areias, já no séc. XX, usadas no fabrico de betão.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO GEOLÓGICO

A principal medida de proteção consistiu na inclusão dos *Geomonumentos* no Plano Diretor Municipal de Lisboa (<http://pdm.cm-lisboa.pt>) - Planta de Qualificação do Espaço Urbano -, e na regulamentação das operações urbanísticas passíveis de serem realizadas nestas áreas. Em termos de planta, à área ocupada pelo afloramento foi acrescentado um perímetro de proteção de 10m no qual não é permitida construção. Quando nas imediações de uma via, a área de proteção estende-se até à mesma, de forma a assegurar a premissa da visibilidade

e acessibilidade, como é visível na figura 10. Como medidas de conservação destacam-se os trabalhos de limpeza realizados pelos serviços municipais, definição de projetos de arranjos exteriores e colocação de mobiliário urbano nas imediações dos Geomonumentos. Foram já concretizadas diversas intervenções, que nalguns casos culminaram na requalificação dessas áreas como parques urbanos. Destacam-se aqui o Geomonumento do Parque da Pedra, e o recém criado Parque Urbano do Rio Seco (Fig. 11).

Fig. 10 Delimitação do Geomonumento do Rio Seco na planta do PDM (A vermelho limite do afloramento. A azul limite de proteção)

Fig. 11 Parque Urbano do Rio Seco. Fot. José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC



ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO GEOLÓGICO

“Through interpretation, understanding; Through understanding, appreciation; Through appreciation, preservation”.

Tendo por base a filosofia do National Park Service (EUA), citada em Mathis (2005), considera-se prioritário dotar o público de ferramentas que possibilitem a visita aos locais de forma autónoma. Para isso há que facultar informação que permita a interpretação dos afloramentos e de meios para que a visita seja facilitada. Tendo em consideração o pressuposto, desenvolveram-se as seguintes estratégias:

Placard informativo

De forma a facilitar a interpretação dos locais, em colaboração com a DMAU (Direção Municipal de Ambiente urbano) foi desenvolvido um projeto de sinalética, financiado pela Fundação Millennium BCP, que visou o desenvolvimento de um elemento físico identificador dos Geomonumentos – totem (Fig. 12). O elemento exibe uma forma colunar e nele se inclui a seguinte informação sistematizada:

- Na face frontal do totem consta a planta do concelho e a localização de todos os Geomonumentos na malha urbana. Consta ainda a coluna litostratigráfica que identifica os andares e posiciona os afloramentos na escala geológica;
- Na face oposta foi incluída uma frase chave que serve de identificador do ambiente de deposição representado por cada um dos Geomonumentos, a que se segue a identificação da idade geológica. Os parágrafos seguintes permitem a interpretação do que se observa.

A informação encontra-se igualmente disponível em inglês. Na fig. 13 é possível observar o totem colocado no Geomonumento do Rio Seco (nascente), assim como o resultado dos trabalhos de arranjos exteriores realizados. Destaca-se a colocação de mobiliário urbano, nomeadamente iluminação pública que possibilita o destaque e visibilidade dos locais, mesmo à noite.

Fig. 12 Layout dos totens: Susana Jesus. Fot. José Vicente



Fig. 13 Totem do Geomonumento do Rio Seco (nascente). Fot. José Vicente, 2015.CML/DMC/DPC



Publicação em papel

Foi elaborado por técnicos da CML um livro intitulado “Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa” (CML, 2009), no qual se descreve alguns Geomonumentos do concelho.

A publicação é bilingue e vocacionada para o público em geral, com descrições simplificadas sobre os locais que poderão ser visitados.

Informação disponível online

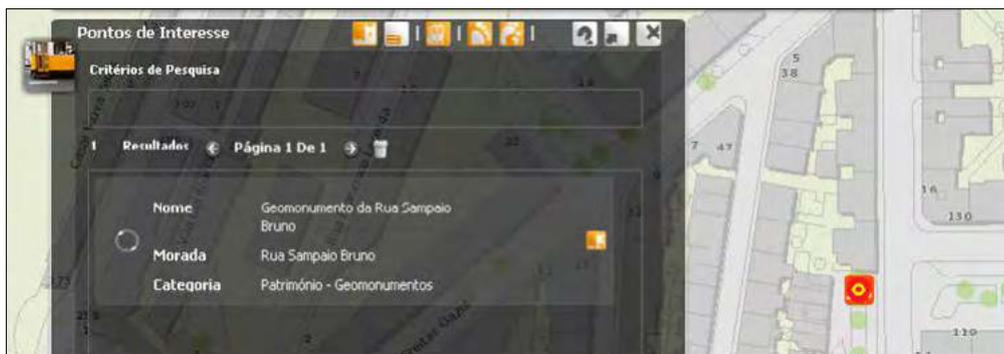
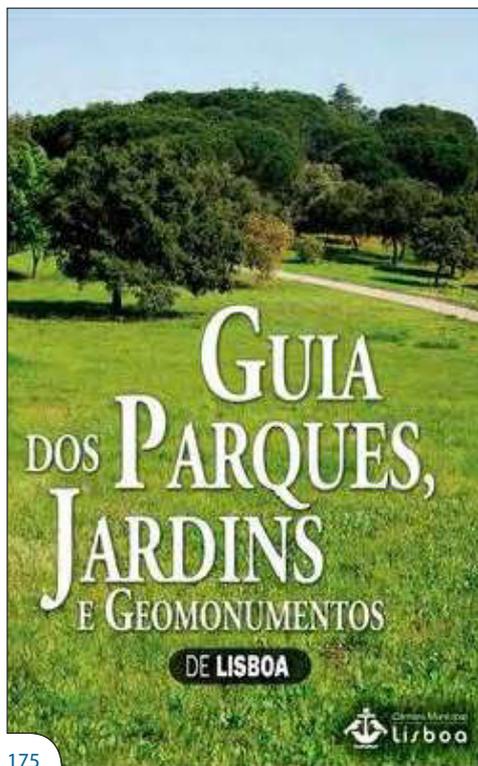
a) Plataforma Lisboa Interativa

A CML utilizou a sua plataforma de informação geográfica - *Lisboa Interativa* (<http://lxl.cm-lisboa.pt/lxl>), para disponibilizar a todos os munícipes informação relativa aos Geomonumentos. Essa informação pode ser consultada no Módulo POIS (Pontos de Interesse) no tema Património – Geomonumentos. Após seleção do tema e clicando nos pontos exibidos no mapa, é possível aceder a uma tabela com informação e imagens relativas a cada Geomonumento (Fig. 15).

Fig. 15 Etapas da consulta da informação relativa aos Geomonumentos no Módulo POIS – Lxl



Fig. 14 Capa do *Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa*. Ed. CML, 2009.



b) Página web – Percursos Temáticos

Através dos serviços de ArcGIS online foi criado um site onde o público em geral pode aceder aos percursos temáticos elaborados pelos técnicos do Município.

O acesso é feito a partir do site oficial da CML (www.cm-lisboa.pt), Menu VIVER – URBANISMO – PLANEAMENTO - PUBLICITAÇÃO ou através do endereço:

<https://cml.maps.arcgis.com/apps/>

[MapJournal/?appid=292fa0698542496199e61a5fe32c0501](https://cml.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/?appid=292fa0698542496199e61a5fe32c0501)

Os percursos incluem a localização das principais paragens de autocarro e estações de metropolitano, assim como os troços que podem feitos a pé, o que permite aos interessados realizarem os percursos de forma autónoma.

O site inclui ainda uma descrição do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, do Museu de Lisboa, e do Museu Geológico.

Atualmente encontram-se disponíveis dois percursos: “Ambientes de Deposição” e “Pedreiras”.

No percurso temático “Ambientes de Deposição” pretende mostrar-se os afloramentos que materializam os diversos paleoambientes e sua assinatura (Fig. 15).

No percurso “Pedreiras” pretende-se mostrar-se locais de antigas explorações de calcário, basalto e areia.

Esta informação é visível em dispositivos móveis - smartphones e tablets - , o que permite ao utilizador aceder à informação a partir do local.

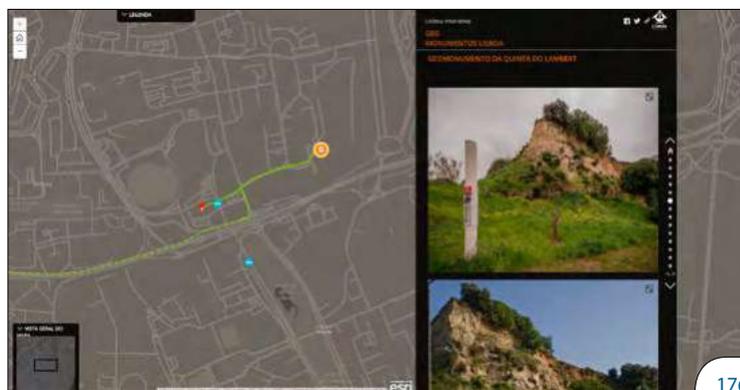
PROJETOS FUTUROS

Estão a ser desenvolvidos vários percursos temáticos direcionados à comunidade escolar e vocacionados para os diversos níveis de ensino.

Os percursos incidirão na aquisição de conceitos relativos às litologias e, para níveis mais avançados, noções da estratigrafia e conteúdo fossilífero; e incluirão visitas a alguns museus, nomeadamente ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência, onde será apresentada uma panorâmica global da geologia do concelho de Lisboa, e ao Museu Geológico, onde serão observadas amostras de mão das coleções relativas às formações de Lisboa.

Pretende-se ainda a elaboração de brochuras que servirão de guia nos passeios e que ficarão disponíveis nos edifícios municipais, nos postos de turismo e nos museus envolvidos.

Fig. 15 Páginas da plataforma online com a divulgação do percurso temático – Ambientes de Deposição



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contexto urbano, não é expectável encontrarmos referências da evolução e dinâmica terrestre; contudo, através dos geomonumentos é possível observar a histórica geológica da região de Lisboa. Tendo em conta a importância desses registos e a intenção de os preservar, o Município de Lisboa desenvolveu ao longo dos últimos 5 anos o Projeto “*Geomonumentos de Lisboa*”. Começou-se pela inventariação e classificação dos locais, depois implementaram-se medidas visando a proteção e conservação e, por fim, lançaram-se ações de divulgação, como se pôde ver no presente artigo.

Agradecimentos

O mérito nem sempre é exclusivo de quem desenvolve determinada tarefa; e, neste caso, não posso deixar de mencionar diversas pessoas que colaboraram nas várias etapas deste Projeto e permitiram, à sua maneira, torná-lo mais rico. Eng^a Márcia Munóz, Dra. Maria Manuel Pinto, Dra. Glória do Espírito Santo, Arq^a Susana Jesus, Arq^a Carla Duarte, Prof. Gabriel Almeida, Prof. Dra. Isabel Moitinho e Prof. Galopim de Carvalho, o meu agradecimento. Para terminar, quero agradecer ao meu colega José Vicente que considero partilhar de todo o mérito do Projeto, pois não só o integrou desde o início como acompanhou todas as tarefas de conceção e desenvolvimento. Sem o seu apoio não teria sido possível ilustrar este artigo com as imagens que o compõem.

Bibliografia

- Almeida, I.M. (1991). Características Geotécnicas dos Solos de Lisboa. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção de Grau de Doutor em Geologia, na especialidade de Geotecnia.
- Câmara Municipal de Lisboa (2009). Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Pelouro de Ambiente, Espaços Verdes, Plano Verde, Higiene Urbana e Espaço Público.
- Galopim de Carvalho, A.M. (1989). Exomuseu de Geologia, Comunicação no Encontro Nacional do Ambiente, Turismo e Cultura, Lisboa/Sintra.
- Galopim de Carvalho, A.M. (1999) Geomonumentos: Uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projeto nacional de defesa e valorização do património natural. Editado por Liga dos Amigos de Conímbriga.
- Moitinho de Almeida, I. (1994) Lisboa Antes do Homem. Lisboa Subterrânea. Museu Nacional de Arqueologia, Electa.
- Mathis, A. (2005) – Communicating Geoheritage Values with the Public - Geological Society of America Abstracts with Programs, Vol. 37, No. 7, p. 190.
- Pais, J.; Moniz, C.; Cabral, J.; Cardoso, J.L.; Legoinha, P.; Machado, S.; Morais, M.A.; Lourenço, C.; Ribeiro, M.L.; Henriques, P.; Falé, P. (2006) Notícia Explicativa da Folha 34-D da Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50.000. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.
- Pinto, M.J. (2005) Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa. 5º volume da Coleção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI. Câmara Municipal de Lisboa.
- Pinto, C.; Vicente, J.; Espírito Santo, G.; Pinto, M.; Almeida, I. (2010) Geomonumentos de Lisboa – Inventariação, divulgação e estratégias de conservação. GEOTIC – Sociedade Geológica de Portugal. VII Congresso Nacional de Geologia. E-Terra, vol. 18 – nº 26.
- Pinto, C.; Vicente, J.; Espírito-Santo, G.; Munóz, M.; Moitinho, I. (2011) Inventory, Dissemination and preservation of the geological heritage in urban areas – Lisbon City case study. GeoJournal of Tourism and Geosites, ISSN 2065-0817, vol. 8, November 2011, article no. 0813-88 (http://gtg.webhost.uoradea.ro/PDF/GTG-2-2011/10_88_Pinto_Vicente.pdf);
- Zbyszewsky, G. (1964) Les rapports entre les milieux miocènes marins et continentaux au Portugal. Coursillos Y Conferencias IX, pp 103-108.
- pdm.cm-lisboa.pt
- lxi.cm-lisboa.pt/lxi
- <https://cml.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/?appid=292fa0698542496199e61a5fe32c0501>



***A fortificação
moderna e a linha
da circunvalação***
*(notas sobre os limites
urbanos de Lisboa)*

Margarida Tavares da Conceição

CV



ACERCA DOS LIMITES URBANOS

No âmbito do processo do Inventário do Património Urbanístico de Lisboa desenvolvido pelo Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA [WWW...](http://www.sipa.gov.pt)), foi tomada como objecto de análise a totalidade do aglomerado urbano, ainda que considerada apenas nos seus limites concelhios. Face à tarefa proposta, a primeira fase de trabalho residiu no entendimento dos limites que circunscrevem a cidade e, em sequência, na delimitação de um grupo de áreas urbanas subordinadas ao conjunto total do aglomerado, definidas segundo diferentes critérios. Um desses critérios refere-se ao reconhecimento de coroas de crescimento e à identificação de linhas marcantes da organização do espaço urbano ao longo de épocas de referência com grande amplitude cronológica. Conjugando ainda outros critérios de delimitação, com base em referências de ordem geográfica, topográfica, histórica e morfológica, tornou-se inevitável ou óbvia a necessidade de pensar o problema dos perímetros muralhados e/ou fortificados, não somente do ponto de vista da sua materialidade e impacto na malha urbana, mas também na perspectiva do

entendimento da muralha ou estrutura militar como limite político-administrativo que consagra a existência, se não de uma espacialidade urbana, pelo menos de uma jurisdição urbana. Desde logo, a cidade de Lisboa apresenta no seu núcleo fundacional a condição defensiva, provavelmente até mesmo em período anterior à época romana. Em investigações recentes, foram detetados vestígios de duas muralhas romanas (da 1ª met. do séc. I e outra, tardia, dos finais do séc. III-IV) que pontualmente coincidem e permanecem em uso em época medieval islâmica e cristã (após 1147) que designamos de “Cerca Velha”. Com efeito, qualquer compreensão do tecido urbano mais antigo pressupõe algum conhecimento do traçado desta muralha. Também edificada em época de crise política (fins do século XIV), a denominada Cerca Nova ou Cerca Fernandina, integrando a muralha da Ribeira do tempo de D. Dinis, serviu de referência urbana pelo menos até meados do século XVII, muito embora a dinâmica urbanística (ou urbanizadora) a tenha ultrapassado desde os inícios do século XVI. Todavia, mesmo quando esgotada a sua capacidade defensiva, por razões de ordem vária, o seu papel condicionador do traçado permaneceu até hoje.

Fig. 1 Fotografia aérea da zona da Baixa e do Castelo.
1930/1932. AML, PT/AMLSB/MBM/000009



No entanto, ao longo do século XV, as necessidades defensivas fizeram-se sentir particularmente na faixa ribeirinha e na protecção da barra do Tejo. Fenómeno sempre relacionado com conjunturas militares precisas, mas também acentuado pela lenta mudança de paradigma bélico com o aparecimento da artilharia pirobalística. Um processo de mudança lento e complexo que, mesmo antes dos meados do século XVII, quando foi delineada e iniciada uma cintura abaluartada de grande amplitude, não deixou de ser discutido.

MODERNIZAÇÃO DEFENSIVA NO SÉCULO XVI

No quadro geral da história da arquitectura militar portuguesa o momento que marcou a existência inequívoca da construção de uma estrutura dotada de um baluarte poligonal, ainda que aparentemente simples, mas híbrida, refere-se à emblemática Torre de Belém, iniciada cerca de 1514 por Francisco de Arruda, mestre-de-obras com significativo currículo neste contexto. Todavia, o *baluarte* de São Vicente ou do Restelo (Viterbo, 1988, p. 60; Moreira, 1989, p. 146) relacionava-se com o território costeiro de Lisboa e não com o espaço urbano da cidade, à data claramente a cabeça do reino e do império. De facto, nos limites do espaço construído da cidade e arrabaldes apenas as muralhas medievais persistiam enquanto estruturas de delimitação defensiva, ainda que o seu valor militar estivesse obsoleto. Somente uma estrutura construída merece uma ressalva pela excepção: o torreão artilhado do Paço da Ribeira, construído entre 1508 e 1510 por Diogo de Arruda (Senos, 2002, pp. 54-62). Mas trata-se de uma excepção desaparecida e da documentação conhecida pode entrever-se uma posição artilhada é certo, mas integrada num conjunto palatino, no contexto do qual a sua função efectiva não deixa de estar na essência relacionada com a retórica bélica do universo régio.

O mais impressionante diagnóstico da situação (peri) defensiva da cidade é, sem dúvida, devido a Francisco de Holanda, em particular no manuscrito datado de 1571, *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*¹. Em parte desvalorizado nas suas propostas concretas, a obra constitui uma importante reflexão sobre a matéria. Holanda foi dos primeiros “artistas” a contactar com a realidade da fortificação italiana, entre 1538 e 1541, e disso dar testemunho desenhado, facto reclamado pelo próprio autor na abertura do livro.

Na verdade demonstrou ter consciência de que a defesa de Lisboa se deveria operar em dois níveis territoriais distintos: a defesa da barra e a protecção do contorno da cidade. Com efeito, das obras efectuadas ainda no século XVI e na primeira metade do século XVII observa-se que foi dada prioridade à defesa costeira. Coube a Francisco de Holanda a antevisão do problema propondo a implantação de vários pontos fortificados na desembocadura do Tejo. Mas, apesar de ser um processo iniciado no reinado sebástico, foi no período filipino que se reforçou a defesa das zonas marítimas, envolvendo-se já, nesse outro ciclo, a participação de engenheiros italianos². Se na prática os esforços de projecto e de concretização se concentraram na defesa da barra, o problema do amuralhamento urbano da cidade não ficou completamente esquecido, embora assim pareça no elenco dos factos (mais) conhecidos sobre este assunto e das estruturas materiais visíveis no terreno. Apesar de fantasiosos e inexequíveis, os desenhos de Francisco de Holanda, constantes *Da Fábrica...* e relativos à fortificação encerram um forte sentido urbanístico, que a evolução da cidade acabou por incorporar, ainda que de modo escamoteado. O castelo de São Jorge não viveu sem intervenções de adaptação à artilharia, e, enquanto “cabeça” militar de Lisboa, não perdeu o seu poder institucional e simbólico.

Fig. 2 Francisco de Holanda, detalhe de “Lembrança dos Muros e bastiaes que falecem ha Cidade de Lysboa”, (*Da Fábrica que falece ha cidade de Lysboa*, 1571, Ms. fl.s 8v e 9r, Biblioteca da Ajuda, 51-III-9).



A proposta mais importante refere-se aos “muros e bastiões da parte da terra”, um desenho fabuloso na sua linearidade, mas condensável na ideia de um perímetro abaluartado rodeado por fosso, complementada pela frente ribeirinha muralhada e defendida por baluartes. (fig. 2) Esta ideia de muralhar a cidade desprotegida nos seus limites aparece também no *elogio* de Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa...* (1608). Entre as dificuldades do terreno e a utopia política da cidade forte, defende-se “(...) que se havia de fazer um parapeito ao longo destes rios e fosso da parte da cidade, com alguns baluartes e plataformas, em convenientes distâncias para neles estar artilharia (...), e todo este espaço de Alcântara até Sacavém fizera navegável para maior comodidade e segurança.” (Vasconcelos, 1608/1990, pp. 161-162).

O certo é que, apesar da ideia de que fosse por mar ou por terra Lisboa não podia ser *acometida* repentinamente, ao longo do século XVII pelo menos o reforço dos parapeitos da orla ribeirinha foi executado e no contexto das Guerras das Restauração (1640-1668) outras medidas foram tomadas. Todavia, deve sublinhar-se que as cercas antigas (“os muros velhos”) nunca deixaram verdadeiramente de ser alvo de alguma manutenção ou preocupação por parte do Senado, como demonstrou o estudo de Helena Murteira (1999). A fase de renovação já se tinha iniciado: em 1625 o Senado procedia à vistoria das muralhas, produzindo-se um relatório que integrava novas propostas³. Pouco depois, em 1636, outros registos⁴ fazem referência a novas obras de reparação dos muros, ao mesmo tempo que comprovam o facto de terem sido executadas trincheiras. Fica-se ainda a saber que se ordenou a reforma das defesas realizadas no Terreiro do Paço e na praia de São Paulo, ou seja, quase decerto os baluartes ou plataformas de tiro que se observam na cartografia posterior. Aspecto importante a ter em conta, tanto mais que a evolução material dos muros ribeirinhos, baluartes, plataformas, estruturas portuárias, é ainda muito mal conhecida no seu detalhe.

A CINTURA ABALUARTADA DO SÉCULO XVII

No contexto da mudança dinástica e conseqüente ciclo bélico, tornou-se urgente uma radical modernização defensiva da fronteira terrestre, através da construção ex-novo de estruturas abaluartadas. Mas a renovação das defesas costeiras, em especial a entrada das principais barras marítimas, foi naturalmente alvo de renovada atenção. Se a protecção de Lisboa ficou assim assegurada, por via do reforço

defensivo da embocadura do Tejo, foi igualmente considerada a possibilidade de abaluartamento de toda cidade. Sabe-se que em 1650⁵ o Marquês de Marialva, D. António Luís de Meneses, encarregou Charles Lassart, João Cosmander (Jan Sciermans) e Jean Gilot de elaborar uma primeira proposta para a fortificação da cidade. Os protagonistas são importantes, nada menos do que o francês contratado em 1641 no desempenho do papel de engenheiro-mor, o matemático jesuíta responsável pelo traçado das primeiras fortalezas iniciadas nesta conjuntura e, por último, o matemático belga, discípulo de Descartes, engenheiro de boa reputação. A proposta apresentada referia-se a uma cintura voltada a terra articulando o impressionante número de trinta e dois baluartes, fechando um perímetro urbano muito generoso em áreas não edificadas. O percurso previsto era o seguinte: vale de Alcântara, Arco do Carvalhão, Palhavã, São Sebastião da Pedreira e Alto de São João, inflectindo depois para sul até à Cruz da Pedra, junto ao rio. Esta cintura de terra seria complementada com um alinhamento de baluartes na frente de rio. Todavia, antes disso, em 1648 registou-se uma ordem régia para reparar os muros antigos, portas da cerca fernandina, troço voltado ao Tejo integrado na cerca velha, e muralhas do Castelo, de acordo com as orientações anteriores (1625 e 1636). Obras que decorreram justamente até 1650, ano em que o Senado da Câmara encarregou o arquitecto Mateus do Couto de proceder à vistoria das cercas antigas. O parecer do arquitecto (régio e municipal) incluía a proposta de alterações às estruturas existentes⁶. Um dos problemas identificáveis neste período, para além da dificuldade de tornar eficaz uma protecção arcaica, refere-se à própria assunção da responsabilidade técnica e financeira da obra. (Oliveira, 1882-1943, vol. V, pp. 203-205; Murteira, 1999, p. 70), questão que se prolongou na dualidade de empreitadas: a nova fortificação e a reparação dos muros antigos. Aspecto interessante é o facto de no mesmo ano (1650) um outro arquitecto régio, João Nunes Tinoco, ter procedido ao levantamento da *Planta da Cidade de Lisboa em que se mostram os muros...* Trata-se da primeira peça cartográfica que documenta o espaço do núcleo lisboeta e, tal como o seu próprio título indica, teve como propósito a representação do estado das cercas medievais, aspecto já sublinhado por Vieira da Silva (1950, pp. 5 e ss). Talvez o levantamento esteja incompleto, pois não é possível deixar de associar no tempo a necessidade de um levantamento cartográfico mais alargado sobre o qual se fundamentasse o traçado para nova cintura fortificada. A necessidade desse estudo não poderá constituir uma mera coincidência, tanto mais

que a planta de Tinoco apenas é conhecida indirectamente, através de cópias realizadas muito depois, desconhecendo-se o processo de realização da carta matriz (Vieira da Silva, 1950, pp. 5 e ss; AA.VV., 1997.). Vieira da Silva (1950, p. 16) sugere que uma nova planta da cidade possa ter sido delineada por Jean Gilot ou até por Nicolau de Langres, o que será apenas uma probabilidade. Isto porque, para além da intenção ou proposta, um decreto datado de 11 de Março de 1652 mandou dar início à construção da linha de defesa do lado de terra. E, sobretudo, porque por volta de 1661 a cintura abaluartada aparece desenhada no álbum de *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reyno de Portugal* assinado por Nicolau de Langres⁷, um outro engenheiro francês contratado nesta época e com actividade especialmente conhecida nas praças do Alentejo. Este documento permitirá um conhecimento mais aproximado (ainda que pouco clarificador) do que esteve em causa na época: trata-se de uma carta que abrange uma vasta área, desde a ponte de Alcântara até ao convento de Santa Apolónia, descrevendo um arco que se prolonga para Norte. (Fig. 3) O autor apresenta o desenho como “Ce manuscrit de la fortification de Lisbo nne”, que dirige a Sua Alteza Real (o Príncipe D. Teodósio?). Nele inclui um perfil da nova muralha, mas o documento tem de ser cuidadosamente interpretado, pois para além da falta de rigor da representação topográfica e da posição de alguns caminhos, quarteirões e edifícios (apesar de tudo, muitos deles com legenda), é visível a sobreposição de dois troços abaluartados nas zonas de remate da grande cintura urbana (em Alcântara e Santa Apolónia), provavelmente denunciando que uma parte de tais frentes abaluartadas já estaria em construção, ou pelo menos, que não coincidem com a linha principal desenhada. Por outro lado, se cotejado com outras informações, o perímetro aqui delineado não coincidirá com a primeira proposta de 1650. As cortinas unem vinte baluartes e três meios baluartes, mostrando a implantação de alguns revelins; no lado nordeste, no alinhamento da Penha de França, Langres inclui a possibilidade de implantação de um forte e de uma obra coroadada, obra externa também sugerida para a zona de Campolide. Na verdade, o início deste processo e a notícia mais detalhada da primeira proposta é conhecido em segunda mão, através de João Baptista de Castro (1758 / 1762 – 1763, tomo III, p. 81), que dá conta dos engenheiros envolvidos nesse primeiro traçado com trinta e dois baluartes, cuja construção foi iniciada por ordem régia e por empenho do Marquês de Marialva. É a mesma fonte que nos indica que o traçado da cintura foi reformulado pouco depois

(1652) por Jean Gilot, por se considerar o recinto demasiado grande: “Esta planta não se poz em operação; e supposto que a primeira incompletamente erecta, e já hoje em muita parte destruída, e turbada, pareceo então demasiadamente grande, o tempo foy mostrando que o seu âmbito não era impróprio ao augmento da povoação” (Castro, 1758 / 1762 – 1763, III, p. 82-83). Deste modo fica bastante clara a ideia de que este desenho de Gilot corresponde a uma outra (segunda?) proposta que previa uma significativa retracção da área envolvida, diminuindo o número de baluartes para cerca de metade e aproximando-se bastante mais das áreas edificadas, incluindo a maior parte das casas monástico-conventuais. É ainda referido que o primeiro traçado (no qual também trabalhou Gilot, portanto conhecedor do assunto e seus problemas) começou a ser executado no terreno. E, desta maneira, o desenho apresentado por Langres poderá equivaler a uma terceira proposta. Com efeito, poderá bem ter acontecido que os trabalhos relativos ao primeiro traçado tenham arrancado muito cedo, facto de que alguns documentos primários dão conta. São referidas justamente “fortificações de fachina e marinha” e “trincheiras”⁸, o que não deixa quase de ser sinónimo de obras de campanha, isto é, expeditas. Outras fontes mais próximas dos acontecimentos corroboram este compasso de indecisão, mas não elucidam se o desenho de Nicolau de Langres pode ser entendido como uma outra proposta para o abaluartamento da cidade, nem em que circunstância foram propostas alterações. Com a vinda do conde Schomberg, encarregado de reformar os exércitos de Sua Majestade, num contexto em que os conflitos com os espanhóis se intensificavam depois da assinatura do tratado dos Pirenéus em 1659, documenta-se a urgência em avançar com o empreendimento e, em simultâneo, a efectiva dificuldade, se não mesmo impossibilidade, de o materializar no terreno. Mas o marechal apenas chegou em 1660, ou seja, já depois de existir mais do que uma proposta de traçado. Cristovão Aires publicou uma carta do próprio mestre de campo general de origem germânica, onde este critica asperamente a fortificação começada (Sepulveda, 1897, pp. 124-126; cit. Murteira, 1999, p. 73). Todavia, o parecer data de 1686 (assinada já a Paz com Espanha) e propõe outro tipo de abordagem, a opção pela cidadela dominante, “com cinco ou seis baluartes” a implantar em Alcântara, referindo a existência de dois baluartes “muito adiantados”, compilando vários conselhos de ordem técnica e construtiva. Os dados conhecidos permitem verificar que as obras

da fortificação continuaram, com ritmo esparso é certo. A conjuntura de guerra activa tinha terminado e a situação financeira era frágil. Se as obras se iniciaram pelo menos em 1652, em 1659 prosseguiram. Apenas no final do reinado de D. Pedro II se registou um ponto de viragem através uma vistoria realizada às obras, que daremos conta em seguida. Assim, é por construção dedutiva e documentação indirecta que se conclui que o primeiro traçado⁹ (Lassart, Cosmander, Gilot) corresponde ao desenho aplicado no terreno inspecionado em 1700.

VISTORIA DE 1700: UM PONTO DE SITUAÇÃO

O prenúncio da Guerra Sucessão de Espanha (1702-1713) pressionou novamente as questões defensivas, em grande parte explicando a vistoria às obras de fortificação, uma vez que "(...) se intentou remediar alguns defeitos da dita fortificação, mandando-se para esse fim chamar a esta Corte ao nosso Engenheiro Manoel Mexia, este achando as maiores dificuldades no remédio, não quis alterar a fortificação executada." (Castro, 1758 / 1762 – 1763, vol. III p.82).

É significativo que numa época em que o cargo de engenheiro-mor se encontrava vacante, o encargo de tal inspecção tenha sido cometido não a engenheiros estrangeiros, mas a vários engenheiros portugueses e que da tarefa tenha resultado um levantamento a vários títulos importante, pois para além do desenho da totalidade da cerca urbana moderna, pormenoriza todos os baluartes, construindo uma colecção de desenhos com cerca de 32 fólhos¹⁰.

O frontispício é aparatoso e anuncia: "Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nella propostas e acentadas pelos eng^{os} Francisco Pimentel, e Manuel Mexia da Silva, e Manuel de Azevedo Fortes, e António Velho de Azevedo, e Manuel do Couto, e Manuel Pinto de Vilalobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade deus guarde se fez no ano de 1700". Sob o título foi acrescentado com outra letra: "A planta em ponto menor fes o cappitam Antonio Velho de Azevedo, aque vai em mayor ponto devidida em partes pera melhor preceção fes o sargento-mor Manoel Pinto de Vilalobos em Janeiro de 701." (fig. 4) Fica portanto explícito quais os engenheiros envolvidos na tarefa, nada menos do que Francisco Pimentel, filho do engenheiro-mor falecido em 1679, que o substituiu nos seus encargos e nas lições da Aula de Arquitectura Militar; Manuel Mexia discípulo do primeiro (Viterbo, 1988, vol. II, p. 172); Manuel de Azevedo Fortes, nessa altura mestre de Matemáticas da Aula de Fortificação, mas 183 que viria ocupar o cargo de engenheiro-mor na primeira

metade do século XVIII; Manuel do Couto, filho de Mateus do Couto e herdeiro dos cargos do pai recém-falecido, era também discípulo da aula de arquitectura civil (Viterbo, 1988, vol. I, pp. 249-251); António Velho de Azevedo, filho de Jerónimo Velho de Azevedo, ele próprio formado por Serrão Pimentel e lente na praça de Almeida (Conceição, 2002); e Manuel Pinto Vilalobos, discípulo de Miguel de Lescol e destacado engenheiro da província do Minho (Soromenho, 1991), portanto, os mais capacitados técnicos do país nesse tempo. Os dois últimos apresentam-se ainda como autores materiais dos desenhos, executados em 1701. O título permite ficar a saber que se pretendia documentar a última visita a uma obra em curso, para a qual são propostas "emendas", tratando-se assim de corrigir um traçado anterior. Pelas deduções circunstanciais apenas poderá ser o primeiro projecto, cujas obras já teriam arrancado em 1652 e que desde cedo foi objecto de rectificações, tanto de Gilot como de Langres. A segunda folha deste documento assinado colectivamente constitui pois um índice, que elenca os desenhos apresentados e uma explicação.



Fig. 4 Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nella propostas e acentadas pelos eng^{os} Francisco Pimentel, e Manuel Mexia da Silva, e Manuel de Azevedo Fortes, e António Velho de Azevedo, e Manuel do Couto, e Manuel Pinto de Vilalobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade deus guarde se fez no ano de 1700, Ms. (ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, frontispício)



Fig. 3 Nicolau de Langres, "... Fortification de Lisbonne..."
 (Desenhos e Plantas de todas as Praças do reyno de Portugal...
 s.d. [1661 ca], Ms., [entre fl.s 27 e 28], BNP Cod. 7445.



MONSIEGNEVR.

Si la consideration de vostre bonte' ne releuoit mon impuissance, ie n'aurois iamais la hardiesse de presenter a V. M. et auant v. M. de la fortification de Lisbonne, et ie ne serois content de faire ces sacrifices en mon cas, si ie ne me sentois particulièrement obligé de mesler quelque marque de reconnaissance aux acclamations publiques et faire mes parties du grand monde. C'estuy **MONSIEGNEVR** que toutes vos actions tendent a la grandeur et qui sçait que V. M. s'abaisse pour envisager le plus relevé de ses projets, s'attendant neantmoins quelque aveu de mon zele, si dans le dessein que se'y conceit vous considerez plusieurs la force de ma passion que en vous, imitant le grand Prince qui ne engera pas un peu de ce qu'un prisonnier lui estoit dans sa main. La matiere estant toute illustre et ses fondemens dignes de vostre occasion, j'ay esperé eneur que V. M. n'aura pas de regrettes a l'extre de ceste humble meditation, qui m'entrevois souvent avec eux, et qui ne manquera plus que sa dernière main pour l'accomplissement des desseins comme celle qui les donne a toutes choses. C'estuy avec autant de respect que d'indignation.

MONSIEGNEVR.

De V. M. R.
 Vostre humble
 obéissant serviteur
 N. Langres

Perspect.





Através desta longa legenda, que ressalva a preocupação em assinalar as diferenças entre o traçado existente e as “emendas” propostas (com a diferença dos “riscos pretos e roixos”), representadas com um grau de pormenor assinalável (escala de 50 braças ou 100 palmos), ficamos pois saber que a base da proposta a reformular pelo colectivo de engenheiros se refere a um traçado de Jean Gilot, surgindo pontualmente nas legendas parcelares referência à “primeira planta de Gillot” (Baluarte nº III), que assim surge como principal responsável pelo desenho do perímetro (e pelas construções que foram de facto erguidas). (fig. 5) As emendas sugeridas referem-se sobretudo a detalhes de desenho e proporção dos flancos, considerados muito compridos, mas propondo a correcção do ângulo flanqueado para 90 graus apenas num caso. Os baluartes desenhados pelo discípulo de Descartes tinham quase todos os ângulos flanqueados obtusos e com flancos perpendiculares às cortinas, filiáveis na tradição flamenga, e conjugavam-se com alguns baluartes com flancos mais curtos e faces longas, e em zonas mais declivosas integravam-se ainda meios baluartes e redentes; no entanto, por vezes as emendas sugeridas tendem a acentuar o alargamento do ângulo flanqueado, e não o contrário, ao mesmo tempo que se tenta resolver a irregularidade do traçado dos redentes (fig. 6) Um segundo aspecto importante deve ser sublinhado: grande parte dos baluartes e até mesmo de algumas cortinas foi implantada e parcialmente construída. Esclarecedora revela-se ainda a distinção entre os baluartes guarnecidos já com muralha de pedra e cal (assinalados com riscos dobrados) e os baluartes (ou seus vestígios) apenas construídos em terra.

Na vertente ocidental, foram erguidos dois baluartes em Alcântara: o Baluarte do Sacramento¹¹, junto ao convento homónimo, mencionado em 1700 como “quase acabado”, e o Baluarte do Livramento, “em que se trabalha” e que actualmente ainda subsiste em grande parte, sob a plataforma largo fronteiro ao Palácio das Necessidades, sendo a escarpa visível a partir Travessa do Livramento, assim como uma guarita. Entre ambos os baluartes abria-se a Porta de Alcântara (Rua do Arco de Alcântara), a única ou uma das poucas efectivamente construída neste âmbito. (Fig. 7) Dos apontamentos da vistoria fica claro que existia também o Baluarte da Horta Navia (n.º III), a respeito do qual se distingue a “Obra da primeira planta de Gillot o que está com riscas dobradas he o que está feito de muralha”. Nesta obra aparece proposta, para além da colocação de um través e cavaleiros, a alteração do desenho dos flancos, o que se repete em grande parte dos baluartes, sendo frequente a sugestão de implantar flancos baixos nas vertentes mais declivosas. Saliente-se que por vezes é anotado que “este e os que se seguem com riscas dobradas se achão a mayor parte feitos de muralha de pedra e cal”, nota aliás observável também na planta geral da cintura. Verifica-se que entre Alcântara e Campolide é apresentada uma quase renovação do desenho da linha abaluartada (conjugando baluartes e meios baluartes), numa vertente onde tinham sido já implantados entrincheiramentos e parapeitos formando diversos redentes até ao Alto do Carvalhão. É esse o traçado ainda perceptível na Rua Capitão Afonso Pala e em parte da Rua Maria Pia. O documento de 1700 refere-se várias vezes à proposta que pretendia substituir os “redentes ou parapeitos



Fig. 5 *Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas...*, 1700, perímetro geral (ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl. 1v. e 2)

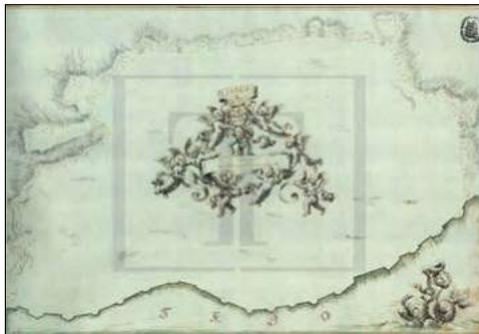


Fig. 6 *Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas...*, 1700, Baluartes I e II (ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl. 3)

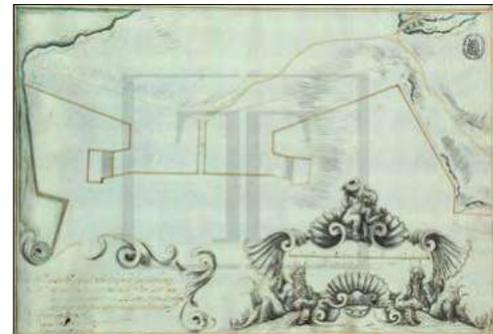
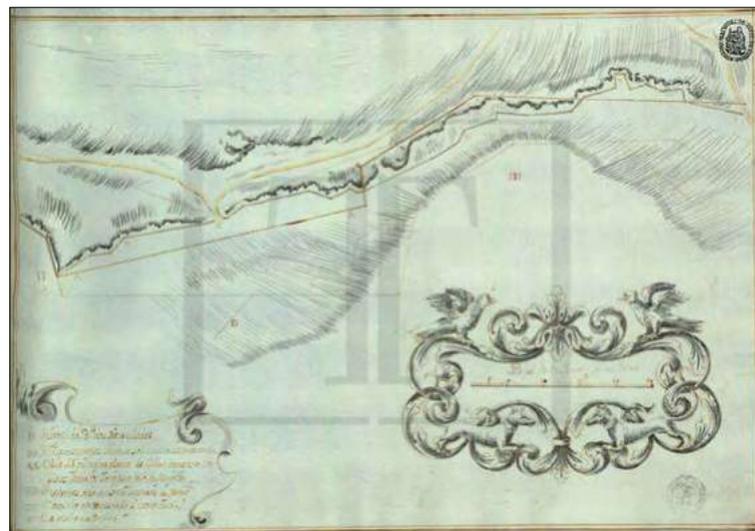


Fig. 7 Baluarte do Livramento, Alcântara. Fot. José Vicente, 2015.



velhos" (junto ao baluarte VII), inserindo ainda um revelim entre os baluartes III e IV, a fim de proteger a travessia da estrada de Horta Navia. Todavia, e isso é nítido por exemplo no desenho entre os baluartes IV e V, o alinhamento dos escarpamentos e redentes marcado como existente não segue o desenho de Gilot: com efeito, nessa folha coexistem três traçados, os redentes já construídos, o desenho de Gilot e a emenda proposta. (Fig. 8) Situação ainda mais complicada de resolver era os dois vales encaixados e com pedreiras na zona do Arco do Carvalhão, onde confluíam quase em garganta vários caminhos vindos de Alcântara. Entre o baluarte VIII e IX é marcada a via talvez correspondente à Calçada dos Terramotos (que seguia para o Rato) e, entre o baluarte X e XI, a confluência a partir da Rua do Arco de Carvalhão com a Rua de Campolide, que vem intersectar a cortina entre os baluartes XII e XIII. Não pormenorizada, mas desenhada no plano geral, regista-se ainda a proposta de duas obras coroadas no Alto dos Sete Moinhos, portanto obras exteriores ao perímetro magistral, que seguia do Arco do Carvalhão para Campolide, para onde os engenheiros sugerem ainda o reforço com linha atenuada externa. Um quarteirão entre a Rua Carlos Mascarenhas e a Calçada da Quintinha mostra ainda hoje uma estrutura parcelar muito irregular e um alinhamento de muros talvez relacionado com os antigos redentes, depois aproveitados para a fortificação oitocentista.

Fig. 8 Baluarte da Horta Navia, baluarte III que se propôs fazerse (Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas..., ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl. 4)



Entre Campolide e Palhavã são desenhados seis baluartes (quatro Campolide e dois em Palhavã, na Quinta do Conde de Salzedas / Palácio Azambuja, baluartes XI a XVI), o último situado já quase em São Sebastião da Pedreira e com a legenda explicitando que se acham feitos com muralha de pedra e cal, ainda que pontualmente se mencione um “flanco principiado”. Parte destes baluartes ainda eram identificáveis no levantamento de Filipe Folque, formando um alinhamento hoje marcado num muro que atravessa o quarteirão entre a Rua Fialho de Almeida (Bairro Azul) e o anfiteatro do campus universitário de Campolide. No documento de 1700 nota-se, contudo, que faltavam as cortinas de ligação entre os vários baluartes, na verdade sempre frequente a expressão “quase pronto” ou “quase acabado”. (Fig. 9)

Desta maneira, com maior ou menor grau de completude, é possível afirmar que a parte quase concluída do perímetro abaluartado terminava aqui. O baluarte XVI é o último desenhado com “riscos dobrados”. Existia um perímetro bem definido, mas não propriamente uma cintura construída e fechada, apesar dos escarpamentos e respectivos parapeitos na vertente Ocidental funcionarem como muro ou continuidade física. Nos lados Norte e Oriental o panorama afigura-se substancialmente diferente. A partir do Baluarte de São Sebastião da Pedreira (XVII), o documento refere que é “todo de terra levantada, cujo vestígio se continua nos mais athe Emxobregas”. Entre os baluartes XVII e XVIII são integradas as estradas de Palhavã e de São Sebastião da

Pedreira, que confluíam no largo homónimo, ou seja, a sexta abertura ou porta claramente prevista na planta. Observa-se, porém, que o traçado da cintura defensiva foi implantado e que quase todos os baluartes foram parcialmente levantados, pois as anotações mencionam amiúde a posição do ângulo flanqueado. Outro aspecto presente neste segundo grupo de estruturas abaluartadas refere-se a uma certa raridade de topónimos, sendo a posição relativa de cada unidade referida em função do nome do proprietário da quinta (ou do olival, por exemplo) onde se localizava, o que torna muito difícil identificar a parcela retrospectivamente. Acresce ainda que a partir de São Sebastião da Pedreira, o traçado oitocentista das Avenidas Novas eliminou o mais ténue vestígio de qualquer baluarte em terra, ficando apenas marcado o alinhamento geral do percurso. (Fig. 10) Na proximidade de Arroios e na subida para o Alto do Pina o mesmo acontece, e até os escarpamentos do Alto de São João, sobre o vale de Chelas, parecem ter desaparecido quase por completo, com as sucessivas ampliações do cemitério. Mas, tal como no lado Ocidental, é no extremo do perímetro que se conserva grande parte de um baluarte, ainda com escarpa de alvenaria de pedra, cordão saliente e base de duas guaritas, Baluarte da Quinta do Valadares. Trata-se do Baluarte XXXI, portanto o penúltimo da “banda de terra” e que confere com as indicações da legenda, onde é apontado justamente como defeito o facto de ter um ângulo flanqueado recto, sendo proposto o seu alargamento para 120 graus; essa característica

Fig. 9 Muro pertencente à fortificação, Rua Fialho de Almeida. Fot. José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC



é identificável na estrutura existente, denunciando assim que a “emenda” proposta foi realizada. (Fig. 11 e 12)

Do sítio do Baluarte da Cruz da Pedra – “Este Baluarte he o ultimo da parte de terra cahe na estrada que vai para a Madre de Deos junto ao convento de Sanctos” – resta praticamente apenas o conhecimento do lugar da porta, no estreitamento da calçada antes da descida para a Madre de Deus, facto também relacionado com as obras do aterro ribeirinho e construção da linha férrea¹². Este troço Nordeste, menos nítido do ponto de vista construtivo, era atravessado pelos caminhos de ligação ao termo, os mais importantes assinalados no levantamento da obra em curso: para além das estradas de Palhavã e da Pedreira (que seguia para o Rego), a estrada do Arco do Cego (Campo Pequeno) e a estrada de Sacavém (Areiro), constituem as duas únicas vias assinaladas no lado Oriental, onde nem sequer a Porta da Cruz da Pedra está marcada. Em grande parte, esse aspecto estará relacionado com a dificuldade topográfica de Chelas, vertente para onde se propõem também duas obras externas não “explicadas” (uma obra coroada no Alto do Pina e uma obra corna junto à estrada de Chelas, via que também não aparece representada). Na área depois ocupada pelo cemitério do Alto de São João, os engenheiros propõem uma emenda: a substituição da linha de redentes do primeiro projecto e, reflexo da especial dificuldade deste trajecto, por dois baluartes mais regulares e com revelim de protecção à cortina.



Fig. 12 Baluarte da Quinta do Valadares. Fot. José Vicente, 2015.

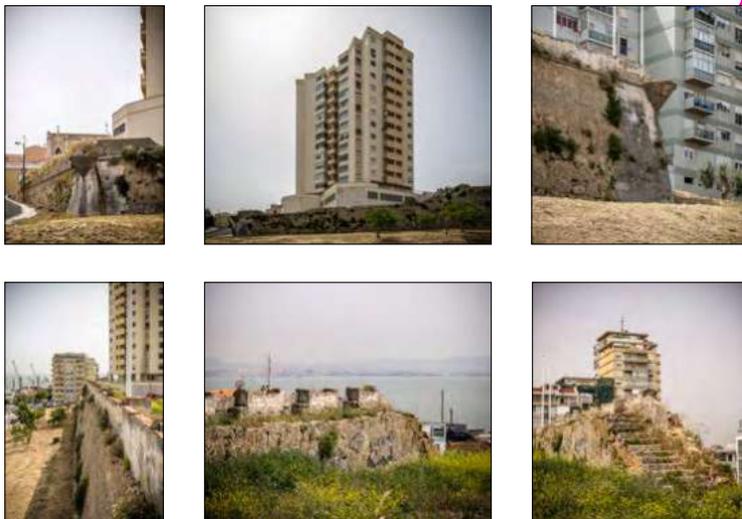
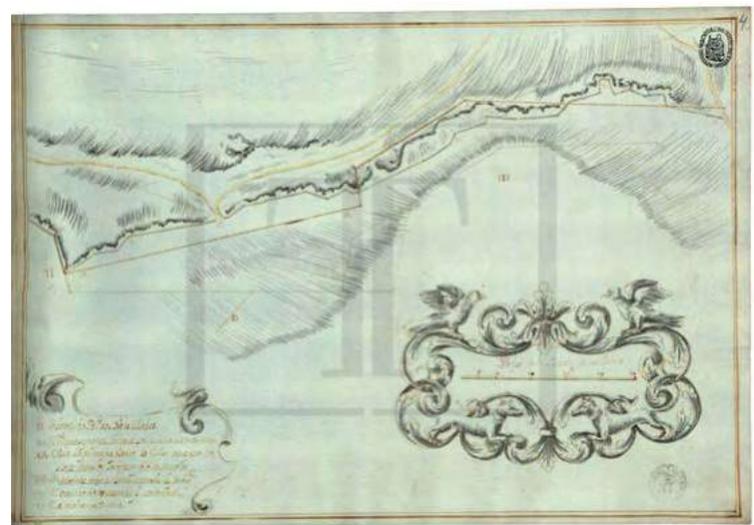
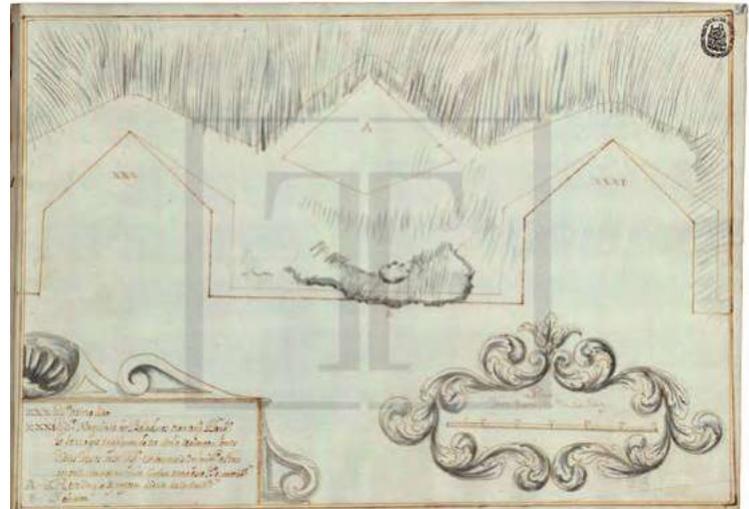


Fig. 10 Baluartes XV e XV sobre a Quinta do Conde de Sarzedas (Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas..., ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl. 17)

Fig. 11 Baluartes XXX e XXXI na Quinta do Valadares (Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas..., ANTT, Casa Cadaval, Códice 27, fl. 31)



SEQUÊNCIAS SETECENTISTAS

Sobre a realização das emendas persistem muitas dúvidas e a ideia generalizada de muito pouco ter sido feito. Helena Murteira (1999, p. 77) afirma que a documentação municipal é quase omissa em relação a estas obras, tendo havido maior investimento na linha defensiva costeira. Não obstante essa constatação, persistiu ao longo da primeira metade do século XVIII a nomeação de cargos relacionados com a empreitada, ainda que inseridos na escala mais alargada da defesa da barra do Tejo, assim como a reserva dos terrenos destinados e/ou ocupados pelas obras da cintura fortificada. Essa salvaguarda é particularmente evidente no processo de construção do palácio-convento de Nossa Senhora das Necessidades patrocinado por D. João V, na década de 1740, quando na carta de doação da propriedade à Congregação do Oratório constava uma cláusula pela qual os padres eram obrigados a recuar o muro da sua cerca, sem direito a indemnização e às suas custas, quando fosse decidida a edificação da cortina do baluarte do Sacramento, ficando ainda proibidos de erguer qualquer construção nas proximidades¹³. Muito interessante é o facto de tal cláusula ter ainda uma versão gráfica, na *Planta topographica do sítio*, que acompanhava a carta referida, datada de 1745 e assinada por Manuel da Maia¹⁴. É aqui representada e legendada a “Parte do muro que se deve demolir quando se continuar a Fortificação”. O documento integra ainda a inscrição para dois padrões a inserir no muro da cerca contendo o enunciado da dita cláusula. Ficou assim marcada a existência dos dois baluartes e portas de Alcântara, o alinhamento dos escarpamentos, a proposta da continuidade das cortinas e do baluarte de Horta Navia, e ainda o novo muro que os Padres seriam obrigados a fazer. Todavia, ao mesmo tempo que o alinhamento do perímetro era conhecido e respeitado, esta reserva também não deixa de reflectir o quanto se tinha já desistido da sua completa edificação em meados do século XVIII. Com efeito, é ainda através do engenheiro Manuel da Maia, no contexto da reconstrução e planeamento urbano da cidade pombalina, que o problema da cintura fortificada aparece claramente entendido ou resumido no conceito de linha delimitadora, em última análise, de linha de circunvalação. No estudo dos indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista, Walter Rossa apreendeu e sintetizou o essencial da compreensão da cintura abaluartada e da noção da sua “Linha Fundamental” ou linha magistral:

“Era uma linha ditada pela topografia, mas também por uma larga visão expansionista. A área não edificada na nova zona intramuros era em muito superior à Lisboa dos primeiros anos de Setecentos. Marcava definitivamente as direcções de crescimento da cidade. Encontrar tais propriedades na definição de um novo perímetro de muralhas não é de forma alguma uma novidade. Esta surge quando, apesar da lenta agonia da sua realização directa, se verifica como em existência virtual regeu os destinos urbanos da cidade durante praticamente um século.” (Rossa, 1998, p. 33). Observa-se assim que a influência dessa linha perimetral é de alguma maneira incorporada muito cedo no currículo de Manuel da Maia, para além do dado óbvio da sua formação como engenheiro. Rossa (1998) demonstrou que essa questão condicionou a sua visão dos problemas da cidade, alinhando vários argumentos fundamentais. Do início da sua carreira de engenheiro, feito exactamente nestas obras de fortificação como apontador (1702), à defesa do estabelecimento de medidas de protecção aos terrenos onde se previa a edificação das muralhas. Muito antes do processo da reconstrução pombalina, Manuel da Maia teve desempenho fundamental no projecto e implantação da infraestrutura das Águas Livres e coube-lhe mesmo a tarefa do levantamento topográfico da cidade (cerca de 1718)¹⁵. Mais tarde, no processo de planeamento de Lisboa após o Terramoto, uma das primeiras medidas foi a proibição de edificar além da linha da fortificação (“os justos limites da cidade”)¹⁶, e no texto da *Segunda Dissertação* (Fevereiro de 1756), no ponto 10, expressa que: “Tambem se me faz preciso advertir que se devem aclarar os limites da fortificação de Lisboa para que os novos fabricantes de edificios não vão occupando terreno prohibido, cuja incumbencia poderá ter o sargento mor Philippe Rodrigues de Oliveira acompanhado do Vedor Geral das Fortificações, e de seu escrivão, assim porque já andou observando na averiguação das fazendas que para a dita fortificação foram compradas, como tambem por ter sido privilegiado do fogo que lhe não roubou os seus papeis entre os quaes conserva o da dita fortificação (...)” (Manuel da Maia, in Sepulveda, 1910, p. 39, cit. Rossa, 1998, p. 28). Por isso mesmo, e para “além da Baixa”, os planos e os desenhos pombalinos para a expansão da cidade incluem a ideia e o limite da linha de fortificação tal como reformulada ou emendada no reinado de D. Pedro II, e permitem cruzar informação mais detalhada com o levantamento de 1700, ainda que apenas para a área ocidental. Esse conhecimento deve-se fundamentalmente a duas cartas.

A primeira, datada de Abril de 1756 e assinada por Filipe Rodrigues de Oliveira, com o título “Planta que comprehende os terrenos das partes contiguas de Lisboa...” (Museu de Lisboa, MC.DES. 982), mandada delinear por Manuel da Maia, mostra que para lá das Portas de Alcântara, com a sua praça de armas e quartéis, existia o baluarte junto ao Arco do Carvalhão, pois entre este e o baluarte do Livramento (aliás, interrompido por um atalho de acesso à ponte) regista-se apenas como edificada a linha de parapeitos e escarpamentos pontualmente formando redentes. (Fig. 13)

A segunda carta, datada de Agosto de 1757, é a “Planta topographica da porção de terreno que jaz entre os Extremos de Lisboa” (Museu de Lisboa, MC.DES.981), assinada por Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e António Carlos Andreis, cuja legenda precisa que “(...) E também vão declarados os Limites, e Linha Magistral da Fortificação, sendo nottado de tinta vermelha o que della se acha feito, e de tinta preta, e banho amarello o que necessita para se fechar a cidade por aquelle lado (...).” A área abrangida vai desde o Arco de Carvalhão até Arroios. Mostra que os baluartes entre o Arco do Carvalhão e Palhavã se encontravam parcialmente construídos, tal como as portas, tanto do Arco do Carvalhão como as do Arco Escuro, o que não acontecia com as cortinas e as restantes estruturas até ao Arco do Cego; em suma, um panorama que parece coincidir com o relatório da vistoria de 1700. (Fig. 14) Constata-se ainda que o projecto e construção da frente abaluartada de terra têm poucos aspectos em comum “com o desenho de marinha” (Castro, 1758 / 1762-1762, vol. II, p. 381), excluído da vistoria de 1700 e efectivamente de carácter costeiro. A progressiva edificação da frente de rio, para a qual se desconhece um plano com unidade, oferece uma cronologia menos precisa, apesar de ter conhecido maior nível de concretização. Uma dificuldade talvez relacionada com uma espécie de simbiose física entre cortinas, parapeitos, muros de contenção, cais de embarque, que interligavam estruturas abaluartadas pontuais, isto é, sem um espaçamento proporcional entre si. Este texto não pretende tratar esta frente, em larga medida porque na verdade não apresenta qualquer tipo de influência sobre a delimitação da área urbana, criando uma estratégia de defesa costeira contínua que se entendia desde Xabregas até à Torre de Belém, portanto não reflectindo coincidência nas amarrações, em Alcântara e na Cruz da Pedra (junto a Santa Apolónia). Observa-se assim que, apesar de incompleta na sua materialidade, a cintura de fortificação do lado de terra definiu o perímetro da

Fig. 14 Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e António Carlos Andreis, *Planta topographica da porção de terreno que jaz entre os Extremos de Lisboa...* 1757, Ms. Museu de Lisboa. MC.DES.981



cidade durante um tempo muito longo, mais de dois séculos, entre 1650 e fins do século XIX. Entre a concepção da cintura abaluartada em função de necessidades defensivas, por inerência delimitadoras do espaço urbano e o conceito oitocentista de estrada de circunvalação como limite urbano de natureza fiscal, com escasso ou nulo significado militar, o ponto de viragem pode ser identificado precisamente no contexto pombalino. Nos planos dos engenheiros militares para Lisboa, sob a direcção de Manuel da Maia, o significado da *Linha Fundamental* atinge um nível de quase equilíbrio entre a noção de *Linha Magistral* (referência simbólica, técnica e projectual da obra de fortificação, quase sempre marcada pelo cordão saliente em cantaria) e a noção de *Linha de Circunvalação* (enquanto delimitação urbana para fins de controlo fiscal). Em meados do século XVIII detinha maior significado a linha virtual das cortinas de ligação entre os baluartes, com efeitos práticos na delimitação do perímetro urbano e inerentes restrições legais, do que propriamente o vigor material da obra construída, fosse em terra ou em alvenaria de pedra. A única possível excepção seria Alcântara, com as portas flanqueadas por dois baluartes e a formação de uma praça de armas efectivamente equipada com quartéis. Ainda assim, como vimos atrás, o baluarte do Livramento surge representado em 1756 já com uma interrupção, para atalhar caminho em direcção à ponte. Com efeito, os restantes aquartelamentos, em especial, os implantados depois do Terramoto, ficaram localizados na periferia é claro, mas bastante afastados da linha da fortificação no lado Norte. A virtualidade da linha perimetral, além do condicionando legal sobre o uso dos terrenos que intersectava, era também confirmada pelas portas menos monumentais, quase não assinaladas dos desenhos. Porém, Vieira da Silva chamou a atenção para o facto de que os limites declarados por lei depois de 1755 acompanhavam em geral as estradas, ruas e caminhos que ficavam no interior da cidade, não havendo propriamente uma estrada de circunvalação, pois os muros das propriedades formavam uma espécie de vedação do circuito da cidade (Silva, 1968 b, p. 71).

LINHA E ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO

A necessidade de delimitar é obviamente a razão de ser de uma linha, um valor que sempre esteve na raiz da implantação de qualquer tipo de muralha, ou até mesmo de um simples muro de divisão cadastral. Nessa perspectiva, não existe uma novidade radical no facto da linha perimetral militar constituir um limite urbano reforçado ao longo do tempo na sua eficácia. Porém, à medida que se acentua o valor urbano dessa linha, não deixa de ser interessante verificar que o conceito de circunvalação na época moderna traduzia uma função militar que de alguma maneira poderá explicar a evolução semântica de uma linha que em Lisboa se manteve (mais ou menos, tanto quanto sabemos) estável na sua implantação. A linha ou conceito de circunvalação, sendo claramente delimitador, encerra um sentido um pouco diferente da linha fortificada ou muralhada. Circunvalar (aliás, uma palavra muito próxima da sua origem latina, *circumvallare*) significa literalmente cercar ou cingir determinado espaço com valas, fossos, trincheiras ou barreiras. Nos séculos XVII e XVIII a circunvalação dizia respeito a uma linha de trincheiras eventualmente com parapeitos e outras obras de reforço, linha aberta pelo sitiante com o fim de cortar a comunicação da praça sitiada com o exterior (Bluteau, 1712, vol. II, p. 328, que se apoia em Luís Serrão Pimentel). Trata-se portanto de uma técnica de ataque usada pelo exército em campanha militar, particularmente difundida na segunda metade do século XVII, e que tinha como contraponto, a linha de contravalação, uma linha duplicada, de protecção do exército atacante (colocando-o a salvo de qualquer socorro aos sitiados pelo exterior). As linhas de circunvalação e contravalação criavam no campo exterior à linha perimetral (edificada) da fortificação de uma praça uma área defendida exterior à cidade, cada vez de maior amplitude devido ao crescente alcance de tiro. Progressivamente a palavra muda de significado, de linha de valas ou trincheiras, passa a significar estrada (Lamberti, 2010). A mudança inicia-se no século XIX e constitui um fenómeno europeu, registando-se grande difusão do termo até fins do século XX. A *linha de circunvalação* vai perdendo o seu significado militar e torna-se linha de cintura, uma mudança que consagra a passagem da noção de barreira à de passagem controlada. Alteração que está ainda relacionada com o conhecido processo de demolição das muralhas antigas (medievais e modernas), que ocorreu em várias capitais, dando lugar a vias largas (em França criando o famoso boulevard, palavra que deriva de baluarte). Esta via de contorno, muito

difundida na prática urbanística oitocentista constituía uma via de cintura que facilitava a inserção de vias radiais em direcção ao centro e que muito mais tarde, com o crescimento suburbano da segunda metade século XX, serviu muitas vezes de estrutura de tráfego no sistema urbano de transportes. No caso de Lisboa testemunha-se isso mesmo, com as indispensáveis singularidades. A linha magistral da fortificação transformou-se, não em linha, mas em estrada da circunvalação, consagrada em meados de Oitocentos. Contudo, praticamente não houve lugar à demolição de estruturas construídas, quase inexistentes nessa época; ao contrário, desenvolveu-se a materialização de uma existência até então virtual. Em rigor, a cintura abaluartada nunca atingiu um nível de presença física funcional ou eficaz do ponto de vista defensivo. Na verdade, do ponto de vista das suas consequências, a estrada da circunvalação acabou por constituir o mais importante vestígio da linha de fortificação (Rossa, 1994, p. 21). De tudo quanto já foi mencionado, percebe-se que a transformação foi bastante gradual. Em 1801 existiam regulamentadas (Silva, 1968 b, p. 10) quatro *casas da sisa ou barreira* junto das portas da cidade (Largo da Cruz do Açougue em Alcântara, a de São Sebastião da Pedreira no Largo do Andaluz; Fontainhas dos Anjos na Rua de Arroios e a de Santa Apolónia), somando-se em 1839 mais outras duas (Campo de Ourique / Rua do Sol ao Rato e na Cruz das Almas no cimo da actual Rua das Amoreiras). No contexto da Casa do Risco das Obras Públicas, o levantamento conduzido em 1807 pelo capitão engenheiro Duarte José Fava, que serviu de base à realização do desenho e gravação de várias cartas¹⁷, constitui um documento onde se pode observar uma crescente divergência entre a função militar da linha da fortificação e os limites aduaneiros. Verifica-se que existem ligeiras variações na titulação, que de alguma maneira reflectem esse afastamento, como seja a *Carta topographica da Cidade de Lisboa comprehendida entre barreiras* ou *Carta topographica de Lisboa, e seus suburbios, comprehendendo a sua maior extensão desde o Convento dos Religiosos Barbadinhos Italianos até a Bateria do Bom Sucesso*. No primeiro título as barreiras referem-se a postos aduaneiros e no segundo caso a representação ultrapassa em muito os limites administrativos da cidade, renunciando o seu alargamento. Nas diferentes versões deste levantamento inclui-se a marcação das “barreiras” ou portas onde existiam postos fiscais, “(...) mas os limites administrativos, ou a definição

do termo da cidade, continuavam a ser indefinidos, e muitas vezes variáveis, dependendo ainda, e até meados do século, dos caminhos, de algumas barreiras fiscais e de muros de propriedades particulares.”(Leite, 1997, p. 34). Em simultâneo, constata-se a perda de função dos baluartes de Alcântara e a representação das fortificações construídas no contexto das invasões francesas (1809), também tema de cartografia específica. Observa-se a localização de baterias em Campo de Ourique, Arco do Carvalhão (Luneta), Palhavã, Picoas, Penha de França, mas alguns desses fortes ou redutos de configuração poligonal não abaluartada assentavam quase decerto sobre as estruturas seiscentistas (caso do Arco do Carvalhão e Alto da Atalaia junto a Palhavã, com três redutos), uma questão em parte já apontada pela historiografia (cf. Rossa, 1994, pp. 31-33). Com efeito, ainda no âmbito da Guerra Peninsular, em 1835, existe reforço da antiga linha com redutos e baterias, compreendendo obras de fortificação não permanente: Prazeres, Campo de Ourique, Arco do Carvalhão, Campolide, Picoas e Arco do Cego, Alto do Pina e São João, Penha de França e encosta abaixo¹⁸. De facto, se a linha da fortificação moderna não tinha efeitos fiscais, regulados pelas circunscrições paroquiais periféricas (Silva, 1968 b, p. 9), o mesmo não acontecia com a estrada da “Circunvalação da cidade de Lisboa para fiscalização dos Impostos das Alfândegas” instituída pela lei de 19 de Abril de 1845, que se trata de um produto das reformas liberais. Iniciada em 1849, com eficácia aduaneira desde 1846, a estrada apenas ficou concluída em 1857 (Araújo, 1993, vol. XV, p. 41; Silva 1968 b). A conjuntura desta decisão e empreitada coincide assim com a reforma administrativa da capital e do país que encabeça. Em 11 de Setembro de 1852 foi extinto o termo da cidade de Lisboa e a circunscrição administrativa urbana passou a ser definida pelo muro da Circunvalação, então por acabar, ao mesmo tempo que era estabelecido o concelho de Belém. A estrada foi macadamizada em toda a sua extensão e acompanhada por um muro de vedação, do lado de dentro. Verifica-se pois que a passagem da ideia de delimitação através de um muro (ainda que apenas em desenho) e a ideia de delimitação através de um caminho não acontece numa só etapa. A via começou por socorrer-se do muro, fazendo construir o que antes existiu apenas como traçado ou projecto. Em algumas portas foram construídas “postos de despacho”, integrando a Estrada da Circunvalação mais de vinte postos fiscais, mas incluíram-se nesse itinerário “(...) troços da

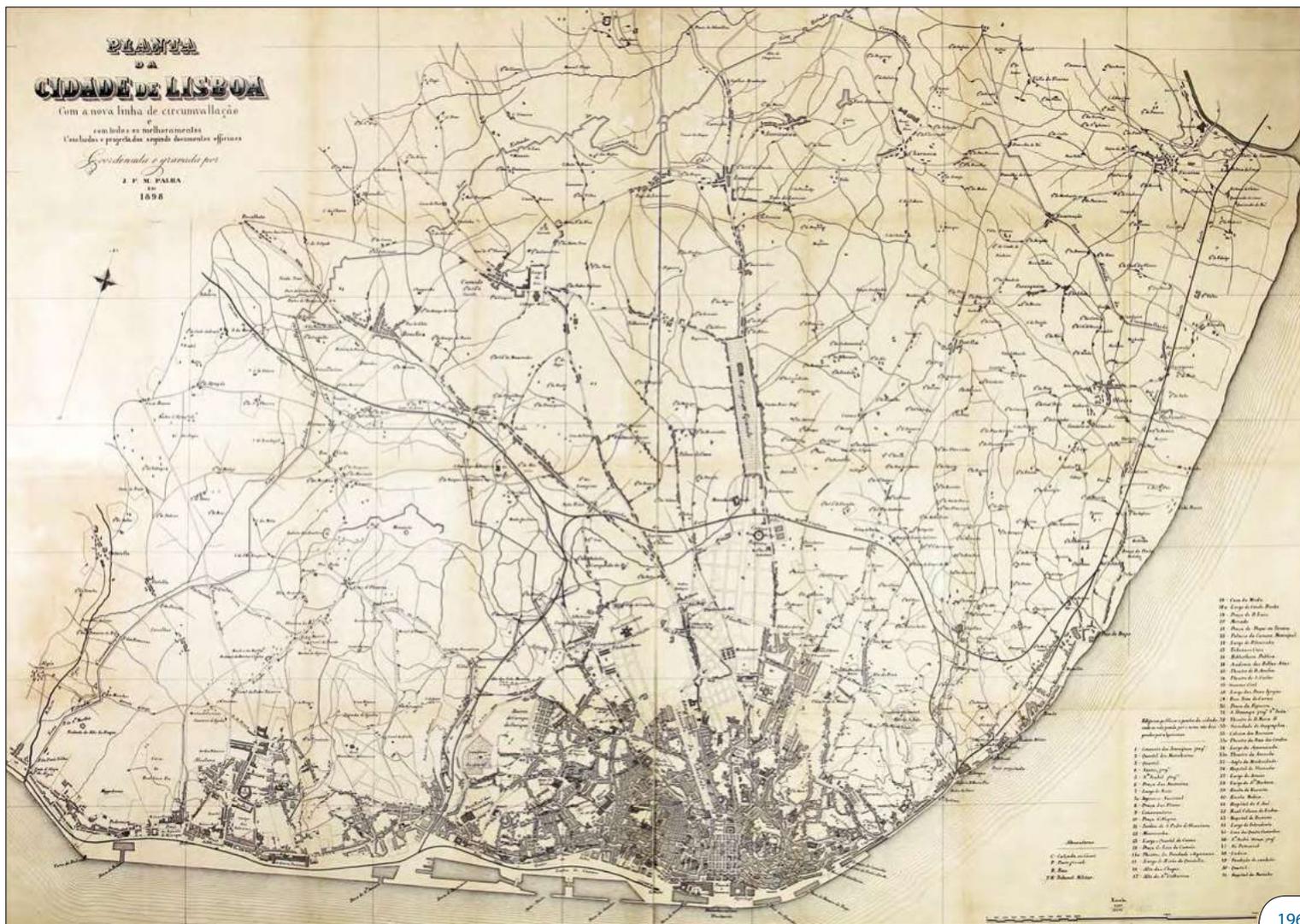
estrada fiscal anterior, aproveitando estradas, ruas e azinhagas já existentes (Silva, 1968 b, pp. 12-13). Foi essa nova cidade que o levantamento realizado entre 1856 e 1958, pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino e dirigido por Filipe Folque documentou¹⁹. Trata-se do primeiro levantamento topográfico científico, registando a existência urbana à escala 1:1000. Este levantamento teve já como finalidade o planeamento urbanístico, observando-se com clareza a marcação da estrada, mas ainda se identificam alguns pontos fortificados no contexto das Guerras Peninsulares, hoje completamente destruídos. Todavia, de maneira surpreendente, ou talvez somente reflectindo um mais acelerado ritmo de expansão urbana, a primeira estrada da Circunvalação marcada na carta de Folque, teve efeito legal durante menos de meio século. A lei de 18 de Julho de 1885 desencadeou a reforma do território municipal, ficando previsto o traçado de nova estrada da circunvalação, criando limites muito mais amplos e que passaram a coincidir com o limite administrativo municipal, uma vez extinto o termo e o antigo perímetro urbano. (Fig. 15)

Na realidade, nem tudo ficou claro e Vieira da Silva (1968 b) deixou anotado que existiram problemas na organização administrativa e física de tão grande território. Pela referida lei, a linha – estrada com cerca de 22 km – começaria no vale de Chelas prolongando-se pelo Lumiar e Ameixoeira e daqui até Benfica, atravessando Monsanto até Algés. O primeiro lanço, entre Algés e Benfica (cerca de 7 km), ficou concluído em 1888. O segundo lanço, entre Benfica e a Calçada de Carriche, mais ou menos com a mesma extensão, viu o seu trajecto alterado, ligando a estrada de Benfica ao forte da Ameixoeira, e incluindo muros para fechar transversalmente os vales do Forno e de Carriche), e apenas ficou concluído em 1900. O terceiro lanço, entre Carriche e Chelas, tendo terminado na mesma data, e apesar de mais curto, foi o que conheceu uma execução mais problemática devido às expropriações conflituosas e dificuldades técnicas (Silva, 1968 b). Vieira da Silva afirma que do forte da Ameixoeira seguia para a Portela e daqui para a estrada de Chelas até ao posto fiscal da Cruz da Pedra. Contudo, os documentos cartográficos²⁰ permitem observar que a estrada da circunvalação não acompanhava o vale de Chelas, seguindo desde a Ameixoeira pela Charneca, bastante a Norte da Portela, continuando até à linha férrea num percurso paralelo à actual Avenida Marechal Gomes da Costa, isto é, já nos Olivais. Ao longo do século XIX foram várias as alterações das circunscrições fiscais e político-administrativas. É de salientar

195 que em 1886 as freguesias de Camarate e de Sacavém

foram anexadas ao concelho de Lisboa, mas excluídas do perímetro da circunvalação. Mas, logo em 1903, foram novamente desanexadas e integradas no concelho de Loures, ficando o limite municipal mais ou menos com o mesmo perímetro até à actualidade. Essas alterações ficaram marcadas em várias peças cartográficas, muito em especial no *Levantamento Topográfico de Lisboa* realizado entre 1904 e 1911 pela equipa dirigida por Júlio António Vieira da Silva Pinto²¹, levantamento promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, e com objectivos estritamente civis, base novecentista para múltiplas cartas temáticas até 1950. Nesta época precisa, na transição de Oitocentos para Novecentos, essa linha é fiscal, abrangendo muito territórios rurais, ao mesmo tempo que inclui freguesias antes pertencentes a concelhos limítrofes e integrando mesmo áreas de concelhos preexistentes (Belém e Olivais). Áreas essas abrangidas por uma outra linha, a estrada militar, que coloca outro tipo de interrogações. Verifica-se que a estrada da circunvalação ora se sobrepunha, ora se distanciava da estrada militar: no segundo lanço a circunvalação aproveitou a estrada militar que ligava Benfica a Sacavém. Com efeito, no levantamento de Silva Pinto este troço é legendado como “Estrada Militar da Nova Circunvalação”, sendo ainda hoje quase integralmente reconhecível; integrava, tal como noutros troços, vários redutos e baterias de traçado complexo adaptado à topografia. Por seu turno, a origem da estrada militar e o seu trajecto encontra-se relacionada, evidentemente, com critérios defensivos, cuja eficácia incidiu de maneira crescente sobre um território muito vasto do que os limites urbanos da cidade. Com efeito, a organização da defesa durante as guerras napoleónicas enunciou um novo sistema defensivo: a linha fortificada contínua conjugando posições fortificadas de diferente hierarquia e complexidade construtiva ligadas entre si por estruturas físicas (vias, trincheiras ou entrincheiramentos, baterias, redutos, conjugando diversos traçados poligonais) e de que é exemplo maior no contexto português o sistema das Linhas de Torres, precisamente designado como Linhas de Defesa a Norte de Lisboa. O prenúncio de uma concepção de cintura aumentada à escala de todo o território envolvente atinge uma das etapas mais expressivas justamente com o Campo Entrincheirado de Lisboa. Instituído por decreto de 7 de Setembro de 1899 e com limites oficialmente definidos por decreto datado de 14 de Novembro de 1901, consagrou o alargamento conceptual e material do âmbito da defesa de Lisboa para lá do concelho

Fig. 15 J.F.M. Palha, *Planta da cidade de Lisboa com a nova linha da circunvalação*, 1898
 Museu de Lisboa. MC.GRA. 473.



e sem qualquer relação com o espaço urbano. De tal maneira, que ainda hoje a localização das estruturas fortificadas incluídas neste sistema, pela sua configuração e uso (ainda militar efectivo em certos casos), não comunicam com o crescimento da cidade envolvente e permanecem como redutos fechados sobre si próprios, criando uma espécie de zona *non aedificandi* (até há bem pouco tempo) nessa cintura territorial.

A publicação do documento legal, contudo, foi a consequência de um processo anterior muito complexo, iniciado ainda no reinado de D. Pedro V, senão mesmo antes se tivermos em conta os planos da Linha de Fortificação de 1833, que por sua vez assentava ainda no perímetro moderno. O Campo Entrincheirado foi concretizado no terreno ao longo da segunda metade do século XIX, segundo o ritmo da reformulação de vários planos e comissões, processo em grande parte liderado pelo ministro da Guerra, marquês de Sá da Bandeira. Foi assim concebido e construído um outro sistema defensivo, ainda que não pensado unitariamente de raiz, mostrando-se totalmente autónomo relativamente a qualquer tipo de preexistência fortificada da época moderna.

O Campo Entrincheirado de Lisboa compreendia diversas linhas (mais ou menos) concêntricas de diferente grau de aproximação à área urbana, criando os denominados recintos de segurança e integrando ainda sectores de defesa portuária. Não entrando mais nos meandros deste tema complexo, interessa à questão da redefinição dos limites urbanos da cidade a existência de uma certa promiscuidade entre a estrada da circunvalação (civil fiscal) e a estrada militar (defensiva). Com alguma proximidade, mas não coincidente com a estrada da Circunvalação, edificou-se a partir de Algés os fortes do Alto do Duque, Montes Claros e Monsanto, enquanto a partir de Benfica a estrada militar mantinha em longos trechos coincidência com a estrada da circunvalação, até ao forte da Ameixoeira (Alto do Lumiar). Mas, a partir desse ponto a estrada da Circunvalação inflectia para a Portela e Olivais / Chelas, enquanto a estrada militar ligava a Ameixoeira ao reduto de Monte Cintra, em Sacavém, ponto terminal do recinto de segurança principal, descrevendo grande arco entre a foz do Trancão e a foz da ribeira de Barcarena em Caxias (onde se unia a São Julião da Barra). De facto, a estrada militar que daqui partia, terminada em 1890, possuía ramificações de escala regional entre Sacavém e Caxias, criando enorme área tampão de natureza militar e pouco (ou nada) visível na paisagem.

De alguma maneira, no dealbar do século XX, o Campo Entrincheirado de Lisboa foi um momento de fim da arquitectura

garantia de defesa. Na verdade, a compreensão da necessidade de proteger Lisboa a partir da barra do Tejo tinha sido compreendida pelo menos desde o século XVI, e em complemento com a defesa da barra do Sado. Enquanto isso, a consciência da necessidade de defesa terrestre da coroa norte apenas se tornou dramática e consistente com a Guerra Peninsular. O perímetro moderno da fortificação abaluartada da capital demonstrou ter sido mais fecundo enquanto circunscrição urbana do que como obra fortificada. Desse ponto de vista, não deixa de ser significativo que, na linha de Luís Mendes de Vasconcelos, que em 1612 sugeria a ligação por fosso aquático entre a ribeira de Alcântara e o rio de Sacavém, em 1758, João Baptista de Castro demonstrasse também compreender o valor estratégico dessa linha de água, que contorna relevo a norte do termo de Lisboa. Observando o mapa dos contornos de Lisboa, levantado em 1828 por Maximiliano José da Serra²², esta consideração torna-se muitíssimo evidente: a intensidade do relevo da serra de Monsanto só tem paralelo nos planaltos que caem abruptamente sobre a várzea de Loures e com a linha de acidentes topográficos compreendida entre a Penha de França e estrada para Sacavém - Olivais. Nesta carta o limite da mancha urbana não coincide com a linha fortificação, nem com a estrada da circunvalação, mas apenas com o que a ocupação do solo urbano de modo minimamente estruturado mostrava. (Fig. 16)

Referências bibliográficas

Aa.vv. (1997). *Cartografia de Lisboa, Séculos XVII a XX*. Lisboa: CNCDP.

Amaro, C. (1998). Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível. In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, (pp. 61-71). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Araújo, N. (1938-1939 / 1991-1993). *Peregrinações em Lisboa*. (2ª ed). Lisboa: Vega, 15 vol.

Bluteau, R. (1712). *Vocabulário português e latino...* Lisboa: Patriarcal Oficina da Música, vol. II.

Boiça, J. M., Barros, M. F. & Ramalho, M. M. (2001). *As fortificações marítimas da costa de Cascais*. Lisboa: Quetzal - Câmara Municipal de Cascais.

Castro, J. B. (1762-1763). *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Francisco Luís Ameno.

Carita, R. & Cardoso, H. (2007). *O escudo do Reino. A Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Cid, P. (2008). *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri - Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa.

Conceição, M. T. (2008). *Da cidade e fortificação em textos portugueses (1540-1640)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra.

Conceição, M. T. (2002). *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do Espaço Urbano em Almeida (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ferrão, L. (1994). *A real obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Quetzal.

Henriques, P. (2004). Introdução. In *Lisboa Antes do Terramoto. Grande vista da cidade, entre 1700-1725*. Lisboa: Gótica.

Holanda, F. (1984). *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, ed. J. F. Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

Lambertini, C. (2010). Circonvallazione. In ed. C. Topalov et al, *L'Aventure des Mots de la Villae à travers le temps, les langues, les sociétés*, (pp. 289-292). Paris: Robert Laffont.

Langres, N. (1661 ca). *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolau de Langres Francez que serviu na Guerra da Acclamação*. Ms., BNP, Cod. 7445 (disponível em <http://purl.pt/15387>).

Leite, A. C. (1997). Lisboa 1670-1911. A cidade na cartografia. In *Cartografia de Lisboa, Séculos XVII a XX*, (pp. 24-38). Lisboa: CNCDP.

Lobo, F. S. (1989). O fim de uma era. In Moreira, R. (ed) *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, (pp. 273-323). Lisboa: Alfa,.

Moita, I., ed. (1994). *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte - Sociedade Lisboa 94.

Moreira, R. (1989). Arquitectura Militar do Renascimento. In Moreira, R. (ed) , *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.

Moreira, R.& Soromanho, M. (1999). Engenheiros Militares Italianos em Portugal (séculos XV-XVI). In ed. M. Viganò, *Architetti e Ingegneri Militari Italiani all'estero dal XV al XVIII secolo. Dall'Atlantico al Baltico*, (vol. II, pp. 109-131). Roma - Livorno: Istituto Italiano dei Castelli – Sillabe.

Muralhas de Lisboa “Cerca Velha”, Percurso Pedonal.[Folheto]. 2014. Lisboa. DMC/DPC, Câmara Municipal de Lisboa.

Murteira, M. H. (1999). *Lisboa da Restauração às Luzes, uma Análise da Evolução Urbana*. Lisboa: Editorial Presença.

Oliveira, E. F. (1882-1943). *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 19 vol.

Rossa, W. (1998). *Além da Baixa - Índices de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: IPPAR.

Rossa, W. (1994). Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas. *Rassegna*, vol. XVI, n.º 59, pp. 28-43.

Santana, F. & Sucena, E., ed. (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associado.

Senos, N. (2002). *O Paço da Ribeira 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.

Sepulveda, C. A. M. (1897). *Um capítulo da Guerra da Restauração (1660 a 1668): o conde de Schonberg em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sepulveda, C. A. M. (1910). *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. V.

Sepulveda, C. A. M. (1910a). *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no Terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, A. V. (1950). *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: CML.

Silva, A. V. (1941 / 1968a). O termo de Lisboa. In *Dispersos*, (vol. I, pp. 33-54). Lisboa: CML.

Silva, A. V. (1941 / 1968b). Os limites de Lisboa. In *Dispersos*, (vol. I, pp. 55-103).Lisboa: CML.

Silva, A. V. (1941 / 1968c). Os fortes de Santa Apolónia e da Cruz da Pedra. In *Dispersos*, vol. Lisboa: CML,

Soromanho, M. (1991). *Manuel Pinto de Vilalobos, da Engenharia Militar à Arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Tiçõ, A. (1993). Estruturas defensivas construídas na segunda metade do séc. XIX na cidade de Lisboa. In *Actas I Encontro de Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa (1992)*, (pp. 726-741).Lisboa: CML,.

Vasconcelos, L. M. (1608 / 1990). *Do Sítio de Lisboa: Diálogo*. ed. J. F. Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

Viterbo, F. M. S. (1899-1922 / 1988). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 3 vol.

Notas

- 1 Manuscrito apenas impresso na contemporaneidade: Holanda, Francisco de, ed. José da Felicidade Alves - *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. Sobre o contributo de Holanda para o tema da fortificação moderna ver Conceição, 2008, pp. 149-189.
- 2 Filippo Terzi, (Giovanni Giacomo Palearo) il Fratino, Tiburzio Spannocchi, Leonardo Turriano e Giovanni Vicenzo Casale. Entre 1589 e 1593 Casale foi encarregado de estudar a defesa de Lisboa (cf. Carita, 2007, p. 68). Para uma síntese do contributo destes engenheiros italianos v. Moreira & Soromenho, 1999.)
- 3 Oliveira, 1882-1943, vol. III, pp. 162-172, cit. Murteira, 1999, p. 69. Para além da sempre solicitada reparação dos muros antigos, do fecho de portas e derrube de construções adossadas, apresenta-se a proposta de construção pontual na vertente ocidental de plataformas terraplanadas e trincheiras; e, facto muito interessante, é o próprio Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino, que aparece no documento como responsável pelas obras. (Oliveira, 1882-1943, vol. III, p. 172).
- 4 Documentos publicados in Oliveira, 1882-1943, vol. IV, pp. 184-187 e 193-194, cit. Murteira, 1999, p. 69.
- 5 Data citada amiúde, apurada com base no decreto de 11 Março 1652 (publicado por Oliveira, 1882-1943, vol. V, pp. 342-343) e na descrição de João Baptista de Castro (1758 / 1762-1763, tomo III, p. 82).
- 6 Oliveira, 1882-1943, vol. V, pp. 200-203, Parecer de Mateus do Couto datado de 24 Março 1650.
- 7 O códice não se encontra datado, mas será anterior a 1661; Vieira da Silva (1950, p. 16) afirma que o desenho pode ser anterior a 1653.
- 8 Decreto de 11 Março 1652, assinado pelo príncipe D. Teodósio, que ordenava continuação das empreitadas, mencionando anterior início das obras, em 1650, publicado em Oliveira, 1882-1943, vol. V, pp. 342-343, cit. Murteira, 1999, pp. 72-73.
- 9 Uma opinião comumente aceite (v. Murteira, 1999, que elenca as diferentes opiniões e fontes).
- 10 ANTT, Casa Cadaval, Códice 27 (www.digitarq.arquivos.pt/details?id=3908669), (Consultado 28.05.2014).
- 11 Integrava-se na frente de rio e situava-se junto ao Quartel dos Marinheiros da Praça da Armada (hoje serviços da GNR); assinalado no levantamento de Filipe Folque como Forte de Alcântara, o seu traçado parcial ainda se pode identificar na coincidência com a Travessa do Baluarte.
- 12 O Baluarte da Cruz da Pedra: foi demolido em 1860 e incorporado nos terrenos da empresa dos caminhos de ferro e dele só resta vestígio na toponímia: deveria ser uma bateria pouco elevada acima do Tejo (Silva, 1968 c; Norberto de Araújo, 1993, vol. XV, p. 41; Santa e Sucena, 1994, p. 324).
- 13 Carta de doação, 8 Fevereiro 1745, AHCML, cit. Ferrão 1994, pp. 40-43; Rossa, 1998, pp. 33-34.
- 14 Planta AHCML, Chancelaria da Cidade, Cod. B-22. fl. 79, Rossa, 1998, p. 18.
- 15 Planta cujo paradeiro entretanto se perdeu, terá sido apresentada ao rei em 1718 (Sepulveda, 1910, p. 56; Vieira da Silva, 1950).
- 16 Lei de 3 Dezembro de 1755 (confirmada por alvará de 12 Maio de 1758) (Legislação Régia, Livro V, disponível em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/66/110/p269> e <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/66/110/p635> Consultado 16-07.2014; cit. Vieira da Silva, 1968 b, p. 70).
- 17 Litografia de 1831, Museu de Lisboa, MC.GRA. 481.1 a 481.3. Primeiro levantamento rigoroso com várias versões gravadas; feito por oficiais do Real Corpo de Engenheiros sob a direcção de Duarte José Fava (Silva, 1950).
- 18 "Carta topográfica da linha de defesa da cidade...levantada debaixo da direcção do Coronel de Engenharia J(osé) D(ionísio) da Serra ..., no anno de 1835...". Ms. (GEAEM 2246-2-16-22).
- 19 *Altas da Carta Topográfica da cidade de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, s.d.; versão reduzida para 1: 10

- 000 em 1871, (Museu da Cidade, Gra 480) e aplicação georreferenciada disponível em Lisboa Interactiva (<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>), (Consultado 14-07-2014).
- 20 Por exemplo, J.F.M. Palha, *Planta da cidade de Lisboa com a nova linha da circunvalação*, 1898 (Museu de Lisboa, MC.GRA. 473).
- 21 Arquivo Municipal de Lisboa, s.d. Aplicação georreferenciada disponível em Lisboa Interactiva (<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>), (Consultado 14-07-2014).
- 22 *Mappa topográfico dos contornos da cidade de Lisboa, por determinação régia expedida por aviso de 1 de Setembro de 1828 por Maximiliano José da Serra*, Brigadeiro graduado do Real Corpo de Engenheiros, Ms. (GEAEM 2352-2-16-22D, com versão menos cuidada com a cota 2351).



*Nexo da pintura
mural na obra
do pintor Luís
Dourdil*

Maria Teresa Bispo

CV



O centenário do nascimento do pintor Luís Dourdil¹ congregou para além da Câmara Municipal de Lisboa, da EGEAC, do Café Império, da Sociedade Nacional de Belas-Artes, do Museu da Farmácia e da Sociedade de Geografia de Lisboa, também e obviamente, a família do pintor, bem como um alargado número de participações² que deram corpo a um vasto programa de tertúlias, palestras e mostras da obra. O programa expositivo, designado SEM ANOS DE DOURDIL³, (Fig. 1, 2, 4 e 27) se bem que em termos fonéticos nos conduz de imediato às comemorações do centenário do nascimento do artista, quando percebido visualmente concretiza, sem ambiguidade, a ideia da intemporalidade da produção plástica. Neste plano, pretendeu-se reunir uma série de iniciativas que dinamizassem e exibissem um conjunto de peças, previamente seleccionadas, distribuídas por vários espaços, constituindo assim distintos núcleos, alguns com obras de natureza imóvel. Sem qualquer intenção de retrospectiva, foi objectivado o acesso a peças menos conhecidas ou até mesmo nunca apresentadas, pelo que entre o desenho, a pintura e a pintura mural, é possível constatar a consistência do artista, neste caso, com enfoque na pintura mural⁴ (Fig. 5), nas obras que, de algum modo, ainda hoje podemos observar.



Fig. 2 Pastel sobre papel, c. 1952/54, patente em “Beleza e Tragédia”, na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Coleção Luís Fernando Dourdil

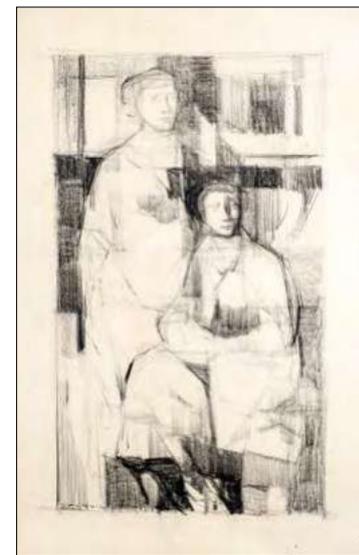
Fig. 5. Vista geral da sala do Café Império e da pintura mural de 48m². Fot. de Humberto Mouco, CML/Agenda Cultural



Fig. 4. Óleo sobre tela, de 1985, para a exposição “A Pintura Antes de Tudo” Paços do Concelho, Lisboa. Coleção Luís Fernando Dourdi



Fig. 1. Desenho apresentado nos “Diálogos a Carvão”, Café Império, representando mulheres de Alfama. Coleção de Luís Fernando Dourdil. Fotografia de José Vicente, CML/DPC



Do repositório de memórias surgiram naturalmente os testemunhos dos familiares e amigos⁵ próximos, bem como fotografias e documentos que estavam esquecidos. Nesse âmbito, evocando uma conversa sobre a arte e a vida, Luís Fernando Dourdil (filho do artista plástico) revive a frase do pai: “Temos de filtrar a realidade”, que repetidamente o pintor lhe recordava como início de conversa sobre o processo de criação. O filtro, por vezes, decorria apenas da sua observação/ percepção cuja subjectividade do olhar criativo subordinava a estrutura compositiva, outras, recorrendo à fotografia como instrumento auxiliar para o “congelamento” de um determinado instante e sobre o qual trabalharia, extraindo as linhas ou os elementos que mais e melhor serviam a composição imaginada. Quaisquer deles, como podemos constatar, cumpriam com uma execução técnica sem reparo e cada vez mais personalizada. No documento⁶ que tem duas fotografias (inédito), uma reproduz um óleo da série “Os Jovens”, outra a imagem que o inspirou, (Fig. 6), podendo ver-se as linhas marcadas pelo pintor, confirmando quanto o filtrar da realidade era determinante para o artista e qual a natureza dessa depuração. A imagem fotográfica de jovens estudantes, no jardim dos Coruchéus, onde Luís Dourdil tinha atelier (número 6), que comumente seria referida como inspiração, torna claro o método de observação e a obra resultante. O pintor não buscava o conjunto, nem a profusão de linhas e formas, nem sequer os planos ou indícios para a elaboração de uma obra, mas apenas uma conjugação, aquela que provavelmente trazia no imaginário e que de algum modo os jovens fotografados – isentos de responsabilidade – colaboraram, primeiro, para a construção do desenho, depois, para o preenchimento das cromias. É possível verificar a clara opção do artista pela horizontalidade da composição, diferente da registada na fotografia, sublinhando-a no plano, na apropriação do espaço da tela, na repetição de linhas horizontais e na ausência de fundo, elevando-as sobre uma superfície que o próprio artista criou. Também é possível observar como a concepção reconfigurou a imagem inicial captada através da câmara fotográfica, criando um agregado de formas geometrizarantes, que se percebem como corpos deitados, entrelaçados, que o autor apresenta cortados pela própria tela, amputando parte da anatomia do conjunto, sem envolvente, sem contexto. Tal circunstância remete-nos para o universo das imagens que o instante fotográfico imobiliza, ainda na técnica analógica, mais misterioso, mais arriscado, por vezes imprevisível. De facto, o que lhe interessava não era retratar a realidade, mas sim as pessoas, os seus corpos,

N

N

Fig. 6 Documento com 2 fotografias coladas, representando a imagem fotográfica e a obra acabada, uma das várias telas da série “Os Jovens”. Coleção Luís Fernando Dourdil



as formas que assumiam, transferidas para a pintura ou para o desenho através da geometria, retirando-lhes significado ao subverter a realidade, mas dotando essas composições de uma narrativa plástica sobretudo formal, não imediata, e cuja aquisição de cromias, mais frias ou mais quentes, cumpriam, na síntese, uma encenação de acordo com o dramatismo pretendido. Por isso e neste caso, procurar as semelhanças é restringir o artista e a peça, é sobretudo não compreender que entre a realidade e o representado o artista impôs um filtro, que mais seleccionou na obra utópica, do que no registo do visível. Na verdade, as figuras do quotidiano (Fig.7) são aquelas que mais atraem o seu olhar plástico, eventualmente não pelo pitoresco, mas pela ausência de contensão do estar social que propunha movimentos de corpo mais arrojados, ditados pelas tarefas quotidianas, ou vestuário menos sofisticado e mais ousado, decorrente do formalismo que o estrato social não restringia. Interessava-lhe, isso sim, as formas e os movimentos que arrumava cada vez mais cuidadosamente em polígonos, muitas vezes em desenho, outras em pintura, dinamizando transparências e decomposições, abstractizando a alegada representação. Observar a obra e o artista plástico é percepção e entender as linhas que estiveram subjacentes em toda a sua produção, sublinhando deste modo a importância do desenho, independentemente da maior ou menor profusão de traços, da maior simplicidade formal ou da complexa geometrização das formas, o seu desenho é vigoroso e emotivo; é igualmente eficaz quando sujeito a objectivos de divulgação industrial, de carácter científico, com enfoque num público específico e sobre uma panóplia de artigos farmacêuticos a que se dedicou no plano profissional. Numa época que se afirmava, no país, a indústria farmacêutica (anos 30/40 do século passado), o Laboratório Sanitas, fundado em 1911, constituiu-se como um dos exemplos de produção, nas políticas de fabrico, nas condições de laboração e de promoção da imagem, transparecendo a sua importância na construção de novas instalações da Av. D. João V⁷, em Lisboa (Fig. 8). Neste âmbito, Francisco Cortez Pinto⁸ declara: "(...) É Portugal um dos países mais abertos à entrada das especialidades estrangeiras, e isto dá-se quando a maior parte procura nacionalizar esta indústria. Somos de opinião que, facilitando a entrada de todos os produtos de reconhecido valor científico e terapêutico e que se não fabricam em Portugal, deveremos, a pouco e pouco, defender a nossa economia,

203 os diplomados portugueses e a mão-de-obra nacional.

Fig. 7 Carvão sobre papel, de 1965. Coleção Luís Fernando Dourdil. Fot. de José Vicente, CML/DPC



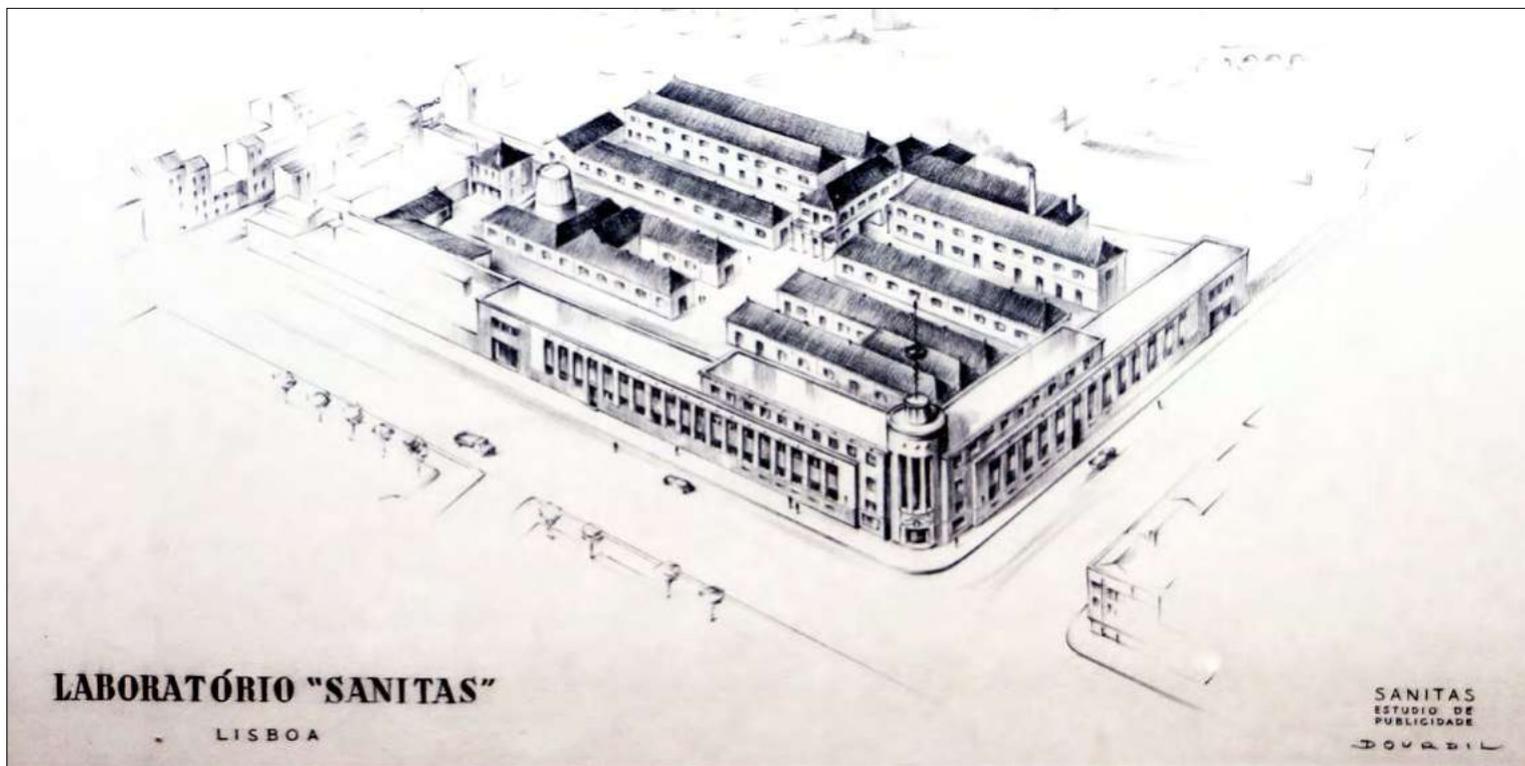
Sem usurpações ou atropelos, nem constrangimentos de qualquer espécie, antes com aplauso de todos, esperamos chegar a uma salutar disciplina do fabrico, condições de venda, base indispensável da honestidade industrial e comercial, à verificação científica em laboratório adequado, para que o crédito da nossa técnica produtora possa afrontar vantajosamente o da produção similar de procedência estrangeira; iremos, enfim, até onde as circunstâncias nos permitirem no sentido da perfeição da nossa indústria. (...)”⁹

No contexto da época ganha importância a embalagem do produto farmacêutico, tanto mais quanto o medicamento se dirigia à classe médica e angariava uma maior amplitude científica. Impunha-se, também, em matéria de credibilidade visual e identidade cuja comunicação de produto Fernando Seixas¹⁰ estava especialmente sensibilizado: “(...) Valorizei sempre muito a parte estética da actividade farmacêutica. Esse gosto ficou acentuado depois de uma visita a Inglaterra, onde dei por mim a olhar para uma montra com peças desenhadas com o elogio do «Industrial Design».

(...) Uma das minhas preocupações foi adaptar um grafismo global (das embalagens e de toda a comunicação) para os médicos e para a imagem exterior. Convidei, para essa tarefa, um amigo, o Luís Dourdil, artista gráfico e pintor. (...)”¹¹

A relação laboral de Luís Dourdil com o Laboratório Sanitas responsabiliza-o, desde logo, pelo gabinete de publicidade e artes gráficas, atestando inequivocamente a sua relação com o desenho, o sentido de síntese e a capacidade de comunicar. É, pois, na componente de artista gráfico que podemos verificar a fluência na técnica do desenho, na concepção de modelos que estruturam a imagem do medicamento, cumprindo com os parâmetros do *design*, substanciando uma ideia que é em si uma abreviatura do produto. Claramente, esta capacidade não se excluía da sua natureza plástica, mas configurava uma qualidade cumulativa, confirmada pelos que o rodeavam. “(...) O Luís Dourdil foi sempre uma pessoa muito chegada à família. Meu pai reconhecia nele o talento e o mérito, de que decorreu, ao longo do tempo, a aquisição de obras que, hoje, algumas das quais se encontram na família. O Luís era de facto

Fig. 8 Desenho de Luís Dourdil do complexo industrial Laboratório Sanitas. Coleção João Cortez Pinto Seixas. Fot. José Gema.



uma pessoa especial que precisava de liberdade e tempo para produzir. No Laboratório Sanitas concebeu grande parte das embalagens dos fármacos da época e o grafismo da literatura inclusa, que guardo, não apenas com a amizade natural, mas igualmente com os critérios da memória que se quer justa. Concebeu a reformulação do logotipo do Laboratório Sanitas e uma série de objectos, como cinzeiros, facas para a abertura de envelopes, caixas de folha, tampas cerâmicas e rolhas seladas para frascos e garrafas de uso farmacêutico, mata-borrões... e, ainda, a medalha comemorativa do Sanitas (Fig. 9). Concebeu ainda os logotipos do Café Império e do Cinema Império, os respectivos bilhetes de entrada e programas. Há ainda a mencionar o logotipo do Diário Popular, os rótulos dos vinhos Quinta do Arneiro e da Quinta do Alqueidão de Santo Amaro. Concebeu capas de livros e a ilustração de alguns. Fez o *grafismo* do livro do Sanitas (Fig. 10 e 11), de facto em termos de comunicação e de imagem do laboratório nada saía sem que passasse por ele. Se observarmos uma ou outra embalagem ele conseguia captar o essencial e, nesse plano, trabalhava-o para um produto final que era esclarecedor apenas pela visualização. Por exemplo, veja-se o OPOCER (Fig. 12) que era um medicamento para fortificar o cérebro... não podia ser mais claro. (...)”¹²

No contexto da abordagem ao pintor Luís Dourdil, a novidade destas imagens, (Fig. 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) identificando a autoria da concepção do *design* e do grafismo, através do testemunho (inédito) de João Cortez Pinto Seixas, justificam a sua publicação, dinamizando certamente outras oportunidades de estudo. Neste plano acrescentam-se ainda desdobráveis e/ou de cartões que tinham como principais funções o esclarecimento e a promoção do fármaco¹³. (Fig. 20 e 21) Ao analisar os vários exemplos apresentados, julgamos pertinente, mesmo que sumariamente¹⁴, sublinhar a diversificada gama de possibilidades que Luís Dourdil trabalhou, apenas nesta pequena amostra. Como usou a cor, tirando partido da significância, indutora da percepção e/ou reclamante de atenção, captando o olhar, esclarecendo uma ideia, no domínio da comunicação de produto. Como adaptou a forma do fármaco (ampolas, comprimidos, xaropes...) à concepção da embalagem e como a inseriu numa imagem coerente com a marca e identidade do Laboratório Sanitas. Como ainda pensou as capas de vários livros e/ou as ilustrações que criou para este ou aquele fim¹⁵, adequando sempre a imagem ao contexto a que se destinava (Fig. 22 e 23). Como concebeu prospectos/cartão que para além de claramente
205 ilustrativos, muitas vezes incluíam uma narrativa imagética

N
N



Fig. 12 a 21 Design e grafismo

Fig. 9 Medalha comemorativa dos “25 ANOS DE LABOR FECUNDO” 1944/1969. Inscrição central, no verso, ladeada por espigas. Coleção João Cortez Pinto Seixas. Fot. José Gema.

Fig. 10 e 11 Livro do Laboratório Sanitas alusivo “aos mais de quarentas anos de indústria farmacêutica”, de 1954, com maquete de Luís Dourdil. Coleção João Cortez Pinto Seixas. Fot. José Gema.

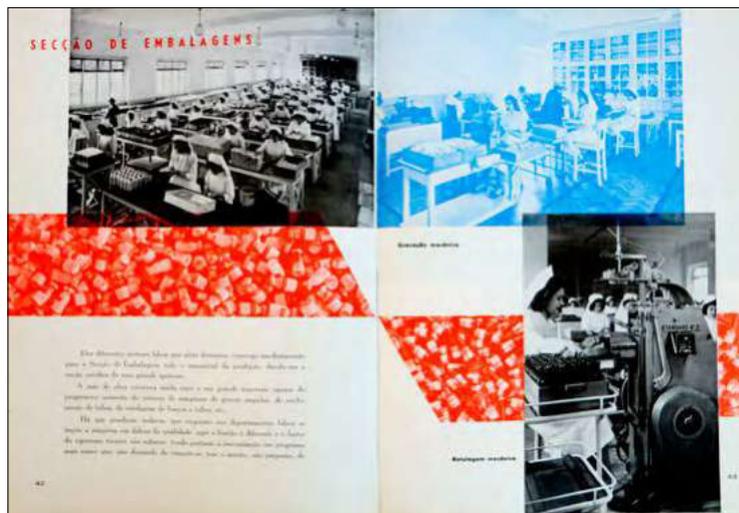
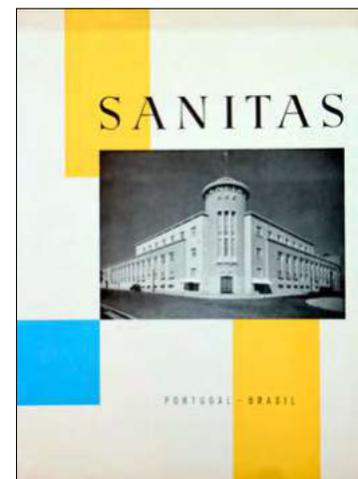


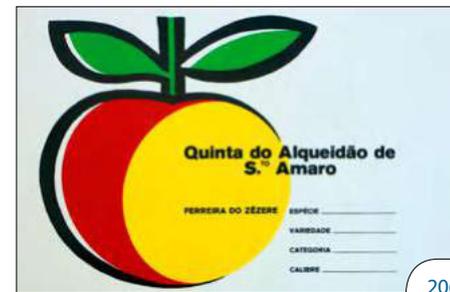
Fig. 22 e 23 Livro de puericultura, secção infantil do Laboratório Sanitas, ilustração de Luís Dourdil. *Preceitos de Puericultura*, 1952. Espólio do Museu da Farmácia. Fot. José Gema



tão simples, quanto eficaz. Neste percurso foi concebendo diversos logotipos, um selo comemorativo (Fig. 24) e rótulos (Fig. 25) de que ainda não dispomos cabal conhecimento. Constatámos que é inexistente um levantamento bibliográfico sobre Luís Dourdil que importava sistematizar, quer em obra dedicada, quer em referências bibliográficas, muito embora tenhamos acedido a textos (alguns inéditos) que são contributos incontornáveis para o entendimento da obra. Chegados aqui, depois das brevíssimas incursões sobre a sua produção criativa, numa tentativa de trazer a público uma perspectiva global, consideramos estar em condições para uma concisa reflexão sobre a pintura mural, produzida pelo pintor, ainda existente em Lisboa. A ter em conta o fresco de 25m², de 1945, (Fig. 26) que ladeava o hall de entrada do Laboratório Sanitas, no presente integrando o espólio¹⁶ do Museu da Farmácia/ANF; do mesmo ano, o esgrafito do Foyer de Honra do Cinema Império¹⁷ com 16m²; e as pinturas murais no Café Império (Fig. 5 e 27) no Restaurante Panorâmico de Monsanto, de 1955 e 1967, com 48m² e 50m², respectivamente. A encomenda a Luís Dourdil para a pintura mural nas novas instalações do Laboratório Sanitas surge, certamente, no contexto não apenas do artista - gráfico da empresa - mas na recolha de mérito como pintor, tão bem conhecido e valorizado por Fernando Carvalho Seixas, ambos conviventes com os artistas plásticos da época e ambientes de cultura¹⁸. Nesta encomenda experimenta o fresco e uma estrutura parietal curvilínea; corresponde na obra final a uma narrativa que angaria maior entendimento a quem está ligado à ciência farmacêutica, aludindo áreas e componentes de que decorre o trabalho desta indústria. Se observarmos a estrutura compositiva e a figuração podemos

Fig. 24 Selo de correio comemorativo centenário de nascimento de Bocage, 1966. Circulou até 1973. Coleção Luís Fernando Dourdil.

Fig. 25 Rótulo para ser utilizado na expedição de fruta. Anos 60. Coleção João Cortez Pinto Seixas. Fot. José Gema.



verificar da imobilização da acção, como se tratasse de uma imagem fotográfica, pintando figuras todas elas idealizadas que são replicadas tantas vezes quantas as necessárias, apenas alterando o contexto tarefa e o contexto postura. Neste âmbito advinha-se a pouca importância que a cabeça e a expressão facial têm, e/ou viriam a ganhar, na obra de Dourdil, na pintura e no desenho, captando espaço o anonimato e depois o vazio, libertando os corpos das suas cabeças, sobrepondo-se a forma ao elemento cerebral. Nas antigas pinturas do laboratório observa-se uma higiene exigente e imaculada que se desenha no espaço arquitectónico, dada também pelo rigor das batas e das toucas, onde tudo se apresenta organizado. Mesmo inconscientemente apreendemos estar perante um laboratório, moderno, cujas pinturas atestam a dimensão e a qualidade, como um cartão de visita que envolveria qualquer visitante, atraído pela cor, no dinamismo científico que fora interrompido mesmo naquele instante. Ao impacto daquela imagem que, ao seduzir, capturou a atenção de qualquer visitante, acrescenta-se o acolhimento curvo das ditas paredes, envolvendo a obra e o observador, como braços hospitaleiros que nos recebem quase na escala humana, o suficiente para impedir qualquer sensação de esmagamento, quase inocente se considerarmos estas pinturas através do filtro da mera ilustração¹⁹. Sobre a pintura mural do Café Império, Adriano de Gusmão, num texto de 1956²⁰, questiona:

"(...) Será - estaremos em erro? - na colaboração com a arquitectura, integrando-se nela, que a pintura, ainda mais que a escultura, terá melhor oportunidade de, submetendo-se à exigente disciplina da composição monumental, superar

aquelas fragilidades e delimitações do quadro de cavalete, campo fácil e hoje tão acessível a tantos adventícios, para todos os pequenos e gratuitos formais e imaginativos. (...) Depois dos muito notáveis frescos de Almada Negreiros, o que, na capital, de melhor e com mais propriedade se fez no género foi a vasta decoração mural do pintor Luís Dourdil, num café de Lisboa. Sentido da composição e noção da monumentalidade, superior dignidade figurativa casada a uma expressão essencialmente plástica dada pela cor, harmoniosa esta, fina e sóbria - tudo misto o artista soube erguer e criar nesta obra, uma parede com cerca de cinquenta metros quadrados! (...)”

A experiência da monumentalidade, a procura de coerência imagética, o trabalho da cor e das transparências, a composição geometrizada, quase caleidoscópica, toma desde logo para o pintor, caso houvesse dúvidas, a grande qualidade técnica na execução. Neste caso, estamos perante uma encenação de que induzimos uma organização por quadros compositivos, onde o artista procura responder ao contexto do local, promovendo o relacionamento e a conversa, com a mesma naturalidade das suas figuras que não observam, não estão de olhos postos "na vizinhança", mesmo quando estão viradas para nós. Elas próprias são construtoras do ambiente de conversa e tertúlia, no fim de tarde ou da noite, antes ou depois da sessão de cinema. A recuperação desta pintura veio devolver o esplendor há muito arredado da apreciação e usufruto, restituindo ao café o contexto de destino da plasticidade. Vem retomar para o debate as questões concernentes à obra integrada, nomeadamente as que se enquadram nos conceitos de património em espaços do domínio público.

N N

play Panorâmica do mural

Fig. 27 Pormenor da pintura mural a têmpera, no Café Império, datada de 1955, após a intervenção de conservação e restauro de 2014. Fot. José Vicente.



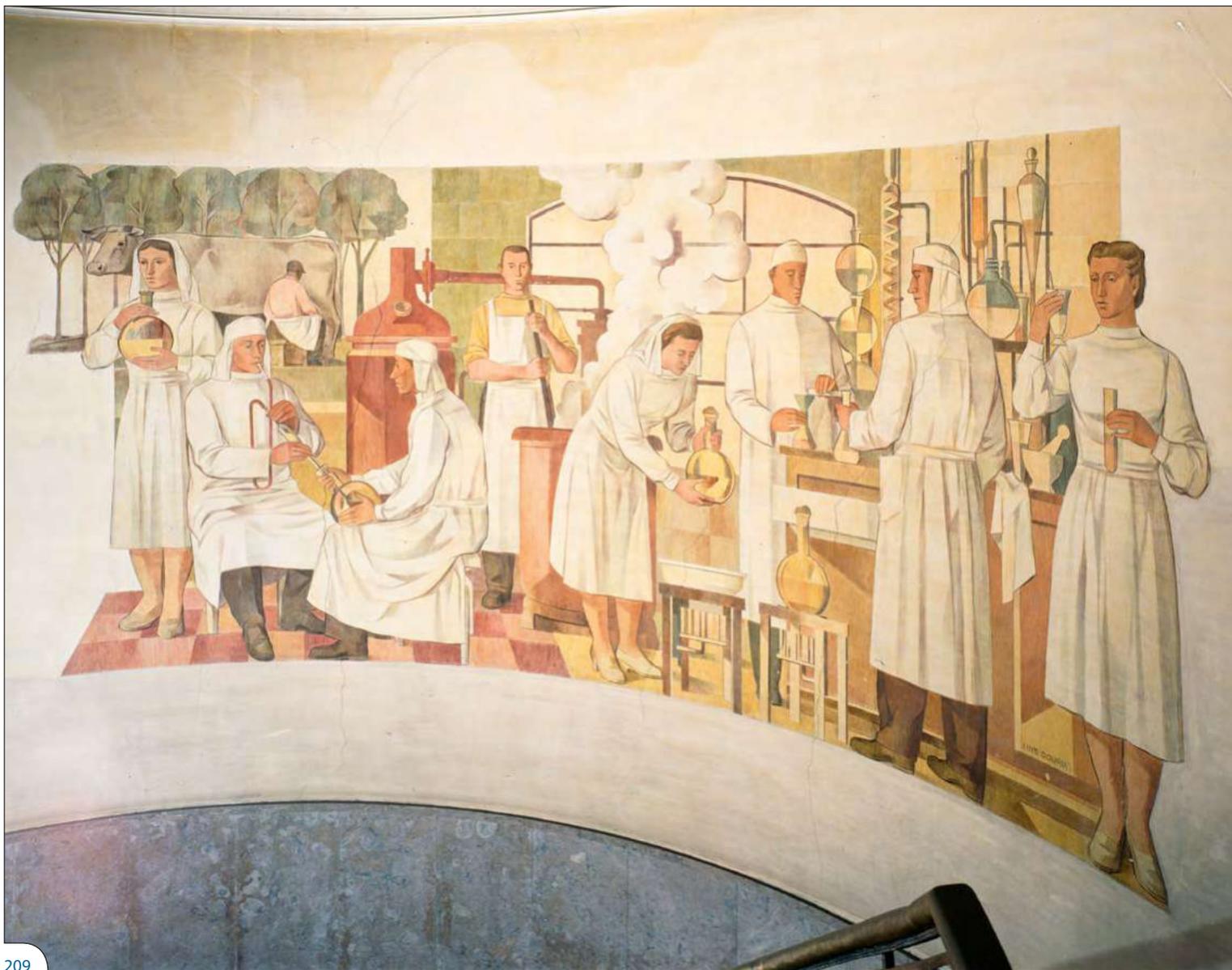
207

Fig. 28 e 29 Pormenores de algumas das patologias que a pintura mural apresentava a Junho de 2014. Fot. Filipa Teixeira.



Fig. 26 Frescos do antigo Laboratório Sanitas, 1945, retirados da estrutura parietal pela Mural da História, aquando da demolição do laboratório. Hoje os dois maiores integram o espólio do Museu da Farmácia/ANF

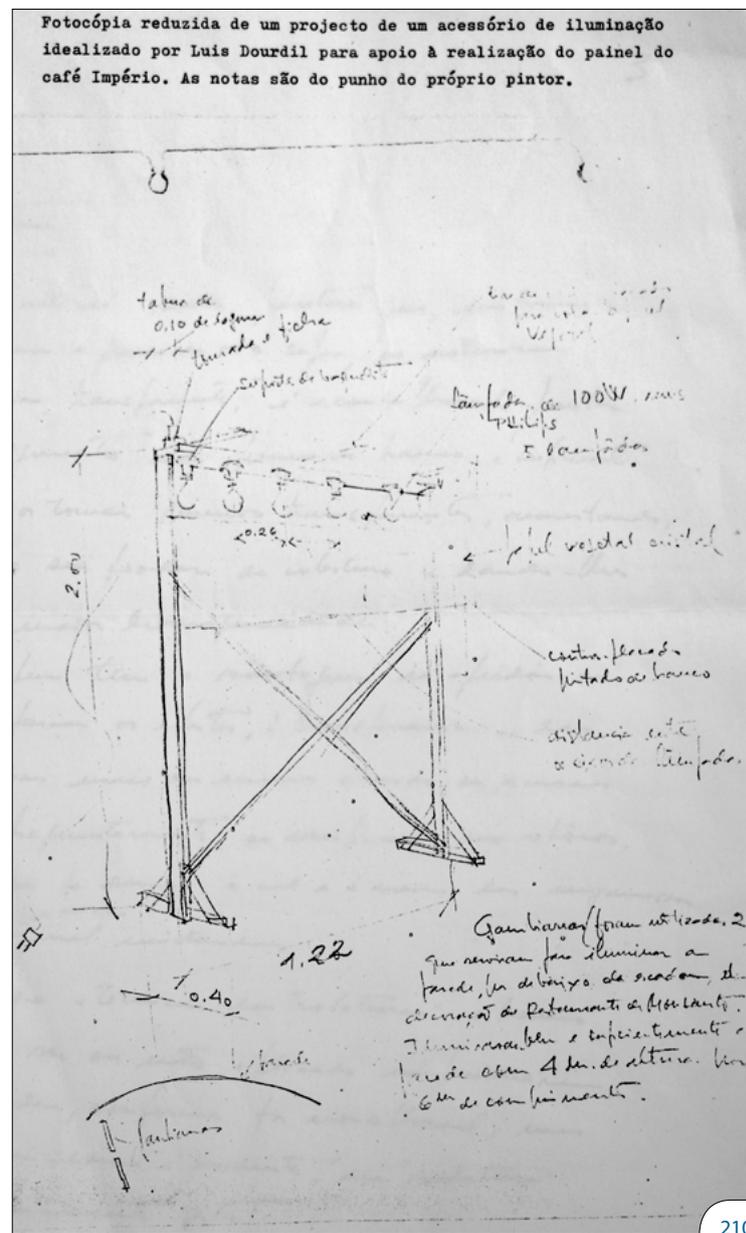




Passados cerca de sessenta anos da sua execução e estando sujeita a condições tão difíceis quanto são os ambientes de fumo, as condensações, as gorduras, e os riscos de acidentes, como inundações, etc. próprios do uso dos cafés/restaurantes a obra quase passava despercebida, apesar da sua dimensão, vestida por uma cromia indistinta que diluía formas, cores e linhas. O suporte encontrava-se, pois, muito degradado com lacunas, apodrecimentos, perdas de adesão, eflorescências e micro-organismos (Fig. 27 e 28). A pintura, naturalmente acusava as consequências do mau estado do suporte, fissuras, lacunas pictóricas, destacamentos, para além de muitas sujidades impeditivas da distinção da gama cromática e do desenho. Numa área tão extensa o tratamento das patologias implicava, a partir de uma determinada fase, o cuidado com a coerência do conjunto. Foi necessária a remoção dos rebocos apodrecidos, a desinfecção e a consolidação das argamassas originais, a aplicação de reboco novo nas lacunas, a reintegração da pintura, de acordo com a preparação de bases cromáticas, a reconstituição de partes do desenho e a aplicação de protecção final²¹. A realização desta pintura mural colheu do pintor um ensaio prévio e largo tempo para a sua execução, já que só dispunha dos fins de tarde e fins-de-semana, tal como um cuidado extremo na feitura da têmpera, de que resultou um episódio narrado por Fernando Namora²² e que atesta a natureza do pintor numa constante que o caracterizou, a ironia. Compreendemos o cuidado e o empenho que o artista dotava às suas criações e que, neste caso, amplia de importância devido à escala da obra, revestindo-se de dificuldades acrescidas. A necessidade de reconhecer a cor, na cromia própria e desejada, de distinguir traços fortes e traços suaves e/ou de perceber as transparências no desenho do translúcido revestem de complexidade o resultado final. Do mesmo modo colaboram para a reflexão sobre o propósito e nexos da pintura mural, no plano das respostas à encomenda, permitindo avaliar como o artista tomava de importância estas encomendas, como estas encomendas tomaram importância no percurso estético do pintor. Na verdade, podemos afirmar que as preocupações sobre o resultado acompanham Luís Dourdil na mesma medida da encomenda de grande escala, não somente na criação de imagéticas, mas incluindo a construção do melhor ambiente técnico à sua execução, de tal modo que levou o pintor a conceber um singular acessório de iluminação para a pintura do Restaurante Panorâmico do Monsanto (inédito), que implicava o uso de cinco lâmpadas de 100w (Fig. 30) para serem utilizadas debaixo da escada. Na cópia reduzida do projecto do referido acessório



Fig. 30 Cópia facultada por Luís Fernando Dourdil que apesar do mau estado da imagem não quisemos deixar de apresentar, por ausência do documento original. Fot. José Gema



de iluminação, erroneamente se diz "para apoio à realização do painel do café Império", acrescentando que as notas são do punho do próprio pintor. Acontece que no canto inferior direito do documento, efectivamente escrito por Luís Dourdil lê-se: "Gambiarras (foram utilizadas 2 que serviram para iluminar a parede, por debaixo da escada, da decoração do Restaurante de Monsanto. Iluminaram bem e suficientemente a parede com 4m de altura por 6m de comprimento." Por outro lado, a este documento, sem data, (composto de quatro páginas A4) estão apenas notas redigidas pelo pintor Luís Dourdil²³, provavelmente lavradas no término do mural do Restaurante Panorâmico de Monsanto, onde explica a técnica da têmpera, comparando as superfícies do Café Império e do Restaurante de Monsanto, de que se transcreve parte (inédito): "(...) Pelo que deixo dito acerca do preparo não tenho dúvida que as paredes preparadas a óleo (uma demão de óleo de linho clarificado) são melhor para tinta a têmpera a gema de ovo e óleo de linhaça: abrem menos e as quebras de tom não são tão evidentes. Ficam mais impermeáveis e por isso facilitam melhor qualquer lavagem necessária. Pelo que digo também acerca do reboco sou levado a recordar que - se a memória me não falha - não encontrei na pintura do Café Império as dificuldades que encontrei nesta do Restaurante de Monsanto: - a parede do Café foi preparada com óleo de linho clarificado e o reboco foi muito apertado. Hoje pergunto-me se não será mesmo aconselhável preparar as paredes com a emulsão de gema de ovo, óleo de linho e água aguardando, claro está, a sua secagem tanto quanto possível completa." Deste modo, fica esclarecida parte da técnica pictórica que o artista utilizou, constatando-se das dificuldades e das adaptações que ensaiou para um melhor resultado final. A utilização de óleo de linho clarificado, na preparação das paredes, cria um meio oleoso que dota o reboco de elasticidade, pelo que os factores de contracção e dilatação do suporte não têm tanto impacto no aparecimento de fissuras. Por outro lado quando afirma que o "reboco foi muito apertado" significa que teria mais cal e mais gesso, menos areia, maior densidade e por isso menor permeabilidade. Deparamo-nos com a genialidade do artista no encontro de soluções, algumas delas adaptadas da sua experiência de cavalete, da pintura a óleo, conferindo mais uma vez a sua elevada técnica e o seu perfeccionismo. Confirma-se, assim, a qualidade prática e criativa da intervenção plástica parietal que Luís Dourdil leva a cabo ao longo de três décadas,

211 tanto mais importante quanto, no seu percurso, elaboram

marcos identitários e/ou como se revestem de uma singularidade nacional ainda por estudar cujo contributo muito colaborará para a maior divulgação do mérito do artista que apesar da sua obra pública ainda permanece nas franjas do conhecimento. Recorrendo novamente a Adriano Gusmão, noutra publicação²⁴, a propósito da pintura a têmpera do Restaurante Monsanto (Fig. 31) e da respectiva gramática compositiva, escreve: "(...) É que estas pinturas murais explicam, de forma eloquente, a vocação do artista para o difícil entendimento da superfície - são contributos valiosos, *falantes* de vários modos, que iluminam a própria pintura de cavalete, telas despojadas, feitas de manchas soltas e rigorosas, de figurações afinal planas no seu dramatismo ambíguo, de altos muros à flor da realidade representada, geométrica por dentro, conflitual e sobreposta na sua pele. (...) " Fig. 32 e 33)

Fig. 32 e 32 Restaurante Panorâmico de Monsanto. Imagens extraídas da entrevista filmada que Vitor Belém faz ao pintor Luís Dourdil em 1989. Coleção Luís Fernando Dourdil



Fig. 31 Luís Dourdil pintando o Restaurante Panorâmico.
Colecção Luís Fernando Dourdil



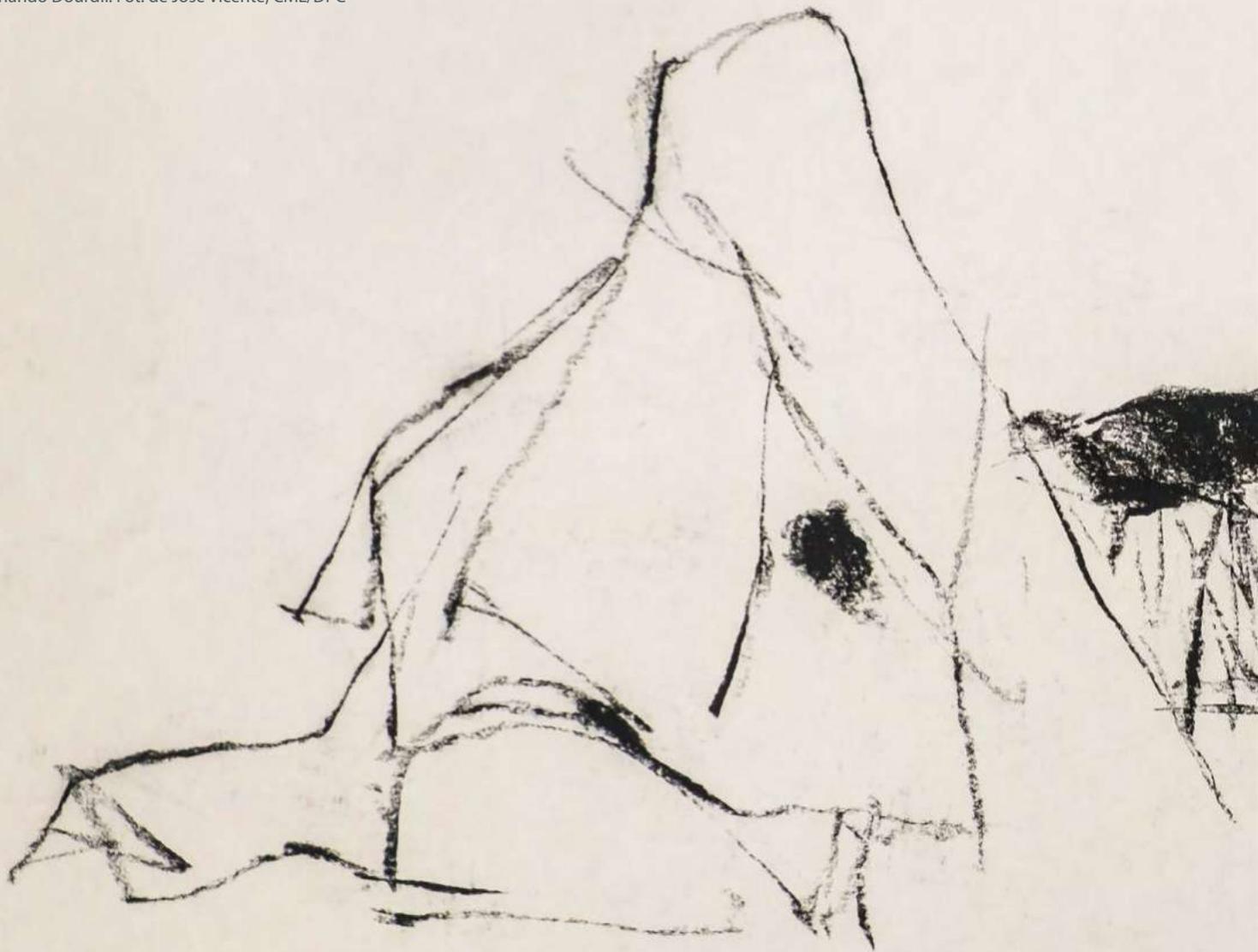
Observando as três pinturas murais (Laboratório Sanitas, Café Império e Restaurante Panorâmico de Monsanto) é possível perceber que, ao longo do tempo e do percurso plástico do artista, a par da produção de pintura e desenho, Luís Dourdil desembaraça-se da formalidade do figurativo, primeiro negligenciando voluntariamente determinados elementos, depois estruturando formas na geometria, decompondo-os em cromias, dispensando, paulatinamente, o traço que esboça a composição, sendo cada vez mais livre e fluente na sua pincelada. Por fim liberta-se dos limites dos polígonos iniciais, parecendo não haver sequer desenho, ou melhor dizendo, ser a sua componente de desenho e de medida que lhe permitem romper com as linhas delimitadoras, preenchendo de cor os espaços que estão delineados apenas no seu imaginário, conferindo às "manchas soltas" configurações que mais se apreendem do que se reconhecem. A estrutura é dinâmica, luminosa, ganha expressividade na ausência de elementos cuja concepção passa também pela "geometria por dentro", de que a pintura mural²⁵ do Panorâmico de Monsanto - extensível a dois andares - muito embora hoje em risco de perda, constitui um magnífico exemplo. Na realidade a qualidade técnica do artista, versátil na obra e nas respostas à encomenda, com uma componente de desenho que subjaz em toda a sua produção, nomeadamente a capacidade de síntese formal, experienciada profissionalmente, dota-o de características que não apenas colaboram para a criação de peças de variada natureza e suporte, mas sobretudo alicerçam um percurso estético, progressivo na plasticidade que cada vez mais reteve o essencial para o pintor (Fig. 34). Um percurso estético, sublinhe-se, que realizou fora dos âmbitos académicos e cujo autoditactismo não pode diminuir ou comprometer a atribuição de valor e qualidade; um percurso que também foi caracterizado pelo seu afastamento dos circuitos comerciais, muito embora neles confinasse muitas e boas amizades, mantendo a independência e a autonomia que o artista considerava substanciais, acentuadas pelo apego à obra que tanto retardava o término de cada uma. Constatase, assim, o distanciamento dos grandes públicos, a divulgação da obra em âmbitos assaz demarcados, sendo o seu acesso – aquisição e/ou usufruto - maioritariamente em contextos restritos que ainda hoje testemunhamos. O pintor Luís Dourdil, como gostava de ser mencionado²⁶, integra o conjunto de artistas plásticos do século XX detentores de obra considerável, negligenciados pela memória colectiva. O nexa da produção do artista e a

213 natureza pública da obra fundamentam as preocupações

de conservação das plasticidades que dedicamos aos programas decorativos integrados no âmbito da problemática patrimonial e respectivos critérios. Neste plano, configurando um bem cultural e por isso um valor para a sociedade, deve convocar em cada um de nós a responsabilidade individual em colaborar na salvaguarda das obras que elaboram o álbum imagético, por exemplo, da nossa cidade e de que decorre o exercício da cidadania²⁷ inteligente, substanciada na incontornabilidade do mérito. Neste domínio a garantia da identidade concretiza-se na manutenção da memória estética e na intangibilidade dos usufrutos, que desejamos ver continuados. A recuperação de uma das obras mais significativas do universo criativo do pintor Luís Dourdil teve o singular e relevante contributo do Café Império²⁸, especificamente porque custeou a intervenção de conservação e restauro, restituindo a personalidade e o contexto há muito descurado, devolvendo a todos nós a oportunidade de visitar o artista no ano do centenário do seu nascimento.



Fig. 34 Carvão sobre papel, de 1979. Coleção Luís Fernando Dourdil. Fot. de José Vicente, CML/DPC





DODD / 79

Bibliografia

- Bispo, M. (2015). Encomenda, Escala e Verticalidade da Pintura Mural em Luís Dourdil. *Revista Artis*, nº 3, (à data da redacção deste texto ainda no prelo).
- Câmara Municipal de Almada. (2002). *Luís Dourdil: O lápis como instrumento soberano*. Casa da Cerca
- Câmara Municipal de Lisboa. (2001). *Luís Dourdil: Exposição de Pintura e Desenho*. Lisboa: CML
- Laboratório Sanitas. (1954). *Sanitas: Portugal Brasil*. Lisboa
- Marcelo, P. (2010). *Design de Embalagens em Portugal: anos 30 e 40*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Moura-George, J., Cruz, A., George, F., Menano, H., Cutileiro, J., Costa, D. & Ribeiro, J. (s.d) *Fernando Carvalho Seixas: O industrial do Design*. Apifarma
- Namora, F. (1980). *Resposta a Matilde*. Lisboa: Bertrand Editora
- Sousa, R. (1984). *Dourdil*. Porto:Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Referências de Fontes

- Entrevista a João Cortez Pinto Seixas (filho de Fernando Carvalho Seixas) realizada pela autora, validada a 30 Março de 2015.
- Notas de Fernando Carvalho Seixas, para um discurso de agradecimento na homenagem da Apifarma. Sem data, mas apontando para os anos 80 do século XX. Colecção particular.
- Documento avulso com fotografias, jovens no jardim dos Coruchêus e pintura respectiva, com anotações do pintor. Colecção Luís Fernando Dourdil.
- Documento avulso policopiado com texto manuscrito sobre a pintura a têmpera. Colecção Luís Fernando Dourdil.
- Documento avulso policopiado com projecto de iluminação em esquiço, da mão de Luís Dourdil. Colecção Luís Fernando Dourdil.

Notas

- 1 Que se comemora entre 8 de Novembro de 2014 e 8 de Novembro de 2015.
- 2 Que se faz público agradecimento aos historiadores, críticos de arte, galeristas, artistas plásticos, conservadores restauradores, artistas performativos, entre outros, de que se citam: Ana Cristina Martins, Ana Galvão, Ana Isabel Ribeiro, Ângela Pinto, António Valdemar, Arlete Alves da Silva, Cristina Azevedo, Dalila Dalt, Dulcina Carvalho, Eurico Gonçalves, Fernando Seixas, Filipa Machado, Filipa Teixeira, Gracinda Candeias, Helder Gâmbao, João Cortez Pinto Seixas, João Neto, Joaquim Caetano, José Brito, Luís Fernando Dourdil, Luisa Duarte Lopes, Maria Calado, Marta Silva, Miguel Namora, Nuno Lima de Carvalho, Pedro Calapez, Pedro Flor, Raquel Henriques da Silva, Rocha de Sousa, Susana Alves, Vítor Serrão.
- 3 Teve a curadoria de José Brito, da EGEC.
- 4 Neste domínio é de evidenciar as várias mostras que viabilizaram e viabilizam o conhecimento da obra nas diversas vertentes. “Diálogos a Carvão”, no Café Império (Fig.1) foi a primeira exposição, Novembro de 2014, inaugurada conjuntamente com a pintura mural que acabara de ser objecto de uma intervenção de conservação e restauro de que adiante nos debruçaremos; “Beleza e Tragédia”, na Sociedade Nacional de Belas-Artes (Fig.2) e “Diálogos com a Ciência”, no Museu da Farmácia (Fig.3), nos passados meses de Fevereiro e Março, respectivamente. Em Julho/Agosto teremos a oportunidade de aceder ao último evento expositivo em Lisboa, na Galeria dos Paços do Concelho (Fig.4) subordinado ao título “A Pintura Antes de Tudo”.
- 5 Cumpro agradecer a disponibilização de documentos e testemunhos ao Luís Fernando Dourdil, filho do pintor, ao João Pinto Cortez Seixas, filho de Fernando Carvalho Seixas, ao João Neto, Director do Museu da Farmácia e ao artista plástico Ricardo Paula. Ainda o agradecimento pela cedência de fotografias, nomeadamente à conservadora e restauradora Filipa Teixeira, aos fotógrafos Humberto Mouco, José Gema e José Vicente e aos Departamentos de Acção Cultural e Património Cultural, da Câmara Municipal de Lisboa. À Dulcina Carvalho e ao José Brito pela revisão do texto.
- 6 Documento de trabalho com nota no fim da página, redigida pelo pintor.
- 7 Em Maio de 1930 são inauguradas as novas instalações do Laboratório Sanitas constituídas por seis edifícios com 40m de comprimento, numa área de cerca 10km². Os laboratórios detinham gerador próprio a vapor, entre outras características que desenham, à época, inovação tecnológica, respondendo às exigências da ciência e indústria farmacêutica, como salas de cultura para a bacteriologia, estufas e geleiras. Possuía ainda uma sala de conferências, bem como instalações de serviços sociais para os funcionários que incluíam serviços médicos, com assistência graciosa, creche para os filhos dos operários, refeitório e sala para fins culturais e recreativos, onde o Grupo Desportivo Sanitas instalou a sua sede.
- 8 Francisco Cortez Pinto (1885-1974) licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, chefiou o Laboratório de Bacteriologia e Análises do Hospital da Estrela, fundou, em 1911, o Laboratório Sanitas e integrou os corpos directivos da AIP desde os finais da I Guerra Mundial, vindo a ocupar a sua presidência entre 1940 e 1960. A título póstumo, no ano de 1975, é condecorado pelo Governo Polaco pela sua acção a favor dos judeus polacos perseguidos pelo nazismo, durante a II Guerra Mundial, ao disponibilizar uma casa-refúgio em Caxias.
- 9 Texto de Francisco Cortez Pinto (1885-1974) publicado no Diário de Notícias de 15 de Fevereiro de 1939, reproduzido pela Apifarma, Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, na edição de 2014, sobre a indústria farmacêutica em Portugal.
- 10 Fernando Carvalho Seixas (1918-2008) administrador/sócio do Laboratório Sanitas, assume a sua direcção nos anos 40. Extracto do texto elaborando um conjunto de notas dactilografadas para o seu discurso de agradecimento na homenagem que a Apifarma lhe dedica, nos anos 80.
- 11 Bispo, M. (2015). Encomenda, Escala e

Verticalidade da Pintura Mural em Luís Dourdil.

12 Segundo entrevista realizada pela autora deste artigo a João Cortez

Pinto Seixas, validada em documento a 6 de Abril de 2015.

13 Espólio do Museu da Farmácia, gentilmente disponibilizado pelo seu director.

14 Oportunamente será de realizar uma abordagem mais profunda e sistemática sobre a concepção e imagem tanto dos produtos, como dos objectos que nasceram da mão e do espírito criativo de Luís Dourdil. A vertente de artista gráfico com que o pintor exerceu a sua profissão fundamenta a realização de um estudo adequado que o integre nos contextos nacional e internacional.

15 Na realidade não existe um levantamento das capas e das ilustrações que certamente elaboram um contributo relevante no conjunto da produção do artista.

16 No espólio do Museu da Farmácia constituindo dois painéis cuja natureza é hoje móvel, por via do seu destacamento da estrutura parietal de origem.

17 Que não iremos abordar neste artigo, mas que todavia é de elencar.

18 Bispo, M. (2015). Encomenda, Escala e Verticalidade da Pintura Mural em Luís Dourdil.

19 Está também por fazer uma leitura cabal das várias simbologias presentes descodificando toda a narrativa que a nosso ver subordinou a composição e a imagética.

20 Texto sobre a "Importância da pintura mural" em Luís Dourdil, publicado no Jornal "O Comércio do Porto", em 23 de Outubro.

21 Esta campanha teve a responsabilidade das técnicas de conservação e restauro Dulcina Carvalho, Filipa Teixeira e Filipa e Filipa Machado.

22 Estas questões foram abordadas em artigo da autora para a Revista Artis, do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, já mencionado. Ver também Namora, F. (1980). Resposta a Matilde.

23 As fotocópias foram disponibilizadas pelo filho do pintor, Luís Fernando Dourdil, que lhe terão sido facultadas pelo artista plástico Ricardo Paula e que, por constrangimentos exteriores à vontade de todos, não foi ainda possível aceder aos originais.

24 Sousa, R. (1984). Dourdil.

25 Será de todo pertinente promover uma análise comparativa com outros trabalhos de pintura mural em Portugal e contextualizar a obra no universo internacional da produção muralista.

26 De acordo com o testemunho do filho Luís Fernando Dourdil.

27 Em conformidade com o explicitado na Convenção de Faro, assinada em 27 de Outubro de 2005. Texto da autoria de Guilherme d'Oliveira Martins.

28 Numa rara iniciativa que decorreu do conjunto de parcerias, envolvendo a Câmara Municipal de Lisboa, a família do pintor, a EGEAC, o Café Império, a Sociedade Nacional de Belas-Artes, o Museu da Farmácia, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Largo das Residências e a Tenda, numa programação alargada de exposições, tertúlias, palestras, visitas comentadas e a dramatização do conto de Fernando Namora, *Dois Ovos ao Fim da Tarde* intitulada *Provocação*. Não queremos deixar de sublinhar nem o determinante contributo anónimo dos colaboradores afectos a estas entidades, nem o modelo de que resultou todo o programa das comemorações.

***Santo António,
protetor da cidade
de Lisboa***

Pedro Teotónio Pereira

CV



30 de Maio de 1232. Segundo a tradição, os sinos de todas as igrejas de Lisboa repicaram espontaneamente e uma estranha alegria espalhou-se pela população que, admirada, saiu à rua. Só dias mais tarde se irá saber que esse acontecimento se dera no dia e na hora em que frei António tinha sido tornado santo em Spoleto, Itália, pelo Papa Gregório IX (Lopes, 1947, pp.96-98). Este episódio contado por frei Aparício (Azevedo, 1909, p. 269), sobrinho de Santo António e protagonista de um dos seus mais conhecidos milagres ocorridos em Lisboa, é apenas mais um prenúncio da relação que se irá estabelecer entre este santo franciscano com a cidade que o viu nascer, relação essa que contribuirá inequivocamente para a afirmação de Lisboa como capital do país, então rivalizando com Coimbra que contava com São Teotónio (o primeiro santo português) e com as relíquias dos cinco mártires de Marrocos. Por isso, entre os milagres mais divulgados de Santo António, encontramos alguns que tiveram lugar na cidade de Lisboa. Para além do milagre já referido, ocorrido com frei Aparício (que ainda criança se afoga no Tejo e que sua mãe, Feliciano Martins, suplica ao irmão para que salve o seu sobrinho, prometendo-lhe entregá-lo à ordem dos frades menores) (Nunes, 1918, p. 264/265), destaca-se o duplo milagre de Santo António em que Santo António salva o seu pai da forca (milagre da ubiquidade e de fazer falar um morto) (Alveres, 1725, p. 292–294) e que a tradição coloca próximo da Sé de Lisboa, onde Martim de Bulhões (pai de Santo António) mandará erguer em ação de graças a ermida de S. João Degolado (no local da atual igreja de São João da Praça) (Moita, 1981, p. 20). Não se pode deixar de referir ainda outro milagre em que Santo António volta a salvar o seu pai, desta vez da desonra (Alveres, 1725, p. 274–277). Este milagre poderá ter como base o facto histórico ocorrido no fim da vida de frei António, em que por sua intervenção será publicada em Pádua uma lei para proteger os mais pobres da prisão. A tradição popular ainda lhe confere outros milagres passados em Lisboa, como o que realizou quando era criança e menino do coro na Sé de Lisboa e que, para afugentar uma aparição do demónio, faz com o dedo uma cruz sobre o mármore rijo, na parede da escada que sobe para o coro, sinal que ficou impresso como se fosse em macio barro (Azevedo, 1909, p. 14), ou o mais popular milagre da bilha (Neves, 1895, p.34). Para além destes milagres que foram perpetuados na vasta iconografia e literatura sobre Santo António, Lisboa assegura a sua relação com o santo através de inúmeras presenças espalhadas pela cidade.



Fig. 1 Santo António protetor da cidade de Lisboa. Pendão de uma coleção de dez, encomendados em Antuérpia para as comemorações do VII Centenário do nascimento de Santo António (1895). Pintura de Jos Ratinck e bordado de D. Vansina (MA.PIN.0019). Foto José Avelar.

A casa onde nasceu desde cedo é tornada propriedade da Câmara que aí estabelece a Casa Consistorial, onde o Senado de Lisboa irá permanecer até 1753, e constrói uma capela, dando continuidade à devoção que sempre existiu nesse local. O século XV irá consagrar definitivamente a importância de Santo António para Lisboa e para os portugueses. Em 1428 D. Pedro II trás de Pádua uma importante relíquia e em 1433, pela bula *Sedes Apostolica licet* de 24 de Janeiro, concedida à cidade de Lisboa pelo Papa Eugénio IV, a capela de Santo António sai da jurisdição ordinária do arcebispado e demais autoridades eclesiásticas da Sé de Lisboa. A própria coroa portuguesa sempre respeitou a autoridade da Câmara sobre a Casa e Igreja de Santo António, que recebe o título de Real Casa e Igreja depois da construção da igreja a custas de D. Manuel I, por voto testamentário de D. João II. Já na cidade de Lisboa prolifera a imagem de Santo António, que juntamente com S. Sebastião, São Roque ou Nossa Senhora da Saúde, contribuem para a proteção da cidade. Encontramos a imagem de Santo António nas principais entradas da cidade e nas principais vias de acesso. Para além da sua igreja junto à Porta do Ferro, local de grande devoção, destaca-se o nicho de Santo António que existia na Porta de Alfófa (atual rua dos Milagres de Santo António) pelo menos desde meados do séc. XV, com uma imagem do santo e um painel de azulejos representando o milagre de salvar o pai da forca. São inúmeros os prodígios desta imagem: “Diante deste soberano simulacro orava um clérigo seu devoto, e tão enormemente aleijado, que eram duas muletas os artificias pólos em que se sustentava, e por quem se movia aquele pequeno mundo. Ao passo que invocava ao santo lhe caíram de repente, ficando o sacerdote perfeitamente são; e deixando-as penduradas à ilharga do nicho, passaram de testemunhos de infelicidade a ser dois admiráveis padrões do benefício.” (Alveres, 1725, p. 452–453), ou o que aconteceu num dia de tempestade em que um violento raio atingiu as casas próximas do nicho, parando apenas junto da imagem de Santo António (Alveres, 1725, p. 452). Também o nicho de Santo António da Porta da Mouraria se torna local de romaria e um dos mais célebres, pelos portentos e devoção que despertava. Ficava junto à igreja de Nossa Senhora da Saúde (no Martim Moniz). A imagem será retirada em 1834 para a Real Capela de Santo António, com grande desgosto do proprietário do prédio que “quando lhe tiraram o nicho que lhe rendia bom dinheiro, enlouqueceu.”¹ De assinalar ainda o nicho (ou uma pequena ermida dedicada a Santo António (Castilho, 1903, p. 13)) junto da porta de Santa Catarina, que será integrado na igreja do Loreto construída em

Fig. 2 Gravura de 1822 com a representação fantasiosa de Santo António e de sua mãe, que à porta de casa, o consagra a Nossa Senhora. Estampa nº 1 do álbum *Vita e Miracoli piu sorprendenti del gran taumaturgo S Antonio*, de Ignácio Colombo (MA.GRA.205/2).

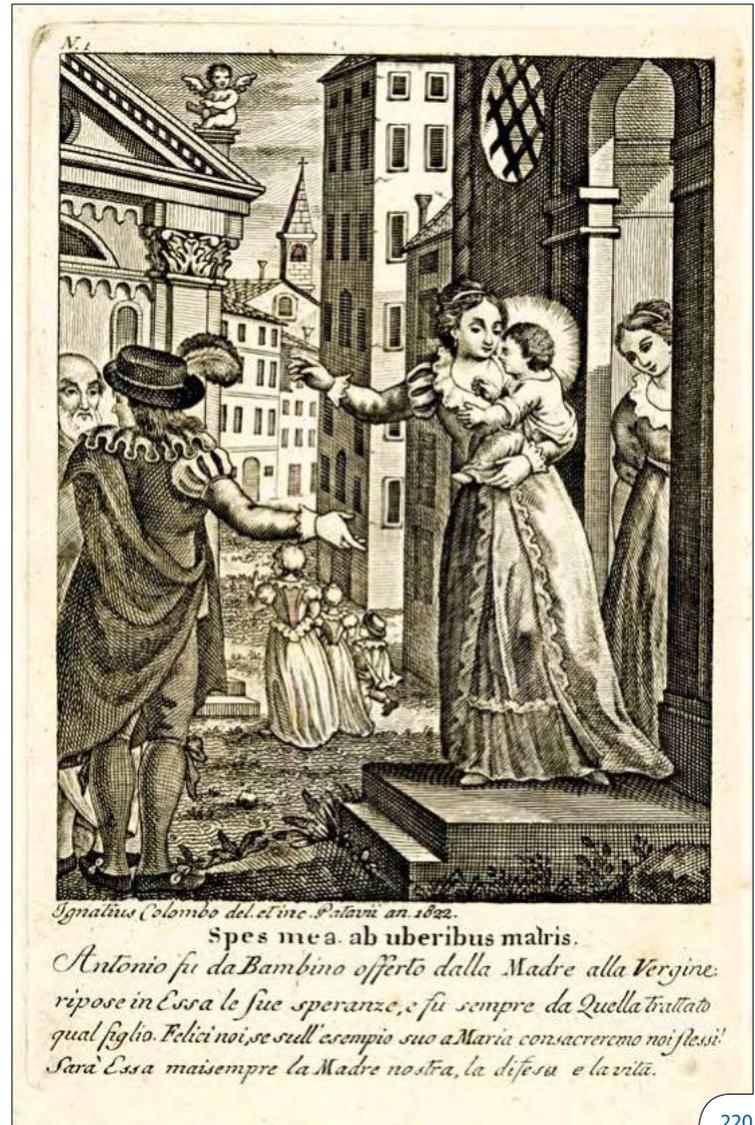


Fig. 3 Gravura de Santo António da Mouraria (MA.GRA.138)



meados no século XVI pelos mercadores italianos residentes em Lisboa (Silva, 1968, p. 255), e transformado em altar. Camilo Castelo Branco faz referência a um nicho na fachada da casa onde nasceu frei Bartolomeu dos Mártires, na rua da Tanoaria, com a imagem de Santo António talhada pelo dominicano quando jovem, sempre com lampadário aceso e venerado em toda a freguesia dos Mártires (Branco, 1905, p. 200). Há também notícia do nicho existente nas casas junto do Convento de Santa Marta (atual hospital de Santa Marta), outro no lugar próximo da Carreira dos Cavalos (junto ao atual Palácio da Bemposta), e ainda um outro na estrada que ligava Lisboa a Belém através da ponte de Alcântara (próximo da Igreja de Santos-o-Velho no lugar onde posteriormente foi edificado o convento dos Marianos), assim como outros situados no arrabalde ocidental da cidade. Todos estes nichos desapareceram, existindo atualmente apenas um nicho na calçada da Bica Grande, onde colocaram uma imagem recente de Santo António que aí tem permanecido. Com a reestruturação das freguesias de 2014 é criada em Lisboa a freguesia de Santo António, resultado da agregação das freguesias do Coração de Jesus, São José e São Mamede. No entanto, a toponímia da cidade sempre refletiu a numerosa presença de Santo António ao longo do tempo. Irisalva Moita (Moita, 1981) e Appio de Sotomayor (Sottomayor, 2004) fizeram a sua resenha, onde se verifica que as referências ao taumaturgo acompanharam o crescimento da urbe. No período anterior ao terramoto de 1755, as referências toponímicas de Santo António centravam-se nas imediações da sua igreja na atual freguesia de Santa Maria Maior: a *rua direita de Santo António* (atual *rua de Santo António da Sé*) e a *rua por detrás de Santo António* (que dava acesso ao Senado da Câmara), o *largo do Pátio de Santo António* (atualmente desaparecido), a *travessa de Santo António* (atual *travessa de Santo António da Sé*), e a *rua de Santo António*, na antiga freguesia de S. João da Praça (que depois do terramoto se torna *beco de Santo António* e que atualmente já não existe). Ainda na freguesia de Santa Maria Maior, e já depois do terramoto, surge a *rua do Milagre de Santo Antoninho* (no local do nicho da Porta da Alfafa), atual *rua do Milagre de Santo António* e o *largo de Santo António* (atual *largo de Santo António da Sé*). Destaca-se ainda o convento de Santo António dos Capuchos, fundado em 1570 e que se torna uma referência na toponímia daquele local, na atual freguesia de Arroios, com as existentes *rua de Santo António* (atual *alameda de Santo António dos Capuchos*), *rua de Santo António dos Capuchos* e o já desaparecido *largo da Rua de Santo António*. Na antiga freguesia do Coração de Jesus, hoje

Fig. 4 Gravura D. Antonius Lisbonensis. A legenda remete para a passagem do Evangelho de São Mateus (cap.21, versículo 13) “A minha casa é uma casa de oração” (MA.GRA.119). Foto José Avelar.



integrada na freguesia de Santo António registo para a *calçada de Santo António dos Capuchos*, hoje *calçada de Santo António*. Ainda nesta freguesia referência para a *rua de Santo António*, posterior ao terramoto, atualmente designada *rua de Santo António da Glória* e para a antiga *travessa de Santo António*, atual rua Tenente Raul Cascais. Também na antiga freguesia de São Paulo, hoje integrada na freguesia da Misericórdia, contava com o *terreirinho de Santo António*, depois *terreiro de Santo Antoninho*, e atualmente *largo de Santo Antoninho*. As referências mais antigas citam ainda a existência da *rua de Santo António*, depois *travessa de Santo António*, onde hoje é a rua Dom Dinis, na freguesia de Campo de Ourique. A atual freguesia do Lumiar conta com a *alameda da Quinta de Santo António*, pois os arredores da cidade eram pontilhados por inúmeras ermidas e quintas de Santo António que serão absorvidas com o crescimento da cidade após 1755. Existem referências a ermidas de Santo António nas freguesias da Ajuda (uma), Alcântara (duas), Alvalade (duas), Arroios (três), Avenidas Novas (seis), Benfica (quatro), Campo de Ourique (três), Campolide (uma), Carnide (uma), Lumiar (uma), Marvila (duas), Olivais (um), Penha de França e São João (um), Santa Clara (três), Santo António (duas) e São Vicente (duas). Quanto às quintas de Santo António, na área da atual freguesia de Santa Clara encontramos referência à *quinta de Santo António* na avenida Santos e Castro, à *quinta de Santo António dos Gizos*, na atual travessa de Santo António, e ainda ao *casal de Santo António* onde hoje é a estrada de São Bartolomeu. A atual freguesia de Beato contava com a *quinta de Santo António* na zona da Rua do Sol a Chelas. Carnide tinha a *quinta de Santo António* na azinhaga da Fonte, e a *quinta de Santo António das Frechas* (na atual Estrada da Luz) que se estendia à atual freguesia de São Domingos de Benfica. Esta tinha ainda a *quinta de Santo António*, depois quinta das Laranjeiras e onde se irá instalar o Jardim Zoológico. No Lumiar existia a *quinta de Santo António* (na atual Rua Prof. Simões Raposo), a *quinta de Santo António* na atual alameda Quinta de Santo António, a *quinta de Santo António* na zona de Telheiras e ainda a *quinta de Santo António* no Paço do Lumiar. A freguesia da Penha de França e São João contava com a *quinta de Santo António* que permanece ainda referenciada na toponímia, assim como outra quinta com o mesmo nome na zona da atual calçadinha de Santo António a Chelas. Referência ainda às *quintas de Santo António* nas atuais freguesias de Belém (na estrada de Caselas), Santa Maria dos Olivais (na atual Praça da Viscondessa) e o Parque das Nações (atual rua do Conselheiro Lopo Vaz). A freguesia de Alcântara contava com a *rua de Santo António*

(paralela à atual rua do Calvário), posterior ao terramoto, e já no século XIX com *vila de Santo António* na rua da Junqueira. Na freguesia de Belém ainda existe a *rua de Santo António a Belém* (antiga *rua de Santo António à Junqueira*), a *rua de Santo António* (junto à calçada do Galvão), a *travessa de Santo António a Belém* e a *travessa de Santo António à Junqueira* (antiga *travessa de Santo António*). A freguesia de Santa Clara conta atualmente com a *rua de Santo António* e com a *travessa de Santo António* e o Beato com a *calçadinha de Santo António*. Na freguesia da Estrela encontra-se a *rua de Santo António à Estrela* (antiga *rua de Santo António da Praça do Convento de Jesus*) e a *travessa de Santo António*. São Vicente tem a *travessa de Santo António à Graça* (antiga *rua de Santo António à Graça*), e a *rua do Vale de Santo António*, antiga *rua direita do Vale de Santo António*, onde existe a igreja de Santo António do Vale, que segundo a tradição foi erguida no local onde Santo António descansou antes de embarcar para Marrocos. Para além das já referidas igreja de Santo António da Sé, igreja do convento de Santo António dos Capuchos e igreja do Vale de Santo António, Lisboa conta ainda com outras capelas e igrejas dedicadas a Santo António. A capela de Santo António da APISAL (Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa) inaugurada aquando das comemorações do VII Centenário de Santo António em 1895, a igreja paroquial de Santo António de Campolide, instalada em 1938 na antiga igreja anexa ao Colégio dos Jesuítas, e a capela de Santo António das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria na rua Chaby Pinheiro. Existiu ainda a igreja do convento capucho de Santo António da Convalescência, em Benfica, fundada em 1640 e demolida no século XX, restando apenas o chafariz fronteiro com o mesmo nome. E o Hospício de Santo António, de frades capuchos, que Luís Pastor de Macedo supõe ter estado instalado em terrenos e casas do duque de Cadaval (hoje cruzamento da Calçada do Duque com a Rua Primeiro de Dezembro (Sottomayor, 2004, p. 58). Presença significativa nas ruas de Lisboa, demonstração da proteção de Santo António à cidade, às casas e às famílias, são os inúmeros registos de azulejos colocados nas fachadas dos edifícios, prática que se generaliza depois do terramoto de 1755 e que se estende até à atualidade. Na sua investigação, Fernando M. Peixoto Lopes e Margarida Almeida Bastos identificam e georreferenciam cerca de 300 registos de azulejos (do séc. XVII ao séc. XXI) com a imagem de Santo António². Distribuídos por toda a cidade, as representações mais antigas concentram-se nos bairros históricos. Nos registos dos sécs. XX/XXI, sobretudo nos bairros periféricos,

Fig. 5 Aguarela de Roque Gameiro representando a Rua do Arco Escuro, onde se vê o Registo de Azulejos do terceiro quartel do séc. XVIII com São Marçal, Nossa Senhora da Conceição e Santo António (MC.PIN.143)





Fig. 6 Nota de 20\$00 com a imagem de Santo António que esteve em circulação de 1965 a 1986.

Fig. 7 Única representação conhecida da imponente procissão de Santo António, que saía do Convento de S. Francisco da Cidade (atual edifício das Belas Artes no Chiado) até à igreja de Santo António. Integrava 13 andores, entre os quais a imagem de Nossa Senhora, S. Francisco de Assis, Santo António e dois santos negros. In *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character* de A.P.D.G. London, 1826, p. 144 (MC.RES.139)



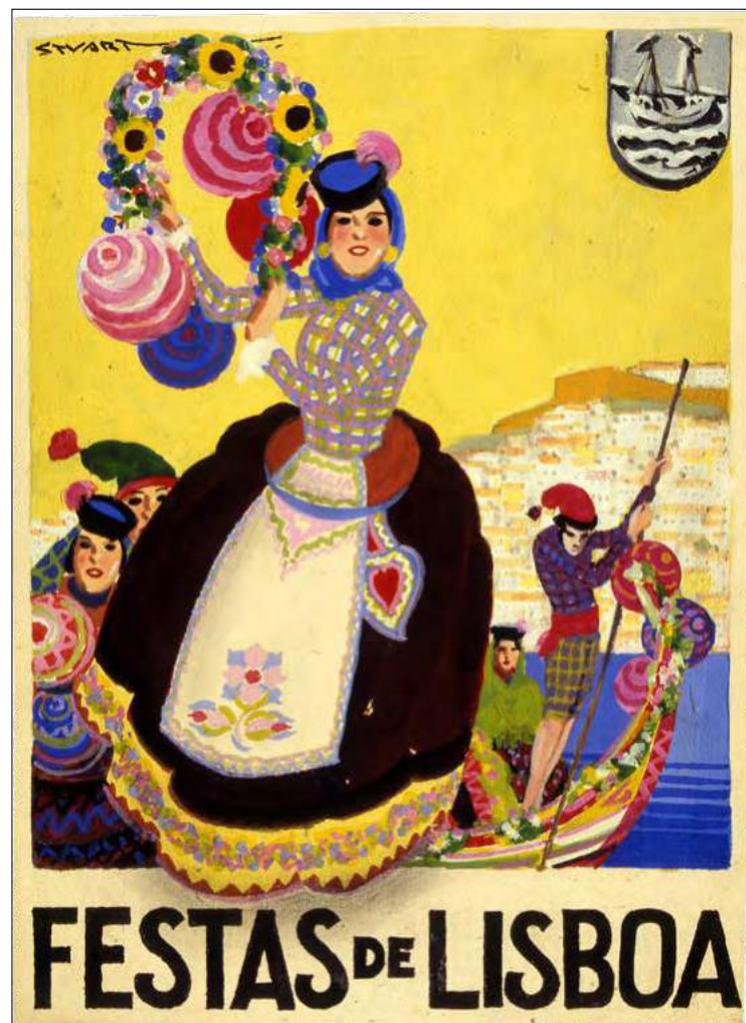
Santo António surge como o santo mais representado, a par de Nossa Senhora e das suas diferentes designações. Apenas no séc. XX Lisboa erigirá estátuas dedicadas a Santo António. Inaugurada em 1972 no bairro de Alvalade, a estátua da autoria do escultor António Duarte e do arquiteto Antero Ferreira apresentam Santo António pregador, fugindo à tradicional iconografia de Santo António com o Menino Jesus ao colo, reafirmando a imagem do Doutor da Igreja depois da proclamação do Papa Pio XII na bula *Lusitana Félix* de 1946³. Em 1982 é inaugurada no largo junto à igreja e ao museu a estátua de Santo António do escultor Domingos Soares Branco, por ocasião da visita do papa João Paulo II a Portugal e que assinala os 750 anos da canonização de Santo António⁴.

Representando a tradicional imagem de Santo António com o Menino sobre o livro, esta estátua é objecto da devoção popular, sendo frequente encontrar alguém a atirar-lhe uma moeda para que caia no livro de modo a que se cumpra o desejado. A importância de Santo António reflete-se também de forma clara nas celebrações religiosas que contava sempre com a presença de todo o Senado da Câmara. Assim era no dia da festa da trasladação de Santo António, a 15 de Fevereiro, na Real Casa e Igreja de Santo António, celebrada também na véspera, e a que assistia toda a Câmara. Entre 1599 e 1833, por voto do Senado da Câmara a N. Sr^a. da Penha, em ação de graças por proteger a cidade da peste, realizava-se a 5 de agosto a Procissão do Ferrolho, assim designada porque os participantes no cortejo iam batendo nos ferrolhos das casas para chamar a atenção dos moradores. Por causa do calor a procissão decorria depois da meia-noite, com a imagem de Santo António que saía da sua igreja, acompanhada pelos penitentes que iam descalços e segurando tochas acesas para a ermida da Penha (Pimentel, 1899, p. 194). A Câmara assistia ainda à missa no domingo intermediário da trezena de Santo António, em Santo António dos Capuchos, e participava na imponente procissão da véspera de Santo António, a 12 de Junho, que saía do convento de S. Francisco da Cidade até à igreja de Santo António. Esta procissão deixou de se fazer depois de 1834⁵, tendo havido uma tentativa de a retomar aquando das comemorações de 1895⁶. A procissão torna-se a realizar a partir de 1952, num pequeno circuito em volta da Igreja, e no início da década de 1980 alarga-se ao percurso atual, percorrendo o bairro de Alfama e integrando as imagens de Santo António, São João Baptista, S. Miguel, Santo Estêvão, S. Vicente e S. Tiago⁷. A véspera do dia de Santo António era também marcada pela visita da família real à Igreja de Santo António, onde eram homenageados com ramalhetes de flores, medidas e com a oferta do bodo, constituído por fogaças, doces, caracoladas e condeças⁸. A relação da casa real portuguesa com Santo António foi desde sempre muito próxima, renovando-se com a restauração de 1640. No dia 1 de Dezembro de 1640, enquanto o novo rei não chegava à capital vindo de Vila Viçosa, em Lisboa viviam-se momentos de incerteza. A população concentrava-se junto da casa da Câmara em Santo António, aguardando pelos desenvolvimentos e que algo definisse o desfecho dos acontecimentos. D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, acompanhado de todos os cónegos e precedido da cruz episcopal junta-se à população, assim como D. Álvaro de

Abranches que com a bandeira da cidade sai montado a cavalo ao encontro do arcebispo defronte da igreja de Santo António: “Neste momento atroava a multidão os ares com as vozes de “Milagre! Milagre!”. O que provocara esta não esperada demonstração fora, que, pedindo à entrada do templo de Santo António muito populares a D. Rodrigo da Cunha que lhes lançasse a bênção, e pondo o prelado os olhos na imagem de prata de Cristo crucificado, que um dos capelães levava alçada, rogara ao Senhor que se servisse Ele abençoar aquele povo.

N N

Fig. 9 Litografia colorida Sétimo Centenário de Santo António (1895) com a legenda “Festejos Populares na Praça da Figueira a favor da creche para os filhos das vendeiras do mesmo mercado” (MA.GRA.120)



Disseram, que logo depois a mão direita do Salvador se despregara da cruz, e que o braço ficara solto e estendido. (...) O povo, até ali pouco fervoroso, reanimou-se e cobrando confiança invencível, seguiu o préstito do arcebispo ao Terreiro do Paço, levantando estrondosas aclamações e comunicando a todos o seu ardor.” (Silva, 1894, p. 164-165). No ano seguinte a procissão de ação de graças pela restauração do reino contará com o “(...) sagrado crucifixo que, para dar animo aos zelosos da pátria, despregou um braço à porta do glorioso padre Santo António (...)” e com a presença do rei D. João IV (Oliveira, 1891, p. 321). Anos mais tarde, as exéquias solenes de D. João IV decorrerão na Igreja de Santo António, e será com D. Afonso VI que se inicia a extraordinária carreira militar de Santo António. As festas de Santo António contavam com um grandioso espetáculo de fogo-de-artifício. Fazia também parte da tradição a popular tourada de Santo António, que se realizava entre Junho e Setembro no Rossio ou no Terreiro do Paço. Paralelamente às festas oficiais, decorriam as festas populares, relacionadas com ancestrais festejos do solstício de Verão. Incluíam as fogueiras, acompanhadas das *sortes* ao Santo, os cortejos de rapazes e raparigas às fontes e chafarizes na noite da véspera que terminava em arraiais e *descantes* (o mais popular na Praça da Figueira), as ofertas rituais de cravos e manjericos, e os tronos de Santo António levantados pelas crianças com o tradicional pedido de “5 milreizinhos para a cera de Santo António” para queimar em fogos de artifício, reminiscência do peditório que permitiu reerguer a igreja de Santo António depois do terramoto de 1755. Inúmeras posturas municipais⁹ irão regulamentar os festejos ao longo do século XIX e XX. Em 1932 realizam-se as primeiras marchas populares no Parque Mayer, em 1934 o desfile saía da Praça do Comércio, e a partir de 1958 desce a avenida da Liberdade. Em 1950 surgem as noivas de Santo António, iniciativa de cariz social promovida pelo município celebrando a tradição popular do santo casamenteiro. Em 1953 é instituído o feriado municipal a 13 de Junho. As festas atuais incluem ainda 29 arraiais promovidos pelas associações e grupos desportivos e culturais da cidade, que durante todo o mês de Junho animam as festas de Lisboa. Olhar a presença de Santo António na cidade de Lisboa através das referências na toponímia, nos nichos, nos registos de azulejos, no património edificado (igrejas, capelas e estatuária pública) e nas festas (arraiais, procissão, casamentos de Santo António e Marchas populares) permite ter uma perspetiva da importância religiosa

e sobretudo cultural para Lisboa de um santo que acompanha a afirmação da cidade ao longo de mais de oito séculos. Este é o propósito do projeto multimédia desenvolvido pelo Museu de Lisboa – Santo António e apresentado na exposição permanente. A recolha realizada foi desenvolvida com a participação de Rita Fragoso de Almeida do Museu de Lisboa, com a colaboração da Divisão de Informação Urbana Georreferenciada da CML e Ricardo Pestana. A georreferenciação tem por base a cartografia de três períodos distintos: *Plan de la ville de Lisbonne en 1650*; *Planta Topográfica da cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a beira mar da Ponte de Alcântara até ao Convento das Commendadeiras de Santo* (1780); e o mapa atual da cidade de Lisboa (Lxi).

Fig. 9 Litografia colorida Sétimo Centenário de Santo António (1895) com a legenda “Festejos Populares na Praça da Figueira a favor da creche para os filhos das vendeiras do mesmo mercado” (MA.GRA.120)

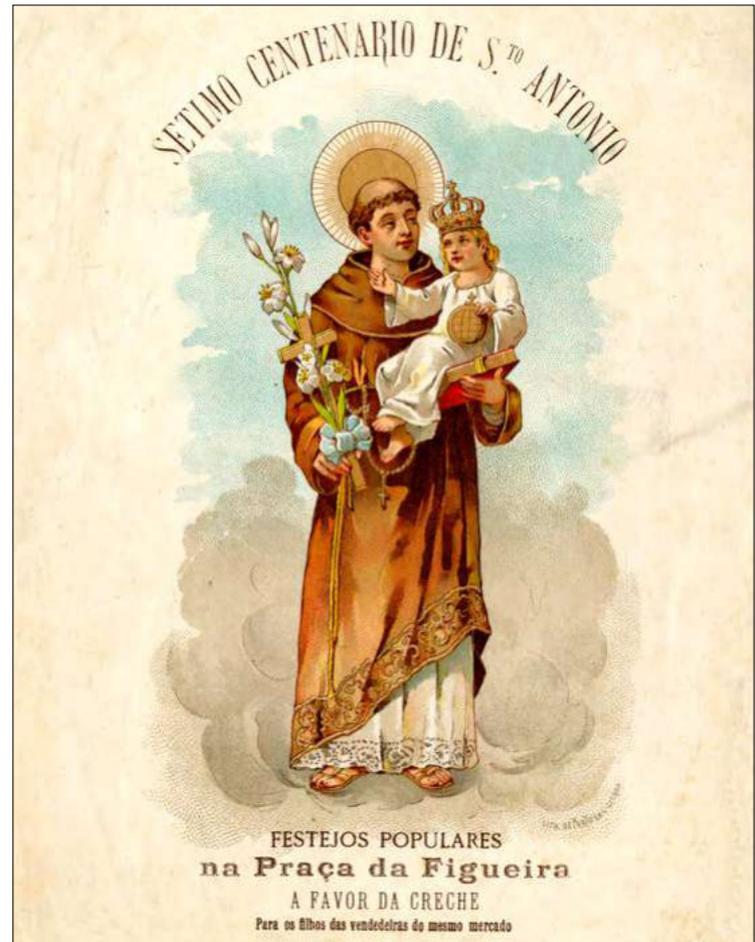




Fig. 10 A “Praça do Comércio – VII Centenário 1195-1895”. Óleo s/ tela, 1895, da coleção do olisipógrafo Viera da Silva (MC.PIN.546)

Notas

1. *Annuario do Archivo Pitoresco*, nº7, Julho 1864, p. 56.
2. Investigação em curso no Museu de Lisboa: inventariação de registos devocionais em azulejo na cidade de Lisboa, criação de base de dados e publicação do livro “Devoções Populares – Registo em azulejos da cidade de Lisboa”.
3. A proclamação de Doutor da Igreja em 1946 é acompanhada pela consagração de Santo António a nível nacional. Esta consagração foi iniciada com as comemorações do 7º centenário do seu nascimento em 1895, as comemorações do 7º centenário da sua morte em 1931 e a proclamação como padroeiro de Portugal (a par com Nossa Senhora da Conceição) em 1934. A emissão da nota de 20\$00 (em circulação de 1965 a 1986) vem reforçar este reconhecimento nacional.
4. A estátua original sofreu um incêndio em janeiro de 2004, sendo recolhida para o então Museu da Cidade, onde permanece nas suas reservas museológicas. Soares Branco foi convidado a executar a réplica, em bronze, que foi instalada no mesmo local sobre uma base em pedra.
5. A procissão deixa de se realizar na sequência da extinção das Ordens Religiosas em 1834.
6. Esta procissão, que levava a imagem de Santo António do regimento de Infantaria nº 19 de Cascais foi atacada na rua do Ouro, fugindo o povo em debandada.
7. Atualmente, para além desta procissão, o andor com a imagem de Santo António participa na procissão de Nossa Senhora da Saúde, sempre acompanhada pelo presidente da edilidade.
8. Sinal da devoção da coroa ao santo lisboeta, a visita assume simultaneamente a legitimação da propriedade da igreja pela Câmara de Lisboa.
9. Ver a título de exemplo o *Archivo Pitoresco*, 1860, 3ºano, nº15, p. 119.

Bibliografia

- Alveres, A.T.(1725). *Sol Nascido no Occidente, e posto ao nascer do sol*, S. António Portugues. Coimbra: Officina de Joseph Antunes da Silva
- Annuario do Archivo Pitoresco*, nº7, Julho 1864
- Archivo Pitoresco: Semanário Ilustrado*. (1860). 3º ano, nº15. Castro e Irmão, Ed. Com.
- Azevedo, M. (1909). *Vida do Thaumaturgo Português Santo António de Pádua*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Branco, C.C. (1905). *O Regicida*. 4ª edição. Lisboa. Parceria António Maria Pereira Livraria
- Brito, M.F. (1996). *Lisboa de Santo António*. Lisboa: ICEP/IPM
- Castilho, J. (1935). *Lisboa Antiga – volume 2*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Guimarães, J. R. (1872) *Summario de varia historia : narrativas, lendas, biographias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras*. I. Lisboa: Rolland & Semiond
- Lopes, F.F.L. (1947). *Florinhas de Santo António*. Braga: Boletim Mensal.
- Moita, I. (introdução). (1981). *O Culto de Santo António na região de Lisboa: Exposição comemorativa do 750º aniversário da Morte de Santo António (1231-1981) na Sé Patriarcal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa
- Neves, F.A.C. (1895). *O grande Thaumaturgo de Portugal Santo Antonio de Lisboa: sua história, sua época e sua bibliografia: sua vida mortal*. Porto: Aloysio Gomes da Silva
- Nunes, J.J. (1918). *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285): manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações, glossário e índice onomástico*. Volume 1. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Oliveira, E.F. (1891). *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª parte, tomo VI. Lisboa: Thyppografia Universal
- Pimentel, A. (1899). *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libanio & C.^{ia}
- Portugal, F. Matos, A. (1974). *Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de 1758*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa
- Rema, H.P. (1998). A piedade popular e Santo António. *Cultura (Revista de História e Teoria das Ideias)*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Vol. X, IIª Série, pp.15-42
- Silva, A.V. (1954). *Dispersos – volume I*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, L.A.R. (1894). *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII – tomo IV*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Sottomayor, A. (2004). *Lisboa de Santo António*. Lisboa: Impreopa - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A.
- <https://toponimialisboa.wordpress.com/>
- <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

***À margem da programática
pombalina: a igreja de
Nossa Senhora de Jesus e
o arquitecto Joaquim de
Oliveira (1733-1803)***

Sandra Costa Saldanha

CV



Complexo primitivo seiscentista, iniciado pelo ano de 1615 para acolher a casa mãe da Ordem Terceira de São Francisco¹, a actual feição do extinto convento de Nossa Senhora de Jesus deriva, como é sabido, da remodelação posterior ao terramoto de Lisboa de 1755, que destruíra significativamente parte das suas dependências originais². Objecto de diversas campanhas que lhe alterariam o perfil, resulta numa interessante simbiose entre arquitectura rococó e pombalina, pontuada de inúmeras peças provenientes das antigas estruturas, entre pinturas, imagens, retábulos e painéis de azulejos. Resgatadas dos escombros, como recorda João Baptista de Castro, seriam reaproveitadas “muitas excellentes pinturas, e trastes estimaveis, por não perecerem de todo” (Castro, 1763, p. 243). E assim, diversas obras de grande relevância ainda hoje se conservam, como a célebre *Ressurreição* de Rubens³, a capela dos Vila Franca, as telas atribuídas a Marcos da Cruz, os sumptuosos retábulos de Félix Adauto da Cunha, ou os diversos revestimentos azulejares, da autoria de António de Oliveira Bernardes. Ultrapassadas algumas soluções provisórias, os trabalhos de reconstrução arrancariam com grande fulgor a 1 de Junho de 1757. Atendendo às intervenções de carácter mais urgente, indispensáveis ao uso e habitabilidade do complexo⁴, a empreitada progrediria nos anos seguintes graças ao impulso e frutuosa acção de D. Fr. Manuel do Cenáculo de Vilas Boas. Será pois, neste quadro, que terá lugar a instalação de uma nova livraria e a reedificação da fachada da igreja. Chegado ao fim o governo de Cenáculo, em Fevereiro de 1777, outros religiosos, tomariam parte activa na renovação do cenóbio, como Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento ou Fr. José de Jesus Maria Mayne. Responsáveis por “vários melhoramentos, tanto ao corpo da igreja, como ás diversas officinas” (Convento, 1852, p.18), Fr. José Mayne, em particular, assumiria um papel decisivo na prossecução da obra. Provincial desde 1780, e figura marcante do reinado de D. Maria I, à sua condição de confessor de D. Pedro III não terá sido alheio o crescente apoio concedido pela Casa Real ao convento de Jesus. Interesse suscitado desde os primeiros anos da construção, ainda em tempos josefinos, regista-se no capítulo de 16 de Junho de 1770 a visita do futuro soberano ao convento, conduzida por Cenáculo (AHPL, Ms. 598: 419-421). Manifesta a protecção da Casa do Infantado já desde o início da década de 70 (AHPL, Ms. 594: 258), seria formalizada por alvará de D. Pedro III, que toma sob sua protecção a Província da Terceira

229 Ordem de São Francisco (*Idem*: 372). Numa época em que

se encontravam terminados os trabalhos na fachada do templo, mas em que prosseguiam ainda as obras na biblioteca (*Idem*: 385 v.), verifica-se então um incremento de donativos e empréstimos, feitos por D. Maria I à Província, para pagamento dos mestres.



Fig. 1 Retrato de Fr. Manuel do Cenáculo, c. 1770-77
Óleo s/ tela. Colecção de Pintura da Biblioteca Nacional de Portugal (Inv. 10936).



Fig. 2 Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus)
Fotografia Nuno Saldanha



O ARQUITECTO JOAQUIM DE OLIVEIRA

A autoria dos diversos projectos idealizados por Fr. Manuel do Cenáculo para o convento de Jesus encontra-se atribuída, desde inícios do século XIX, ao arquitecto Joaquim de Oliveira (Descrição, 1816, p 358). Com uma actividade praticamente desconhecida, a escassez de informação que, cabalmente, fundamente a sua participação numa encomenda de tal relevância, à margem dos circuitos oficiais, tem ocasionado algumas dúvidas, sendo posta em causa por diversos autores. Filho de José Rodrigues de Oliveira e de Teresa Maria de Jesus, Joaquim de Oliveira nasce em Lisboa, a 13 de Outubro de 1733. Baptizado quinze dias depois, na igreja de Santos-o-Velho, residia então à Rua da Mandragoa⁵. Aprendiz de arquitectura civil na Casa das Obras, o perfil artístico deste arquitecto encontra-se por estudar. Com um conjunto de primeiras intervenções ao serviço dos marqueses de Abrantes, com apenas 24 anos, seria responsável por “desenhos, riscos, e medições de varias obras”, entre 1757 e 1760. Contratado, segundo informa, na qualidade de Arquitecto Civil e Medidor das Reais Obras dos Paços da Casa das Obras, seria então encarregue de realizar⁶:

Uma “Barraca nobre” no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, concretamente, o seu delineamento (“p.^a assistir ao desenho”), coordenação geral dos trabalhos e subcontratação de mestres⁷.

As obras no palácio e ermida de São Joaquim, em Lisboa, particularmente, os “trabalhos de exames, medições, e certidões”. Intervenção iniciada logo após o terramoto de 1755, integra-se nas diversas diligências levadas a cabo nessa propriedade, com vista à instalação da Igreja Patriarcal de Lisboa⁸.

As obras na Quinta de Buxos, “da parte de Alem Tejo”, ajustadas com o mestre Francisco Xavier Lisboa, nas quais Joaquim de Oliveira teve a responsabilidade do “desenho” e “medição”.

As obras na Quinta do Carregado, onde mandou “tirar medidas” e fez o risco das “novas cazas”.

As obras para acomodação da duquesa de Abrantes em Cascais, para ali poder “hir aos banhos”, onde tirou “o Risco da cazas q. la havia”.



Conservando a sua residência em Santos-o-Velho, Joaquim de Oliveira viria a contrair matrimónio, a 15 de Janeiro de 1760, com Maria Wingarten⁹. Portuguesa de ascendência germânica, nascida em Lisboa na freguesia das Mercês, era filha de

Isabel Parseli e de Guilherme Wingarten, o célebre mestre ferreiro e serralheiro alemão, activo em Portugal por mais de trinta anos¹⁰. Reveladoras das boas relações que o jovem arquitecto já então cultivava, são as testemunhas que assistem ao enlace: os dois irmãos do Conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado, e Paulo de Carvalho e Mendonça, Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada e futuro cardeal¹¹. Joaquim de Oliveira passará, a partir de então, a residir na Lapa, à Rua de Santa Ana, sendo integrado, em 1762, na Casa do Risco da Junta do Comércio, por Carlos Mardel (Cirilo, 1823, p. 194; Rossa, 1989, p.329).

O PROJECTO PARA A IGREJA DE JESUS

Desconhecendo-se a actividade desenvolvida por estes anos, ao serviço da Junta do Comércio, será em finais da década de 60 que se verifica uma maior proximidade às iniciativas promovidas por Fr. Manuel do Cenáculo. Provincial da Ordem Terceira de São Francisco desde 13 de Março de 1768, será nessa condição que assume a reconstrução do convento de Nossa Senhora de Jesus, como vimos, dotando-o de duas das suas marcas mais emblemáticas: a movimentada fachada da igreja e a moderna livraria do convento¹². Intervenção iniciada pelos anos de 1770-1771, facto é, porém, que Joaquim de Oliveira não possuía então qualquer encargo de relevo. Circunstância que tem levado alguns autores a supor certa imaturidade profissional, as reservas em aceitar uma encomenda directa vêem-se ainda ampliadas pelo conhecimento de uma listagem de algumas das suas obras (Viterbo, 1904, pp. 474-476). Elaborada por sua mulher, após o falecimento do arquitecto, ali se descrevem os cargos e a actividade desenvolvida ao longo de cinquenta anos. Não apresenta, curiosamente, qualquer referência ao projecto de Jesus, estranheza tanto mais acentuada por se tratar, por certo, de uma empreitada de peso, a juntar ao seu já longo *curriculum* (Rossa, 1989, p. 329). Pese embora os argumentos apontados, o risco das obras promovidas por Cenáculo no cenóbio lisboeta é, comprovadamente, de Joaquim de Oliveira, como o atestam os diversos contratos de execução, sucessivamente firmados, por escrituras de 19 de Fevereiro de 1771¹³, 9 de Dezembro de 1773¹⁴ e 23 de Outubro de 1793¹⁵. Como suspeitou Walter Rossa, esta não foi, efectivamente, uma incumbência oficial, no quadro das obras da reconstrução da capital (Rossa, 1989,p. 329). Com efeito, a participação de

Joaquim de Oliveira encontra argumento de peso nos laços familiares que o ligavam ao patrono da obra. Primo de Fr. Manuel do Cenáculo, essa relação e consequente protecção, documentada na correspondência trocada entre ambos¹⁶, valeria ao arquitecto a participação sistemática noutros projectos empreendidos pelo prelado, nomeadamente em Beja e Évora, como, recentemente, Joaquim Caetano teve oportunidade de comprovar (Caetano, 2011, 2014). Por outro lado, esta que se afigurava como uma obra marginal à reconstrução pombalina (tanto pela sua feição estilística, como pelo carácter privado que assume), granjearia o apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, que chegaria mesmo a aprovar os riscos de Joaquim de Oliveira. Assunto que seria objecto de discussão no capítulo celebrado a 12 de Fevereiro de 1771, em “tempo de iniciar a obra da livraria, e das mais que mostram as plantas”, enceta-se a empreitada com a directa anuência de Pombal, que assina e valida os riscos “como obra pública da cidade” (AHPL, Ms. 594: 244 v.). Desencadeia-se então o processo de formalização da empreitada, em ordem à definição das suas etapas, cronograma de pagamentos e consignações, celebrando-se, sete dias mais tarde, o primeiro contrato para execução da fachada e livraria, com o mestre-de-obras Francisco António. Firmado no convento de Jesus, na cela do Provincial e Definidor Geral, Fr. António Martins da Soledade, e sob os olhares do padre Mayne e Fr. Manuel de São Jerónimo, ali se estabelece a realização das obras por um prazo de três anos, “com toda a perfeição e sigurança conforme a arte”. Definindo-se ainda que fosse “examinada pelo d.º Architetº”, caso não resultasse “conforme a arte” ou “se por erro seu não seguir as d.ªs Plantas e Riscos”, obrigava-se o mestre a “desmanchar e fazello à sua custa de forma q. fique como deve ser”¹⁷. Joaquim de Oliveira contava, assim, com a assistência de um colaborador particularmente envolvido noutros empreendimentos desta mesma esfera de influência, o mestre Francisco António. Exercendo funções de canteiro no palácio de Queluz durante vários anos, trabalhou na fachada de cerimónias (1764), nos pilares destinados às estátuas e bustos da quinta (1766), nos lagos da horta e jardim das flores (1784). Prosseguindo aí a sua actividade, surge posteriormente registado no mapa-geral da obra da basílica da Estrela (1785), como um dos cabouqueiros a quem são pagos materiais (Saldanha, 2008: 159). Responsável agora pelos trabalhos de pedreiro, carpinteiro, canteiro, ferreiro e serralheiro da renovada frontaria de Jesus, edifício da torre, livraria do convento e dependências

anexas, é inequívoca a obrigação de os concretizar segundo “plantas e riscos e distribuição” de Joaquim de Oliveira¹⁸. Processo que se prolongaria por mais de duas décadas, a documentação conhecida permite-nos acompanhar de perto a restante evolução dos trabalhos, levados a cabo sob a supervisão do arquitecto e, certamente, o atento escrutínio dos seus promotores. Fontes que nos fornecem abundante informação relativa às contingências financeiras da obra, constituem vasto manancial para avaliar as dificuldades da Província em saldar pagamentos (normalmente atrasados), dívidas, fiscalização ou acertos de contas.



Fig. 3 Fachada da igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus)
Fotografia Nuno Saldanha



Fruto das diversas circunstâncias que marcaram a sua encomenda, a renovada igreja de Jesus resultaria, assim, numa interessante articulação entre arquitectura rococó e pombalina. Com uma das mais emblemáticas fachadas da Lisboa reconstruída, emerge como uma iniciativa à margem da programática vigente, seja pelos seus contornos estilísticos, seja pelo carácter privado de que se reveste. Por explorar, permanece a inequívoca filiação deste modelo com o primeiro projecto concebido para a basílica da Estrela (corpo central), da autoria de Mateus Vicente de Oliveira.

Fig. 4 Primeiro projecto para a fachada da basílica da Estrela Óleo s/ tela. Pormenor de uma pintura de Pedro Alexandrino de Carvalho, Basílica da Estrela, c. 1779.



Datável de 1778 (portanto, sete anos posterior ao de Jesus), é marcado pela ausência de torres, e pela presença do típico frontão borromínico, substituído mais tarde por um outro triangular, mas recorrente em várias obras do arquitecto de Queluz. As causas da recusa, como se sabe, e respectiva substituição, poderão encontrar explicação na proximidade do empreendimento régio à mais modesta igreja franciscana, a escassos metros de distância. Apartada dos pressupostos utilitários da Baixa, a igreja de Jesus integra-se, tal como a Estrela, numa série de outros templos conventuais, filiados estruturalmente no modelo tradicional de São Vicente de Fora.

Fig. 5 Desenho do primeiro projecto para a fachada da basílica da Estrela ANTT - Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento e Basílica do Santíssimo Coração de Jesus da Estrela. Liv. 1. Fotografia Arquivo Nacional da Torre do Tombo



Com fachadas marcadas pela presença de três vãos em arco de volta inteira (de acesso a uma galilé rectangular), e coroadas centralmente por frontão (contracurvado ou triangular), materializam a adopção deste modelo as igrejas lisboetas dos Paulistas, São Francisco de Paula, Grilo, Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula e Nossa Senhora da Boa-Hora. No caso concreto dos projectos de Jesus e da Estrela, destaque ainda deve ser dado à solução de implementação encontrada, sobre escadaria, que lhes confere uma posição dominante.

NO EPÍLOGO DE UMA LONGA CARREIRA

Já então com 47 anos de idade, a ascensão profissional de Joaquim de Oliveira concretiza-se, claramente, durante o reinado mariano. Período marcado pelas sucessivas incumbências atribuídas, ocuparia os cargos de Arquitecto das Obras do Conselho da Fazenda (1780)¹⁹, Medidor e 2º arquitecto da Casa das Obras (1788)²⁰, Arquitecto do Senado de Lisboa, e Arquitecto das Obras dos Faróis (1792). No desfecho deste percurso, devemos ainda retomar a já citada listagem de obras de Joaquim de Oliveira, elencada por Maria Wingarten em 1803, após o falecimento do marido. Referindo a sua participação em obras como os armazéns da Cruz da Pedra ou o convento de Santiago, particular preponderância assume a revelação da sua actividade no novo Paço da Ajuda. Convocado por decreto de 10 de Novembro de 1801, sublinha a viúva que, juntamente “com três officiaes engenheiros”, teria sido chamado para “execução da planta do Novo Palacio Real que se tinha mandado edificar” (Viterbo, 1904, p. 474). Ora, atendendo ao conhecimento que hoje se possui dos arquitectos envolvidos no projecto (Manuel Caetano de Sousa, José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri), é com algumas reticências que se tem aceite semelhante conjectura (Rossa, 1989, p. 330). Neste ponto, porém, deve precisar-se que Joaquim de Oliveira não foi, de facto, convocado para elaborar novos planos, mas antes (como, aliás, se esclarece no decreto citado) para integrar uma Junta constituída por D. Rodrigo de Sousa Coutinho - de que também faziam parte os três arquitectos mencionados - destinada a avaliar a despesa realizada, orçamento necessário e ainda a pronunciar-se quanto ao “risco actual e Desenho da Obra com juízo o mais imparcial, e conforme aos bons, e sólidos princípios da Architectura”²¹. Com nove filhos à data da sua morte²², Joaquim de Oliveira viria a falecer aos 69 anos, vítima de uma apoplexia, a 11 de Janeiro de 1803, na mesma Rua de Santa Ana onde, passadas quatro décadas, fixara a sua residência em Lisboa.

Fig. 6 Retábulo de Nossa Senhora do Patrocínio Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus). Fotografia Alexandre Salgueiro



Fig. 2 Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Jesus). PT/AMLSB/BAR/000228.



Notas

- 1 Actualmente ocupado pela igreja paroquial de Nossa Senhora das Mercês, Hospital de Jesus e Academia das Ciências de Lisboa.
- 2 Como descreve Baptista de Castro, “Todo este sagrado Templo ficou sujeito à lastimosa ruína, que lhe ocasionarão os violentos impulsos do terremoto. Cahio primeiramente a parede do oculto, que ficava ao Norte por cima da Capella mor, e arruinando o seu tecto, que era de cantaria almofadada, despedaçou não só todo o retabulo de talha dourada, e todo o Altar mór, mas a preciosa Capella do Santissimo, que lhe ficava contigua. Os arcos de pedra, que sustentavão o tecto da Igreja, e dividião o Cruzeiro, e o Coro, se desfizerão, e levarão consigo parte do ornato do mesmo Coro, e offenderão outras partes da Igreja, acabando de se arruinar tudo em a noite de 20 de Janeiro de 1756, em que cahio o tecto da Igreja, e se perdeo o Coro, que conforme os Arquitectos de bom gosto, era o mais formoso, e regular, que havia na Corte.” (Castro, 1763, pp.241-242)
- 3 Hoje propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga (em depósito no Palácio de Belém).
- 4 Como a cobertura da igreja ou os dormitórios. ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA - Ms. 594: 176 v.
- 5 ARQUIVO DISTRITAL DE LISBOA - *Registos Paroquiais*. Baptismos, Santos-o-Velho, Livro 14, fl. 174 v.
- 6 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Feitos Findos, Administração de Casas*. Mç. 135, n.º 4.
- 7 Como o entalhador Félix Vicente de Almeida, o pedreiro Caetano Francisco e o carpinteiro Lucas da Rosa, para além de um pintor, um ladrilhador e um ferreiro.
- 8 Já na qualidade de Arquitecto do Conselho da Fazenda e Medidor da casa das obras, vamos encontrá-lo, em 1775, como avaliador dos diversos trabalhos realizados em 1757. ANTT - *Feitos Findos, Administração de Casas*. Mç. 131, n.º 9, fl. 5; Mç. 135, n.º 4.
- 9 Também referida na diversa documentação como Wargart, Wingard, Wingoder, Wingunder.
- 10 Com obras documentadas entre os anos 50 e 80 de Setecentos, são conhecidos os seus trabalhos para a Sé de Évora, farol de Nossa Senhora da Guia em Cascais, Igreja Patriarcal de Lisboa, capela da quinta do Marquês de Pombal em Oeiras e torreão oriental da praça do Comércio. Cf. Sequeira, 1916: 95-96; Mendes, 2011.
- 11 ADL - *Registos Paroquiais*. Casamentos, Santos-o-Velho, Livro 13, fl. 220 v.
- 12 Sobre a intervenção na livraria veja-se o que tivemos já oportunidade de escrever em Saldanha, 2013.
- 13 ANTT - 3º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, Cx. 144, fls. 40 v.-41.
- 14 ANTT - 7º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas N.º 585, Cx. 97, fls. 83-83 v.
- 15 ANTT - 9º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas N.º 657, Cx. 108, fls. 24-24 v.
- 16 Conservada na Biblioteca Pública de Évora, conhecem-se seis cartas de Joaquim de Oliveira para Cenáculo entre 1776 e 1785 (Gusmão, 1944-56). Apesar da referência ao parentesco na referida documentação, encontra-se por explorar, com rigor, a relação familiar entre ambos. Certo, porém, é que Joaquim de Oliveira virá mesmo a usar o apelido Vilas Boas, assim como os seus filhos, como se comprova pelo registo orfanológico de Vicente Paulo de Oliveira, no Brasil: “Vicente Paulo de Oliveira Vilas Bôas, n. Lisboa e fal. Pórto Alegre cêrca 1855 (Inventário processado em 1855 pelo 1.º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, feito n.º 1760, maço 84, estante 2), filho de Joaquim de Oliveira Vilas Boas, n. Portugal, e de Maria Wingoder, n. Alemanha.” Cf. *Revista Genealógica Brasileira*. Edições 13-14, 1946. p. 574. De referir ainda, neste sentido, o casamento de um outro filho, Henrique Guilherme de Oliveira, com D. Cláudia Luísa Maria Vilas Boas, em 1788. ADL - *Registos Paroquiais*. Casamentos, Lapa, Livro 2, fl. 17 v.

- 17 ANTT - 3º *Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, fl. 40 v.
- 18 ANTT - 3º *Cartório Notarial de Lisboa*, Livro de Notas n.º 661, Cx. 144, fl. 40 v.
- 19 Substituindo José Monteiro de Carvalho.
- 20 Substituindo José Manuel Carvalho e Negreiros.
- 21 AHTC - *Erário Régio*, 682/4, fl. 236. Cit. Carvalho, 1979, p. 73.
- 22 Entre os quais, Mariana Joaquina de Oliveira, António Maria de Oliveira, Vicente Paulo de Oliveira, Henrique Guilherme de Oliveira, Rosa. Destaque para Henrique Guilherme de Oliveira, arquitecto civil associado a diversas obras ao serviço do príncipe regente, haveria de suceder o pai no cargo de Arquitecto das Obras do Conselho da Fazenda a partir de 1789 (Viterbo, 1904, pp. 219, 473).

Bibliografia

Documentos

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Convento de Nossa Senhora de Jesus. Livro Primeiro do Registo da Província da Terceira Ordem da Penitencia, Ms. 598.

Convento de Nossa Senhora de Jesus. Segundo Livro dos Acórdãos desta Santa Província da Sagrada Ordem Terceira da Penitência do Reino de Portugal, Ms. 594.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Erário Régio. 682/4, fl. 236

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Feitos Findos. Administração de Casas. Mç. 135, n.º 4.

Feitos Findos. Administração de Casas. Mç. 131, n.º 9.

Registo Geral de Mercês. D. Maria I, Livro 8, fl. 359.

3º Cartório Notarial de Lisboa. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas n.º 661, Cx. 144.

7º Cartório Notarial de Lisboa. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas n.º 585, Cx. 97.

9º Cartório Notarial de Lisboa. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas n.º 657, Cx. 108.

Arquivo Distrital de Lisboa

Registos Paroquiais. Baptismos, Santos-o-Velho, Livro 14, fl. 174 v.

Registos Paroquiais. Casamentos, Lapa, Livro 2, fl. 17 v.

Registos Paroquiais. Casamentos, Santos-o-Velho, Livro 13, fl. 220 v.

Registos Paroquiais. Óbitos, Lapa, Livro 2, fl. 19.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Série Vermelha de Manuscritos. Cod. 193.

Série Vermelha de Manuscritos. Cod. 283.

Estudos

Andrade, F. de (1946). *O convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa: Editorial Império.

Caetano, J. O. (2011). Os Projectos do Arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de Frei Manuel do Cenáculo. *Revista de História da Arte*. N.º 8, pp. 49-69. Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH/UNL..

---- (2014). Arquiteturas para o conhecimento: os projetos para os museus e bibliotecas de frei Manuel do Cenáculo. In Cabral, M. L. (Coord.) *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade (1800-1850)*, (pp. 53-70). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Carvalho, A. de (1979). *Os três arquitectos da Ajuda*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

Castro, J. B. (1763). *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Vol. III. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Cenáculo, Fr. M. do (1794). *Memorias historicas e appendix segundo (...) para a observancia e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol 2.

Convento (1852) de Nossa Senhora de Jesus. *O Panorama*, S. 3, Vol. 1, N.º 3, pp. 17-18. Lisboa.

237 DESCRIÇÃO (1816) do Convento de N. Senhora de Jesus. *Jornal de Bellas*

Artes ou Mnémosine Lusitana, N.º XXII, pp. 357-363. Lisboa: Imprensa Régia.

FREI (1930) José Mayne: a sua cultura e sua benemerência. Os manuscritos por êle legados à antiga livraria do Convento de Jesus. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, Vol. II (Abr. 1930) pp. 446-464. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Gusmão, A. N. de (1944-56). *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. 6 Vols.

Lopes, F. F. (1970-71). Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal. *Lusitania Sacra*, Vol. 9, pp. 55-77. Lisboa.

Machado, C. V. (1823). *Collecção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos e Gravadores Portugueses, e dos Estrangeiros, que Estiverão em Portugal*. Lisboa: Imp. de Victorino Rodrigues da Silva.

MENDES, R. M. M. (2011). Guilherme Weingarten, mestre serralheiro (1759) [em linha]. *História e Arte no período Barroco*. Acedido a 27-02-2015 em <http://historia-e-arte-barroca.blogspot.pt/2011/07/guilherme-weingarten-mestre-serralheiro.html>

Raczynski, A. (1846). *Les arts en Portugal: Lettres*. Paris: Jules Renouard.

Rossa, W. (1989). Oliveira, Joaquim de. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. (pp. 329-330). Lisboa: Editorial Presença.

Saldanha, S. C. (2008). *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*. Lisboa: Livros Horizonte.

---- (2013). O paradigma estético da biblioteca Joanina: bibliotecas conventuais setecentistas. In Saldanha, S. C. (Coord.), *As Bibliotecas e o Livro em Instituições Eclesiais* (pp. 99-117). Lisboa: SNBCL.

Sequeira, G. de M. (1916). *Depois do Terremoto*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Vol. 1.

Viterbo, S. (1899-1904). *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 3 Vols.



***(Pequenas e) Grandes
Vistas de Lisboa.
A cidade na azulejaria
contemporânea.***

Tiago Borges Lourenço

CV



“Cidade tão acidentada tinha forçosamente de multiplicar-se em miradouros.”

VIDAL, João Pina, “Miradouros de Lisboa” in *Revista Municipal, Ano XXII, Número 88 – 1º Trimestre de 1961*, Lisboa: CML, 1961, p.42)

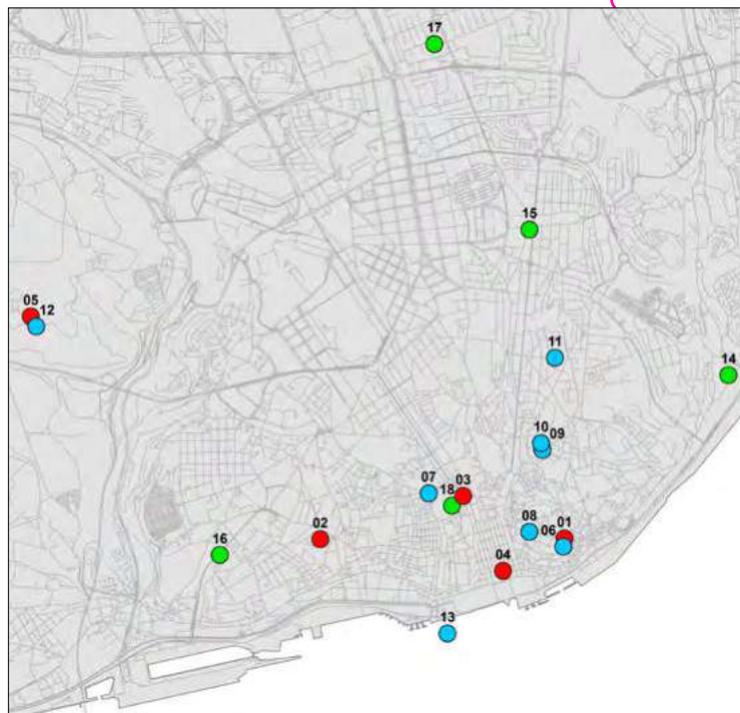
Terminado o *ciclo dos mestres* barrocos, com a proliferação das fábricas de cerâmica a partir da década de 1830 assistiu-se a uma modificação de fundo relativamente à questão autoral, passando as peças a ter o cunho da fábrica e não do autor, retrocedendo de novo a condição do artista para mero artesão anónimo. No entanto, e concorrendo com as fábricas de cerâmica que se encontravam no seu auge produtivo, a partir da segunda metade do século XIX surgiu um conjunto de autores e de pequenas oficinas que procuravam a recuperação técnica da azulejaria antiga, nomeadamente Luís Ferreira (o “Ferreira das Tabuletas”, 1807-?) que, num registo já romântico, traz de novo para a ribalta a figura do artista cerâmico enquanto génio criador, abrindo em definitivo o caminho às futuras gerações de ceramistas. A autoria e o estatuto do artesão/artista tornam-se assim numa questão-chave para a percepção da realidade da azulejaria portuguesa na transição para novecentos, permitindo o aparecimento de um conjunto de artistas que, em definitivo, recuperam a figuração na azulejaria. Excetuando a quase total ausência de produção de grande vulto em grande parte da década de 1940, desde o início de novecentos a produção azulejar de autor tem sido bastante profícua, assentando em temáticas historicistas, naturalistas e etnográficas nas quatro primeiras décadas do século e num cunho marcadamente modernista a partir de cerca de 1948/9. De entre esta vasta produção destaca-se um pequeno conjunto de vistas de Lisboa maioritariamente surgidas entre 1940 e 1965, amostra heterogénea em virtude das diferentes lógicas de implantação, contexto e objetivos da colocação destes painéis, assentando em três distintas formas de representar a cidade: *vistas antigas*, *modernas* e *interpretações autorais*. Não pretendendo o presente artigo ser um levantamento exaustivo desta temática na azulejaria contemporânea, apenas serão analisados alguns

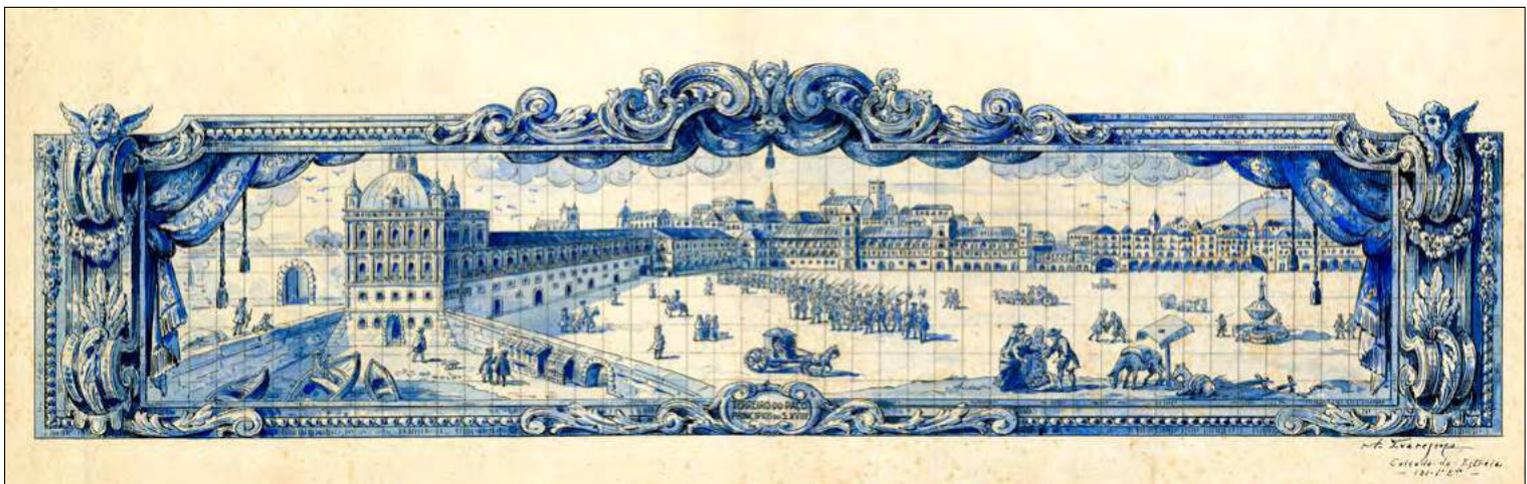
239 dos principais exemplares dos dois primeiros tipos.

Evocando a Lisboa antiga

Não obstante a sua inequívoca e inesgotável riqueza pictórica e iconográfica, a azulejaria barroca portuguesa foi parca em número de reproduções de panorâmicas e aspetos de Lisboa¹. No entanto, pela sua vasta escala e minúcia representativa do principal edificado da cidade, o *Grande Panorama de Lisboa* (de cerca de 1698/1699) conquistaria, já no decorrer do século XX, um lugar cimeiro na história da arte e da azulejaria portuguesas. Composto por oito painéis, reproduz a vista da quase totalidade da cidade a partir do Tejo, constituindo-se simultaneamente como um dos principais registos artísticos e documentais da Lisboa pré-terramoto e um omnipresente referente para algumas das representações da cidade na azulejaria do último século. Apesar da recuperação e incorporação de alguns dos modelos e elementos barrocos na azulejaria do início de novecentos (paleta e elementos das cartelas - e com isso muito do sentido cénico das composições), a iconografia e forma de representação eram puramente contemporâneas, seguindo os preceitos de um romantismo impregnado na arte e sociedade portuguesas desde finais de oitocentos.

Fig. 1 Mapa de localização dos painéis com vistas de Lisboa na cidade, estudados e referenciados no texto. Ana Gil, 2015.





Art. Xuanjue
Calle de Ejea
1881-1882



Fig. 2 *Terreiro do Paço nos começos do Século XVIII* (António Quaresma), Miradouro de Santa Luzia. Fot. José Vicente, 2015.

Fig. 3 *Terreiro do Paço nos começos do Século XVIII*, desenho preparatório (António Quaresma), Museu de Lisboa, MC.DES.1377. Fot. José Vicente, 2015.

Fig. 4 Pannel de azulejo do século XVIII com vista do Terreiro do Paço. Museu de Lisboa, MC.AZU.0068.

Assim, aparte de algumas representações menores de cenas galantes *ao barroco*, recorria-se invariavelmente a modernas reinterpretações de algumas das principais figuras e acontecimentos da história portuguesa e/ou a reprodução de vivências contemporâneas, composições onde a fotografia era o principal referente. A partir do final da década de 1940, com o definitivo irrompimento do modernismo na azulejaria, este leque iconográfico é alargado. Ao reproduzir iluminuras e gravuras antigas – e assim recuperando a histórica ligação entre gravura e azulejo do período barroco –, o pequeno núcleo de vistas antigas de Lisboa constitui-se como uma das raras exceções a este panorama. Esta opção coaduna-se com o elevado interesse demonstrado pela historiografia coeva por esta temática que se refletiu num crescente número de artigos revelando e relevando um conjunto de desenhos antigos com vistas da cidade (alguns deles descobertos e incorporados em coleções públicas por essa altura) que contaminaram diversas áreas artísticas, nomeadamente pintura, azulejaria e estatuária (baixos-relevos).² No final da década de 1920 a Câmara Municipal de Lisboa (CML) procedeu ao aproveitamento do adro da Igreja de Santa Luzia para a construção de um pequeno espaço ajardinado com um miradouro, concretizando um projeto cuja discussão já se arrastava, pelo menos, desde 1916 (Revista Municipal, 1983, p. 32). Em 1929 é inaugurado no espaço o busto de Júlio de Castilho [da autoria de Costa Mota (Tio)], estendendo-se a homenagem ao distinto olisipógrafo à atribuição do seu nome ao jardim. Em data pouco posterior (provavelmente no decorrer da década de 1930) foram encomendados a António Quaresma (1882-?)³ dois painéis para a fachada lateral da igreja, alusivos à Tomada de Lisboa aos Mouros e ao *Terreiro do Paço nos Começos do Século XVIII*, os primeiros de grandes dimensões a serem concebidos para miradouros públicos em Lisboa. Apresentando cartelas profusamente decoradas por elementos barrocos, no habitual estilo do seu autor, o pannel do Terreiro do Paço distingue-se dos demais em estudo ao reproduzir uma composição azulejar

N

N

barroca ao invés de um desenho. Apesar de cópia quase exata, é possível distinguir o cunho de Quaresma através da introdução e diferenciação de pequenos pormenores, nomeadamente no edificado e na própria perspectiva, alargada em relação à original. Três outros painéis com vistas antigas da cidade nasceram da colaboração entre o arquiteto Luís Cristino da Silva (1896-1976) e o pintor António Cristino da Silva (1905-?). Convidado para decorar alguns dos projetos arquitetónicos do seu irmão, o artista compõe diversas composições (pintura e azulejo), nomeadamente para o edifício da delegação da Caixa Geral de Depósitos da Guarda (1939) e para o Pavilhão de Lisboa da Exposição do Mundo Português (1940). Esta profícua relação entre ambos desenvolver-se-ia no decorrer das décadas seguintes, resultando inicialmente na execução de um pannel para o Jardim das Francesinhas (Jardim da Lisboa Antiga) na segunda metade da década de 1940. Vazio desde a sua demolição em 1911, o terreno do extinto Convento do Santo Crucifixo (das *Francesinhas*) foi ocupado pela *Lisboa Antiga*, a reconstituição de um antigo bairro lisboeta idealizada por Gustavo Matos Sequeira e inaugurada a 4 de junho de 1935 no contexto das Festas da Cidade. Após a demolição da efémera construção, o espaço manteve-se desocupado até à sua inclusão no plano de embelezamento da *zona de proteção do Palácio da Assembleia Nacional* que, no decorrer da década de 1940, se traduziu no arranjo da envolvente do edifício de São Bento e na execução de um jardim no terreno do antigo convento, no qual Luís Cristino da Silva previu reedificar o vizinho Arco de São Bento, demolido em 1938.⁴ Para o topo da escadaria de ligação do jardim à Rua Miguel Lupi foi concebido um pannel executado na Fábrica Viúva Lamego a partir da maquete de António Cristino⁵, reproduzindo uma *Vista Panorâmica do Mosteiro de S. Bento da Saúde e area circunvizinha* [em] *Fins do Seculo XVIII*, fragmento de um desenho de cerca de 1767-1769⁶. A escolha do tema reflete a intenção em perpetuar a memória do local intervencionado; no entanto, tanto o desenho escolhido como a legenda do pannel apontam para a ênfase ao edifício do antigo Convento de São Bento da Saúde (cerne das grandes obras transformadoras em execução na área) em detrimento do próprio espaço do jardim. Não obstante o elevado sentido cénico da sua localização, o pannel é penalizado pelo facto de se constituir como elemento solto no meio de toda a sobriedade pétreia do espaço (transparecendo a ideia de ser um mera e destoante adição) e principalmente pela fraca leitura a partir do jardim que o torna

num elemento quase impercetível no contexto de conjunto. No decorrer da mesma década, Luís Cristino da Silva é convidado pela CML para a elaboração do *Plano Parcial de Urbanização da zona compreendida entre a Praça dos Restauradores e a Praça D. João da Câmara*, assente na intervenção em três imóveis da Sociedade Industrial Aliança e da Ribatejana S.A.R.L.. Decidida a demolição dos edifícios, de entre as especificidades pretendidas para o novo edifício, a Sociedade Industrial Aliança considerou ser “indispensável que se estude a instalação duma esplanada-restaurante no terraço do edifício”⁷, intenção que o arquiteto manteve mesmo após a inflexão no processo que a compra dos imóveis pela CML em 1948 originou.⁸ A 18 de fevereiro de 1954, o arquiteto dá conhecimento à CML sobre o fornecimento de “elementos pormenorizados sobre as alterações que prop[unha] introduzir – para valorização do património municipal – na decoração do restaurante a instalar no 6º andar [...] motivada pelo desejo de valorizar quanto possível o referido restaurante – tornando-o mais atraente e acolhedor – sem contudo criar grande encargos adicionais a empreitada”⁹.

Fig. 5 Vista Panorâmica do Mosteiro de S.Bento da Saúde e area circunvizinha Fins do Seculo XVIII (António Cristino da Silva), Jardim das Francesinhas. Fot. José Vicente, 2015.



As alterações propunham a “substituição de mármore polido por: 1) azulejo artístico azul e branco a executar segundo padrão especial. 2) painel decorativo com 3,00x6,00 em azulejo azul e branco a localizar no topo sul do restaurante a parede curva do vestiário. (Esc. 25.000\$00 incluindo a respectiva maquette).”¹⁰ A 28 de Fevereiro o cartão com o estudo do painel havia já sido aprovado pelo Vice-Presidente da CML, sendo o painel elaborado no decorrer do final do primeiro semestre do ano. Executado a azul e branco na Fábrica Sant’Anna¹¹ representa a mais antiga gravura conhecida sobre Lisboa, atribuída a António d’Ollanda e presente na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1520)¹². Situado num espaço nobre do restaurante, próximo da sua entrada, o painel podia ser visto de grande parte da sala. No entanto, ao se desenvolver acompanhando a superfície côncava que o suporta, a leitura global do painel diminuiu significativamente, não existindo nenhum local onde se consiga apreender a sua totalidade. Junto ao chão, contorna-o um pequeno murete com círculos azuis e brancos de feição moderna que serviria de contenção a um pequeno espaço com água que incrementaria o aspeto cénico da sua implementação.

Fig. 6 Esta é a mais antiga vista de Lisboa... (António Cristino da Silva), Hotel Altis Avenida. Fot. José Vicente, 2015.



A partir de 1951 Luís Cristino da Silva elabora o plano de renovação do quarteirão da sede do Banco Nacional Ultramarino na baixa lisboeta (Ruas Augusta, de São Julião, Prata e Comércio), processo relativamente moroso que o obrigou a alterar diversos aspetos do projeto original que, concluído apenas em 1954 e remetido à CML no começo de 1955, é finalmente aprovado pouco depois. Ainda assim, viu-se obrigado a proceder a um conjunto de modificações até à conclusão da construção do edifício, a mais relevante dizendo respeito às “alterações [...] [a] introduzir no corpo octogonal do edifício [...] e especialmente no piso do terraço geral, em construção, na cobertura do dito edifício, a fim de aproveitar o remate superior do referido côrpo [...] para a instalação da zona de recepção privativa da Exm^a Administração, conforme o desêjo manifestado pelo Exm^o Governador d[o] Banco”¹³. Para esse local desenhou uma sala de estar e de refeições para uso privativo da Administração, espaço “donde se disfruta um maravilhoso panorama sobre a Lisboa Antiga, especialmente sobre a Sé, Castelo de S. Jorge e a sua pitoresca encosta”¹⁴. Como habitualmente nas delegações nacionais e ultramarinas do banco, foi convidado um conjunto de artistas (cinco)¹⁵ que conceberam nove obras plásticas no interior e exterior do edifício. Os dois únicos painéis de azulejo figurativo de todo o edifício, representando um *mapa-mundi* com marcação dos territórios

ultramarinos portugueses¹⁶ e, de novo, reproduzindo o desenho da obra de Duarte de Galvão, localizam-se justamente no corpo octogonal do piso superior, na sala de espera da administração. De grandes dimensões (c. 4,20m x 2,60m), é datado de 1960 e executado pela Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego (pintado por M. Sousa) a partir da maquete de António Cristino da Silva, que aqui opta por uma composição de grande riqueza cromática assente num harmonioso contraste entre a cidade (onde domina o branco e o vermelho das paredes e telhas do casario) e o espaço exterior (com predomínio do verde da vegetação). Tal como no edifício dos Restauradores, é assente sobre uma parede curva, tendo ao centro uma monumental lareira com pano de apanhar em cobre. Apesar da reduzida curvatura parietal, a complexidade da composição é acrescida pela presença da lareira ao centro que obrigou à divisão do desenho em dois painéis individual sem ligação física entre si. Esta impossibilidade de ter um desenho uno e sequencial terá provavelmente sido responsável pela não reprodução fiel da iluminura, tendo o artista optado pelo incremento de um conjunto de elementos (embarcações e principalmente casario), facto que devidamente assume na própria legenda do painel, ao afirmar tratar-se de uma “interpretação da [referida] iluminura quinhentista”.



Fig. 7 Estudo de um painel para a sala de estar da administração, desenho (António Cristino da Silva, 1960), edifício-sede do Banco Nacional Ultramarino. Fundação Calouste Gulbenkian, espólio Luís Cristino da Silva, LCSA 41.27-41.28.

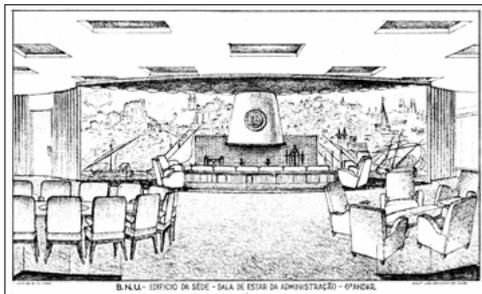


Fig. 8 Banco Nacional Ultramarino, Lisboa. Luís Cristino da Silva, 1951-67. Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Luis Cristino da Silva. Fot. Estúdio Horácio Novais, CFT164.041156.ic



Fig. 9 Painel de azulejo da sala de estar da administração (António Cristino da Silva, 1960), Edifício-sede do Banco Nacional Ultramarino (atual MUDE – Museu do Design e da Moda). Fot. José Vicente, 2015.



REPRODUZ O AZULEJO O QUE OS OLHOS VEEM

Também a Lisboa contemporânea teve direito à imortalidade na azulejaria, em composições que abertamente se distanciam do contexto criativo dos painéis com vistas antigas ao procurarem um aspeto menos decorativo/erudito em detrimento de um cariz informativo. São, essencialmente, concebidos em encomendas camarárias que colocam o azulejo ao serviço do turismo e/ou no contexto de grandes exposições nacionais e internacionais de artes/arquitetura, neste último caso em diálogo íntimo com o *Grande Panorama de Lisboa* barroco. Simultaneamente palco e participante na Exposição do Mundo Português de 1940, a presença de Lisboa, *rainha do Ocidente*, concretizou-se por meio da conceção e construção de um pavilhão traçado por Luís Cristino da Silva e sob direcção programática de Norberto de Araújo (em representação do Grupo de Amigos de Lisboa). Evocativo do passado, presente e futuro da cidade, nele o visitante podia seguir “a evolução do aspeto da cidade [...] através de gravuras, painéis de azulejo e de modelos reduzidos cheios de verdade.” (Ribeiro, 1941).

N

N

No contexto de um evento entendido pela historiografia como momento de charneira entre a azulejaria tardo-romântica e a impetuosa adoção dos preceitos modernistas na cerâmica, o Pavilhão de Lisboa marcou-se como uma absoluta exceção ao ser o único onde a azulejaria figurava. Representavam a Lisboa antiga “dois painéis de azulejo recortado, representando figuras típicas lisboetas no século XVIII [...] [(nas paredes laterais do vestíbulo) e uma] sequência [de] dez painéis de azulejo, desde Ribamar a Xabregas (século XVIII)” (Revista dos Centenários, 1940, p.23,26) na galeria. Este último, a *Grande Panorâmica de Lisboa*¹⁷ proveniente do Palácio dos Condes de Tentúgal (atualmente no Museu Nacional do Azulejo), terá tido na Exposição do Mundo Português a oportunidade de ser observado pela primeira vez por um leque de público mais abrangente, não obstante se encontrar exposto em posição de destaque no Museu Nacional de Arte Antiga desde a década de 1920. Por seu turno, a Lisboa contemporânea era unicamente representada por “um painel de azulejo [de grandes dimensões] com a vista de Lisboa actual e panorâmica do Tejo” (Revista dos Centenários, 1940, p.26), executado por José Victória Pereira (1877-1952)¹⁸ a partir de maquete de Martins Barata (1899-1970).

Fig. 10 Desenho preparatório do painel *Grande Panorama* (José Victória Pereira a partir de desenho de Martins Barata, c.1940). Museu de Lisboa, MC.DES.1873.



Localizado no átrio de saída do pavilhão, esta hiper-realista vista de Lisboa serviria como moderno contraponto à panorâmica setecentista deixada para trás duas salas antes, não obstante a inferior dimensão que se repercute na representação de uma menor área da cidade (apenas entre o Mosteiro de São Vicente de Fora e o Terreiro do Paço). Ao deixar de fora a *Lisboa de Ressano Garcia*, esta moderna visão da cidade constituía-se como sùmula da *Lisboa antiga* representada pelo casario da encosta do Castelo e de Alfama, da *Lisboa iluminista* do Terreiro do Paço e da *Lisboa novecentista* representada pela modernista Estação Sul-Sueste e pelas recém-construídas embarcações militares fundeadas no Tejo¹⁹, pela primeira (e única) vez presentes numa panorâmica azulejar do género, substituindo as típicas embarcações de madeira de grandes dimensões que do rio saíam para dar *novos mundos ao mundo*. Depois do encerramento da Exposição do Mundo Português a 2 de dezembro de 1940 e conseqüente desmantelamento do Pavilhão de Lisboa, o painel ficou à guarda da CML. Em 1961 o “grande painel de azulejos «Panorama de Lisboa» [...] [sai do depósito da Mitra] para o miradouro de Santa Luzia” (p.153), aplicando-se numa parede de grandes dimensões no extremo sul do espaço recém-ampliado, onde ainda se mantém.²⁰

Na primeira metade da década de 1960, a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à encomenda e execução de um conjunto de leitores panorâmicos para alguns dos principais miradouros da cidade. Como admitido pelo próprio²¹, a ideia da sua colocação partiu de João Pina Vidal (à época chefe da secção de Propaganda e Turismo da CML) que, em comunicação apresentada a 21 de janeiro de 1961 no 1º Colóquio Nacional de Turismo organizado pelo S.N.I. (Secretariado Nacional de Informação), sugeriu, por via a valorizar e divulgar os miradouros da cidade e “com ele o conhecimento de Lisboa com que fica o visitante [...] [a introdução] «in loco» de «leitores panorâmicos», isto é, da representação gráfica da silhueta da cidade, dando a posição pela imagem legendada de que interessasse chamar a atenção [...] [preferencialmente executados] em material durável. Por exemplo, um parapeito em mármore, onde a gravação dos respectivos motivos de chamada seria feita esquemáticamente.” (VIDAL, 1961, p.45) “Com semelhantes indicadores de panorama, o turista, especialmente o estrangeiro, poderá identificar com exactidão e sem auxílio de quaisquer cicerones tudo o que no horizonte lhe fira particularmente a atenção.” (VIDAL, [s.d], p.12) Não tendo sido o azulejo o suporte inicialmente idealizado, a sua posterior escolha ter-se-á dado devido à (muito)



Fig. 11 Grande Panorama (José Victória Pereira, a partir de desenho de Martins Barata, c.1940), Miradouro de Santa Luzia. Fot. José Vicente, 2015.



Fig. 12 Leitor Panorâmico em azulejo, Miradouro de São Pedro de Alcântara (Fred Kradolfer, 1962). Fot. José Vicente, 2015.

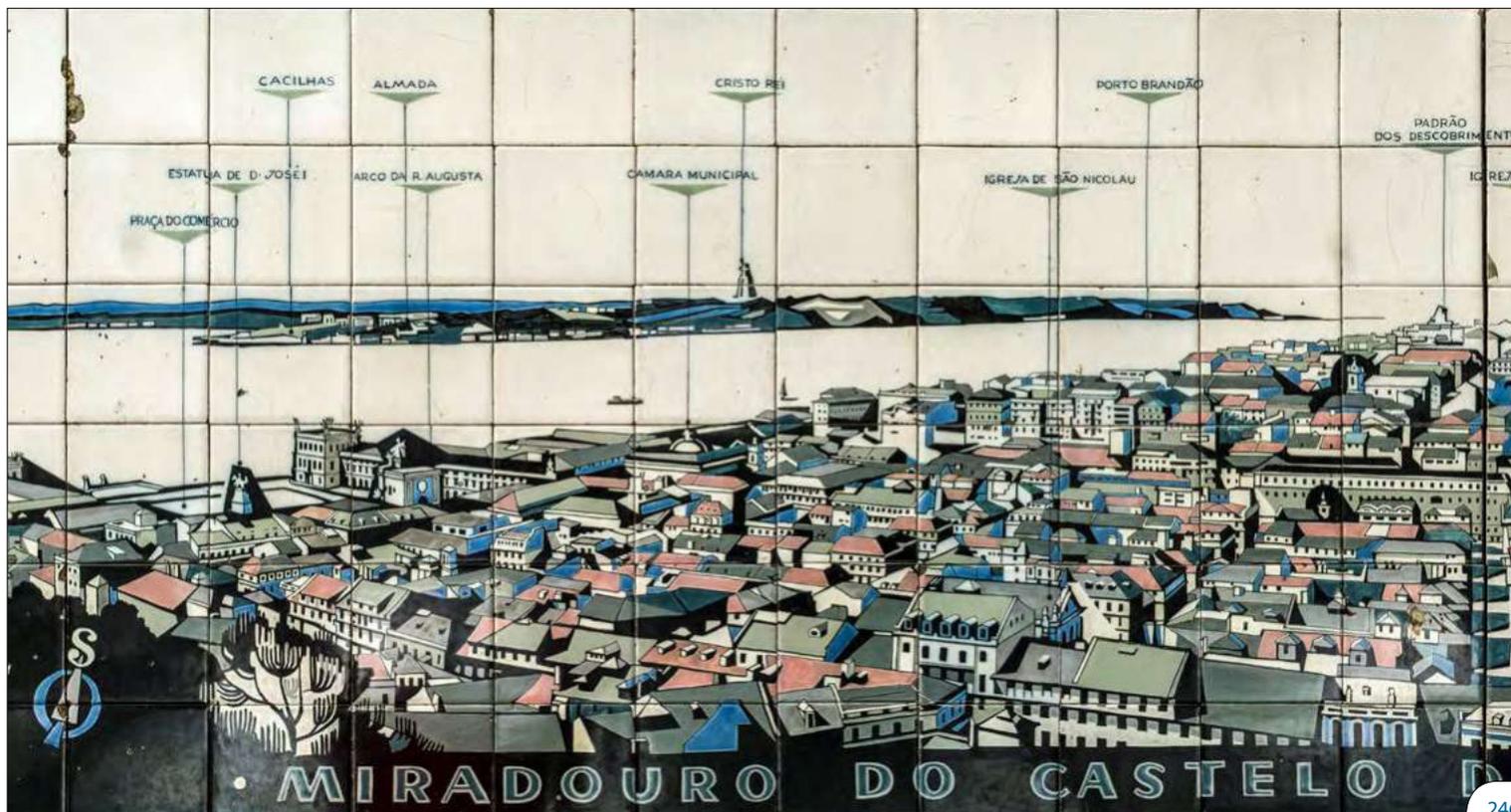
Fig. 13 Leitor Panorâmico em azulejo, Miradouro de Nossa Senhora do Monte (Fred Kradolfer, 1963). Fot. José Vicente, 2015.



favorável conjugação entre durabilidade, baixo custo e uma superior leitura relativamente a qualquer outro suporte. De resto, a ideia da colocação do azulejo ao serviço do turismo não se constituía como novidade, estando já bem patente num conjunto de iniciativas das Comissões de Iniciativa e Turismo ao longo das décadas de 1920 e 1930 em todo o país ou na forma cirúrgica como algumas estações ferroviárias localizadas em locais turisticamente relevantes (nomeadamente estâncias balneares e junto à fronteira) possuíam painéis com imagens de monumentos e paisagens de todo o país.²² Foi elaborado um total de cinco painéis para alguns dos principais miradouros da cidade: São Pedro de Alcântara (1962), Castelo (1963), Senhora do Monte (1963 e 1965) e Monte Agudo (1965). A intenção não foi completamente atingida, uma vez que em 1966 estava ainda prevista “a execução de novos leitores panorâmicos para os miradouro [sic] de Santa Luzia e Santa Catarina” (Plano de Actividades para o Ano de 1966, [s.d.], p.22), nunca concretizados.

N N

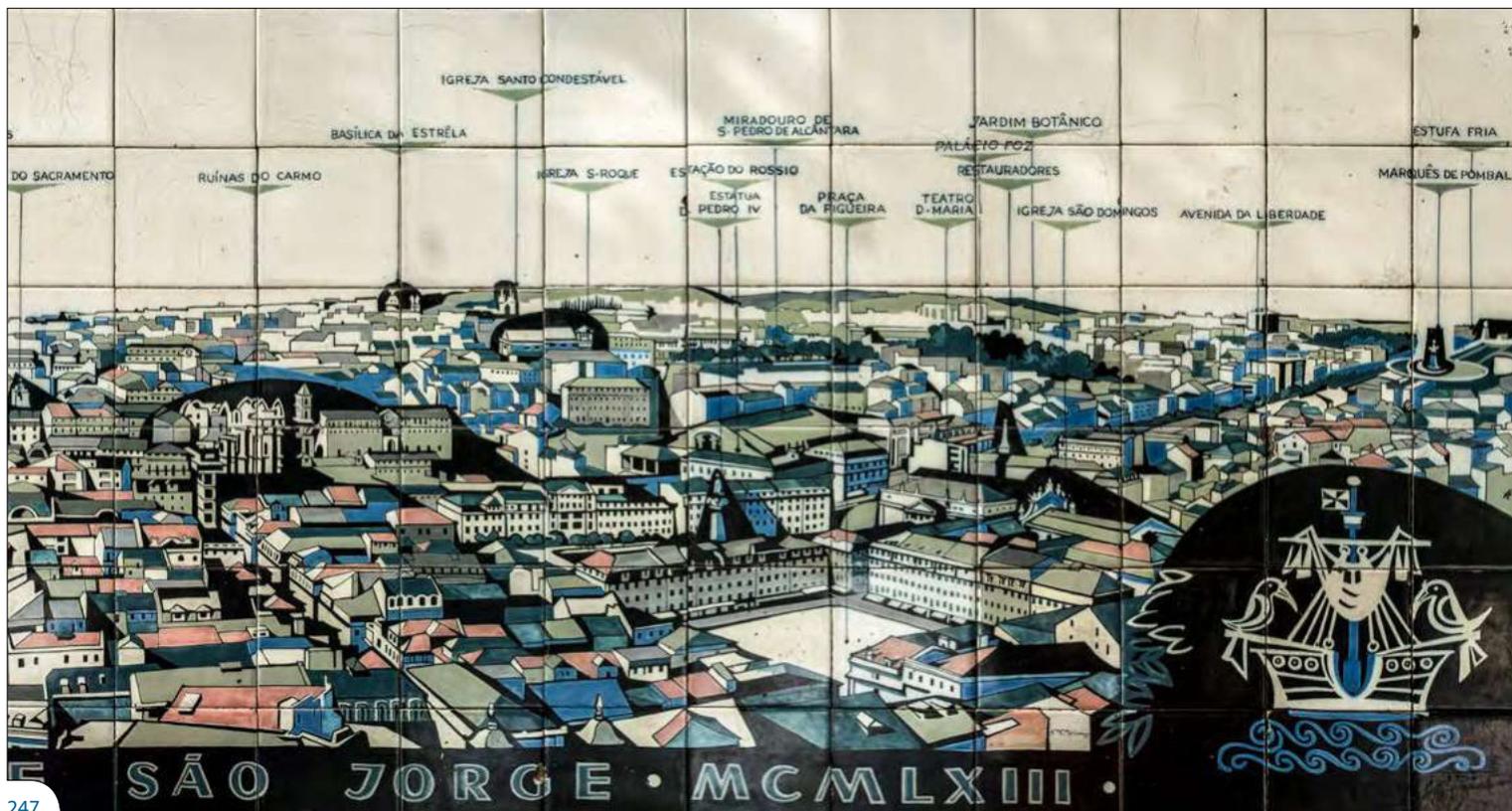
Fig. 14 Leitor Panorâmico em azulejo, Castelo de São Jorge (Fred Kradolfer, 1963). José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC.



Foram executados na Fábrica Viúva Lamego a partir de desenhos de Fred Kradolfer (1903-1968), artista suíço radicado em Portugal desde 1924, que à época da encomenda tinha já uma larga experiência no campo da publicidade, tendo feito parte de uma restrita equipa de gráficos e decoradores ao serviço do Secretariado de Propaganda Nacional. Apesar de não ter sido possível apurar os motivos que pesaram na decisão da escolha deste artista, esta trouxe aos painéis um vincado carácter em virtude da “geometrização do [seu] desenho [e da] [...] eficácia da encenação comunicativa (a forma como, com um mínimo de elementos, se constrói uma síntese gráfica, elegante e funcional)” (SILVA, 2012, p.7). Kradolfer conseguiu aliar a exatidão da representação à elevada expressividade dos desenhos, em composições polícromas pertencentes mais ao domínio da ilustração do que propriamente da (reprodução) fotogrâfi(ca), dando-lhes um muito particular cunho que os destaca das demais vistas azulejares contemporâneas.

Fig. 15 Leitor Panorâmico em azulejo, Miradouro de Nossa Senhora do Monte (Fred Kradolfer, 1965). Fot. José Vicente, 2015.

Fig. 16 Leitor Panorâmico em azulejo, Miradouro de Monte Agudo (Fred Kradolfer, 1965). Fot. José Vicente, 2015.



Inicialmente concebido por Keil do Amaral na década de 1930, o Restaurante Panorâmico de Monsanto só haveria de ser construído pela CML no decorrer da década de 1960, segundo novo projeto de Chaves da Costa. Concebido para ser um “dos mais grandiosos [miradouros] de Lisboa [...] [e] um eficiente e completo ponto de observação da cidade” (VIDAL, [s.d.], p.12), apresenta uma forma circular, com cerca de 16 metros de raio e cinco pisos que originalmente concentravam um restaurante, uma esplanada-café, um salão especial para banquetes, um posto de turismo e um miradouro no piso superior. A arquitetura modernista do espaço era rematada por um conjunto de obras de alguns dos principais artistas coevos (um baixo-relevo em granito da escultora Maria Teresa Quirino da Fonseca, um painel cerâmico de Manuela Ribeiro Soares e uma pintura a fresco de Luís Dourdil enquadrando a escadaria elíptica do vestíbulo principal). Para o piso superior foi idealizada uma pequena sala circular com o objetivo de funcionar como um privilegiado miradouro no qual seria possível “não distinguir a cidade de molde a colher o pormenor que qualquer um dos outros permite, mas, a contrabalançar esse inconveniente, pode-se recolher dela uma melhor vista de conjunto” (VIDAL, 1961, p.45).

play

Fig. 17 Leitor Panorâmico em azulejo, Restaurante Panorâmico de Monsanto (Manuela Ribeiro Soares, 1966). Fot. José Vicente, 2015.

Seguindo o que já havia feito noutros espaços panorâmicos da cidade, a CML procedeu à instalação de um leitor panorâmico, ainda que com características particularmente distintas dos demais. Manuela Ribeiro Soares, a autora, aproveitou o facto de três quartos do espaço se encontrar envidraçado (permitindo uma panorâmica com cerca de 270º) para executar um enorme painel semicircular com mais de 30 metros de comprimento sob os janelões (1966), reproduzindo uma vista que acompanha o desenvolvimento da cidade e seus arredores, de Carnide até Cascais²³. De modo a privilegiar e assinalar no painel os pontos de interesse, a autora optou por marcá-los a preto destacando-os assim do restante edificado (representado em tom ocre). Contrariamente aos restantes leitores panorâmicos já referidos, esses locais de relevo não se limitam aos habituais pontos turísticos, encontrando-se representando pontos tão díspares inexpectáveis como os Estádios da Luz e de Alvalade, o Hospital de Santa Maria ou o Viaduto Duarte Pacheco, traços de uma arquitetura contemporânea que pouca atenção havia recebido nos restantes leitores panorâmicos de iniciativa camarária. Estando a maioria dos miradouros eficazmente cobertos por leitores panorâmicos e começando-se a difundir os guias e panfletos/desdobráveis que, facilmente transportáveis, permitiram aos turistas ter um conjunto alargado de informações sobre os locais que visitavam, a elaboração de composições azulejares públicas com vistas da Lisboa contemporânea desaparece.

N

N

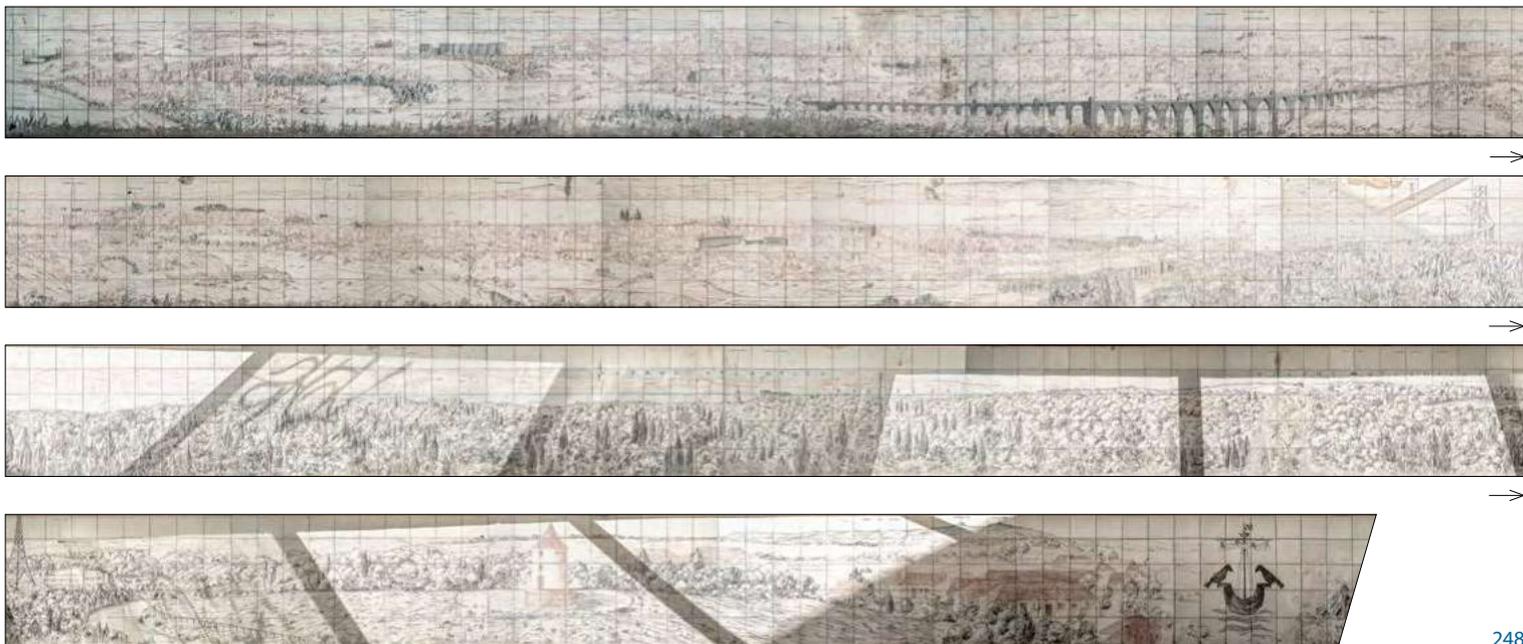


Fig. 18.1 Miradouro do Restaurante Panorâmico de Monsanto. Fot. José Vicente, 2015.

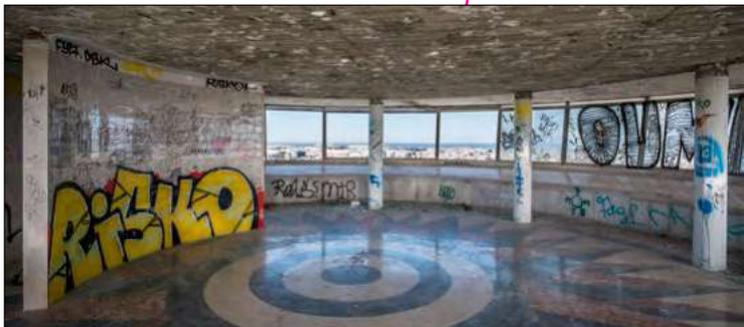


Fig. 18.2 e 18.3 Vista a partir do miradouro do Restaurante Panorâmico de Monsanto. Fot. José Vicente, 2015.



Fig. 18.4 Restaurante Panorâmico de Monsanto.
Fot. João Brito Geraldes, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa, N55894



Já num contexto totalmente diferente, a sua recuperação ocorre apenas na década de 2010, com a *Grande Panorama de Lisboa (Século XXI)* que Joana Vasconcelos idealiza para o convés do *Trafaria Praia*, flutuante Pavilhão de Portugal da Bienal de Veneza de 2013, “espécie nova dos ready-made intervencionados [...], embarcação-ponte entre duas cidades cuja história e simbologia se espelham no mar” (SILVA, 2013, p.73). Pelas suas enormes dimensões, forma de representar a cidade (sequencialmente sem interrupções, procurando recriar os pontos de vista originais) e não inocente nomenclatura, o referente óbvio é a *Grande Panorâmica de Lisboa* barroca. No entanto (e mesmo admitindo paralelismos entre a ideia da *obra de arte total* patente no *Trafaria-Praia* e a arte barroca) a muito óbvia e à primeira vista cândida ligação entre ambos os painéis termina aí: para além

de se constituir apenas um elemento de uma obra mais vasta, a contemporânea vista subverte radicalmente o basilar pressuposto das demais panorâmicas (e de qualquer tipo de reprodução azulejar ou de qualquer outro tipo que necessite de suporte parietal) por via da retirada da imobilidade da representação.²⁴ Seguindo a mais típica vista da cidade, a partir do Tejo, a colocação do painel no convés de um cacilheiro (mesmo que desativado) permite o artifício de o levar para o local onde foi captado, mostrando a Lisboa o seu rosto refletido. Mais de trezentos anos depois, uma grande vista panorâmica da cidade, agora atualizada, perde o lado privado, encerrado em quatro paredes de um palácio (ou de um museu), e ganha uma dimensão exterior, pública, dinâmica, móvel. Permitindo ao espectador o acompanhamento da vista *in loco*, como se guiada pelo pintor que no convés vai captando a paisagem ao longo da viagem.²⁵

Fig. 19.1 A instalação *Grande Panorama de Lisboa (Séc. XXI)* em desenvolvimento no ateliê da artista. Fot. Luís Vasconcelos.



Fig. 19.2 Joana Vasconcelos, *Trafaria Praia*, 2013. O cacilheiro/obra *Trafaria Praia* em Veneza. Fot. Luís Vasconcelos.



N

N

NOTAS FINAIS

Outras panorâmicas de Lisboa ficam por conhecer e estudar, nomeadamente as que resultam de uma livre interpretação da cidade por parte dos seus criadores e que se concretizaram em obras como o do painel *Lisbonne aux Mille Couleurs* de Paulo Ferreira (executado para o Pavilhão de Portugal da Exposição de Paris de 1937, a partir de uma pintura sua de 1935), o de João Fragoso no Cine-Teatro Império (1952), o de Carlos Botelho na Avenida Infante Santo (que reporta essencialmente para uma Lisboa idealizada cujos únicos perfis definíveis são os da Casa dos Bicos e do Tejo, 1958), o de João Segurado localizado no Palácio dos Coruchéus (1970) ou o *São Vicente em Lisboa* da autoria de Lima de Freitas (Estação do Rossio, 1995). Assim, cinge-se o presente estudo aos painéis com antigas e modernas visões da cidade que, apesar dos diferentes contextos (um mais evocativo/erudito por contraposição a um outro mais turístico), resultam maioritariamente de encomendas públicas (camarárias, definidas pela invariável representação do símbolo da cidade) realizadas entre 1940 e 1965 e sempre colocadas em locais onde a vista muito podia abarcar (miradouros externos ou pontos elevados dos edifícios), mesmo que a visão do espectador em pouco ou nada correspondesse à representada no painel.

Fig. 20.1 Painel de azulejo do foyer do balcão do 1º andar (João Fragoso, 1952), Cine-Teatro Império. Fot. Estúdio Horácio Novais. Fundação Calouste Gulbenkian. CFT164 042025

Fig. 20.2 Painel de azulejo (Carlos Botelho, 1958), Av. Infante Santo. Fot. José Vicente, 2014.

Fig. 20.3 Painel de azulejo (João Segurado, 1970), Palácio dos Coruchéus. Fot. José Vicente, 2015.

Em meados de novecentos, Lisboa parece ter redescoberto e plenamente assumido os seus miradouros como privilegiados espaços de fruição da cidade, locais potenciadores de captar turistas. No entanto, a ampla distribuição de guias turísticos acabaria por retirar pertinência à concretização de um maior número destes *leitores panorâmicos*, tomando para si o ónus de guiar o olhar do visitante. Nascidos num mundo onde a plena maturação da fotografia e do vídeo permitem a captura ao pormenor de tudo o que nos rodeia, estes painéis não terão futuramente a presente importância documental do *Grande Panorama* barroco. Não obstante, a vertiginosa velocidade do desenvolvimento de Lisboa levou a que em alguns dos leitores panorâmicos dos seus miradouros seja já quase tanto o edificado por representar quanto aquele que neles aparece, tornando-os assim em privilegiadas testemunhas da contemporânea evolução urbana da cidade.



Bibliografia

Anais da Câmara Municipal de Lisboa, Ano de 1966 (1967). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Brites, J. (2008). "Amar a Pátria, Servir a Arquitectura: Funções e Programas Iconográficos das "Artes Decorativas" nas Filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência in L.R. Torgal & H. Paulo (coord.) *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações: Propaganda" Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Carvalho, R.S. (2013). *Grandes Panoramas de Lisboa: do Barroco ao Contemporâneo*. In J. Vasconcelos. *Joana Vasconcelos: Trafaria-Praia*, Lisboa: Verbo, p.94-105.

Fernandes, A.C.P. (2013). *O Edifício Sede do BNU, Reutilização adaptativa no contexto da Baixa Pombalina: de Banco a Museu*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Guia da Exposição do Mundo Português (1940). Lisboa: Neogravura.

Lourenço, T.B. (2014). *Postais Azulejados, Decoração Azulejar Figurativa das Estações Ferroviárias Portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Plano de Actividades para o Ano de 1966 [s.d.]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Revista dos Centenários (1940) nº 19 – 31 de Julho de 1940 e nº 20 - 31 de Agosto de 1940. [s.l.]: Comissão Nacional dos Centenários.

Revista Municipal (1983). Ano XLIV – 2ª Série – N.os 5 e 6 – 3º e 4º Trimestres de 1983. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

Silva, A.V. (1960a). *Dispersos*, Volume II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, A.V. (1960b). *Dispersos*, Volume II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, H. & Lourenço, T.B. (2015). Freiras Longe da Pátria: O "Convento das Inglesinhas", dinâmicas de uma (antiga) casa religiosa estrangeira em Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal – Série II*, nº 3, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. [no prelo]

Silva, J. (2012). *Fred Kradolfer: Design de Comunicação e Expositivo*, Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 2012.

Silva, R.H. (2013). Lisboa com Veneza Dentro: o Convés do Trafaria Praia In J. Vasconcelos, *Joana Vasconcelos: Trafaria-Praia*, Lisboa: Verbo, p.72-77.

Vidal, J.P. [s.d.]. *Miradouros de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

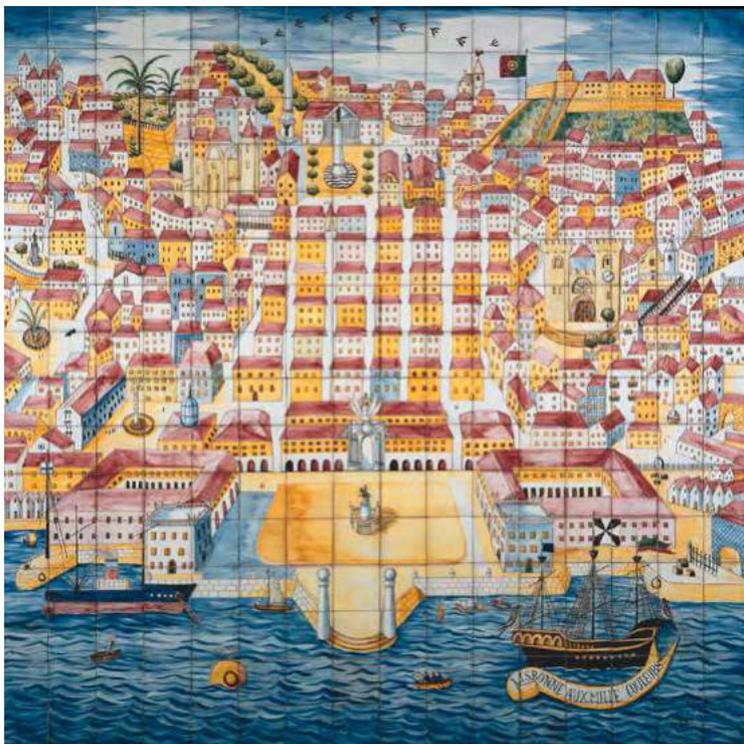
Vidal, J.P. (1961) *Miradouros de Lisboa*. *Revista Municipal*, Ano XXII – Número 88 – 1º Trimestre de 1961, p. 41-46, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Fontes

Ribeiro, A. L.(1941) A Exposição do Mundo Português. [material visual - <https://www.youtube.com/watch?t=401&v=et4hDPfvKN8>].

Silva, L.C. (1945-1948). Projecto do Jardim a Localizar no Lado Sul do Palácio de São Bento Junto da Calçada da Estrela [Projectos de Arquitectura], espólio Luís Cristino da Silva, Fundação Calouste Gulbenkian. <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac>.

Fig. 20.4 *Lisbonne aux Mille Couleurs* (Paulo Ferreira, Réplica de 1992 do painel de 1937), Fábrica Sant' Ana, Faiança policroma, 225 x 225 cm, MNAz inv. 5928 Az. Museu Nacional do Azulejo, DGPC/Arquivo de Documentação Fotográfica. Fot. José Pessoa, 1995.



Notas

- 1 Na maioria dos casos a cidade surge como mero plano de fundo à ação.
- 2 “No século XIX e no corrente, especialmente depois da descoberta dos processos litográficos, da fotografia, e dos foto-mecânicos de gravação de matrizes para a reprodução de estampas, muitas vistas panorâmicas e de trechos panorâmicos de Lisboa têm aparecido.” (SILVA, 1960b, p.220). Caso da Exposição do Mundo Português onde foi reproduzido um significativo número de gravuras com vistas da cidade.
- 3 António Ferreira Quaresma Júnior, nascido a 05 de maio de 1882 em Macinhata do Vouga, ceramista português com formação na Fábrica Fonte Nova, em Aveiro. A sua discreta e relativamente curta carreira (principalmente como aquarelista) é marcada pelo conjunto azulejar de grandes dimensões que elabora para o Conservatório Nacional de Teatro (1915-1930), a partir de cartões do pintor Alberto de Souza, seu cunhado.
- 4 Contemplava ainda a remodelação do edifício do antigo Convento de Santa Brígida (das *Inglesinhas*), sendo o arquiteto Luís Cristino da Silva encarregue pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1946 da elaboração de um ambicioso e monumental programa que não seria concretizado, truncando assim o entendimento da implantação do Jardim das Francesinhas, concebido como um espaço de transição entre os edifícios dos dois antigos conventos.
- 5 Do qual pouco se sabe, tendo participado na decoração dos Pavilhões de Lisboa e dos Portugueses no Mundo da Exposição do Mundo Português.
- 6 “Desenho aquarelado a tinta da China, feito em 6 folhas de papel unidas, medindo 3m,615 de comprimento por 0m,27 de altura [...] abrange[ndo]-se cerca de 2km, contados ao longo da linha marginal. [...] O local onde se postou o desenhador foi na margem sul do Tejo, em Cacilhas, a uns 200m do sítio do farol para justante [...]. É desconhecido o desenhador, porventura um arquitecto; mas incontestavelmente era ele um artista de muito merecimento [...]. A perspectiva e os detalhes arquitectónicos semelham perfeitamente os obtidos pela fotografia.” (SILVA, 1960a, p. 173-174). Encontra-se atualmente no espólio da Academia de Belas Artes de Lisboa.
- 7 Silva, 1945-1974, Correspondência 1945-49, carta de 28 de Setembro de 1946 (Fundação Calouste Gulbenkian, espólio de Luís Cristino da Silva. LCS.62.4.1 – 64.4.41, <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193665&img=27400>).
- 8 O projeto passou a contemplar a construção de dois edifícios, tendo o restaurante sido construído no piso superior no Lote A, voltado para a Praça dos Restauradores, cuja construção terá arrancado pouco antes de fevereiro de 1953. A construção do “Lote B” (voltado para a Praça D. João da Câmara) iniciar-se-ia apenas em 1973.
- 9 Silva, 1945-1974, Correspondência 1950-1959, carta de 18 de fevereiro de 1954 (Fundação Calouste Gulbenkian, espólio de Luís Cristino da Silva. LCS.62.4.42 – 62.4.83 - <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193665&img=27401>).
- 10 Silva, 1945-1974, Correspondência 1950-1954, carta de 18 de fevereiro de 1954 (Fundação Calouste Gulbenkian, espólio de Luís Cristino da Silva. LCS.62.4.42 – 62.4.83 - <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193665&img=27401>).
- 11 “Analisando a documentação relativa à referida já referida [sic] empreitada e o ensaio do painel apresentado pelos concorrentes [...] sou de parecer que, independentemente do aspecto económico, o estudo executado pela fábrica de Faianças e Azulejos Sant’Anna, é francamente melhor que o da Fábrica Viuva Lamego, por traduzir numa perfeita interpretação as características do desenho original” (Carta de Luís Cristino da Silva a Ciro de Oliveira Pinto, Chefe da 3ª Repartição (Obras Municipais) da CML, 30 de Abril de 1954).
- 12 Cf. Vieira da Silva (SILVA, 1960a, p.119-128). Terá ficado conhecida de um

- público mais vasto em 1917, após a republicação da obra onde se incluía. Uma reprodução sua constou no Pavilhão Português da Exposição do Mundo Português.
- 13 Silva, 1951-1967, Correspondência 1951-1967, carta de 12 de março de 1957 FCG 120357, corr – já se encontra em construção (Fundação Calouste Gulbenkian, espólio de Luís Cristino da Silva <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193421&img=29706>).
 - 14 Silva, 1951-1967, Memórias descritivas: estudo, ante-projecto, variante A, variantes, telas finais, alterações, Memória Descritiva de 24 de julho de 1964,p.9 (Fundação Calouste Gulbenkian, espólio de Luís Cristino da Silva, LCS.41.1.11 – 41.1.21 - <http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193421&img=29698>).
 - 15 Leopoldo de Almeida, Guilherme Camarinha, Martins Barata, Jorge Tavela de Sousa (que executou, com António Cristino da Silva um painel decorativo pintado a sépia sobre folha de ouro para a escada de acesso ao Serviço de Letras).
 - 16 Da autoria de António Cristino da Silva com execução na Fábrica Cerâmica Viúva Lamego. Tal como o painel do edifício dos Restauradores, apresenta junto ao solo um murete de contenção de um pequeno espaço com água.
 - 17 Apesar de originalmente ser supostamente composto por oito painéis, em 1940 estava dividido em dez.
 - 18 Militar de carreira e genro de Pereira Cão, a sua principal obra é o monumental conjunto do Pátio dos Canhões, no Museu Militar de Lisboa.
 - 19 No caso os Contratorpedeiros da Classe Vouga NRP Tejo (do lado esquerdo) e NRP Douro e NRP Vouga (do lado direito). A sua presença permite atribuir uma data anterior a 1938/39 à fotografia que serviu de referente ao painel, uma vez que por essa ocasião foi construído o Arsenal do Alfeite, tendo passado as embarcações a ficar fundeadas na margem sul do Tejo.
 - 20 Já no início do século XXI passou a integrar o espólio do Museu de Lisboa parte do estudo final deste painel (um conjunto de desenhos picotados), desconhecendo-se a localização dos restantes desenhos.
 - 21 “Conforme sugestão apresentada pelo autor, em trabalho enviado ao 1º Colóquio Nacional de Turismo, tem-se o Município interessado nos últimos anos em colocar em cada miradouro um leito panorâmico” (VIDAL, [s.d], p.12).
 - 22 Na primeira metade de novecentos Lisboa é representada em três estações: Granja (*Torre de Belém*, 1914), Marvão-Beirã (*Torre de Belém*, 1929), no final da década de 1930 em Vilar Formoso (*Torre de Belém*, *Mosteiro dos Jerónimos e vistas do Rossio e do Terreiro do Paço*, final da década de 1930).
 - 23 Para o mesmo espaço, Manuela Ribeiro Soares executou também um painel da “Lisboa Antes do Terramoto de 1755”, possivelmente a partir de uma gravura da época.
 - 24 Não se podendo, naturalmente, perder de vista que o presente painel, ao se constituir como apenas uma parte de uma instalação, terá que ser lido de uma forma necessariamente diferente dos demais painéis em análise.
 - 25 “Jorge Nesbitt, contratado para o efeito, efectuou múltiplos desenhos a partir das fotografias, primeiro a lápis e depois com aguarela, numa técnica próxima da pintura sobre azulejo. Tais desenhos foram digitalizados, corrigindo-se digitalmente a escala dos motivos representados. Posteriormente, foram impressos em papel vegetal e regressaram ao manual, com a sua picagem, de modo a serem transposto para os azulejos através da passagem de uma boneca de carvão. Os motivos representados foram, depois, pintados por vários técnicos da Fábrica Cerâmica Viúva Lamego” (CARVALHO, 2013, p.102).

Agradecimentos

O autor do artigo e o Conselho Editorial da revista agradecem o apoio prestado pelo Museu de Lisboa, Grupo Altis Hotels, MUDE - Museu de Design e da Moda, EGECAC, Polícia Florestal, Joana Vasconcelos e Museu Nacional do Azulejo.







***Acerca da intervenção
de conservação
e restauro no
monumento a D. José I***

Nuno Proença
Paola Coghi
Marta Raposo

CV



INTRODUÇÃO

No ano em que se comemoraram os 190 anos da morte de Machado de Castro, a Associação World Monuments Fund Portugal (WMF-P) - enquanto entidade sem fins lucrativos para a protecção do património – celebrou um protocolo com a Tutela partilhada da estátua equestre – Câmara Municipal de Lisboa e Direcção Geral do Património Cultural – com intuito de promover a intervenção integral naquele monumento comemorativo; esta era há tanto tempo necessária e aguardada, e agora muito mais, num período em que se concertavam todos os esforços políticos, económicos, e sociais para, progressivamente, se recuperar o usufruto público do antigo “Terreiro do Paço” e da frente ribeirinha da cidade. Em resposta à progressiva degradação daquele monumento classificado, da autoria do escultor Joaquim Machado de Castro, a intervenção no conjunto teve como âmbito a conservação dos seus materiais pétreos, no plinto (incluindo relevo alegórico à “Generosidade Régia”) e grupos escultóricos laterais (“Fama” e “Triunfo”), e da liga metálica do conjunto equestre, assim como dos elementos decorativos de menor porte a ele associados (víboras, silvas) e do gradeamento que encerra os seus muros periféricos. Do ponto de vista analítico e metodológico, a intervenção desenvolvida caracterizou-se como sendo tipicamente de conservação e restauro, pressupondo tempos e meios que possibilitassem uma abordagem “por aproximação” àquele objecto monumental e às suas reais necessidades conservativas, para desse modo ver cumpridos os objectivos base inicialmente definidos: a criação um novo equilíbrio pro-conservação das superfícies, através da estabilização dos materiais pétreos e metálicos; e, associada ao primeiro, o favorecimento da sua leitura e fruição, do ponto de vista matérico e tecnológico, estético e imagético.



Nota histórica da Estátua Equestre.



DOCUMENTAÇÃO, DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

Os trabalhos tiveram início em Agosto de 2012 com o levantamento arquitectónico e fotográfico do monumento (Fig.1, 3-9) – etapas fundamentais à prossecução de outras fases executivas de trabalho e à conservação “documental” do objecto – seguindo-se, a par da necessária instalação do estaleiro (Fig.2), a análise, mapeamento (Fig.10 e 11) e caracterização material e das principais formas e fenómenos de degradação e alteração dos materiais (calcários de Lioz; latão do almirantado – Fig.12 e 13). Contemporaneamente, foi impulsionada a participação de uma equipa de História de Arte da Universidade Autónoma (hoje, Departamento de História, Artes e Humanidades), para que, em coordenação com a Conservação e Restauro, se progredisse no estudo e recolha de informação de carácter histórico, tecnológico e artístico, a nível arquivístico e no terreno (Faria, 2012). Aspectos de maior expressão e severidade como as lesões múltiplas existentes no plinto (associadas à presença de grandes elementos metálicos em ferro) e a alteração e corrosão da liga metálica da estátua equestre mereceram o recurso a meios de diagnóstico complementares, nomeadamente: a inspecções da estrutura por georadar (Universidade do Minho), com vista à compreensão do sistema construtivo do plinto e da ligação entre este com os elementos de sustentação da estátua equestre (Fig.14-17); a caracterização visual (Fig.19) e físico-química das pátinas da liga de cobre por um laboratório especializado (Laboratório/Centro Hércules, Universidade de Évora) – complementar ao estudo realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na década de 90 – determinante para a selecção das metodologias de limpeza e orientação dos níveis de actuação; a vídeoendoscopia (Instituto de Soldadura e Qualidade e Olympus) para compreensão da estrutura metálica interna da estátua equestre, em ferro, em termos tecnológicos e do seu estado de conservação actual (Fig.18).

CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS PÉTREOS

Face ao acima exposto, ao nível dos materiais pétreos, procedeu-se aos seguintes trabalhos de conservação e restauro:

- limpeza faseada e direccionada à natureza dos depósitos a remover nas diferentes superfícies, por via húmida (nebulização, escovagem – Fig.24), mecânica (ultrasons, outras) e química (por compressas – Fig.25);
- actividades ligadas à melhoria da gestão das águas pluviais, tais como enchimento e preenchimento de vazios (Fig.29) e de juntas, microestucagem de orifícios e discontinuidades (Fig.26, 29, 32 e 33), tratamento e selagem de elementos metálicos (espigões, grampos – Fig. 30 e 31);
- acções ligadas à compreensão arquitectónica e leitura estética do monumento, como a recolocação de fragmentos, a reprodução e colocação de pequenos elementos decorativos dos topos dos pilaretes de enquadramento exterior; tratamentos preventivos, como a aplicação de anti-graffiti nos muretes periféricos.

CONSERVAÇÃO DA LIGA METÁLICA

Concluída a limpeza (Fig.34-39), procedeu-se à passivação química localizada das zonas onde haviam sido identificados fenómenos activos de corrosão da liga metálica, assim como a um tratamento geral de estabilização química da mesma (Fig.40-42). Da intervenção nos elementos metálicos em liga de cobre – escultóricos, decorativos e/ou funcionais – importa ainda destacar:

- a selagem dos orifícios e discontinuidades que pudessem favorecer a entrada de águas pluviais e/ou constituir pontos de fragilidade das peças (Fig.43);
- a criação de penderes em chapas de chumbo sobre as sapatas dos cascos do cavalo, para minimizar infiltrações para o interior da estrutura interna em ferro, encastrada no plinto (Fig.44);
- a recolocação e reforço de elementos decorativos pré-existentes (silvas), guardados em reserva desde os anos 80 do século XX (Fig.45);
- a colocação de réplicas (em liga de cobre) de letra e florão em falta, na dedicatória a Machado de Castro patente no alçado Sul do plinto (Fig. 46).

A harmonização estética e apresentação final dos elementos escultóricos em liga de cobre incluíram ainda acções de integração cromática limitadas às zonas de maior dissonância (Fig.47) e, finalmente, a aplicação de tratamento protector multicamadas, à base de resinas acrílicas e ceras (Fig.48). O último foi também aplicado a todo o gradeamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da intervenção, quer as problemáticas de conservação e de cariz histórico-artístico ou estético, quer a panóplia de soluções científica e técnicas possíveis, foram progressiva e regularmente discutidas com a Comissão Científica da WMF – Portugal, com a equipa de História de Arte e Tutelas, numa cooperação determinante para as tomadas de decisão. A intervenção ficou concluída em Julho de 2013, tendo contado com uma equipa de conservação e restauro especializada. Resta deixar um repto final sobre a conservação – no sentido lato do termo - que um monumento da dimensão e importância da estátua equestre de D.José I justificaria: implementação de um plano de manutenção, que incluísse inspecções periódicas, e que, desse modo, permitisse a atempada detecção de problemas (novos ou reincidentes), bem como uma eventual efectivação regular de medidas preventivas e correctivas. Embora a carência de meios e recursos humanos das instituições responsáveis pelo património dificulte a prática efectiva de acções de monitorização e de manutenção programadas, é consensual que a implementação gradual de tais medidas poderia ser mais simples, eficaz e proveitosa, não só do ponto de vista da conservação dos suportes, mas também da execução, com largas vantagens a médio e longo prazo, nomeadamente do ponto de vista económico.

Fig 1 Vista parcial do monumento a D.José I, durante os trabalhos de levantamento arquitectónico, precedentes aos trabalhos de conservação e restauro.





Fig 2 Vista geral do estaleiro e estruturas de andaimes instalados para realização da intervenção no monumento a D. José I, no centro da Praça do Comércio.



Fig 3-5 (da esquerda para a direita; de cima para baixo): Levantamento 3D com *laser scanning*. Levantamento fotográfico profissional com auxílio de plataforma em tesoura para registo das superfícies às cotas mais elevadas. *Zepplin* usado na fotografia aérea do monumento (Faculdade de Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa).

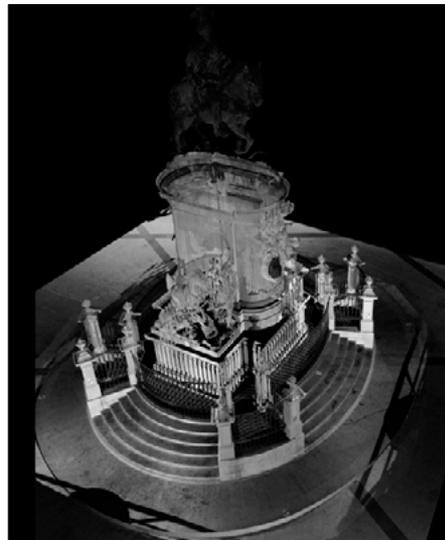


Fig 6, 6A, 7 (da esquerda para a direita): Resultados das várias fases do trabalho de levantamento arquitetónico 3D, incluindo integração de fotografia digital de alta resolução sobre a nuvem de pontos tridimensional.



Fig. 8-9 (da esquerda para a direita): Registo fotográfico à luz rasante do relevo alegórico “Generosidade Régia”, realizado em período nocturno (créditos: Fig.9 - Miguel Saavedra).



Fig. 10-11 (da esquerda para a direita): Mapeamento das formas de alteração e degradação detectadas nos materiais pétreos e argamassas do plinto. Exemplo de restituição gráfica para ficheiro dwg da informação relativa ao estado de conservação da liga metálica mapeada *in loco* (e.g. patina verde).

Fig. 12-13 (da esquerda para a direita): Calcário de Lioz, da região de Pêro Pinheiro, como declarado por Machado de Castro (1810). Estátua equestre, fundida em latão do almirantado – uma liga de cobre, estanho e chumbo (Salta e Fontinha, 1998).



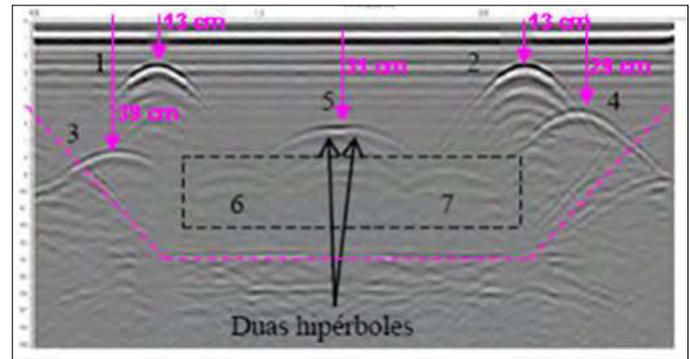
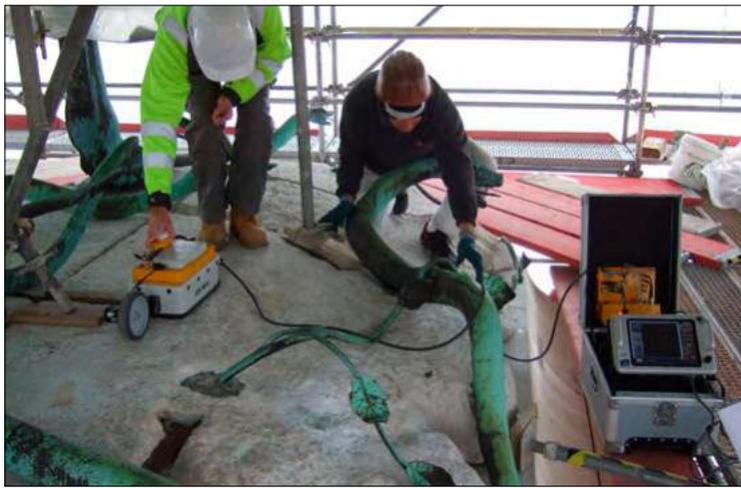


Fig.14-15 (da esquerda para a direita): Inspeção da estrutura do plinto por georadar. Um dos radargramas resultantes com hipérboles que indicarão a presença de elementos metálicos incluídos, em profundidade.

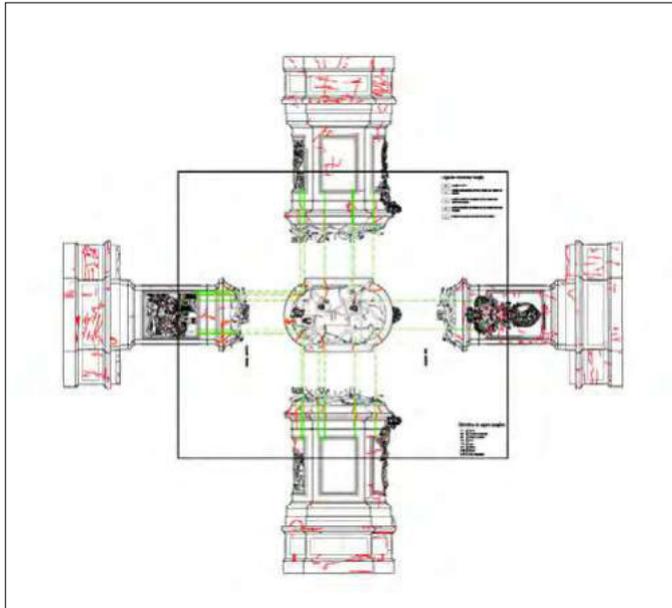


Fig.16 Esquema de apoio ao cruzamento de dados entre resultados dos radargramas e as fissuras/fracturas detectadas no plinto, nos vários alçados e planta do topo do monumento.



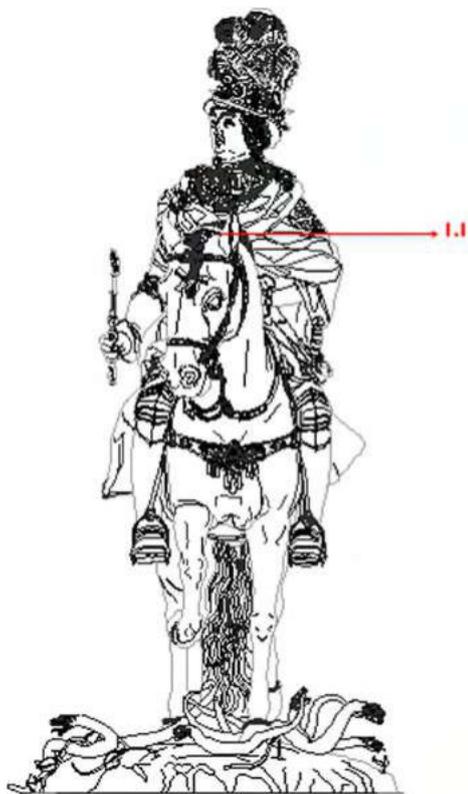
Legenda:

- | Elementos detectados e identificados como espigões por georadar
- | Extensão dos espigões tendo em conta a metodologia construtiva
- | Elementos sinalizados pelo georadar
- Espigões visíveis pelo topo do plinto. ● Espigão visível na 1ª peça abaixo do plinto irregular
- L Grampos detectados e identificados por georadar
- L Elementos sinalizados por georadar, podendo corresponder a grampos
- | Elementos que, do ponto de vista construtivo e tendo em conta a disposição simétrica dos restantes, fazem sentido que existam

Fig. 17-18 (da esquerda para a direita): Análise por vídeoendoscopia realizada pelo tardo do medalhão do Marquês de Pombal, para avaliação de sistemas de ancoragem e da sua condição. Exemplo de esquema sobre fotografia, de apoio à interpretação de dados entre resultados dos radargramas.



•Pátina verde clara “opaca”



Alçado Sul

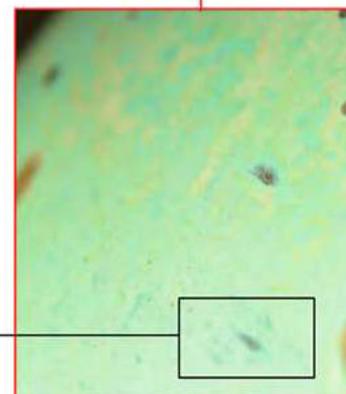


Fig 19-23 Exemplo de zona de análise estratigráfica in loco da superfície da liga metálica, para caracterização visual das pátinas sobre ela formadas, sua espessura, densidade e sequência.

↑
diagnósticos

→
conservação e restauro



Fig. 24 Limpeza por via húmida, por nebulização de água, com auxílio de escovagem.



Fig. 25 Limpeza por via química, com compressas, das manchas dos produtos de corrosão da liga metálica que haviam sido absorvidos pelo calcário.



Fig. 26-28 (da esquerda para a direita; de cima para baixo): Remoção de argamassas degradadas das juntas do plinto. Estabilização e colagem de fragmentos de grande porte. Injecção em profundidade em fracturas e juntas de zonas fragilizadas do plinto.



Fig. 29 Injecção em profundidade de junta num dos elementos escultóricos em pedra.



Fig. 30-31 (da esquerda para a direita): Tratamento e selagem de elementos metálicos em ferro no plinto.

Fig. 32-33 (da esquerda para a direita): Tratamento de juntas e microestucagem das superfícies com argamassas.

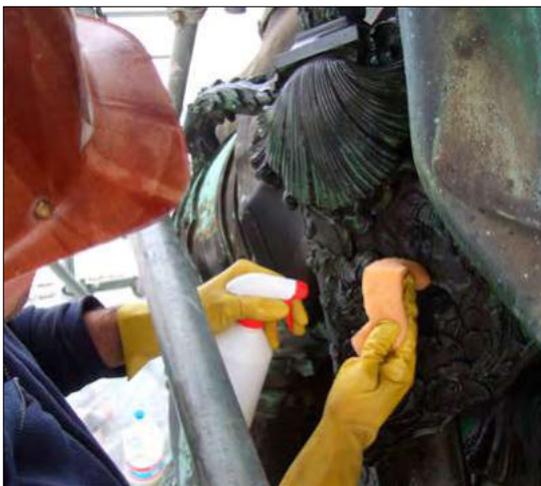


Fig. 34 Primeira limpeza da liga metálica, suave e controlada, com soluções de água e álcool.



Fig. 35-36 (da esquerda para a direita): Limpeza mecânica de incrustações espessas. Limpeza das pátinas não coesas e não idóneas por microabrasão.



Fig. 37 Limpeza das pátinas não coesas e não idóneas por microabrasão.



Fig. 38-39 Da esquerda para a direita: Janelas de limpeza, na figura do monarca e em elementos do gradeamento dos muros periféricos.

Fig. 40-42 Da esquerda para a direita: testes de passivação química. Campânula para avaliação de pontos de corrosão activa. Passivação da liga metálica.

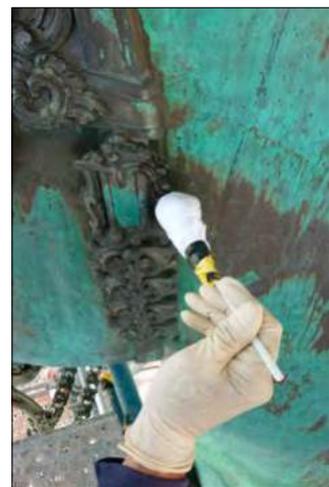




Fig. 43-44 Preenchimento de fissuras e descontinuidades com intuito de minimizar a entrada de águas pluviais. Criação de revestimento adicional nas sapatas de chumbo da estátua, com pendentes, para desvio das águas pluviais.

Fig. 45-46 (da esquerda para a direita):
Recolocação de silva que se encontrava em reserva. Colocação de réplica de florão, ladeando uma das inscrições frontais do monumento.



Fig. 47-48 (da esquerda para a direita): Integração cromática de zona com coloração difusa. Aplicação de camadas de protecção final sobre a integralidade das superfícies metálicas.



Fig. 49-50 Vista parcial da estátua equestre, após e antes da intervenção de conservação e restauro (créditos: Miguel Saavedra).

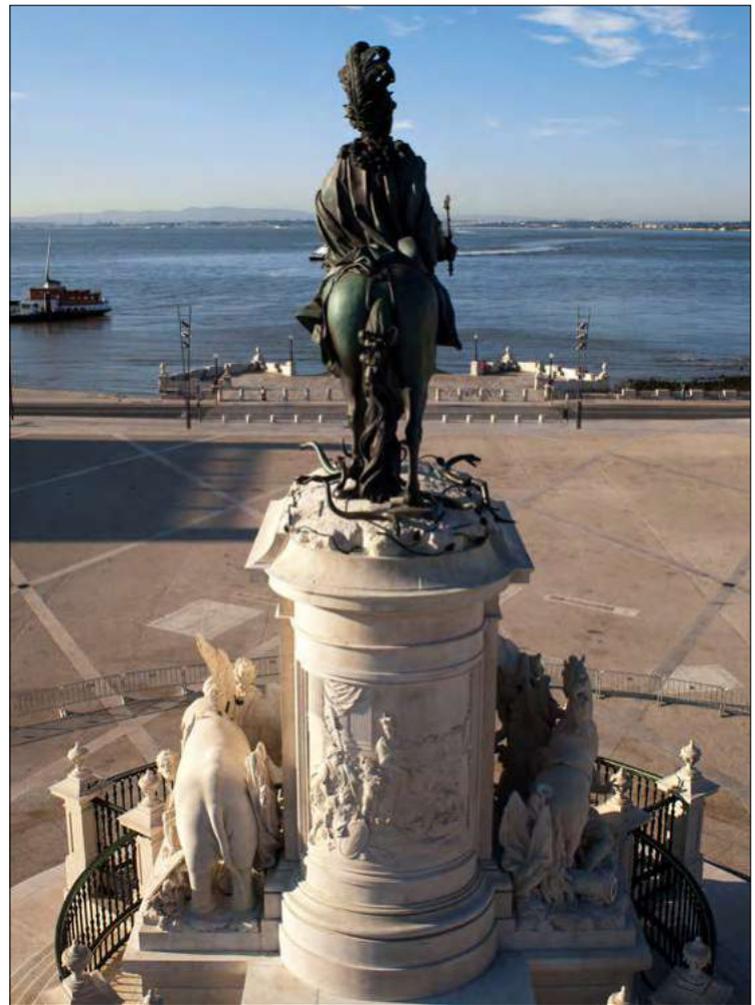


Fig. 51 Vista do alçado Norte do monumento a D.José I, após intervenção de conservação e restauro (créditos: Miguel Saavedra).

Bibliografia

Faria, M. F. de. (2012). A Estátua Equestre, in *Absentia Principis e o Rei Escondido*. In Faria, M.F.de. (Coord), *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*, (pp.157-228). Lisboa: INCM; Universidade Autónoma de Lisboa.

Machado de Castro, J. (1810), *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre...*, Lisboa: Na Impressam Regia.

Salta, M. & Fontinha, R. (1998). *Diagnóstico da Estátua de D. José I em Lisboa*. Relatório LNEC, N° 313/98 – NQ. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

Agradecimentos

Uma especial palavra de agradecimento ao então Gestor de Projectos, Dr. José Ibérico Nogueira e à Comissão Científica da WMF Portugal (Dr. José Delgado Rodrigues, Dra. Elena Charola), ao Prof. Doutor Mauro Matteini, à equipa de historiadores da Universidade Autónoma, nas pessoas do Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria e Dra. Cristina Dias, ao Laboratório Hércules (Prof. Doutor António Candeias) e a toda a equipa de conservação e restauro da NC que contribui para a intervenção.







LISBOA

gabineteestudos olisiponenses